

ISSN 2237-2083

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Faculdade de Letras da UFMG

JAN./MAR. 2024

V. 32 – N. 1



REVISTA DE ESTUDOS DA
LINGUAGEM

Universidade Federal de Minas Gerais

REITORA: Sandra Regina Goulart Almeida; VICE-REITOR: Alessandro Fernandes Moreira

Faculdade de Letras

DIRETORA: Sueli Maria Coelho; VICE-DIRETOR: Georg Otte

Editora-chefe

Janayna Maria da Rocha Carvalho (UFMG)

Editoras-associadas

Ana Regina Vaz Calindro (UFRJ)

Maria Mendes Cantoni (UFMG)

Conselho Editorial

Alejandra Vitale (UBA, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina), Didier Demolin (Université de la Sorbonne Nouvelle Paris 3, Paris, França), Ieda Maria Alves (USP, São Paulo/SP, Brasil), Jairo Nunes (USP, São Paulo/SP, Brasil), Scott Schwenter (OSU, Columbus, Ohio, Estados Unidos), Shlomo Izre'el (TAU, Tel Aviv, Israel), Stefan Gries (UCSB, Santa Barbara/CA, Estados Unidos), Teresa Lino (NOVA, Lisboa, Portugal), Tjerk Hagemeijer (ULisboa, Lisboa, Portugal)

Editor de Arte

Emerson Eller

Projeto Gráfico

Stéphanie Paes

Secretaria

Lilian Souza dos Anjos, Ludmila Cunha

Revisão e Normalização

Ana Regina Vaz Calindro (UFRJ)

Janayna Maria da Rocha Carvalho (UFMG)

Maria Mendes Cantoni (UFMG)

Diagramação

Gabriela Lira e Luísa Rocha Vasconcelos

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM



Rev. Est. Ling. | Belo Horizonte | v. 32 | n. 1 | jan./mar. 2024 | 370 p. | e-ISSN 2237-2083



This work is licensed under the Creative Commons Attribution 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Indexadores

Diadorim [Brazil]
DOAJ (Directory of Open Access Journals) [Sweden]
DRJI (Directory of Research Journals Indexing) [India]
EBSCO [USA]
EuroPub [England]
JournalSeek [USA]
Latindex [Mexico]
Linguistics & Language Behavior Abstracts [USA]
MIAR (Matriu d'Informació per a l'Anàlisi de Revistes) [Spain]
MLA Bibliography [USA]
OAJI (Open Academic Journals Index) [Russian Federation]
Portal CAPES [Brazil]
REDIB (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico) [Spain]
SCOPUS [Amsterdam]
Sindex (Scientific Indexing Services) [USA]
Web of Science [USA]
WorldCat / OCLC (Online Computer Library Center) [USA]
ZDB (Elektronische Zeitschriftenbibliothek) [Germany]

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, v. 1 - 1992 - Belo Horizonte, MG,
Faculdade de Letras da UFMG

Histórico:

1992 ano 1, n.1 (jul/dez)
1993 ano 2, n.2 (jan/jun)
1994 Publicação interrompida
1995 ano 4, n.3 (jan/jun); ano 4, n.3, v.2 (jul/dez)
1996 ano 5, n.4, v.1 (jan/jun); ano 5, n.4, v.2; ano 5, n. esp.
1997 ano 6, n.5, v.1 (jan/jun)

Nova Numeração:

1997 v.6, n.2 (jul/dez)
1998 v.7, n.1 (jan/jun)
1998 v.7, n.2 (jul/dez)

1. Linguagem - Periódicos I. Faculdade de Letras da UFMG, Ed.

CDD: 401.05

Faculdade de Letras da UFMG
Seção de Periódicos, sala 2017
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte, MG – Brasil
Tel.: (31) 3409-6009
www.lettras.ufmg.br/periodicos
periodicosfaleufmg@gmail.com

Sumário

- 8 Pós-fordismo, TICs e tecnolinguagem
Post-Fordism, ICTs and Technolanguage
Luiz Rosalvo Costa; Nadson Cardoso de Jesus
- 28 “Isso aqui como que fala em português?": um estudo sobre as práticas e ações interacionais em busca da intersubjetividade entre coreanos e brasileiros
“How do I say it in Portuguese?": A Study on Interactional Practices and Actions in Search of Intersubjectivity Between Koreans and Brazilians
Aléxia Islabão dos Santos; Minéia Frezza
- 51 Jornalismo e a vontade de verdade: uma análise das estratégias discursivas no Caso Escola Base
Journalism and the Truth Will: An Analysis of Discursive Strategies in the Escola Base Case
Leandro Martins de Sousa; Mariana Queiroga Gomes
- 66 Multi-Level Approach for Critical Discourse Analysis: Boris Johnson's Statement on Ukraine to the House of Commons on 24 February 2022
Abordagem multinível para uma análise crítica do discurso: a declaração de Boris Johnson sobre a Ucrânia para a Câmara dos Comuns em 24 de fevereiro de 2022
Eman Riyadh Adeeb; Rodrigo Drumond Vieira

- 87 Os interdiscursos de Saussure: William Whitney e a fundação da ciência da linguagem
Saussure's Interdiscourses: William Whitney and the Foundation of Language Science
Daiany Bonácio
- 114 A “amarelinha” da seleção brasileira: entre o já dito e o ainda por dizer em uma disputa pelos sentidos
The “amarelinha” of the Brazilian Team: Between the Already Said and the yet to be Said in a Dispute for the Senses
Nathan Bastos de Souza
- 142 Análisis de la entonación de enunciados interrogativos parciales en el español chileno no estándar
Analysis of the Intonation of Wh-Questions in Non-Standard Chilean Spanish
Viviana Alejandra Pérez Mora; Nicolás Matías Retamal Venegas
- 170 Aspectos avaliativos das metáforas no discurso jornalístico: a série de reportagens Vaza Jato, do *The Intercept* Brasil
Evaluative Aspects of Metaphors in Journalistic Discourse: The Series of Reports Vaza Jato from The Intercept Brasil
Márcia de Paula Andrade; Luiz Fernando Matos Rocha
- 190 Discurso, poder e verdade: o jogo de palavras na polêmica sobre a regulação da mídia no Brasil
Discourse, Power and Truth: the Game of Words in the Controversy Over the Media Regulation in Brazil
Fernanda de Oliveira Valle Reis; Mayara Letícia Paiva Magalhães
- 212 Tecnologia discursiva de arquivo: possíveis leituras da (anti)democracia
Discursive Archive Technology: Possible Readings of (anti)Democracy
Eduardo Alves Rodrigues; Cármen Lúcia Hernandez Agustini
- 240 O processamento do acento primário no português brasileiro à luz do Modelo de Dupla Rota em Cascata
The Processing of the Primary Stress in Brazilian Portuguese from the Dual Route Model
Aline de Lima Benevides
- 260 Argument Coreference Between Content Verbs and Predicative Nouns in Brazilian Portuguese: A Pilot Corpus Study
Correferência entre argumentos de verbos plenos e nomes predicativos em português brasileiro: um estudo piloto baseado em corpus
Ryan Marçal Saldanha Magaña Martinez

- 289** A rede polissêmica do verbo ficar em português L1 (Brasil) e em português L2 (aprendizes de língua francesa): aquisição e didática
The Polysemic Network of the Verb Ficar in Portuguese L1 (Brazil) and Portuguese L2 (French language learners): Acquisition and Pedagogy
Kátia Bernardon de Oliveira; Luciane Boganika; Lucía Gómez Vicente
- 312** On Ronald Langacker's Semanticocentrism
Sobre o semanticocentrismo de Ronald Langacker
Gustavo Augusto Fonseca Silva
- 337** Da regularidade discursiva nos encadeamentos midiáticos: casos "Zé Pilintra" e carretas pró-impeachment
On Discursive Regularity in Media Linkages: "Zé Pilintra" and Pro-impeachment Motorcade Episodes
Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues; Estêvão Carvalho Freixo; Nathália Adelaide Figueiredo

Pós-fordismo, TICs e tecnolinguagem

Post-Fordism, ICTs and Technolanguage

Luiz Rosalvo Costa

Universidade Federal de Sergipe (UFS) |
Itabaiana | SE | BR
luizrosalvocosta@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0003-4160-9106>

Nadson Cardoso de Jesus

Universidade Federal de Sergipe (UFS) |
Itabaiana | SE | BR
nadson fla@hotmail.com.br
<http://orcid.org/0000-0003-3571-2086>

Resumo: Este artigo busca sistematizar uma reflexão sobre formas pelas quais transformações imbricadas na passagem do fordismo-taylorismo para o pós-fordismo se associam ao desenvolvimento de processos de interação e práticas linguísticas em que traços como tecnologiação, virtualização e des-referencialização se apresentam como elementos constitutivos. Tendo como referência de fundo a concepção de linguagem do Círculo de Bakhtin, a argumentação mobiliza contribuições teóricas e analíticas que incidem sobre as formas de organização assumidas pelo capitalismo pós-industrial, entre elas as de Harvey (2010) e Castells (2002), com as quais procura articular abordagens voltadas para o papel da linguagem na configuração da sociedade pós-fordista, em particular as de Lazzarato (2014), Berardi (2020) e Virno (2014). O *corpus* do artigo consiste de recortes de enunciados colhidos em processos de interação observados em plataformas e aplicativos *online* diversos. Entre as conclusões a que a argumentação desenvolvida no artigo conduz pode ser indicada a ideia de que a proeminência das tecnologias de informação e comunicação ensejada pelo sistema de produção e regulação social pós-fordista tem como um de seus efeitos a constituição de uma *tecnolinguagem* que, inscrita em diferentes práticas linguístico-discursivas, é caracterizada, entre outras coisas, pela hibridização de elementos reais e virtuais, naturais e artificiais, humanos e maquínicos.

Palavras-chave: tecnolinguagem; TICs; pós-fordismo; significação.

Abstract: This article intends to systematize a discussion on the ways in which transformations imbricated in the passage from Fordism-Taylorism to post-Fordism are associated with the development of interaction



processes and linguistic practices in which traits such as technologization, virtualization, and de-referentialization are presented as constitutive elements. The argumentation mobilizes theoretical and analytical contributions that focus on the forms of organization assumed by post-industrial capitalism, including those of Harvey (2010) and Castells (2002), with which it seeks to articulate approaches focused on the role of language in the configuration of post-Fordist society, in particular those of Lazzarato (2014), Berardi (2020) and Virno (2014). The *corpus* of the article consists of excerpts from utterances collected in interaction processes observed on various online platforms and applications. Among the conclusions to which the argumentation developed in the article leads can be indicated the idea that the prominence of information and communication technologies brought about by the post-Fordist system of production and social regulation has as one of its effects the constitution of a *technolanguage* that, inscribed in different linguistic-discursive practices, is characterized, among other things, by the hybridization of real and virtual, natural and artificial, human and machinic elements.

Keywords: technolanguage; ICTs; post-Fordism; meaning.

1 Introdução

Este artigo corresponde a um desdobramento de trabalho de pesquisa mais amplo cujo foco são as relações da linguagem com a tecnologia a partir da investigação de confluências, determinações e atravessamentos entre, de um lado, as transformações ocorridas nas últimas décadas no mundo da organização do trabalho e da produção econômica e, de outro, as práticas linguístico-discursivas contemporâneas nas quais a participação das tecnologias digitais se apresenta como um traço fundamental.

O ponto de partida da argumentação é o entendimento de que a constituição, na contemporaneidade, de padrões de interação e formas de enunciação atravessadas por processos de tecnologização digital está estreitamente ligada a uma malha de transformações imbricadas na reestruturação capitalista que resulta na passagem do modelo de produção econômica e de regulação social fordista-taylorista para o modelo pós-fordista, também referido como modelo de acumulação flexível (Harvey, 2010), modo de desenvolvimento infor-

macional (Castells, 2002), capitalismo cognitivo (Fumagalli, 2010) ou biocapitalismo (Negri, 2015), entre outras designações.

É na esteira dessa reestruturação produtiva e dos modos de interação engendrados por ela que assumem proeminência nos mais diferentes campos da atividade social as chamadas TICs, tecnologias de informação e de comunicação, alimentadas por um intenso progresso técnico (na telemática, nanotecnologia, microeletrônica, comunicação sem fio etc.) que consolida o papel dessas tecnologias na sociedade capitalista avançada e cria as condições para mudanças significativas no estatuto das práticas linguísticas e comunicativas, tanto no universo da produção quanto, extensivamente, na vida social como um todo.

No intuito de produzir inteligibilidades sobre as maneiras pelas quais a referida reestruturação produtiva afeta modos de interação e usos linguísticos, este artigo investe na hipótese de que um dos efeitos mais expressivos dessas transformações consiste na emergência de uma tecnolinguagem cujo desenvolvimento pode ser visualizado pela articulação de dois enfoques. Um deles, baseado principalmente nos trabalhos de Marazzi (2009; 2014) e Virno (2013), lança luz sobre o papel central assumido pela linguagem e pela comunicação na passagem do fordismo-taylorismo para as formas de vida e de produção pós-fordistas. O outro, representado pelos trabalhos de Lazzarato (2014) e Berardi (2020), incide sobre modos de incorporação da produção *sígnica* contemporânea à operação de agenciamentos e maquinarias sociais movidas por forças e agentes (humanos e não humanos) cujas ações, combinando elementos atuais e virtuais, naturais e artificiais, humanos e maquínicos, concorrem para a consolidação de formas de sujeição e de exploração da vida e do trabalho típicas do capitalismo avançado.

Os exemplos de enunciados e processos interacionais apresentados no texto para indicar práticas enunciativas nas quais ilustrativamente se podem vislumbrar traços dessa tecnolinguagem provêm de levantamento realizado no âmbito do já referido trabalho de pesquisa, que usa como parâmetro interações mediadas por computador e/ou dispositivos tecnológicos *online* em plataformas digitais e aplicativos de diversas esferas de atividade social, como serviços de alimentação e de transporte, comércio eletrônico, serviços de telefonia, aplicativos de bancos, de serviços públicos, de atendimento à saúde e de trocas de mensagens, entre outros. A seleção dos excertos leva em conta sua potencial representatividade, ou seja, sua capacidade de exemplificar tendências e práticas encontráveis em outros enunciados e processos de interação.

No tratamento analítico dos recortes selecionados toma-se como principal referência a concepção de linguagem proposta pelo Círculo de Bakhtin, extraível da conjugação de trabalhos do grupo (entre eles Volóchinov (2017[1929]), Medviédev (2012[1928]) e Bakhtin (2003[1952-53])), na qual as atividades linguístico-discursivas são vistas na condição de práticas historicamente situadas que se efetivam em enunciados concretos em cujos territórios dialogam, conflitam e negociam posições ideológicas que refletem e refratam forças em luta na sociedade. Uma das vantagens teóricas dessa perspectiva é a oferta de um corpo de conceitos (aqui representados por alguns deles, como *gêneros primários* e *secundários*, *enunciado*, *forças centrípetas* e *forças centrífugas*) com os quais é possível focalizar as práticas de linguagem não como resultado de ações unívocas, homogêneas e estáveis, mas como atividades inerentemente heterogêneas que se concretizam em meio a fluxos e movimentos cujas estruturas e sentidos, permeados por tropismos e tendências em diálogo/confronto, variam, mudam e/ou se reorganizam conforme o desenvolvimento dos processos históricos em que se inscrevem. Tal propriedade mostra-se especialmente profícua para a abordagem de processos enunciativos da sociedade contemporânea, que, como apontam linhas de interpreta-

ção diversas (cf. Harvey, 2010; Jameson, 1996; Lipovetsky, 2004, entre outros), caracteriza-se justamente por dinâmicas de funcionamento em que fluidez, instabilidade, fragmentação, velocidade, flexibilidade e instantaneidade são tidas como atributos elementares.

2 Do fordismo ao pós-fordismo

Ressalvadas as especificidades de abordagens, terminologias e conceitos utilizados para a caracterização da reestruturação produtiva do capitalismo a partir da segunda metade do século XX, de modo geral os estudos (p. e. Harvey, 2010; Castells, 2002; Valente, 2019) assinalam a hegemonia do fordismo-taylorismo como paradigma da produção econômica até a década de 1960. A eclosão, na década de 1970, de uma crise econômica internacional que tem como uma das principais expressões a chamada crise do petróleo evidencia, de um lado, a incapacidade do modelo de suprir as necessidades do sistema e, de outro, a necessidade de implementação, àquela altura já em curso, de diversas estratégias para superação das condições na base da crise. Pesquisas sobre o período apontam, entre essas estratégias:

(1) a reorganização da produção por meio da flexibilização das plantas e das relações trabalhistas, e (2) a potencialização da reprodução do capital financeiro; (3) a liberalização não somente das finanças mas do comércio internacional e do investimento direto estrangeiro (FDI, na sigla em inglês), e (4) a privatização de uma parcela importante da estrutura do Estado, provocando a abertura de novos nichos de mercado (serviços como educação, saúde, radiodifusão, telecomunicações) e inundando o mercado com um conjunto de ativos obtidos pelos Estados a partir da venda dessas companhias (Valente, 2019, p. 110-111).

O aspecto ou o traço posto em saliência na caracterização desse processo de reorganização do sistema e na transição de um modelo produtivo para outro varia conforme a perspectiva adotada pelo estudioso. Na descrição de Harvey, por exemplo, pode ser destacada como um elemento-chave da mudança a necessidade do sistema de flexibilizar o arcabouço de relações rígidas do fordismo. Segundo ele, a reestruturação produtiva que reorganiza o sistema capitalista sobre bases pós-fordistas se constitui por

um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Harvey, 2010, p. 140).

Castells (2002), por sua vez, aponta como elemento essencial desse processo de transformação a emergência do modo de desenvolvimento informacional, que, em contraposição ao modo de desenvolvimento industrial característico da fase hegemônica do fordismo-taylorismo, estabelece novas referências para o incremento do desempenho e da produtividade

no processo produtivo, no qual a geração de conhecimento e o processamento de informações passam a ter papel crucial.

No caso dos teóricos do biocapitalismo e do capitalismo cognitivo, o que se pode pôr em destaque é a caracterização do pós-fordismo como um estágio capitalista no qual a vida como um todo é subsumida pelo capital. Nessa nova configuração do sistema, a exploração do capital é exercida não apenas sobre a força de trabalho diretamente empregada no processo produtivo, mas sobre a própria vida (*bios*), que é na sua totalidade, individual e social, posta a trabalhar e a produzir mais-valor (Negri, 2015). O acento na dimensão cognitiva da nova forma de organização capitalista sublinha a importância assumida pelo trabalho imaterial e a constituição de formas de exploração econômica nas quais o valor é extraído não apenas do trabalho que se realiza no tempo de trabalho, mas também do tempo de não-trabalho que, situado no exterior do universo estrito da produção, converte-se no pós-fordismo também em tempo de trabalho, transformando em forças produtivas atividades e experiências que se situam nas esferas da reprodução e da circulação, não ligadas diretamente ao processo produtivo, tais como a comunicação, a criatividade, as capacidades mentais, cooperativas e relacionais dos trabalhadores. Como observa Marazzi,

os novos sistemas de produção tipicamente pós-fordistas, amplamente descritos recorrendo-se às categorias de *just in time*, *open sourcing* etc., têm na verdade desenvolvido sistemas de captação do valor produzido no exterior dos processos diretamente produtivos. Um valor social produzido por nossa vida mesma, por nossa ação dialógica, por nossas relações de cooperação (Marazzi, 2014, p. 11, grifos no original)¹

Para além das particularidades de cada uma das perspectivas apontadas e ressalvadas as diferenças (e divergências) entre elas, sobressai na identificação dos traços caracterizadores da transformação que se realiza nesse processo histórico uma dupla constatação. De um lado, que a reestruturação produtiva se concretiza por uma processualidade na qual um vertiginoso e ininterrupto avanço tecnológico, sobretudo no campo das tecnologias digitais, dá ensejo a formas de organização da produção em que a compressão do tempo e do espaço (Harvey, 2010) possibilita o desenvolvimento de modos extensivos e intensivos de exploração do trabalho (Fumagalli, 2017) que concorrem para um redesenho da morfologia da classe trabalhadora (Antunes, 2018). De outro lado, que no processo de constituição do modo de produção econômica e de regulação social pós-fordista, as tecnologias da informação e da comunicação cumprem função essencial no movimento realizado pelo capital no sentido de subsumir as atividades, habilidades e capacidades cognitivas, criativas e interacionais da sociedade como um todo, entre as quais têm particular relevância aquelas relacionadas a processos comunicativos, atividades de linguagem e produções sógnicas diversas.

¹ Tradução nossa: “Los nuevos sistemas de producción tipicamente posfordistas, y ampliamente descritos recorriendo las categorías del *just in time*, *open sourcing*, etc., han desarrollado en realidad sistemas de captación de valor producido por nuestra misma vida, por nuestra acción dialógica, por nuestras relaciones de cooperación.”

3 Comunicação e produção no pós-fordismo

A importância da linguagem no processo de reestruturação produtiva e na organização das formas de vida pós-fordistas pode ser expressa pela ideia, de várias maneiras formulada nos textos de Virno (2013) e Marazzi (2009; 2014), segundo a qual o caráter e o modo de participação dos processos comunicacionais na produção representam aspectos fundamentais que distinguem o fordismo do pós-fordismo. A esse respeito, Marazzi afirma que

de todas as características postas em evidência para explicar o que distingue a 'produção enxuta' – o *just-in-time* – e a opção ao modo de produção fordista, a mais eficaz para estudar essa transformação socioeconômica e política é a que coloca a *comunicação* no centro da inovação tecnológico-produtiva. Poder-se-ia dizer que, com a produção enxuta, a comunicação e o fluxo de informações entram diretamente no processo produtivo. Comunicação e produção se sobrepõem no novo modo de produzir, enquanto que no fordismo a comunicação era justaposta com relação ao processo produtivo (Marazzi, 2009, p. 14-15, grifos no original).

De modo geral, o que essa perspectiva salienta é que, no contexto de transição do fordismo para o pós-fordismo, o protagonismo assumido pela comunicação no processo produtivo se enquadra funcionalmente no movimento do capitalismo para fazer frente à crise. Dado o esgotamento da capacidade de absorção do mercado e a conseqüente saturação do modelo cujo incremento de produtividade se baseava no aumento das quantidades produzidas, as estratégias de reorganização produtiva pós-fordistas caminham na direção do enxugamento, da flexibilização e da minimalização da produção. A economia de escala gradualmente vai cedendo lugar à produção de pequenas quantidades de produtos em modelos diversificados. Assentada no princípio do *just-in-time*, a produção passa a ter como objetivo produzir apenas o necessário, na quantidade certa e no momento certo; em vez de a produção ser 'empurrada' para as vendas, são as vendas que passam a 'puxar' a produção.

Nessa arquitetura que vai se construindo na transição, a forma emblemática da comunicação instalada na produção é o *kan-ban*, um sistema de placas, discos ou rótulos que, a partir das exigências do mercado e das demandas em vista, institui um fluxo horizontal de informações que orientam a administração dos estoques, a movimentação de peças e de produtos vendidos e o controle de insumos, matérias-primas e processos produtivos.

A intensificação do uso do computador na produção potencializa ainda mais essa transformação e concorre para consolidar um modo de desenvolvimento em cujo cerne se encontra a implementação de formas de trabalho e de produção fundadas na gestão informacional do processo produtivo. Trabalho polivalente, círculos de controle de qualidade, gestão participativa, gestão de qualidade total, entre outras, são algumas das ferramentas e estratégias típicas do modelo de gestão emergente que, em contraposição à unidirecionalidade vertical, hierarquizada e *silenciosa* da linha de produção fordista-taylorista, instaura gradativamente um fluxo de produção horizontalizado, flexível e *falante*.

Essa 'fala' que emerge na produção capitalista nesse novo momento pode ser traduzida por aquilo que Zuboff (2018) chama de "texto eletrônico", expressão utilizada por ela para se referir à *textualização* que toma conta do ambiente de trabalho em decorrência da informatização e do incremento da codificação organizacional propiciada pela mediação do

computador no fluxo da produção (2018, p. 20). É no caráter informacional que, segundo ela, reside um dos grandes diferenciais entre o modelo afinal estabelecido e as fases anteriores. Não se trata mais, para ela, apenas de ampliar ou substituir o trabalho humano por meio da mecanização e da automação, como ocorria até então. Com o trabalho mediado por computador o que pouco a pouco se institui é a produção ‘inteligente’, que “não somente *impõe* informação (sob a forma de instruções programadas) mas também *produz* informação” (2018, p. 20 – grifos nossos). Sob a lógica informacional, a mediação por computador possibilita níveis cada vez maiores de visibilização do processo produtivo, que se codifica em procedimentos de execução mas também em ações reflexivas possibilitadas pela geração de informações no âmbito do próprio fluxo de produção. A gramática dos fluxos torna-se muito mais transparente e a textualização do ambiente de trabalho se informacionaliza.

A comunicação assim codificada lubrifica, para usar o termo de Marazzi (2009), o processo produtivo e garante o acompanhamento *just-in-time* da relação entre produção e consumo, entre oferta e demanda, permitindo uma gestão flexível dos fluxos da produção.

A configuração das formas pós-fordistas de produção institui dessa maneira o primado da comunicação no processo produtivo. A atmosfera de silêncio típica da produção fordista é gradualmente substituída por um sistema de produção altamente loquaz, visto que, no novo sistema, produção e comunicação são indissociáveis. “Enquanto no sistema fordista”, diz Marazzi,

a produção excluía a comunicação, no sentido de que a cadeia de montagem era muda, pois executava *mecanicamente* instruções elaboradas nos escritórios dos ‘colarinhos brancos’, no sistema de produção pós-fordista estamos diante de uma cadeia de produção ‘falante’, *comunicante*, e as tecnologias usadas nesse sistema podem ser consideradas apropriadamente verdadeiras ‘*máquinas linguísticas*’, que têm por escopo principal a fluidificação e agilização da circulação de informações (Marazzi, 2009, p. 18, grifos no original).

Na mesma direção, Virno (2013) também assinala que enquanto em tempos anteriores o trabalho era calado e as fábricas tipicamente fordistas estampavam cartazes interditando a comunicação (“Silêncio, aqui se trabalha!”), hoje a fala e a comunicação não apenas são bem-vindas como requisitadas, justamente porque “a *principal novidade do pós-fordismo consiste em ter colocado a linguagem a trabalhar*” (Virno, 2013, p. 71 – grifos nossos). Por isso, para ele, podemos em algumas fábricas de hoje “fixar dignamente cartazes invertidos aos de outros tempos: ‘Aqui se trabalha. Fale!’” (p. 71).

Mais do que apontar, no entanto, para o fato de que a reestruturação capitalista promove a linguagem a força atuante no cerne da produção, o que essa abordagem igualmente atesta é que no pós-fordismo a linguagem é posta a trabalhar não apenas no interior do processo produtivo, como também fora dele.

A respeito disso, Virno (2013) evoca o conceito de *general intellect* de Marx ([1857-58] 2011), que ele recupera e reformula. Para Marx, conforme lembra Virno, *general intellect* corresponde ao saber social acumulado sob a forma de conhecimento científico. É esse saber que, convertido em força produtiva como capital fixo, se expressa na “‘capacidade científica objetivada’ no sistema de máquinas” (Virno, 2013, p. 85). Para Virno, entretanto, o pós-fordismo compele a teoria ao alargamento do conceito, uma vez que, nos dias de hoje, “a conexão entre

saber e produção não se esgota em absoluto no sistema de máquinas, mas se articula na cooperação linguística de homens e mulheres, em seu concreto atuar conjunto” (p. 85).

Em outras palavras, isso significa que, no pós-fordismo, o *general intellect*, ou seja, o saber socialmente acumulado e capturado como força produtiva pelo capital, não se resume ao conhecimento científico aplicado na maquinaria (bem como em edifícios, instalações e processos) diretamente usada na produção, mas inclui, além dele, conhecimentos formais e informais, esquemas lógicos e conceituais, padrões de raciocínio, formas de sociabilidade, redes de relacionamentos, processos de interação e práticas linguístico-discursivas que são de diversas maneiras incorporados à produção de mercadorias. Para Virno,

o *general intellect* apresenta-se hoje, antes de tudo, como comunicação, abstração, autorreflexão dos sujeitos viventes. Parece lícito afirmar que pela própria lógica do desenvolvimento econômico, é necessário que uma parte do *general intellect* não se coagule em capital fixo, mas que se desenvolva na interação comunicativa, na forma de paradigmas epistêmicos, representações dialógicas, jogos linguísticos. Dito em outros termos: o intelecto público é um só com a cooperação, com o comportamento concertado do trabalho vivo, com a competência comunicativa dos indivíduos (2013, p. 47).

Nessa perspectiva, não caberia a oposição proposta por Habermas (2012) entre trabalho e interação, entre agir instrumental e agir comunicativo, visto que, como assinala Virno (2013), no pós-fordismo trabalho e interação linguístico-discursiva estão sobrepostos, havendo, por isso, cada vez menos diferença qualitativa entre trabalho e não trabalho, que se equiparam na medida em que ambos são produtivos. Uma vez que as capacidades e habilidades comunicativas, relacionais e cooperativas precedem e excedem ao processo de trabalho, no pós-fordismo estamos sempre trabalhando, ainda que esse trabalho seja, segundo Virno, um *trabalho invisível*, no sentido de que ele corresponde à “parte da atividade humana que, homogênea em tudo àquela vida trabalhadora, não é todavia computada como força produtiva” (p. 82).

4 TICs e sociedade de controle

Numa formação social assim, o trabalho deixa de ser exclusivamente aquele que se realiza em regime de confinamento, no espaço delimitado do interior da fábrica ou da empresa e no tempo circunscrito como tempo de trabalho. A gestão, o adestramento, a capacitação, a subjetivação dos indivíduos em que reside a força de trabalho a ser explorada também deixam de ser exclusiva ou preponderantemente tarefas de instituições disciplinares, ao lado das quais entram em cena os mecanismos de controle que se exercem não mais apenas sobre a potência física dos corpos, mas, em escala crescente, sobre as faculdades cognitivas (memória, percepção, raciocínio), interacionais e linguísticas.

Daí a passagem do fordismo-taylorismo ao pós-fordismo poder ser compreendida, usando-se os termos de Deleuze (1992), como a passagem de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle. Enquanto naquela o princípio básico é a moldagem dos corpos, nesta a chave é a modulação dos comportamentos e dos cérebros, e nessa condição, conforme

sublinha Lazzarato (2006, p. 72), não se trata mais de disciplinar os corpos em espaços fechados, mas de modular as mentes em espaço aberto.

Uma vez que nessa sociedade o controle se exerce à distância, as tecnologias digitais, em particular as chamadas TICs, têm aí uma importância crucial, funcionando como “máquinas de modular e cristalizar as ondas, as vibrações eletromagnéticas” ou, ainda, como “máquinas de modular e cristalizar os pacotes de *bits* (os computadores e as escalas numéricas)” (Lazzarato, 2006, p. 85).

Que o nome dado a tecnologias tão fulcrais seja justamente o de *tecnologias de informação e de comunicação* mostra-se, por isso, bastante emblemático, se as consideramos do ponto de vista do papel que elas cumprem no funcionamento das *máquinas de expressão* da sociedade contemporânea. Como mostra Lazzarato (2006), “as sociedades de controle caracterizam-se pela potência e pelo poder das máquinas de expressão” (p. 155), favorecidas pelo intenso desenvolvimento verificado “desde o final do século XIX” nos dispositivos tecnológicos de comunicação à distância (rádio, telefone, televisão, *internet*). No universo discursivo no interior do qual transitam as produções sógnicas que as máquinas de expressão fazem circular, enfrentam-se, segundo Lazzarato (2006), duas lógicas antagônicas: as lógicas propriamente de expressão e de criação e as lógicas da comunicação e da informação. As primeiras, representando o que Bakhtin (2015[1934-35], p. 39-42) chamou de *forças centrífugas*, mobilizam as máquinas de expressão em favor da “criação de novas possibilidades semânticas” (Lazzarato, 2006, p. 157) e atuam no sentido da construção de possíveis, da multiplicidade, da plurivocalidade e do plurilinguismo. As segundas, por sua vez, correspondem à ideia bakhtiniana de *forças centrípetas* e agem “dentro de uma lógica de reprodução e unificação” (Lazzarato, 2006, p. 159). Sob o influxo das forças centrípetas,

a comunicação e a informação agem no interior da criação dos possíveis para reduzir as relações do acontecimento e suas bifurcações imprevisíveis, suas aberturas problemáticas – que se expressam nos enunciados e nos signos – a uma simples ‘transmissão de informação’, a uma mera ‘troca comunicacional’ (Lazzarato, 2006, p. 156).

Nas diversas produções enunciativas contemporâneas efetivadas com a mediação do computador ou de dispositivos *online* a atuação das lógicas de informação e de comunicação tem se tornado cada vez mais axial. Em diferentes esferas de atividade social e em variados processos de interação nos quais as tecnologias digitais e, em proporção cada vez maior, os algoritmos e a inteligência artificial atuam a serviço dessas lógicas, pode-se observar a ação de forças centrípetas que agem no sentido da redução dos possíveis, da delimitação de opções, da homogeneização de procedimentos, da uniformização de práticas, do controle, da modulação e da restrição da multiplicidade e da heterogeneidade.

Os exemplos vão desde práticas corriqueiras, situadas no nível da produção enunciativa baseada em gêneros primários (Bakhtin, 2016[1952-53], p. 15) e já totalmente incorporadas à rotina das interações cotidianas (aplicativos de mensagens e *emails* que sugerem palavras ou completam frases à medida que o texto é digitado; limitação de postagens a um espaço restrito ou número restrito de caracteres etc.) até situações de maior complexidade em esferas institucionalizadas (direito, mídia, governo etc.), como o uso de inteligência artificial em sentenças judiciais, tal o caso do “sistema empregado no Estado americano do Wisconsin

para determinar o grau de periculosidade de réus e suas respectivas penas” (Silveira, 2018-19) e, no Brasil, o caso do projeto Sigma, desenvolvido pela Justiça Federal da 3ª Região com o objetivo de oferecer aos juízes, a partir de informações processuais coletadas e processadas por inteligência artificial, opções para aplicação de decisões.

Indicando a tendência de aprofundamento do papel dessas lógicas centrípetas intrínsecas às tecnologias de informação e de comunicação, a cada dia aplicativos, funcionalidades, serviços e programas mais e mais sofisticados, baseados em desenvolvimentos tecnológicos diversos (*data mining, machine learning, deep learning* etc.), são anunciados, como, por exemplo, o *chat gpt* e outras tecnologias análogas, celebradas como os mais impressionantes avanços da inteligência artificial no processamento de língua natural.

Tem-se assim a consolidação de formas de enunciação em que, sob as lógicas de informação e comunicação, elementos humanos e maquínicos são combinados nas estruturas das máquinas de expressão de modo a promover a tecnologização de práticas linguístico-discursivas e concorrer para a configuração do que Berardi (2020) chamará de tecnolinguagem.

5 Comunicação e servidão maquínica

Para a focalização de modos pelos quais a preponderância das lógicas de informação e de comunicação no capitalismo avançado promove formas de subsunção da linguagem e da produção sógnica, são particularmente úteis os conceitos de *sujeição social* e *servidão maquínica*, com que Lazzarato (2014), seguindo Deleuze e Guattari, nomeia os dois eixos fundamentais sobre os quais se estrutura o capitalismo. A *sujeição social*, diz ele, “nos dota de uma subjetividade, atribuindo a nós uma identidade, um sexo, um corpo, uma profissão, uma nacionalidade e assim por diante” (2014, p. 17). Por meio da linguagem, a *sujeição social* funciona como um processo de individuação, isto é, de produção de sujeitos individuados. “Em resposta às necessidades da divisão social do trabalho”, continua Lazzarato, “ela fabrica sujeitos individuados, sua consciência, representações e comportamento” (2014, p. 17). É pela *sujeição social* que se constituem os papéis e as identidades (trabalhador, consumidor, cidadão), assim como as diferenças e as divisões (homem/mulher, pais/filhos etc.).

Em direção diferente, a *servidão maquínica* atua no sentido da dessubjetivação e do desmantelamento do indivíduo, da sua consciência e das suas representações, “agindo sobre os níveis pré-individual e supra-individual” (2014, p. 17). Se na *sujeição social* ocorre a individuação e a produção de subjetividades, na *servidão maquínica*, segundo Lazzarato,

o indivíduo não é mais instituído como um ‘sujeito individuado’, um ‘sujeito econômico’ (capital humano, empresário de si mesmo) ou como um ‘cidadão’. Ao invés disso, ele é considerado uma engrenagem, uma roda dentada, uma parte componente do agenciamento ‘empresa’, do agenciamento ‘sistema financeiro’, do agenciamento ‘mídia’, do agenciamento ‘Estado do bem-estar’ e de seus equipamentos coletivos (escola, hospitais, museus, teatros, televisão, internet etc.)” (Lazzarato, 2014, p. 28).

Enquanto a *sujeição social* produz a individuação, a *servidão maquínica* produz a ‘dividuação’, a partir da qual deixam de fazer sentido as distinções e os dualismos como huma-

no-não humano, sujeito-objeto, signo-referente. Na servidão maquinária, o humano dividuo (ou dividido) funciona “da mesma maneira que os componentes ‘não humanos’ das máquinas técnicas, como procedimentos organizacionais, semióticas e assim por diante” (Lazzarato, 2014, p. 29). A relação entre o dividuo e as máquinas não é de oposição, mas de adjacência e de complementaridade. O humano dividido produzido pela servidão maquinária integra maquinarias técnicas e sociais nas quais “homens e máquinas são meras partes recorrentes e intercambiáveis de um processo de produção, comunicação, consumo etc. que os excede” (Lazzarato, 2014, p. 29). Nessas maquinarias, humanos e não humanos se equiparam, na medida em que tanto uns quanto outros funcionam não como sujeitos, mas como “entradas e saídas, *inputs* ou *outputs*, *pontos de junção* ou *disjunção* nos processos econômicos, sociais ou comunicacionais geridos e governados pela servidão” (Lazzarato, 2014, p. 29, grifos no original).

Ainda que Lazzarato não use o termo, suas descrições das operações semióticas características da servidão maquinária levam naturalmente à constatação de que, em um universo assim constituído, emerge uma linguagem que se configura como tecnolinguagem, inscrita em processos de interação desenvolvidos em diferentes esferas de atividade econômica e social e atravessada por vários condicionamentos, determinações e efeitos decorrentes dessa condição.

Para usar um termo de Berardi (2020), um desses efeitos é o que se efetiva como *desreferencialização* e diz respeito à perda de vínculo entre os signos e os referentes da realidade concreta. Expressa-se por uma espécie de automação ou matematização da linguagem e tem a ver justamente com o fato de o capitalismo contemporâneo se estruturar por maquinismos técnicos, sociais e discursivos nos quais os signos não remetem a referentes do real, mas a outros signos que atuam como interfaces conectivas de uma grande maquinaria programada por automatismos tecnolinguísticos.

Nessa maquinaria, a palavra é reduzida “a apenas mais uma forma de troca” (Berardi, 2020, p. 20) e se converte em signo tecnolinguístico. Tal como, de modo geral, os outros signos, a palavra perde seu valor referencial e denotativo e assume um papel recombinante, passando a funcionar como conector de operações.

Em Lazzarato (2014), vale dizer, o traço fundamental destacado não é a perda de referência, mas a perda de significado, que ocorre, segundo ele, sob a ação de *semióticas a-significantes*, próprias da servidão maquinária. Enquanto na sujeição social os signos “produzem sentido, significações, interpretações, discurso e representações através da linguagem” (Lazzarato, 2014, p. 39), na servidão maquinária, “eles produzem operações, induzem a ações, funcionam e constituem componentes de *input* e *output*, *junção* e *disjunção* numa máquina tecnológica” (Lazzarato, p. 39, grifos no original).

No capitalismo contemporâneo, as semióticas a-significantes são, nessa perspectiva, o principal modo de realização da tecnolinguagem, por meio da qual se operam os maquinismos técnicos, econômicos e sociais. Elas constituem máquinas de signos cujo papel não é produzir significados, mas produzir operações que mantêm funcionando os agenciamentos das maquinarias produtivas. Dessa forma, elas produzem sentido sem produzir significado, na medida em que “agem diretamente sobre fluxos materiais, para além da divisão entre produção, representação e funcionamento, independentemente de significarem algo para alguém ou não” (Lazzarato, 2014, p. 40).

6 Agenciamentos maquínicos e tecnolinguagem

Com ênfases diferentes, essas descrições iluminam processos cujas expressões podem ser encontradas, por exemplo, nas diversas formas de interação mediada por computador em que a atuação dos algoritmos e a presença da inteligência artificial são elementos centrais. Aplicativos e plataformas usados em diferentes esferas de atividade social (saúde, educação, comércio, transporte, serviço público, comunicação cotidiana etc.) conjugam exemplarmente os aspectos até aqui abordados. Por um lado, constituem práticas por meio das quais são mobilizadas habilidades, saberes e capacidades de cognição, percepção, cooperação, memória, relacionamento etc. condensadas no *general intellect* e em estado de disponível prontidão nos indivíduos que compõem a multidão pós-fordista. De outro lado, se efetivam pela ação de uma tecnolinguagem na qual maquínicamente os signos (linguísticos, icônicos, logográficos ou multissemióticos) atuam predominantemente a serviço de operações em andamento, não importando, como diz Lazzarato, se significam ou não algo para alguém.

Operações bancárias, operações de transporte ou deslocamento, operações de serviços de saúde, operações de compra e venda, operações de serviços de alimentação, operações de seguro: em todos esses casos têm-se interações mediadas por computador ou dispositivos *online* nas quais a linguagem funciona como signo recombinante, como dado de entrada ou de saída para a consecução de operações que, agenciadas por lógicas da informação e da comunicação, baseiam-se na compressão do espaço-tempo, na delimitação das possibilidades, na redução da palavra e do signo em geral à troca informacional.

Em grande parte dessas operações, a subsunção da linguagem e a subsunção do trabalho andam juntas em agenciamentos maquínicos por meio dos quais se conjugam dois processos tipicamente contemporâneos. Um é a configuração do trabalhador como *just-in-time*, isto é, como “um trabalhador disponível ao trabalho e que pode ser utilizado na exata medida das demandas do capital” (Abílio, 2017, p. 21), sendo a uberização, implementada nas mais diversas áreas por empresas proprietárias de aplicativos congêneres ao Uber (Ifood, Deliveroo etc.), a forma prototípica dessa relação, na qual a exploração do trabalho é escamoteada sob a ideologia do empreendedorismo, da autonomia do trabalhador e da economia do compartilhamento. O outro é a constituição de formas terceirizadas do gerenciamento do trabalho (Abílio, 2017), por meio do engajamento de parcelas do tempo “livre” dos trabalhadores em operações de vigilância, controle e certificação da qualidade e da produtividade do trabalho de outrem, sendo uma das formas mais emblemáticas desse trabalho não pago a prática da avaliação, na qual a atuação da Uber é também um modelo. Na Imagem 1, vê-se uma tela de avaliação do aplicativo, em que o “usuário” é convocado a dar uma nota ao motorista, fazer um elogio e, ainda, adicionar um valor ao pagamento. A quantidade de estrelas, a mensagem de texto e o eventual valor adicionado são alguns dos ingredientes dos agenciamentos que mantêm o trabalhador, no caso o motorista, permanentemente conectado a índices, gráficos, estatísticas, diagramas e pontuações que atualizam *online* o seu *status* de agente da maquinaria, exemplificando essa nova forma de gestão do trabalho, realizada, como assinala Abílio, na esfera do consumo.

Se a avaliação é um elemento chave no mundo do trabalho neoliberal, agora a sua execução poder ser terceirizada para uma multidão de consumidores ativos e confiantes no seu papel certificador. O motorista se sabe permanentemente avaliado,

é disto que depende seu acesso às “tarefas” oferecidas; o consumidor, ao mesmo tempo em que avalia, também se fia na avaliação da multidão de consumidores (Abílio, 2017, p. 22).

Imagem 1 – Tela de avaliação do aplicativo Uber



Fonte: Autores.

E tudo se realiza de modo que a linguagem opera como elemento de conexão e de desconexão, de *input* e *output* para a continuidade ou a interrupção de operações e para a garantia de que os elementos (humanos e não humanos) envolvidos nas operações estejam realmente em condições de agir adequadamente nas maquinarias técnicas, econômicas e sociais em conformidade com as lógicas de comunicação e informação.

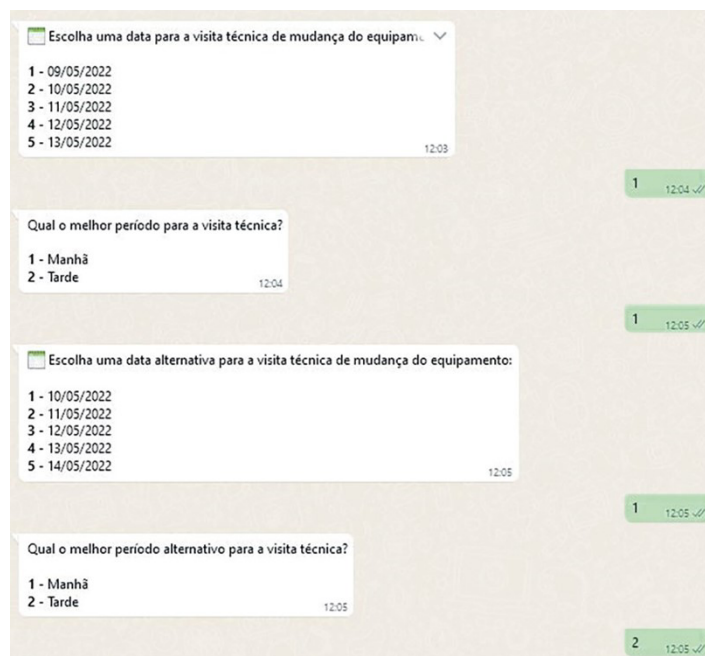
A atuação dessas lógicas pode ocorrer tanto em interações nas quais o caráter maquínico dos enunciados é exibido abertamente, quanto em interações nas quais se procura minimizar ou mesmo ocultar esse caráter por meio do uso de modalizadores, fórmulas de polidez e cortesia, marcadores conversacionais ou referências dêiticas de pessoa.

O exemplo na Imagem 2, que mostra um recorte de interação entre o programa de atendimento virtual de uma operadora de telefonia e o usuário do serviço, é representativo dos casos em que a natureza maquínica do processo é exibida de maneira bastante evidente.

Como se pode ver, o que se tem aí é uma comunicação em que os signos operam como instruções e botões de comando por meio dos quais se realizam *inputs* e *outputs* no maquinismo que realiza o procedimento, no caso o agendamento de uma visita do técnico da operadora. Trata-se de uma interação em que os enunciados de cada um dos interlocutores correspondem a comandos inseridos na máquina exclusivamente para a continuidade e o

‘sucesso’ da operação, similarmente ao que ocorre em uma operação bancária realizada pelo aplicativo do banco ou diante de um caixa eletrônico.

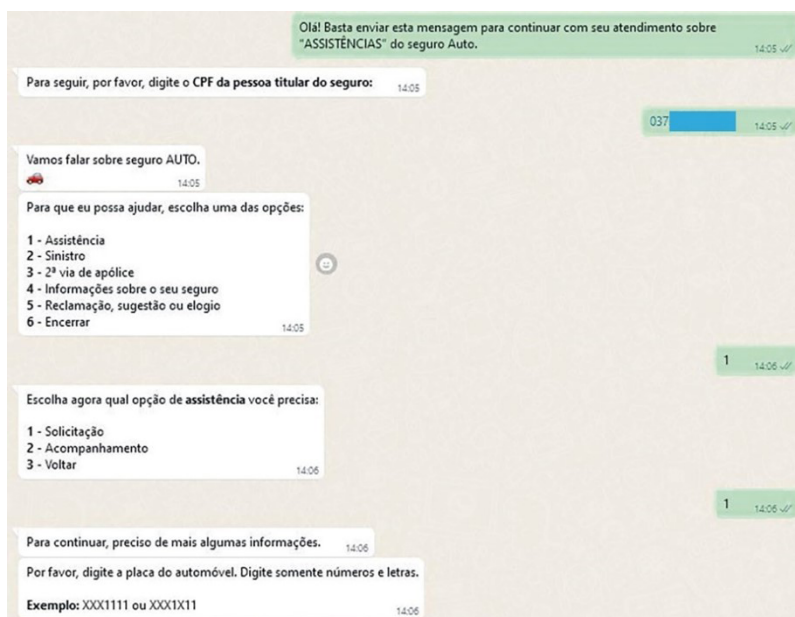
Imagem 2 – Troca de mensagem entre operadora de telefonia e usuário



Fonte: Autores.

A Imagem 3 apresenta uma situação muito semelhante, mas incorpora alguns elementos diferentes que atuam no sentido de suavizar a natureza maquínica da interação. Trata-se de um recorte em que um usuário de seguro interage com a inteligência artificial da seguradora por meio do mesmo aplicativo de mensagens. Tal como ocorre no caso anterior, também aí as sequências linguísticas funcionam não como produtoras de significados, mas como elementos constituintes do funcionamento de um maquinismo por meio do qual se realiza uma operação. Da mesma forma que na comunicação anterior, os signos atuam como mapas, diagramas e setas de orientação que indicam a direção do fluxo dos dados necessários ao sucesso do procedimento. Mais uma vez, signos linguísticos e não linguísticos atuando como *inputs* e *outputs* de uma operação em andamento.

Imagem 3 – Troca de mensagem entre seguradora e usuário



Fonte: Autores.

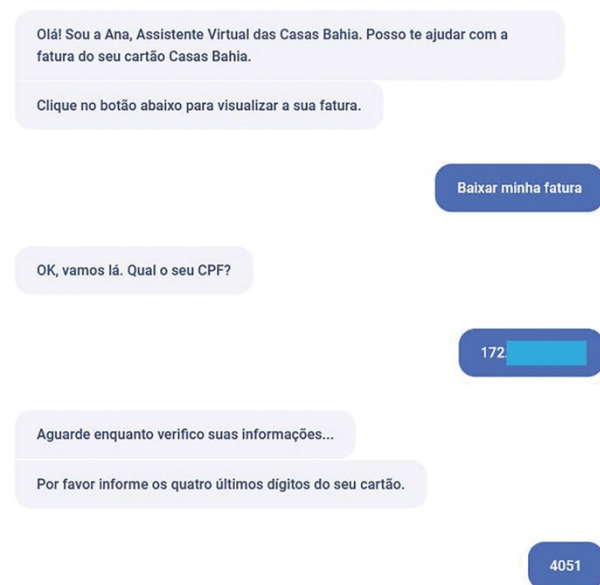
O elemento novo que merece ser assinalado é a inserção, ainda que discreta, de artifícios discursivos que buscam dar à interação uma aparência menos maquínica. O núcleo desses artifícios é a inscrição, no interior da enunciação, da figura de um enunciador que, ao dizer “eu” (“eu preciso”, “eu posso”), representa (encena) o papel de responsável pelos enunciados. É pela figura-artifício desse enunciador que outros artifícios são postos em ação. Um deles é a insinuação de um *ethos* enunciativo (Maingueneau, 2001) que se projeta como assistente (“para que eu possa ajudar”) e mobiliza recursos de cortesia e de polidez para conduzir o procedimento, como se evidencia pelo uso da fórmula *por favor*, para solicitar ao usuário um *input* de dados, e pelo uso do *nós* inclusivo implícito na frase “Vamos falar sobre seguro auto”, que busca produzir o efeito de reduzir a distância e aproximar os interactantes.

A observação das interações mediadas por computador (particularmente daquelas envolvendo agentes conversacionais artificiais, os chamados *chatbots*) evidencia que tem sido muito comum o recurso a marcas, traços e trejeitos com a intenção de dar a esses agentes conversacionais uma aparência mais humana, a fim de, com isso, obter uma maior adesão, envolvimento e colaboração do interlocutor (normalmente o usuário de um serviço ou comprador de um produto). Entre esses recursos está a atribuição de um nome próprio a esse agente. Não por acaso agentes conversacionais usados por grandes corporações têm um nome de identificação, como é o caso, por exemplo, de Bixbi (Samsung), Alexa (Amazon), Cortana (Microsoft) e Siri (Apple).

Programas de inteligência artificial usados no Brasil, dos mais rudimentares aos mais sofisticados, também se valem desse recurso. Um exemplo é Bia, a inteligência artificial do Bradesco, que foi alçada à condição de garota propaganda do banco em comerciais de tevê. Outro caso é o das Casas Bahia, como mostra a Imagem 4, em que o agente conversacional

da empresa se apresenta declinando seu nome (Ana), o ‘cargo’ (Assistente Virtual das Casas Bahia) e o seu propósito na interação (“Posso te ajudar com a fatura do seu cartão”).

Imagem 4 – Tela de atendimento de loja virtual



Fonte: Autores

Um dos aspectos que esse artifício põe em evidência é o que se poderia chamar de *tecnologização*, e está diretamente relacionado à servidão maquínica tal como caracterizada por Lazzarato (2014). Tem a ver com a capacidade do capitalismo contemporâneo (sobretudo nos seus polos mais avançados) de organizar a existência por meio de agenciamentos maquínicos que envolvem todas as dimensões da vida cotidiana, desde as mais íntimas e privadas até as mais públicas e sociais. Sob o governo desses maquinismos, como mostra Lazzarato, deixam de ter importância as distinções entre humano e não-humano, sujeito e objeto, natural e artificial, signos e coisas, uma vez que tanto uns quanto outros se convertem em agentes e, juntos, compõem as maquinarias técnicas e sociais pelas quais se realizam os diversos agenciamentos do sistema.

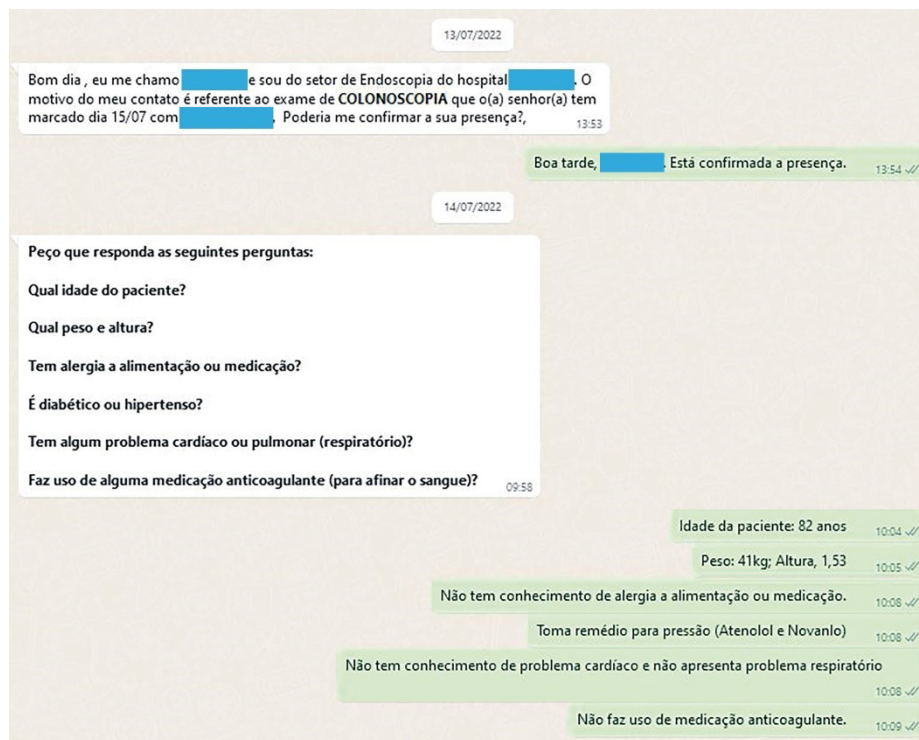
É sob o império da servidão maquínica que, como diz Lazzarato,

a relação sujeito/objeto, homem/máquina, ou agente/instrumento desaparece, dando lugar a uma configuração global no interior da qual há encontro/agenciamento de forças que não se dividem em “vivos” e “mortos”, subjetivo e objetivo, mas são todos “animados” de modos variados (forças físicas e subfísicas da matéria, forças de “corpo e mente”, humanas e subumanas, forças maquínicas, poder de signos etc.). Na servidão, as relações entre agentes e signos existem de fato, mas não são intersubjetivas; os agentes não são pessoas e as semióticas não são representativas. Agentes humanos, assim como agentes não humanos, funcionam como pontos de “conexão, junção e disjunção” de fluxos e como redes compo

o agenciamento coletivo empresa, sistema de comunicação e assim por diante (Lazzarato, 2014, p. 29-30).

Essa irrelevância da distinção entre o humano e o maquínico aparece, por exemplo, na interação mostrada na Imagem 5.

Imagem 5 – Troca de mensagem entre atendimento virtual hospitalar e usuário



Fonte: Autores.

Trata-se de uma interação entre o serviço de atendimento de exames de um hospital e o usuário. Ao iniciar a interação, o agente do serviço do hospital informa o seu nome (“eu me chamo xxxx”), o seu vínculo com o hospital (“sou do setor de endoscopia”) e o propósito da interação (“o motivo do meu contato é”). A partir daí tem-se uma sequência de ações linguísticas cujo sentido é apenas realizar a operação (no caso, fornecimento de dados com vista à preparação do exame). Note-se que do ponto de vista da efetividade dessa operação pouco importa se o agente do hospital que participa da interação é um agente humano, maquínico ou híbrido. Do ponto de vista da interação que de fato ali se realiza, é completamente irrelevante se o nome declinado pelo “eu” que se vincula ao setor de endoscopia do hospital pertence de fato ao que seria considerado um ser humano real ou é apenas um dos elementos do programa computacional a partir do qual o serviço funciona.

7 Considerações finais

Como desfecho da argumentação precedente, cabe fazer em particular duas considerações. A primeira é que a perspectiva aqui adotada busca se distanciar das abordagens nas quais a tecnologia é reificada e transformada em sujeito autônomo a partir de cujas determinações se constituem os processos históricos. Igualmente se distancia das abordagens nas quais a tecnologia e especialmente as tecnologias digitais são apresentadas como fenômenos inerentemente negativos ou positivos.

Em uma perspectiva diferente, o que se buscou mostrar ao longo do texto é que os modos como essas tecnologias se configuram na formação social contemporânea e as formas pelas quais elas participam dessa formação social decorrem de um conjunto de processos históricos nos quais se conjugam transformações de diferentes ordens, entre as quais jogam papel decisivo as transformações desenvolvidas no mundo do trabalho e da organização da produção.

A segunda é que a presença da tecnolinguagem (assim como a des-referencialização que ela enseja) está intimamente relacionada com o caráter financeirizado do capitalismo avançado, no qual a economia cada vez mais monetarizada e virtualizada promove o descolamento entre o dinheiro e as mercadorias, de modo que a acumulação do capital financeiro, como assinala Berardi, não mais se vincula à existência de uma riqueza material correspondente, ou seja, “não passa mais pela produção de mercadorias, vai direto para seu objetivo monetário, para a extração de valor a partir da mera circulação de dinheiro” (2020, p. 25). É nessas condições que, para Berardi,

a automação da palavra acontece em dois planos. O primeiro plano se relaciona à monetarização e à sujeição ao ciclo financeiro: signos são submetidos à dominação das finanças quando a função financeira (a acumulação de valor através da circulação semiótica) neutraliza o lado pulsional da enunciação, de modo a compatibilizar o enunciado aos formatos digital-financeiros. A produção de sentido e de valor se dá por partenogênese: sinais produzem sinais que já não passam pela carne. Valor monetário produz mais valor monetário sem sua prévia concretização por meio da produção material de bens (p. 20-21).

Aparentemente, a combinação da força das lógicas de informação e comunicação com a servidão maquínica e com as formas de subsunção capitalista do trabalho e da vida (de que a tecnolinguagem é uma das expressões) aponta, se desdobramos certas implicações dos raciocínios formulados na presente argumentação, para o aprofundamento das tendências centrípetas do universo da locução. Resta saber em que medida forças centrífugas (e quais) podem fazer frente a essas tendências e contribuir para a libertação ou, como diz Berardi (2020), para a insurreição da linguagem.

Declaração de autoria

O artigo é um desdobramento de um plano de trabalho integrante do projeto de pesquisa *PIE10355-2021 - Tecnologização do discurso e letramentos digitais - uma abordagem dialógica*, realizado no âmbito do PIBIC na Universidade Federal de Sergipe. Nadson Cardoso de Jesus atuou

como pesquisador voluntário e Luiz Rosalvo Costa como professor orientador. Neste artigo, Nadson Cardoso de Jesus participou com a coleta de dados e a redação inicial que teve como base o relatório final do PIBIC. Luiz Rosalvo Costa participou com as diretrizes teóricas, a definição da linha argumentativa, a estruturação/reestruturação do artigo e a redação final.

Referências

- ABÍLIO, L. C. Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia. In: *IHU Online*. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Edição 503, Abr-2017, pp. 20-27. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/503>. Acesso em 7/1/2023.
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão*. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BAKHTIN, M. *A teoria do romance I – A estilística*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015 [1934-35].
- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016 [1952-53].
- BERARDI, F. *Asfixia*. Capitalismo financeiro e insurreição da linguagem. Tradução: Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- BRAIDOTTI, R. *The posthuman*. Cambridge/UK, Malden/USA: Polity Press, 2013.
- BRIDLE, J. *A nova idade das trevas*. A tecnologia e o fim do futuro. Tradução: Érico Assis. São Paulo: Todavia, 2019.
- BRUNO, F. et al. (orgs.) *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. Tradução: Heloísa Cardoso Mourão et al. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 1) Tradução: Roneide Venancio Majer e Klaus Brandini Gerhardt. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações 1972-1990*. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 219-226.
- FUMAGALLI, A. *Bioeconomía y capitalismo cognitivo*. Tradução: Antonio Antón Hernández, Joan Miquel Gual Vergas y Emmanuel Rodríguez López. Madri: Traficantes de sueños, 2010.
- FUMAGALLI, A. A nova relação capital-trabalho ainda mais submersa na subjetividade (entrevista). Tradução: Moisés Sbardelotto. In: *IHU Online*. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Edição 503, Abr-2017, p. 8-15. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/503>. Acesso em 7/1/2023.
- GILLESPIE, T. *A relevância dos algoritmos*. Parágrafo, São Paulo, v. 6, n. 1, 2018, p. 95-121. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722>. Acesso em 7/1/2023.
- HAN, B-C. *No enxame*. Perspectivas do digital. Tradução: Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.
- HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo (vol. 1)*. Racionalidade da ação e racionalização social. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

- HARAWAY, D. Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. Tradução: Tomaz Tadeu. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (org.) *Antropologia do ciborgue. As vertigens do pós-humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 20. ed. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2010.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução: Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática Editora, 1996.
- LAZZARATO, M. *Signos, máquinas, subjetividades*. Tradução: Paulo Domenech Oneto e Hortência Lencastre. São Paulo: Edições Sesc, 2014.
- LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*. Tradução: Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LIPOVETSKY, G. *Os tempos hipermodernos*. Tradução: Mário Vilela. São Paulo: Barcarola, 2004.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Tradução: Cecília P. Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARAZZI, C. *O lugar das meias. A virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política*. Tradução: Paulo Domenech Onero. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MARAZZI, C. *Capital y lenguaje. Hacia el gobierno de las finanzas*. Tradução: Emilio Sadier. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.
- MARX, K. *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. Tradução: Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011[1857-1858].
- MEDVIÉDEV, P. *O método formal nos estudos literários – Introdução crítica a uma poética sociológica*. Tradução: Ekaterina V. Américo e Sheila C. Grillo. São Paulo: Contexto, 2012[1928].
- NEGRI, A. *Biocapitalismo. Entre Spinoza e a constituição política do presente*. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Iluminuras, 2015.
- PENNYCOOK, A. *Posthumanist Applied Linguistics*. London/New York: Routledge, 2018.
- SILVEIRA, S. A. Regulação algorítmica e os estados democráticos. *ComCiência - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, Dossiê Algoritmos*, dez-2018 a fev-2019. Disponível em <https://www.comciencia.br/regulacao-algoritmica-e-os-estados-democraticos>. Acesso em 21/1/2023.
- VALENTE, J. C. L. *Tecnologia, informação e poder: das plataformas online aos monopólios digitais*. 400 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2019.
- VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, [1929] 2017.
- VIRNO, P. *A gramática da multidão. Para uma análise das formas de vida contemporânea*. Tradução: Leonardo Palma Retamoso. São Paulo: Annablume, 2013.
- ZUBOFF, S. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. Tradução: Antonio Holzmeister Oswaldo Cruz e Bruno Cardoso. In: BRUNO, F. et al. (org.) *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. Tradução: Heloísa Cardoso Mourão et al. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.

“Isso aqui como que fala em português?”: um estudo sobre as práticas e ações interacionais em busca da intersubjetividade entre coreanos e brasileiros

“How do I say it in Portuguese?”: A Study on Interactional Practices and Actions in Search of Intersubjectivity Between Koreans and Brazilians

Aléxia Islabão dos Santos
Instituto Federal do Rio Grande do Sul
(IFRS) | Bento Gonçalves | RS | BR
alexiaislabao@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5107-0680>

Minéia Frezza
Instituto Federal do Rio Grande do Sul
(IFRS) | Bento Gonçalves | RS | BR
mineia.frezza@bento.ifrs.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-4480-898X>

Resumo: Esta pesquisa visa analisar interacionalmente excertos de um vídeo publicado no YouTube e intitulado “24 HORAS FALANDO PORTUGUÊS NO BRASIL!!!”. Nesse vídeo, três amigos coreanos frequentam diferentes estabelecimentos comerciais de São Paulo para interagir com falantes de português brasileiro. A partir das interações, é possível identificar diversas ações performadas para conseguirem se fazer entender enquanto falam esse idioma. A análise aprofundada dessas ações constitui o tema desta pesquisa. Através das interações disponíveis no vídeo, objetiva-se identificar quais práticas e ações interacionais foram utilizadas para atingir a intersubjetividade ao falar português como língua adicional com brasileiros. Como objetivos secundários, a pesquisa visa descrever essas práticas e ações de modo a verificar quais são exitosas no atingimento dos propósitos interacionais e, também, observar as práticas acionadas pelos falantes de língua portuguesa para facilitar o entendimento de Rico, organizador do vídeo analisado, e seus amigos na e pela fala-em-interação. Além disso, almeja-se evidenciar se essas práticas poderiam ser levadas para a sala de aula de Português como Língua Adicional (PLA). Para atingir os objetivos propostos, a presente pesquisa está ancorada na perspectiva metodológica da Análise da Conversa (Sacks; Schegloff; Jefferson, 1974), cujo principal objetivo é descrever ações utilizadas por falantes comuns ao participar de interações inteligíveis e socialmente organizadas. Para



essa análise, os dados foram transcritos por meio das convenções de Jefferson (1984) e Mondada (2022). A partir da transcrição e do escrutínio dos dados disponíveis, foi possível identificar várias práticas e ações relevantes para as interações ocorridas no vídeo, como mímicas e repetições. Essas ações foram descritas, de modo a evidenciar a construção conjunta de entendimento nesse contexto.

Palavras-chave: fala-em-interação; práticas e ações interacionais; Análise da Conversa.

Abstract: This research aims to interactively analyze excerpts of a video published on YouTube entitled “24 HOURS SPEAKING PORTUGUESE IN BRAZIL!!!”. In this video, three Korean friends visit different commercial establishments in São Paulo to interact with Brazilian Portuguese speakers. From the interactions, it is possible to identify several actions performed to make themselves understood while speaking this language. The in-depth analysis of these strategies constitutes our research theme. Through the interactions available in the video, we seek to identify which interactional actions and practices were used to achieve intersubjectivity when speaking Portuguese as an additional language with Brazilians. As secondary objectives, the research aims to describe these practices and actions in order to verify which ones are successful in achieving the interactional purposes and also to observe the practices put in place by Portuguese speakers to facilitate the understanding of Rico, organizer of the analyzed video, and his friends in and through speech-in-interaction. In addition, it aims to show whether these practices could be taken to the Portuguese as an Additional Language (PAL) classroom. To achieve the proposed objectives, this research is anchored in the methodological perspective of Conversation Analysis (Sacks; Schegloff; Jefferson, 1974), whose main objective is to describe actions used by common speakers when participating in intelligible and socially organized interactions. For this analysis, the data were transcribed using the conventions of Jefferson (1984) and Mondada (2022). From the transcription and scrutiny of the available data, it was possible to identify several practices and actions relevant to the interactions that occurred in the video,

such as mimes, gestures and repetitions. These actions were described in order to highlight the joint construction of understanding in this context.

Keywords: speech-in-interaction; interactional practices and actions; Conversation Analysis.

1 Introdução

O presente trabalho utiliza como contexto as dificuldades enfrentadas na comunicação entre pessoas de diferentes países, com idiomas maternos distintos. A perspectiva de pesquisa utilizada sugere que, dadas as dificuldades, os interlocutores envolvidos no diálogo utilizam recursos interacionais que, aplicados concomitantemente à fala, são capazes de superar os obstáculos encontrados, permitindo a continuidade da comunicação. Considerando isso, neste estudo foram analisadas falas de interagentes de países localizados em hemisférios completamente distintos.

Se poucos minutos a pé já podem causar tamanho estranhamento, imagine a metade de uma volta ao mundo. Essa foi a distância percorrida por Rico, nativo da Coreia do Sul e criador do canal coreano “Rico” no YouTube. Em seus vídeos, ele conta sua experiência como falante estrangeiro de português brasileiro, fala das suas viagens ao Brasil e de outros temas relacionados à nossa cultura e ao nosso país. Entre os vários vídeos publicados pelo jovem coreano, um destaca-se por permitir a análise da fala-em-interação, pois apresenta interações naturalísticas, objeto de interesse desta pesquisa (mais explicações na seção de metodologia). Trata-se do vídeo intitulado “24 HORAS FALANDO PORTUGUÊS NO BRASIL!!!”.

No vídeo supracitado, Rico e mais dois amigos, também coreanos, frequentam diferentes estabelecimentos comerciais de São Paulo, como farmácia, lojas e cafeterias, para interagir com brasileiros usando o português brasileiro. A partir das interações dos jovens coreanos com moradores do Brasil, é possível identificar diversas práticas e ações empregadas por ambos para conseguirem se fazer entender enquanto falam português. A análise dessas práticas constitui o tema de pesquisa do presente artigo. Através das interações disponíveis no vídeo, busca-se responder a seguinte pergunta-problema: quais são as principais práticas utilizadas por esses coreanos durante suas tentativas de serem compreendidos ao falar português como língua adicional?

Assim, o objetivo geral deste estudo é identificar quais práticas foram utilizadas por eles para atingir a intersubjetividade ao falar português como idioma não-materno com brasileiros. Nesse sentido, é necessário definir o conceito de intersubjetividade. Garcez (2008, p. 32) defende que a intersubjetividade “tem a ver com os participantes estarem ambos em um mesmo plano de entendimento quanto ao que estão fazendo em conjunto naquela junção interacional local”. Quando falamos, há momentos em que rupturas de entendimento acontecem. Nesses eventos, os cointeragentes geram inferências sobre o que aconteceu para que

¹ Link para o vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=3TeNiq1zXBI>

o entendimento não fosse alcançado e se reorganizam de modo a buscá-lo, que é o foco desta pesquisa em um contexto de interação entre coreanos e brasileiros.

Como objetivos secundários, a pesquisa visa descrever essas práticas e ações de modo a verificar quais são exitosas no atingimento dos propósitos interacionais e também observar as ações que os próprios brasileiros utilizam para facilitar o entendimento de Rico. Além disso, o estudo pretende evidenciar se essas práticas poderiam ser levadas para a sala de aula de Português como Língua Adicional (PLA).

De acordo com as professoras e pesquisadoras Bula e Kuhn (2020), o termo Português como Língua Adicional (PLA) começou a ser utilizado na Linguística Aplicada brasileira por volta de 2008 e 2009, por meio de discussões realizadas na UFRGS, no âmbito da produção dos “Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul”, especificamente na seção sobre ensino de inglês e espanhol em escolas (Schlatter; Garcez, 2009). No entanto, o termo “língua adicional” é utilizado internacionalmente há muito mais tempo. Schlatter e Garcez (2009, p. 127-128) argumentam que o termo língua adicional tem a ver com a língua aprendida ser acrescida à(s) outra(s) língua(s) do repertório linguístico do aluno. Sendo assim, a língua que está sendo aprendida passa a ser do estudante (ou seja, não é estrangeira, não é do outro ou estranha), constituindo mais um recurso para o seu agir no mundo. Além disso, o termo “adicional” não alude a categorizações aprioristas sobre as relações afetivas entre o aluno e a língua, o contexto e suas condições ou objetivos.

Considerando isso, este artigo se torna relevante para a área de ensino e aprendizagem de PLA, uma vez que a pesquisa busca identificar e explorar os recursos que auxiliam estudantes de português a se comunicarem. A partir dos resultados obtidos com a pesquisa, espera-se poder contribuir para a reflexão acerca desses recursos, de modo a viabilizar a proposta de novas abordagens capazes de serem utilizadas por professores da área. Dessa forma, este artigo justifica-se por seu objetivo de contribuir com o ensino de português para aprendizes do nosso idioma.

Para atingir os objetivos propostos, a presente pesquisa realizará a análise minuciosa das interações entre coreanos e brasileiros no vídeo selecionado. Para essa análise, foi feita a transcrição das interações conforme orienta a perspectiva metodológica da Análise da Conversa Multimodal (Mondada, 2014), cujo principal objetivo é descrever as ações utilizadas por falantes comuns ao participar de interações inteligíveis e socialmente organizadas (Heritage; Atkinson, 1984, p. 1). A partir do escrutínio dessas transcrições, foram identificadas quais práticas são utilizadas em cada interação. Ao final dessa análise, separamos cada prática em coleções, descrevendo sua recorrência e sistematização.

2 Recursos interacionais para atingir a intersubjetividade

A linguagem não é apenas de um fenômeno cognitivo, restrito ao conhecimento interno de cada indivíduo. Ela é, principal e fundamentalmente, um fenômeno social, adquirido e usado interativamente em diversos contextos e com uma variedade de finalidades (Hall, 2018, p. 30). Considerando esse propósito social da linguagem, compreende-se que aprender um idioma vai além da mera aquisição de habilidades linguísticas, envolvendo também o desenvolvimento da competência interacional de modo a aplicar essas habilidades em situações de interação social.

Nesse sentido, faz-se necessário definir o que entendemos por competência interacional. Trata-se de um conceito resultante de discussão crítica em relação à noção de competência linguística (Doehler, 2018; Hall; Doehler, 2011, Mondada, 2006), correspondendo ao conjunto dos recursos linguísticos e não-linguísticos que os interagentes empregam ao participarem de práticas sociais (Fillietaz, 2019). Esses recursos englobam a maneira como os falantes constroem e encadeiam os turnos de fala, iniciam e retomam tópicos, organizam coletivamente a interação, posicionam-se, enfim, realizam quaisquer ações interacionais (Fillietaz, 2018).

No entanto, em se tratando do contexto de aprendizagem de idiomas, é preciso mencionar que falar um outro idioma em níveis mais básicos de proficiência costuma ser uma tarefa bastante difícil mesmo quando as interações são dentro da própria sala de aula, entre colegas que compartilham a mesma língua materna. Quando as interações são realizadas diretamente com falantes nativos daquele idioma, essa dificuldade pode ainda ser intensificada, uma vez que não há possibilidade de usar a estratégia de mudar para o idioma nativo quando não se conhece alguma palavra. Isso pode ser comprovado pelos dados obtidos por Conceição (2020, p. 1360-1361) ao realizar uma pesquisa na qual estrangeiros adultos deveriam desenhar uma representação de si mesmos enquanto falantes de português como segunda língua. Como resultado, alguns participantes se desenharam na forma de crianças, justificando que se sentiam assim ao ter dificuldades para se expressar através da fala.

Em uma pesquisa realizada por Gullberg (2011), evidencia-se que, para contornar as dificuldades advindas do aprendizado de idiomas, os falantes podem valer-se do uso de táticas que facilitem ou, mais que isso, possibilitem a conversa. De acordo com essa mesma autora (2011, p. 137), essas táticas são chamadas de Estratégias de Comunicação. Para chegar a essa conclusão, Gullberg (2011) realizou uma pesquisa semelhante à proposta neste artigo. Foram analisadas as Estratégias de Comunicação utilizadas por alemães aprendizes de francês como segunda língua para atingir a intersubjetividade ao interagir com franceses. Devido à semelhança entre o objetivo desta pesquisa e o da pesquisa de Gullberg (2011), sua obra serviu de alicerce para este embasamento teórico.

O aprendizado de uma segunda língua é caracterizado por dificuldades causadas por aspectos fonológicos, lexicais, gramaticais e pragmáticos. As Estratégias de Comunicação surgem com o objetivo de superar essas dificuldades em situações de uso real da língua. Gullberg (2011, p. 137) define essas estratégias como um meio de associar a intenção comunicativa com a forma de expressá-la. Nas palavras dos pesquisadores Faerch e Kasper (1983, p. 36, tradução nossa), pioneiros no tema, essas estratégias podem ser vistas como “planos potencialmente conscientes para resolver alguma situação que se apresente como um problema para que um indivíduo possa alcançar um objetivo comunicativo específico”.

Na perspectiva da Análise da Conversa (doravante AC), as Estratégias de Comunicação são tratadas por práticas e ações. Aqui cabe destacar a diferença entre elas, conforme explicam Enfield e Sidnell (2017, p. 522): uma ação é construída a partir de seus componentes, como prosódia, palavras escolhidas, gramática e texto. Todos esses componentes contribuem simultaneamente para a importância da ação de um turno na conversa. A partir de uma mesma prática, podem ser implementadas diversas ações. Por exemplo, a prática de repetir uma palavra pode ser constituída pela ação de ensinar essa palavra para alguém, treinar a pronúncia, reforçar algo dito anteriormente, entre diversas outras possibilidades. Uma vez

que esta pesquisa está ancorada na perspectiva da AC, abordamos as estratégias de comunicação descritas por Gullberg (2011) como práticas e ações.

Dentre as diversas práticas existentes, destacamos duas consideradas mais relevantes para a pesquisa focada neste artigo: os gestos e as repetições. O conjunto de práticas mencionadas pode ser classificado como multimodal. Cruz *et al.* (2020, p. 2) explicam a multimodalidade a partir da perspectiva corporificada da interação, pela qual “considera-se que construímos os espaços interacionais multimodalmente” (Cruz *et al.*, 2020, p. 3). Ou seja, na construção desses espaços, utilizam-se recursos de diferentes modalidades, verbais e não-verbais, como recursos

[...] linguísticos (aspectos gramaticais, prosódicos, sintáticos, entoacionais e lexicais); corporais (posturas, gestos, direcionamentos do olhar) e materiais (referentes às relações múltiplas que temos de manuseio, referência e percepção sensorial de objetos e de elementos do espaço físico) (Cruz *et al.*, 2020, p. 3).

O apelo para o uso das mãos (ou outra parte do corpo) para compensar uma dificuldade linguística em uma conversa com um falante de outros idiomas é relativamente comum. Por exemplo, se alguém não souber como dizer a palavra “cigarro” em outro idioma, você pode indicar com os dedos a largura e o comprimento de um cigarro ou então imitar um fumante para ajudar outra pessoa a compreender o referente (Gullberg, 2011, p. 138). É interessante destacar que o uso de gestos não se restringe a situações de fala envolvendo línguas maternas e não maternas.

Pesquisas comprovam que o uso de gestos como uma prática de comunicação também pode ser feito por falantes do mesmo idioma. Goodwin (2000, p. 1497) demonstra isso através de uma análise das interações entre duas meninas falantes do mesmo idioma brincando de amarelinha². Na situação, uma das meninas diz para a outra que ela deve ir no número quatro, não no número cinco. Enquanto pronuncia as palavras “quatro” e “cinco”, a menina simultaneamente indica os respectivos números com os dedos das mãos.

Enquanto os gestos e as mímicas não demandam conhecimento linguístico, uma vez que podem ser realizados completamente em silêncio, a prática da repetição já demanda habilidades no idioma alvo. Todos os falantes passam por problemas para conseguir lembrar de uma palavra em algum momento (Brouwer, 2003, p. 537). Porém, para aprendizes de idiomas, além de um simples esquecimento, outro fator pode ocasionar a busca por uma palavra (em inglês, *Word Search*): o desejo de expressar recursos lexicogramaticais que eles ainda não adquiriram no idioma. Ou seja, quando a intenção comunicativa está além das habilidades linguísticas (Gullberg, 2011, p. 139). Brouwer (2003, p. 536) divide a necessidade de uso da busca por palavras em três fatores: 1. palavras indisponíveis no vocabulário do falante; 2. palavras esquecidas pelo falante no momento; 3. demanda do uso de uma estratégia de comunicação pelo contexto interacional.

O pedido de ajuda também é considerado uma forma de busca de palavras. São exemplos desses pedidos as frases “Como se diz isso em [idioma]?” ou “Eu não sei como falar isso” (Brouwer, 2003, p. 540). Ao expressar esse tipo de pedido de ajuda, é comum obter

² Amarelinha (Brasil) ou Jogo da Macaca (ou simplesmente macaca) em Portugal é uma brincadeira popular entre crianças. O jogo consiste em saltar num pé sobre oito quadrados riscados no chão, que compõem uma figura geométrica, salvo sobre aquele onde cair a pedra, que é lançada pelos jogadores antes de começarem a jogar.

como resposta a palavra ou expressão que estava sendo buscada. No caso de falantes de uma segunda língua, como Rico e seus amigos, notam-se frequentes repetições das palavras recém-aprendidas até que sejam completamente compreendidas. Na AC, dá-se o nome de repetição a esse fenômeno.

De acordo com Wong (2000, p. 408), o uso da repetição é tido como um recurso crucial para estudantes de uma segunda língua, pois, através dela, esses falantes conseguem aprimorar sua competência na língua de interação. Para esses aprendizes, o uso da repetição é frequente tanto na sala de aula quanto em contextos naturalistas, e pode ocorrer tanto na fala de professores e qualquer falante (aqueles que tentam ensinar) quanto na fala do próprio aprendiz (aquele que tenta compreender). Isso vai ao encontro do que defende Heritage (2010, p. 02 e 03) quando diz que a análise de uma ação linguística que não considera a variação contextual fica superficial e irrelevante. Afinal, é notável como as pessoas exploram o contexto na construção da fala: a repetição de uma palavra por um falante de um idioma como língua materna pode ter como objetivo tornar a pronúncia mais clara para o ouvinte, enquanto a repetição dessa mesma palavra pelo aprendiz pode ter como objetivo o treino dessa pronúncia.

As habilidades que cada falante possui para resolver problemas de comunicação dependem, dentre outros fatores, dos recursos linguísticos disponíveis em seu vocabulário, dos conhecimentos de mundo do falante e do acesso aos conhecimentos de mundo do ouvinte (Gullberg, 2011, p. 137). O tipo e a quantidade de práticas utilizadas pelos aprendizes de segunda língua dependem do nível de proficiência e da situação de uso da língua. Aprendizes de nível avançado optam por práticas mais complexas, enquanto aprendizes de nível básico externalizam suas dificuldades com mais frequência. Por exemplo, um aprendiz de nível básico pode usar a prática de emendar a fala com seu idioma materno quando houver a possibilidade (Gullberg, 2011, p. 138).

3 A Análise da Conversa

A fim de atingir os objetivos de pesquisa propostos, este artigo se apoiará na perspectiva teórico-metodológica da Análise da Conversa. A AC origina-se de um ramo do campo da Sociologia, chamado Etnometodologia, a qual foca nas interações entre participantes da conversa e no modo como eles tratam “suas ações e as ações dos outros” (Silva; Andrade; Ostermann, 2009, p. 02). O pioneiro da AC foi o sociólogo Harvey Sacks, que, a partir da análise de trechos de gravações de ligações para um centro de apoio a potenciais suicidas, descreveu os métodos utilizados pelas pessoas durante a fala-em-interação. Sacks faleceu muito jovem, mas seus estudos em torno da AC foram continuados pelos pesquisadores Emanuel Schegloff e Gail Jefferson (Silva; Andrade; Ostermann, 2009, p. 03).

Um requisito importante para a realização de pesquisas nessa perspectiva é “analisar interações naturalísticas”. Ou seja, dados devem ser “coletados no ambiente em que eles aconteceram”, e não “gerados a partir de um roteiro prévio” (Silva; Andrade; Ostermann, 2009, p. 04). Como a AC é uma perspectiva baseada em dados, não há hipóteses apriorísticas. Ou seja, não são analisados sentimentos, emoções e pensamentos, a não ser que eles apareçam

durante a interação. O que realmente se analisa são as ações, i.e., aquilo que foi efetivamente feito pelo falante no turno a turno interacional.

Dessa forma, em pesquisas que se utilizam da AC, é imprescindível que seja realizada a transcrição das conversas. Mais do que transformar texto oral em documento escrito, o procedimento de transcrever

obedece a uma série de convenções que sinalizam os diferentes aspectos que permearam uma determinada conversa (ou trecho de conversa) naquela hora e naquele local. Alguns dos aspectos que frequentemente são marcados nessas transcrições são: pausa (em centésimos de segundos), sobreposição de falas, entonação ascendente ou descendente, falas coladas (quando um participante começa a falar imediatamente após outro ter cessado sua fala), palavras proferidas de forma incompleta, aspiração ou expiração de ar durante a fala, entre outras que se mostrarem relevantes. (Silva; Andrade; Ostermann, 2009, p. 05)

Outros aspectos também podem ser observados quando se analisam as interações a partir da AC, como por exemplo as regras que organizam socialmente a fala entre as pessoas. Em 1974, um ano antes de sua morte, Sacks, junto de Schegloff e Jefferson, publicou o artigo “Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa”, cujo objetivo era demonstrar que organizar uma troca de turnos, ou seja, a troca dos falantes, é uma atividade fundamental para estabelecer uma conversa (Sacks; Schegloff; Jefferson, 2003, p. 11).

Para haver interação, mais de uma pessoa deve falar, e as pessoas falam obedecendo a turnos de fala que indicam a vez de cada um. “Na grande maioria dos casos, fala um de cada vez”, porém “ocorrências de mais de um falante por vez são comuns”, embora breves (Sacks; Schegloff; Jefferson, 2003, p. 14). A ordem e o tamanho dos turnos não são fixos, e a distribuição dos turnos também dificilmente pode ser especificada previamente, com exceção de algumas interações específicas, como entrevistas. Nesses casos, “os turnos de fala são pré-alocados, ou seja, ao entrevistador cabe perguntar e ao entrevistado, responder” (Silva; Andrade; Ostermann, 2009, p. 04).

Porém, é importante destacar que a troca de turnos não é aleatória. Um dos fundamentos da AC é de que as falas dos participantes dividem-se em pares. Nas palavras de Silva, Andrade e Ostermann (2009, p. 08), isso significa dizer que “aquilo que é dito em um turno de fala por um participante antecipa e limita as ações a serem produzidas no turno de fala seguinte do interlocutor”. Ou seja, espera-se que a próxima fala seja coerente com a anterior. Por exemplo, se uma pessoa agradece, espera-se que a outra pessoa responda ao agradecimento com alguma expressão como “de nada” ou “imagina”. Porém, não necessariamente essa expectativa é cumprida, de forma que a segunda parte do par pode não fornecer a sequencialidade esperada para a conversa. Quando isso ocorre, gera consequências interacionais com as quais os participantes têm que lidar (Silva; Andrade; Ostermann, 2009, p. 08).

Além dos aspectos mencionados acima, neste artigo também propomos a realização de uma análise multimodal, conforme mencionado no referencial teórico. De acordo com Silva, Andrade e Ostermann (2009, p. 05), “a principal maneira de se obter dados naturalísticos” é através da gravação das conversas “dos participantes em áudio e/ou em vídeo”. Porém, para que seja possível realizar a análise das interações considerando seu caráter multimodal, torna-se imprescindível capturar as ações dos sujeitos da pesquisa no formato de vídeo (Cruz *et al.*, 2020, p. 03).

4 Metodologia

Para a realização desta pesquisa, definiu-se como *corpus* um vídeo que cumpre com todos os requisitos necessários à metodologia de análise escolhida. O vídeo selecionado intitula-se “24 HORAS FALANDO PORTUGUÊS NO BRASIL!!!”, publicado no YouTube pelo canal Coreano Rico. Através de seu conteúdo, é possível acompanhar um dia de três coreanos falando somente português enquanto frequentam diferentes estabelecimentos comerciais no Brasil. Nesse material estão disponibilizadas a gravação do áudio e da imagem das ações dos sujeitos durante interações cotidianas registradas em contextos naturais de ocorrência. Portanto, esse *corpus* qualifica-se como passível de ser analisado sob o viés da AC multimodal.

Para compor a pesquisa, transcrevemos na íntegra, por meio das convenções de transcrição propostas por Jefferson (1984) e Mondada (2022), os trechos em que são utilizadas práticas e ações para se fazer entender durante as interações. As convenções de transcrição utilizadas podem ser observadas nos quadros abaixo:

Quadro 1 – Convenções de transcrição linguístico-textuais

(1.8)	Pausa
(.)	Micropausa
=	Fala colada
[texto]	Falas sobrepostas
,	Entonação contínua
↑texto	Entonação ascendente da sílaba
↓texto	Entonação descendente da sílaba
.	Entonação descendente do turno
?	Entonação ascendente do turno
-	Marca de interrupção abrupta da fala
:::	Alongamento de som
>texto<	Fala acelerada
>>texto<<	Fala muito acelerada
<texto>	Fala mais lenta
<<texto>>	Fala muito mais lenta
TEXT0	Fala com volume mais alto
°texto°	Volume baixo
°°texto°°	Volume muito baixo
<u>texto</u>	Sílaba, palavra ou som acentuado
(texto)	Dúvidas da transcritora
xxxx	Fala inaudível

((Texto.))	Comentários da transcritora
hhh	Riso expirado
hahahehehihi	Risada com som de vogal
{{rindo} texto}	Turnos ou palavras pronunciadas rindo
.hhh	Inspiração audível

Fonte: Modelo baseado nas propostas Jeffersonianas (1984) de transcrição e adaptado pelo grupo FEI com marcações sugeridas pelo GAT2 (Selting *et al.*, 2011).

Quadro 2 - Convenções de ações corporificadas

fig	Indica que naquele turno houve uma captura de tela
#	Indica o exato momento em que a captura de tela foi feita
*◆△○	Cada símbolo indica o início e o final das ações corporificadas de uma participante diferente
-->	A ação descrita continua por linhas subsequentes até que o símbolo --->* reapareça
-->>	A ação descrita continua depois do final do excerto
>>	A ação descrita inicia antes do início do excerto
.....	Preparação do gesto
-----	Ápice do gesto
.....	Retração do gesto

Fonte: Modelo de transcrição traduzido e adaptado pelo grupo FEI a partir da proposta de Mondada (2022).

Após, foi feita a separação de cada tipo de prática. Nessa fase, identificamos seis práticas de comunicação relevantes para as interações ocorridas no vídeo, sendo elas (1) alongamento de vogais ou *word Search*; (2) pedidos efetivos de ajuda; (3) pedidos de confirmação; (4) repetições; (5) mímicas; e (6) gestos. Mais adiante, considerou-se que mímicas poderiam estar na mesma categoria de gestos. Dessa forma, duas práticas (utilização de gestos e repetições) foram selecionadas para serem apresentadas neste artigo, bem como os turnos que as antecedem e sucedem. Das práticas selecionadas, foram identificadas cinco vezes a utilização de repetições, duas vezes de mímicas e oito vezes de gestos. Desses dados, alguns exemplos serão analisados na sequência. Depois, cada prática encontrada nos dados foi vinculada às conversas transcritas junto de suas respectivas análises.

5 Análise de dados

As próximas subseções apresentam a análise realizada a partir da transcrição dos dados. Cada prática foi separada em um subtítulo diferente, para ser analisada separadamente. Junto de cada análise, também é exibida a respectiva transcrição.

5.1 Gestos

A prática de gestos pode ser classificada em categorias. Por exemplo, uma categoria que pode ser destacada de gestos são as mímicas, tratadas na sequência. Aqui, nesta subseção, são consideradas outras categorias de gestos que acompanham e reforçam a fala também encontradas durante as interações de Rico com brasileiros, como o ato de apontar o dedo para indicar ou a demonstração de quantidade com os dedos. O Excerto 1 demonstra um exemplo de interação na qual os gestos representaram uma parte importante da comunicação.

Excerto 1: Rico pede orientação sobre a dosagem do xarope

- 40 RICO: *esse aqui toma:: (.) quantas ↑vez*
bate ponta dos dedos na caixa de remédio
- 41 (0.5)
- 42 FARMACÊUTICO: esse ↑aí (0.4) aqui ó (.) Δcinco- (0.3)Δ
Δ mostra cinco dedosΔ
- 43 pra Δvo↑cê#
fīg #fīg1
Δaponta indicador para rico-->
- 44 RICO: *m*
assente com a cabeça
- 45 FARMACÊUTICO: vo↑cêΔ
-->Δ
- 46 RICO: *°sim°*
assente com a cabeça
- 47 FARMACÊUTICO: [dez]-
- 48 RICO: [eu sou]
- 49 eu sou coreano
- 50 FARMACÊUTICO: dez mls três vez por dia

Figura 1 – Farmacêutico aponta para Rico



Fonte: Coreano Rico, YouTube, 2019.

Na transcrição, é possível notar o uso frequente de gestos, tanto pelo farmacêutico (brasileiro) quanto por Rico (coreano). Na linha 40, nota-se que, mesmo que Rico tenha à sua disposição todo o vocabulário necessário para referenciar o remédio (“esse aqui”) e para solicitar a informação sobre quantas vezes é preciso tomá-lo, ele ainda se vale do recurso de um gesto para indicar o referente (batendo as pontas dos dedos na caixa para indicar que “esse aqui” é o remédio). Isso remete ao assunto tratado anteriormente no referencial teórico, de que gestos podem ser utilizados como recurso interacional mesmo entre falantes do mesmo idioma. Ou seja, um amplo conhecimento da língua não limita o uso dos gestos, que podem ser utilizados de modo a complementar, ou reforçar, as ações interacionais performadas pela fala.

Ao introduzir o uso de gestos na comunicação, Rico possivelmente faz com que o farmacêutico se oriente para a categoria de falante de outro idioma, o que o leva a ajustar sua fala para também incluir a utilização de gestos. Dessa forma, primeiro o farmacêutico exhibe o número cinco com os dedos (linha 42), iniciando a oferta de informação, e depois aponta para Rico (linha 43), em uma sequência de turno na qual ele solicita a confirmação de que Rico é o paciente.

Porém, nota-se que o gesto sozinho não é completamente aceito na interação, pois quando Rico confirma assentindo com um gesto de cabeça e emitindo um “m” (típica confirmação utilizada por coreanos, que substitui nosso “mhm” em português) na linha 44, o farmacêutico fica em dúvida e repete a solicitação de confirmação novamente (linha 45). Isso faz com que Rico se oriente a complementar o gesto com uma palavra: “sim” (linha 46). Somente a partir daí o farmacêutico oferece a informação a Rico, indicando a dose de 10 ml de xarope três vezes ao dia.

5.1.1 Mímicas

A primeira prática de comunicação utilizada por Rico ao adentrar o primeiro estabelecimento comercial do vídeo foi a mímica. Ao chegar em uma farmácia, Rico informa a farmacêutica de que deseja comprar um remédio, mas ele não sabe qual palavra utilizar para identificar o remédio necessário nem o sintoma que deseja tratar. Então, na sequência, ele imita uma pessoa tossindo para indicar que o remédio que ele deseja comprar é um remédio para tosse. O Excerto 2 ilustra essa sequência interacional.

Excerto 2: Rico faz mímica para dizer “tosse”

- 3 RICO: *ah#, ah, ah*
 fig #fig2
 coloca punho fechado na frente da boca
- 4 FARMACÊUTICA: ↑tosse
- 5 RICO: *ó*
 assente com a cabeça
- 6 FARMACÊUTICA: pra vo↑cê

Figura 2 – Rico imita uma pessoa tossindo



Fonte: Coreano Rico, YouTube, 2019.

Quando Rico imita uma pessoa tossindo com a mão fechada em punho na frente da boca (linha 3), a farmacêutica rapidamente assimila sua mímica com o sintoma de tosse, conforme podemos notar pela oferta de um item lexical candidato (linha 4). A ação da farmacêutica, com uma única palavra, é o suficiente para oferecer ao estrangeiro o vocabulário que lhe faltava na especificação do sintoma para o qual precisavam comprar remédio. Rico responde com uma típica forma de confirmação utilizada em coreano: “ó” (linha 5). É possível dizer que “ó” está para o coreano assim como “mhm” (som comum de confirmação produzido apenas

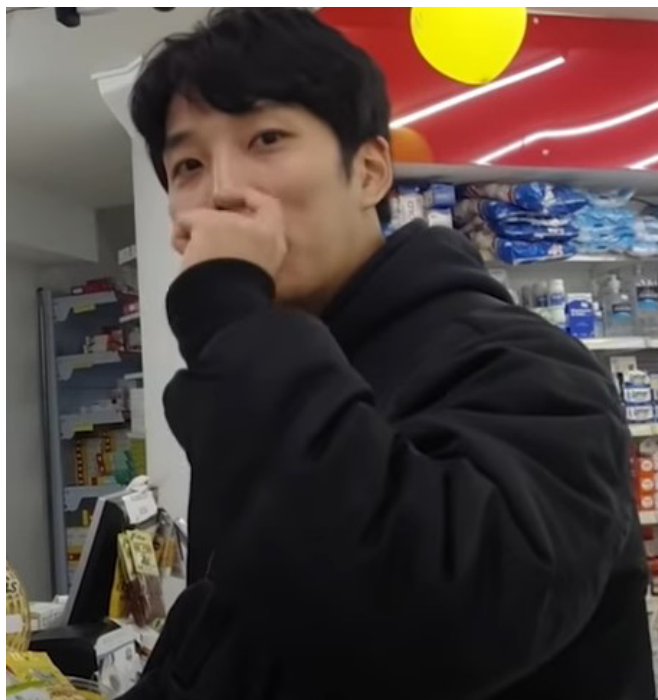
pela garganta enquanto a boca permanece fechada, soa literalmente algo como *uhum / ahã*) está para o português. Ambos representam uma forma de confirmação curta e informal. No português brasileiro, não reconhecemos a forma “ó” como uma expressão de concordância, mas Rico complementa sua fala com um gesto afirmativo de cabeça. Isso foi o suficiente para que a farmacêutica passasse para o próximo passo na conversa: perguntar para quem ele estava comprando o remédio (linha 6).

A segunda vez que ocorre mímica no vídeo também é dentro da farmácia, quando a farmacêutica indica que Rico deve tomar o copinho de xarope cheio (linha 59). Ele associa virar um copinho de xarope a virar um copo de caipirinha. Então Rico brinca que é possível tomar caipirinha da mesma forma e imita uma pessoa virando um copo de bebida (linha 62).

Excerto 3: Rico faz mímica virando copo de bebida

- 59 FARMACÊUTICA: O tomá o copinho cheio O
 O exhibe copinho de xarope O
- 60 RICO: *ah:: ↑ enche*
 toca indicador na borda do copinho
- 61 FARMACÊUTICA: isso
- 62 RICO: *quase toma caipirinha assim*#
 fīg #fīg3
 olha para amigo e simula virar copo 4 x usando o indicador e polegar

Figura 3 – Rico imita uma pessoa virando copo de bebida alcoólica



Fonte: Coreano Rico, YouTube, 2019.

Aqui é interessante observar que a mímica de Rico pode ter sido influenciada por fatores culturais. Na Coreia existe uma bebida alcoólica bastante comum chamada *soju*. Essa bebida é comumente servida em copinhos pequenos, para ser virada de uma vez só igual um *shot*. Já a caipirinha brasileira é servida em copos grandes, com bastante gelo e geralmente acompanhada de canudo. Veja a comparação dos copos de caipirinha e de *soju* na imagem abaixo.

Figura 4 – Comparação entre os copos de caipirinha (à esquerda) e *soju* (à direita)



Fonte: Imagem de *macrovector_official* no *Freepik*.

O gesto da mão que representa um copo pequeno pode estar associado ao copinho de tomar xarope, mas também pode estar associado ao copinho de *soju*. Portanto, a mímica de virar o copinho como se vira um *shot* pode ter relação com o tamanho do copo de xarope, que deve ser preferencialmente tomado em único gole, mas também pode ser uma associação cultural do modo como se bebe *soju* na Coreia, com o copo pequeno e também em um gole só.

5.2 Repetições

No vídeo analisado, chama a atenção o uso frequente de repetições de palavras. Tanto os coreanos quanto os brasileiros repetem várias vezes a mesma palavra em situações diversas. Conforme demonstram Heritage (2010) e Wong (2000) em suas pesquisas, no âmbito da Análise da Conversa a repetição de uma mesma palavra ou expressão pode implementar diferentes ações interacionais, como demonstrar compreensão de uma mensagem, preceder a resposta de uma pergunta, iniciar a resolução de um problema de intersubjetividade, entre outros. Dessa forma, é possível considerar que os brasileiros repetem as palavras ao se orientar para o fato de os coreanos serem aprendizes do idioma, enquanto que os coreanos repetem para treinar a pronúncia e confirmar com os brasileiros se estão falando adequadamente. O vídeo apresenta vários exemplos disso, o primeiro a ser percebido ocorre na farmácia, quando os farmacêuticos ensinam aos coreanos a palavra “catarro”. Veja a transcrição dessa conversa no Excerto 4:

Excerto 4: Repetição da palavra “catarro”

18	AMIGO 1:	esse- bobão (0.6) fala: ah ah amalelo amalelo
19	RICO:	haha[hahaha]
20	FARMACÊUTICO:	[↑ah catarro]=
21	FARMACÊUTICA:	=cat[arro]
22	AMIGO 1:	[amale]lo
23	RICO:	*(.)* *aproxima o rosto da farmacêutica*
24	FARMACÊUTICA:	catarro
25	RICO:	*(.)* *olha para o farmacêutico*
26	FARMACÊUTICO:	catarro
27	RICO:	*CATARRO* *aponta e olha para o amigo*
28	RICO:	[hahahahaha]
29	FARMACÊUTICA:	[hahahahaha]
30	FARMACÊUTICO:	[hahahahaha]
31	AMIGO 1:	xxx esse-
32	AMIGO 2:	catarro
33	AMIGO 1:	esse bobão
34	RICO:	catarro

Somente no espaço da transcrição acima, brasileiros e coreanos repetem a palavra “catarro” sete vezes, performando diferentes ações de uma mesma prática. Na primeira ocorrência da palavra, na linha 20, o farmacêutico introduz a palavra “catarro” na conversa, demonstrando finalmente ter compreendido qual era o sintoma para o qual os estrangeiros precisavam de remédio. Na sequência, na linha 21, a farmacêutica repete a palavra direcionando-a a Rico e seus amigos, ensinando a eles o vocabulário pretendido. Nas linhas 24 e 26, ambos os farmacêuticos repetem a palavra mais uma vez, escandindo bem as sílabas enquanto Rico aproxima a cabeça para mais perto deles, o que reforça a ideia de que, nesse turno, a prática de repetir a mesma palavra implementa a ação de ensinar sua pronúncia. Quando Rico entende a palavra nova, ele executa a mesma prática de repeti-la, em tom bem alto (linha 27), mas modificando a ação para o repasse de informação aos amigos. Então, Rico e um de seus amigos executam a prática de repetição de novo (linhas 32 e 34), dessa vez sem direcionar o olhar para ninguém em específico, o que pode indicar que nesse turno a ação empregada foi a de treinar a própria pronúncia.

Uma situação semelhante acontece quando Rico chega ao McDonald’s e tenta aprender com uma das clientes presente na loja, brasileira, qual é a pronúncia do nome da franquia

em português. Enquanto ela tenta ensinar e Rico tenta aprender, ambos repetem a palavra “McDonald’s” doze vezes. A transcrição desse momento encontra-se abaixo, no Excerto 5:

Excerto 5: Rico aprende a dizer “McDonald’s”

- 125 RICO: *mcdonald's*
olha para a câmera
- 126 *a↑ssim* vocabu↑lário
olha para cliente
- 127 CLIENTE: sim
- 128 RICO: *(0.5)*
olha para câmera mcdonauds
- 129 então (.) cheguei no mcdonald's
- 130 *(1.8)*
olha para a cliente
- 131 a↑ssi(h)m
- 132 CLIENTE: {{rindo} tá ↑certo}
- 133 RICO: {{rindo} tá *certo*}
olha para a câmera
- 134 *porque* eu já gravei no:: * * e-
olha para cliente *olha para a câmera*
- 135 *mcdo↑nauds*
olha para cliente
- 136 CLIENTE: mcdonald's
- 137 RICO: *mcdonald's* (0.4) mcdonald's (.)
olha para a câmera
- 138 mas *(1.0)* muitos meus inscritos ri- deram ri- risada
olha para cliente
- 139 CLIENTE: [hahaha]
- 140 [por (.)] causa do (.) vocabulário ↑né
- 141 *então* eu vou aprender pra ela
olha para câmera
- 142 mc- *mcdonald's*
olha para cliente
- 143 CLIENTE: sim
- 144 RICO: *(0.5)* em português é mcdonald's gente

		olha para a câmera
145		mcdonald's
146	AMIGO 1:	não é mcdonaude
147	RICO:	*mcdonaude ↑ não*
		volta a olhar para a cliente
148	CLIENTE:	◆ não ◆
		◆ nega com a cabeça e balança o indicador ◆

Depois de confirmar com a cliente a pronúncia da palavra McDonald's, Rico tenta repetir essa palavra olhando para a câmera, para dar continuidade ao seu vídeo (linha 125). No entanto, antes de prosseguir com o conteúdo do vídeo, ele volta a olhar para a cliente, pedindo sua confirmação quanto a pronúncia (linha 126). Quando ela confirma (linha 127), Rico novamente tenta formular sua frase para os telespectadores que assistirão ao vídeo (linha 129). Porém, no meio da frase, ele busca por nova aprovação de sua pronúncia, voltando o olhar para a cliente mais uma vez (linha 131).

Após a aprovação da cliente, Rico tenta formular sua frase pela terceira vez (linha 134), no entanto, ao pronunciar "McDonald's", novamente ele troca o olhar da câmera para a cliente e pede a confirmação de sua pronúncia (linha 135). Dessa vez, Rico realmente havia errado a pronúncia, então a cliente corrige-o, repetindo a palavra em sua pronúncia (linha 136). Ao ouvir a pronúncia de novo, Rico volta a executar a prática de repetição duas vezes (linha 137), porém dessa vez não utiliza mais a ação de solicitar confirmação de pronúncia. Pela pausa que Rico faz logo na sequência da primeira repetição da palavra "McDonald's" na linha 137, é possível inferir que ali está sendo implementada a ação de simplesmente repetir o que recém havia sido dito pela cliente. Já a segunda repetição dessa mesma linha parece ser utilizada para dar continuidade ao assunto que Rico deseja falar para a câmera.

Aqui cabe observar que as sucessivas mudanças de foco entre a cliente e a câmera, percebidas ao longo de todo o Excerto 5, podem ser um dos fatores que causam em Rico a necessidade constante de confirmação da pronúncia da palavra. Afinal, uma vez que sua atenção está sempre dividida entre o que a cliente diz e o que ele pretende dizer em sua performance para o vídeo, essa interação possui duas estruturas de participação: uma envolvendo Rico e a cliente e outra envolvendo Rico e a câmera, projetando futuros telespectadores.

Na linha 141, Rico diz para a câmera "eu vou aprender pra ela", ou seja, ele diz aos futuros telespectadores que vai aprender com a cliente a pronúncia do nome da franquia. Então, na sequência (linha 142), ele repete a palavra "McDonald's" para a cliente. Dessa vez, a ação performada parece ser diferente dos pedidos de confirmação anteriores. Devido ao que Rico falou na linha anterior (linha 141), é possível compreender que na linha 142 ele executa a prática de repetição através da ação de demonstrar aos telespectadores que está realmente aprendendo, conforme ele avisou que faria. Ela confirma (linha 143), e Rico repete a palavra para a câmera (linha 144), novamente demonstrando implementar uma ação diferente. Dessa vez, ao dizer "em português é mcdonald's gente", entende-se que a ação pela qual Rico executa a prática de repetição envolve anunciar a pronúncia aos telespectadores. Na linha 145, Rico ainda repete mais uma vez a palavra, dessa vez parecendo reforçar o que já havia

sido dito antes. Na linha 146, o amigo de Rico intervém dizendo que a forma que Rico falava antes estava errada. Ao ouvir a pronúncia antiga dita pelo amigo, Rico solicita uma última confirmação com a cliente (linha 147).

Depois que a cliente nativa ensina a forma brasileira de pronunciar o nome da rede americana de *fast food*, os três amigos coreanos se reúnem para comer e ficam repetindo a palavra entre si até conseguir chegar na entonação mais próxima da ensinada. Veja o Excerto 6:

Excerto 6: Rico e amigos treinam a pronúncia do nome “McDonald’s”

- 149 RICO: mcdonaude (0.3) não
150 mcdonald's
151 AMIGO 1: mcdonald's
152 RICO: mcdonald's
153 AMIGO 2: não eu acho que:: se chama mcdonaude mais fácil
154 >entendeu< (0.9) é bem vocabulário mcdonaude
155 RICO: mcdonaude mcdonald's (.) mcdonald's
156 AMIGO 2: mcdonald's
157 RICO: mcdonald's
158 AMIGO 2: mcdonald's

Rico dá início a uma nova sequência de práticas de repetição, primeiro pronunciando a palavra da forma errada que fazia antes seguida de um “não” (linha 149), o que transmite a ideia de que a ação implementada foi reforçar que essa pronúncia está errada. Na sequência, ele repete a mesma palavra com a pronúncia adequada (linha 150). Seguido dele, um de seus amigos também repete a pronúncia adequada (linha 151) e Rico o segue (linha 152). O outro amigo repete a forma inadequada duas vezes enquanto tenta explicar o motivo por que ele acha que essa forma parece mais adequada (linhas 153 e 154). Ao ouvir esse argumento, Rico repete a palavra três vezes, primeiro com a pronúncia errada e depois duas vezes com a pronúncia adequada (linha 155), o que permite entender que a ação implementada por essa prática de repetição é a de comparar as duas pronúncias. A pausa que ele faz entre a primeira e a segunda vez que repete a palavra com a pronúncia adequada faz parecer que ele está refletindo sobre isso. Da linha 156 até a linha 158, Rico e o amigo que acredita que a pronúncia errada faz mais sentido se intercalam repetindo a palavra na pronúncia, possivelmente implementando a ação de treinar o som da palavra.

Apesar de essas repetições não serem uma situação típica do fazer-se entender em português, esse momento de aprendizagem e treino de vocabulário é muito importante para que os três estrangeiros sejam capazes de formular sentenças no futuro e serem compreendidos. O próprio Rico conta que foi motivo de piada por não ser capaz de pronunciar a palavra “McDonald’s” em um vídeo anterior (linha 138 do Excerto 5). Dessa forma, a prática de repetição também foi considerada relevante dentro das interações do vídeo, levando em conta seu sentido de integrar a comunicação presente e possibilitar uma melhor comunicação no futuro.

6 Considerações finais

Com a análise acima, é possível observar que o objetivo geral proposto por este artigo – identificar quais práticas foram utilizadas por um grupo de coreanos para atingir a intersubjetividade ao falar português como língua adicional com brasileiros – foi alcançado. A partir da transcrição e do escrutínio dos dados disponíveis, foi possível identificar seis práticas de comunicação relevantes para as interações ocorridas no vídeo, das quais duas foram selecionadas para serem apresentadas neste artigo. Essas duas práticas foram descritas, de modo a permitir que fossem verificados seus formatos e ações dentro dos propósitos interacionais revelados no turno a turno a partir da perspectiva dos participantes. Durante a observação dos dados, também foi possível verificar as práticas que os brasileiros utilizaram a fim de facilitar o entendimento dos coreanos. Sendo assim, também se atingem os objetivos secundários inicialmente propostos.

Além disso, este estudo também se propôs a buscar evidenciar se alguma dessas práticas poderia ser levada para a sala de aula de Português como Língua Adicional (PLA). Conforme é possível notar em materiais didáticos e cursos de ensino de idiomas, como a coleção de livros “Cambridge” (2017) (para Inglês) e os cursos online “Pula Muralha” (para Mandarim) e Coreano Online (para Coreano), a prática de repetição é bastante utilizada no aprendizado de vocabulário. Os métodos de ensino dos três possuem em comum atividades em que o professor fala uma palavra e os alunos a repetem para fixar. Através do vídeo, que ilustra um contexto fora de sala de aula, nota-se que a repetição também é um recurso importante para os falantes estrangeiros, pois eles utilizam dessa prática para realizarem diferentes ações, como ensinar, treinar, comparar pronúncias, entre outras, conforme é possível observar nas análises dos Excertos 4, 5 e 6.

Porém, a principal lição decorrente da análise do vídeo de Rico está na importância de perder o medo de falar, pois mesmo com algumas dificuldades, os três coreanos aceitaram o desafio de conversar somente em português e isso acrescenta muito no vocabulário deles. Somente durante os poucos minutos do vídeo, os coreanos aprendem mais de cinco pronúncias em língua portuguesa e vocábulos novos, como “catarro”, “tosse”, “xarope”, “pelo”, “McDonald’s”, entre outros. Isso evidencia que mais importante do que as práticas em si, é o desafio de falar somente a segunda língua por um dia inteiro, já que esse foi o ponto-chave para os novos aprendizados. Dessa forma, sugere-se como trabalho futuro a possibilidade de elaborar e testar propostas que permitam aos estudantes desafiarem-se a passar determinado período falando somente a segunda língua. Para isso, poderiam ser criados alguns ambientes imersivos que simulem o comércio e as possíveis interações que os alunos poderão se deparar ao usar a segunda língua fora do país.

Vale a pena mencionar que existe uma linha da AC que lida com o desenvolvimento de uma língua adicional em contextos de “vida real”, o que é chamada “*learning in the wild*”, i.e., “aprendendo na natureza” (Wagner, 2015). Nesse sentido, este trabalho está inserido nos estudos dessa linha e observa, por meio de uma análise multimodal microinteracional, o papel dos recursos corporificados (como os gestos e as mímicas) como um componente com um importante potencial para o ensino de PLA – muitas vezes, valoriza-se apenas o verbal e não se foca em outros aspectos de competência interacional como o uso de diferentes recursos multimodais.

Ademais, também é importante observar como questões culturais perpassam o estudo dos gestos, conforme é possível observar pelas comparações do copo de caipirinha com o copo de *soju*. Gestos que em um país podem ser comuns, em outro lugar podem se tornar desrespeitosos e até ofensivos. Por exemplo, ao chamar alguém no Brasil podemos utilizar um gesto com a palma da mão virada para cima, mexendo os dedos na nossa direção. Já na Coreia do Sul, chamar alguém com a palma da mão para cima é desrespeitoso, a palma da mão deve estar virada para baixo. Isso demonstra a importância do estudo e análise do uso de gestos em comunicações que envolvem falantes interculturais.

Cabe ainda ressaltar que, apesar de este estudo investigar um contexto específico com falantes coreanos e brasileiros, as práticas e as ações analisadas aqui independem da nacionalidade do falante. Isso significa que elas podem ser utilizadas por falantes de qualquer idioma e para falar em qualquer outro idioma estrangeiro do qual sejam aprendizes. Dessa forma, conclui-se que esta pesquisa integra uma contribuição para a área do Português como Língua Adicional com o apoio da Análise da Conversa, agregando outros estudos já feitos no mesmo ramo.

Declaração de autoria

A primeira autora conceptualizou o estudo e transcreveu os dados. Ambas as autoras se dedicaram integralmente à revisão de literatura, ao desenvolvimento da metodologia, à análise, à revisão, ao processo de desenvolvimento, à conclusão da pesquisa e à redação do artigo.

Referências

24 HORAS FALANDO PORTUGUÊS NO BRASIL!!!, Coreano Rico, YouTube, 2019, 1 vídeo (14 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3TeNiq1zXBI>. Acesso em: 18 de mai. de 2022.

BROUWER, C. E. Word Searches in NNS-NS Interaction: Opportunities for Language Learning? *The Modern Language Journal*, Winter, v. 87, n. 4, p. 534-545, 2003 DOI: <https://doi.org/10.1111/1540-4781.00206>

BULLA, G. S.; KUHN, T. Z. ReVEL na Escola: Português como Língua Adicional no Brasil - perfis e contextos implicados. *ReVEL*. v. 18, n. 35, p. 1-28, 2020. Disponível em: www.revel.inf.br Acesso em: 10 jan. 2023.

CONCEIÇÃO, M. P. O si mesmo como um outro: identidades em narrativas visuais de aprendizes de português como segunda língua. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 59, n. 2, p. 1339-1372, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/010318137296611820200609>

CRUZ, F. M. da; OSTERMANN, A. C.; ANDRADE, D. N. P.; FREZZA, M. O trabalho técnico-metodológico e analítico com dados interacionais audiovisuais: a disponibilidade de recursos multimodais nas interações. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 1-36, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-460X2019350404>

DOEHLER, S. P. Elaborations on L2 interactional competence: the development of L2 grammar-for-interaction. *Classroom Discourse*, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 3-24, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/19463014.2018.1437759>

- ENFIELD, N. J.; SIDNELL, J. On the concept of action in the study of interaction. *Discourse Studies*, [s.l.], v. 19, n. 5, p. 515–535, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461445617730235>
- FAERCH, C.; KASPER, G. Plans and strategies in foreign language communication. In: FAERCH, C.; KASPER, G. (eds.). *Strategies in Interlanguage Communication*. London: Longman, 1983. p. 20-60.
- FILLIETAZ, Laurent. La compétence interactionnelle: un instrument de développement pour penser la formation des adultes. *Éducation Permanente*, [s.l.], v. 3-4, n. 220-221, p. 185-194, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3917/edpe.220.0185>
- FILLIETTAZ, L. *Interactions verbales et recherche en éducation*. Genève: Université de Genève, 2018.
- GARCEZ, P.A perspectiva da análise da conversa etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, L.; JUNG, N. (orgs.). *Fala-em-interação social: uma introdução à análise da conversa etnometodológica*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008. p. 17-38.
- GOODWIN, C. Action and embodiment within situated human interaction. *Journal of Pragmatics*, [s.l.], v. 32, n. 10, p. 1489-1522, 2000. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(99\)00096-X](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(99)00096-X)
- GULLBERG, M. Multilingual Multimodality: Communicative Difficulties and Their Solutions in Second-Language Use. In: STREECK, J.; GOODWIN, C.; LEBARON, C. *Embodied Interaction: Language and Body in the Material World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p.137-151.
- HALL, J. K. From L2 interactional competence to L2 interactional repertoires: reconceptualising the objects of L2 learning. *Classroom Discourse*, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 25-39, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/19463014.2018.1433050>
- HALL, J. K.; DOEHLER, S. P. L2 Interactional Competence and Development. In: HALL, J. K.; HELLERMANN, J.; DOEHLER, S. P. (eds.), *L2 Interactional Competence and Development*, Bristol/Buffalo/Toronto: Multilingual Matters. 2011. p. 1-15. DOI: <https://doi.org/10.21832/9781847694072>
- HERITAGE, J. Conversation Analysis: Practices and Methods. In: SILVERMAN, D. (ed.). *Qualitative Research: Theory, Method and Practice 3rd Edition*. Londres: Sage, 2010. p. 208-230.
- HERITAGE, J.; ATKINSON, M. Introduction. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. *Structures of Social Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 346-369.
- JEFFERSON, G. Transcript notation. In: ATKINSON, J.; HERITAGE, J. *Structures of social action: studies in conversation analysis*. New York: Cambridge University Press, 1984. p. 9-16.
- MONDADA, L. La compétence comme dimension située et contingente, localement évaluée par les participants. *Bulletin suisse de linguistique appliquée*, [s.l.], v. 84, p. 83-119, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/42384751_La_competence_comme_dimension_situee_et_contingente_localement_evaluee_par_les_participants. Acesso em: 20 nov. 2022.
- MONDADA, L. The local constitution of multimodal resources for social interaction. *Journal of Pragmatics*, [s.l.], v. 65, p. 137-156, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2014.04.004>
- MONDADA, L. *Conventions for multimodal transcription*, versão 6.0.1, 2022. Disponível em: <https://www.lorenzamondada.net/multimodal-transcription>. Acesso em: 06 jan. 2022.
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Veredas: revista de estudos linguísticos*, Juiz de Fora, v. 7, n. 1 e n. 2, p. 9-73, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25266>. Acesso em: 06 jul. 2022.

SELTING, M. *et al.* A system for transcribing talk-in-interaction: GAT2 translated and adapted for English by Elizabeth Couper-Kuhlen and Dagmar Barth-Weingarten. *Gesprächsforschung - Online-Zeitschrift zur verbalen Interaktion*, 2011. Disponível em: <<http://www.gespraechsforschung-ozs.de/heft2011/px-gat2-englisch.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SCHLATTER, M.; GARCEZ, P. M. Línguas adicionais (Espanhol e Inglês). *In: RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico. Referenciais curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: linguagens, códigos e suas tecnologias.* Porto Alegre: SE/DP, 2009. p. 125-172.

SCHLEGEL, J. Finding Words, Finding Meanings: Collaborative Learning and Distributed Cognition. *In: HOYLE, S.; ADGER, C. T. Kids talk: strategic language use in later childhood.* New York: Oxford University Press, 1998. p. 187-204.

SILVA, C. R.; ANDRADE, D. N. P.; OSTERMANN, A. C. Análise da Conversa: uma breve introdução. *ReVEL*, v. 7, n. 13, 2009. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_13_analise_da_conversa.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

WAGNER, J. Designing for Language Learning in the Wild: Creating social infrastructures for second language learning. *In: CADIerno, T.; ESKILDSEN, S. W. (ed.). Usage-Based Perspectives on Second Language Learning.* Berlin, München, Boston: De Gruyter Mouton, 2015, p. 75-102. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110378528-006>

WONG, J. Repetition in Conversation: A Look at "First and Second Sayings". *Language & Social Interaction*, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 407-424, 2000. DOI: https://doi.org/10.1207/S15327973RLS13304_03

Jornalismo e a vontade de verdade: uma análise das estratégias discursivas no Caso Escola Base

Journalism and the Truth Will: An Analysis of Discursive Strategies in the Escola Base Case

Leandro Martins de Sousa

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) | CAPES | Belo Horizonte | MG | BR
leandro.professorerevisor@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3405-902X>.

Mariana Queiroga Gomes

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) | CAPES | Belo Horizonte | MG | BR
marianaqueirogag@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0584-5390>

Resumo: Tendo em vista o poder que o jornalismo e os meios de comunicação apresentam e a vontade de verdade que eles visam a gerar, este artigo tem como *corpus* de análise o Caso Escola Base, que aconteceu entre março e junho de 1994, em São Paulo (SP). Este trabalho busca analisar as estratégias discursivas nas reportagens sobre o Caso Escola Base veiculadas pelo Jornal Nacional, a partir de investigação do repórter Valmir Salaro, e nas manchetes de jornais publicados na época, para a construção da vontade de verdade. À luz da Análise do Discurso, fundamentamo-nos em Foucault (2011), bem como em Sargentini e Carvalho (2021), Marques (2021) e Possenti (2021). Como metodologia, recorremos a alguns recortes do documentário *Escola Base - Um repórter enfrenta o passado*, disponível no Globoplay, a partir dos quais pesquisamos as estratégias discursivas nas reportagens veiculadas na época.

Palavras-chave: Escola Base; jornalismo; meios de comunicação; vontade de verdade; estratégias discursivas.

Abstract: Considering the power that journalism and media have and the will to truth that they aim to generate, this article has as its *corpus* of analysis the Case of Escola Base, an event that happened between March and June 1994, in São Paulo (SP). This paper seeks to analyze the discursive strategies in the investigation about the Escola Base Case by reporter Valmir Salaro, which were aired on Jornal Nacional, and in the headlines of newspapers published at the time, for the construction of the will to truth. In the light of Discourse Analysis, we base our proposal on authors such as Foucault (2011),



Sargentini and Carvalho (2021), Marques (2021), and Possenti (2021). As a methodology, we studied some clippings of the documentary *Escola Base - Um repórter enfrenta o passado*, available on Globoplay, in which we researched the discursive strategies in the reports published at the time.

Keywords: Escola Base; journalism; media; true will; discursive strategies.

1 Introdução

Partindo do pressuposto de que uma sociedade democrática se constitui a partir dos Três Poderes (o Executivo, o Legislativo e o Judiciário), o Jornalismo e os meios de comunicação se estabelecem como Quarto Poder (ou Quarto Estado), dada a capacidade de exercerem influência na sociedade. Isso pode ser evidenciado pela atuação da imprensa no corpo social mediante “notícias e entretenimento de todos os tipos e que são levadas ao grande público (hoje, de diversas formas e meios possíveis), com temas desde política, eleições, debates importantes para a sociedade, acontecimentos, descobertas e inovações, moda e saúde” (Sousa, 2021). Sob esse viés, compreendemos a concepção de poder assim como Foucault, que o entende não como “um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas” (Foucault, 2011, p. 69-70).

Desse modo, vale ressaltar que, segundo Marques (2021, p. 144),

o discurso jornalístico de informação tem, nomeadamente, a objetividade como desiderato, mas este não pode ser tomado de forma absoluta. Mais ainda, há que sublinhar que esta pretensão que regula o trabalho jornalístico (associada também objetivos de imparcialidade e neutralidade), não faz do discurso de formação um espelho da sociedade que dá conhecer a verdade e tal e qual aconteceu, mesmo se é uma utopia necessária e fundadora (Koren, 2006), enquanto o horizonte inatingível, mas imprescindível à deontologia jornalística (Marques, 2021, p. 144).

Tendo em vista o poder que o Jornalismo e os meios de comunicação apresentam e a vontade de verdade que eles visam a gerar, este artigo tem como *corpus* de análise o Caso Escola Base, fato que aconteceu entre março e junho de 1994, em São Paulo (SP). Nesse episódio, duas mães acusaram os donos da escola, uma professora e o motorista do transporte escolar de abuso sexual. O caso ganhou repercussão nacional e, depois que um laudo da perícia deu positivo para o abuso sexual de uma das crianças, a escola foi depredada, os acusados foram ameaçados e torturados. Alguns meses depois, os mesmos profissionais do IML (Instituto Médico Legal) refizeram o exame e constataram como negativo. Na verdade, o

“abuso” era prisão de ventre da criança. Esse caso nos mostra como informações mal apuradas e disseminadas pela mídia podem acabar com a vida das pessoas.

Sendo assim, este trabalho busca analisar as estratégias discursivas nas reportagens sobre o Caso Escola Base veiculadas pela Rede Globo, por meio do repórter Valmir Salaro, bem como manchetes de jornais publicados na época, para a construção da vontade de verdade, posto que “muitas ações nas quais se manifesta algum tipo de poder (ou de desejo de poder) [...] pretendem sustentar-se em discursos de verdade” (Possenti, 2021, p. 71).

Nesse sentido, este artigo, à luz da Análise do Discurso Crítica, fundamenta-se teoricamente na obra de Michel Foucault, “A ordem do discurso”, com o fito de discorrer acerca da vontade de verdade do Jornalismo ao noticiar um caso que ganhou notoriedade nacional na década de 1990, vontade esta que “apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas” (Foucault, 2011, p. 17), como poderemos perceber na análise que pretendemos fazer. Também nos embasamos em Sargentini e Carvalho (2021), Marques (2021) e Possenti (2021), os quais tratam, respectivamente, sobre a vontade de verdade nos discursos, a verdade dos outros e jogos de verdade.

A escolha por tratarmos das estratégias discursivas se justifica pelo fato de que há técnicas e procedimentos que “são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm a função de dizer o que funciona como verdadeiro” (Foucault, 2011, p. 2014 *apud* Sargentini; Carvalho, 2021, p. 76). Já a escolha do *corpus* se justifica em razão de que, após 28 anos do caso, a plataforma digital Globoplay produz o documentário *Escola Base - Um repórter enfrenta o passado*, no qual Valmir Salaro, jornalista responsável pela cobertura do Caso Escola Base, revisita a acusação infundada de abuso contra crianças em uma escola de São Paulo e os erros cometidos pela imprensa que marcaram a vida dos acusados.

2 Contextualização do Caso Escola Base¹

Em março de 1994, em São Paulo (SP), os donos da Escola de Educação Infantil Base, uma professora e o motorista do transporte escolar foram acusados, por duas mães, de abusarem sexualmente de seus filhos. Embora não tivesse maiores provas, o Caso Escola Base recebeu grande repercussão a partir da cobertura da imprensa, juntamente com a conduta precipitada da polícia.

Lúcia Eiko Tanoue e Cléa Parente de Carvalho, mães de crianças que estudavam na Escola Base, notaram comportamentos estranhos em seus filhos e acusaram os donos da escola, Icushiro Shimada e Maria Aparecida Shimada, a professora Paula Milhim Alvarenga e seu marido, Maurício Monteiro Alvarenga – o motorista da Kombi que levava as crianças para a escola – de fazerem orgias com as crianças de quatro anos de idade.

As mães das crianças prestaram queixa na delegacia, e o delegado Edécio Lemos, responsável pela investigação, enviou as crianças ao IML e expediu um mandado de apreensão ao apartamento onde, supostamente, as crianças eram abusadas. Apesar de nenhuma prova ser encontrada, as mães foram à mídia alegando que seus filhos apresentavam lesões que

¹ Informações retiradas de uma matéria do site “Aventuras na História” intitulada *Escola Base: falsa acusação que marcou o país vira documentário*.

podiam ser de atos sexuais e, a partir de então, os acusados já eram considerados, pelo delegado e pela população, culpados antes mesmo de serem julgados judicialmente.

A mídia, na época, começou a noticiar o caso, que ganhou grande repercussão no Brasil todo. O jornalista Valmir Salaro foi o primeiro profissional da mídia a fazer a cobertura do caso e, em razão da veiculação de uma série de notícias cuja veracidade não havia sido comprovada, os suspeitos tiveram suas reputações destruídas, tendo a escola e suas casas depredadas.

Tempos depois, após o exame de uma das crianças ser feito, foi constatado que o resultado era inconclusivo, posto que o laudo apontava para a probabilidade de o menino sofrer de prisão de ventre, fato que foi confirmado pela própria mãe da criança. Em junho, três meses depois do início do caso, todos os acusados foram inocentados por Gérson de Carvalho, um dos delegados que assumiram a investigação, e diversos processos foram movidos contra o Estado e os meios de comunicação. A mídia foi acusada de não retratar a verdade de fato e, em vez de dizer que os acusados eram inocentes, ela apenas declarou que as investigações haviam sido encerradas por falta de provas. Embora inocentados, os suspeitos tiveram danos materiais, financeiros, morais e psicológicos, sendo que Maria Aparecida e Icushiro faleceram, respectivamente em 2007 e 2014, sem receber todo o dinheiro da indenização.

Desde então, o Caso Escola Base se tornou objeto de estudo em faculdades, universidades e seminários em diversos campos e cursos, como Jornalismo, Direito, Psicologia, Ciências Sociais, demonstrando que a cobertura da imprensa contribuiu para a disseminação de calúnia, difamação, injúria e danos morais contra os suspeitos, sem dar a eles o direito de se defenderem. Após 28 anos, a Globo lança, na plataforma digital Globoplay, o documentário *Escola Base – Um repórter enfrenta o passado*, que retrata o reencontro de Valmir Salaro com os acusados e expõe os erros cometidos pela imprensa que marcaram a vida deles.

3 A vontade de verdade no Caso Escola Base

Queremos, com o nosso *corpus*, analisar, como já dito, as estratégias discursivas nas reportagens do Caso Escola Base veiculadas pela Rede Globo, para a construção da vontade de verdade. É preciso, a priori, compreendermos a concepção de verdade, para tal nos embasamos em Foucault (2001, p. 407 *apud* Sargentini; Carvalho, 2021, p. 74), que entende por verdade “o conjunto dos procedimentos que permitem pronunciar, a cada instante e a cada um, enunciados que serão considerados verdadeiros, como veremos. Não há absolutamente instância suprema”. Nesse sentido, vale dizer que Foucault não se refere a qualquer verdade, isto é,

não se trata nem mesmo das verdades da filosofia, do direito ou do jornalismo (mesmo quando ele, eventualmente, é tratado como história do presente). Trata-se sempre das verdades produzidas segundo os regimes discursivos especiais, os dos saberes ou das ciências – que exigem delimitações, métodos, sujeitos de conhecimento “treinados” etc. (Possenti, 2021, p. 62).

Com isso, evidenciamos que “o que se atinge é uma vontade de verdade ou uma política da verdade estabelecida por uma história dos jogos de verdade” (Sargentini; Carvalho, 2021, p. 75). A partir disso, compreendemos que a vontade de verdade que a mídia se propõe se faz por meio de algumas estratégias, a saber: da reportagem, das imagens, dos laudos, dos depoimentos e dos jornais, que serão analisados a seguir.

3.1 Reportagem da Globo

O sociólogo Castells (2013) afirma que hoje o nosso contexto da comunicação é um contexto híbrido, isto é, hoje ainda temos as mídias de massa, tais como jornais, revistas, livros, televisão, etc., mas nós também podemos alcançar um público ou até mesmo “massas” com as nossas publicações e postagens nas redes sociais. Contudo, na época em que aconteceu o Caso Escola Base, não era assim. As pessoas não tinham esse poder, uma vez que as informações só chegavam por meio dos rádios, jornais ou TV. Em outras palavras, a comunicação fluía em uma única direção e não em múltiplas direções e sentidos como atualmente. Pensando nisso, podemos dizer que “o discurso jornalístico é [...] um dos tipos de discurso – ou uma área da atividade verbal – definido como estruturador da sociedade, que convoca de forma sistemática a questão da verdade jornalística (da pós-verdade, que alguns reformulam, sintomaticamente como pós-jornalismo)” (Marques, 2021, p. 144).

Essa pequena introdução do universo da comunicação objetiva contextualizar e mostrar a importância que teve a primeira matéria sobre o Caso Escola Base, exibida no horário nobre da maior emissora do país, Rede Globo. O furo de reportagem foi apresentado pelo JN (Jornal Nacional) em março de 1994, um dia após a denúncia de abuso sexual feita. A repercussão foi tão grande, que, no dia seguinte, a escola foi cercada por jornalistas de várias emissoras.

Dessa forma, a proposta desta seção é analisar quais foram as estratégias discursivas utilizadas nessa primeira matéria exibida no JN para construir os efeitos de verdade, levando em consideração “um procedimento de construção discursiva que visa assegurar a objetividade, a credibilidade e, por consequência, a verdade dos conteúdos veiculados” (Marques, 2021, p. 147). Para tal, valemo-nos de Foucault (2011), quando aponta que a verdade é influenciada pelo poder, nesse caso o poder da sociedade que é construído por meio do poder midiático, bem como os elementos discursivos e não discursivos. Começamos pela chamada inicial da reportagem feita pelo jornalista Sérgio Chapelin:

Trecho 1: [Sérgio Chapelin] Os donos de uma escola de São Paulo são acusados de abuso sexual contra crianças de até quatro anos de idade. Elas contam que eram tiradas das salas de aula para assistir e participar de fotos e vídeos eróticos (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022).

No primeiro momento da chamada, o jornalista cita o fato concreto: a acusação de abuso sexual. Em seguida, ele cita o que foi “dito” pelas crianças. Nesse ponto, para a construção do efeito de verdade, o jornalista se vale de possíveis narrativas das crianças. Contudo, é preciso pensar que não houve nenhuma apuração do que foi dito por elas e nem em que condições esses discursos foram ditos. Nesse trecho, o JN utiliza de um léxico formal quando cita “fotos e vídeos eróticos”, certamente as crianças não disseram dessa forma e o inusitado tem por finalidade escandalizar. Ainda, é importante observar a escolha da forma verbal “eram”, conjugada no pretérito imperfeito, indicando uma ação com valor de repetição, o que

demonstra que o evento se repetiu no passado. Nesse contexto, optar por essa conjugação é deixar subjacente que o fato aconteceu mais de uma vez.

Em seguida, a reportagem é conduzida pelo repórter Valmir Salaro, que está na porta da escola; ele afirma o seguinte:

Trecho 2: “[Valmir Salaro] A fachada da Pré-escola Base, na região central de São Paulo, pode esconder uma agência que alugava crianças para fotos e vídeos pornográficos” (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022).

Assim como a chamada da reportagem, Valmir Salaro utiliza de um vocabulário que escandaliza: “fotos e vídeos pornográficos”. Além disso, apresenta a informação de que a escola poderia esconder uma agência que alugava crianças para fazer essas fotos e vídeos. Nesse trecho, tal como anteriormente, utiliza o verbo “alugar” no pretérito imperfeito, “alugava”, provocando o efeito de sentido de repetição da situação. Contudo, novamente, os fatos não foram apurados para se fazer tal afirmação. A reportagem continua e o jornalista afirma:

Trecho 3: [Valmir Salaro] Quando os pais iam buscar os filhos, não sabiam que, no horário da aula, *eles tinham saído para sofrer todo tipo de abuso sexual. As crianças contaram que eram levadas para uma grande casa, com muitos aparelhos eletrônicos e jardins.* (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022, grifo próprio).

Nesse momento da reportagem, é importante observar os elementos não verbais. Enquanto o trecho em negrito era dito por Valmir, aparecia a seguinte imagem:

Imagem 1 – Placa da Escola Base



Fonte: documentário *Escola Base – Um repórter enfrenta o passado* (2022)

Mostrar a imagem dessa placa, que informa que a escola tem atividades de passeios e excursões, justamente quando é dito que as crianças saíam da escola para sofrer todo tipo de abuso e que também eram levadas para uma casa grande, tem o objetivo de construir os efeitos de verdade, ou seja, para o público inferir que essas excursões e atividades estavam relacionadas com o lugar a que as crianças eram conduzidas para sofrer os abusos. Essa estratégia

torna “visível e legível uma interpretação dos acontecimentos levado a cabo pelo locutor, e criar condições de lisibilidade dos acontecimentos” (Marques, 2021, p. 151). Assim, mostrar uma imagem acompanhada do que é dito implica, no caso do texto jornalístico, não só atender ao que é dito, mas também, como afirma Marques (2021, p. 150), ao modo como se diz, ao modo como o locutor representa uma verdade, ou melhor, uma vontade de verdade.

Após esse momento, a reportagem apresenta um pequeno trecho, mais precisamente de cinco segundos, da entrevista concedida pelo delegado do caso:

Trecho 4: “[Delegado] Todas as pessoas que trabalham ou trabalharam na escola vão ficar sob investigação. A princípio todos são suspeitos” (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022).

É evidente que a entrevista com o delegado não durou apenas cinco segundos, mas, como estratégia, o JN escolhe mostrar apenas esse trecho em que o delegado afirma que todos vão ficar sob investigação e, o mais grave, a afirmação “a princípio todos são suspeitos”, que viola o princípio da presunção de inocência, proposto no artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal. É preciso entender que, nesse momento, o delegado é autoridade máxima no caso. Uma afirmação dessa faz parte das estratégias discursivas que constroem um efeito de verdade. Em seguida, Valmir Salaro apresenta outro fato:

Trecho 5: [Valmir Salaro] As crianças foram submetidas a exame de corpo de delito no instituto médico legal. Agora, o mais grave: O IML já adiantou que uma delas foi violentada. *Há oito meses ele sente dores no corpo, já fez vários exames, mas só agora a mãe descobriu a causa, ele foi vítima de violência sexual* (Escola Base - Um repórter enfrenta o passado, 2022, grifo próprio).

Segundo Possenti (2021, p. 64), os jornais recorrem constantemente aos discursos de saber que podem ser separados de outros discursos, como os depoimentos, que serão analisados mais à frente. Essa estratégia, na ideia do autor, pode ser vista como indicação do prestígio da ciência ou da verdade. Dessa maneira, no primeiro momento, como construção da verdade, o JN se vale de informações que possuem respaldo científico, ou seja, informações que foram ditas por pessoas qualificadas que falam em nome de uma instituição científica, no caso o IML. Dessa forma, a informação é credibilizada pelo público e, no contexto em que é passada, somada a todos esses fatores que foram analisados anteriormente, causa um efeito de sentido que convence o público de que as crianças foram abusadas.

Além disso, para sensibilizar o público, enquanto o trecho que está em negrito está sendo dito, aparecem imagens das crianças, uma, inclusive, do repórter Valmir Salaro a entrevistando. Mesmo que a imagem do rosto da criança tenha sido borrada, isso fere o que está posto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal de nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que define, em seu artigo 17, o direito à preservação de imagem.

A partir dessa reportagem, evidenciamos que

a produção de discursos e suas formas de circulação são elementos centrais na construção das notícias, sejam falsas ou não. Entretanto, distinguir o funcionamento da construção da notícia – analisando quem a enuncia, em que circunstâncias, de que lugar ela provém e por onde circula – é um ato indispensável para a interpretação dos textos que sustentam ou, em contrapartida, colaboram para derrubar os paradigmas que sustentam as sociedades democráticas (Sargentini; Carvalho, 2021, p. 73-74).

3.2 Depoimentos

Segundo Marques (2021, p. 145),

os modos de “apresentação da informação”, que se pretende objetiva, imparcial privilegiam a “factualidade” como característica de gênero, como consequências ao nível da construção discursiva (Marques, 2013), em particular no modo como locutor dá voz aos outros, no modo como apresenta “a verdade dos outros”. O DR [Discurso Relatado] é um dos procedimentos característicos (Marques, 2021, p. 145).

Com base nisso, uma das estratégias da reportagem para propiciar o efeito de verdade refere-se ao uso do DR (Discurso Relatado). No Caso Escola Base não foi diferente, uma vez que o DR se constitui a partir dos depoimentos dos pais das crianças supostamente abusadas sexualmente, de uma das crianças e do delegado. A análise dos depoimentos dos envolvidos, vale já dizer, demonstrará que o discurso relatado se constrói, como observaremos, a partir do discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre, evidenciando o que Marques (2021, p. 147) afirma acerca da reportagem, isto é, que ela, como característica do discurso jornalista, favorece formas híbridas de discurso relatado, com efeitos pragmáticos e discursivos variados. A seguir, apresentamos os discursos das mães das crianças – já que elas procuraram a mídia para relatar tal caso, dando início a uma série de reportagens sobre o caso –, e um dos pais das crianças.

Trecho 6: “[Mãe 1] Um filho seu é... é levado a fazer uma coisa. Você não sabe. Ele conta, ele chorou. Quantas vezes ele fez isso daí?” (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022).

Trecho 7: “[Mãe1] Ele fez um negócio lá e falou assim: ‘Ó, mãe, meu pipi’. Falei: ‘A tia fazia o que com o seu pipi?’, ‘Beijava meu pipi’. Falei assim: ‘Seu pipi crescia?’ Falou assim: ‘Crescia, ficava grandão, do tamanho do homem’” (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022).

Trecho 8: “[Mãe 2] Foram tirado fotos eróticas de adultos com ela, em hotel, porque ela me disse que ela havia ido em hotel” (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022).

No trecho 6, A mãe 1 não deixa claro o que, de fato, havia ocorrido, mas apenas diz que seu filho “é levado a fazer uma coisa”, mostrando-se bastante emotiva, o que vai ao encontro do que Marques (2021, p. 139) pondera sobre a emoção, afirmando que a pós-verdade é governada pelas emoções, as quais vêm primeiro que os fatos e em vez deles. Já no trecho 7, a mesma mãe já descreve um diálogo com seu filho, a partir de um discurso direto, sobre o que havia ocorrido. A mãe vai direcionando a conversa com seu filho para que ele descrevesse o que havia acontecido, isto é, que a professora beijava seu “pipi”; porém, é possível notar que a pergunta da mãe “Seu pipi crescia?” tende a induzir a criança a confirmar um suposto ocorrido. Já no trecho 8, a mãe 2 assevera, com certeza, que foram tiradas fotos eróticas de adultos com sua filha, como se ela, a mãe, pudesse comprovar tal afirmação. Em outro momento, o repórter Valmir Salaro pergunta à mãe 1 acerca do local onde supostamente haveria acontecido o abuso:

Trecho 9: [Valmir Salaro] A senhora acha que o filho da senhora foi levado pra onde?

[Mãe 1] Eu acredito que foi prum hotel, prum hotel distante ou motel, qualquer coisa assim, porque eu perguntei assim: “Entra tio, tia?” Ele falou assim: “Sempre dois, homem e mulher”. Homem e mulher ficou grudado na televisão ou perto de vocês? Ele falou assim: “Perto, junto, junto”. Fizeram sexo na frente das crianças (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022).

A resposta da mãe não passa de suposição, o que pode ser evidenciado por “Eu acredito”, dando ideia de possibilidade, e intensificado por “qualquer coisa assim”, o que deixa claro não passar de uma suspeita. A justificativa da mãe de dizer que seu filho foi abusado em um hotel, motel ou “qualquer coisa assim” não se sustenta, pois dizer que havia um homem e uma mulher junto das crianças não necessariamente se trata de um hotel ou algo semelhante. A partir dessas informações, a mãe depreende que “Fizeram sexo na frente das crianças”. Além das mães, um dos pais também dá depoimento para o jornal, como se nota a seguir:

Trecho 10: [Pai] Ele chegava em casa reclamando de muita dor de cabeça, ruim de estômago, tinha até dificuldade de ir no banheiro, parece que ele tinha medo de ir no banheiro. Não pensei que era alguma coisa assim. Levei no médico tudo, mas não foi constatado nada, não é assim, pegar alguma gripe. Ah, daí quando segunda-feira houve esse caso na delegacia, eu fui averiguar o que era. Aí eu soube desse motorista, o Maurício, que tava sendo acusado de prática com crianças, ele e os proprietários da escola. (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022).

Trecho 11: [Pai] Ele falou que só tava ele e duas menina. Aí depois, que ele tá, foi e começou a beijar as menina. E toda vez que a gente tivesse apontando o assunto em casa, ele fica mudando de assunto. (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022).

No trecho 10, o pai relata como seu filho estava agindo e nada era constatado mesmo o levando ao médico. Contudo, quando teve conhecimento do suposto abuso, ele inferiu que seu filho agia daquela forma por ter sido abusado sexualmente pelo Maurício, motorista da Kombi. No trecho 11, em discurso indireto, o pai fala o que o filho lhe relatou sobre o suposto abuso, a saber, que estava ele e duas meninas e que o Maurício começou a beijar as meninas. Essa vontade de verdade é reforçada pelo comportamento da criança, isto é, não querer falar sobre o assunto, atitude que é comum quando uma pessoa passa por uma situação desconfortável e/ou traumática. Além dos pais, o JN também expõe o depoimento do menino envolvido no caso. A seguir, seguem alguns recortes do depoimento dele:

Trecho 12: [Valmir Salaro] Ele tirou sua roupa?

[Criança] Tirou.

[Valmir Salaro] E depois, o que que aconteceu?

[Mãe] Alguém te beijou?

[Criança] Beijou.

[Mãe] Quem beijou?

[Criança] Uma mulher.

[Mãe] Que jeito que era a mulher?

[Criança] Olhinho puxado.

[Mãe] De olhinho puxado? E depois? Ela tirou sua roupa e depois que que aconteceu?
[Criança] Ela me beijou.
[Mãe] Beijou que jeito você? Segurou você na mão?
[Criança] É.
[Mãe] E depois?
[Criança] Me jogou no chão (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022).

Trecho 13: [Repórter] Agora, essa mulher adulta deitava em cima de você?
[Criança] Deitava.
[Repórter] O que que ela fazia? O que que ela queria?
[Criança] Me beijar.
[Repórter] Te beijar a boca?
[Criança] É.
[Repórter] Tinha fotografia?
[Criança] Tinha (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022).

É possível perceber que, nos dois trechos anteriores, a criança é induzida a apenas confirmar perguntas, sendo que, em momento algum, ela nega qualquer uma delas. Como se nota, na maioria das vezes, a criança somente confirma a pergunta usando uma forma verbal, como “Tirou”, “Beijou”, “É”, “Deitava”, “Me beijar”, “É” e “Tinha”, sem dar muitos detalhes. Uma parte que nos chamou atenção é que, no trecho 12, Valmir Salaro pergunta à criança o que aconteceu depois que sua roupa foi tirada, mas a criança não responde; porém, sua mãe pergunta se alguém o beijou, e ele afirma dizendo “Beijou”, o que confirma nossa hipótese de que a criança era induzida a apenas a confirmar as perguntas.

Apesar de o depoimento dos envolvidos no caso ser relevante, principalmente das crianças, embora essas tenham dificuldades para narrar um ocorrido, ainda mais em se tratando de abuso sexual, a mídia não pode se fundamentar apenas em palavras sem que haja provas concretas. Com isso, como estratégia discursiva para a construção de vontade de verdade, o JN também recorre ao depoimento do delegado Edécio, responsável, num primeiro momento, pelo caso. Essa estratégia da mídia é bastante pertinente, haja vista que a imprensa recorre ao discurso de uma autoridade, neste caso, um delegado, para legitimar o suposto abuso.

Trecho 14: [Repórter] *O senhor tá convencido de que houve práticas libidinosas?*
[Delegado] Ah, isso já está provado (Escola Base - Um repórter enfrenta o passado, 2022).

Trecho 15: [Repórter] O senhor encontrou alguma foto, algum vídeo que comprometesse esses... essas seis pessoas?
[Delegado] Até o momento, não.
[Repórter] Agora... então cê tá... o senhor tá fazendo desse crime uma prisão preventiva em cima dos depoimentos que o senhor colheu?
[Delegado] Isso.
[Repórter] Nada além disso?
[Delegado] Não (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022).

Trecho 16: [Delegado] Nós estamos falando de prova, prova, prova, prova, prova. O inquérito tem a prova.

[Repórter] Doutor, o casal tá preso injustamente?

[Delegado] No meu entendimento, não (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022).

Trecho 17: [Repórter] As fitas que eles encontraram... que a polícia encontrou na casa do casal só tinha o casal numa festa de aniversário com o filho. Quais são as outras provas?

[Delegado] Ah, vocês sabem, eu tenho laudos, tenho depoimentos. Estou praticamente montando o inquérito.

[Repórter] Mas é o depoimento do garotinho de quatro anos dizendo que era o pai do Renato, é só isso?

[Delegado] Se eu não considerar os depoimentos e as declarações das vítimas, eu vou considerar o que no inquérito? (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022).

Trecho 18: [Repórter] Delegado, existem fatos que o senhor tá aguardando, escondendo, tentando manter em sigilo pra que não prejudicar as investigações? Inclusive, nem tá mostrando nem para os advogados de defesa?

[Delegado] É... é uma... uma pergunta... delicada, que pro futuro a gente deixa pra responder (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022).

No trecho 14, ao ser perguntado se estava convencido de que houve práticas libidinosas, o delegado afirma que “isso já está provado”, deixando evidente que não se trata de um juízo de valor, mas, sim, juízo de fato, contribuindo para o efeito de verdade. Todavia, nos depoimentos seguintes do delegado, essa “verdade” não apresenta o mesmo efeito que a apresentada no trecho 14, pois o discurso do delegado não se faz bem fundamentado. No trecho 15, por exemplo, nota-se que não foi encontrada nenhuma prova, fazendo desse crime uma prisão preventiva com base só nos depoimentos colhidos. Já no trecho 16, ao ser perguntado se o casal estava preso injustamente, já que não havia provas, o delegado afirma que, no seu entendimento, não, deixando evidente um juízo de valor e, conseqüentemente, um desejo de verdade. O discurso do delegado vai ficando com pouco embasamento, pois as fitas encontradas na casa do casal só tinham o casal numa festa de aniversário com o filho, e o delegado só tinha os depoimentos e as declarações das vítimas e um laudo, que, vale dizer, era de teor duvidoso. Um repórter pergunta ao delegado se existem fatos que ele está aguardando, escondendo, tentando manter em sigilo para não prejudicar as investigações, e o delegado considera a pergunta do repórter uma pergunta delicada, “que pro futuro a gente deixa pra responder”, deixando dúvidas acerca do caso e, por conseguinte, fazendo com que o efeito de verdade se atenuasse. Os vários depoimentos do delegado, embora tendam a uma vontade de verdade, evidenciam momentos que se cruzam e outros que se excluem, revelando o que Foucault (2011) expõe em relação a isso, ou seja, que “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (Foucault, 2011, p. 52-53). Após os depoimentos do delegado, ele foi afastado do caso.

Já os donos da escola, a professora e o motorista, acusados de abuso, não foram ouvidos e, além disso, outro casal aparece sendo acusado de participar de orgias com as crian-

ças dizendo, para a imprensa, que nada foi investigado da vida deles e que sua companheira ainda não tinha sido ouvida, mas, mesmo assim, estavam sendo presos, procedimento que vai de encontro à afirmação de Possenti (2021, p. 60), que aponta que os repórteres investigam o passado do acusado, os empregos em que trabalhou, sua renda, sua residência.

Trecho 19: [Homem] Não investigaram nada da minha vida, não investigaram nada dela e acho que não investigaram nada de ninguém, bicho. Eu falei toda a verdade no meu depoimento. Ela não falou nada ainda e tá sendo presa! (Escola Base – Um repórter enfrenta o passado, 2022).

Vimos que os depoimentos, ou melhor, os discursos nada mais são do que, como defende Foucault (2011, p. 49),

a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (Foucault, 2011, p. 49).

Assim, a partir dos depoimentos, evidenciamos que “a construção social da realidade assentaria na recusa da existência de uma verdade, ‘apenas haveria versões e interpretações alternativas’ (como se refere na chamada para o evento em curso), dado que os discursos não replicam a verdade, constroem-na” (Marques, 2021, p. 138). Assim, o efeito de verdade, conforme Marques (2021, p. 149), é garantido tanto pela pluralidade de vozes quanto pela construção discursiva que favorece o apagamento enunciativo do locutor, neste caso, o repórter Valmir Salaro.

3.3 Jornais

Como já dito, após a primeira reportagem exibida no JN, a Escola Base não saiu da mídia. Assim como diversas emissoras, os jornais e as revistas também passaram a noticiar o caso. A seguir selecionamos alguns jornais e revistas e os seus respectivos títulos e subtítulos.

Quadro 1 – Jornais e revistas e os seus respectivos títulos e subtítulos

Jornal/Revista	Título	Subtítulo
Jornal São Paulo	Escola é acusada de prostituição	Menino de 4 anos, vítima de abuso sexual, diz que tirou fotos nu com professoras; diretora nega
Notícias Populares	Mistérios enrolam o caso da escola do sexo da Aclimação ²	“meu filho foi violentado, tenho certeza”, diz mãe de aluno
Notícias Populares	Kombi era motel na escolinha do sexo	

² Bairro de São Paulo (SP) onde a escola era localizada.

Veja	Uma escola de horrores	mães acusam uma creche de São Paulo de promover orgias sexuais com crianças de 4 anos de idade.
O Estado de São Paulo	Escola é acusada por mais abuso	
Folha de São Paulo	Polícia suspeita que escola drogava crianças de 4 anos	
Notícias Populares	Tortura na escolinha do sexo	Escola usava crianças para filme pornô

Fonte: Elaborado pelos autores

Com esses títulos e subtítulos, é possível perceber que esses veículos, com a proposta de construção da vontade de verdade, além de vender seu produto, é claro, utilizam a estratégia de se aproximar de seu leitor. Para isso, fazem o uso de expressões do senso comum (sexo, filme pornô, orgias sexuais, prostituição, motel, etc.) e que escandalizam, dado o contexto ao qual estão vinculadas, no caso, o ambiente educacional. Além disso, sem nenhuma apuração ou prova dos abusos, a escola foi taxada, por diferentes jornais, de forma pejorativa e sensacionalista como “escolinha do sexo”.

O jornal *Notícias Populares* de junho de 1994, cujo título é “Mistérios enrolam o caso da escola do sexo da Aclimação”, assim como os outros, teve como estratégia, inicialmente, a utilização de um vocabulário popular e que estava sendo muito utilizado no momento “escola do sexo” e, no subtítulo, tenta legitimar esse fato trazendo um trecho do depoimento da mãe, alguém que, no contexto, passa credibilidade, dizendo que tem certeza de que seu filho foi violentado.

4 Considerações finais

A partir da reportagem primeira, na qual Valmir Salaro foi pioneiro, e outras reportagens que também cobriram o Caso Escola Base, várias consequências foram ocasionadas tanto na vida dos envolvidos quanto da sociedade em geral daquela época. Além de serem considerados culpados pelo delegado e, até mesmo, pela população, os acusados sofreram diversas consequências por conta do suposto abuso. Eles tiveram danos materiais, uma vez que a escola e suas casas foram depredadas pelo povo; financeiros, posto que tiveram que investir em advogados para defendê-los; e morais e psicológicos, visto que eles foram afetados moral e psicologicamente. Contudo, não só eles sofreram com tal repercussão, mas também sua família, pois seus filhos, ainda crianças na época, sofreram exclusão na escola. Além disso, até os perueiros de todo o país passaram a ser investigados, a fim de apurar se não ocorriam outros casos de abuso contra criança no país.

Assim, com base na análise do *corpus* em questão, podemos evidenciar que, para constituir a vontade de verdade, “de um lado, há depoimentos de familiares e conhecidos [...], que permitem hipóteses ou especulações ‘legais’ [...]. Do outro lado, estão pareceres médicos e psiquiátricos, os laudos” (Possenti, 2021, p. 62). Além do mais, também foi possível explicitar que o locutor, mais precisamente o repórter Valmir Salaro, juntamente com toda a imprensa, “não é apenas o garantidor da verdade – a sua e a dos outros – é também responsável por uma ação avaliadora que orienta argumentativamente o seu discurso” (Marques, 2021, p. 143). Vale

dizer que, se os discursos devem ser tratados, antes, como conjuntos de acontecimentos discursivos, como pontua Foucault (2011, p. 57-58),

certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (Foucault, 2011, p. 57-58).

Dessa forma, o discurso, segundo Marques (2021, p. 140), não serve apenas para expressar em palavras uma verdade e, portanto, para colocá-la em cena, mas serve igualmente para construir uma avaliação subjetiva efetiva e/ou axiológica”.

Em suma, podemos verificar que a “vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (Foucault, 2011, p. 18). Com isso, se, na década de 1990, em que o acesso à informação não era tão abrangente como atualmente, a disseminação de um suposto abuso sexual contra crianças de 4 anos de idade acarretou consequências drásticas aos envolvidos, sobretudo aos acusados, hoje esse problema apresenta configurações maiores.

Em pleno século XXI, em que a disseminação de informações chega a qualquer parte do mundo em questões de segundos, em razão da Era Digital, vemos que, além da mídia de massa, as redes sociais também são esse campo que visa a disseminar informações que apresentam uma vontade de verdade. Essa vontade de verdade se constitui em discursos mais variados, tais como do senso comum, científico, político, religioso, entre outros, podendo esses, inclusive, afetar um indivíduo, um grupo ou, até mesmo, um país, como podemos verificar no Caso Escola Base. Por isso, a “checagem de fatos capazes de distinguir informações qualificadas e boatos, notícias falsas e outros gêneros de conteúdo enganoso que passaram a proliferar no ambiente caótico das mídias sociais e das redes em geral” (Sargentini; Carvalho, 2021, p. 80) se faz necessário para reconhecermos a vontade de verdade dos discursos e os efeitos que essa vontade pode acarretar.

Declaração de autoria

Este artigo foi produzido de forma colaborativa pelos dois autores no âmbito da disciplina “Da língua ao discurso: teorias e práticas analíticas”, do Programa de Pós Graduação em Letras da PUC-Minas. Leandro Martins de Sousa realizou a pesquisa e a redação do texto. Mariana Queiroga Gomes realizou a pesquisa e a redação do texto.

Referências

- BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- CASTELLS, M. *O poder da comunicação*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- ESCOLA Base: falsa acusação que marcou o país vira documentário. *Aventuras na História*, 2022. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-o-que-foi-o-caso-escola-base-fake-news.phtml>>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- ESCOLA Base - Um repórter enfrenta o passado. Direção: Caio Cavechini e Eliane Scardovelli. Produção: Ali Kamel, Erick Brêtas, Ricardo Villela. Globoplay. 2022. (106 min.)
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- MARQUES, M. A verdade dos outros: questões de responsabilidade enunciativa. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (orgs.). *Discurso e (pós)verdade*. São Paulo: Parábola, 2021. p. 135-152.
- POSSENTI, S. Jogos de verdade: uma questão para a análise do discurso. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (orgs.). *Discurso e (pós)verdade*. São Paulo: Parábola, 2021. p. 59- 71.
- SARGENTINI, V.; CARVALHO, P. A vontade de verdade nos discursos: os contornos das *fakenews*. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (org.). *Discurso e (pós)verdade*. São Paulo: Parábola, 2021. p. 73-85.
- SOUSA, M. Mídia: o Quarto Poder e seus perigos. *Terraço econômico*, 2021. Disponível em: <<https://terraoeconomico.com.br/midia-o-quarto-poder-e-seus-perigos/>>. Acesso em: 1 dez. 2022.

Multi-Level Approach for Critical Discourse Analysis: Boris Johnson's Statement on Ukraine to the House of Commons on 24 February 2022

Abordagem multinível para uma análise crítica do discurso: a declaração de Boris Johnson sobre a Ucrânia para a Câmara dos Comuns em 24 de fevereiro de 2022

Eman Riyadh Adeeb

University of Diyala | Baqubah | Diyala
Governorate | IQ
eman.ren.hum@uodiyala.edu.iq
<https://orcid.org/0000-0002-9245-0249>

Rodrigo Drumond Vieira

Universidade Federal Fluminense (UFF) |
Niterói | RJ | BR
rodrigo.drumond.vieira@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0588-9270>

Abstract: This study addresses methodological issues of critical discourse analysis and shows how an analytical multi-level approach we developed can be useful in adding theoretical resources and systematization to its methods. The analytical approach is grounded on the macrostructure of human activity (activity, actions, operations) and appropriates resources from text linguistics and sociolinguistics. We crossed this approach with historical and positioning discourses to identify ways of talking, foregrounded, and concealed meanings and ideologies in the statement of the ex-Prime Minister of the United Kingdom Boris Johnson as delivered to the House of Commons on Ukraine on 24 February 2022. Our results point out he established an agreement with the House through an explanatory statement with the predominance of the use of informing discursive procedures, which corresponded for almost half of his procedures. Most of the time Johnson spoke in the future tense through the intense use of the modal auxiliary verb “will”. These, among other linguistic choices, collaborated to conceal the United States and the North Atlantic Treaty Organization's roles in the invasion of Ukraine, framing responsibility solely on the president of Russia. In conclusion, we comment on the contributions and limitations of the analytical approach.

Keywords: critical discourse analysis methodology; discursive procedures; cultural-historical activity theory; text linguistics; sociolinguistics' contextualization cues; political statement.



Resumo: Este estudo aborda questões metodológicas da análise crítica do discurso e evidencia como uma abordagem analítica multinível que desenvolvemos pode ser útil para acrescentar recursos teóricos e sistematização a seus métodos. Nossa abordagem analítica é fundamentada na macroestrutura da atividade humana (atividade, ações, operações) e apropria recursos da linguística textual e da sociolinguística. Combinamos essa abordagem com discursos históricos e de posicionamento para identificar formas de falar, significados e ideologias destacados e ocultos na declaração do ex-Primeiro-Ministro do Reino Unido Boris Johnson proferida na Câmara dos Comuns sobre a Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022. Nossos resultados apontam que ele estabeleceu um acordo com a Câmara por meio de uma declaração explicativa com a predominância do uso de procedimentos discursivos informativos, que corresponderam a quase metade de seus procedimentos. Na maior parte do tempo, Johnson falou no tempo futuro por meio do uso intenso do verbo auxiliar modal “will”. Essas, entre outras escolhas linguísticas, colaboraram para ocultar o papel dos Estados Unidos e da Organização do Tratado do Atlântico Norte na invasão da Ucrânia, atribuindo a responsabilidade exclusivamente ao presidente da Rússia. Para concluir, comentamos as contribuições e limitações da abordagem analítica.

Palavras-chave: metodologia de análise crítica do discurso; procedimentos discursivos; teoria da atividade histórico-cultural; linguística textual; pistas de contextualização da sociolinguística; declaração política.

1 Introduction

Critical discourse analysis (CDA) is established as an interdisciplinary field of research in the humanities and social sciences (Breeze, 2011; Wodak, 2013), and is considered a recent school of discourse analysis (Blommaert; Bulcaen, 2000; Liu; Guo, 2016). Its theory and methods were developed mainly by Fairclough (1992, 2001, 2003, 2013), Van Dijk (1993, 2005, 2008), Wodak (1995, 2001), Kress (1996, 2010), and others. Halliday’s view of language as a “social act” is of centrality to many critical discourse analysts (Chouliaraki; Fairclough, 1999). Fairclough (1992) considers that discourse is a form of social practice that transforms and maintains social struc-

tures in society via power relations, which are linked to the ways that people and institutions construct roles, identities, and ideologies.

The CDA approach has been used to explain and perform a critique of how language is used to create ideologies in discourse and texts, contributing to reveal power relations and abuses, social inequalities, and manipulations in domains such as politics, media, and education (Wodak, 2013). In this enterprise, analysts look for the ways that linguistics and non-linguistics choices are used to conceal, background, foreground, and give agency or passivity to authors, participants, objects, processes, and phenomena, thus creating and recreating power relations in societies, groups, settings, and associations (Machin; Mayr, 2012). The analyses are carried out through techniques such as grammar, quoting verbs, transitivity, ways of representing people, semiotic choices, nominalization and presupposition, modality and hedging, rhetoric, and metaphors (Semino, 2008; Cameron, 2003; Fairclough, 2003; Halliday, 1994; Van Dijk, 1993).

This approach has rendered important results and ways for researchers and people to develop awareness concerning issues that otherwise would be not available to them. However, there are limitations to CDA methods as pointed out by Widdowson (1995, 1998), such as the problem of interpretation in support of belief, which consists of an interpretation of data carried without consistent theory and methods. According to Breeze (2011), several criticisms have pointed to inconsistencies within the field of CDA, such as problems with the epistemology and theoretical framework, mainly with “the instrumentalization of theory and the failure to establish an objective standpoint for research [...] and the type of linguistic methodology that is often applied” (Breeze, 2011, p. 494).

Many scholars agree that there are flaws and limitations in the CDA theory and methodologies. As Tenorio noted,

[t]he merits and demerits of CDA research have been the object of a certain amount of critique. The problems that have been picked up concern context, cognition, partiality, and the linguistic model employed. Most critics do not call into question the existence or epistemological relevance of CDA [...] but are aware of its shortcomings: Its theoretical foundations are quite tangled in many cases, and the use of concepts and categories may seem to be inconsistent, which does not encourage the production of a systematic theory. Eclecticism, if lacking in justification, can be a source of contradiction. (Tenorio, 2011, p. 194-95).

According to Wodak,

CDA cannot be regarded as a discrete academic discipline in any traditional sense, with a fixed set of theories, categories, assumptions or research methods. Instead, CDA can be seen as a problem-oriented interdisciplinary research programme, subsuming a variety of approaches, each drawing on different epistemological assumptions, with different theoretical models, research methods and agenda (Wodak, 2013, p. xix).

Concerning these shortcomings in theory and methods and the fact that CDA is not constituted by a well-established set of theories, categories, and research methods, the purpose of this article is to show how a multi-level mapping analytical approach can assist in new ways

the accomplishment of researchers' studies on political statements. The proposed analytical approach offers both a theoretical model and a set of coherent methods for the CDA agenda.

For this purpose, we show how the analytical approach is a useful coherent framework to perform a critical discourse analysis of ex-Prime Minister of the United Kingdom (UK) Boris Johnson's statement on Ukraine to the House of Commons on the day Russia launched the invasion of Ukraine – 24 February 2022.

Vieira & Kelly (2014) developed a multi-level method to analyze classroom discourse, articulating the psychological, sociocultural, and linguistic-structural components of human activity. This method was adapted and used as a basis for our multi-level mapping approach for expanding CDA methods and concepts for analyzing political statements.

For the grounding, definition, and articulation of the levels of analysis, we used the psychological macrostructure of human activity (activity, actions, operations), asserted by Leontiev (1978) within his activity theory framework. Resources from text linguistics (Bronckart, 1999; Adam, 2008) were used to analyze how speech is organized at the level of individuals' actions, establishing the construction of argumentations, explanations, narrations, injunctions, and descriptions, which include open-ended and authoritarian goals, identities, norms, and functional discursive procedures (Vieira et al., 2017).

According to Vieira & Kelly (2014), at the level of the operations, people accomplish micro-speech acts through convergent propositions-utterances (proposition-utterance is the smallest unit of communication according to Adam, 2008). We call a "discursive procedure" the means through which a micro-speech act is accomplished, and includes the conscious and unconscious people's choices, based on their experiences, speech fluency, cultural background, goal of the action, and personalities. For this analysis and following Gumperz (1982, 2008), we used sociolinguistics' contextualization cues (pauses, intonation, eye gaze, gestures, proxemics) to interpret Boris Johnson's procedurals conveyed meanings.

In our multi-level mapping approach to CDA, each level of analysis is concerned with answering a specific question. Analysis at the activity level answers the question "why was an activity carried out?" Analysis at the action level answers the question "what individual or collective actions realized the activity and what conscious goals are at stake?". Finally, analysis at the level of operations (discursive procedures) answers the question "how and by what methods was the action carried out?".

We argue that this approach adds to CDA methods and techniques in purposefully creating a "mapping process" to sample, organize, and analyze the production of meanings and ideologies created and recreated by people's interactions in domains such as politics, media, and education. In the next section, we describe the theoretical resources that ground our approach.

2 Theoretical resources and method

2.1 Cultural-historical activity theory, activity, needs, and motives

The Cultural-Historical Activity Theory (CHAT) is rooted in soviet psychology grounded on sociocultural studies of human functioning, mainly in Leontiev's shared works with Vygotsky

and Luria at the beginning of the 20th century. Throughout his career, Leontiev systematized activity theory and asserted the psychological macrostructure of human activity. Later, Engeström (1999) developed the concept of a network of activity systems, highlighting how different activities interact with each other.

According to Leontiev (1978), any human activity can be conceived from the point of view of three constituting levels of human psychological macrostructure: activity, actions, and operations. He explains that activity is a non-additive process. From this perspective, actions and operations are not special parts of an activity. If we abstract actions from the activity they translate to reality, nothing will remain.

Activity has its origins in a need, a common need shared among people that must be satisfied. The needs are the departure point to any activity, but they are not capable, alone, of starting an activity and giving it a specific orientation. This only happens when a need meets one object that can satisfy it. This object can be material or ideal and is called the motive of activity. Leontiev (1978) calls this process “an objectification of the need”, which is the filling of the need with content of the objective world. The motive is the stimulating agent of the activity, and it is the distinctive factor among different activities. Motives are often a matter of dispute, which includes power relations and ideologies.

The needs are the departure point for the emergence of power relations within a society. Needs are satisfied through motives, but those motives are not determined only by the needs of people but also through the use of power to determine which motives will satisfy the needs. Power relations are framed within a dominant ideology that shapes people’s interests, inclinations, and attitudes. This is a complex process that often hides the ideologies that select, justify, and realize which motives are imposed on people’s needs. One of the questions CDA poses is: how does language contribute to this process? In our multi-level analytical approach, this question is addressed by analyzing linguistic choices at the level of goal-oriented actions. This analysis is crossed with an analysis of the network of activity systems to study how linguistic choices are framed by history and positioning authors. Historical, positioning knowledge and analysis of linguistic choices are complementary in cueing analysts to identify the motive of the activity and the conveyed ideologies.

2.2 Actions, goals, sequences, and discursive orientations

Leontiev (1978) claims that activity is realized by previous or emergent conscious goal-oriented actions. Actions may not be directly oriented to the motive of activity. When analyzing just one’s action, the analyst may find it might appear to be against the motive of the activity, as is the case when a far robber scares away a woman in an empty street. Alone, this action may be seen as nonsense, or even against the motive of robbing. It is in coordination with other robbers’ actions that the first action acquires its true significance. For instance, while the woman is running away from the robber who scared her, she turns the corner of the street and finds herself in an ambush made by the other robbers, who were waiting to intimate her with knives to order her valuable belongings. Therefore, activity is realized by coordinated sets of actions. It is necessary to uncover the motive of the activity to interpret why certain actions are carried out. The woman’s valuable items in the possession of the robbers are shared among all

of them, satisfying their need for robbing. In another activity, the robbers may sell the items to buy illegal drugs, thus constituting a chain of activity systems.

With this example, we described how actions are coordinated and oriented to the motive of the activity they translate to reality. The verbal procedure, that is, ordering the woman her valuable belongings, is included in the concept of “injunction”. Scholars from the field of text linguistics (Bronckart, 1999; Adam, 2008) call this concept a “sequence”. Bronckart (1999) recognizes six types of sequences: argumentation, explanation, narration, description, injunction, and dialogue. Sequences are modes of text and speech organization beyond the level of the phrase. Each sequence has a prototype that represents its typical structure which is formed by macro-propositions which are themselves constituted by a set of propositions (Bronckart, 1999). For instance, Toulmin’s argument pattern (Toulmin, 1958) can be considered a viable prototype for an argumentative sequence, and it is widely used in studies of classroom argumentation (Jiménez-Aleixandre; Erduran, 2008).

Vieira & Kelly (2014), and Vieira, Kelly & Nascimento (2012) created the concept of “discursive orientation”, grounded on the notion of sequences prototypes. Since in real texts and speech there is little space for “pure” sequences, we can at least identify a dominant discursive orientation within an action, which offers possibilities and constraints for the action and procedures. Therefore, the modes by which individuals engage in discourse in socially appropriate ways are dependent on the discursive orientation at stake. Thus, we can speak of argumentative actions, explicative actions, injunctive actions, narrative actions, and so on. In addition, each discursive orientation within an action creates opportunities for the emergence of determining types of goals. For instance, argumentation and dialogue evoke open-ended goals, while explanation, injunction, and narration evoke authoritative goals (Vieira et al., 2017). Thus, people act and talk in distinct ways when engaged in different discursive orientations – that is, the structure and meanings of the individuals’ propositions-utterances and their discursive procedures are shaped by the developed discursive orientation which affords possibilities and constraints to human action.

2.3 Operations, discursive procedures, and sociolinguistics’ contextualization cues

According to Leontiev (1978), operations are determined by immediate conditions and are the methods for the accomplishment of an action. There is a relative independence of actions and operations: one action can be accomplished by different operations, which depend upon the immediate conditions. Additionally, the same operations can accomplish different actions. To accomplish an operation the individual needs to know how to perform it. Operations can be conscious or unconscious. They are usually unconscious.

An individual may initially form operations through conscious processes. Over time, these processes begin to structure more complex chains of actions. This leads the individual to not recognize the intentional aspects of such processes, which become automated in the form of an operation. In this way, the individual learns to accomplish the operation without the need for intentional effort (Leontiev, 1978).

What we have called “discursive procedures” are operations from the perspective of discourse. A discursive procedure is how an individual uses linguistic resources to conduct and

manage speech. As we mentioned, propositions-utterances are the smallest units of communication (Adam, 2008), conveying syntactic and semantic micro-units of linguistic choices. Discursive procedures are identified by grouping a set of convergent propositions-utterances (convergent in the sense they are 'doing' or 'signifying' similar processes). Such categorization is the core of the microanalysis we offer in this study. We focus on discursive procedures, instead of phrases or clauses because a discursive procedure is a means through which a micro-speech act is accomplished, with its related micro-purpose, either conscious or unconscious.

Although humans know the goals of their actions, Gee (1999) noted that people are not completely aware of the meanings they construct when they talk and act, and that these meanings orient the participants' interactions. Related to this perspective, a sociolinguistic approach (Gumperz, 1982, 2008) provides resources to understand how participants signal to each other (and thus to analysts) ways of orienting attention and focus on conversations.

For the purposes of our analytical approach, we used sociolinguistics' contextualization cues (pauses, intonation, eye gaze, gestures, and proxemics) and other linguistic criteria (i.e., the presence of verbs of change and speech cohesion) to identify Boris Johnson's propositions-utterances which were afterward grouped into discursive procedures. The propositions-utterances and discursive procedures analysis are shown in a small segment of the "propositional frames" (Table 1). The propositional frames were constructed for the whole statement of Boris Johnson. By watching the video and listening to the audio, real pauses and variations in intonation were added to the transcription provided by the website. The content of Johnson's discursive procedures was previously established, and he read his statement in a notebook, but this in no way constrained the modes by which he emphasized the conveyed meanings and oriented the audience toward his propositions-utterances and discursive procedures through his contextualization cues.

We explained in detail each one of the macrostructure levels of activity (activity, actions, operations) and how they articulate with theoretical resources from text linguistics and sociolinguistics to compose the method of analysis. In the next section, we present the procedures of data collection and results of applying the multi-level method to critically analyze Boris Johnson's statement to the House of Commons on 24 February 2022.

Table 1 – A small segment of the “Propositional Frames” (The discursive procedures are underlined, followed by their specificities. The inclusion of commas signals the speaker’s silent pauses. Words into [brackets] are other speakers’ talk)

Boris Johnson explanatory statement-action	Propositions-utterances (Smallest units of communication identified through contextualization cues, speech cohesion, and verbs of change)	Discursive procedures (Set of convergent propositions-utterances “signifying” or “doing” the same processes)
His stated goal: Update the House on the response of G7 to Russia’s invasion of Ukraine	<ol style="list-style-type: none"> 1. Thank you Mr. Speaker 2. I have just come from a meeting, of G7 leaders 3. joined, by Secretary General Stoltenberg of NATO, 4. and with permission 5. I will update the House 6. on our response to President Putin’s, onslaught, 7. against a free, 8. and sovereign European nation 9. Shortly after 4 am this morning 10. I spoke to President Zelenskyy of Ukraine, 11. as the first missiles struck his beautiful and innocent country and its brave people, 12. and I assured him, 13. of the unwavering support, of the United Kingdom [members of the House say “yeah”] 14. And I can tell the House, 15. that at this stage, 16. Ukrainians are offering a fierce defense of their families, 17. and their country, 18. and I know that every Hon Member will share, 19. my admiration for their, resolve, 20. Earlier today, 21. Putin delivered another televised address 22. and offered the absurd pretext 23. that he sought the “demilitarization, 24. and denazification, 25. of Ukraine”; 	<p>1-3. <u>Contextualizes</u> the audience regarding his previous activity</p> <p>4-8. <u>Informs</u> the goal of his statement</p> <p>9-11. <u>Informs</u> he spoke with Ukraine’s president during the attack on his country</p> <p>12-13. <u>Informs</u> he ensured the support of the UK to Ukraine</p> <p>14-17. <u>Informs</u> how Ukrainians are acting concerning the war</p> <p>18-19. <u>Injunction – giving an order</u> (‘every Hon member will share’)</p> <p>20-25. <u>Negatively qualifies</u> Putin’s reasons for invading Ukraine</p>

Source: the authors

3 Data collection procedures

We made a search for historical and positioning discourses for the past and afterward of Boris Johnson's statement to the House of Commons on Ukraine 24 February 2022. Wikipedia was used as a source of historical information, and two positioning speeches were selected to provide grounded opinions concerning the Russian invasion and war in Ukraine. This analysis provides a network of activity systems that were used to support our interpretations and explanations of Boris Johnson's statement-action (hereinafter also called "action") and his discursive procedures and linguistic choices.

We refer to a positioning speech of war responsibility provided by John Mearsheimer (2022) the R. Wendell Harrison Distinguished Service Professor of Political Science at the University of Chicago, on June 23. A response article to Mearsheimer's positioning was provided by Joe Cirincione (2022), US (United States) National Security Analyst, on July 29.

We analyzed the video, audio, and transcription of Boris Johnson's statement to the House of Commons as published on the Gov.uk website (2022) on February 24. In this website his statement was intentionally organized through line spaces between sets of propositions-utterances, giving the reader a better experience in understanding Johnson's communicated meanings and themes. Each set of propositions organized by the website corresponded almost exactly to our categorization of a discursive procedure, except for a few instances. This is an indicator that a discourse analyst or linguist may have done the grouping-categorization of the propositions on the website.

Another source of his statement was provided by the UK Parliament's official website (2022), on February 24, which organized the transcription in other ways, tending to organize propositions into larger groups than the previous source of transcription. In addition, this source provides the whole transcription of the collective activity in the House, with a dialogue-explanation session of questions and responses following Johnson's statement.

In this article, we do not develop a description of the motives of the Russian-Ukrainian war because such an account deviates from the scope of our purposes. The reasons and conditions through which the war was established can be found in many international historical sources, including Wikipedia, which highlights Russia's annexation of Crimea as the beginning act of the wider Russian-Ukrainian war in Donbas, in April 2014. Our main purpose is to apply the multi-level analytical approach to critically analyze Boris Johnson's action in the context of the House activity emphasizing the roles of his discursive procedures and his linguistic choices in creating, concealing, and foregrounding meanings and ideologies.

4 Analysis and results

4.1 House activity and Boris Johnson's statement-action

The activity to which Johnson's action contributed was a "debate" session of the House of Commons on Ukraine on 24 February 2022. Need of the activity: Agreement regarding the

G7 (Group of Seven) and NATO (North Atlantic Treaty Organization) decisions concerning the Russian invasion of Ukraine. Motive: Collective explanation

Johnson made a short television statement to the UK nation at noon, on the same day he delivered his statement to the House at 5 pm. The House met at 9:30 am. The “debate” activity on Ukraine began with Boris Johnson’s statement-action. According to our analysis, although on the official site of the UK Parliament the activity was labeled as a “debate”, it was not indeed a debate. Instead of being a true debate (an argumentation) concerning the subject of Ukraine, as is usual for the House in their working meetings on a variety of subjects, what was truly developed was a collective explanation (the motive of the activity), started by Boris Johnson’s explanatory action (his statement) followed by a dialogue-explanation session of questioning and answers. The need/motive answers the question concerning “why” this activity took place in the House. The reasons for considering the activity as a collective explanation are found in the following discussion.

Bronckart (1999) considers the explanation to have origins from the consideration of an indubitable phenomenon by the interacting parties. The fundamental difference between argumentation and explanation is the controversial or non-controversial character of the statements. If presented as an argument, a statement becomes a controversial opinion (Billig, 1996) while, in explanation, a statement is considered a shared instance between the parties – meaning it is presented as something that cannot be disputed, such as an assertion, but that might require development or widening of concepts due to gaps in knowledge. Thus, the explanation implies a greater asymmetry between the parties (Charaudeau; Maingueneau, 2004). One of the involved is viewed as a spokesperson for a particular subject. The spokesperson has authority, which would come from a privilege of social status or the higher knowledge and comprehension of a particular topic.

This was the case for Boris Johnson’s explanatory statement – he was the Prime Minister (PM), which conferred authority to him due to his social status. Also, at the time of his statement, he had just come from a meeting with the G7 leaders joined by the general secretary of NATO, which confers authority to him regarding the subject at stake. The conveyed statement was considered indisputable, given all the agreements from members of the House (when they said “yeah” in several moments of Johnson’s action in a concerted agreement with him). In addition, after his statement (his action), there was a long session of questions and comments from several members of the House and the responses from the PM.

In this session, there was almost a full agreement of all the House members who spoke with the PM and a few solicitations for clarification of certain points. The only exception to the agreement was from Neale Hanvey, from Alba Party, who commented (1) in the middle phase of the questioning and answers session that followed Johnson’s statement.

(1) This morning we woke to the worst possible news. I make no apology in hoping for a diplomatic solution [...].

Johnson replied to Hanvey (2).

(2) I must say I disagree profoundly with what the hon. gentleman has to say about negotiating now. I do not think that that option is open to us. We must do our best

to support and protect the people of Ukraine, working with our international friends and allies to constrict what Vladimir Putin can do [...].

In his words, Johnson showed no belief in diplomatic venues for the resolution of the situation. There were almost no contrapositions of ideas and the whole House agreed on an indisputable issue in this context: The unfairness of the Russian invasion of Ukraine. These were the reasons why we considered the “collective explanation” as the motive for the activity. In this activity, Boris Johnson’s action was to deliver a statement, an explicative statement of the situation of the invasion of Ukraine by the Russian Federation. The decisions communicated by the PM were taken by the G7 group, composed of the most industrialized countries, in a previous activity in the early morning of the same day, whose motive was to make decisions and establish a common approach and discourse regarding the invasion.

4.2 Boris Johnson’s discursive procedures in his statement-action

From the analysis with the support of the propositional frames, that were constructed for Boris Johnson’s entire statement-action, that is, considering the roles the propositions-utterances played in Boris Johnson’s action, the analysts categorized them into discursive procedures which comprised his conveyed meanings and ways of talking. Thus, the analysts had access to the full set of discursive procedures established in his action considering the goal it was aimed for and the related explicative discursive orientation that oriented the action.

We present the total number of discursive procedures and the number of occurrences of each we identified through analysis with the propositional frames. One discursive procedure accomplishes a micro-speech act, whose micro-purpose is cued by the discursive procedure itself (underlined):

- ◆ Total of discursive procedures: 90
 - ◆ Informing: 35 (almost half of the total of discursive procedures)
 - ◆ Asserting: 10
 - ◆ Directing his speech to a specific public: 5
 - ◆ Presenting a point of view: 4
 - ◆ Highlighting information: 4
 - ◆ Negatively positioning: 4 (all related to Putin)
 - ◆ Adding: 2
 - ◆ Specifying: 2
 - ◆ Praising: 2
 - ◆ Contextualizing: 2

- ◆ Warranting: 2
- ◆ Calling for unit or attention: 2
- ◆ Concluding: 2
- ◆ Repeating: 2
- ◆ Negatively qualifying: 1
- ◆ Negatively defining: 1
- ◆ Commending: 1
- ◆ Sharing: 1
- ◆ Manifesting a desire: 1
- ◆ Reminding: 1
- ◆ Justifying: 1
- ◆ Positively positioning: 1
- ◆ Including: 1
- ◆ Detailing: 1
- ◆ Describing: 1
- ◆ Giving an order (injunction): 1

As can be noted, the most recurrent discursive procedures were the informing and asserting ones. This result is in alignment with our evaluation that Johnson's statement-action established an explicative discursive orientation, once informing and asserting discursive procedures can be seen as indisputable given their factual and imposition nature, respectively. Therefore, this is evidence of Johnson's statement being an explanatory and uncontroversial action given the immediate public, that is, the House members.

4.2.1 Johnson's informing discursive procedures

Since the informing discursive procedures were the most frequent ones, by far ahead of the others, we present a short analysis of their usage by Boris Johnson. Given this result, we conclude that the conscious goal of his action was to inform (update) the House about the decisions taken with G7 leaders. This is in coherence with his own stated goal (3) and with our evaluation that his action established an explicative discursive orientation. Therefore, he had an authoritative goal for his action – informing what has already been decided – and did not expect counter-positions from the members of the House as the UK is one of the G7 members.

- (3) I will update the House on our response to President Putin's, onslaught, against a free, and sovereign European nation.

The analysis of his informing discursive procedures reveals that most of the time Johnson presented the decisions made by the US, UK, and NATO regarding the Russian invasion of Ukraine, mainly the economic sanctions imposed on Russia (a total of 14 of 35 informing discursive procedures). However, he informed very little about the reasons for the invasion and, when he did so, he blamed Putin, positioning him as the only Russian leader responsible for the invasion of Ukraine. Instead, according to Wikipedia source (2023), the decision to invade Ukraine was made by Putin and a small group of Russian politicians, including Putin's Chief National Security Adviser Nikolai Patrushev, and Minister of Defense Sergei Shoigu. Moreover, Johnson said nothing about the roles of NATO, the US, and the UK in the development of the conflict.

4.2.2 Analysis of Johnson's discursive procedures in his explanatory statement-action

With the support of the analysis with the propositional frames and the historical and positioning references we referred to, the following presents a synthetic analysis of Boris Johnson's action, for which the discursive procedures selected for presentation in the text are underlined. For this, we divided his episodic explanatory action into three main phases: opening, development, and closure phases. The main theme was the Russian invasion of Ukraine. This main theme branched into five more specific subthemes as pointed out in the analysis of each phase of his action, which had a total duration of 11min09sec.

1 – Opening phase (propositions-utterances 1 -19, time duration: 51sec) – Explanation function: Establish the object to be explained. Subtheme: Contextualization of the invasion of Ukraine.

Johnson delivered his statement reading it in his notebook placed on the center table of the room. He first contextualized the House regarding his previous meeting with the G7 leaders joined by the general secretary of NATO. He then went in a sequence of four informing discursive procedures, contextualizing his speech on the issue of the Ukraine invasion. For this, he first informed the goal of his action to update the House of the response (decisions) they (he and the other members of the previous meeting) had taken.

Then, he informed his conversation with the president of Ukraine, Volodymyr Zelensky, informing the House he ensured the UK support to the country and informed how fierce Ukrainians were to defend their country. He concluded this phase of his action by giving an implicit order (an injunction) (4), which is evidence of his authority as a spokesperson in this context and hence the establishment of an explanatory action.

(4) I know that every Hon Member will share, my admiration, for their resolve.

Compared with the development phase, this opening contextualization phase was short. This phase fulfilled the role of establishing the object to be explained in his statement action: The support of the G7, NATO, and the UK to Ukraine.

2 – Development phase (propositions-utterances 20-229, time duration: 7min55sec) – Explanation function: The core of the explanation of his action. Subthemes: Disqualification of Vladimir Putin as solely responsible for the conflict; New imposed economic sanctions on Russia.

This was the core of his explanation and was a long phase, with a diversity of discursive procedures. He presented the reasons why giving support to Ukraine, beginning the development phase by disqualifying the president of Russia, Vladimir Putin, in a sequence of five discursive procedures, in which Putin is positioned as (5), and raising his tone when pronouncing the word “aggressor”, to emphasize it. In the following, Johnson positioned Putin as the sole Russian leader responsible for the decision to invade Ukraine, positioning the UK and allies as the “goods” trying to avoid bloodshed (6).

(5) [a] bloodstained *aggressor*, who believes, in imperial conquest.

(6) In fact he is hurling the might of his military machine against, a free and peaceful neighbour, in breach of his own explicit, pledge, and every principle of civilized, behaviour between states spurning the best efforts of this country and our allies to avoid bloodshed”.

Why did Johnson position Putin with imperial conquest goals? Indeed, neo-imperialistic ambitions have been attributed to Putin’s regime, according to Wikipedia source (2023). However, the motives of Russia’s invasion of Ukraine are all hidden under this “imperial” general umbrella. Boris Johnson, in his statement, never informed the reasons for the Ukraine invasion, which, according to Mearsheimer (2022) and Cirincione (2022), had a direct relation to the US and NATO expansion and empowerment of Ukraine near Russian borders, hence bringing consequences to Russia politicians’ security concerns.

According to the contrasting analysis we made between the discursive procedures of Boris Johnson’s statement and the historical and positioning discourses we refer to (Mearsheimer, 2022; Cirincione, 2022; Wikipedia, 2023), Johnson concealed in his statement about the roles the US and NATO had in establishing tensions in the Ukraine border with Russia, with military training and weapons supply to the country by the US, aiming to transform Ukraine into a NATO’s member despite all the warnings Putin raised around the issue, insisting that this would be a threat to Russia security.

To this end, Johnson’s strategy was focusing his speech on the present and mainly on the future, avoiding speaking of past events, which inevitably should touch on the relationships and tensions among Russia, the US, and NATO. When he did speak in the past, he just mentioned the failure of Russia to accept diplomacy as a solution to the problems. However, he never specified what these kinds of problems were. Most of the time Boris spoke in the future tense, as can be noted by his intense usage of the modal auxiliary verb “will” in this developing phase, mainly informing the economic sanctions to be applied to Russia, to weaken their military machine, and in predicting Russia’s failure. Therefore, this linguistic

choice (the intense use of modality employing the auxiliary verb “will”, speaking mainly in the future tense) collaborated to sharing an ideological stance committed to concealing the US and NATO roles in the conflict and in showing Johnson’s commitment to his discursive procedures and the decisions taken by the G7 and NATO. In some passages he overused silenced pauses at the same time he increased his tone, fulfilling the role of emphasizing the importance of the information being communicated (7).

- (7) Russian stocks, are down by as much as, 45 percent, wiping \$250 billion, from their *value* (he raised his tone when saying the italicized word “value”) in *the biggest, one, day, decline, on record* (he raised his tone when saying the expression italicized).

In the following, Johnson informed negative statistics concerning the Russian economy and informed the ruble plummeted against the dollar. These sets of linguistic choices served the purpose of ideological empowerment of the US and NATO over the Russian Federation in the context of the House activity.

To end the development phase, Johnson re-informed the goal to eliminate Russia from the global economy. For this, he used the metaphor (8), informed (9), and positioned again Putin as a leader with imperial conquest goals.

- (8) Squeeze Russia from global economy.

- (9) [The UK] will tell the truth about the war

He also informed the UK and its allies will work together (10), framing ideologically the UK and its allies as the “goods” that will protect other countries against Putin.

- (10) [The UK and its allies will work together] on the urgent need, to protect other European countries that are not members of NATO and could, become targets of Putin’s playbook of subversion, and aggression.

He concluded his explanation up to this point with the demand to strengthen NATO’s defenses, which makes us infer that the pretension is to prepare more NATO for a potential in-contact war with Russia.

3 – Closure phase (propositions-utterances 230-299, time duration: 3min21sec)
-Explanation function: Conclude his action. Subthemes: Global economic repercussions; Failure of Russian invasion.

Johnson began the closure phase by reminding that the invasion would have global economic consequences and warranted that the UK government will provide all the actions to safeguard nationals from repercussions of the crisis. He then presented his point of view that the Russian invasion of Ukraine should fail and that this is the UK’s goal concerning the invasion. He directed his speech to the Russian people asserting he believes the invasion was not made in their name, and then directed his speech to the Ukrainians, asserting the UK and NATO are at their side. Finally, he concluded his action by giving a strong sense of unity among the members of the House by sharing a cliché (11) and commended the statement to the House while closing his notebook where his speech was written. Many members of the

house said (12), and Mr. Speaker said (13), showing explicit commitment to Johnson's conveyed meanings.

(11) And in that spirit (he hits the table at this moment to emphasize the *cliché*), I join you, in saying 'slava Ukraini' (Ukrainian national greeting).

(12) Yeah.

(13) I could not believe the opposite.

5 Discussion

We unfolded ideological inequalities in Boris Johnson's explanatory statement-action, such as concealing the US and NATO roles in the Ukraine invasion and framing the war responsibility solely on Vladimir Putin, who was depicted as a bloodstained aggressor leader interested in imperial conquest. Johnson framed the UK, the US, NATO, and Ukraine as the "goods" and Putin (and not the group of Russian leaders, which includes Putin, who decided to invade Ukraine) as the "bad", as an emblem of the conflict and war.

As Mearsheimer (2011) pointed out about lying in international politics, politicians on opposing sides often do not lie to each other but lie essentially to their own public. Putin delivered speeches warning that bringing Ukraine to NATO would have a response from Russia since Russian leaders considered it an existential threat to Russia's security. In the same way, the military training of Ukraine and the US sending weapons to the country increased the tensions with Russian politicians. According to Mearsheimer's delivered speech on June 12, 2022:

To deal with this growing threat, Putin stationed ever-increasing numbers of Russian troops on Ukraine's border between February 2021 and February 2022. His aim was to coerce Biden [the president of US] and Zelensky [the president of Ukraine] into altering course and halting their efforts to integrate Ukraine into the West. On December 17, 2021, Moscow sent separate letters to the Biden administration and NATO demanding a written guarantee that: 1) Ukraine would not join NATO, 2) no offensive weapons would be stationed near Russia's borders, and 3) NATO troops and equipment moved into eastern Europe since 1997 would be moved back to western Europe, [US] Secretary of State Antony Blinken responded by simply saying, 'There is no change. There will be no change.' (Mearsheimer, 2022, linking section, paragraph 36)

The presented information makes clear that the increasing tensions were due to both sides, which was completely concealed in Johnson's statement and his insistence on framing Putin as solely responsible for the increased tensions, which is not a realistic frame considering other discourses on this issue. Although in disagreement with Mearsheimer's conclusions, Cirincione accepts key points of his argument. Cirincione recognized in his response article on July 29, 2022, to Mearsheimer's speech: "NATO enlargement was problematic; I warned against it at the time and have criticized it more recently [...]. Some US policies have

not taken into account legitimate Russian security concerns [...]” (Cirincione, 2022, linking section, paragraph 5).

Our findings point to the need for more authentic statements from politicians who have a global influence on their activities and actions, in the sense to avoid worsening the situation. Indeed, Putin was unquestionably the one who had a crucial role in determining the invasion and the war. Therefore, Boris Johnson was right in this direction, but wrong in creating a story for the sake of ideological empowerment of NATO and allies instead of a statement depicting more realistic frames of the invasion.

We showed how Johnson constructed biased ideological frames of the invasion through microanalysis of his discursive procedures informed by a macroanalysis of historical and positioning discourses crossed with an analysis of the macrostructure of the House activity. He performed an explanatory action, aimed to inform, assert, and increase knowledge, about decisions already made, instead of establishing an opening to counterpose different opinions of other politicians of the House of Commons concerning the issue that might have established a debate and furthering alternative possibilities for the conflict.

Given the results we found, we are drawn to highlight that the true motive of the activity in the House was to construct a collective consensual explanation of a biased instance of war responsibilities. Boris Johnson delivered his statement-action in biased ways, serving the interests, positions, and power of the G7 and NATO which were aligned with the purposes and interests of the House. This is unsurprising since the UK is a member of these both global organizations. However, such a membership should not bias shape Johnson’s statement-action and confine the House in a collective agreement. This is our main criticism concerning Johnson’s action and all the agreements with him by the members of the House, who avoided furthering the discussion and reflecting more about NATO, the US, and the UK’s roles in the conflict and possible ways of ending it.

6 Conclusions

We comment on the uses of the multi-level analytical mapping approach we applied in this study. The approach is based on the levels of analysis for the House activity (activity, actions, operations, cf. Leontiev, 1978), thus providing macro and microanalysis for Boris Johnson’s statement-action. The application of sociolinguistics’ contextualization cues (Gumperz, 1982, 2008) and other linguistic criteria (the presence of verbs of change and speech cohesion) provided us with insights to segment Johnson’s proposition-utterances and hence his discursive procedures as the methods of accomplishment of his action. Such an analysis answered the question of “how” the action was accomplished. The text linguistics resources (Bronckart, 1999; Adam, 2008) provided ways to comprehend that his action established an explicative discursive orientation with a related authoritative goal: inform (update) the House about the decisions taken by the G7 and NATO leaders, which shaped his discursive procedures in certain ways, as was the case of most of his discursive procedures being informing and assertive ones.

The crossing of the analytical approach with historical and positioning discourses was useful for analyzing critically Boris Johnson’s statement. The analysis showed that his statement-action contributed to the accomplishment of an activity at the House of Commons, with its specific motive, a collective explanation, that stimulated the activity in addressing

a new urging need, that is, agreement regarding the G7 and NATO decisions regarding the Russian invasion of Ukraine. Thus, the analysis at the level of the activity explained “why” the collective activity and Johnson’s action took place in the House. The analysis at the level of the operations that realized his action, that is, his discursive procedures, provided insight into how Johnson foregrounded and concealed meanings, how he communicated a biased ideology, and which micro-speech acts and related micro-purposes were at stake.

Important linguistics choices were made explicit by the analysis, such as how Johnson used modality to situate events mainly in the future, showing his commitments with the US and NATO ideologies, avoiding giving explanations of the roles they played in the Russian-Ukrainian war, thus concealing their responsibility on the conflict. Instead, and in the vision of furthering diplomacy as the core of relations in this case, he could have pictured a more realistic frame of the situation and offered ways to deal with it via diplomatic relations and less aggressive discourse toward blaming Putin as solely responsible for the tensions in the region and the war.

According to Fairclough, CDA “is not just descriptive, it is also normative. It addresses social wrongs in their discursive aspects and possible ways of righting and mitigate them” (Fairclough, 2013, p. 11). Therefore, following Fairclough (2013), our critical discourse analysis, via the application of the multi-level analytical mapping approach, assessed what exists, what might exist, and what should exist in the political statement of Boris Johnson considering our political stance on strong diplomatic efforts as a crucial privileged way to deal with such a delicate issue as the invasion of Ukraine by the Russian Federation. We criticize his statement-action in the terms in which he did not provide or request diplomatic alternatives to mitigate relations with the Russian Federation.

Finally, we comment on the limitations of the multi-level analytical mapping approach. First, the approach was useful for analyzing how Johnson’s statement-action was consumed by the House through agreement via a collective explanation-oriented activity, but we did not analyze how his statement was interpreted by other relevant people, including UK nationals and foreign people, such as Russian politicians and Russian people, what could raise counter positions to his statement-action. Second, it still needs to be introduced into the analytical approach about how to unfold the interplay of motives at stake in the network of activity systems, showing in detail how motives can be masked, concealed, and construed by individuals, and how these motives can be subtly imposed to people’s lives and activities through ideologies conveyed by politicians’ discourses. Third, we recognize the importance of applying the multi-level analytical mapping approach to other data and in crossing and refining the approach with other relevant methods of CDA.

Authors’ contributions

Eman Riyadh Adeb idealized the proposal, wrote the text, analyzed the data, and added references. Rodrigo Drumond Vieira wrote the text, analyzed the data, and added references. Both authors revised the text.

References

- ADAM, J-M. *A linguística textual: Introdução à análise textual dos discursos*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BILLIG, M. *Arguing and thinking: A rhetorical approach to social psychology*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- BLOMMAERT, J.; BULCAEN. C. Critical Discourse Analysis. *Annual Review of Anthropology, USA*, v. 29, p. 447-466, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.29.1.447>
- BREEZE, R. Critical discourse analysis and its critics. *Pragmatics*, Amsterdam v. 21, n. 4, p. 493-525, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1075/prag.21.4.01bre>
- BRONCKART, J-P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: Por um interacionismo sociodiscursivo*. 1. ed. São Paulo: EDUC, 1999.
- CAMERON, L. *Metaphor in Educational Discourse*. 1. ed. London: Continuum, 2003.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. 1. ed. Scotland: Edinburgh University Press, 1999.
- CIRINCIONE, J. What's Missing from Mearsheimer's Analysis of the Ukraine War. *Russia Matters: Harvard Kennedy School Belfer Center for Science and International Affairs*, 29th July 2022. Available from: <https://www.russiamatters.org/analysis/whats-missing-mearsheimers-analysis-ukraine-war>. Access on: July 07, 2023.
- ENGESTRÖM, Y. Activity Theory and Individual and Social Transformation. In: ENGESTRÖM, Y.; MIETTINEN, R; PUNAMÄKI, R-L. (Orgs.). *Perspectives on Activity Theory*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 19-38.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. 1. ed. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. Critical Discourse Analysis as a Method in Social Scientific Research. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Orgs.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage Publications, 2001. p. 121-138.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. 1. ed. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: The critical study of language*. 1. ed. London: Routledge, 2013.
- GEE, J. P. *An Introduction to Discourse Analysis: Theory and Method*. 1. ed. New York: Routledge, 1999.
- GUMPERZ, J. J. *Discourse Strategies*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- GUMPERZ, J. J. Interactional Sociolinguistics: A Personal Perspective. In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. (Orgs.). *The Handbook of Discourse Analysis*. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2008. p. 215-228.
- HALLIDAY, M. A. K. *Introduction to Functional Grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.
- JIMÉNEZ-ALEIXANDRE, M. P.; ERDURAN, S. Argumentation in Science Education: An Overview. In: ERDURAN, S.; JIMÉNEZ-ALEIXANDRE. (Orgs.). *Argumentation in Science Education: Recent Developments and Future Directions*. Dordrecht: Springer, 2008. p. 03-27.

JOHNSON, B. PM statement to the House of Commons on Ukraine: 24 February 2022. *Gov.uk*, 24th February 2022. Available from: <<https://www.gov.uk/government/speeches/pm-statement-to-the-house-of-commons-on-ukraine-24-february-2022>>. Access on: July 07, 2023.

JOHNSON, B. Ukraine: Volume 709, debated on Thursday 24 February 2022. *UK Parliament*, 24th February 2022. Available from: <<https://hansard.parliament.uk/commons/2022-02-24/debates/A76282B2-C1F4-4D00-B5E8-A8A0F2476FBB/Ukraine>>. Access on: July 07, 2023.

KRESS, G. Representational resources and the production of subjectivity: Questions for the theoretical development of critical discourse analysis in a multicultural society. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; COULTHARD, M. (Orgs.). *Text and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*. London: Routledge, 1996. p. 15-31.

KRESS, G. *Multimodality: a social semiotic approach to contemporary communication*. 1. ed. London: Routledge, 2010.

LEONTIEV, A. N. *Activity, Consciousness, and Personality*. 1. ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1978.

LIU, K.; GUO, F. A Review on Critical Discourse Analysis. *Theory and Practice in Language Studies*, v. 6, n. 5, p. 1076-1084, 2016.

MACHIN, D.; MAYR, A. *How to Do Critical Discourse Analysis: A Multimodal Introduction*. 1. ed. London: Sage, 2012.

MEARSHEIMER, J. The Causes and Consequences of the Ukraine War. *Russia Matters: Harvard Kennedy School Belfer Center for Science and International Affairs*, 23rd June 2022. Available from: <<https://www.russiamatters.org/analysis/causes-and-consequences-ukraine-war>>. Access on: July 07, 2023.

MEARSHEIMER, J. *Why Leaders Lie: The Truth About Lying in International Politics*. 1. ed. New York, NY: Oxford University Press, 2011.

SEMINO, E. *Metaphor in Discourse*. 1. ed. Cambridge University Press, 2008.

TENORIO, E. H. Critical Discourse Analysis, an Overview. *Nordic Journal of English Studies*, v. 10, n. 1, p. 183-210, 2011.

TOULMIN, S. *The Uses of Argument*. 1. ed. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1958.

VAN DIJK, T. A. Principles of Critical Discourse Analysis. *Discourse & Society*, California v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1177/0957926593004002006>

VAN DIJK, T. A. Contextual Knowledge Management in Discourse Production: A CDA Perspective. In: WODAK, R.; CHILTON, P. (Orgs.). *A New Agenda in (Critical) Discourse Analysis*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 71-100.

VAN DIJK, T. A. *Discourse and Context: A Socio-cognitive Approach*. 1. ed. United Kingdom: Cambridge University Press, 2008.

VIEIRA, R. D., & KELLY, G. J. Multi-level Discourse Analysis in a Physics Teaching Methods Course from the Psychological Perspective of Activity Theory. *International Journal of Science Education*, Milton Park, v. 36, n. 16, p. 2694-2718, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/09500693.2014.929754>

VIEIRA, R. D., KELLY, G. J., & NASCIMENTO, S. S. An activity theory-based analytic framework for the study of discourse in science classrooms. *Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 13-46, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-21172012140202>

VIEIRA, R. D., MELO, V. F., AVRAAMIDOU, L., & LOBATO J. A. Reconceptualizing Scientific Literacy: The Role of Students' Epistemological Profiles. *Education Sciences*, Basel, v. 7, n. 2, p. 1-18, 2017. DOI: <https://doi.org/10.3390/educsci7020047>

WIDDOWSON, H. Discourse Analysis: A Critical View. *Language and Literature*, London, v. 4, n.3, p. 157-172, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1177/096394709500400301>

WIDDOWSON, H. The Theory and Practice of Critical Discourse Analysis. *Applied Linguistics*, United Kingdom, v. 19, n. 1, p. 136-151, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1093/applin/19.1.136>

WIKIPEDIA. Russian Invasion of Ukraine. *Wikipedia the Free Encyclopedia*, 2023. Available from: <https://en.wikipedia.org/wiki/2022_Russian_invasion_of_Ukraine>. Access on: July 07, 2023.

WODAK, R. Critical Linguistics and Critical Discourse Analysis. In: VERSCHUREN, J.; ÖSTMAN, J-O.; BLOMMAERT, J. (Orgs.). *Handbook of Pragmatics-Manual*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995. p. 203-210.

WODAK, R. *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: SAGE Publications, 2001.

WODAK, R. Editor's Introduction: Critical Discourse Analysis. In: WODAK, R. (Org.). *Critical Discourse Analysis - Volume 1: Concepts, History, Theory*. Sage, London, 2013. p. xix-xliii.

Os interdiscursos de Saussure: William Whitney e a fundação da ciência da linguagem

Saussure's Interdiscourses: William Whitney and the Foundation of Language Science

Daiany Bonácio

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
| Londrina | PR | BR
daiany@uel.br
<https://orcid.org/0000-0001-8125-8975>

Resumo: O estudo da língua do século XIX teve que enfrentar um grande desafio: definir-se como ciência em uma época em que havia uma forte tendência em associar o termo “ciência” para indicar apenas as disciplinas como a biologia, a química e a física. Era imperioso retirar os estudos da linguagem das ciências naturais e constituir uma ciência linguística autônoma ligada às ciências humanas. Estudando esse período por meio de uma pesquisa bibliográfica, encontramos um personagem central nessa mudança de rumo: o norte-americano William D. Whitney, que se empenhou consideravelmente para combater essas tendências e retirar o campo da linguística das áreas como a biologia e a botânica. Diante do cenário descrito, o objetivo deste artigo é analisar as contribuições de Whitney para a fundação da ciência linguística e para as ideias amplamente conhecidas de Ferdinand de Saussure. O que motivou essa pesquisa de revisão bibliográfica foi que, ao estudar a vida e obra de Whitney, observamos que ele antecipou muitos conceitos que encontramos no *Curso de Linguística Geral*, atribuídos a Ferdinand de Saussure. Buscamos compreender essas influências diretas de Whitney na obra do professor genebrino realizando um estudo histórico-comparativo. Como resultado, conhecemos um pouco sobre como as afirmações que mudaram o percurso da ciência linguística nos séculos XIX e XX passaram, antes, pelo trabalho do professor norte-americano. A partir das pesquisas de Whitney, os estudos da linguagem tomaram outra direção: saíram do campo dos fatos naturais para se inscreverem nos fatos históricos e sociais e encontrarem a definição de língua como um sistema.



Palavras-chave: história da linguística; Saussure; Whitney; ciência linguística.

Abstract: The study of language in the 19th century faced a great challenge: defining itself as a science at a time when there was a strong tendency to associate the term “science” only to biology, chemistry, and physics. It was imperative to remove language studies from the natural sciences and constitute an autonomous linguistic science in the humanities. Studying this period through a bibliographical research, we find a central character in this change of course: the North American William D. Whitney, who made a considerable effort to combat the tendencies of affiliating language studies to natural sciences and establish Linguistics as a field of knowledge on its own. Given the scenario described, the aim of this article is to analyze Whitney’s contributions to the foundation of linguistic science and to the widely known ideas of Ferdinand de Saussure. When studying the life and work of Whitney, we observed that he anticipated many concepts we find in *Course of General Linguistics*, attributed to Ferdinand de Saussure. Our primary motivation was then to understand these direct influences of Whitney on the Genevan professor’s work by carrying out a historical-comparative study. As a result, we know a little about how the statements that changed the course of linguistic science in the 19th and 20th centuries first passed through the work of the North American professor. Because of Whitney’s research, language studies changed direction: they left the field of natural facts to inscribe themselves in historical and social facts and find the definition of language as a system.

Keywords: history of linguistics; Saussure; Whitney; linguistic science.

1 Introdução

O estudo da língua do século XIX no contexto ocidental teve que enfrentar um grande desafio: definir-se como ciência em uma época conturbada em que a definição da própria ciência também buscava suas bases. O desenvolvimento da linguística moderna enquanto campo científico enfrentou os mesmos problemas que as ciências humanas também enfrentaram:

havia, na segunda metade do século XIX, uma forte tendência a associar o termo “ciência” para indicar apenas as disciplinas como a biologia, a química e a física. Segundo Alter (2005), as ciências naturais ameaçavam não incluir a sociedade – e isso incluía o estudo da fala – em suas pesquisas e considerar os fenômenos linguísticos como elementos puramente físicos e biológicos. Para alguns estudiosos, era imperante retirar o estudo da linguagem das ciências naturais e constituir uma ciência linguística autônoma. Estudando esse período, encontramos um personagem central nessa mudança de rumo: o norte-americano William D. Whitney (1827-1894). Whitney se empenhou consideravelmente para combater essas tendências e retirar o campo da linguística das áreas como a biologia e a botânica. Além disso, o referido autor buscava também contestar a inclinação de associar o termo “ciência” aos estudos físicos apenas, em que a prática científica era associada aos ramos materialistas do conhecimento e baseada exclusivamente em leis naturais. Diante do cenário descrito, o objetivo deste artigo é analisar as contribuições de William Whitney para a fundação da ciência linguística e para as ideias amplamente conhecidas de Ferdinand de Saussure.

O que motivou essa pesquisa de revisão bibliográfica foi que, ao estudar um pouco da vida e obra de Whitney, observamos que ele antecipou muitos conceitos que encontramos no *Curso de Linguística Geral*, doravante CLG, atribuídos a Ferdinand de Saussure (2006). Buscamos compreender essas influências diretas de Whitney na obra do professor genebrino realizando um estudo histórico-comparativo. As ideias de Saussure são conhecidas mundialmente; ele tem sido considerado o pai da linguística moderna desde o início do século XX. O que poucos sabem é que as teorias do mestre genebrino, em sua maioria, estão baseadas em Whitney¹. Nesse artigo, conheceremos um pouco sobre como as afirmações que mudaram o rumo da ciência linguística nos séculos XIX e XX passaram, antes, pelo trabalho do professor norte-americano. A partir das pesquisas de Whitney, os estudos da linguagem tomaram outra direção: saíram do campo dos fatos naturais para se inscreverem nos fatos históricos e sociais e encontrarem a definição de língua como um sistema.

Com o desenvolvimento desta pesquisa, objetivamos conhecer as condições de produção que permitiram a fundação da ciência linguística: os atores sociais envolvidos, as ideias a serem combatidas, as ideias a serem defendidas. Estamos diante de discursos e ideologias diferentes, porém que têm o mesmo objetivo: construir uma ciência linguística. Compreender tais condições de produção é conhecer que Whitney fez parte da fundação da ciência linguística e que foi uma influência muito direta e constante nos trabalhos de Saussure. O fato é que ele pouco aparece na história oficial que narra esses acontecimentos.

Ao pesquisar os fatos a fundo, percebemos que é necessário questionar a obviedade que lemos nos manuais de linguística: Saussure é o pai da linguística moderna, o criador do estruturalismo. Os sentidos não são tão evidentes como a história oficial conta. Não podemos desmerecer o mérito de Saussure. Contudo, pouco é falado que Whitney promoveu uma visão social da linguagem que realmente revolucionou o que se falava sobre o assunto. Os estudos desse professor foram capazes de transformar a forma de conceber a língua, suas práticas de análise e os conceitos envolvidos. Nesse sentido, este artigo almeja compreender como Whitney inspirou temas fundamentais para a ciência linguística moderna represen-

¹ É importante salientar que autores como Émile Durkheim e Hermann Paul também exerceram influência no pensamento de Saussure. Tais autores não serão explorados, uma vez que o objetivo deste estudo é abordar as influências exercidas por William D. Whitney na obra saussuriana.

tada na figura de Saussure. Esse trabalho é importante uma vez que, a história da fundação da ciência linguística que se constitui ao longo das últimas décadas não deu a Whitney o seu devido valor na formação e consolidação dos estudos linguísticos. Ao ser pouco mencionado, o trabalho do referido autor é apagado e passa despercebido nessa historicidade. Whitney é o responsável por trazer a dimensão social para os estudos da linguagem, promovendo uma mudança epistemológica significativa para a constituição da linguística moderna. Severo e Görski (2019, p. 01), acerca disso, pontuam que:

A revisitação a trabalhos de Whitney é um passo importante para, por um lado, relativizar discursos genealógicos da linguística que apagam ou minimizam suas contribuições e, por outro, evidenciar a maneira como suas ideias dialogam com demandas e questões linguísticas contemporâneas.

Severo e Görski (2019, p. 02) ainda revelam que as produções de Whitney: “superam mais de quatrocentos trabalhos, entre traduções, resenhas, notas, ensaios, relatórios, obituários, escritos técnicos, pedagógicos e teóricos (Lanman, 1897; Long, 1929)”. Contudo, são pouco conhecidos no cenário brasileiro dos estudos da linguagem, que raramente mencionam o norte-americano como um dos fundadores da ciência linguística.

Sobre a necessidade de se explorar as ideias de Whitney no panorama brasileiro, encontramos uma crescente produção de trabalhos acadêmicos realizados nas últimas décadas, os quais buscam suprir essa lacuna. É o caso do artigo de Ferreira (2023) que, ao realizar uma análise detalhada do livro *The life and growth of language*, demonstra a importância do pensamento do professor norte-americano para a constituição da ciência linguística. Ferreira (2023, p. 2) assevera que o referido livro “se destaca como uma proposta de ‘esboço da ciência da linguagem’, onde o autor aponta bases epistemológicas e agendas de pesquisa para a linguística moderna”. Podemos mencionar ainda a tese de Milani (2000), que também analisa a obra *The life and growth of language* e a influência desse livro para o desenvolvimento dos estudos linguísticos modernos, corroborando com a afirmação de que Whitney fez um grande esforço para tirar os estudos da linguagem de áreas como a botânica, para realocá-los dentro de uma perspectiva histórica e social.

É fundamental reconhecer a importância do pensamento de Whitney e divulgar o que ele fez pela ciência linguística. Nesse sentido, propomos pensar a relação Whitney-Saussure, uma vez que esses personagens fizeram deslizar os discursos, os sentidos, enfim, mudaram o rumo acerca dos estudos da língua. E isso se mistura e se confunde com a fundação das ciências humanas.

2 O contexto histórico em que viveu William W. Whitney

O momento histórico a ser tratado neste item marca a passagem do pensamento clássico/racionalista sobre a linguagem até o início da era moderna. William Whitney viveu em um cenário conturbado constituído pela necessidade de estabelecer a ciência da língua longe dos estudos naturalistas e darwinistas que figuravam na época. Ademais, ainda havia a necessidade de estabelecer as ciências humanas. Para Foucault (2007), a definição da ciência linguística se emaranhou com a definição das ciências humanas, uma vez que ambas buscavam sua autonomia das ciências naturais. O professor norte-americano viveu em um momento mar-

cado pelo enfraquecimento das ciências naturais que dominavam o modo de explicar muitas coisas. Ele testemunhou a grande renovação que aconteceu no decorrer do século XVIII e durou até o início do século XIX.

Até meados do século XVIII, vivíamos a era clássica e tínhamos um saber consolidado: o homem era visto como um elemento natural como tantos outros que a natureza possuía e era classificado segundo leis naturais, explica Foucault (2007). Os seres vivos, incluindo o homem, pertenciam a uma grande ordem natural; havia uma hierarquização dos seres que ia do mais simples ao mais complexo, num contínuo. Nesse sentido, os discursos científicos da época se preocupavam em construir uma grande ordem natural, uma ciência geral da natureza. A tarefa dos estudiosos era classificar, interligar os seres vivos, a partir de suas características.

O enfraquecimento desses estudos possibilitou o aparecimento de uma renovação que consistia em desfazer essa dependência à hierarquização e classificação dos seres vivos. Sobre isso, Foucault (2007) analisa que é um momento de romper com a antiga continuidade clássica entre o ser e a natureza. Para o autor, estamos falando de um lugar para o homem no mundo. A espacialização do homem entre os séculos XVIII e XIX começou a tomar novos rumos, uma vez que na época clássica, o indivíduo era mais um ser vivo, que deveria ser classificado e explicado de acordo com leis naturais. Conforme ensina Foucault (2007), a partir de Cuvier, o qual trouxe o que mais tarde seria o futuro da biologia, o homem rompeu com esse plano das continuidades que estava inserido para se realocar em um novo espaço. A ciência dos seres vivos encontra-se abalada e em fase de renovação. O que possibilitou essa renovação foi o aparecimento da historicidade. O homem percebeu que tinha direito a uma história. Para Foucault (2007), a história aparece não como uma sucessão dos fatos, mas um modo de ser fundamental, em que a vida se volta para a história e se delinea a partir dela. Atrelar a vida humana à história não ocorre de modo sucessivo e contínuo, pelo contrário, é descontínuo, já que os sujeitos vivem, muitas vezes, em temporalidades diferentes.

A constituição da historicidade na ordem da língua apareceu com o alemão Franz Bopp e com a gramática comparada. Foucault (2007, p. 386) lembra que olhar para a estrutura linguística fornecerá “[...] soluções totalmente novas sobre a genealogia das línguas [...]”. Antes disso, a língua e os seres vivos foram colocados no mesmo patamar: tudo era tratado como elemento natural. A partir dessa renovação, homem e língua foram retirados desses discursos da natureza e realocados sob a égide dos discursos históricos e sociais. Nesse sentido, as línguas “[...] só existiam pelo valor representativo que detinham, bem como pelo poder de análise, de reduplicação, de composição e de ordenação que se lhes reconhecia em relação às coisas representadas” (Foucault, 2007, p. 386). Com Bopp, a língua perdeu a característica de ser essencialmente representativa: além de representar, ela ainda permitia mostrar as relações de parentesco com as outras línguas. A pesquisa de Bopp, nesse sentido, foi muito importante, porque fez aparecer um olhar para a estrutura linguística, vista como uma organização, com elementos que possuíam funções gramaticais. Foucault (2007) esclarece que a língua só pode representar o pensamento se antes disso, ela estiver organizada, com leis próprias e estruturada². A partir dos estudos filológicos do final século XVIII e início do século

² É importante lembrar que, saber como uma língua pode caracterizar-se internamente e distinguir-se das outras não é uma preocupação nova. Na época clássica, definia-se a individualidade de uma língua em relação à outra, a partir de critérios que diziam respeito a como elas podiam representar suas relações internas. Nesse sentido, a língua era concebida sob o ponto de vista de como os elementos se reuniam para funcionar como representação.

XIX, a linguagem pôde se desprender de suas funções meramente representativas e conquistar novas funções. Estamos diante de uma nova filologia: o fazer científico na linguagem está voltado para observar os critérios de organização interior, abandonando as classificações hierárquicas que o século XVIII praticava.

A narração desse contexto histórico nos permite vislumbrar as novas discursividades que são formadas para a linguagem; estamos diante de novas definições, novas formas de conceituá-la. Estudiosos como Grimm, Bopp e Schlegel³ fazem parte da nova era, uma vez que movem essas discursividades sobre os fatos linguísticos, que passam a contar com a constituição dos estudos filológicos.

O trabalho da filologia, ao analisar as raízes das palavras, possibilitou que se vislumbrasse o sistema de parentesco entre as línguas e a percepção de que dois sistemas poderiam ser comparáveis. Ademais, olhar a estrutura e a origem das línguas ajudou a perceber como elas eram descontínuas, obedecendo a histórias distintas. Segundo Foucault (2007), para que a linguagem fosse vista como um elemento pertencente às ciências humanas, isto é, com historicidade, foi preciso parar de concebê-la apenas como uma sucessão dos fatos, como continuidade. Um outro ganho que merece ser citado diz respeito à mudança de concepção da linguagem: a língua carregava consigo a representação, a atividade e a ação. Nesse sentido, a língua ganhou um valor expressivo, manifestando as ações e vontades daqueles que a falavam. Esse reconhecimento da função expressiva da linguagem, que exprime ações e vontades de um povo fará Whitney, mais tarde, afirmar que ela era uma instituição social. Saussure também afirmou isso no CLG, como se sabe. De rede representativa, diz Foucault (2007), a língua passa a ser vista como um elemento que identifica um povo, um cultura.

A língua sofreu um deslocamento: foi dissociada dessa grande continuidade cronológica que fazia com que a sua origem se constituísse sem rupturas, para ser vista como histórica e ligada ao indivíduo. Para Foucault (2007), não só a língua sofreu um deslocamento, o homem também foi destacado dessa continuidade natural. É nesse sentido que o referido autor defende que a história das ciências humanas e da ciência da linguagem se confundem, porque ambas sofreram esse momento de despertencimento: não mais pertencer a esse contínuo dos seres vivos da época clássica. Além disso, apregoa o filósofo, a língua teve de ser dissociada da ideia de representação a qual estava presa. Como consequência, constituiu-se uma dupla ruptura para a língua: deixou de ser vista de uma forma contínua/linear e como um simples elemento de representação. Ao se realizar essa dupla ruptura, foi possível vislumbrar a heterogeneidade dos sistemas gramaticais; viu-se as diferentes leis que os regiam, suas diferentes formas de organização. Só quando se rompeu com essa história contínua/cronológica das espécies, e aqui se incluía o homem e a língua, é que foi possível esse novo olhar para a sistematicidade da linguagem.

Chegamos ao fim da era clássica sobre a linguagem: as explicações centradas na representação dão lugar ao conhecimento de suas leis próprias; como analisa Foucault (2007), a linguagem se dobra sobre si mesma. A concepção moderna, ao trazer um olhar estrutural e um olhar histórico sobre as línguas, permitiu que se visse nela o lugar das tradições, dos hábi-

³ Foucault (2007) nos conta que essa positividade se formou a partir da constituição da filologia no início do século XIX, época em que os livros de Schlegel (1808), Grimm (1818) e Bopp (1816) foram publicados: “Como se formou essa positividade filológica? Quatro segmentos teóricos nos assinalam sua constituição no começo do século XIX – na época do *Ensaio sobre a língua e a filosofia dos indianos de Schlegel* (1808), da *Deutsche Grammatik* de Grimm (1818) e do livro de Bopp sobre o *Sistema de conjugação do sânscrito* (1816). Foucault, 2007, p. 389)”

tos e da memória de um povo. Ao ser dissociada dessa visão clássica que pregava a continuidade dos seres vivos, a língua não conseguiu achar seu lugar prontamente; era preciso, antes disso, libertar-se dessa visão naturalista e representativa.

Foucault (2007) revela que, no começo do século XIX, estando a linguagem destacada da concepção de representação, ela encontra-se fragmentada, destituída de seu lugar seguro da era clássica e, até chegar à objetividade filológica, a linguagem “sofreu” muito. E é aqui que entra o personagem central deste artigo: William Whitney. Whitney juntamente com outras personagens como Michel de Bréal, Gaston Paris, Victor Henry, e até mesmo Ferdinand de Saussure, foram os sujeitos que libertaram a língua de sua visão naturalista para incluí-la no campo das ciências humanas. Estamos diante de sujeitos que agiram para a mudança de direção dos estudos da linguagem. Tais ações não ocorreram de forma tranquila: travaram-se disputas teóricas para ver em qual campo científico se colocaria os estudos linguísticos durante os séculos XVIII e XIX. Foucault (2007) ressalta que homem e língua se entrelaçam, porque ambos estão à procura de seu lugar, uma vez que foram dissociados das ciências naturais defendida desde a época clássica. Koerner (2014), acerca desse assunto, revela que coube a autores como Whitney (América), Michel de Bréal (França), Hermann Paul (Alemanha) e Jan Baudouin de Courtenay (Rússia) reagir de forma contrária à perspectiva naturalista defendida por August Schleicher e Max Müller. Koerner (2014, p. 123) demonstra que Whitney discordava da analogia evolucionista que se aplicava à linguagem durante o século XIX e da ideia de que a linguística “[...] deveria ser pensada como uma ciência e que seria necessário que a língua fosse tratada como um organismo vivo, devendo a linguística, por conseguinte, ser enquadrada entre as ciências naturais e não entre as sociais”. Os estudos naturalistas projetaram uma ciência linguística pautada nas classificações e nas hierarquias à maneira de Comte, buscando alinhar todos os saberes modernos a partir das matemáticas. Essa positividade dos saberes, de seu modo de ser, trazia um ponto de vista único:

[...] alinhar todos os saberes modernos a partir das matemáticas é submeter ao ponto de vista único da objetividade do conhecimento a questão da positividade dos saberes, de seu modo de ser, de seu enraizamento nessas condições de possibilidade que lhes dá, na história, a um tempo, seu objeto e sua forma (Foucault, 2007, p. 478-479).

Embora tivessem tudo o que era necessário para se ter uma ciência da língua, os estudos naturalistas não seguiram adiante, porque defendiam uma visão positivista, representando a matematização e objetivação dos fatos da linguagem. Era justamente isso que as ciências humanas e da linguagem negavam: a necessidade da des-matematização fez com que o naturalismo fosse negado. Nesse sentido, foi preciso cortar o cordão umbilical com o positivismo de Comte para se constituir as ciências humanas e, conseqüentemente, pensar em uma ciência da língua.

Na tentativa de construir uma positividade para a ciência da linguagem, os naturalistas transferiram as metáforas da biologia e do darwinismo para o campo linguístico. O que os naturalistas não percebiam é que o foco, revela Foucault (2007), não era mais ver como se formava a fisiologia humana, por exemplo. O olhar passou a ser direcionado para enxergar onde o indivíduo trabalhava, produzia e consumia e como isso se dava na representação de uma sociedade, como ela se repartia e se relacionava, ritualizava as festas, as crenças que cons-

truíam e que faziam os indivíduos se apegarem, elegerem como suas. A partir disso, o autor explica que o domínio das ciências humanas é coberto por três regiões epistemológicas: a vida, o trabalho e a linguagem. Na linguagem, as leis e as formas da língua organizavam o modo como homem falava e se constituía socialmente. Como consequência, não fazia mais sentido criar uma ciência da linguagem pautada nas práticas discursivas (Foucault, 2008) botânicas.

Os naturalistas tinham tudo para se criar uma ciência da língua: um método, um objeto, uma teoria. No entanto, não percebiam que tanto o homem como a linguagem seguiam um conjunto de regras socialmente estabelecidas, repleto de rituais, hábitos, discursos que construía rastros sistemáticos. Em outras palavras, as condutas humanas edificavam um conjunto coerente de signos, um sistema de signos sociais. Tal sistema não se aplicava somente aos assuntos da linguagem; esses conceitos serviam para as ciências humanas e tudo o que estava relacionado a ela. É por esse motivo que o estruturalismo saussuriano será tão útil para as outras ciências a partir de 1930: pensar os sistemas, esse modelo estrutural será essencial para que outras ciências também pudessem se constituir, como a antropologia, a sociologia, a psicologia, dentre outras. Em decorrência disso, a linguagem, a economia e a vida trabalharam em conjunto para constituir as ciências humanas: não importava a natureza da análise, se era da economia, da vida ou da linguagem; o importante era ter um critério formal e estrutural para se aplicar, isto é, um modelo de análise.

As noções de sistema e de estrutura foram muito impactantes para a modernidade, fazendo o homem perceber que as coisas se organizavam a partir das referidas noções. Ademais, foi possível perceber também que, embora a economia, a vida e a linguagem estivessem interligadas, elas não obedeciam ao mesmo sistema, à ideia de plano contínuo, de acontecimentos ininterruptos, como se seguissem a mesma história. Cada coisa tinha sua história própria. Para Foucault (2007), houve uma fragmentação do espaço que se estendia continuamente, e o saber clássico que vivia nesse contínuo se desfaz e cada domínio desenvolverá seu próprio devir.

Como é possível vislumbrar, a humanidade passa a ser influenciada pela busca das sistematicidades, isto é, explicar os fatos a partir da estrutura, da regra e do sistema. É aqui que William W. Whitney aparece. Ele se interessa por esse modo de analisar a língua: ver suas regras, como o sistema se organiza. Sabemos que usamos a língua para a comunicação, mas não conhecemos as regras do seu sistema.

3 Whitney e os estudos da linguagem do século XIX: combates em busca de uma linguística geral

Ao pesquisar os livros de Nerlich (1990) e Alter (2005) e a tese de Milani (2000), descobrimos as condições acadêmicas e históricas que se discutia na época em que Whitney viveu. Nesse período, conforme vimos em Foucault (2007), havia um grande esforço para retirar os estudos da linguagem do campo das ciências naturais e romper com a continuidade clássica.

Havia uma prática de se realizar estudos comparativos, sobretudo na Alemanha, no anseio de identificar as diferenças e semelhanças entre línguas como o sânscrito, o alemão, o grego, o latim, dentre outras. Tais estudos despertaram o interesse de Whitney, que passou a estudar filologia nas universidades de Berlim e Tübingen, desenvolveu estudos compara-

tivos sobre sânscrito, foi aluno de Franz Bopp – representante mais ilustre do comparatismo alemão. Whitney doutorou-se em 1861 e em 1864 tornou-se professor de sânscrito em Yale. Em 1869, já lecionava filologia comparativa. Por muitos anos, ele apresentou um curso sobre a ciência linguística geral em Yale, sendo considerado o criador da linguística geral nessa universidade. Acerca desse assunto, Milani (2000, p. 11) esclarece que Whitney fez “[...] de seu próprio ato de ensinar seu campo de pesquisa sobre o processo de aprendizagem da língua”.

Como é possível notar, Whitney viveu a era de prestígio da gramática comparada: estudou com profundidade esse campo, levou-o para o continente americano e esteve inteiramente imerso nele. No entanto, Whitney não se dedicaria a essa linha por toda a sua vida; futuramente, ele combateria as noções dessa escola. Tudo começou em 1850, quando o referido autor foi para Berlim para se aprofundar em filologia e acabou descobrindo pontos nas aulas de Bopp que não o agradavam. A partir desse momento, a vida de Whitney tomou novos direcionamentos e ele decidiu concentrar suas pesquisas nos escritos mais antigos da língua sânscrita. Whitney percebeu que os estudos indianos apresentaram uma língua idealizada, perfeita e imutável, não considerando seu desenvolvimento ao longo da história. Além disso, observou que o trabalho de Panini construiu uma forma de estudar a gramática que trazia cerca de quatro mil regras gramaticais. Na visão de Whitney, tais regras não eram sistematizadas, antes disso, eram obscuras.

Whitney teve um olhar crítico sobre o fazer científico da língua no século XIX: ele via que Panini e seus discípulos sobrecarregaram a análise linguística com regras, classificações complexas e particulares da língua, o que não permitia que se fizesse uma generalização dos dados. Whitney culpou Panini por não trazer um sistema que ia do particular ao geral, construindo um caos de exceções. O professor norte-americano está em busca de princípios para uma linguística geral e, para isso, se afasta dos estudos comparatistas: “[...] o comparatismo já ia longe e Whitney, diferentemente dos europeus, não podia estar preocupado com a origem de sua língua” (Milani, 2000, p. 94).

Segundo Alter (2005), a primeira declaração sistemática dos pensamentos de Whitney sobre a linguística geral foi apresentada em 1859, momento em que ele versou sobre o escopo e o método da ciência linguística. Nesse primeiro esboço, Whitney descreveu como se davam os procedimentos investigativos da filologia comparativa, evidenciando as semelhanças desse método com a geologia, considerada a mais histórica das ciências físicas. Da geologia, ele emprestou a ideia do desgaste gradual das palavras e formas gramaticais. As analogias das espécies de linguagem que Charles Lyell (1863) colocou em seu livro *Geological Evidence of the Antiquity of man* foram admiradas por Whitney, que tratou logo de introduzir os princípios do uniformitarianismo⁴ na linguística e traçar um paralelo entre a geologia e os estudos da linguagem. Como é possível perceber, Whitney está em busca de bases teóricas para melhor

⁴ “O termo ‘uniformitarianismo’ foi introduzido por William Whewell em 1840 para rotular uma certa teoria científica, em contraste com o catastrofismo. A questão discutida por Whewell e seus contemporâneos se apresentou principalmente na geologia. Charles (mais tarde Sir Charles) Lyell (1830) foi o mais proeminente defensor do uniformitarianismo. (Wells 1973: 423) - e Whitney foi um de seus defensores mais proeminentes na linguística (cf. Christy 1983: 78-88).” (Nerlich, 1990, p. 41, tradução nossa). “The term ‘uniformitarianism’ was introduced by William Whewell in 1840 to label a certain scientific theory, contrasted with catastrophism. The issue as discussed by Whewell and his contemporaries primarily presented itself in geology. Charles (later Sir Charles) Lyell (1830) was the most prominent advocate of uniformitarianism. (Wells 1973:423) –and Whitney was one of its most prominent advocates in linguistics (cf. Christy 1983:78–88).”

configurar suas ideias. Ao analisar esse cenário, Milani (2000) afirma que Whitney estava à procura de conhecimentos para:

[...] resolver suas necessidades como professor. Tentou resolvê-las, estudando-as pela observação e experimentação. Inspirado por uma sociedade mecanizada e modernizada, mas muito jovem e cheia de misturas culturais, ele aplicou uma visão prática e racional para explicar e responder suas dúvidas a respeito da língua e da linguagem (Milani, 2000, p. 101).

Whitney, antes de promover estudos sobre a linguística geral, teve uma fase naturalista, em que compactuou com as ideias de August Schleicher. Essa imagem orgânica da língua, de início, tanto conquistou Whitney, que ele chegou a nomear um de seus livros como *The life and growth of language* (1875), isto é, *A vida e o crescimento da linguagem*. Ele também disse que o processo linguístico era como “o nascimento, crescimento, decadência e morte de uma criatura viva”⁵ (Alter, 2005, p. 140, tradução nossa). Inclusive, Alter (2005) nos informa que Whitney e Charles Darwin se uniram contra os ataques de Max Müller. Charles Darwin chegou a citar escritos de Whitney em uma edição de 1874 de *Descend of Man*, além de pagar para ter um de seus artigos publicados na Inglaterra. Essa ligação entre os dois estudiosos evidencia que havia um relacionamento intelectual entre eles. Contudo, Whitney logo percebeu que essa associação poderia ser prejudicial à autonomia da linguagem que tanto almejava. Nesse sentido, mesmo tratando a língua sob esse viés naturalista, Whitney buscava advertir que essas imagens naturalistas tinham um grande potencial enganador, porque enquanto se tratava apenas de analogias, eram inofensivas, uma vez que serviam como ilustrações. O problema ocorria quando esse tipo de analogia deixava de ser apenas um exemplo, ilustração e passava a ser o método de estudo das línguas. Whitney defendia que usar as metáforas naturalistas para explicar os fatos da língua poderia trazer prejuízos aos estudos reais, já que os termos baseados em analogias poderiam tomar o lugar das verdades claras que essas analogias estavam representando. Para o referido autor, tais associações poderiam trazer a impressão de que a linguística se tornou uma ramo/uma entidade controlada pela ciência natural, afetando a busca pela sua autonomia.

Podemos dizer que foi nesse momento que “nasceu” um sentimento de separar a linguística dos estudos naturais em Whitney. A partir daí, ele combatia as tendências naturalistas e atacava toda visão “orgânica” da linguagem em defesa de uma visão social. O ponto de vista naturalista – defendido por autores Schleicher e Max Müller – estava cada vez mais ganhando adeptos e se tornando mais abrangente. Segundo Alter (2005), se Whitney e seus argumentos sociais para a linguagem não tivessem sido tão convincentes nos debates teóricos de 1860, o erro de filiação da ciência linguística não teria sido evitado. A maioria dos estudiosos defendia a ordem natural para explicar os fatos, em que leis naturais governavam o universo. Foi em meados do século XIX, com pessoas como Whitney, que as leis naturais começaram a perder sua validade.

Whitney foi alguém que esteve entre esses dois mundos: de início, ele seguiu a ideia tradicional de que havia um governo da natureza humana feito por uma força motriz irreduzível. Esse era o procedimento científico da época e mostra que ele estava assujeitado às ideologias desse

⁵ “the birth, increase, decay, and the death of a living creature.”

período e fazendo as práticas que isso requeria. Contudo, não demorou muito para ele romper com a continuidade clássica e seguir novos caminhos, conforme vimos em Foucault (2007).

Whitney também confrontou a tendência materialista, porque esta atribuiu à função mental da humanidade a determinantes que eram puramente físicos: “O temor dele era que a noção de mente como um produto de causas não-conscientes também absorvesse a linguagem, tornando-a também parte do reino materialista⁶” (Alter, 2005, p. 141, *tradução nossa*). Para Whitney,

Há uma escola de filósofos modernos que está tentando materializar toda a ciência, eliminar a distinção entre o físico, o intelectual e o moral, declarar em vão a ação livre da vontade humana e resolver toda a história do destino da humanidade em uma série de efeitos puramente materiais, produzidos por causas físicas atribuíveis, e explicáveis no passado, ou determináveis para o futuro, por um conhecimento íntimo dessas causas, por um reconhecimento da ação de motivos compulsórios sobre a natureza passivamente obediente do homem. Com tais [pensadores modernos], a linguagem passará naturalmente, juntamente com o resto, para um produto físico e seu estudo para uma ciência física (Alter, 2005, p.141-142, *tradução nossa*).⁷

O anseio de ter uma ciência da linguagem, próprio do espírito positivista, não poderia ser feito no campo do naturalismo. Não era aí que a linguagem iria se tornar uma ciência. Mas não foi tão fácil sair disso. Os próprios gramáticos comparados buscavam no naturalismo as explicações para elucidar as mudanças na língua. Filiar os estudos da linguagem ao social não foi feito de forma pacífica e calma. A luta para derrubar a ligação da língua com as ciências naturais foi árdua e, somente assim, o caminho ficou livre para Whitney seguir em busca da estrutura e da sistematicidade da língua (Foucault, 2007).

Whitney começou a desviar das ideias naturalistas quando promoveu uma visão social da linguagem por meio de seus artigos e palestras. De acordo com Alter (2005), tal atitude abriu caminhos para outras formas de estudar a língua, uma vez que havia uma fascinação quase que exclusiva dos estudiosos pelas línguas antigas naquela época. Foi por meio de combates teóricos feitos por pessoas como Whitney, que uma nova era foi iniciada na linguística e os estudos dos estados sincrônicos e a observação dos processos de mudança na linguagem começaram a aflorar.

A fascinação pelas línguas antigas e as ciências naturais ameaçavam abster-se do estudo do social. Apenas as pesquisas naturais e biológicas da linguagem tinham valor. Sobre o assunto, Nerlich (1990) afirma que Whitney foi muito violento em seus ataques à ciência linguística alemã, defendendo que tais práticas estavam ficando caóticas, trazendo doutrinas paradoxais e totalmente indefensáveis. O professor norte-americano se opunha especifica-

⁶ “His fear was that the notion of mind as a product of nonconscious cause would absorb language as well, making it too part of the materialistic realm.”

⁷ “There is a school of modern philosophers who are trying to materialized all science, to eliminate the distinction between the physical and the intellectual and moral, to declare for naught the free action of the human will, and to resolve the whole story of the fates of mankind into a series of purely material effects, produced by assignable physical causes, and explainable in the past, or determinable for the future, by an intimate knowledge of those causes, by a recognition of the action of compulsory motives upon the passively obedient nature of man. With such [modern thinkers], language will naturally pass, along with the rest, for a physical product, and its study for a physical science.”

mente aos trabalhos de Max Müller, August Schleicher e Heymann Steinthal, porque eles traziam o naturalismo, o organicismo e o psicologismo metafísico para o campo da linguagem. Para Nerlich (1990), Whitney, por ter conhecimento sobre a tradição da filologia comparativa, pôde criticá-la de dentro, isto é, fazer críticas daquilo que conhecia. O estudioso norte-americano conhecia a língua como organismo vivo do naturalismo, conhecia os estudos das línguas antigas e isso o ajudou a perceber alguns princípios simples destacados de todo fenômeno linguístico. Nessas questões citadas, é interessante perceber como os atores sociais, as posições de sujeitos se movimentavam para desconstruir os discursos naturalistas e comparatistas. Isso tudo fez parte das condições de produção da fundação da ciência linguística.

Whitney promoveu a construção da ciência linguística autônoma durante boa parte de sua vida acadêmica. Segundo Alter (2005), em 1864, Whitney foi para Washington D.C. entregar artigos sobre os princípios da ciência linguística para a *Smithsonian Institution*. Essa série de artigos acabou sendo comparada com a série de artigos que Max Müller tinha entregue para *London's Royal Institution*. O fato interessante aqui é que temos dois autores tratando sobre a ciência da linguagem, mas não falavam sob a mesma perspectiva. Müller havia proposto uma teoria que rebatia o naturalismo de Darwin e agradou os estudiosos da época com sua proposta. Whitney também trouxe uma teoria da linguagem, muito rica, por sinal, mas não teve a mesma sorte que Müller: sua plateia era pequena e a cidade não estava muito interessada, nesse primeiro momento, em suas ideias. Foi um primeiro desafio que Whitney teve que enfrentar.

De acordo com Nerlich (1990), havia muitas coisas que Whitney não compactuava com Müller: sua definição de linguística como uma ciência natural, sua afirmação de que pensamento e linguagem eram idênticos e inseparáveis, sua teoria da origem da linguagem, sua crença na luta pela vida das palavras e a seleção natural entre elas. Whitney combateu essas ideias de Müller usando a concepção de linguagem como uma instituição social, como um instrumento de comunicação, além da definição de signo como convencional e arbitrário. Ademais, o referido autor defendia que os estudos linguísticos não poderiam pertencer às ciências físicas, porque eles não dependiam das forças da natureza, em que o homem só assistia os fatos ocorrerem; pelo contrário, dependiam da história e da ação humana.

Whitney, determinado em superar as tendências naturalista e materialista – que, como bem analisa Foucault (2007), defendiam uma visão de linguagem associada a uma grande continuidade cronológica e independente do homem –, passou a difundir conceitos de uma linguística ligada aos fatos históricos e sociais: a língua é uma instituição social usada para os sujeitos se comunicarem; os signos são arbitrários e convencionais; o indivíduo é o agente de modificação e formação de palavras; a comunidade pode ou não ratificar as alterações promovidas pelos falantes. Como consequência, sua fama começou a crescer e ele passou a ser convidado para ministrar palestras sobre a ciência da linguagem. De acordo com Alter (2005), Whitney era muito crítico e cético com os estudos da língua. E isso era o motor para pensar novos caminhos: não estar satisfeito com o que se fazia com a linguagem é um ponto para iniciar as mudanças. Whitney, influenciado pelas noções de sistema e estrutura que emergiam em sua época (Foucault, 2007), defendia uma ciência que buscasse leis e princípios gerais da linguagem; essas definições foram essenciais para que a linguística conquistasse o estatuto de ciência autônoma posteriormente.

O ponto central da crítica de Whitney à filologia comparativa diz respeito ao fato de ela focar em estudos de classificações e relações de parentesco entre as línguas. Whitney defendia uma ciência que buscasse as leis e princípios gerais da linguagem. Ele queria deixar

bem claro que o método desse campo não poderia ser levado em conta para formar a ciência linguística. Isso porque, era preciso fundar um conjunto de princípios mais sistemáticos para fazer o campo da linguagem se tornar mais científico.

Outra luta que Whitney terá que travar será com a filosofia idealista da linguagem. Trata-se de uma filosofia românticista, de origem religiosa e que estava se tornando popular. Embora os defensores do idealismo concordassem em alguns papéis/funções para a esperteza/artifícios/habilidades humana, eles insistiam que isso não era produzido sem que a divindade tivesse concedido um instinto de linguagem que foi implantado nas primeiras mentes humanas. Para essa concepção, a linguagem era um dom divino.

Whitney também discordou do estudioso europeu Humboldt, porque ele usava a linguagem no sentido de *Energeia*⁸. Para Whitney, era preciso diferenciar uma capacidade de um produto do exercício dessa capacidade. Além disso, a filosofia de Humboldt considerava a língua como uma faculdade inata, diferentemente dos pensamentos do professor norte-americano.

A resposta de Whitney para essas tendências e autores que ele combatia se formaria com o testemunho da sua própria teoria que incluía a linguagem dentro das ciências morais e históricas, tal qual analisa Foucault (2007). Whitney era um dos que estavam preocupados em ampliar a noção da palavra ciência para poder incluir também a linguística como um campo científico. Ele acreditava que o estudo da língua pertencia às ciências “morais” (históricas ou sociais) e fez dessa questão o assunto do primeiro artigo completo (intitulado “O Estudo da Linguagem é uma Ciência Física?”) que escreveu para a *North American Review*. Nesse artigo, Whitney deixou claro que não se deveria ligar a linguística às ciências naturais, porque isso não ajudaria a linguagem a ter a sua autonomia.

Nerlich (1990) revela que a década de 1860 foi um momento em que Whitney travou disputas teóricas para destruir a reputação de Müller, Schleicher, Steinthal, Gibbis e o idealismo na linguagem, pois os referidos autores estavam levando tais estudos para o caminho errado. Sobre Steinthal, Whitney dizia que ele tinha um método impraticável, porque confiava na metafísica, uma maneira especulativa e psicologista para explicar a origem da linguagem; contrário ao método científico atual que se baseava em fatos e observações. Acerca de Schleicher, Whitney afirmava que ele se inspirava em Darwin, Müller e em Hegel, e todos esses defendiam uma linguística baseada nas ciências naturais e ignoravam o falante nos estudos da língua. A filosofia da linguagem que Whitney defendia era uma filosofia pragmática, indutiva e realista, produto da experiência e de circunstâncias externas.

Koerner (1989) analisa que Whitney trabalhou para tirar a linguagem dos campos do naturalismo e da psicologia, para inscrevê-la na orientação histórica e humana. Ele afirmava que as características físicas e naturais dos falantes não interferiam na língua, justamente por ela ser uma capacidade social passada para os membros que compõem uma mesma sociedade: “[...] a distribuição dos dialetos humanos é tão inconciliável com a da capacidade natural e distorcida quanto com a da forma física entre os seres humanos” (Whitney, 1875,

⁸ “Humboldt [...] propõe uma compreensão da linguagem não apenas como um sistema acabado, mas como atividade. Em suas palavras: ‘é preciso considerar a linguagem não como um produto morto (*totdes Erzeugtes*), mas, sobretudo, como uma produção (*Erzeugung*) [...] Em si mesma, a linguagem não é um produto (*Ergon*), mas uma atividade (*Energeia*)” (Humboldt, Wilhelm von. *Schriften zur Sprachphilosophie* (Werke III). Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2002, p. 416 e 418). Disponível em: [https://www.scielo.br/j/trans/a/S67F6Xt67J\)tV4z6NQFnnKc/?lang=pt](https://www.scielo.br/j/trans/a/S67F6Xt67J)tV4z6NQFnnKc/?lang=pt). Acesso em: 30 jan. 2023.

p. 9-10, *tradução nossa*).⁹ Para o estudioso norte-americano, a questão era mesmo de filiação, uma vez que a ciência da linguagem era histórica e ligada aos falantes e não aos fatos naturais como acreditavam Schleicher e Müller: “A língua não é um produto físico, mas uma instituição humana, preservada, perpetuada e modificada pela livre ação humana” (Whitney, 1867, p. 152, *tradução nossa*)¹⁰. A fim de mudar essa filiação, Whitney introduziu alguns princípios filosóficos em linguística, tais como definir a língua como uma instituição social: “[...] uma instituição fundada na natureza social do homem [...]” (Whitney, 1867, p. 177, *tradução nossa*)¹¹, afirmar que os signos são arbitrários e convencionais:

[...] arbitrário, porque qualquer uma das milhares de outras palavras correntes entre os homens, ou das dezenas de milhares que poderiam ser fabricado, poderia ter sido igualmente bem aprendido e aplicado a este propósito específico; convencional porque a razão para o uso deste e não de outro reside unicamente no fato de que já é usado na comunidade à qual o falante pertence (Whitney, 1875, p. 19, *tradução nossa*).¹²

e asseverar que o falante se vale da língua de modo a satisfazer suas necessidades mais básicas que é se comunicar: “[...] suas necessidades sociais [...] o forçam a se expressar” (Whitney, 1875, p. 404, *tradução nossa*)¹³. Ademais, Whitney (1875) insistiu que os processos de mudanças linguísticas constituíam uma propriedade fundamental da linguagem, algo inerente a ela. Seu estudo não deveria ser reduzido à lista atomística de mudanças de formas linguísticas isoladas, mas ampliado para que pudesse abranger os princípios gerais de mudança. Nesse sentido, explica Whitney (1867), a mudança se dava num jogo de forças entre o indivíduo e a ratificação social: enquanto o indivíduo é o agente de modificação e formação de palavras, a comunidade é a que aceita ou não essas alterações. O autor revela que o primeiro agente é a força molecular e o segundo é a força orgânica: “O primeiro é a força molecular; o segundo, a orgânica.” (Whitney, 1867, p. 177, *tradução nossa*)¹⁴ e que ambos operam, sendo a história das línguas humanas um registro do efeito de jogo de forças entre o individual e o social.

Fugindo de afirmações infundadas e não comprovadas, como é o caso do darwinismo, Whitney queria garantir a autonomia da ciência linguística. Ele deixou esse desejo claro em seu livro *The life and growth of language* quando afirmou que seu objetivo era “[...] extrair e ilustrar os princípios da ciência linguística e expor seus resultados, da forma mais completa possível dentro do espaço limitado de que dispomos.” (Whitney, 1875, p. 5, *tradução nossa*).¹⁵

⁹ “[...] For the distribution of human dialects is as irreconcilable with that of natural capacity and bent as with that of physical form among human beings.”

¹⁰ “Language is not a physical product, but a human institution, preserved, perpetuated, and changed, by free human action”.

¹¹ “[...] an institution founded in man’s social nature [...]”

¹² “[...] arbitrary, because any one of the thousand other words current among men, or of the tens of thousands which might be fabricated, could have been equally well learned and applied to this particular purpose; conventional because the reason for the use of this rather than another lies solely in the fact that it is already used in the community to which the speaker belongs.”

¹³ “[...] his social needs [...] force him to expression.”

¹⁴ “The one is the molecular force; the other, the organic.”

¹⁵ “[...] to draw out and illustrate the principles of linguistic science, and to set forth its results, with as much fullness as the limited space at command shall allow”.

Segundo Nerlich (1990), ele buscava uma explicação racional da origem da linguagem baseada em princípios pragmáticos, que credita a sua origem a uma teoria da ação humana. Tal posicionamento era contrário à maioria dos seus contemporâneos, mas estava em concordância com os linguistas do século XX, que seguiram os aprofundamentos que Saussure realizou das noções de Whitney. Nerlich (1990) ainda lembra que o professor norte-americano preparou o caminho para uma definição de língua como um sistema semiótico de signos¹⁶. Os neogramáticos acreditavam que a linguagem deveria ser definida em relação ao pensamento e à ação humana, uma herança também de Whitney. Isso mostra como ele estava afinado com os autores do século XX e desafinados com seus contemporâneos: “Whitney agora via com mais clareza o que ele deve ter suspeitado o tempo todo, que a abordagem psicológica de Steinthal à linguagem era algo distinto da perspectiva bio-orgânica de Schleicher” (Alter, 2005, p. 171, tradução nossa).¹⁷ Alter (2005) enfatiza que Whitney trabalhou muito para provar que a língua não era uma emanção da alma e nem um organismo físico, mas uma instituição, parte da cultura humana. Ao analisar esse assunto, Severo e Görski (2019, p. 03) definem as ações do autor:

O enfoque de língua de Whitney contesta a perspectiva de organismo vivo cujo funcionamento se daria por uma dinâmica metafísica – apolítica – independente dos falantes. Essa visão metafísica é vista por Whitney (1867b) como um dos três estágios do desenvolvimento da linguística: (i) teológico, que propõe a língua como uma criação divina, inscrita de forma milagrosa no homem; (ii) metafísica, que considera a existência da língua, tida como um organismo, de maneira independente; (iii) positivista, que postula a existência da língua a partir de fatos observáveis passíveis de descrição clara.

No próximo item, mostraremos as principais influências que Whitney teve para se chegar as conclusões que foram demonstradas acima.

4 Os aliados de Whitney: as influências para propor uma ciência da linguagem

Whitney não compartilhava dos estudos sobre a língua praticados na época em que viveu, buscando outras formas de pensar uma ciência linguística independente das ciências naturais. Segundo vemos nos livros de Alter (2005) e Nerlich (1990), Whitney encontrou o que procurava na Commom Sense Theory que, assim como ele, fazia oposição ao idealismo e ao materialismo. Os pensadores da Commom Sense consideravam a mente como ativa na formação da linguagem, não meramente como um receptor passivo de sensações físicas.

¹⁶ Essa constatação pode ser notada quando Whitney define a língua como “[...] o conjunto de signos pronunciáveis e audíveis pelos quais o pensamento é principalmente expresso na sociedade humana, sendo o gesto e a escrita seus subordinados e auxiliares (Whitney, 1875, p. 2, tradução nossa).” “[...] the body of uttered and audible signs by which in human society thought is principally expressed, gesture and writing being its subordinates and auxiliaries”.

¹⁷ “Whitney now saw more clearly what he must have suspected all along, that Steinthal’s psychological approach to language was something distinct from Schleicher’s bio-organic perspective.”

Ademais, defendiam a noção de arbitrariedade do signo. Ao ter acesso a essa visão, Whitney começou a divulgá-la em suas falas e insistia que as palavras eram signos arbitrários e convencionais. A sua teoria da linguagem parece começar aí; ele define suas filiações e seus ideais norteadores: “A conexão entre palavras e idéias pode, em geral, ser considerada arbitrária e convencional, devido ao acordo entre os homens; cuja prova clara é que diferentes nações têm diferentes idiomas.” (Hugh Blair’s *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres* (1783)” (Alter, 2005, p.72, tradução nossa).¹⁸

Whitney deu grande foco para essas ideias da *Common Sense Theory*. E Saussure, como se sabe, passou esses conceitos adiante. Sobre esse assunto, Alter (2005) lembra que é sabido que, na atualidade, a comunidade acadêmica credita a ideia de arbitrariedade e convencionalidade da linguagem a Saussure:

Atualmente, os leitores tendem a associar a noção de signos arbitrários e convencionais ao pioneiro *Cours de Linguistique générale* (1916) de Ferdinand de Saussure, bem como às teorias literárias e antropológicas de vanguarda que a obra de Saussure inspirou. No entanto, esse par de conceitos realmente começou com os escoceses do século XVIII. Além disso, pelo menos durante a primeira metade do século XIX, esse ensino era comum para a maioria dos adolescentes que frequentavam as faculdades americanas (Alter, 2005, p. 72, tradução nossa).¹⁹

De acordo com Alter (2005), Whitney e seus contemporâneos aprenderam os princípios sobre arbitrariedade nos livros que estudavam na época sobre lógica e retórica:

[...] os alunos de William aprenderam com *Elementos da Lógica* de Levi Hedge (1816) que: “As palavras não possuem aptidão natural para denotar as coisas particulares, às quais são aplicadas, em vez de outras, mas adquirem essa aptidão inteiramente por convenção.” Quanto ao termo “sinal arbitrário”, seu uso original era em matemática; Whitney já o teria visto empregado nesse contexto nos *Elementos da Lógica* de Richard Whately (1826). (Como essas referências sugerem, os temas da teologia natural linguística não informavam necessariamente a filosofia da linguagem ensinada nas faculdades) (Alter, 2005, p. 72, tradução nossa).²⁰

Acerca dessa simpatia de Whitney pelos conceitos da *Common Sense Theory*, Nerlich (1990) revela que esse foi o caminho que ele encontrou para fugir de pensamentos especulativos, sem provas, sobre a vida e o crescimento da linguagem que eram defendidos por aqueles

¹⁸ “The connexion between words and ideas may, in general, be considered as arbitrary and conventional, owing to the agreement of men among themselves; the clear proof of which is, that different nations have different Languages.” (Hugh Blair’s *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres* (1783).

¹⁹ “Today readers tend to associated the notion of arbitrary and conventional signs with Ferdinand Saussure’s pioneering *Cours de Linguistique générale* (1916) as well as with the avant-garde literary and anthropological theories Saussure’s work inspired. Yet this pairing of concept actually began with the eighteenth-century Scots. Moreover, during at the least the first half of the nineteenth century, this teaching was run-of-the-mill fare for most the teenage boys who attended American colleges”.

²⁰ “[...] Willian students learned from Levi Hedge’s *Elements of Logick* (1816) that: ‘Words possess no natural aptness to denote the particular things, to which they are applied, rather than others, but acquire this aptness wholly by convention.’ As for the term ‘arbitrary sign’, its original use was in mathematics; Whitney would have seen it still employed in this context in Richard Whately’s *Elements of Logic* (1826) (As these references suggest, the themes of linguistic natural theology did not necessarily inform the language philosophy taught in the colleges).”

que reconheciam a língua como um organismo vivo. Segundo Nerlich (1990), Whitney estava seguindo a escola de Condillac, a qual afirmava que as palavras eram signos e não podiam ser consideradas como organismos vivos que viviam e morriam como seres. Terracini (1949, p. 91 *apud* Nerlich, 1990, p.11, tradução nossa) acerca disso escreve que “Whitney, a quem qualquer solução romântica era estranha, recorreu para o que havia sido predominantemente adotado na filosofia da linguagem no século 18: a língua/linguagem é uma instituição humana”.²¹

Whitney passou a difundir esses discursos sobre a concepção de signo linguístico que, aos poucos, alastrou-se e ganhou adeptos. O curioso, diz Alter (2005), é que os primeiros trabalhos de Whitney sobre linguística geral não mencionaram a arbitrariedade e convencionalidade do signo linguístico, porque esses conceitos já eram conhecidos e não despertavam muito interesse, já que eram vistos como uma filosofia inferior e pouco sofisticada. A visão teórica da *Common Sense Theory* não era nenhuma novidade na época e, inclusive, era vista como inferior e fraca pelos estudiosos britânicos e americanos. Quem reavivou esses conceitos e os tornou pontos centrais de suas palestras foi Whitney.

De acordo com Alter (2005), Whitney se arriscou ao colocar suas fichas em uma teoria da filologia que era considerada por muitos, de pouca sofisticação e simplória. Contudo, para o professor norte-americano era melhor basear os estudos da linguagem em uma linguística de pouco respeito, do que relacionar a linguagem às visões idealistas e naturalistas da época. Whitney defendeu a necessidade de se derrubar essas teorias para mostrar que a língua era exterior ao indivíduo: ao nascer, o sujeito encontrava um sistema linguístico pronto para ser usado, isto é, uma língua em uso. Segundo Alter (2005), esses conceitos derrubaram algumas crenças já cristalizadas:

Whitney negou a noção popular entre os escritores de linguagem da era vitoriana de que a derivação de uma palavra capturava seu sentido “próprio”, “seu verdadeiro significado e força original”. Ele argumentou, ao contrário, que o conhecimento das origens das palavras não estava em qualquer sentido prático: “Para o maior etimologista que vive, não menos do que para o falante mais ignorante e irrefletido, a razão pela qual ele chama certa idéia por certo nome é simplesmente que a comunidade na qual ele vive assim a chama, e poderá entendê-lo quando ele faz o mesmo”. Whitney mostrou, assim, que uma ênfase diacrônica (histórica) por si só não refletia com precisão as implicações da tese da convencionalidade. Iguamente importante era o que Ferdinand de Saussure mais tarde chamaria de perspectiva sincrônica, um foco na relação entre os fenômenos linguísticos em um determinado momento no tempo (Alter, 2005, p. 75, tradução nossa).²²

Além da *Common Sense Theory*, Whitney foi fortemente influenciado pelos princípios geológicos de Lyell. Para Nerlich (1990), a ciência linguística que Whitney defendia se baseava no uniformitarianismo – que seguia os princípios da causação da geologia – o qual pregava

²¹ “Whitney, to whom any romantic solution was alien, resorted to one that had been prevailingly adopted in the philosophy of language of the 18th century: language is a human institution”.

²² “Whitney thus denied the notion popular among Victorian-era language writers that the derivation of a word captured its ‘proper’ sense, ‘its true original meaning and force.’ He argued, on the contrary, that a knowledge of word origins was not in any sense practical: ‘To the greatest etymologist who lives, not less than to the most ignorant and unreflective speaker, the reason why he calls a certain idea by a certain name is simply that the community in which he lives so call it, and will understand him when he does the same.’ Whitney thus showed that a diachronic (historical) emphasis alone did not accurately reflect the implications of the conventionality

que as leis da mudança aconteciam na evolução gradual da língua. Segundo Nerlich (1990), Lyell estava procurando compreender o que havia acontecido com as espécies e incluiu as línguas nessa preocupação. O que intrigava Lyell era a relativa imaturidade da linguagem e sua rápida evolução; ele procurava explicar a existência de uma variação incessante nas línguas:

Falantes de todas as classes, profissões e grupos inventam novos termos, novas palavras são constantemente criadas em ciência e literatura, e essa criatividade parece ser ilimitada. Mas nem todas as novas palavras são aceitas e usadas, apenas uma pequena proporção (Nerlich, 1990, p. 43-44, tradução nossa).²³

Nerlich (1990) nos mostra que Lyell concluiu que os falantes não percebiam que sua língua estava em movimento; mudanças ocorriam e eles não tinham consciência disso: novas palavras entravam em voga enquanto outras não eram aceitas. Nesse sentido, para Lyell havia uma competição, em que alguns termos seriam incorporados pelo uso e outros seriam descartados. Além disso, Lyell observou que havia duas forças agindo: uma “força de herança”, que consistia na tendência em adotar novos termos sem alterar a herança do vocabulário da geração anterior e a “força inventiva”, em que novas palavras eram criadas a partir de palavras antigas e adaptadas à realidade do falante.

A geologia foi uma inspiração metodológica para Whitney, porque pregava que as mesmas forças de mudança que agiram no passado estavam em ação no presente, evidenciando uma crença na evolução gradual da linguagem. Essa visão era totalmente diferente da visão naturalista que concebia a evolução linguística como uma transição de um estado embrionário para um crescimento maduro que a levava até a morte. Whitney, em suas palestras e artigos, deixava perceber que tinha muita influência de Lyell e o citava com frequência:

A vida e o crescimento da linguagem para ele é um processo dialético, governado por duas forças: a força conservadora, que governa a transmissão da linguagem de geração em geração, e a força alterativa que a faz mudar continuamente através do uso (cf. LGL: cap. 3). Essas forças dão à linguagem seu caráter semiótico particular: continuidade na alteração. Com efeito, Whitney prefigura o que Saussure chamará de princípio mais fundamental da semiótica (cf. CLG / E: 169, 171) (Nerlich, 1990, p. 20, tradução nossa).²⁴

Whitney e seus aliados, como Michel de Bréal e Gaston Paris, passaram a divulgar que o sujeito criava a linguagem a todo o momento e que as mudanças nas palavras eram consequência do trabalho do próprio homem. Bréal revelou que a gramática comparativa havia deixado o agente humano de lado, justamente o elemento responsável pela evolução lin-

thesis. Equally important was what Ferdinand de Saussure would later call a synchronic perspective, a focus on the relationship between linguistics phenomena at a particular moment in time.”

²³ “Speakers of all classes, professions, and groups coin new terms, new words are constantly created in science and literature, and this creativity seems to be unlimited. But not all new words are accepted and used, only a small proportion.”

²⁴ “The life and growth of language for him is a dialectical process, governed by two forces: the conservative force, governing the transmission of language from generation to generation, and the alterative force that makes it continually change through use (cf. LGL: ch. 3). These forces give language its particular semiotic character: continuity in alteration. In effect Whitney prefaces what Saussure will call the most fundamental principle of semiotics (cf. CLG/E: 169, 171).”

guística. Bréal tinha uma visão de língua que incluía o falante e considerava que a mudança era governada por leis do intelecto humano, indo contra a ideia de mudança governada pelas leis da natureza que vigorava na época. Gaston Paris é outro autor que endossa a visão de Bréal e merece ser mencionado, uma vez que ele defendia a língua como tendo uma função social. Na tentativa de compreender os papéis desempenhados pelo falante e pela sociedade na mudança linguística, Whitney (*apud* Nerlich, 1990, p. 51, tradução nossa) enfatizou o caráter social da linguagem:

A linguagem é uma instituição fundada na natureza social do homem, forjada para a satisfação de suas necessidades sociais; e, portanto, enquanto os indivíduos são os únicos agentes últimos na formação e modificação de cada palavra e significado de uma palavra, ainda é a comunidade que faz e muda sua linguagem (LSL: 177; cf, também 48, 400, 404, 405; LGL: 280, 309, etc.).²⁵

Na busca por redefinir o conceito de ciência e mostrar como as ideias sobre linguística geral tinham um sistema teórico capaz de edificar um campo científico para a língua, Whitney, influenciado pela concepção moderna (Foucault, 2007), preparou palestras sobre linguística geral. Segundo Alter (2005), ele estava muito motivado com esse empreendimento: ministrou cursos sobre os princípios de linguística geral e trabalhou para buscar a autonomia que seu campo carecia. Um dos maiores desafios do autor era retirar os estudos linguísticos dos discursos botânicos e naturais. Esse trabalho não foi fácil, uma vez que as formas como a língua era discursivizada, sua conceituação, suas metáforas eram totalmente ligadas ao naturalismo e à botânica. Whitney tinha duas preocupações: estabelecer os conceitos norteadores para se estabelecer uma ciência linguística e também mostrar que tal termo não deveria ficar restrito à investigação do fenômeno natural ou físico, mas deveria ser ampliado para a noção de conhecimento sistemático de qualquer tipo, buscando a emancipação da referida noção:

W.D. Whitney queria fervorosamente ver o estudo das línguas atingir a paridade de *status* com as ciências mais avançadas de sua época. De fato, ele considerava a reivindicação da posição científica de seu campo como uma de suas tarefas mais importantes como teórico. Esse esforço, ele percebeu, incluía inevitavelmente uma dimensão retórica, envolvendo a escolha de rótulos usados para nomear e categorizar esse campo (Alter, 2005, p. 95, tradução nossa).²⁶

O desejo de constituir uma ciência linguística não era somente de Whitney. Alter (2005) nos conta que a vontade de assumir uma independência de outras disciplinas fez com que os primeiros filólogos comparatistas focassem a língua como um organismo vivo, na ânsia de separá-la dos estudos da história literária. No entanto, eles acabaram associando os

²⁵ “Language is an institution founded in man’s social nature, wrought out for the satisfaction of his social wants; and hence, while individuals are the sole ultimate agents in the formation and modification of every word and meaning of a word, it is still the community that makes and changes its language. (LSL: 177; cf, also 48, 400, 404, 405; LGL: 280, 309, etc.)”

²⁶ “W.D Whitney wanted fervently to see language study achieve parity of status with the most advanced sciences of his day. Indeed, he regarded the vindication of his field’s scientific standing as one of his most important tasks as a theorist. This effort, he realized, inevitably included a rhetorical dimension, involving the choice of labels used to name and categorize that field.”

estudos linguísticos à biologia e à botânica, porque ainda estavam presos à concepção clássica da linguagem (Foucault, 2007). Isso não conferia a autonomia que a linguística necessitava. A tentativa de construir uma ciência da linguagem era um objetivo da época de muitos estudiosos. O que diferenciava Whitney dos demais autores era a filiação: ele era o único que associava o termo às ciências morais (históricas e sociais).

O projeto de linguística geral de Whitney trazia o signo como convencional e arbitrário. O referido estudioso era contra o conceito de vínculo natural e motivado da linguagem e não acreditava que, entre as palavras e o que elas representavam, havia um vínculo necessário e interno. Nesse sentido, não era necessário conceber a linguagem como algo que emanava das partes mais profundas da mente humana, pelo contrário, ela vinha de partes mais superficiais e mais simples: “Whitney concebeu a linguagem como um instrumento amplamente externo à psique. Era, disse ele, uma instituição social, localizada principalmente no mundo externo da interação comunicativa.²⁷ (Alter, 2005, p. 75, tradução nossa)”. Outra ideia defendida por Whitney era o fato de que o falante não se importava com a diacronia da palavra: para se comunicar, o falante precisava saber das definições convencionais compartilhadas pelos ouvintes. Ele argumentou que a consciência da história de uma palavra não tinha nenhum significado prático na compreensão ou no uso dessa palavra. A partir dessa perspectiva, Whitney ponderou que a investigação etimológica foi “meramente uma questão de curiosidade aprendida” (Alter, 2005, p. 75, tradução nossa).²⁸

No final de 1870, Whitney tornou-se uma referência tanto dentro da América quanto fora dela. No entender de Alter (2005), o impacto mais significativo de Whitney com a linguística geral aconteceu com o advento do movimento neogramático:

Os historiadores do fenômeno neogramático rotineiramente classificam Whitney entre os predecessores do grupo. Alguns até identificaram o próprio Whitney como um neogramático - se não um membro real dessa escola, pelo menos um forte simpatizante. No entanto, a relação de Whitney com o programa neogramático era ambígua. Ele de fato exerceu uma profunda influência nas suposições fundamentais do grupo. No entanto, era uma história diferente quando se tratava das doutrinas pelas quais a escola se tornaria mais conhecida. Isso, no fim das contas, não era nada do que Whitney queria encorajar. Eventualmente, portanto, ele se tornou um dos críticos mais intransigentes do movimento (Alter, 2005, p. 207-208, tradução nossa).²⁹

²⁷ “Whitney conceived of language as an instrumentality largely external to the psyche. It was, he said, a social institution, located primarily in the external world of communicative interaction.”

²⁸ “merely a matter of learned curiosity”.

²⁹ “Historians of the Neogrammarian phenomenon routinely rank Whitney among the group’s predecessors. Some have even identified Whitney himself as a Junggrammatiker – if not an actual member of that school, then at least a strong sympathizer. Yet Whitney’s relation to the Neogrammarian program was ambiguous. He did in fact exert a deep influence on the group’s fundamental assumptions. However, it was a different story when it came to the doctrines for which the school would become best known. Those, it turned out, were not at all what Whitney had wanted to encourage. Eventually, therefore, he became one of the movement’s most uncompromising critics.”

5 Whitney e Saussure: diálogos para a fundação da ciência linguística

Os estudos empreendidos para a confecção deste artigo evidenciaram que Saussure foi quem finalmente conseguiu realizar o que Whitney almejou: estabelecer uma ciência da linguagem com conceitos fundamentais para qualquer análise linguística. Para Nerlich (1990), falar de signos, sistemas e valores é tratar de conceitos modernos e Whitney dedicou muito tempo de seus estudos para isso. Em busca de tais conceitos, sua definição de língua estava dividida em dois pólos: enquanto instituição social de comunicação e como um sistema semiológico puramente abstrato. Nerlich (1990) afirma que Saussure herdou esses polos de Whitney, bem como outras características da sua teoria, como o sistema de valores, signo arbitrário e convencional³⁰, na tentativa de construir a autonomia linguística. A autora lembra, no entanto, que a noção semiológica não estava bem clara para o professor norte-americano, sendo Saussure a figura que trará melhores configurações para esse conceito³¹. Durante a leitura dos livros de Nerlich (1990) e Alter (2005), fica muito claro que o sistema de signos é latente em Whitney, embora não fosse desenvolvido por ele. O próprio Saussure reconhece que Whitney não desenvolveu uma teoria semiológica ao afirmar no CLG:

Para mostrar bem que a língua é uma instituição pura, Whitney insistiu, com razão, no caráter arbitrário dos signos; com isso, colocou a Linguística em seu verdadeiro eixo. Mas ele não foi até o fim e não viu que tal caráter arbitrário separa radicalmente a língua de todas as outras instituições (Saussure, 2006, p. 90).

Nerlich (1990) cita as pesquisas de Konrad Koerner (1973; 1983), o qual se aprofundou em mostrar como o livro de Saussure tem como base os pensamentos de Whitney. Koerner, em seus estudos, atribui a ele os primeiros usos de termos como “valor” e “sinal zero”. Nerlich (1990) ainda nos informa que a noção de valor, além de já ter sido usada por Whitney, também foi usada por Bréal. Para a autora, tal noção tem um significado muito específico em todos esses sistemas de pensamento:

Para Bréal e Whitney está ligado à noção de uso; para Saussure, ao sistema. O valor de um sinal, Bréal observa, permanece o mesmo desde que seja usado, isto é, aplicado e reconhecido como igual pelos falantes de uma língua. Ele muda se e somente se os falantes mudarem o uso. Todos os três, Whitney, Bréal e Saussure rejeitam a etimologia para explicar o significado (cf. CLG: 136), mas ao contrário de Bréal e Whitney, Saussure tentou excluir o falante de sua nova definição de signi-

³⁰ No CLG, Saussure discorre sobre Whitney ter razão sobre a natureza convencional do signo linguístico: “Assim, para Whitney, que considera a língua uma instituição social da mesma espécie que todas as outras, é por acaso e por simples razões de comodidade que nos servimos do aparelho vocal como instrumento da língua; os homens poderiam também ter escolhido o gesto e empregar imagens visuais em lugar de imagens acústicas. Sem dúvida, esta tese é demasiada absoluta; a língua não é uma instituição social semelhante às outras em todos os pontos (ver pp.88 e 90) [...]. No ponto essencial, porém, o linguista norte-americano nos parece ter razão: a língua é uma convenção e a natureza do signo convencional é indiferente (Saussure, 2006, p. 17-18).”

³¹ No CLG, Saussure discorre sobre uma teoria geral dos signos intitulada de Semiologia, cuja função seria estudar “[...] a vida dos signos no seio da vida social (Saussure, 2006, p. 24);”. Na perspectiva saussuriana, a Semiologia deveria se debruçar sobre os sistemas de signos ou códigos sociais, sendo a língua o principal sistema dentre outros existentes.

ficado que é inteiramente negativa: o significado de um signo em um sistema é determinado por sua diferença em relação a todos os outros, significa o que todos os outros não significam (Nerlich, 1990, p. 54, tradução nossa).³²

Para Nerlich (1990), Bréal elaborou uma definição mais positiva do significado ao levar em consideração as forças sociais e históricas. Já Saussure apresentou uma visão negativa do signo: um signo é o que o outro não é. Ademais, a noção de valor saussuriana estava atrelada à noção de sistema. Para Bréal, o valor do signo residia nas forças sociais e históricas, relacionando-se com o uso pelo falante. Em outras palavras, para Bréal, os signos linguísticos adquiriam seu valor no contexto; para Saussure, o valor do signo era adquirido dentro do sistema. A noção de significado de Bréal apontava para um psicologismo, uma vez que estava centrada no uso que o falante fazia do signo. Esse valor psicologista para a linguística era algo que Whitney tinha dúvidas, lembra Nerlich (1990, p. 56, *tradução nossa*): “A sua teoria da linguagem e da mudança linguística é mais orientada para a perspectiva sociológica e a sua teoria do significado enfatiza o ouvinte”.³³ Essa ênfase no ouvinte de Whitney é compartilhada por Saussure:

“Ela [a língua] é todo o conjunto de hábitos linguísticos que permite aos falantes entenderem e se fazerem entender” (CLG / H: [112] 77). Na edição de Engler do *Cours* encontramos uma afirmação que ecoa Whitney ainda mais de perto: “Isso [o fato social] seria uma certa média... O que poderia dar origem a essa capitalização social, cristalização? Este não é [qualquer] país estrangeiro, nós não estamos no fato social da língua. E nem [toda] a parte física também: na parte de execução 1° o indivíduo é o mestre, 2° a execução nunca será feita pela massa; permanece individual: fala. A parte receptiva e coordenativa, isto é, o que forma um depósito nos diferentes indivíduos, e que passa a ser mais ou menos uniforme em todos os indivíduos (CLG / E: 39-40)” (Nerlich, 1990, p. 56-57, tradução nossa).³⁴

As questões acima apontam para o fato de que esses autores abandonaram a perspectiva diacrônica em detrimento da sincrônica.

Outro ponto que merece destaque é que, para Whitney, a língua só estava completa na soma dos falantes. Além disso, ele defendeu que o sistema fornecia a unidade da linguagem:

³² “For Bréal and Whitney it is linked to the notion of usage; for Saussure to that of system. The value of a sign, Bréal remarks, will remain the same as long as it is used, that is to say applied and recognized as the same, by the speakers of a language. It changes if and only if the speakers change the use they put it to. All three, Whitney, Bréal, and Saussure, reject etymology to explain meaning (cf. CLG: 136), but unlike Bréal and Whitney, Saussure tried to exclude the speaker from his new definition of meaning which is an entirely negative one: the meaning of a sign in a system is determined by its difference from all the others, it means what all the others do not mean.”

³³ “His theory of language and language-change is therefore far more oriented towards a sociological perspective and his theory of meaning emphasizes the hearer.”

³⁴ “‘It [the language] is the whole set of linguistic habits which enables the speakers to understand and to make themselves understood’ (CLG/H: [112] 77). In the Engler edition of the *Cours* we find a statement that echoes Whitney even more closely: This [the social fact] would be a certain average.... What could give rise to this social capitalization, crystallization? This is not [any particular] part of [speech] circuit. Firstly not a physical part: when we are in a foreign country, we are not in the social fact of the language. And not [all the] physical part either: in the part of execution 1° the individual is the master, 2° execution will never be made by the mass; remains individual: speech. The receptive and coordinative part, this is what forms a deposit in the different individuals, and which happens to be more or less uniform in all the individuals.’ (CLG/E: 39-40)”

Como Saussure, ele usa o termo “sistema” para descrever uma linguagem como um todo, um sistema de signos (cf. LGL: 24, 43, 106, 115, 157, 182), bem como uma linguagem em sua forma falada e escrita, apontando, por exemplo, as características particulares do sistema fonético (cf. LSL: 91, 265; LGL: 62, 67) (Nerlich, 1990, p. 57, tradução nossa).³⁵

Acerca disso, Nerlich (1990) lembra que, para Whitney, bem como para Saussure, a linguagem é o sistema semiótico por excelência, ao qual outros sistemas semióticos, como gestos e caretas, sinais pictóricos e escritos, tornam-se subordinados. A diferença entre eles é que, enquanto Saussure defende que o valor está dentro do sistema, Whitney apregoa que os signos têm o valor que lhes damos e está intimamente associada à noção de convenção e mudança:

A linguagem é um sistema de signos convencionais, porque é usada na comunicação. Mais do que isso: é um sistema em constante mudança de signos convencionais e arbitrários (LSL: 410), porque é aprendido e usado. A arbitrariedade radical dos signos e a convencionalidade de seu uso são as condições de possibilidade para a contínua e ininterrupta existência da linguagem. Se os sinais não fossem arbitrários e convencionais, a linguagem não seria aprendível, compreensível, nem mutável (Nerlich, 1990, p. 58, tradução nossa).³⁶

Um ponto interessante que lemos em Alter (2005) diz respeito ao fato de que Whitney, ao aplicar os princípios uniformitaristas da geologia à linguagem, pôde afirmar que a fala era individual. De acordo com essa perspectiva, as pequenas mudanças ocorridas na fala em um dado momento eram responsáveis pelos efeitos cumulativos produzidos por longos períodos de tempo, podendo se alastrar por uma comunidade e provocar distinções entre as línguas. De acordo com o estudioso norte-americano, não só a pessoa tinha um dialeto distinto, mas as classes e regiões também o tinham: “Isso quer dizer que não há dois indivíduos que pronunciem uma palavra exatamente da mesma maneira ou que deram a ela exatamente o mesmo significado.” (Alter, 2005, p. 130, tradução nossa).³⁷ Para Whitney, algumas alterações individuais seriam aprovadas pela coletividade, outras não. Era a coletividade que ratificava a palavra ou o significado novo atribuído a uma palavra. Como se sabe, todas essas ideias são encontradas no *Curso de Linguística Geral* de Saussure.

De acordo com Alter (2005), Whitney foi eleito uma autoridade no assunto, tornado-se uma figura norteadora sobre os estudos de linguística geral no seu tempo. Sua morte fez com que se organizasse um Memorial para comemorar seus trabalhos. Estudiosos proeminentes escreveram declarações acerca das contribuições do professor norte-americano para os estudos da linguagem. Contudo, lembra Alter (2005), a declaração mais importante com-

³⁵ “Like Saussure he uses the term ‘system’ to describe a language as a whole, a sign system (cf. LGL: 24, 43, 106, 115, 157, 182), as well as a language in its spoken and written form, pointing out, for example, the particular features of the phonetic system (cf. LSL: 91, 265; LGL: 62, 67).”

³⁶ “Language is a system of conventional signs, because it is used in communication. But it is more: it is an ever-changing system of conventional and arbitrary signs (LSL: 410) because it is learned and used. The radical arbitrariness of signs and the conventionality of their usage are the conditions of possibility for the continuous and uninterrupted existence of language. If signs were not arbitrary and conventional, language would be neither learnable, understandable, nor changeable.”

³⁷ “That is to say that no two individuals pronounced a word exactly the same way or gave it precisely the same meaning.”

posta para o Memorial não foi enviada e, aliás, nunca foi concluída por seu autor: trata-se da declaração de Saussure. Alter (2005) traz com detalhes o que Saussure escreveu sobre Whitney e avalia que o professor genebrino fez mais do que foi solicitado: ao escrever sobre as realizações de Whitney, Saussure acabou colocando também seus pensamentos sobre os princípios gerais da linguística. De acordo com Alter (2005), os três cursos ministrados em Genebra entre 1907 e 1911 continham muitas ideias que Saussure havia escrito sobre Whitney em 1894, no que ele nomeou de “*Note pour un article sur Whitney*”. Essas notas forneceram enorme contribuição para o material que foi publicado sob o título de *Curso de Linguística Geral* por Bally e Sechehaye, elemento substancial para que se pudesse finalizar o CLG.

Alter (2005), ao comentar essas notas, revela que Saussure teceu grandes elogios a Whitney, afirmando que ele conduziu a linguística para a direção certa, quando defendeu o caráter arbitrário da linguagem. Contudo, Saussure revelou que as ideias de professor norte-americano necessitavam de um aprofundamento: “Mas ele não foi longe o suficiente. Pois ele não conseguiu ver que esse caráter arbitrário distinguia fundamentalmente a linguagem de todas as outras instituições” (Alter, 2005, p. 250, tradução nossa).³⁸ Saussure está se referindo ao fato de a linguagem ser o sistema semiótico por excelência. Segundo Alter (2005), Whitney seguia a *Common Sense Theory* que pregava a arbitrariedade do signo linguístico. Para o autor, Saussure considerava essa arbitrariedade ainda mais profunda do que a teoria a qual Whitney se baseava.

Saussure defendia que o signo também abrangesse a noção de significante e de significado, sendo o último dirigido pelo convencional. E foi no CLG que vimos aparecer um exemplo disso quando o referido autor versou acerca da diferença entre o carneiro em francês e a ovelha em inglês: o inglês acrescentou a palavra carneiro para designar o aspecto comestível, mostrando uma ideia diferente sobre o elo que existia entre a palavra e o objeto. Isso demonstra que o conceito de significado e significante veio de Saussure, uma vez que ele aprofundou a ideia de arbitrariedade trazida por Whitney.

Alter (2005) mostra que, em “*Note pour un article sur Whitney*”, temos ainda outra ideia de Saussure: a linguagem consistia em um sistema interdependente de valores. Ele explica que Saussure considerava que dois signos só adquiriam seu valor por sua diferença recíproca, caso contrário nenhum signo teria valor. Nesse sentido, o signo era uma rede de diferença eternamente negativa:

Uma palavra genuinamente isolada poderia, portanto, não ter significado, pois cada palavra derivou seu “valor” semântico apenas por estar em oposição a uma palavra contrastante. A forma meramente positiva de um sinal, Saussure declara, era “irrelevante” e “equivalente a zero” (Alter, 2005, p. 250-251, tradução nossa).³⁹

³⁸ “But he did not go far enough. For he failed to see that this arbitrary character fundamentally distinguished language from all other institutions”

³⁹ “A genuinely isolated word could therefore have no meaning, for each word derived its semantic ‘value’ only by standing in opposition to a contrasting word. The merely positive form of a sign, Saussure declares, was ‘irrelevant’ and ‘tantamount to zero’”.

Alter (2005) esclarece que a noção de sistema de signos saussuriana exige que se olhe para a língua a partir de uma perspectiva sincrônica. E Saussure explicou isso em suas “Notas” em 1894, quando fez sua famosa analogia da linguagem com o jogo de xadrez.

Saussure sistematizou suas ideias inspiradas em Whitney, desenvolvendo-as de forma que fosse possível enxergar uma metodologia científica para os estudos da linguagem. Sobre isso, Alter (2005) lembra que Whitney não buscou conscientemente formar um sistema linguístico de valores. Essa pretensão sistemática veio com Saussure. Sem perceber, em seu livro *A vida e o crescimento da Linguagem*, Whitney acabou trazendo um ensino altamente estruturalista da linguagem, analisa Alter (2005). Nesse sentido, vemos que o referido autor não tinha pensado em um sistema abstrato de signos. Foi Saussure quem fez isso. Whitney ficou mais interessado na relação do signo com o social, com o fato de a comunidade atribuir um significado ao signo. A linguagem exibia uma qualidade sistemática que o norte-americano não captou diretamente. O próprio Saussure disse que o referido estudioso não pensou que a linguagem deveria ser vista dentro de um sistema:

Saussure reafirmou essa necessidade de uma estrutura substancialmente nova em uma anotação de caderno que ele fez em 1908, depois de ter dado seu primeiro curso de palestras sobre linguística geral: “O americano Whitney, a quem eu reverenciei, nunca disse uma única palavra... [estes] assuntos que não estavam certos; mas, como todos os outros, ele não sonha que a linguagem precise de uma sistemática” (Alter, 2005, p. 253, tradução nossa).⁴⁰

É possível perceber como o contato direto com as ideias de Whitney estimulou o pensamento de Saussure. Além dessa visão sistemática da língua, Alter (2005) lembra que tanto Whitney quando os neogramáticos assumiram que as perspectivas históricas e sincrônicas não eram fundamentalmente opostas: consideraram que a sincronia pertencia à diacronia. “Saussure, em contraste, fez a separação entre a perspectiva sincrônica e a perspectiva histórica como fundamental para seu sistema teórico” (Alter, 2005, p. 254, tradução nossa).⁴¹ O fato é que Whitney havia realizado muitos estudos fundamentais para a linguística geral, conquistando a ruptura com a continuidade clássica e possibilitando que os estudos da linguagem pudessem ser compreendidos segundo leis sociais e históricas, tal qual analisou Foucault (2007) em seu livro. Contudo, esses princípios ainda não estavam evidentes para muitos estudiosos da época; sua geração não tinha amadurecido suficientemente para perceber a importância das novidades que Whitney estava propondo. Sobre isso, Alter (2005) revela que tais ideias serviram para a futura geração de linguistas e aí encontramos Saussure. As ideias do professor norte-americano só ficaram evidentes com os aprofundamentos teóricos realizados por Saussure.

⁴⁰ “Saussure reaffirmed this need for a substantially new framework in a notebook entry he jotted in 1908, after he had given his first course of lectures on general linguistics: ‘The American Whitney, whom I revere, never said a single word on...[these] subjects which was not right; but like all the others, he does not dream that language needs a systematic.’”

⁴¹ “Saussure, by contrast, made the separation between synchronic and historical perspective foundational to his theoretical system.”

6 Considerações Finais

Com as leituras realizadas sobre o trabalho de Whitney, vemos que suas ideias só atingem o objetivo de fundar a ciência linguística com Saussure: o professor norte-americano não conseguiu realizar seu projeto em vida, mas Saussure termina esse trabalho com suas pesquisas e aprofundamentos teóricos. Whitney foi o estágio necessário; sem ele, não teríamos conhecido a linguística moderna, não como ela se configurou:

“Na obra de D. Whitney... aparecem os conceitos de *lei, sistema, estrutura*, que fazem dele o criador de uma linguística estática e *descritiva*, um estágio no progresso saussuriano rumo a uma linguística sincrônica” (Chiss, Filliolet e Maingueneau 1977: 21 *apud* Nerlich, 1990, p. 54, tradução nossa).⁴²

Alter (2005) diz que Whitney deixou um legado misto, ao construir fundamentos essenciais para o movimento neogramático e para a teoria saussuriana. Podemos dizer que ele também fez algo maior com esses fundamentos que inspiraram as duas teorias que ficaram famosas: ele enterrou o naturalismo e sua pretensão de relacionar a língua com a biologia (vimos com Foucault (2007) o quanto as ciências naturais estavam empenhadas em levar os estudos da linguagem para o seu lado). Whitney não recebeu a fama que merecia, mas possibilitou que duas escolas essenciais para a revolução da linguagem fossem constituídas: os neogramáticos e o estruturalismo de Saussure. Alter (2005) ainda lembra a grande contribuição que Whitney trouxe para a pesquisa sociolinguística tempos mais tardes.

Nosso olhar acerca desses fatos procuraram compreender os discursos que serviram de base para constituir novos caminhos para a linguística, uma vez que os discursos naturalistas trabalhavam para constituir cientificamente tal campo há algum tempo. A história agiu para beneficiar Saussure: Whitney fez o trabalho de enfrentamento contra o naturalismo e as ciências naturais. Quando Saussure chegou, as discussões sobre as ciências humanas e a desvinculação da língua na concepção como organismo vivo já haviam acontecido. Coube ao professor genebrino desenvolver as categorias definidas para dar conta do sistema abstrato de signos, como valor, imagem acústica, conceito, relações associativas, relação paradigmáticas e ocupar o lugar de fundador da ciência linguística. O contato direto com as ideias de Whitney estimulou o pensamento saussuriano, de modo que ele pudesse pensar a língua como um campo científico autônomo, rompendo definitivamente com a linguística naturalista de sua época.

⁴² “In D. Whitney’s work... appear the concepts of law, system, structure, which make him the creator of a static, descriptive linguistics, a stage in the Saussurian progress towards a synchronic linguistics’ (Chiss, Filliolet, and Maingueneau 1977:21).”

Referências

- ALTER, S. G. *William Dwight Whitney and the Science of Language*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2005.
- FERREIRA, E. G. de M. Aspectos sociais da linguagem nas ideias de William Dwight Whitney (1827-1894): notas historiográficas. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 17, p. e1733, 2023. DOI: 10.14393/DLv17a2023-33
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- KOERNER, E. F. K. *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Filadélfia: John Benjamins, 1989.
- KOERNER, E. F. K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.
- LYELL, C. *Geological Evidence of the Antiquity of man*. London: John Murray, Albemarle Street, 1863
- MILANI, S. E. *Humboldt, Whitney e Saussure: romantismo e cientificismo-simbolismo na história da Linguística*. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- NERLICH, B. *Change in Language: Whitney, Bréal and Wegener*. London and New York: Routledge, 1990.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SEVERO, C. G., & GÖRSKI, E.M. Revisitando Whitney: das dimensões social e política no estudo da linguagem. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 41, e43009, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v41i1.43009>
- WHITNEY, D. W. *Language and the study of language, twelve lectures on the principles of linguistic science*. Nova York: Charles Scribner & Company, 1867.
- WHITNEY, D. W. *The life and growth of language: an outline of linguistic science*. Nova York: D. Appleton and Company, 1875.

A “amarelinha” da seleção brasileira: entre o já dito e o ainda por dizer em uma disputa pelos sentidos

The “amarelinha” of the Brazilian Team: Between the Already Said and the yet to be Said in a Dispute for the Senses

Nathan Bastos de Souza
Universidade Federal do Pampa
(UNIPAMPA) | Bagé | RS | BR
nathansouza@unipampa.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-1560-2867>

Resumo: Em 2022, por conta da Copa do Mundo de Futebol, a marca de cerveja Brahma lançou um filme publicitário, “#Vestindoaaamerelinha”, com fins de interditar possíveis efeitos políticos que correlacionassem a camiseta da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) com o tema política. O objetivo deste artigo é refletir sobre o filme publicitário a partir da noção de dialogicidade interna do discurso, de Bakhtin (2015 [1934-1935]¹). A perspectiva metodológica do trabalho se dá com base no cotejamento de textos (Bakhtin, 2011 [1974]). Os resultados apontam que a estratégia do filme publicitário forja uma desidentificação da “amarelinha” com os valores da direita enquanto interditaria a presença possível de elementos que remetessem à esquerda, como é o caso das cores vermelho ou bordô, das latas da cerveja, já que o filme é todo em preto e branco com destaque exclusivo para as camisetas, que aparecem coloridas.

Palavras chaves: dialogicidade interna do discurso; cotejamento de textos; discurso publicitário.

Abstract: In 2022, in the wake of the Football World Cup, the Brahma beer brand released an advertising film, “#Vestindoaaamerelinha”, with the aim of preventing possible correlations between the Confederação Brasileira de Futebol (CBF) T-shirt with politics. The purpose of this article is to reflect on the strategies in this advertising film using the notion of internal dialogicity of discourse, by Bakhtin (2015 [1934-1935]). The metho-

¹ A data entre colchetes é provavelmente quando o texto foi elaborado, a publicação russa se daria somente em 1975.



dological perspective of the work is based on text comparisons (Bakhtin, 2011 [1974]). The results indicate that the advertising film strategy forge a disidentification of the CBF T-shirt (“amarelinha”) with the values of the right wing politics, while also avoiding elements that could lead to an identification of the brand with the left wing, such as the red color of the beer cans, since the film is all in black and white, with an exclusive emphasis on the T-shirts, which appear in color.

Keywords: internal dialogicity of discourse; text collation; advertising speech.

1 Introdução

A camiseta da Confederação Brasileira de Futebol (doravante, CBF) passou a ser objeto de coesão identitária, desde os movimentos de rua de 2013, no Brasil, para os manifestantes que se reconheciam com as pautas de direita. Com o passar dos anos, a disputa pelos sentidos desse objeto foi se tornando setorizada, a tal ponto que hoje é capaz de “identificar” determinados grupos. Atualmente, usar uma “amarelinha”² pode fazer com que alguém seja tachado como de direita (ou de extrema direita, mais recentemente).

O objeto de análise deste artigo é o filme publicitário “#Vestindoamarelinha”, da cerveja Brahma, publicado em 09 de agosto de 2022, no canal oficial da marca no Youtube. O objetivo deste artigo é refletir sobre o filme publicitário a partir da noção de “dialogicidade interna do discurso”, de Bakhtin (2015 [1934-1935], pp. 52-58)³. Segundo o autor russo, as relações com os outros sujeitos que são instauradas no mundo social interferem na formulação

² Neste artigo, tomaremos como sinônimas as expressões “camiseta da CBF” e “amarelinha”, dada a especificidade do material com que trabalhamos na análise. “Amarelinha”, a propósito, servirá como um termo mais genérico para designar não somente as camisetas amarelas da CBF, mas também outras usadas com fins político.

³ Consultamos diferentes versões de tradução do texto original para firmar uma posição a respeito do termo. Nas duas traduções brasileiras disponíveis no mercado, lê-se: “dialogicidade interna do discurso” (Bakhtin, 2014 [1934-1935], p. 89), forma idêntica àquela utilizada na versão mais recente que foi utilizada neste artigo como fonte principal. Consultamos, como reforço, uma tradução para o espanhol, uma para o inglês e uma para o italiano nas quais se lê, respectivamente, “dialogización interna de la palabra” (Bajtín, 1989 [1934-1935]), “the internal dialogism of the word” (Bakhtin, 1981 [1934-1935]) “l’interna dialogicità de la parola” (Bachtin, 2001 [1934-1935]). Não conseguimos acesso à obra completa em francês. Isso, todavia, não impede de verificar que o termo russo foi traduzido nas cinco versões consultadas com o equivalente ao adjetivo “interna” ou “interno”. As variações se dão, no limite, com o uso de alternativas de tradução diferentes para o termo russo “slovo”, que pode ser traduzido com correção como os equivalentes em português a “palavra” ou “discurso”. Não há uma restrição de sentido com esse uso de “interna”, a ideia é que o interno também é externo no discurso, ou seja, são faces complementares da dialogicidade, daí o movimento entre o já dito e o ainda por dizer, de que trataremos longamente para explorar essa noção teórica pouco estudada em artigos científicos. Agradeço à colega Marisol Barenco de Mello por facilitar o acesso à versão italiana mencionada acima.

dos discursos. Nesse sentido, dois tipos de dialogicidade interna do discurso⁴ aparecem no estudo do autor: a primeira delas diz respeito ao já dito a respeito de um objeto de discurso e a segunda trata do ainda por dizer, na projeção de respostas no horizonte do interlocutor.

Este texto está organizado da seguinte maneira: a primeira seção contém uma discussão teórica a respeito da dialogicidade interna do discurso, com base em Bakhtin (2015 [1934-1935]). A segunda seção trata dos procedimentos de seleção e coleta dos dados, assim como da metodologia do cotejamento de textos (Bakhtin, 2011 [1974]). A terceira seção é dedicada à análise de alguns usos políticos da “amarelinha”, em episódios de 2016 e 2018. A quarta seção contém a análise.

2 O já dito e o ainda por dizer: a dialogicidade interna dos discursos

Para tratarmos do tema em tela vamos observar a noção de dialogicidade interna dos discursos, elaborada por Bakhtin (2015 [1934-1935]), em seus dois tipos. Nosso interesse pela questão se dá porque entendemos que a “amarelinha” é objeto de um discurso sobre a brasilidade, que emerge no filme publicitário “#Vestindoamarelinha”, da cerveja Brahma. No entanto, o objeto de discurso não está isolado em um mundo hermético do não sentido antes de ser discursivizado nesse filme publicitário. O discurso que encontramos sobre a “amarelinha”, aqui ou em outros lugares, é fruto de um meio social que já a havia valorado, assim como se projeta no mundo responsivo.

Na estilística tradicional, afirma Bakhtin (2015 [1934-1935]), a compreensão que se faz do discurso só esbarra na resistência do próprio objeto, como se seu caminho não fosse mediado pelas interferências do discurso do outro. Na perspectiva bakhtiniana, no entanto, o caminho entre discurso e objeto é constituído por um “meio elástico e amiúde dificilmente penetrável de outros discursos alheios a respeito do mesmo objeto [...]” (Bakhtin, 2015 [1934-1935], p. 48). Nesse diapasão, o objeto “amarelinha”, como veremos, não é encontrado sem avaliações, de alguma maneira imaculado, à parte da disputa pelos sentidos. A própria ideia de denominar esse objeto de “amarelinha” – forma já recorrente na mídia escrita, falada e televisionada – com um diminutivo que denota afeto ou carinho, tem uma perspectiva comercial, porque evoca as emoções dos torcedores e, também, convoca a pensar *somente* no advento da Copa do Mundo.

Em outras palavras, o objeto “amarelinha”, tão atual tanto no momento de emergência do filme publicitário quanto depois, cuja carga axiológica é importante do ponto de vista da identidade dos torcedores brasileiros pode servir também para vender uma cerveja que, como veremos na análise, supostamente oblitera efeitos políticos em que o objeto estaria envolto. Essa separação forçada de sentidos correntes para o objeto “amarelinha” é interessante porque enquanto atualiza sentidos de identidade e afeto pela seleção brasileira, convocando torcedores a deixar de lado outros assuntos, precisa silenciar sobre os efeitos realmente políticos que estão (e estavam) em voga no momento.

Essa operação poderia ser caracterizada como um verdadeiro esforço semiótico: é uma tentativa de higienizar as linguagens que remetem a interesses políticos, naturalizando

⁴ Os tipos de “dialogicidade interna do discurso” vislumbrados por Bakhtin são dois momentos complementares da produção dos sentidos em um enunciado, essa discussão é aprofundada ao longo desta seção teórica.

o discurso da despolitização como benéfico e saudável. Esse esforço é corolário de uma prática hegemônica já recorrente na sociedade brasileira, segundo a qual seria melhor despolitizar algumas temáticas, o que favorece, ao fim e ao cabo, as classes dominantes. Todo o movimento que analisamos desde 2016 na seção “Relações dialógicas: alguns usos políticos da ‘amarelinha’ permite essa leitura com base em uma visão mais contemporânea. Naquela seção vemos o caminho que solidificou certo “discurso de novidade” – que é arcaico, mas vendido com *marketing* de novidade pelas classes dominantes e com efeitos identitários duradouros.

Essa suposição de novidade é apenas um engodo. Uma vez que, em se tratando das hegemonias discursivas, na esteira de Angenot (2015, p. 32), entendemos que “muitas inovações aparentes são, quando sob exame, retornos do esquecido ou mesmo do reprimido, a reativação de formas recessivas, uma maneira de responder à conjuntura”. Nesses termos, o esforço semiótico de que tratamos acima não seria mais que um engodo para mascarar um discurso de neutralidade que visa divulgar um discurso arcaico (com ares de novidade), isto é, o do identitarismo político relacionado à camiseta da CBF (em usos não canônicos, fora de contextos em que se trate de futebol, por exemplo). Voltaremos a esse ponto em momento oportuno nas próximas páginas.

Em relação ao ponto de vista do conjunto dos discursos do outro nos quais um objeto se encontra envolto, como afirma Bakhtin (2015 [1934-1935]), sua articulação discursiva não será possível de maneira isolada. Conforme o autor argumenta:

[...] todo discurso concreto (enunciado)⁵ encontra o objeto para o qual se volta sempre, por assim dizer, já difamado, contestado, avaliado, envolvido ou por uma fumaça que o obscurece ou, ao contrário, pela luz de discursos alheios já externados a seu respeito. Ele está envolvido e penetrado por opiniões comuns, pontos de vista, avaliações alheias, acentos. O discurso voltado para o seu objeto entra nesse meio dialogicamente *agitado e tenso de discursos, avaliações e acentos alheios*, entrelaça-se em suas complexas relações mútuas, funde-se com uns, afasta-se de outros, cruza-se com terceiros; e tudo isso pode formar com fundamento o discurso, ajustar-se em todas as suas camadas semânticas, tornar complexa sua expressão, influenciar toda a sua feição estilística (destaques nossos) (Bakhtin, 2015 [1934-1935], p. 48).

Sendo assim, entre o discurso e o objeto esse “*meio agitado e tenso*” já se encontra como um princípio, um já lá que não pode ser contornado. As relações dialógicas estabelecidas no meio social em que se encontram o objeto e o discurso se formulam à luz e à sombra da disputa pelos sentidos. Acima temos uma chave de leitura muito importante, qual seja, o fato de que “*um objeto é obscurecido ou iluminado pelos discursos alheios já externados*” a seu respeito.

Instala-se, assim, um “jogo de claro-escuro” (Bakhtin, 2015 [1934-1935], p. 49) que interfere internamente no discurso, impregna-lhe com sua potência de sentido (do já dito) e ajusta-o ao auditório com que dialoga (o ainda por dizer). Ademais, entre essas instâncias se instaura, então, esse movimento de fusões, afastamentos e/ou ajustamentos com os discursos do outro, com as camadas de sentidos socialmente compartilhadas. O caráter dessa fric-

⁵ Neste texto, na esteira de Bakhtin (2015 [1934-1935]), entenderemos que discurso concreto é sinônimo de enunciado no sentido em que essa última categoria é materialização daquela.

ção entre discursos, valores e acentos alheios pode influenciar na forma do discurso: penetra semântica, expressiva e estilisticamente.

Milhares de fios dialógicos são encontrados na rede social que é pano de fundo para a emergência discursiva. Em outras palavras, o discurso sobre um objeto é participante ativo do diálogo social em que se insere, em um momento dado na história, em um meio socialmente organizado. “[...] É disto que ele surge, desse diálogo, como sua continuidade, como uma réplica e não como se com ele se relacionasse à parte” (Bakhtin, 2015 [1934-1935], p. 49).

Bakhtin (2015 [1934-1935]) continua o raciocínio nos seguintes termos:

Se imaginarmos a intenção⁶, isto é, a orientação de uma palavra em forma de um raio voltada para o objeto, então o jogo vivo e singular de cores e luz que tal palavra constrói nas facetas da imagem deve-se à refração raio-palavra não no próprio objeto (como o jogo de imagem-tropo no discurso poético em sentido restrito, na ‘palavra isolada’), mas à sua refração no ambiente de palavras, avaliações e acentos alheios pelo qual passa o raio em direção ao objeto: o clima social da palavra que cerca o objeto obriga as facetas de sua imagem a entrarem no jogo (Bakhtin, 2015 [1934-1935], p. 49).

“O jogo vivo e singular de cores e luz” mencionado acima, como o “jogo claro-escuro”, anteriormente retomado, dão conta dessa ideia de orientação avaliativa: na formulação discursiva, socialmente inscrita, nos valem de estratégias de ênfase, destaque, silenciamento, interdição, oposições, enfim, também outras, com as quais nos identificamos ou não. Essas estratégias levaram, no cenário sociopolítico brasileiro, à ascensão de usos da “amarelinha” em contextos diferentes daqueles para os quais esse objeto foi concebido; nesse movimento, a metamorfose desse objeto foi dando-lhe feições políticas antes não previstas. Nesse sentido, na análise dos discursos sociais, proposta por Angenot (2015), entendemos que a proposição de novos discursos que funcionariam como de “ruptura” deve ser analisada à luz do que o autor chamou de uma “percepção global do sistema sociodiscursivo”. Em outras palavras, isso seria uma ideia próxima à já aventada “avaliação social”, termo bakhtiniano.

A imagem de raio-palavra como circunscrevendo a avaliação social é muito didática: na mesma medida em que se concatenam cores e luz, remete à refração. Não se trata de apenas uma imagem refletida – idêntica – dos valores socialmente em voga a respeito de um objeto; trata-se, isso sim, de uma imagem que é refratada em um “ambiente de palavras, avaliações e acentos alheios”, esse é “o clima social da palavra”. Seria nesse cenário que a “percepção global do sistema sociodiscursivo” pode acontecer. A natureza da palavra, segundo Bakhtin (2015, [1934-1935], p. 49), é nunca viver isolada, sempre recuperada de lábios alheios, sempre viva porque circulando.

O discurso derivado dessa noção de raio-palavra se inscreverá no “meio agitado e tenso dos discursos do outro”, orientando-se em acordo ou desacordo com os elementos desse meio social. Nesse diapasão, a “amarelinha” atravessa um meio de discursos do outro que lhe confere nuances antes não vistas, colocando-a como objeto em uma posição política não habitual para uma camiseta de time de futebol. O que não se pode fazer é compreender esse

⁶ A palavra “intenção” não tem a menor relação com o conceito de intencionalidade, utilizado na linguística textual. Ademais, nessa tradução o termo não deve ser lido no sentido de que o sujeito seja autossuficiente, como que negando o social que interfere em seu discurso. Na teoria bakhtiniana o sujeito social, assim, deve ser entendido na perspectiva de orientação no meio social das palavras dos outros.

movimento como de um discurso de liberdade, mas como fruto de um velho jogo das classes dominantes ao tornar “monovocais” os signos, como já afirmava Volóchinov (2017 [1929]).

Nesse ínterim, esse encontro com a palavra avaliativa do outro no mundo social interfere na conformação estrutural do discurso. É o fenômeno que Bakhtin (2015 [1934-1935], p. 52) denomina “dialogicidade interna do discurso”, a qual é capaz de [...] “penetra[r] toda a sua estrutura, todas as camadas dos sentidos e de sua expressão”. Esse tipo de dialogicidade interna do discurso, que chamaremos de *tipo 1*⁷, é “dotada de imensa força formadora de estilo” (Bakhtin, 2015 [1934-1935], p. 52), já que encontra sua expressão em várias particularidades sintáticas, semânticas e/ou composicionais.

Chamamos atenção para a expressão, conforme consta na tradução de Bakhtin (2015 [1934-1935]), que não remete exclusivamente à parte interna dos enunciados. Sua força é tal, sempre de acordo com o autor, que demarca a dialogização dos enunciados como presenças do outro pela via do passado - nos discursos com os quais já entrou em contato - e pela via do futuro, com a previsão das respostas que virão depois.

A dialogicidade interna do discurso do tipo 1 dá conta, portanto, dos elementos do discurso do outro que se inserem no discurso vivo, os quais observamos, por exemplo, quando uma mesma e única unidade linguística apresenta dois acentos. Veremos isso retomado em nossas análises, a seguir. Porém, esse expediente não se esgota no tipo 1, como sabemos. O autor russo argumenta que

O discurso falado vivo está voltado de modo imediato e grosseiro para a futura palavra-resposta: provoca a resposta, antecipa-a e constrói-se voltado para ela. *Formando-se num clima do já dito, o discurso é ao mesmo tempo determinado pelo ainda não dito, mas que pode ser forçado e antecipado pelo discurso responsivo. Assim acontece em qualquer diálogo vivo (destaques nossos) (Bakhtin, 2015 [1934-1935], p. 52-53).*

Visto assim, o discurso vivo traz em sua emergência o saldo do contexto social no qual aflora – aquele das relações dialógicas estabelecidas com o meio – como observamos acima. Portanto, o discurso resgata o objeto de um universo de já ditos, através das avaliações que lhe antecederam, pois “já está obscurecido ou iluminado” pelos discursos alheios externados a seu respeito. Destarte, o objeto vem do passado para o discurso e, consigo, carrega uma carga semântica. Contudo, Bakhtin (2015 [1934-1935]) aponta que o discurso não se forma somente dessa recolha do já dito, do passado, mas também de um prenúncio de futuro, da questão responsiva que também conforma o seu todo.

No diálogo vivo, então, o *discurso recolhe do passado* esse jogo de claro-escuro através da refração do objeto no ambiente de palavras, avaliações e acentos alheios e se *projeta no futuro*, pelo fato de orientar-se para as palavras responsivas do outro. De tal modo, o discurso no clima do já dito é também determinado pelo ainda não dito. Assim, remete ao passado na recuperação das avaliações alheias e ao futuro como projeção de respostas.

O discurso é orientado pelo falante na direção do horizonte determinado do outro. “O falante procura orientar sua palavra – e o horizonte que a determina – no horizonte do outro que a interpreta, e entre em relações dialógicas com elementos deste horizonte” (Bakhtin,

⁷ Denominamos de *tipo 1* para fins de retomada na análise, aparecerá, adiante, um *tipo 2*. Essa classificação em tipo 1 e 2 não está em Bakhtin (2015).

2015 [1934-1935], p. 56). Nesse momento, chegamos ao segundo tipo de dialogicidade interna do discurso, sempre segundo o autor russo.

Para Bakhtin (2015 [1934-1935]) a possibilidade de orientar o discurso para a resposta faz com que se construa cada enunciado no território dos outros, no campo aperceptivo alheio. Nessa perspectiva, é formulado o seguinte argumento:

Essa nova espécie de dialogicidade interna do discurso distingue-se daquilo que se definia como *encontro com a palavra do outro no próprio objeto*: aqui não é o objeto que serve como arena do encontro, mas o *horizonte subjetivo do ouvinte*. Por isso essa dialogicidade insere um caráter mais psicológico-subjetivo e amiúde casual, às vezes grosseiramente adaptativo, vez por outra polêmico e provocativo (destaques nossos) (Bakhtin, 2015 [1934-1935], p. 56).

O encontro com a palavra do outro pode acontecer de dois modos, quais sejam, no próprio objeto ou no horizonte subjetivo do ouvinte. Com base nessa diferença, entendemos que o tipo 1 de dialogicidade interna se conformaria no que apontávamos anteriormente em relação ao passado, como uma retomada dos já ditos a respeito de um objeto. Agora, quando o encontro de palavras se dá no horizonte subjetivo do ouvinte, é uma dialogicidade interna de caráter diferente, que chamamos de tipo 2. Esse outro tipo é o que aponta para o futuro, na medida em que prevê/presume as respostas.

Em síntese, por um lado, a dialogicidade interna do discurso do tipo 1 acontece no encontro com a palavra no próprio objeto. Isso quer dizer que esse encontro se dá pelo funcionamento do já dito, que penetra “estrutura, camadas dos seus sentidos e de sua expressão” (Bakhtin, 2015 [1934-1935], p. 52), ou seja, organiza tudo que poderá ser dito. Por isso Bakhtin (2015 [1934-1935]) afirma que essa categoria é como um “clima social” organizador de tudo no enunciado.

Por outro lado, a dialogicidade interna do discurso do tipo 2 acontece quando a arena do encontro se dá no horizonte subjetivo do ouvinte, de quem participa do diálogo. A organização prévia do já dito é regimentada pelas condições atuais, o “clima contemporâneo” do ouvinte em um cenário de interação, que não deixa de ser determinante, de ter o mesmo peso que o já dito.

Assim, as categorias do já dito e do ainda por dizer são relacionadas com a maneira como o encontro dos sujeitos se dá, embora esses momentos sejam simultâneos quando da formulação dos enunciados. O já dito e o ainda por dizer são categorias da relação temporal definitiva do momento de produzir os enunciados, o que outras teorias linguísticas já denominaram “enunciação” (por exemplo, em Benveniste). O funcionamento discursivo do já dito e do ainda por dizer é simultâneo, uma vez que recortam o presente de uma maneira pontual ao produzir um enunciado que remete, aqui e agora, ao passado para recolher avaliações sociais e ao futuro para projetar o discurso responsivo.

Faremos, antes de concluir a seção, um pequeno aparte: entenda-se que na expressão “horizonte subjetivo do falante”, na citação acima, “subjetivo” não quer dizer que o sujeito teria, a respeito de si mesmo, um controle completo do dizer. O próprio da subjetividade, em uma perspectiva bakhtiniana, é o caráter social. Nas palavras de Boria (2006, p. 260, tradução nossa), “o sujeito bakhtiniano é concebido [...] em uma dinâmica cujos motivos psíquicos estão marcados e constituídos sociologicamente”. Faraco (2009), por seu turno, explica que

[...] o sujeito é social de ponta a ponta (a origem do alimento e da lógica da consciência é externa à consciência) e singular de ponta a ponta (os modos como cada consciência responde às suas condições objetivas são sempre singulares, porque cada um é um evento único do ser) (Faraco, 2009, p. 86-87).

Desse modo, se o sujeito é social e singular, como ser que responde, a dialogicidade interna do discurso que se dá no horizonte subjetivo do ouvinte é de caráter social também. Embora diferente daquela de tipo 1, que aponta para o passado, retomando o já dito, a dialogicidade de tipo 2 também atua estilisticamente no discurso, seu caráter é de previsão de respostas, adequação ao auditório social. Na seção seguinte apresentamos a metodologia do trabalho, no que diz respeito aos procedimentos de coleta e de análise.

3 Metodologia: procedimentos de coleta e de análise

A análise deste artigo está centrada no filme publicitário “#Vestindoamarelinha”, da cerveja Brahma, publicado em 09 de agosto de 2022, no canal oficial da marca no Youtube. Até o dia 02 de agosto de 2023, dia da coleta⁸, o vídeo contava com 142 mil visualizações, 510 likes e 68 comentários naquela plataforma. A definição de filme publicitário, à luz da perspectiva bakhtiniana, está alicerçada em análises já consolidadas, como aquelas elaboradas por Vieira (2020) em sua tese. Conforme a autora

Tal enunciado [filme publicitário] é, claramente, uma unidade triádica, tanto no que se refere à autoria, a saber, do cliente, da agência e da produtora, quanto no que respeita a suas materialidades, quais sejam, as linguagens verbal, sonora e imagética (Vieira, 2020, p. 18).

Na confluência das linguagens que formam o filme publicitário como enunciado, realizamos uma análise prévia. Entendemos que o filme produz um efeito de interdição dos eventos políticos que envolvem a “amarelinha” e convoca os brasileiros a torcer pela seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 2022. Mas não somente isso. Também se busca substituir usos políticos da “amarelinha” – esses que são interditados pela ausência de cores no vídeo e pelo tom do texto verbal, por exemplo – por usos necessariamente relacionados, por um lado, à ideia de que ver futebol e, por outro, beber cerveja, gerariam momentos de alegria e de superação de querelas políticas. Para a análise, lançamos mão da transcrição do áudio para materializar elementos linguísticos significativos para nossa discussão e prints de tela e fotogramas do vídeo.

Segundo Bakhtin (2011 [1974]), a compreensão de um enunciado pode se dar pelo

Desmembramento da compreensão em atos particulares. Na compreensão efetiva, real e concreta, eles se fundem indissolúvelmente em um processo único de compreensão, porém cada ato particular tem uma autonomia semântica (de conteúdo) ideal e pode ser destacada do ato empírico concreto (Bakhtin, 2011 [1974], p. 398).

⁸ Até 02 de agosto de 2023 o vídeo estava disponível no canal oficial da cerveja, no entanto, revisando essas informações não o encontramos lá. Dessa maneira, informamos o link da rede social *Facebook* da agência de publicidade África, que desenvolveu o filme, com data de acesso atualizada. Disponível em: <https://fb.watch/sT4debqhCO/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

Nessa perspectiva, justificamos o desmembramento do vídeo em duas textualidades – uma verbal e uma visual – e a análise que leva em conta essa autonomia semântica de ambas as partes. No entanto, para atingirmos uma compreensão efetiva do todo do enunciado é preciso ir do nível dos atos desmembrados ao todo orgânico constituído na fricção entre textual verbal e texto visual. Para realizar essa compreensão nos valem os seguintes passos sugeridos pelo autor russo:

1) A percepção psicofisiológica do signo físico (palavra, cor, forma espacial). 2) Seu reconhecimento (como conhecido ou desconhecido). A compreensão do seu significado reprodutível (geral) na língua. 3) A compreensão de seu significado em dado contexto (mais próximo ou mais distante). 4) A compreensão ativo-dialógica (discussão concordância). A inserção no contexto dialógico. O elemento valorativo na compreensão e seu grau de profundidade e de universalidade (Bakhtin, 2011 [1974], p. 398).

Nesse sentido, a orientação metodológica de nosso trabalho se deu das unidades menores, desmembradas em sua autonomia semântica, para a compreensão do todo inserido no contexto. O passo 1, acima, foi realizado quando observamos a forma material – linguística, no caso do texto verbal, semiótica, no caso do visual – do enunciado. O passo 2 foi realizado com especial atenção para os dados linguísticos do texto verbal e na discussão de como as formas linguísticas refratam a orientação axiológica do filme publicitário e vice-versa. Esse passo assume importância em nossa leitura na medida em que “a análise das materialidades discursivas constitui [...] um meio de compreender o papel da linguagem na construção dos acontecimentos sociais” (Moirand, 2018, p. 39).

Realizamos o passo 3 quando cotejamos a situação política mais ou menos anterior ao evento em análise com o filme publicitário. Para tanto, recuperamos algumas imagens em que pessoas fazem usos políticos da camiseta da CBF ou de similares. Esse cotejo com eventos do tempo recente através das imagens realizado na primeira seção de análise nos permite observar os sentidos de que se quer afastar o discurso do filme publicitário, em sua proposta valorativa. Por fim, quando tratamos do passo 4, em nossa análise, elaboramos uma síntese valorativa a respeito do discurso do filme publicitário e de seu funcionamento.

Finalmente, a metodologia do cotejamento de textos tem sido utilizada amplamente nos estudos bakhtinianos realizados no Brasil (Geraldi, 2012, Souza, 2021). Nesse sentido, destacamos que o trabalho inicial de Bakhtin (2011 [1974]), em seu último ensaio, dá a compreender uma maneira de analisar textos, embora o autor não a “aplique”. Camargo (2023) estudou duas traduções brasileiras do ensaio de Bakhtin (2011 [1974]) e constatou que há o uso de dois termos para se referir à metodologia: “cotejamento de textos”, versão da tradução mais antiga, e “correlacionamento de textos”, alternativa de tradução mais recente. Conforme a autora, “cotejamento” tem sido o termo mais frequente, especialmente com base nas sugestões analíticas de Geraldi (2012) a respeito do tema.

Ainda com relação a esse artigo seminal de Geraldi (2012), por exemplo, Desti e Marchezan (2021), em estudo de revisão sistemática integrativa, elencam outros estudiosos brasileiros que utilizaram a mesma expressão (Alves, 2019; Fanini, 2019; Pereira, 2017; Rodrigues, 2015; Rohling, 2014) para se referir a uma metodologia bakhtiniana para estudar o discurso. Para concluirmos essa síntese da pertinência e da circulação da ideia de cotejamento de textos indicamos alguns trabalhos que fazem análises discursivas de maneira competente

com base nessa pertinente noção teórica, pouco compreendida em vários espaços acadêmicos no Brasil (Branco, 2016; Dias, 2014; Pajeú, 2014; Rufo, 2020; Scherma, 2015; Souza, 2021).

4 Relações dialógicas: alguns usos políticos da “amarelinha”.

O filme publicitário “#Vestindoamarelinha”, da marca de cerveja Brahma, foi publicado no Youtube em 09 de agosto de 2022. A proposta da marca é, como veremos, se inscrever no debate público em torno da camiseta da CBF (e vender seu produto, obviamente), antes objeto de uso para torcer pela seleção brasileira e, desde já algum tempo, usada em manifestações políticas no Brasil contemporâneo.

Desde 2013, com o fortalecimento de movimentos políticos de rua, cujas pautas eram em favor do patriotismo de direita e contra o Partido dos Trabalhadores (PT), tomou força um discurso que transformava esse partido e suas lideranças mais importantes em avatares de todo o mal causado contra o Brasil. Os políticos de oposição, naquela época, endossavam as questões que esses grupos reivindicavam, mas não demorou para que os cartazes comesçassem a pedir “intervenção militar” e coisas do tipo. Com o tempo, os movimentos de rua de direita fagocitaram os políticos de então, novas lideranças apareceram e entraram para a política “oficial”, que tanto criticavam antes. As pautas se reformularam, sobretudo em relação ao liberalismo econômico e em direção ao conservadorismo de costumes.

As manifestações se ampliaram com o tempo, depois da reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, ganhou força um discurso golpista alimentado pela oposição. A camiseta da CBF, assim como outras variações da “amarelinha”, passou a demarcar as diferenças entre os grupos políticos: quem a vestia era de direita, contra o governo, contra o PT. A presidenta sofreria um processo de impeachment durante 2016, sendo destituída do cargo antes do final do ano.

Para estabelecer algumas relações dialógicas com os usos da “amarelinha” nesses períodos anteriores à emergência do filme publicitário “#Vestindoamarelinha”, da Brahma, vamos compreender, primeiro, o que significa relações dialógicas para Bakhtin (2011b [1961-1962]):

Dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo quanto no espaço, que nada sabem um sobre o outro, no confronto dos sentidos revelam relações dialógicas se entre eles há ao menos alguma convergência de sentidos (ainda que uma identidade particular do tema, do ponto de vista, etc.) (Bakhtin, 2011b [1961-1962], p. 331).

Nesse sentido, na citação acima, Bakhtin (2011b [1961-1962], pp. 330-331) explicita que as relações dialógicas são o estabelecimento de uma espécie de batimento entre dois textos, os quais não necessariamente precisam estar em um mesmo momento temporal ou espacial. As relações dialógicas são relações de sentido estabelecidas pelo cotejamento de enunciados integrais, que lançam luz mutuamente entre si, para gerar uma compreensão aprofundada de uma determinada temática.

Com base nessa compreensão, realizamos um levantamento de imagens de protestos de rua que aconteceram em 2016 e 2018, assim como uma paródia no carnaval de 2018, para exemplificar os usos da “amarelinha” anteriores à emergência do filme publicitário em tela aqui (esses exemplos não pretendem ser exaustivos e não poderiam sê-lo). Na análise do

filme publicitário que realizaremos na próxima seção, essas relações dialógicas, como veremos, convergem com o sentido que a Brahma quer se afastar: o da disputa política.

Ao mesmo tempo, convergem para demonstrar o que substituiria esse discurso interdito, isto é, que beber a cerveja Brahma seria tão benéfico e alegre de modo a ser capaz de obliterar as questões política sedimentadas por vários anos nesse objeto, a “amarelinha”. O esforço semiótico do filme publicitário se direciona a silenciar a disputa, por uma parte, e colocar-se como porta-voz do novo, por outra, como a marca que foi capaz de desideologizar aquele objeto vilipendiado politicamente, até tornar-se signo de seguidores de determinado ex-presidente da república.

As relações dialógicas entre as fotografias na sequência e o filme publicitário se dão na perspectiva em que o filme responde, a partir do enfoque do discurso publicitário, ao meio social brasileiro contemporâneo e ao acontecimento da Copa do Mundo, não vislumbrado nesses exemplos que trazemos nesta seção.

Para tanto, recuperamos algumas fotografias que não deixam de ser “testemunhas oculares” (Burke, 2017) daqueles momentos históricos de assunção de um discurso identitário, com perspectiva de ruptura, mas no fundo um engodo de classe, fruto do trabalho discursivo incessante das “hegemonias discursivas” (Angenot, 2015) com ares de liberdade travestidos de dissidência/revolução.

A Imagem 1 é um exemplo do ano de 2016 com três fotografias em conjunto.

IMAGEM 1 – Manifestações a favor do impeachment em 2016.

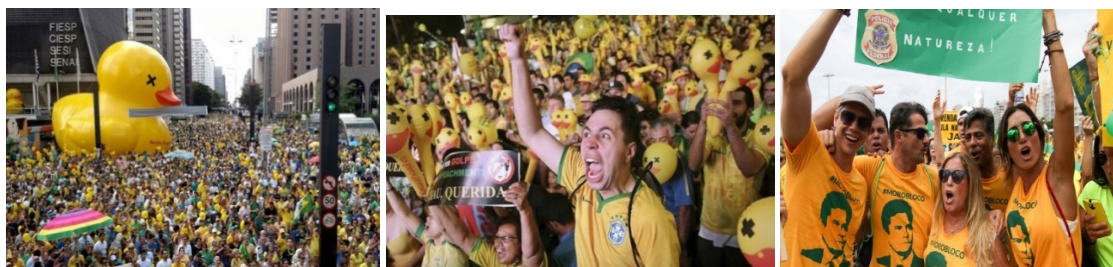


Imagem 1.a.

Imagem 1.b.

Imagem 1.c

Fonte: Imagens disponíveis, respectivamente, em <<https://bit.ly/3R4ToOe>>, <<https://bit.ly/2tcLN05>> e <<http://glo.bo/3RcKXk4>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

Essas fotografias ficaram bastante conhecidas pela circulação em redes sociais e demonstram o tema em tela: as camisetas amarelas – e não apenas aquela da CBF – passaram a ser usadas como objeto de identificação de grupos pró-impeachment. Da direita para a esquerda, na imagem 1.a, aparece o Pato da FIESP, na Av. Paulista, em São Paulo (SP), com uma multidão vestindo, predominantemente, camisetas amarelas; na imagem 1.b, uma manifestação em que várias pessoas seguram pequenos patos infláveis, muitas delas com a camiseta da CBF e um cartaz em que lemos o enunciado “Tchau, querida”⁹; por fim, apoiado-

⁹ A história desse enunciado e suas multiacentuações é interessante: acuada pelo processo em discussão na câmara federal e como um de seus últimos suspiros no cargo, Dilma Rousseff tentou nomear o ex-presidente Lula para um ministério de seu governo. O Superior Tribunal Federal (STF) não permitiu a nomeação, que protegeria Lula com o foro privilegiado. Em uma ligação telefônica que a justiça grampeou e depois foi vazada para a grande mídia, Lula e Dilma falavam do assunto. Ao se despedir de Dilma, Lula disse “Tchau, querida”. Assim que

res do então juiz federal Sérgio Moro, com camisetas amarelas em que aparece sua caricatura em verde com o dizer “#Morobloco”.

Os usos da camiseta da CBF não se restringiram somente a formar coesão visual e ideológica em acontecimentos pró-impeachment, como esses retratados na imagem 1. O objeto supostamente usado em prol de amor patriótico em eventos contra Dilma Roussef – antes ou depois de sua reeleição em 2014 – e o PT passou a ser lido parodicamente. Durante o carnaval de 2018, ano do fim do governo Michel Temer, tivemos um evento muito particular de crítica política em que a escola de samba carioca Paraíso do Tuiuti representou as pessoas que usavam a camiseta da CBF como “manifestoches”. Veja-se a imagem 2.

IMAGEM 2 – Manifestoches – Carnaval 2018



Imagem 2.a



Imagem 2.b

Fonte: disponíveis em <<https://bit.ly/3qUoH3Z>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

A começar pelo nome “manifestoches” – cruzamento vocabular das palavras “manifestante” e “fantoche” – a escola de samba por meio dessas fantasias e do carro alegórico gera um discurso sobre os manifestantes como pessoas manipuladas por objetivos políticos que desconheciam. Em 2.a e em 2.b aparecem pessoas vestidas com uma versão diferente da camiseta da CBF – mas feita para recordar aquele objeto – com mãos sob suas cabeças, de maneira a simular um marionetismo.

Em 2.a os “manifestoches” estão na lateral de um carro alegórico, em pé, e batem em panelas, um clássico dos protestos contra Dilma Roussef; já em 2.b, as personagens desfilam dentro de pequenos patos infláveis. As imagens que vimos em 1.a, 1.b e 1.c, acima, são retomadas parodicamente pela escola de samba. Estabelecemos uma relação dialógica entre as figuras em 1 e em 2, sendo a “amarelinha” um objeto retomado, a cada vez acentuado diversamente pelo contexto, no qual se estabelece uma “convergência de sentidos” (Bakhtin, 2011 [1974]).

Ainda é diferente se observamos os sentidos que, ao longo do ano de 2018 e com a eleição presidencial daquele ano, as “amarelinhas” assumiram. Veja-se como exemplo disso a imagem, em que manifestantes comemoravam o resultado do segundo turno das eleições presidenciais:

o conteúdo do telefonema foi divulgado na mídia, esse enunciado passou a circular entre os grupos pró-impeachment, aparecendo em cartazes em manifestações de rua, assim como nas falas de parlamentares que destituíram a presidenta do cargo. Esse enunciado recortado desse contexto foi levado a uma quantidade infinita de outros, nos quais figurou, em boa parte dos casos, com tons irônicos e debochados.

Imagem 3 – Dia das eleições presidenciais, segundo turno em 2018.



Fonte: disponível em <<https://binged.it/3qVjWH4>>. Acesso em: 02 de agosto de 2023.

A imagem 3 demonstra outro uso político das “amarelinhas”, agora, a favor de outros objetivos. O contexto da eleição de 2018 envolveu um rechaço ao PT, de maneira geral, e a Luís Inácio Lula da Silva, em particular, então ex-presidente e preso em Curitiba. Se observarmos somente as pessoas em primeiro plano, uma mulher faz continência, um homem faz uma saudação com a mão aberta, ao ar, como se estivesse rezando, vários outros estão com as bocas semiabertas, como se tivessem cantando.

Ao fundo muitos balões, um deles com Lula de presidiário, outros com a palavra “corrupto”, um cartaz em que se lê “Deus”, muitas bandeiras nacionais, fumaça verde ao alto. Entre as pessoas em primeiro plano não é possível identificar camisetas da CBF, apenas camisetas amarelas. Veremos como essa discussão que observou o tempo recente e os usos mais contemporâneos de camisetas amarelas tem importância para compreendermos a atmosfera axiológica em que a Brahma convida a “vestir a amarelinha”.

5 Outros usos são possíveis para a “amarelinha”?

A partir de agora passaremos à análise do filme publicitário. Para tanto, vamos, em um primeiro momento, observar o texto verbal que é narrado por Galvão Bueno, conhecido narrador esportivo brasileiro. Para tanto, transcrevemos o texto e inserimos números de 1 a 5 nos períodos¹⁰ de modo a ser mais clara a análise.

(1) É ano de copa. (2) Independente das nossas diferenças fora de campo, chegou a hora de lembrar o significado original desta camisa: símbolo da nossa brasilidade, da nossa alegria, da nossa paixão, da nossa Brahmidade. (3) Então, tire a amarelinha do armário e vista a sua camisa. (4) Ela é sua, é minha, é de toda a nossa torcida. (5) Isso é Brahmidade¹¹.

¹⁰ Essa numeração inserida por nós serve exclusivamente para fins didáticos.

¹¹ Transcrição nossa, para fins didáticos. Disponível em <<https://bit.ly/3SmeYyR>>. Acesso em: 02 ago. 2023. Até essa data o vídeo estava disponível no canal oficial da cerveja, no entanto, revisando essas informações não o encontramos lá. Dessa maneira, informamos o link da rede social *Facebook* da agência de publicidade África, que desenvolveu o filme, com data de acesso atualizada. Disponível em: <https://fb.watch/sT4debqhCO/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

O texto verbal acima contém uma proposta de interdição dos efeitos políticos – esses mesmos que acabamos de discutir com base em uma pequena amostra de fotografias em três momentos históricos recentes da vida política brasileira, na seção anterior. A ordem narrativa do texto é interessante nesse sentido. O texto verbal apresenta cinco períodos, que podem ser parafrazeados assim: (1) o acontecimento; (2) a reacentuação do uso da “amarelinha”, retomando um sentido supostamente original; (3) com base na reacentuação, uma conclusão a seu respeito; (4) o reforço dessa conclusão; (5) a venda do produto.

Do acontecimento à venda do produto – dos pontos (1) a (5) que postulamos – além da cerveja são vendidos os valores de que é preciso interditar efeitos políticos que estão em disputa em torno desse objeto – “a amarelinha”. O filme publicitário não deixa de reconhecer que existe uso político da camiseta, mas propõe que essas “diferenças” sejam deixadas de lado em favor de algo maior, torcer pela seleção brasileira. E com Brahma, é claro. A proposta de inscrição nesse debate não deixa de querer vender o produto cerveja.

Dos períodos, respectivamente, de (1) até o (5), temos uma sobreposição: o que se diz em (1), tem importância para o que se diz em (2), que por sua vez ajuda a significar (3), e assim sucessivamente; o período (5), todavia, se encontra em uma posição de retomada do todo do texto verbal. “Isso” atua no plano da coerência textual como um elemento de retomada, de modo que os períodos de (1) a (4) constituem etapas para que se alcance um uso menos politizado do objeto “a amarelinha”, tudo isso – de (1) a (4) seria “Brahmosidade”.

Observemos as escolhas estilísticas que são feitas no plano da língua, agora: o período (2), que vem em seguida à notícia do acontecimento, começa com o adjetivo “independente”, que recai sobre “das nossas diferenças fora de campo”. Na entonação de Galvão Bueno o adjetivo aparece bem mais elevado, sonoramente, que o restante da oração. Com o uso de “independente” quer-se interditar o debate, justamente o que apontávamos acima, em relação ao objeto, a “amarelinha”.

Como afirmou Bakhtin (2015 [1934-1935]) um discurso nunca encontrará seu objeto isolado das avaliações sociais, acentos alheios, que lançam luz ou sombras a seu respeito. A “amarelinha” que é retomada aqui com a plena consciência da disputa política poderia – supostamente – ser desideologizada, deslocada do contexto dos valores patrióticos que a direita lhe imprimiu, conforme a proposta do filme publicitário. Na sequência, ainda no período (2), uma vez que essas diferenças externas ao futebol – “fora de campo” – estejam suspensas, reacentua-se o objeto, deslocando-o do debate político, como que estabelecendo fronteiras entre campos discursivos em que o objeto poderia ser usado. A marca imprime, então, a sua versão para o deslizamento do objeto “amarelinha” do discurso da direita política para os discursos a favor da torcida pela seleção brasileira de futebol e que, obviamente, devem consumir Brahma.

Dito de outro modo, o objeto é encontrado no caldo social pela marca, assinalado pelas avaliações sociais, o movimento que a Brahma propôs é de expurgar a “amarelinha” das diferenças. O que é exterior ao campo – de futebol – que fique por lá. A esse respeito a marca não se posiciona, apenas demarca um desejo de afastar-se do uso em outros “campos” – aqui a palavra designa o conceito bakhtiniano de “campo de circulação discursiva” (Bakhtin, 2011c [1952-1953]). No período (2) temos essa proposta de deslocamento com base na interdição, isto é, “as sombras” ou “luzes” (Bakhtin, 2015 [1934-1935]) que assediam – avaliam – o objeto “amarelinha”, em favor de um “significado original” almejado. O significado original estaria dis-

tante de qualquer campo político, em favor de uma neutralidade inviável, segunda a qual os objetos poderiam ser tomados como que “nus”, fora do campo das ideologias.

Na esteira de Bakhtin (2015 [1934-1935]), o discurso voltado para o objeto entrará, necessariamente, no meio agitado e tenso de outros discursos a seu respeito. Afastar-se do discurso das diferenças entre direita e esquerda – que mostramos, como exemplo, nos usos políticos à direita desse objeto em contraste com as paródias, como os manifestoches do carnaval de 2018 – pode servir à marca como sustento para que todos possam beber a cerveja para torcer com a “amarelinha” durante a copa. A cerveja reconhece a disputa social, mas silenciar os efeitos políticos, nessa perspectiva, pode servir para que todos que queiram torcer possam beber Brahma, “independente de diferenças”.

O significado “original”, seria, ainda nos limites do período (2), “símbolo da *nossa* brasilidade, da *nossa* alegria, da *nossa* paixão, da *nossa* brahmosidade”. A marca se vale de pronomes possessivos em primeira pessoa do plural justapostos em complemento a “símbolo” para destacar que a “amarelinha” refere esses substantivos avaliados euforicamente em relação ao campo de futebol (“brasilidade”, “alegria”, “paixão”, assim como a “Brahmosidade”).

Recuperar um “significado original” é contrapor-se a significados outros que estejam em circulação. Friccionar o sentimento de brasilidade, de alegria, de paixão a um derivado do nome da cerveja, como “Brahmosidade”, pode gerar como efeito que a cerveja Brahma sirva a todos, naquele “significado” anterior aos usos políticos das camisetas contemporaneamente. Ou seja, serve a todos, especialmente se despolitizados. O filme publicitário adere ao discurso de que seria possível interditar usos “não convencionais” da camiseta, enquanto, simultaneamente, propõe-se como alternativa aos usos politizados uma forma menos marcada: usar para torcer pela seleção brasileira e, claro, comprar e beber a cerveja da marca.

Assim, observamos a emergência de um “discurso de ruptura” (Angenot, 2015) travestido de modelos arcaicos e produtivos na sociedade brasileira, cuja importância é central para a ascensão, ao fim e ao cabo, dos interesses das classes dominantes que visam, tradicionalmente, a sociedade “despolitizada” e “alienada”. Nesse expediente, ao filiar-se à ideia da despolitização, o discurso do filme publicitário propõe em seu lugar a circulação de ideias de alienação em um campo tenso no qual se encontram, de alguma maneira, os discursos relacionados ao futebol e do marketing. A proposição de um discurso de ruptura disfarçado dessa maneira só atende aos benefícios da hegemonia discursiva (Angenot, 2015), que se aproveita da sociedade despolitizada para usar a política a seu favor.

Essa pretensa neutralidade é fruto da elaboração discursiva da esfera da publicidade, parte de uma campanha mais geral da CBF e dos seus principais patrocinadores durante o ano de 2022, em que pela primeira vez a Copa do Mundo aconteceu após as Eleições presidenciais¹². Desse modo, o esforço da marca de cerveja em “resgatar” a “amarelinha” em favor de “significados originais” também foi realizado por outros patrocinadores oficiais da CBF, como a Nike, que fabrica as camisetas.

Em uma pequena digressão para cotejar com outras informações, tanto a CBF quanto a Nike visavam comercialmente que mais pessoas consumissem os produtos, que não hou-

¹² Por exemplo, pode-se ler a respeito nos seguintes links, cujas reportagens demonstram o esforço de publicidade em torno do tema de um “resgate” da “amarelinha” dos usos não considerados “adequados” pela CBF e patrocinadores. Reportagem do GE.Globo e da Folha de São Paulo, respectivamente disponíveis em: <https://encurtador.com.br/lahty>, e <https://encurtador.com.br/u7SXt>. Acesso em: 09 jul. 2024.

vesse uma restrição gerada por usos políticos. O filme publicitário em análise neste artigo, #Vestindoamarelinha, é um esforço de uma das patrocinadoras da CBF, nesse caso antes da eleição (mês de agosto de 2022), cerca de 100 dias antes da Copa do Mundo.

A CBF e a Nike no mesmo mês lançaram os novos modelos de uniformes da seleção brasileira, a publicidade a respeito serve de cotejo neste artigo para observar um esforço simbólico também na direção de legitimar outros usos, não relacionados ao setor/campo político.

A seguir recortamos três prints de um filme publicitário disponível no Canal do Youtube “Nike Futebol” para exemplificar:

IMAGEM 4 – Conjunto de prints do filme publicitário ‘Nova Coleção da Seleção Brasileira 2022 #VesteAGarra’

Print 1: 01 segundo



Print 2: 05 segundos



Print 3: 10 segundos



Fonte: <<https://11nq.com/QQAP7>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Importante perceber que as camisas da CBF disponíveis a partir de então são de diferentes cores; ao modelo clássico, que se manteve em amarelo, foram adicionadas as manchas da onça pintada; em outros modelos, de outras cores, temos opções em azul, preto, verde claro ou, ainda, com listras verdes e azuis. De alguma maneira, todos os modelos novos, desde o título da coleção “Veste a garra”, remetem à onça pintada, animal simbólico embora em extinção no Brasil. Nos prints acima recolhemos imagens que demonstram essa variedade de cores dos novos uniformes, o objetivo tanto da Nike quanto da CBF, mais que despolitizar ou resgatar o uniforme, é poder vender para mais consumidores.

A expressão “#VesteAGarra” também com uso de *hashtag* visa um público que se manifesta em redes sociais, aderindo ou não a determinados discursos. Não é acaso que também nesse filme publicitário da Nike, no qual se apresenta a nova coleção de uniformes, apareça o verbo “vestir” no imperativo, em “#VesteAGarra”, mesmo verbo que aparece no gerúndio em “#Vestindoamarelinha”, no filme da Brahma.

A partir disso, a proposta do filme da marca de cerveja é uma ação mais contínua, ao longo do tempo e focada na torcida da Copa do Mundo, enquanto a CBF dá uma ordem, exige ação ou resposta imediata do interlocutor. Tanto em um caso quanto em outro, a expressão popular “vestir a camisa”, usada em ambientes corporativos ou relacionados ao trabalho, é refratada pelas intenções comerciais do discurso do marketing esportivo aqui em estudo. Em outros termos, que a CBF, a Nike e a Brahma chamem o público brasileiro para “vestir” a camiseta da CBF beira a denúncia de um suposto abandono identitário de valores que veicula, como já vimos, na análise acima. O reforço de temas enraizados em um discurso sobre a brasilidade, também enfatizados nesse filme da Nike, isto é, avaliados euforicamente, é o caso das manchas da onça pintada.

Feita essa pequena digressão com o objetivo de estabelecer relações dialógicas com outro filme publicitário contemporânea ao da Brahma, em estudo neste artigo, retomamos a

análise. Em “#Vestindoaamarelinha” o uso do pronome “nossa”, tantas vezes retomado, é rastro da dialogicidade interna do discurso (Bakhtin, 2015 [1934-1935]). Em nosso entendimento essa palavra pode servir como índice material para exemplificar ambos os tipos de dialogicidade interna do discurso, isto é, essa palavra se repete para frisar uma retomada dos sentidos do passado em revisão no enunciado do filme e uma projeção futura de respostas.

Assim, abriga o tipo 1 na medida em que encontra o objeto de que se vale para formular o discurso investido de valores que o identificam somente a um dos grupos políticos então em estado polar na vida política brasileira. Na dimensão entre “esquerda x direita”, o encontro com a palavra do outro se dá no mundo social que valoriza sempre e desde antes de sua articulação discursiva. No filme publicitário, a “amarelinha” já “difamada”, para usar a expressão de Bakhtin (2015 [1934-1935]), pela disputa social e pertencendo somente ao grupo da direita é angariada na proposta de interdição com o uso de “nossa”, no sentido inclusivo, para dizer que a camiseta não é de um grupo só, mas de todos os brasileiros.

Também contém o tipo de 2 de dialogicidade interna do discurso, visto que o enunciado objetiva a responsividade: “nossa brasilidade”, “nossa alegria”, “nossa paixão” e “nossa Brahmossidade” não pode ser diminuída por “querelas políticas”. A marca visa, nesse aspecto, o discurso responsivo do outro, tendo como arena de encontro o “horizonte subjetivo do ouvinte”. A Brahma orienta sua palavra no horizonte que a determina para o horizonte do outro que a interpretará: “nossa” é também inclusivo aqui, referindo que a camiseta e esses valores de “brasilidade”, “alegria”, “paixão” e “Brahmosidade” são de todos. Portanto, quem se desidentifica com os usos à direita da camiseta também pode usá-la, agora que interdita outros usos diferentes do “original”. Finalmente, “nossa” interdita o *já dito* em relação ao objeto “amarelinha”, da mesma forma como interdita o *ainda não dito* que poderia ser resposta ao enunciado do filme publicitário. Essa discussão com respeito ao período (2) exemplifica a dialogicidade interna do discurso de ambos os tipos.

O período (2) reacentua o uso da “amarelinha” em favor desses sentimentos e contra aqueles que não são ditos, mas recuperados pelo contexto. Apesar de não mencionar essa disputa de sentidos, isto é, fica silenciada, não deixa de fazer entender que compreende a existência de outros sentidos em disputa. Recuperar um “significado original” é contrapor-se a significados outros que estejam circulação.

Na sequência aparecem os períodos (3) “Então, *tire a amarelinha do armário e vista a sua camisa*” e (4) “Ela é *sua*, é *minha*, é de *toda a nossa torcida*.” nos quais aparece a conclusão a respeito da reacentuação e seu reforço. Os verbos no imperativo em “tire” e “vista” convocam o interlocutor, considerando que a reacentuação em (2) é aceita e orientando-se no plano do ainda não dito: pedem resposta/ação. Essa coordenação em (3) é importante de ser desmembrada. A primeira parte “tire a amarelinha do armário” supõe que as pessoas a deixaram guardada (a) desde a última copa ou (b) desde que passou a ser objeto de identificação política.

Novamente, seja em (a), seja em (b), o filme publicitário reconhece que o objeto a que se refere está investido de valores em disputa social, mas como pretende que seu público seja “independente das diferenças fora de campo”, convoca que “vista a sua camisa”. Essa segunda parte, que é também ambígua, pode designar tanto aqueles que a deixaram no armário desde a última copa do mundo, como em (a), quanto aqueles que pararam de usar em função

da disputa política, como em (b). “Vista sua camisa” é um pedido para se dedicar à torcida pela seleção brasileira, a despeito de “diferenças fora de campo”.

O período (4) é um reforço: “Ela é sua, é minha, é de toda a nossa torcida” em que se vê uma retomada de “amarelinha” do período (3) por “ela” e por elipse em “Ø é minha” e “Ø é de toda a nossa torcida”. A sequência primeiro apontando ao interlocutor “sua”, depois ao locutor “minha” e, por fim, a todos os demais, ao “eles”, com “toda a nossa torcida”, reforça que todos devem se esforçar por deixar “diferenças” de lado, de modo que deveriam “tirar a amarelinha do armário” e “vestir a sua camisa”.

Com base na leitura dos períodos (3) e (4) em conjunto, podemos conjecturar que esse uso dos pronomes possessivos faz perceber que é necessário desideologizar esse objeto, desfazer prováveis ruídos políticos do contexto. O uso original da “amarelinha”, conforme o filme publicitário, é para torcer pela seleção brasileira de futebol. Se outros usos são afastados, sobra apenas aqueles que querem torcer pela seleção, porque aderem aos símbolos da “amarelinha” como representativa “da *nossa* brasilidade, da *nossa* alegria, da *nossa* paixão, da *nossa* Brahmosidade”. Como já aventamos, esse filme publicitário se dá no bojo do movimento da CBF e de suas principais patrocinadoras para “resgatar” a camiseta da seleção brasileira de futebol de outros cenários que não sejam diretamente relacionados ao futebol. Nessa medida, a interdição de usos políticos no Brasil polarizado de 2022 serve para vender o produto, que estava, de alguma maneira, restrito a determinado grupo; naturalmente a CBF e outras marcas que a financiam perdem consumidores do objeto camiseta da seleção brasileira pelo fato de haver um grupo determinado monopolizando para outros fins.

Ademais, e esse é um saldo de nossa análise, interditar usos políticos da “amarelinha” em favor de uma pretensa neutralidade não objetiva somente isso. O marketing desse filme propôs, por um lado, a interdição dos usos políticos, mas seu objetivo final é que o produto seja vendido e consumido por mais pessoas. Não é acaso que seja um esforço coletivo da CBF e das patrocinadoras, entre as quais a marca de cerveja Brahma se encontra, de chegar a mais público, de deixar o objeto “amarelinha” disponível para “todos”.

Nesse sentido, os prints que utilizamos acima (Fig. 4), da divulgação da Nike a respeito dos uniformes novos lançados também em agosto de 2022, são um reforço a essa leitura de que se convoca o interlocutor a “vestir a camisa”, ideia difundida conjuntamente pela CBF e patrocinadoras durante aquele ano. Neutralizar, a priori, os efeitos políticos visa, no fundo, vender o produto “amarelinha”. No caso em questão do filme publicitário “#Vestindoamarelinha”, a ideia, ademais de usar a camiseta “supostamente de todos”, é consumir a cerveja que patrocina a CBF, que por efeito colateral também é “de todos”, “não tem partido”.

A marca propôs substituir um discurso da polaridade política por um discurso de neutralidade, que serve bem às classes dominantes e abafa as disputas ideológicas. A aparência de consenso que a neutralidade pode dar mascara o ruído, sempre disperso, das dissidências. O consenso, na perspectiva de Angenot (2015), revela “o poder de aglomeração” da hegemonia, que por sua força gravitacional enorme fraciona fatalmente os grupos dissidentes. Enunciados como “Meu partido é o Brasil” ou “Escola sem partido”, relacionados ao espectro político conservador e de direita, dão conta dessa lógica de deslegitimar dissidências e funcionam discursivamente de maneira semelhante: fracionam as periferias, retiram-lhe forças, propõem em seu lugar um discurso da tolerância.

Esse também é o funcionamento do discurso do marketing em análise neste artigo, busca-se reduzir a dissidência, deslegitimar grupos que estão em disputa em torno da “amarelinha”,

imprimir-lhe um valor “original” e forjar alguma coesão. Em outros termos, o funcionamento do discurso em estudo buscou amalgamar diferenças, deixando às claras a “inconveniência” dos dissidentes que ainda querem frisar diferenças. É a procura por uma identidade de grupo em signos nacionais quase tão cínica quanto o discurso da extrema direita, que tem sido capaz de galvanizar os sujeitos em torno de elementos tomados como patrióticos.

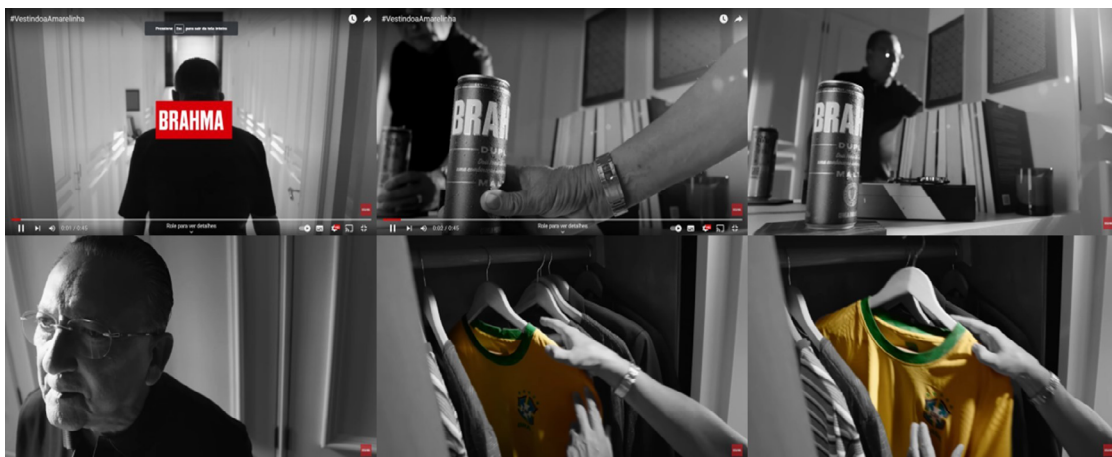
A reacentuação que a Brahma produz, nesse sentido, pretende afastar outros significados para a “amarelinha” e impregnar-lhe com um significado da marca: usar a amarelinha é ser alegre, apaixonado, é assumir a “Brahmosidade”. Reduzir a cacofonia em torno desse objeto, dar-lhe o tom de um discurso hegemônico cuja aderência na sociedade brasileira é forte e é produtiva. Veja-se, a título de comentário, apenas, a importância desse tema quando analisamos o cenário que levou, após a eleição presidencial de 2022, às aglomerações e acampamentos diante de quartéis em todo o país e culminou com a invasão dos prédios públicos da capital federal em 08 de janeiro de 2023.

No que diz respeito ao período (5) “Isso é brahmosidade”, que vende o produto do filme publicitário, consideramos que está em um nível acima dos demais já que “isso” pode retomar tanto um elemento ligeiramente anterior, o período (4) “Ela é *sua*, é *minha*, é de *toda a nossa torcida*”, quanto o todo do texto verbal. Dessa maneira, o período (5) seria elemento coesivo no nível do período e no nível do texto, do todo do enunciado verbal.

Dito de outro modo, lendo como elemento coesivo do todo, tudo isso que se disse pode ser a “Brahmosidade” – deslocar o sentido político da “amarelinha” para estar alegre, apaixonado, por torcer pela seleção brasileira de futebol na copa de 2022, a despeito dos ruídos, para com isso esquecer a política nacional. “Brahmosidade” pode significar ignorar a política porque a “amarelinha” é elemento de nexos nacional, como o futebol, como a cerveja, segundo esse discurso. Passemos agora aos elementos do discurso visual que fazem parte do filme publicitário.

O primeiro conjunto de fotogramas do filme publicitário sob escrutínio que preparamos, abaixo, mostra os seis primeiros segundos do vídeo. Apresentamos este conjunto com o objetivo de ilustrar, primeiro, a inserção das imagens no filme publicitário. O todo das imagens – e esse é o padrão do filme inteiro – está em preto e branco, com exceção do logo da marca de cerveja em posição central no primeiro quadro do fotograma e da “amarelinha”, que aparece somente no quinto quadro do fotograma 1. No restante do filme publicitário, unicamente a camiseta aparece em destaque, colorida, enquanto tudo o mais é preto e branco. Somente nos últimos três segundos do vídeo é que as latas de cerveja da Brahma aparecem coloridas, já veremos o que poderia motivar essa questão.

IMAGEM 5 – Fotogramas filme publicitário #Vestindoamarelinha (I).



Fonte: <<https://bit.ly/3SmeYyR>>. Acesso em: 02 ago. 2023. (00:00:01-00:00:06).

Os quadros de 1 a 4 da imagem 5 expõem o apresentador esportivo Galvão Bueno caminhando em um ambiente aparentemente íntimo em que se encontra um armário, no qual suas mãos procuram a camiseta da CBF entre outras roupas. No quinto quadro, ele a retira para vestir. Além da marca que aparece no primeiro quadro, a lata da cerveja aparece nos quadros 2 e 3, respectivamente. No entanto, a lata da cerveja está descolorida, o que pode ser lido como um apoio à proposta de vender a ideia de interditar os usos políticos com que o meio social tem impregnado a “amarelinha”. Até a cerveja que é vendida pelo filme publicitário deve ser ofuscada em favor de seu destaque. Portanto, com base nos seis primeiros segundos de vídeo, a marca deixa inclusive a lata da cerveja descolorida para vender melhor a ideia que está sendo apresentada ao público. Enquanto há um desfoque de outras cores, o amarelo da camiseta chama atenção.

Em estudo a respeito das cores como informação, Guimarães (2001) elabora várias propostas para analisar o vermelho¹³ como informação cromática em enunciados verbais e/ou verbais e visuais. Para este artigo, valemo-nos das discussões do autor a respeito da maneira como o vermelho tem sido usado na cultura brasileira e quais suas implicações – que chamaremos de sociais – como informação cromática.

Conforme Guimarães (2001, p. 119), essa cor pode estar relacionada à “interdição-proibição, e em alguns casos também, com punição”, os exemplos seriam o cartão vermelho em jogos de futebol, a cor em semáforos que ordena parar, a tarja em um medicamento cujo uso é controlado. Como cor de proibição, o vermelho serve para “dizer não” (Guimarães, 2001, p. 119). Também, o autor argumenta que o vermelho se tornou “cor da revolução” na cultura ocidental, desde pelo menos o advento da Comuna de Paris em 1871. Com o tempo, tornou-se cor dos comunistas e da esquerda, do materialismo, “cor da ação e imposição, marcas dos processos revolucionários” (Guimarães, 2001, p. 121).

Historicamente, no campo político, o vermelho se opôs ao branco na cultura ocidental, o autor argumenta que é a divisão exata entre “esquerda e direita”. Os contra-revoluciona-

¹³ Entre as propostas do autor, cuja abordagem se pauta na semiótica da cultura, no capítulo dedicado à cor encontramos: “Vermelho, cor do amor divino”, “Vermelho, cor de Dionísio”, “Vermelho, cor da imposição”, “Vermelho, cor da guerra”, “Vermelho, cor da revolução”.

rios, por seu turno, percebiam o vermelho como cor do perigo, como ainda na sociedade atual se encoraja um “medo do comunismo”, inteiramente relacionado à cor vermelha. Sempre conforme o autor, no Brasil essa cor identifica um conjunto expressivo de partidos políticos e de movimentos sociais, como “Partido dos trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B); [...] a cor da Central Única dos Trabalhadores (CUT)” (Guimarães, 2001, p. 121).

Com base nessa abordagem a respeito das cores como informação, da cor vermelha em específico, percebemos que interditar efeitos políticos no uso da “amarelinha” e manter o vídeo colorido, no qual a cor vermelha das latas da Brahma figurasse, seria uma proposta que desviaria o foco central da camiseta da CBF. Isso, como estamos argumentando, é um esforço conjunto tanto da CBF quanto de patrocinadoras para “resgatar” a camiseta de usos políticos relacionados à direita e à extrema direita. Todavia, em um filme publicitário cuja preocupação com as informações cromáticas é tão importante, para dar ênfase no objeto “amarelinha”, todas as demais cores foram neutralizadas pelo uso de efeitos “preto e branco”. Inclui-se nessa neutralização a própria lata da cerveja, já que sua permanência em cores no vídeo reforçaria o caráter, no caso da cor vermelha, “de cor dinâmica, expansiva, e que é, de todas as cores, mais permanente” (Guimarães, 2001, p. 120).

Assim, a alternativa por manter em cores a lata da cerveja durante todo o vídeo faria com que se interditasse o discurso da polaridade em favor da esquerda, já que haveria cores tradicionalmente relacionadas a esse espectro político. Esse também não era um objetivo visado pela marca, cuja ênfase está em “resgatar” a camiseta para uso de todos e não apenas de alguns. Neutralizar o próprio produto em que a cor vermelha (e seus tons) são predominantes durante todo o filme publicitário pode significar que todos os usos políticos, inclusive aqueles relacionados às informações cromáticas, são interditados e a marca é “neutra” politicamente. Em outras palavras, a marca não se compromete com nenhuma questão política e isso é bom para que a torcida brasileira se organize e seja feliz assistindo aos jogos de futebol. Mas, mais uma vez, os efeitos da despolitização, como estamos argumentando com base em Angenot (2015), só servirão de apoio às hegemônias, que se regozijam de uma sociedade que não quer saber de política.

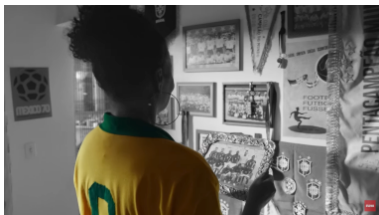
Se cotejamos o texto verbal com o texto visual, o período (1) – que anuncia o acontecimento da copa – coincide com as imagens capturadas nos primeiros quatro quadros do fotograma acima. O texto verbal oralizado por Galvão Bueno é antecedido de um fundo musical que se conclui rapidamente, semelhante ao som de palmas. O quadro 5 da imagem 5 emerge quando o período (2) começa a ser enunciado.

Em conjunto com a oralização do período (2) do texto verbal várias cenas, de diferentes lugares e pessoas, vão se sobrepondo no filme. Para apenas exemplificar, montamos um conjunto com seis prints, a seguir, para discutir o batimento entre o enunciado verbal (2) que acontece, majoritariamente, sobre essas imagens¹⁴.

¹⁴ O enunciado que denominamos (2), na análise do texto verbal, se localiza entre os segundos 6 e 24 do vídeo do filme publicitário. Por isso, os prints que apresentamos na figura 6 não retomam todos os seus momentos, servem apenas como exemplos. Algumas cenas são mais longas, outras menos. Das oito cenas diferentes que aparecem nesse período de tempo, recortamos apenas um print em seis segundos diferentes nesse intervalo.

IMAGEM 6 – Conjunto de prints do filme publicitário

Print 1: 8 segundos



Print 2: 10 segundos



Print 3: 12 segundos



Print 4: 14 segundos



Print 5: 20 segundos



Print 6: 22 segundos



Fonte: < <https://bit.ly/3SmeYyR>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

Como vimos na análise do texto verbal, o período “(2) Independente das nossas diferenças fora de campo, chegou a hora de lembrar o significado original desta camisa: símbolo da nossa brasilidade, da nossa alegria, da nossa paixão, da nossa brahmosidade” apresenta, textualmente, a proposta de reacentuação da “amarelinha” que deve ser recuperada das querelas políticas em favor de usos “originais”. No conjunto de prints que elaboramos para ilustrar esse momento do texto visual do filme publicitário temos um cenário bem variado.

No print 1, uma mulher negra, de meia idade, observa um conjunto de itens relacionados a outras Copas do Mundo, como fotografias da seleção nos diferentes momentos históricos, faixas, símbolos da CBF. No print 2, três jovens estão dançando em uma grande cidade. No print 3, jogadores de futebol estão uniformizados, em campo, também dançando. No print 4, aparecem dois jovens, um deles está de costas, com uma bandeira nacional sobre o ombro, e outro em cima do prédio, o cenário é uma rua enfeitada com bandeirinhas, um joga para o outro uma lata de Brahma. Nada é colorido, nem mesmo as bandeirinhas. No print 5, uma pessoa sozinha usa um rolo para pintar uma imagem no chão, na rua. No print 6, a rua que está sendo pintada no print 5 é vista de cima, se identifica aquela pessoa pintando no centro da imagem. Sobre o asfalto aparece um jogador de futebol uniformizado, comemorando um gol, lê-se “RUMO”, sobre a sua cabeça, e “AO HEXA” sob seus pés.

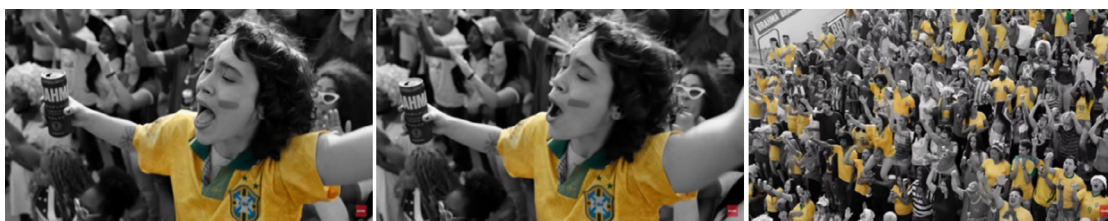
No batimento entre o período (2) do texto verbal e esses seis prints do texto visual, temos o reforço dos efeitos de “significado original” da “amarelinha”. Sobre o print 1, em retomada do já dito sobre as outras copas do mundo, aparece uma pessoa mais velha, que admira sua “coleção” de “brasilidade” construída ao longo dos anos. Temos aí, portanto, a dialogicidade interna do discurso do tipo 1, aquela que faz ver como uma “refração raio-palavra” (Bakhtin, 2015 [1934-1935]) a orientação avaliativa no ambiente social que o discurso faz de seu objeto. O texto visual ao trazer uma mulher já mais velha diante de sua coleção de ele-

mentos de identidade com a “nossa torcida” quer rememorar os louros de outras copas do mundo e os usos longínquos desse objeto de discurso, a “amarelinha”.

Se o primeiro print do conjunto recupera o já dito sobre a “amarelinha”, mas também sobre a seleção brasileira de futebol, os prints 2 e 3 remeteriam à “alegria” e os prints 4, 5 e 6 à “paixão”. Nessa dimensão, a dialogicidade interna do discurso do tipo 2 pode explicar nos prints de 2 a 6 a projeção de respostas, esse discurso também determinado pelo ainda não dito (Bakhtin, 2015 [1934-1935]). Por conseguinte, a marca para robustecer a tese que o filme publicitário sustenta no enunciado (2) – de recuperar os sentidos originais de uso da “amarelinha”, de torcer pela seleção brasileira em função da “brasilidade”, da “alegria”, da “paixão” e também da “brahmosidade” – apresenta elementos no texto visual que, simultaneamente, dialogam com o já dito (print 1) e com o ainda não dito (prints de 2 a 6).

O conjunto de fotogramas a seguir reforça esses sentimentos de “brasilidade”, “alegria” e “paixão”:

IMAGEM 7 – Fotogramas filme publicitário #Vestindoamarelinha (II).



Fonte: <<https://bit.ly/3SmeYyR>>. Acesso em: 02 ago. 2023. (00:00:24-00:00:26)

Na imagem 7, temos um fotograma no qual em primeiro plano uma mulher jovem, branca, com o rosto pintado, vestindo a “amarelinha” segura uma Brahma. Essa jovem parecer cantar, com amor, alguma canção de torcida. O contexto em que aparece é de um estádio de futebol. A câmera em zoom que aparece nos primeiros dois quadros do fotograma se distancia aos poucos, de modo que se veja a mesma mulher em um contexto no qual várias outras pessoas estão vestidas com a camiseta. E somente aquelas vestidas com a “amarelinha” aparecem com a camiseta em cores.

Todo o mais é preto e branco. De novo, nem mesmo as latas de cerveja que aparecem nas mãos dos diferentes torcedores estão coloridas. Entre “vestir a amarelinha” e elogiar a “Brahmosidade”, a cerveja é apenas mais um elemento no cenário do discurso a favor da interdição dos efeitos políticos do uso da camiseta. O texto verbal é suspenso por um momento enquanto essas cenas aparecem, apenas sobrepostas a um fundo musical, uma espécie de música de torcida, cantada por várias vozes. Nesse sentido, reiterando a análise feita acima a respeito da informação cromática, o fato de as latas da Brahma aparecerem descoloridas ao longo do filme publicitário é um efeito de sentido que evidencia um “cuidado”, do ponto de vista comercial, para não substituir usos políticos à direita por relações políticas à esquerda.

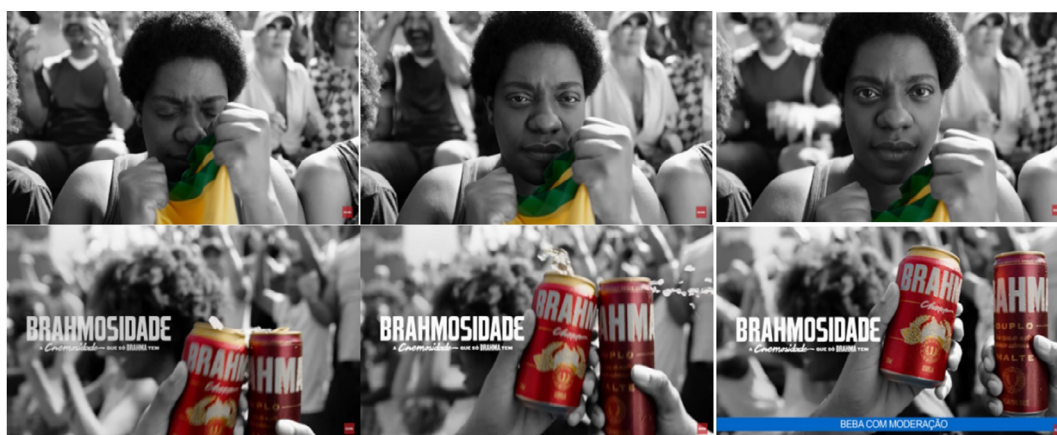
Conforme Guimarães (2001), a relação entre a cor vermelha e partidos do espectro político à esquerda, especialmente o Partido dos trabalhadores e alguns movimentos sociais, como a CUT ou mesmo o MST, é antiga e produtiva. Interditar usos “não originais” da “amarelinha” e manter em cores as latas da marca, que são vermelhas, poderia sugerir que se quer evitar que a direita use a camiseta e apoiar a esquerda, indiretamente. Assim, somente

quando o filme publicitário, no plano do texto verbal, anuncia a venda do produto em “(5) Isso é Brahmossidade” aparece a lata da Brahma colorida.

Em todo o restante do enunciado do filme publicitário o produto que se vende é descolorido em favor da ideia de que a marca apoia a interdição de usos políticos em favor de uma suposta neutralidade. Conforme nossa análise, o discurso da interdição dos usos políticos que é vendido nesse filme publicitário como sua ideia central é atravessado pelos interesses comerciais de vender a amplos setores sociais. A marca quer se beneficiar da despolitização, uma vez que sendo assim ambos os lados do campo político polarizado poderiam, primeiro, torcer pela seleção brasileira, mas claro, consumindo aquela cerveja que acompanha desde o primeiro segundo de vídeo todos que estão ali em torcida nos jogos de futebol. Os benefícios de poder “resgatar” a camiseta estariam atrelados ao consumo da cerveja dessa marca.

Os períodos (3) e (4) são sobrepostos a outras cenas do filme publicitário. Por questões de espaço, preferimos trazer apenas mais um fotograma em que retiramos os últimos 6 segundos do filme publicitário.

IMAGEM 8 – Fotogramas filme publicitário #Vestindoamarelinha (III).



Fonte: <<https://bit.ly/3SmeYyR>>. Acesso em: 02 ago. 2023. (00:00:39-00:00:44)

A imagem 8 apresenta os fotogramas que retiramos da conclusão do filme publicitário no plano do texto visual. Os seis prints que o compõem conformam duas trincas. Na primeira delas, uma mulher negra, jovem, aparentemente em um estádio de futebol, segura uma camiseta da seleção brasileira com muita “paixão”. Ela abraça o objeto, em seguida observa o interlocutor.

Na segunda trinca, aparecem três quadros em que, pela primeira vez, a lata da cerveja aparece em cores: duas mãos de pessoas não enquadradas pela câmera fazem um brinde com uma lata de Brahma Chopp (lata vermelha) e Brahma duplo malte (lata bordô). As mãos brindando aparecem à direita do quadro, opostas ao lado em que lemos, em letras brancas, os seguintes dizeres: “BRAHMOSIDADE”, na primeira linha e “A cremosidade que só Brahma tem”, na segunda. Esse quadro em movimento se repete nos quadros 5 e 6 da imagem 8, no último quadro aparece o enunciado “BEBA COM MODERAÇÃO”, em letras brancas sobre uma linha azul.

Finalmente, há um índice nos últimos três quadros que permitiria compreender o que motiva a tonalidade em preto e branco do filme publicitário, com destaque exclusivo para a camiseta “amarelinha”. Se sustentamos que interditar usos políticos da camiseta da CBF ou

outras similares, dos quais de maneira consciente a marca quer se distanciar, seria elemento de coesão para uma torcida dividida, não em termos de futebol, mas políticos. Também parece fazer sentido que a marca não apresente sequer suas latas de cerveja em cores durante a proposição da tese de ignorar “as nossas diferenças” em favor da “brasilidade”, visto que seria lançar mão de tons como o vermelho (ou bordô), que estão nessas latas dos três últimos quadros. Isso relacionaria a marca com o lado oposto do espectro político, da esquerda, que tradicionalmente está atrelada a essa cor, conforme Guimarães (2001). Dessa maneira, perceberemos a dialogicidade interna do discurso acontecendo nas duas direções.

Se, por um lado, do ponto de vista do já dito, a retomada do tom axiológico das palavras do meio social sustenta o esquecimento de diferenças em torno da camiseta da CBF ou outras “amarelinhas” para torcer como país, de maneira conjunta e coesa. Portanto, busca-se diluir e desacreditar dissidências em favor de um discurso hegemônico da brasilidade. A dialogicidade interna do discurso do tipo 1 aconteceria, desse modo, ao propor uma interdição dos usos da “amarelinha” como identificados à direita no campo político.

Por outro lado, a projeção responsiva no ambiente do ouvinte atua como procura pelas respostas futuras, do ponto de vista do *ainda não dito*. Para tornar a camiseta e seus usos “independentes das diferenças” foi necessário tornar o texto visual do filme publicitário também mais ou menos “neutro” do ponto de vista das cores. Como já argumentamos, a informação cromática (Guimarães, 2001) tem peso na elaboração discursiva de textos visuais ou verbo-visuais. Nessa medida, as latas da Brahma remeteriam, caso se mantivessem em cores no filme publicitário ao espectro à esquerda do campo político. O vermelho, como já explicitamos, é uma cor tradicionalmente marcada. Desde a Comuna de Paris, segundo Guimarães (2001), essa cor passou ao longo da história a se relacionar ao campo revolucionário e, mais tarde, a identificar a esquerda no campo político. Ainda segundo esse autor, o vermelho, no Brasil, tem uma relação muito específica com o Partido dos trabalhadores e outros movimentos sociais, que estiveram refratados em tempos recentes como expiação aos problemas sociais do país. Tudo isso envolto no contexto da disputa política que levou a camiseta da CBF à identificação total, em certo momento da história recente, com os partidos de direita ou extrema-direita.

6 Considerações finais

O objetivo deste artigo foi refletir sobre o filme publicitário “#Vestindoaaamerelinha”, da cerveja Brahma, à luz da ideia de dialogicidade interna do discurso. Observamos que a marca pretende se inscrever na disputa pelos sentidos a respeito da camiseta da CBF para interditar outros usos e outros significados, que não considera o “original”, que se relaciona, obviamente, com usar a “amarelinha” e beber Brahma.

Como sabemos, as “amarelinhas” se tornaram objeto de identidade de grupos que se identificam com ideias políticas da direita. Com o passar do tempo esses valores da direita foram se transformando e especificando, da mesma forma que os seus usos por brasileiros em manifestações de rua. Atualmente, as camisetas amarelas – especialmente aquela da CBF,

mas também outras semelhantes – dividem os manifestantes entre aqueles adeptos aos ideais de extrema direita de outros.

Em nossas análises percebemos que a interdição dos discursos sobre o objeto, a “amarelinha”, atuou no sentido de fazer perceber que a camiseta é de toda a torcida brasileira. Portanto, deve-se usá-la para torcer pela seleção brasileira, como se fazia antes, quando um suposto “significado original” estaria em voga. Para isso, o texto verbal movimenta as emoções, por um lado agita os sentimentos nacionais, “nossa brasilidade”, por outro impregna o uso da “amarelinha” de emoções positivas, “nossa paixão”, “nossa alegria”. Essas emoções seriam suficientes para vencer as “diferenças fora de campo”, também, não estariam presentes quando de outros usos, em outros campos discursivos.

No texto visual observamos a interdição aos outros usos da “amarelinha”, diferentes da torcida, por meio da ênfase na cor da camiseta a despeito de tudo o mais. Inclusive, e esse é um saldo de análise bastante eloquente, pela interdição das cores da própria marca ao longo de todo o filme publicitário. As cores das latas da cerveja poderiam relacioná-la à esquerda, o que violaria a tese do filme de bloquear valores outros, aqueles não relacionados a torcer pela seleção brasileira no mundial de futebol de 2022.

Finalmente, a marca em sua proposta de interditar os “significados não originais” da “amarelinha” se afasta tanto dos usos à direita, quando afirma que é “símbolo da nossa brasilidade”, “é sua, é minha, é de toda a nossa torcida” – que seriam elementos do *já dito*, da dialogicidade interna do discurso de tipo 1 – quanto de semelhanças com a esquerda, que seriam flagrantes pelas cores vermelho ou bordô da lata da cerveja – que preveria o *ainda não dito*, forçado ou antecipado pelo discurso responsivo. A estratégia do filme publicitário, então, forjaria uma desidentificação da “amarelinha” com os valores da direita enquanto interditaria a presença possível de elementos que remetessem à esquerda, como é o caso das informações cromáticas. Em outras palavras, a interdição dupla de efeitos políticos geraria um discurso de suposta neutralidade, alicerçado em valores hegemônicos capazes de atender a interesses de consumo. A neutralização dos efeitos políticos daria às marcas envolvidas, inclusive a CBF, a possibilidade de aumentar o público-alvo de seus produtos, de maneira a não ficar mais restrita a grupos específicos. Isso é reforçado quando cotejamos o filme publicitário da Nike ao apresentar os novos uniformes da seleção, a possibilidade de haver vestimentas alternativas para torcer, que não fossem necessariamente “amarelinhas”, isso também é uma questão de mercado. Assim, concluímos a análise que visou compreender o movimento dos sentidos na disputa que o filme publicitário permitiu analisar, ademais da produtividade da noção de dialogicidade interna do discurso.

Agradecimentos

Agradecemos ao financiamento de pesquisa advindo de fundos do Edital 08/2023 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Referências

- ALVES, M. P. C. O enunciado concreto como unidade de análise: a perspectiva metodológica bakhtiniana. In: PEREIRA, R. A.; RODRIGUES R. H. (orgs.). *Estudos dialógicos da linguagem em pesquisas em Linguística Aplicada*. 2. ed. São Carlos - SP: Pedro & João, 2019.
- ANGENOT, M. *O discurso social e as retóricas da incompreensão*. Consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. São Carlos: EDUFSCAR, 2015.
- BACHTIN, M.M. *Estética e romance*. Un contributo fondamentale alla 'scienza delle letteratura'. Tradução: Clara Janovic. Torino: Julio Einaudi Editore, 2001 [1934-1935], pp. 105-230.
- BAJTÍN, M. M. *Teoría y estética de la novela*. Trabajos de investigación. Tradução: Helena Kriúkova e Vicente Cazcarra. MADRID: Taurus, 1989 [1934-1935], pp. 77-237.
- BAKHTIN, M.M. *The dialogic imagination*. Edição de M. Holquist, M. Tradução C. Emerson e Michael Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981 [1934-1935], 259-423.
- BAKHTIN, M.M. *Estética da criação verbal*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011a [1974], pp. 393-411.
- BAKHTIN, M.M. *Questões de literatura e estética*. A teoria do romance. Tradução: Aurora Bernardini et. All. São Paulo: Hucitec, 2014 [1934-1935], pp. 71-211.
- BAKHTIN, M.M. *Estética da criação verbal*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011c [1952-1953].
- BAKHTIN, M.M. *Teoria do romance I: a estilística*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015 [1934-1935].
- BORIA, A. Sujeto. In: ARÁN, P.O. *Nuevo diccionario de la teoría de Mijaíl Bajtín*. Córdoba: Ferreyra Editor, 2006, pp. 256-263.
- BRAHMA. #Vestindoamarelinha. Disponível em <https://bit.ly/3SmeYyR>. Acesso em 02 de agosto de 2023.
- BRANCO, N.M. *Memórias do samba carioca na voz dos compositores populares: uma análise discursiva de depoimentos do projeto "puxando conversa"*. 2016. 267f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.
- BURKE, P. *Testemunha ocular*. O uso de imagens como evidência histórica. Tradução Vera M. X. dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- CAMARGO, G.C.V. *Abordagem bakhtiniana da publicidade: o avatar digital Lu do Magazine Luiza*. 2023. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2023.
- DESTI, A. MARCHEZAN, R. Análise dialógica do discurso: uma revisão sistemática integrativa. *Revista da Abralin*, Campinas, v. 20, n. 2, 2021, p. 1-25. DOI: 10.25189/rabralin.v20i2.1853
- DIAS, A.B.F. *Encontro de palavras em procedimentos restaurativos*. Uma visão possível sobre a linguagem e seu funcionamento. 2014. 252f Tese (Doutorado em Linguística). – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

FANINI, A. M. R. Contribuições da Análise Dialógica do Discurso para a pesquisa acadêmica. *Polifonia*, Cuiabá-MT, v. 26, n. 43, p. 111–129, 2019.

FARACO, C.A. *Linguagem & diálogo*. As ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola editorial, 2009.

GERALDI, J.W. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: GEGE. *Palavras e contrapalavras: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana*, 2012, pp. 19-40.

GUIMARÃES, L. *A cor como informação*. A construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores. São Paulo: Annablume, 2001.

MOIRAND, S. A mediação dos acontecimentos: uma análise do discurso entre língua, memória e comunicação. In: NAVARRO, P. BARONAS, R.L. (orgs.). *Sujeito, texto e imagem em discurso*. Campinas: Pontes editores, 2018.

PAJEÚ, H. M. *A estética da cultura popular na folia de Momo em Recife*. Questões de alteridade, corporeidade e transgressão. 2014. 358f. – Tese (Doutorado em Linguística). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

PEREIRA, S. V. M. Da Linguística à Análise Dialógica do Discurso: contribuições para os estudos da linguagem. *Letras*, Belém, n. 8, p. 167–190, 2017.

RODRIGUES, N. C. Trajetória de pesquisa em Ciências Humanas com aporte teórico-metodológico bakhtiniano. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 122-131, 2015. DOI: 10.4013/cld.2015.131.12

ROHLING, N. A pesquisa qualitativa e Análise Dialógica do Discurso: caminhos possíveis. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 44–60, 2014. DOI: <https://doi.org/10.26512/les.v15i2.7561>.

RUFO, A. D. *O corpo e o outro: constituição da alteridade em uma perspectiva bakhtiniana de O Silmarillion de J. R. R. Tolkien em cotejo com o racismo*. 2020. 174f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

SCHERMA, C.C. *A palavra como concretude do espírito de uma época: o nascer-já-caminhando das ideologias da competitividade e a agricultura globalizada* 2015. 278f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SOUZA, N.B. *Uma voz para a América Latina? A elaboração discursiva da vida de Mercedes Sosa em documentos biográficos*. 2021. 287f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

VIEIRA, T.D. *Filme publicitário e(m) dialogização: processos de refração no projeto de dizer de um gênero híbrido*. 2020. 231f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

VOLÓCHINOV, V.N. Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução: S. Grillo e E. Américo. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].

Análisis de la entonación de enunciados interrogativos parciales en el español chileno no estándar

Analysis of the Intonation of Wh-Questions in Non-Standard Chilean Spanish

Viviana Alejandra Pérez Mora
Universidad Católica de Temuco (UCT) |
Temuco | CL
vivianaperez27@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6340-7137>

Nicolás Matías Retamal Venegas
Universidad de Tarapacá (UTA) | Arica | CL
nretamalvenegas@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1951-2041>

Resumen: La presente investigación tiene por objetivo describir los contornos melódicos de enunciados interrogativos parciales en una muestra de habla obtenida en ocho ciudades de Chile, que se agruparon en Zona Norte (Iquique y La Serena), Zona Centro (Valparaíso y Santiago), Zona Sur (Concepción y Temuco) y Zona Sur Austral (Coyhaique y Punta Arenas). Las grabaciones fueron producidas por hablantes adultos que no habían finalizado sus estudios mínimos obligatorios o que no habían continuado estudios universitarios. Para la observación del comportamiento de los contornos entonativos se utilizó el modelo de Análisis Melódico del Habla (AMH). En los resultados se muestran ocho tipos de contornos, ordenados de manera decreciente, de acuerdo con su cantidad de ocurrencias. Las principales conclusiones señalan que, en contraposición a lo descrito para el español en general, los chilenos producen –sobre todo– curvas melódicas con una característica inflexión final ascendente.

Palabras claves: Entonación; Modelo de análisis melódico del habla; Enunciados interrogativos parciales; Español chileno.

Abstract: The objective of this research is to describe the melodic contours of wh-questions in a speech sample obtained from eight Chilean cities, which were grouped into the Northern Zone (Iquique and La Serena), Central Zone (Valparaíso and Santiago), Southern Zone (Concepción and Temuco), and Austral Southern Zone (Coyhaique and Punta Arenas). The recordings were produced by adult speakers who had not completed



their mandatory minimum education or who had not continued university studies. To observe the behavior of intonation contours, the Melodic Analysis of Speech (MAS) method was used. The results show eight types of contours, ordered in descending order according to their number of occurrences. The main conclusions indicate that, in contrast to what has been described for Spanish in general, Chileans primarily produce melodic curves with a characteristic final ascending inflection.

Keywords: Intonation; Melodic analysis of speech method; Wh-questions; Chilean Spanish.

1 Introducción

Los enunciados interrogativos parciales o pronominales son aquellos que se caracterizan por ir introducidos por un pronombre o adverbio interrogativo (que puede estar precedido o no por una preposición), el cual especifica la información que debería estar contenida en la respuesta. Entonativamente, en español, estas curvas se han definido con un comportamiento ascendente hasta el pronombre interrogativo y un descenso posterior. Este descenso puede ser sostenido hasta el final o puede presentar una nueva elevación de la curva –mucho menor a la primera–, para luego volver a descender. Cualquiera sea su comportamiento específico, es atípico que la curva presente una realización ascendente o de anticadencia en la inflexión final o tonema (cf. Navarro Tomás, 1974, 2004; Quilis; Fernández, 1975).

En la misma línea, al describir la entonación de este tipo de enunciados, la Real Academia Española señala que:

El contorno melódico de las preguntas pronominales tiene una forma típicamente declarativa. Por un lado, se caracteriza por la presencia de un movimiento melódico ascendente inicial que se sitúa sobre el pronombre interrogativo. Después de este, la línea melódica va descendiendo de forma suave en el decurso de la frase hasta la última sílaba tónica. A partir de esta, el descenso se hace aún mayor, ya que el núcleo recibe un acento tonal de tipo descendente. Por último, las sílabas postónicas se producen en un tono grave (RAE, 2011, p. 471).

De esta forma, el caso de las interrogativas parciales ha sido generalmente caracterizado como un tipo de enunciado con un patrón melódico similar a lo descrito para el caso de las aseverativas; esto es, con presencia de primer pico (con o sin anacrusis), un cuerpo en declinación constante y un descenso en la inflexión final.

Basándose en estas descripciones generales y considerando que el español de Chile se caracteriza –en teoría– por poseer un comportamiento similar y transversal entre sus variantes locales en cuanto a entonación se refiere, el presente trabajo se propone describir el perfil melódico de los enunciados interrogativos parciales en el español chileno no estándar, utilizando para ello la metodología del Análisis Melódico del Habla (con una base foné-

tica). Al analizar muestras de habla producidas por informantes sin instrucción universitaria y, por tanto, sin mayor influencia de la escolarización constante y la autorregulación hacia un registro formal, se pretende alcanzar una descripción de la lengua utilizada en contextos cotidianos dentro del país.

2 Marco de referencia

2.1 Enunciados interrogativos en el español chileno

Específicamente en Chile, la primera investigación que abordó el estudio de enunciados interrogativos –aunque no en exclusividad– fue el trabajo que realizó Urrutia (1988), quien describió la entonación producida por hablantes cultos de la ciudad de Valdivia. Para el caso de las interrogativas, Urrutia señala que las junturas de este tipo de enunciados son claramente ascendentes si se comparan con aquellas que se producen en enunciados aseverativos, idea confirmada posteriormente por Cepeda y Roldán (1995), quienes realizaron una investigación con hablantes de la misma ciudad, pero considerando solamente informantes de género femenino.

En el habla de la ciudad de Concepción, Tapia Ladino (1995) realizó una investigación sobre enunciados interrogativos absolutos y sus respuestas, producidos por hombres y mujeres jóvenes. Las principales conclusiones a las que llegó la autora es la confirmación de que la altura tonal de las preguntas es mayor que la de las afirmaciones y que, a su vez, las preguntas presentan ascensos uniformes y progresivos, mientras que las respuestas contemplan descensos desde de la última sílaba acentuada. Tapia Ladino señala, también, que la curva melódica no muestra ondulaciones marcadas, como tampoco movimientos contrarios a los descritos de manera clásica para este tipo de enunciados.

Finalmente, Pérez Mora (2022) realizó una investigación sobre la entonación producida por hablantes de las ciudades de Iquique y La Serena en enunciados interrogativos absolutos. Concluye que este tipo de enunciados presentan cuerpos planos (a veces ondulados o en zigzag) o ascendentes, con una inflexión final que, en su mayoría, también es ascendente. Plantea que la diferencia radicaría en el porcentaje de ascenso: los hablantes de Iquique produjeron ascensos más elevados que aquellos producidos por quienes pertenecen a la ciudad de La Serena. Posteriormente, en el año 2024, la autora amplía esta investigación al describir muestras de habla de ocho ciudades del país (representativas de las cuatro grandes zonas geográficas) y, de manera general, se confirman los resultados ya descritos para la Zona Norte: en Chile, los enunciados interrogativos absolutos se producen, sobre todo, con cuerpos planos (ondulados o en zigzag) o ascendentes, con una característica inflexión final que es –también– ascendente.

2.2 Enunciados interrogativos parciales en el español chileno

Cid *et al.* (1998-1999) realizaron un estudio sobre las preguntas indagativas producidas por hablantes cultos del español de Santiago de Chile (entendidas como aquellas en las que el

hablante no conoce nada de la información que quiere recabar a partir de su pregunta). Entre sus principales conclusiones destacan que este tipo de enunciado posee una mayor frecuencia de descenso en el final si es que la pregunta es indagativa parcial, mientras que será ascendente si es que la pregunta es indagativa absoluta.

Por su parte, y desprendido del mismo proyecto presentando en el párrafo anterior, Ortiz-Lira y Saavedra (1999) realizaron un estudio sobre la entonación en enunciados interrogativos no indagativos (es decir, preguntas que no pretenden averiguar una determinada información o que no esperan una respuesta, sino que se realizan para satisfacer otras necesidades comunicativas). Los autores concluyen, entre otras cosas, que el patrón melódico predominante para las preguntas con partícula interrogativa es descendente, mientras que aquellos enunciados que no presentan una palabra de pregunta generan una curva con una inflexión final ascendente o en suspensión.

Es importante señalar que lo anterior fue ratificado por Ortiz-Lira *et al.* (2010), quienes realizaron un análisis entonativo del habla producida por santiaguinos y que se obtuvo a partir de diferentes tipos de enunciados, no solo interrogativos. A pesar de que los autores encontraron diversos matices, dependiendo del tipo de pregunta producida por los informantes, para el caso de las interrogativas parciales (*wh-questions*) las inflexiones finales podrían ser ascendentes o descendentes, dirección que estaría determinada, más bien, por un factor pragmático o por la intención que tiene el interlocutor al producir la pregunta.

Finalmente, en un estudio contrastivo entre hablantes normotípicos y afásicos, Rebolledo (2021) determinó que la muestra analizada presenta ciertas diferencias: los informantes normotípicos, en su mayoría, produjeron enunciados interrogativos absolutos con inflexiones finales ascendentes, mientras que en las interrogativas parciales produjeron inflexiones finales descendentes. Por su parte, los informantes afásicos produjeron inflexiones finales descendentes tanto para el caso de las interrogativas absolutas como para el de las interrogativas parciales.

A partir de esta revisión bibliográfica se evidencia que las investigaciones sobre los enunciados interrogativos parciales no se han realizado poniendo el foco solo en este tipo de enunciados, sino que contrastan o están ligadas al análisis de las interrogativas absolutas o en un estudio mayor que contempla otro tipo de enunciados. Es por esta razón que se determinó realizar una investigación que analizara solo interrogativos parciales, para lograr describir su comportamiento tonal.

3 Metodología

3.1 Muestra de habla e informantes

La presente investigación, de enfoque cualitativo, tiene por objetivo describir el perfil melódico de enunciados interrogativos parciales en una muestra de habla obtenida en ocho ciudades del país: Iquique, La Serena, Valparaíso, Santiago, Concepción, Temuco, Coyhaique y Punta Arenas, los cuales fueron recabados en el corpus del proyecto Fondecyt N°11614664 titulado

“Realizaciones fónicas segmentales en habla subestándar: una contribución a la construcción de un inventario inclusivo y actualizado de fonemas y alófonos del español de Chile”.

La muestra contempló la participación de 115 informantes (58 mujeres y 57 hombres), todos ellos adultos (de entre aproximadamente 20 y 50 años), nacidos y residentes habituales de cada una de las ciudades en donde se realizaron las grabaciones y que, al momento de las pesquisas, o no habían continuado la formación universitaria posterior a la enseñanza obligatoria o no habían finalizado sus estudios obligatorios formales mínimos de 12 años, según lo dispuesto por el Ministerio de Educación de Chile¹ –aunque todos ya habían finalizado la Enseñanza Básica obligatoria de 6 años y estaban cursando los últimos cuatro años de Enseñanza Media–.

Para la producción de los enunciados analizados se utilizó la tarea de DiapixSp. En esta actividad participan dos informantes conocidos entre sí, quienes reciben tres imágenes con similitudes y diferencias con respecto a las de su interlocutor. El objetivo de la tarea es que, a partir de la interacción verbal, descubran en qué se parecen y en qué se diferencian ambas láminas. El carácter espontáneo de la tarea está dado por la total libertad que cada informante posee a la hora de generar sus intervenciones. El tiempo promedio de participación es de 10 minutos, en los que se van alternando los turnos de habla (cf. Figueroa; García; Salamanca, 2019).

En cuanto a los datos técnicos, la recolección del corpus y, por ende, de la muestra, fue registrada mediante un sistema de micrófonos de cabeza *Sennheiser EW-152-G3*, cuya señal fue enviada a grabadoras digitales *Tascam DR-40*. La muestra analizada se conformó después de revisar, aproximadamente, 14 horas de grabaciones.

Debido a que la investigación es de carácter cualitativo y que la tarea de DiapixSp propicia la producción de enunciados aseverativos e interrogativos absolutos, no existe una cantidad amplia de preguntas parciales. Por lo mismo, y dado que algunos informantes no producían más de un enunciado, es que la muestra corresponde a lo mínimo producido por cada hablante. Sin embargo, se ha optado por mostrar los resultados en valores relativos, dependiendo de la frecuencia de ocurrencia, los cuales fueron categorizados en función del comportamiento de la curva melódica.

En atención a las características propias de la muestra de habla, se decidió aglutinar a los hablantes dependiendo de las zonas geográficas de procedencia, siguiendo la clasificación propuesta por Wagner (1998, 2004), la cual considera parámetros sociolingüísticos e históricos. Así, las ciudades de Iquique y La Serena corresponden a la Zona Norte; las ciudades de Valparaíso y Santiago, a la Zona Centro; las ciudades de Concepción y Temuco, a la Zona Sur y las ciudades de Coyhaique y Punta Arenas corresponden a la Zona Sur Austral.

Con respecto a la distribución de enunciados por zona geográfica, la Zona Norte proporcionó el 23%, es decir, 27 enunciados; la Zona Centro aportó el 29% del total de la muestra, correspondiente a 33 enunciados; la Zona Sur proporcionó el 23%, esto es, 26 enunciados y la Zona Sur Austral aportó el 25% de la muestra, o sea, 29 enunciados.

¹ Enmarcado en la Constitución actual de Chile, publicada en 1980 y, específicamente, la Ley N° 20370, que regula la educación formal en el país.

3.2 Modelo de análisis

Para el análisis de los enunciados se utilizó la metodología de la fase acústica del Análisis Melódico del Habla (cf. Cantero; Font-Rotchés, 2007, 2009, 2020), el cual plantea un protocolo para obtener curvas melódicas que puedan compararse entre hablantes, con extensiones diversas y aun cuando se trate de un volumen de datos amplio: cada audio debe ser etiquetado marcando sílaba por sílaba con escritura ortográfica en el programa Praat (Boersma; Weenink, 2022), mediante la creación de un archivo Textgrid. Luego, se deben relativizar y estandarizar los datos de Frecuencia Fundamental (Fo) de cada vocal y, finalmente, crear gráficos a partir de una plantilla en el programa Microsoft Excel. Posterior a ello, ya se pueden clasificar los gráficos según características comunes de inflexión final y/o cuerpos, para su análisis en detalle.

Sobre el proceso mismo de recolección de datos, la relativización consiste en recopilar la información desde el archivo Textgrid que se ha creado para cada audio, por lo que se extraen los valores de Fo de cada vocal y, a partir de una regla de tres simple, se informa en qué porcentaje varía un valor, con respecto al que se encuentra inmediatamente antes. Por su parte, la estandarización de los datos se lleva a cabo al partir de un valor inicial arbitrario de 100, al cual se le van sumando o restando los porcentajes de cada sílaba, en función de si el porcentaje aumenta o desciende. Obsérvese, por ejemplo, el enunciado presentado en (1), producido por el hablante 10 de la ciudad de Concepción, de género femenino (CO_10_F):

(1) ¿Qué más puede ser?

Al extraer los datos tonales de cada sílaba del ejemplo presentado en (1), se obtiene la información contenida en la Tabla 1:

Tabla 1 – Datos tonales del enunciado «¿Qué más puede ser?»

Segmento	HZ
Qué	252
más	272
pue	260
de	244
ser	254
ser ^{*2}	280

Fuente: Elaboración propia.

Luego, al relativizar los datos, se observa que el segmento «más» asciende en un 8% con respecto al valor inmediatamente anterior; el segmento «pue» desciende en un 4% con

² El asterisco (*) presente en el gráfico indica que dentro de una misma sílaba hay una variación tonal relativa mayor a 10% (cf. Torregrosa-Azor, 2015; Devís, 2021), por lo que en estos casos se deben medir y registrar dos valores.

respecto al valor de «más» y así, sucesivamente. Si se parte de un valor arbitrario 100, se pueden obtener los datos de una curva estandarizada sumando o restando estos valores, como se observa en la Tabla 2.

Tabla 2 – Datos tonales, relativizados y estandarizados del enunciado «¿Qué más puede ser?»

Segmento	HZ	Variación expresada en porcentaje	Valores de curva estándar
Qué	252	100	100
más	272	8	108
pue	260	-4	104
de	244	-6	98
ser	254	4	102
ser*	280	10	112

Fuente: Elaboración propia.

Finalmente, con estos datos de curva estándar, se pueden crear los gráficos que se analizan para describir la entonación de los enunciados, tanto en su inflexión final como en su cuerpo, pero ya sin variaciones micromelódicas, información irrelevante o diferencias de género.

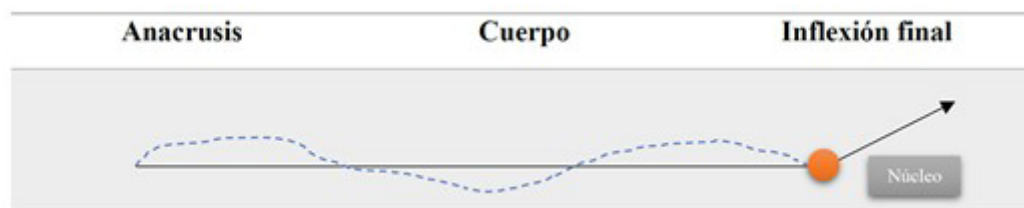
En la actualidad, existen dos scripts propuestos por Mateo (2010a, 2010b) que permiten realizar el proceso de recolección de datos tonales (script 1), y de relativización y estandarización de los datos (script 2) de manera semiautomática.

4 Análisis

Los 115 enunciados analizados en esta investigación se clasificaron en ocho tipos de contornos melódicos diferentes, los que se describen a continuación.

4.1 Cuerpo plano u ondulado e inflexión final ascendente (C_p/o+IF_a)

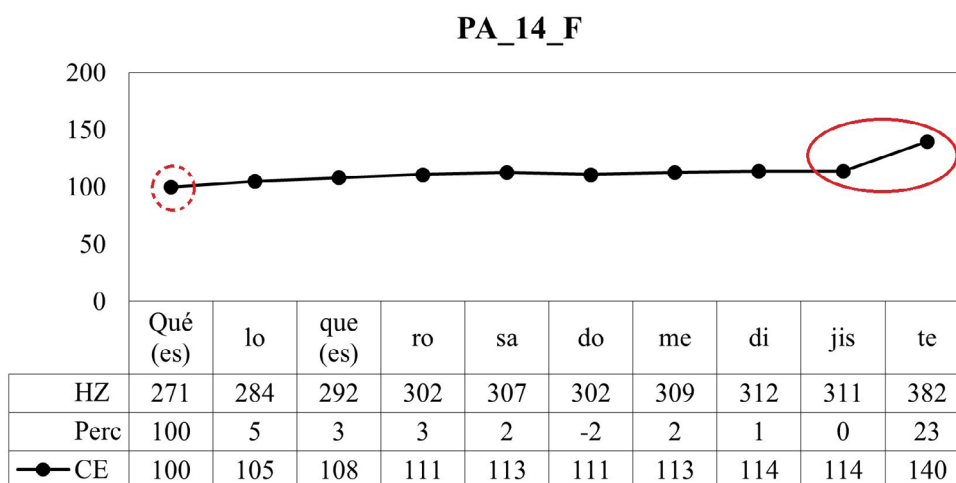
Figura 1 – Diagrama del contorno melódico de cuerpo plano u ondulado e inflexión final ascendente



Fuente: Elaboración propia.

Como su nombre lo señala, los cuerpos de estas curvas melódicas se presentan planos u ondulados; es decir, con inflexiones internas menores, hasta llegar al núcleo³, en donde se produce un movimiento tonal ascendente prominente.

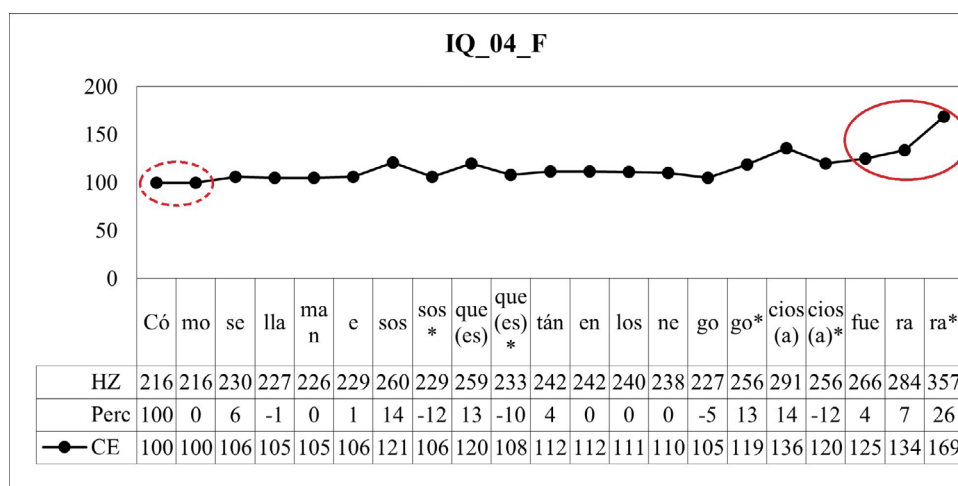
Figura 2 – Curva melódica⁴ del enunciado «¿Qué es lo que es rosado me dijiste?»



Fuente: Elaboración propia.

En el ejemplo de la Figura 2 se muestra un enunciado producido por un hablante de Punta Arenas, en el que la partícula interrogativa se encuentra en el inicio y que presenta un cuerpo completamente plano, con movimientos internos que no superan el 5% de ascenso y el 2% de descenso y una inflexión final ascendente de 23%.

Figura 3 – Curva melódica del enunciado «¿Cómo se llaman esos que están en los negocios afuera?»



Fuente: Elaboración propia.

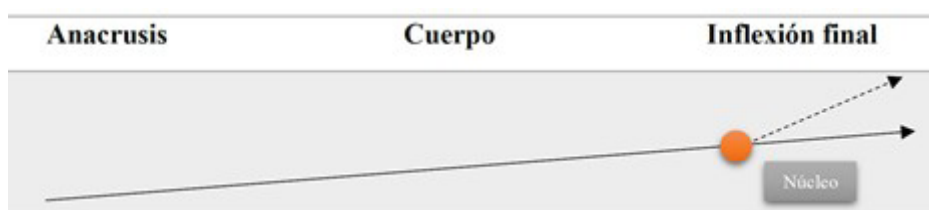
³ Para esta investigación se ha considerado como núcleo aquella idea expresada por los postulados del modelo de Análisis Melódico del Habla, el cual lo identifica como la última sílaba tónica del enunciado (cf. Cantero, 1995).

⁴ Con línea punteada se señala la ubicación de la partícula interrogativa en el contorno melódico. Con línea continua, en tanto, se enmarca la inflexión final.

A su vez, el ejemplo de la Figura 3 muestra un enunciado producido por un hablante de Iquique que presenta la partícula interrogativa también en el inicio del enunciado, con un cuerpo ondulado, pues hay prominencias en palabras como «esos», «que están» y «negocios». De cualquier forma, son movimientos tonales discretos, que alcanzan una diferencia de apenas +14% y -12%. La inflexión final de este enunciado es ascendente en un 34%.

4.2 Cuerpo ascendente e inflexión final ascendente (C_a+IF_a)

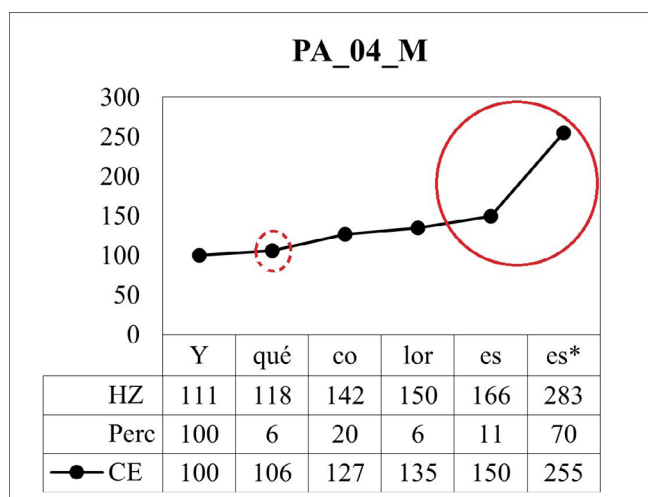
Figura 4 – Diagrama del contorno melódico de cuerpo ascendente e inflexión final ascendente



Fuente: Elaboración propia.

Estos tipos de contornos se presentaron en tres formas: a) la curva melódica corresponde solo a una inflexión ascendente; b) el cuerpo va en constante ascenso y la inflexión final es parte de este ascenso, pero por sí sola no corresponde a un movimiento abrupto, es decir, con un valor de ascenso menor o igual al 30%; y c) el cuerpo se presenta en constante ascenso y, además, la inflexión final asciende de manera considerable.

Figura 5 – Curva melódica del enunciado «¿Y qué color es?»

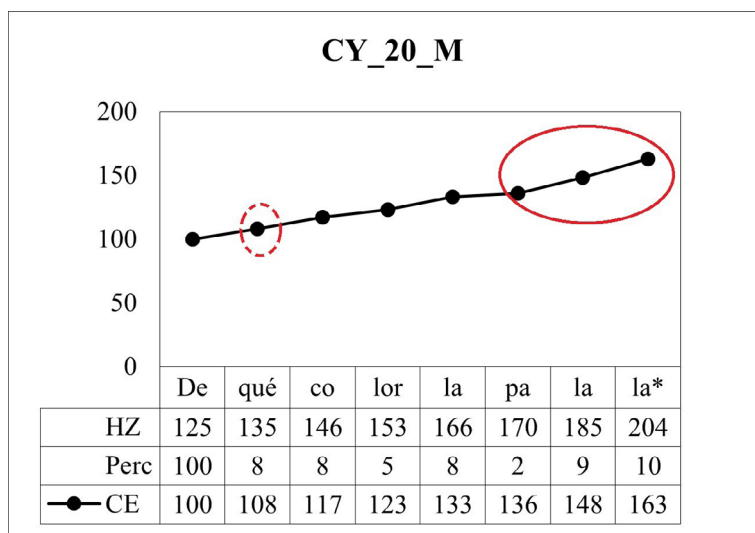


Fuente: Elaboración propia.

En la Figura 5 se muestra un enunciado producido por un hablante de Punta Arenas, cuya partícula interrogativa se encuentra al inicio, con un cuerpo ascendente suave en un 35% hasta la sílaba antes del núcleo y una inflexión final ascendente en un 89%. Además, desde el

inicio hasta el final del enunciado, se produce un ascenso total de 155%. Este es un ejemplo de la forma c) mencionada en el párrafo anterior.

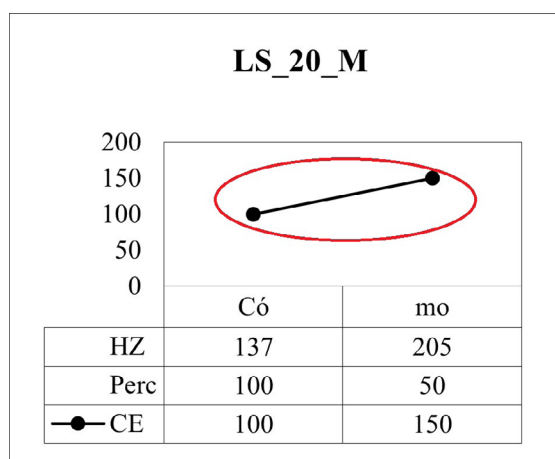
Figura 6 – Curva melódica del enunciado «¿De qué color la pala?»



Fuente: Elaboración propia.

En la Figura 6, el enunciado producido por un informante de Coyhaique, muestra un ejemplo típico de la forma b), puesto que desde el inicio mismo hasta el final del enunciado hay un ascenso constante de 63%, aunque la inflexión final solo corresponde a un 20% de ese ascenso global.

Figura 7 – Curva melódica del enunciado «¿Cómo?»



Fuente: Elaboración propia.

Finalmente, en la Figura 7, se presenta un enunciado de la ciudad de La Serena, como ejemplo de la forma a), que solo corresponde a una inflexión final ascendente en un 50%.

4.3 Primer pico, cuerpo en declinación e inflexión final ascendente (1^{er}P+C_dec+IF_a)

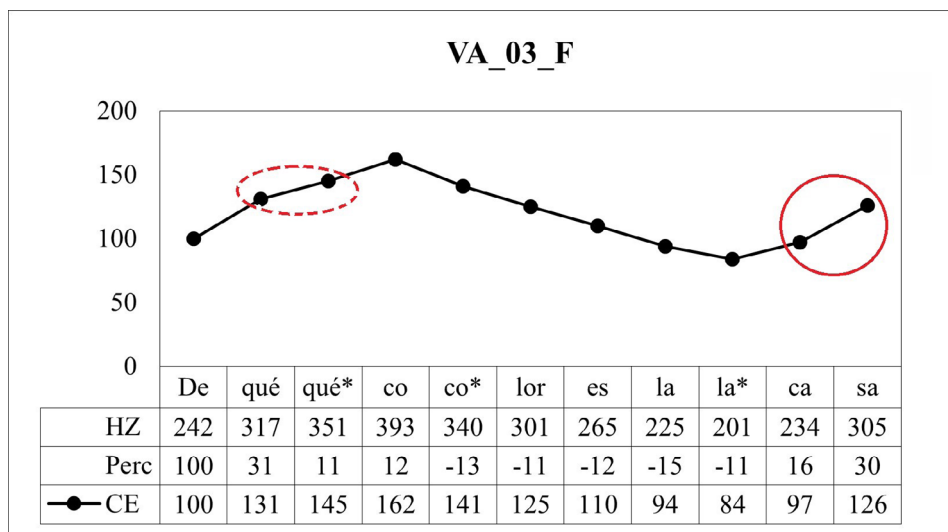
Figura 8 – Diagrama del contorno melódico con primer pico⁵, cuerpo en declinación e inflexión final ascendente



Fuente: Elaboración propia.

Las curvas melódicas de este tipo de contornos pueden tener o no anacrusis, por lo que hay algunas curvas que inician con una Frecuencia Fundamental alta para luego manifestar un cuerpo descendente hasta el núcleo y otras que presentan un ascenso inicial, llegan a un punto alto y luego comienzan a descender. La inflexión final cambia de dirección y se presenta ascendente.

Figura 9 – Curva melódica del enunciado «¿De qué color es la casa?»



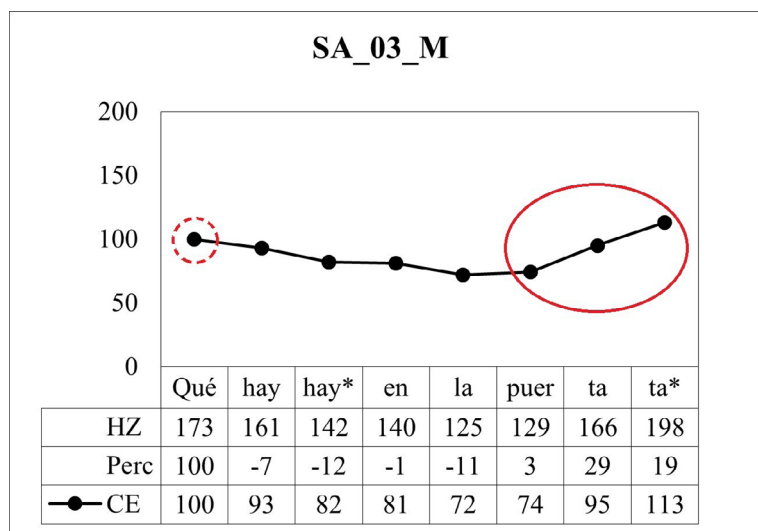
Fuente: Elaboración propia.

En la Figura 9, se muestra un enunciado producido por un informante de Valparaíso, que presenta un anacrusis que alcanza el 62% hasta el segmento «co-»; luego, se genera un

⁵ El primer pico es la cima de una primera inflexión presente en la curva melódica. La combinación de tonos anteriores a éste compone el anacrusis, el cual se genera por *conditio sine qua non*. Sin embargo, el anacrusis puede estar presente o no en el enunciado, razón por la cual en el diagrama de la Figura 8 se representa con una línea discontinua.

descenso constante del 49% y una inflexión final ascendente en un 52%. Obsérvese que la partícula interrogativa, en este caso, no es el punto más alto.

Figura 10 – Curva melódica del enunciado «¿Qué hay en la puerta?»

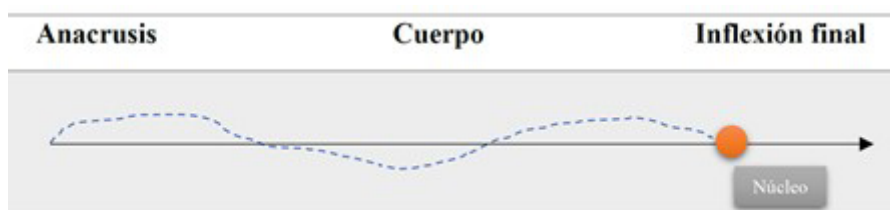


Fuente: Elaboración propia.

Finalmente, en la Figura 10 se muestra un ejemplo de enunciado producido en Santiago, que no presenta anacrusis, pues desde el primer segmento silábico «qué» ya comienza el descenso de 25% hasta el núcleo. Luego, la inflexión final asciende en un 53%.

4.4 Cuerpo plano u ondulado e inflexión final plana (C_p/o+IF_p)

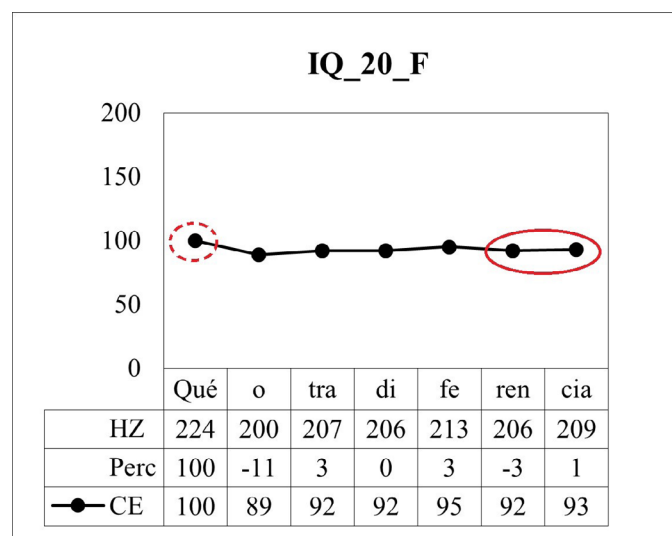
Figura 11 – Diagrama del contorno melódico de cuerpo plano u ondulado e inflexión final plana



Fuente: Elaboración propia.

Este tipo de contornos se presenta plano u ondulado constante, sin tener movimientos tonales importantes ni en su cuerpo ni en la inflexión final.

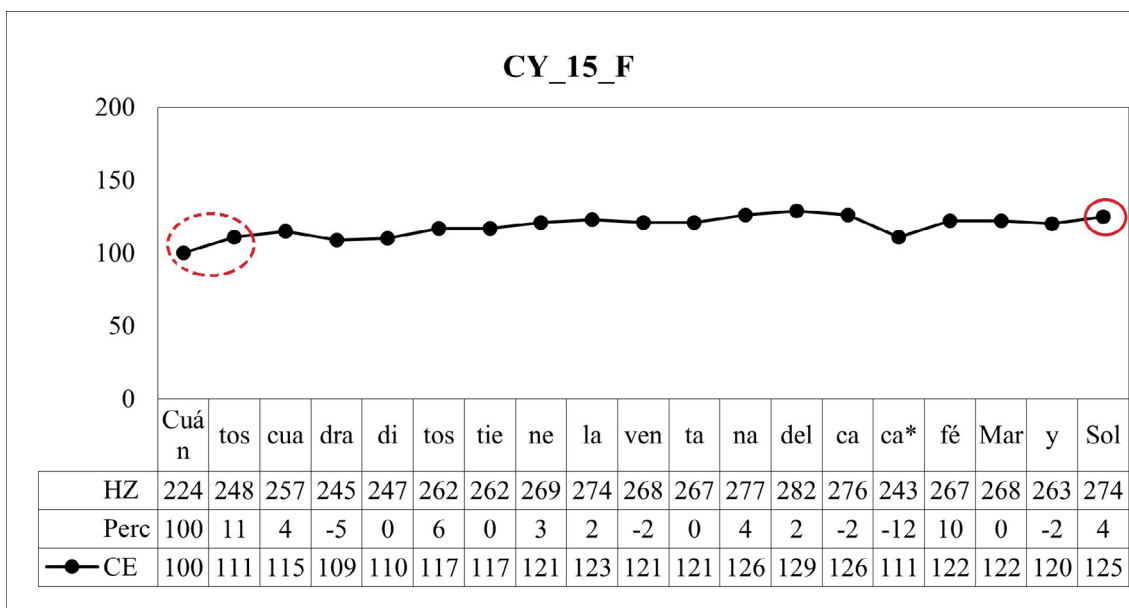
Figura 12 – Curva melódica del enunciado «¿Qué otra diferencia?»



Fuente: Elaboración propia.

En la Figura 12 se muestra un ejemplo producido por un informante de la ciudad de Iquique, que presenta un enunciado completamente plano, con movimientos internos entre el -11%⁶ y +3%. La inflexión final se presenta absolutamente plana.

Figura 13 – Curva melódica del enunciado «¿Cuántos cuadraditos tiene la ventana del café Mar y Sol?»

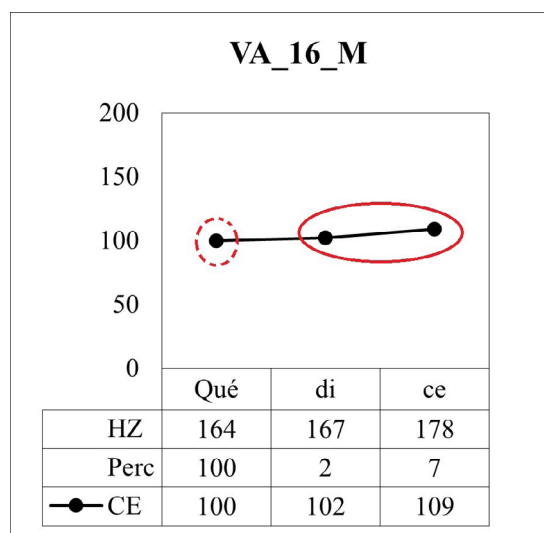


Fuente: Elaboración propia.

⁶ Para el modelo de AMH, diferencias mayores al 10% son consideradas como una variación melódica perceptible (cf. Torregrosa-Azor, 2016). Aun así, en este caso, este movimiento de 11% al inicio del enunciado no es suficiente para considerarlo como un cambio relevante que afecte toda la curva melódica y su categorización, puesto que los otros segmentos no presentan ningún movimiento tonal importante. Es necesario que la confirmación de este dato se realice a partir de pruebas perceptivas específicas para la variedad del español chileno.

En la Figura 13 se presenta otro enunciado, esta vez con movimientos internos ondula- dos en torno al -12% y +11%. La inflexión final es plana, solo del 4%. La partícula interrogativa, en este caso, alcanza el valor más bajo dentro de toda la curva melódica.

Figura 14 – Curva melódica del enunciado «¿Qué dice?»



Fuente: Elaboración propia.

En la Figura 14 se presenta el caso de un enunciado completamente plano, alcanzando apenas un 9% de diferencia entre el inicio y final de enunciado. La partícula interrogativa es el valor más bajo.

4.5 Primer pico, cuerpo en declinación e inflexión final plana (1^{er}P+C_dec+IF_p)

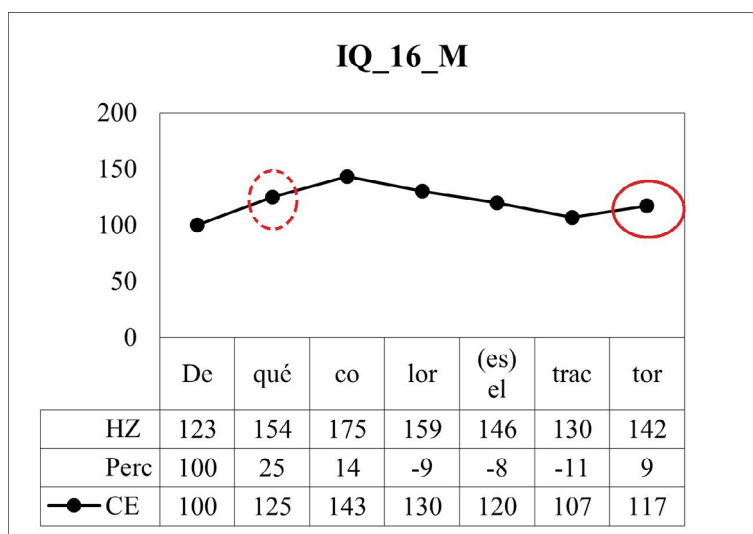
Figura 15 – Diagrama del contorno melódico con primer pico, cuerpo en declinación e inflexión final plana



Fuente: Elaboración propia.

Estos contornos pueden tener o no un anacrusis al inicio de la curva melódica, pero luego del primer pico hay un descenso constante hasta el núcleo, para finalmente presentar una inflexión final plana, que no sobrepasa el 10%.

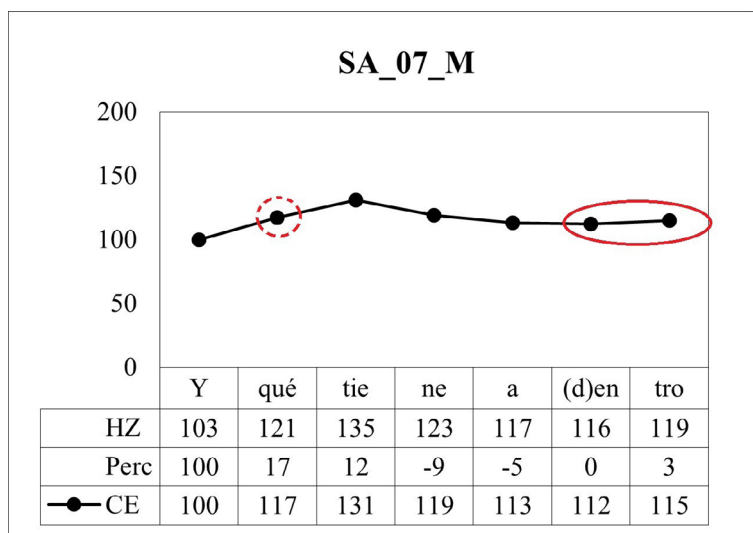
Figura 16 – Curva melódica del enunciado «¿De qué color es el tractor?»



Fuente: Elaboración propia.

En la Figura 16 se presenta un ejemplo de enunciado de la ciudad de Iquique, que muestra un anacrusis de 43% de ascenso hasta llegar al primer pico en el segmento «co-». Posterior a ello, hay una declinación de 26% hasta el segmento anterior al núcleo, que asciende en un 9%, por tanto se considera dentro de los parámetros de inflexión final plana.

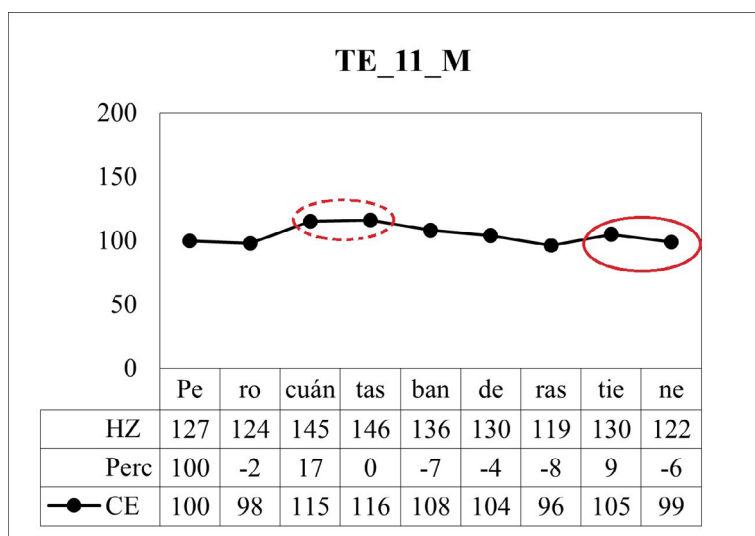
Figura 17 – Curva melódica del enunciado «¿Y qué tiene adentro?»



Fuente: Elaboración propia.

La Figura 17 presenta otro ejemplo de enunciado con anacrusis, producido por un informante de Santiago. En esta ocasión, el ascenso alcanza el 31%, mientras que después se proyecta un descenso suave de un 14% desde el primer pico y una inflexión final plana de apenas 3%.

Figura 18 – Curva melódica del enunciado «¿Pero cuántas banderas tiene?»

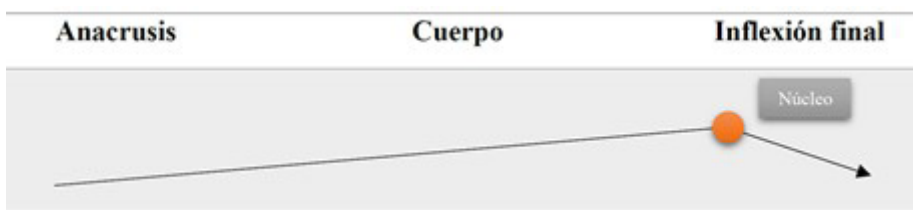


Fuente: Elaboración propia.

Finalmente, en la Figura 18 se presenta un enunciado de la ciudad de Temuco. En él se muestra un ejemplo con anacrusis que asciende en un 17% hasta el primer pico «cuán-», una declinación que desciende en un 18% y una inflexión final plana.

4.6 Cuerpo ascendente e inflexión final descendente (C_a+IF_d)

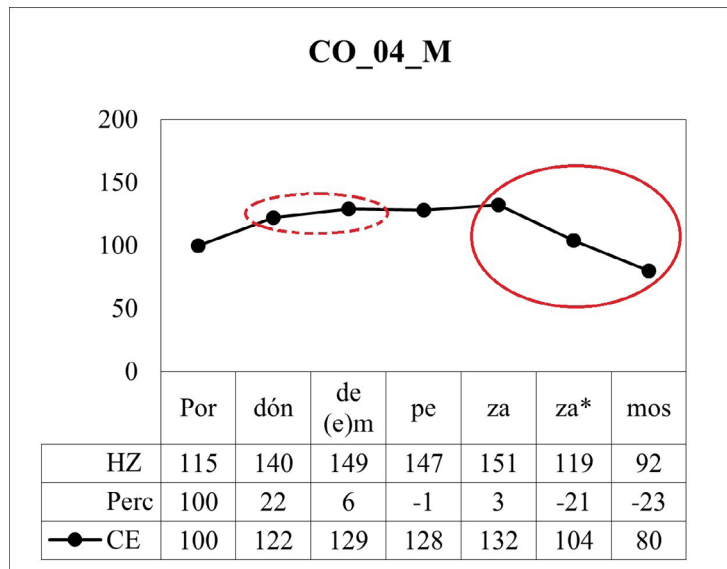
Figura 19 – Diagrama del contorno melódico con cuerpo ascendente e inflexión final descendente



Fuente: Elaboración propia.

Estas curvas melódicas se caracterizan por presentar una sucesión de tonos ascendentes hasta el núcleo, para luego utilizar una inflexión final descendente.

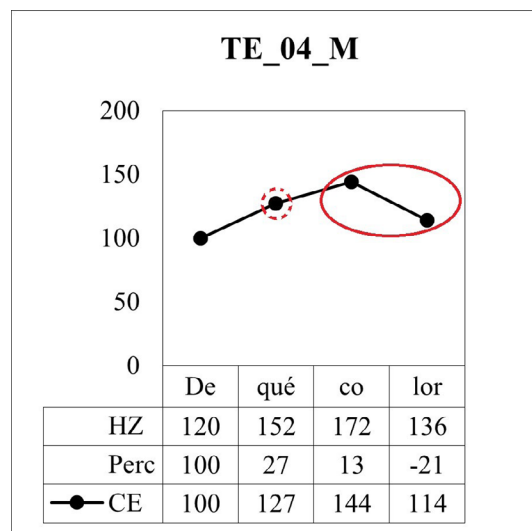
Figura 20 – Curva melódica del enunciado «¿Por dónde empezamos?»



Fuente: Elaboración propia.

En la Figura 20 se muestra un caso de la ciudad de Concepción en el que el cuerpo asciende constante en un 32% hasta el segmento «-za-» y, posteriormente, existe un descenso en la inflexión final de un 39%.

Figura 21 – Curva melódica del enunciado «¿De qué color?»

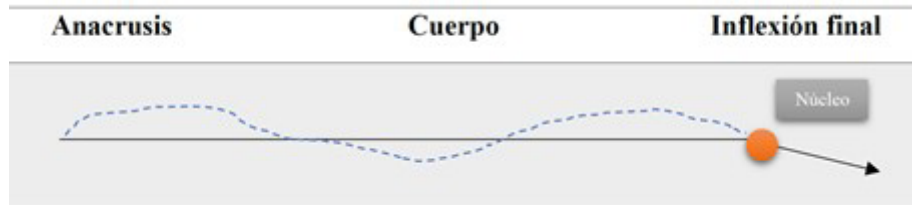


Fuente: Elaboración propia.

Por su parte, en la Figura 21 se presenta otro ejemplo de cuerpo ascendente, esta vez producido por un hablante de Temuco. En este caso específico, el ascenso llega a un 44% hasta el segmento «co-», para luego descender en la inflexión final en un 21%.

4.7 Cuerpo plano u ondulado e inflexión final descendente (C_p/o+IF_d)

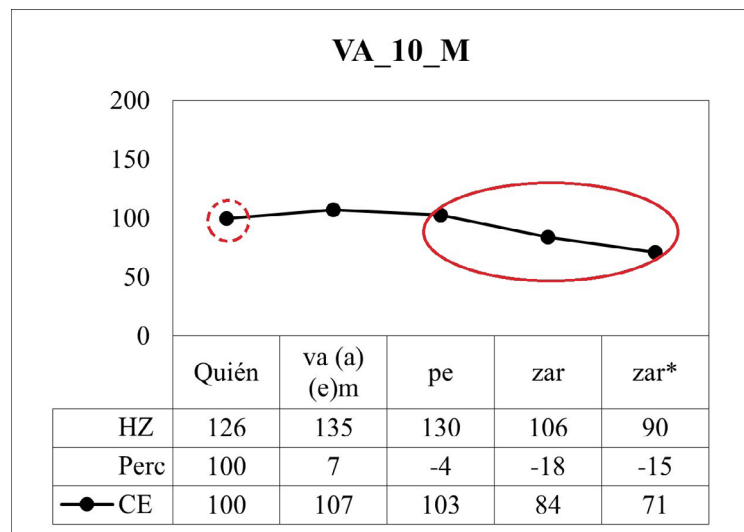
Figura 22 – Diagrama del contorno melódico con cuerpo plano u ondulado e inflexión final descendente



Fuente: Elaboración propia.

El cuerpo de estos contornos se produce por una sucesión de tonos con diferencias mínimas entre las Frecuencias Fundamentales de las sílabas, hasta llegar al núcleo, en donde se produce un movimiento tonal importante de carácter descendente.

Figura 23 – Curva melódica del enunciado «¿Quién va a empezar?»



Fuente: Elaboración propia.

En la Figura 23 se muestra un enunciado producido en Valparaíso, el cual es característico de este grupo; es decir, presenta un cuerpo plano y una inflexión final descendente en un 31%.

4.8 Cuerpo ascendente e inflexión final circunfleja (C_a+IF_crj)

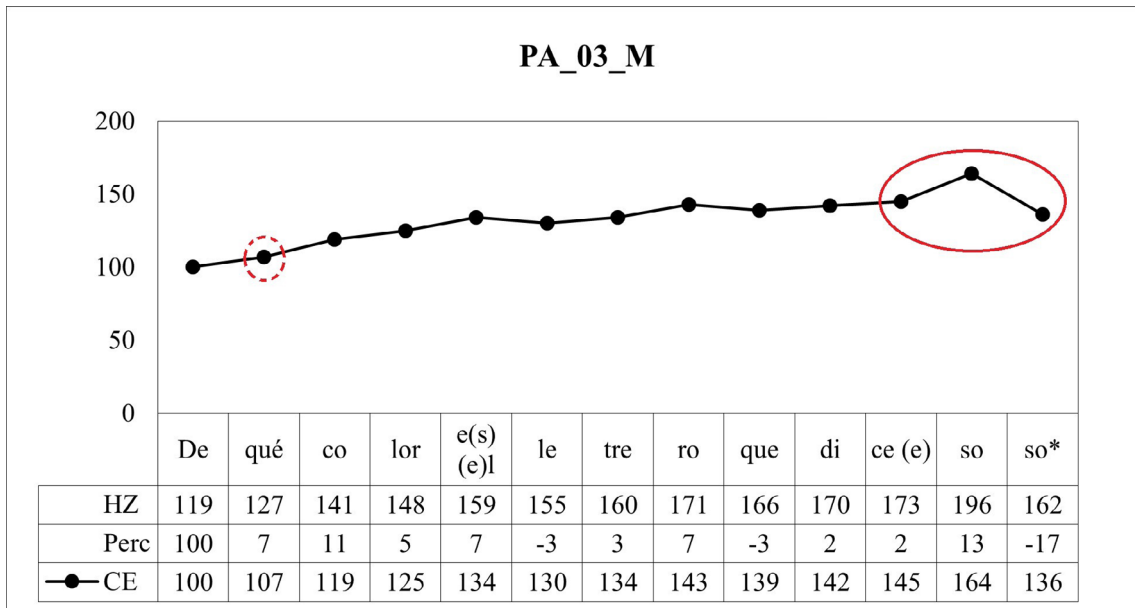
Figura 24 – Diagrama del contorno melódico con cuerpo ascendente e inflexión final circunfleja



Fuente: Elaboración propia.

Estas curvas presentan un ascenso sostenido hasta el núcleo, para luego manifestar una inflexión final con un movimiento tonal circunflejo de tipo ascendente descendente; es decir, con una elevación y una disminución de la Frecuencia Fundamental.

Figura 25 – Curva melódica del enunciado «¿De qué color es el letrero que dice eso?»



Fuente: Elaboración propia.

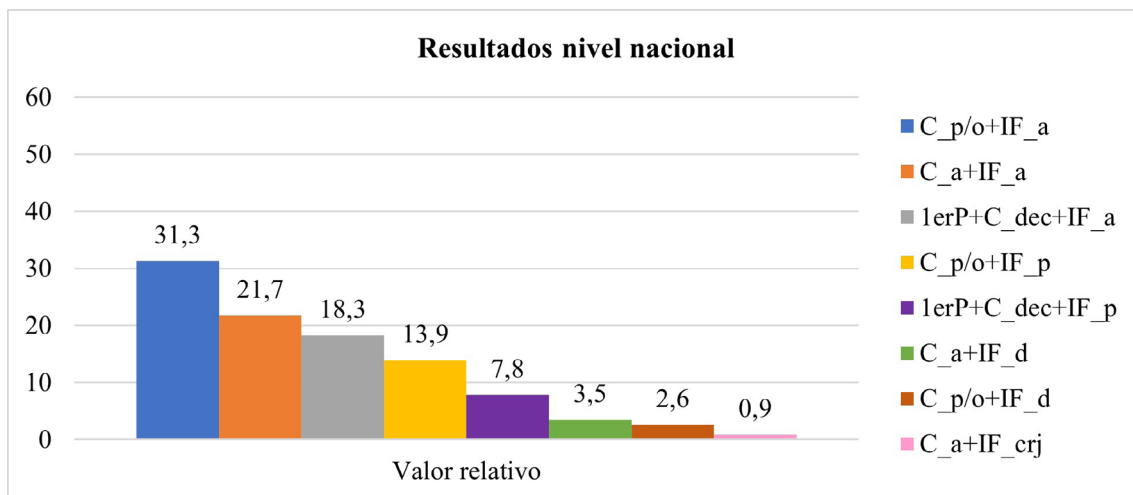
En la Figura 25 se muestra el único caso que se logra identificar en la muestra de habla analizada. Corresponde a una producción de un informante de la ciudad de Punta Arenas, que presenta un cuerpo en ascenso sostenido hasta llegar al 45%, y una inflexión final circunfleja ascendente descendente de +13% y -17%.

5 Resultados

5.1 Resultados a nivel nacional

Luego de revisar cada uno de los patrones identificados en la producción de las interrogativas parciales, se presenta un gráfico con la distribución de los contornos a nivel nacional.

Gráfico 1 – Porcentajes de realización de contornos a nivel nacional



Fuente: Elaboración propia.

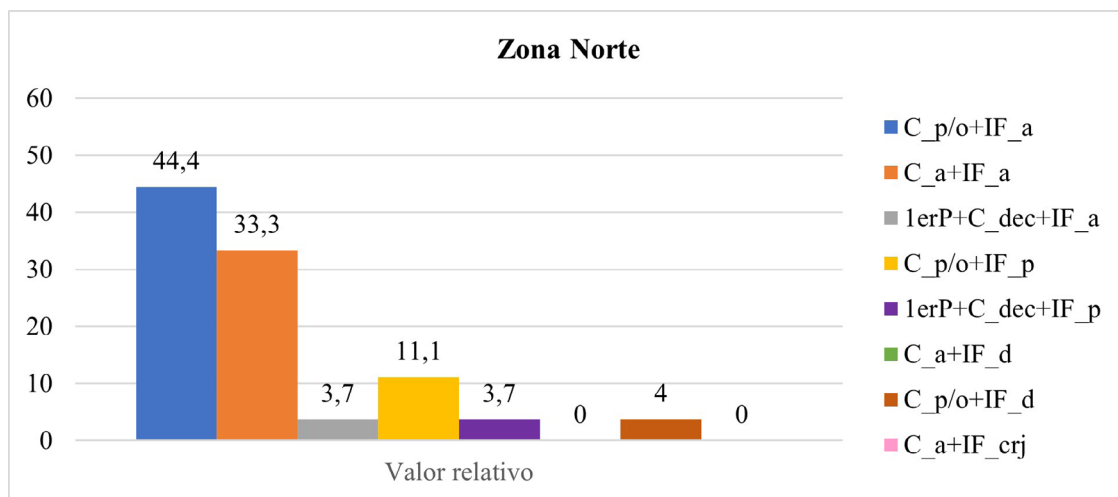
Como se puede apreciar en el Gráfico 1, los porcentajes de realizaciones de los contornos melódicos muestran una clara tendencia hacia aquel que ha sido descrito como ‘cuerpo plano u ondulado e inflexión final ascendente’, el cual se produjo en un 31,3% de los casos (36 curvas melódicas). Luego, en un mismo grupo encontramos los contornos ‘cuerpo ascendente e inflexión final ascendente’ y ‘primer pico, cuerpo en declinación e inflexión final ascendente’, con un 21,7% (25 curvas melódicas) y un 18,3% (21 curvas melódicas) de los casos, respectivamente. Muy de cerca le sigue el contorno ‘cuerpo plano u ondulado e inflexión final plana’ con un 13,9% de las producciones (16 curvas melódicas). Al final del gráfico se encuentran aquellos contornos con una representación menor, es decir, que no alcanzan el 8%. Estos son los contornos ‘primer pico, cuerpo en declinación e inflexión final plana’, el cual se produjo en un 7,8% de los enunciados (9 curvas melódicas); ‘cuerpo ascendente e inflexión final descendente’, con un 3,5 % de los enunciados (4 curvas melódicas); ‘cuerpo plano u ondulado e inflexión final descendente’, con un 2,6% (3 curvas melódicas) y ‘cuerpo ascendente e inflexión final circunfleja’, con un escaso 0,9% (1 curva melódica).

A continuación, se presenta la distribución de estos contornos melódicos por cada zona geográfica.

5.2 Resultados por zona geográfica

5.2.1 Contornos melódicos producidos en la Zona Norte

Gráfico 2 – Porcentajes de realización de contornos melódicos en la Zona Norte

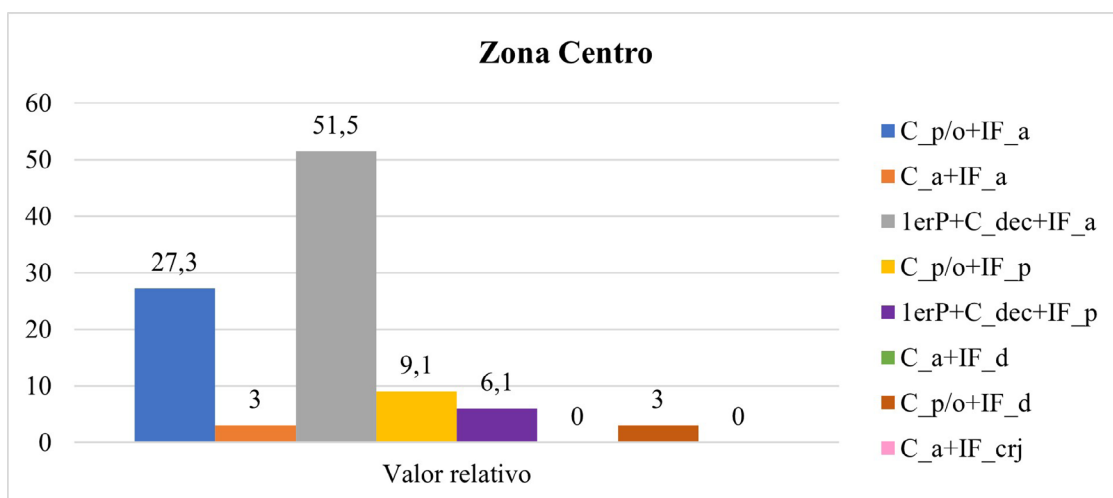


Fuente: Elaboración propia.

De los datos presentados en el Gráfico 2, se puede observar que los contornos con más representación en la Zona Norte de Chile son, en primer lugar, aquellos que tienen un ‘cuerpo plano u ondulado e inflexión final ascendente’ (C_p/o+IF_a) con un 44,4% de los enunciados (12 curvas melódicas) y, en segundo lugar, aquellos contornos que se manifestaron con un ‘cuerpo ascendente e inflexión final ascendente’ (C_a+IF_a), con un 33,3% de las realizaciones (9 curvas melódicas). En tercer lugar, pero muy por detrás de los dos primeros contornos melódicos, se encuentran las curvas que fueron categorizadas como ‘cuerpo plano u ondulado e inflexión final plana’ (C_p/o+IF_p). Si bien, este tipo de contornos presentó un 11,1% de los enunciados (3 curvas melódicas), la presencia de estos es todo un hallazgo, debido a que por las características propias de los enunciados interrogativos no se esperaba encontrar curvas que tuvieran una inflexión final plana. Lo mismo sucedió con el único enunciado (3,7%) que presenta una curva melódica con ‘primer pico, cuerpo en declinación e inflexión final plana’ (1erP+C_dec+IF_p).

5.2.2 Contornos melódicos producidos en la Zona Centro

Gráfico 3 – Porcentajes de realización de contornos melódicos en la Zona Centro



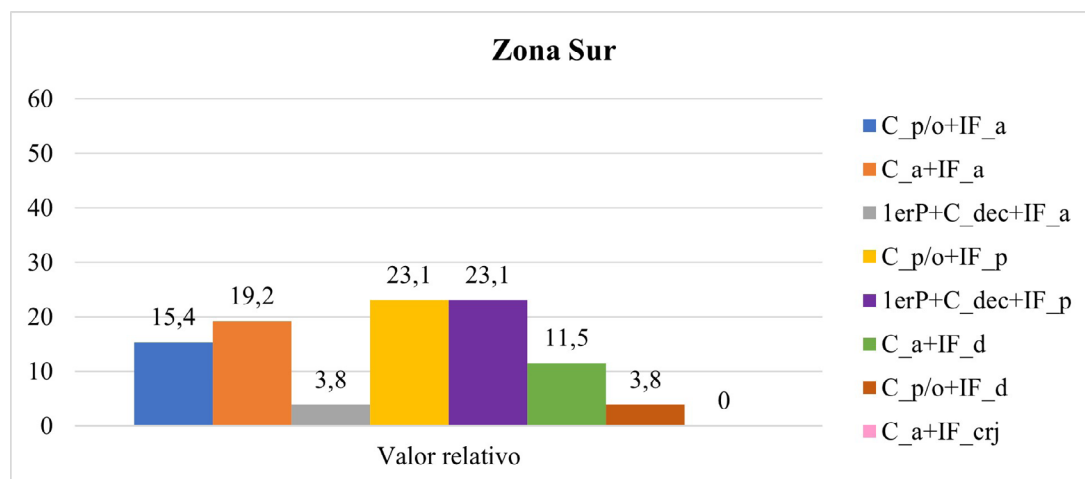
Fuente: Elaboración propia.

A diferencia de los datos observados en la zona geográfica anterior, en la Zona Centro se puede afirmar que, con un 51,5% de los casos (17 curvas melódicas), el contorno mayormente representativo para este tipo de enunciados es aquel que se conforma de un ‘primer pico, cuerpo en declinación e inflexión final ascendente’ (1erP+C_dec+IF_a). Muy de lejos le siguen aquellos contornos que se caracterizan por poseer un ‘cuerpo plano u ondulado e inflexión final ascendente’ (C_p/o+IF_a), con un 27,3% de los casos (9 curvas melódicas).

Cabe señalar, que al igual que en la Zona Norte, no se encontraron curvas melódicas que pertenezcan a las categorías de los contornos ‘cuerpo ascendente e inflexión final descendente’ (C_a+IF_d) y ‘cuerpo ascendente e inflexión final circunfleja’ (C_a+IF_crj).

5.2.3 Contornos melódicos producidos en la Zona Sur

Gráfico 4 – Porcentajes de realización de contornos melódicos en la Zona Sur



Fuente: Elaboración propia.

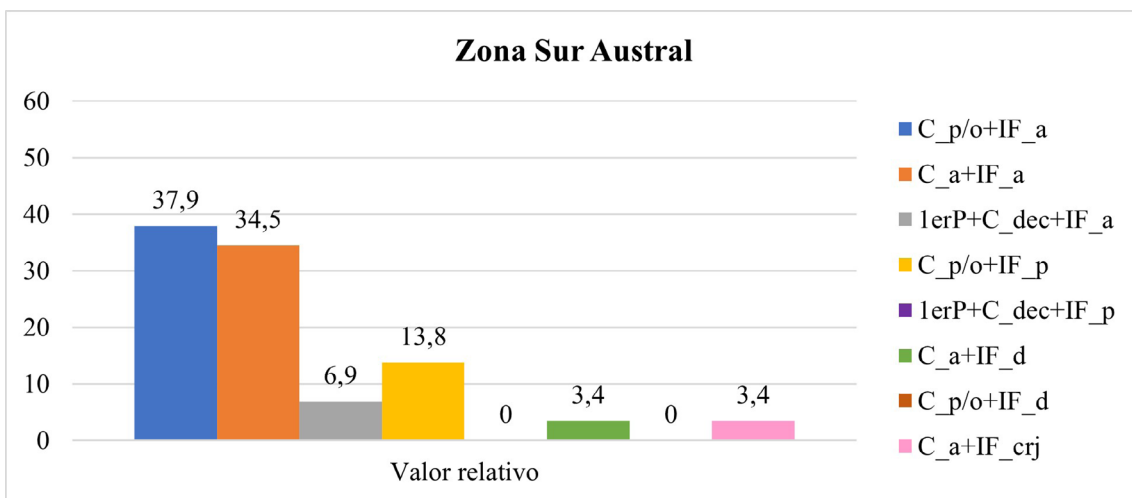
La Zona Sur presenta una distribución de los contornos más estable, ya que es la única en la que se produjeron casi todos los contornos hallados en la muestra, salvo aquel que se manifiesta con un ‘cuerpo ascendente e inflexión final circunfleja’ (C_a+IF_crj) y presenta, más bien, un porcentaje homogéneo de realizaciones, como se puede ver en el Gráfico 4.

Dos contornos se disputan el primer lugar, ambos con un 23,1% de los casos (6 curvas melódicas): aquel que se produce con ‘cuerpo plano u ondulado e inflexión final plana’ (C_p/o+IF_p) y el que se realiza con un ‘primer pico, cuerpo en declinación e inflexión final plana’ (1^{er}P+C_dec+IF_p). Es interesante que en ambos casos las inflexiones finales se comporten de la misma manera. Muy de cerca a estos contornos se encuentra el producido con ‘cuerpo ascendente e inflexión final ascendente’ (C_a+IF_a), el cual ocurre en un 19,2% de los casos (5 curvas melódicas).

Para concluir, cabe señalar que –a diferencia de lo que sucedió en la Zona Centro–, el contorno que menos frecuencia de realización presentó en esta muestra es el que se realiza con un ‘primer pico, cuerpo en declinación e inflexión final ascendente’ (1^{er}P+C_dec+IF_a), con un escaso 3,8% de los casos (1 curva melódica).

5.2.4 Contornos melódicos producidos en la Zona Sur Austral

Gráfico 5 – Porcentajes de realización de contornos melódicos en la Zona Sur Austral



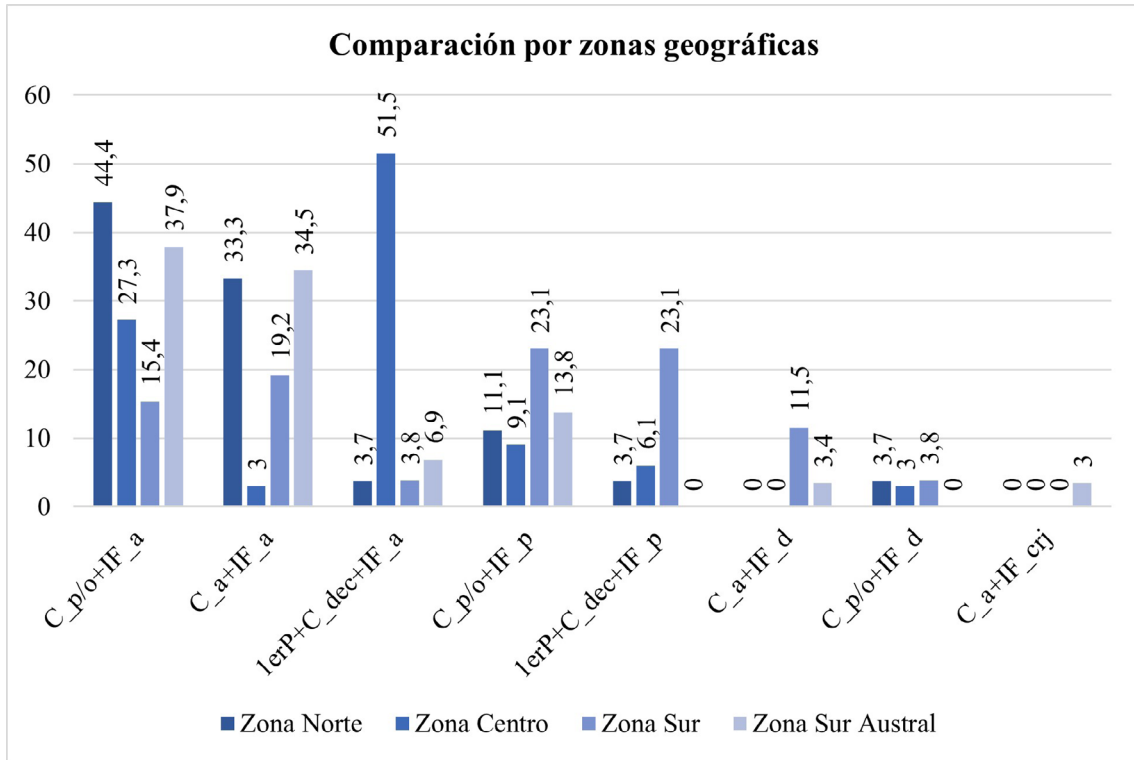
Fuente: Elaboración propia.

Finalmente, el Gráfico 5 muestra los porcentajes de realización de los contornos encontrados en la Zona Sur Austral. Aquí, los contornos ‘cuerpo plano u ondulado e inflexión final ascendente’ (C_p/o+IF_a) y ‘cuerpo ascendente e inflexión final ascendente’ (C_a+IF_a) son los más frecuentes, con un 37,9% (11 curvas melódicas) y un 34,5% (10 curvas melódicas), respectivamente. Luego, le sigue muy distante el contorno ‘cuerpo plano u ondulado e inflexión final plana’ (C_p/o+IF_p), con un 13,8% (4 curvas melódicas).

Ahora bien, a pesar de que el porcentaje de realización es muy bajo, con solo un 3,4% de la muestra (1 curva melódica), es importante indicar que esta zona geográfica es la única que presentó el contorno ‘cuerpo ascendente e inflexión final circunfleja’ (C_a+IF_crj).

5.3 Comparación de los contornos melódicos de la muestra según la zona geográfica de procedencia de los informantes

Gráfico 6 – Comparación de porcentajes de realización de contornos melódicos según la zona geográfica de procedencia de los informantes



Fuente: Elaboración propia.

Tal como se observa a nivel general en el Gráfico 6, existen contornos que sobresalen por su uso en una determinada zona geográfica. En la Zona Norte y Sur Austral las realizaciones más frecuentes son los contornos ‘cuerpo plano u ondulado e inflexión final ascendente’ y ‘cuerpo ascendente e inflexión final ascendente’. Sin embargo, al observar específicamente los porcentajes de ocurrencia, el contorno ‘cuerpo plano u ondulado e inflexión final ascendente’ presenta una diferencia de casi 6%, mientras que el contorno ‘cuerpo ascendente e inflexión final ascendente’ se muestra muy similar en ambas zonas geográficas.

En cuanto a la Zona Centro, el contorno más frecuente es el de ‘primer pico, cuerpo en declinación e inflexión final ascendente’, el cual se manifiesta por sobre el 50%, en contraste con las otras zonas del país, en las que no supera el 7% de ocurrencias.

Por su parte, en la Zona Sur, los contornos que presentan mayor ocurrencia son el de ‘cuerpo plano u ondulado e inflexión final plana’ y el de ‘primer pico, cuerpo en declinación e inflexión final plana’, ambos con un porcentaje superior al 20%.

6 Discusión y conclusiones

Tal como se ha demostrado a partir de la descripción de los contornos obtenidos en las interrogativas parciales producidas por hablantes chilenos con instrucción educacional obligatoria incompleta o sin estudios universitarios, los tres más utilizados ('cuerpo plano u ondulado e inflexión final ascendente', 'cuerpo ascendente e inflexión final ascendente' y 'primer pico, cuerpo en declinación e inflexión final ascendente') corresponden a enunciados con inflexión final ascendentes, independientemente de la posición de la partícula interrogativa. De hecho, en la mayoría de la muestra, la partícula interrogativa se ubica al inicio del enunciado, pero es la inflexión final la que suele presentar el punto más alto en cuanto a Frecuencia Fundamental se refiere.

Entonces, al observar los datos obtenidos de esta caracterización, parece importante destacar que la descripción clásica o tradicional para este tipo de enunciados, que menciona que el punto más alto de la curva melódica sería aquel donde se encuentra la partícula interrogativa, propiciando un primer pico, cuerpo en declinación e inflexión final descendente, no es la característica de los hablantes chilenos con este nivel sociocultural. En los enunciados analizados, lo que prima, más allá de la existencia o no de un primer pico y un cuerpo ascendente, descendente o plano, es el característico ascenso final para producir las interrogativas parciales, utilizado en el 71% de la muestra; esto, en contraste con el uso de una inflexión final plana, en el 22% de los casos nacionales y aquellos en donde la inflexión final es descendente, en el 6% de las realizaciones, o con inflexión final circunfleja, utilizada solo en el 1% de los casos. Este es, quizás, el mayor hallazgo de esta investigación, debido a que los estudios previos sobre español proponen que para este tipo de enunciados interrogativos lo común es que la curva entonativa tenga un movimiento tonal descendente en la parte final.

Luego, por cada zona geográfica se logran identificar algunos contornos característicos, lo que sugeriría la existencia de diferencias dialectales a la hora de producir este tipo de enunciados: para la Zona Norte y Sur Austral son mayormente producidos contornos con 'cuerpo plano u ondulado e inflexión final ascendente' y 'cuerpo ascendente e inflexión final ascendente'; para la Zona Centro, son frecuentes aquellos con 'primer pico, cuerpo en declinación e inflexión final ascendente' y para la Zona Sur, contornos con 'cuerpo plano u ondulado e inflexión final plana' y 'primer pico, cuerpo en declinación e inflexión final plana'.

7 Proyecciones

A raíz de los resultados obtenidos en este estudio, emerge la necesidad de avanzar hacia la descripción de la entonación del español chileno considerando otras variables como, por ejemplo, los tipos de enunciados, sus modalidades discursivas, el nivel sociocultural y procedencia geográfica de los hablantes, entre otros elementos. A saber, sería de gran relevancia contemplar un estudio de similares características, pero con informantes de un nivel sociocultural distinto para determinar si el comportamiento ascendente de la inflexión final encontrada en esta muestra es característica del español de Chile o solo de este grupo específico de hablantes.

Otra proyección relevante es continuar con la descripción de sectores poblacionales o geográficos que no han sido considerados hasta ahora en las investigaciones sobre entona-

ción; esto es, por ejemplo, el habla que ocurre en zonas aledañas a los grandes asentamientos urbanos (sectores rurales) o en poblaciones con hablantes bilingües, sobre todo aquellos que tienen como lengua materna alguna de las lenguas originarias que todavía se desarrollan en el territorio nacional. Hasta ahora, solo se cuenta con algunas investigaciones, como la realizada por Céspedes (2016, 2021), quien describe el comportamiento de la entonación de enunciados aseverativos en el habla rural de la Zona Centro, o la de Retamal (2022), quien realizó un estudio de la entonación del español hablado por mapuches bilingües. Solo cuando se haya descrito ampliamente el habla de las diferentes ciudades del país, se podrá obtener una visión general, a nivel entonativo, de la manera en la que los chilenos se comunican.

Agradecimientos

Al Dr. Jaime Soto Barba, de la Universidad de Concepción (Chile), por facilitar el corpus recopilado en el marco del proyecto Fondecyt N°1161466 –titulado “Realizaciones fónicas segmentales en el habla subestándar: una contribución a la construcción de un inventario inclusivo y actualizado de fonemas y alófonos del español de Chile”– del cual se seleccionaron las muestras de habla utilizadas en esta investigación.

Declaración de autoría

La autora Viviana Alejandra Pérez Mora ha contribuido con la propuesta del tema de investigación, la redacción del apartado de metodología del Análisis Melódico del Habla, la individualización de las muestras de habla en archivos de audio independientes (después de la revisión de las grabaciones generales) y el etiquetaje de la mitad de los enunciados, para posteriormente obtener los gráficos.

El autor Nicolás Matías Retamal Venegas ha contribuido con la revisión bibliográfica acerca de los enunciados interrogativos absolutos y relativos –tanto en la península ibérica como en lo concerniente al español chileno– y el etiquetaje de la otra mitad de los enunciados, los que posteriormente dieron origen a los gráficos restantes. También, elaboró el apartado de referencias bibliográficas y los diagramas de cada una de las curvas encontradas en este estudio.

En conjunto, los autores han trabajado en el análisis de los gráficos, su clasificación, la comparación de los resultados obtenidos y la redacción de los apartados de discusión, conclusiones y proyecciones.

Agencia de apoyo

Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo (ANID), Chile.

Bibliografía

- BOERSMA, P.; WEENINK, D. 2022. *Praat: doing phonetics by computer* (6.3.02). Disponible en: <<http://www.praat.org/>>. Acceso el: 09 enero de 2023.
- CANTERO, F. *Estructura de los modelos entonativos. Interpretación fonológica del acento y la entonación en castellano*. 1995. 614 p. Tesis (Doctorado en Filología Románica) – Departamento de Filología Románica, Universitat de Barcelona, 1995.
- CANTERO, F.; FONT-ROTCHÉS, D. Entonación del español peninsular en habla espontánea: Patrones melódicos y márgenes de dispersión. *Moenia*, Lugo, n.13, n. 1, p. 62-92, 2007.
- CANTERO, F.; FONT-ROTCHÉS, D. Protocolo para el análisis melódico del habla. *Estudios de Fonética Experimental*, Barcelona, v. XVIII, n. 1, p. 17-32, 2009.
- CANTERO, F.; FONT-ROTCHÉS, D. Melodic Analysis of Speech (MAS): Phonetics of Intonation. In: ABASOLO, J.; DE PABLO, I; ENSUNZA, A. (eds.). *Contributions of education*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2020. p. 20-47.
- CEPEDA, G.; ROLDÁN, E. La entonación del habla femenina de Valdivia, Chile: su función comunicativa gramatical y expresiva. *Estudios Filológicos*, Valdivia, v. 30, n.1, p. 107-123, 1995.
- CÉSPEDES, M. *Análisis socioentonativo del español chileno hablado en localidades rurales de las regiones de Valparaíso (V), Metropolitana y O'Higgins (VI)*. 2016. 325f.. Tesis (Doctorado en Lingüística) - Departamento de Lengua Española, Universidad de Valladolid, 2016.
- CÉSPEDES, M. La entonación del español chileno hablado en diferentes localidades rurales de tres regiones de la zona central del país. In: ROGERS, B.; FIGUEROA, M. (eds.). *Chilean Spanish Linguistics: Studies on Variation, Innovation, Contact, and Identity*. Delaware: Vernon Press, 2021. p. 227-256.
- CID, M.; ORTIZ-LIRA, H.; SAAVEDRA, E. La entonación del enunciado interrogativo indagativo del español culto de Santiago de Chile. *Boletín de Filología*, Santiago, v. 37, n. 1, p. 355-378, 1998.
- DEVÍS, E. Rasgos del perfil melódico del español hablado por italianos. In: CANTERO, F.; FONT-ROTCHÉS, D. (eds.). *Entonaciones del español. Acentos dialectales y acentos extranjeros*. Barcelona: Octaedro, 2021. p. 111-130.
- FIGUEROA, M.; GARCÍA, D.; SALAMANCA, G. DiapixSP: adaptación al español y aplicación piloto de una herramienta de elicitación de habla espontánea y colaborativa. *Estudios de Fonética Experimental*, Barcelona, v. XXVIII, n. 1, p. 257-288, 2019.
- MATEO, M. Protocolo para la extracción de datos tonales y curva estándar en Análisis Melódico del Habla (AMH). *Phonica*, Barcelona, v. 6, n.1, p. 49-90, 2010a.
- MATEO, M. Scripts en Praat para la extracción de datos tonales y curva estándar. *Phonica*, Barcelona, v. 6, n.1, p. 91-111, 2010b.
- NAVARRO TOMÁS, T. *Manual de entonación española*. 4ta. ed. Madrid: Guadarrama, 1974.
- NAVARRO TOMÁS, T. *Manual de pronunciación española*. 28 ed. Madrid: CSIC, 2004.
- ORTIZ-LIRA, H.; FUENTES, M.; ASTRUC, LL. Chilean Spanish intonation. In: PRIETO, P.; ROSEANO, P. (eds.). *Transcription of intonation of the Spanish Language*. München: Lincom Europa, 2010. p. 255-281.

- ORTIZ-LIRA, H.; SAAVEDRA, E. La entonación de la pregunta no indagativa del español culto de Santiago de Chile. *Onomazein*, Santiago, v. 4, n.1, p. 135-153, 1999.
- PÉREZ MORA, V. La entonación de las interrogativas absolutas del norte de Chile: Iquique y La Serena. *Revista Da ABRALIN*, Sergipe, v. 21, n. 2, p. 71-99, 2022. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v21i2.2105>
- PÉREZ MORA, V. *La entonación del español de Chile*. 2024. 1482f. Tesis (Doctorado en Didáctica de la Lengua y la Literatura) – Departamento de Educación, Universidad de Barcelona, 2024.
- QUILIS, A.; FERNÁNDEZ, J. *Curso de fonética y fonología españolas para estudiantes angloamericanos*. 8 ed. Madrid: CSIC, 1975.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nueva gramática de la lengua española. Fonética y fonología*. 1 ed. Barcelona: Espasa, 2011.
- REBOLLEDO, M. La entonación de las oraciones interrogativas en hablantes normotípicos y pacientes afásicos no fluentes: primer acercamiento. *Revista de Lingüística Teórica y Aplicada*, Concepción, v. 59, n. 1, p. 183-204, 2021. DOI: <https://doi.org/10.29393/rla59-8eomr10008>
- RETAMAL, N. *Caracterización de las unidades entonativas declarativas de un corpus de habla producido en español por mapuches y lafkenches bilingües de la Región de la Araucanía, Chile*. 2022. 155f. Tesis (Doctorado en Filología Española) – Facultad de Filosofía y Letras, Universitat Autònoma de Barcelona, 2022.
- TAPIA LADINO, M. Rasgos de entonación en preguntas absolutas y sus respuestas. *Revista de Lingüística Teórica y Aplicada*, Concepción, v. 33, n.1, p. 195-207, 1995.
- TORREGROSA-AZOR, J. Las melodías de los enunciados interrogativos con marca sintáctica del alemán septentrional en habla espontánea. *Sintagma*, Lleida, v. 28, n.1, p. 107-124, 2015. DOI: <https://doi.org/10.21001/sintagma.2016.28.07>
- TORREGROSA-AZOR, J. Las preguntas entonativas en alemán del norte: caracterización de los patrones melódicos en habla espontánea. *Anuario de Estudios Filológicos*, Cáceres, v. XXXIX, n. 1, p. 251-273, 2016.
- URRUTIA, H. La entonación del español del Sur de Chile. *Anuario de Lingüística Hispánica*, Valladolid, v. 4, n.1, p. 287-311, 1988.
- WAGNER, C. El Atlas lingüístico y etnográfico de Chile por regiones (ALECH). *Estudios Filológicos*, Valdivia, v. 33, n.1, p. 119-129, 1998. DOI: <https://doi.org/10.4067/s0071-17131998003300010>
- WAGNER, C. El Atlas lingüístico y etnográfico de Chile: Localidades y Cuestionario. *Estudios Filológicos*, Valdivia, v. 39, n.1, p. 83-120, 2004. DOI: <https://doi.org/10.4067/s0071-17132004003900005>

Aspectos avaliativos das metáforas no discurso jornalístico: a série de reportagens Vaza Jato, do *The Intercept* Brasil

Evaluative Aspects of Metaphors in Journalistic Discourse: The Series of Reports Vaza Jato from The Intercept Brasil

Márcia de Paula Andrade

Universidade Federal de Juiz de Fora
(UFJF) | CAPES | Juiz de Fora | MG | BR
marcia.ufjf@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7929-9911>

Luiz Fernando Matos Rocha

Universidade Federal de Juiz de Fora
(UFJF) | Juiz de Fora | MG | BR
luiz.rocha@ufjf.br
<https://orcid.org/0000-0001-5251-1652>

Resumo: Baseado na Linguística Cognitiva, este artigo analisa processos figurativos, predominantemente a metáfora, em contexto de reportagens jornalísticas atuais em português brasileiro. Tendo em vista os aportes teóricos da Metáfora Conceptual, de Lakoff e Johnson (2002 [1980]), e da noção de fictividade, de Talmy (2019 [2000]), o fundamento mais relevante tem a ver com a compreensão de Deignan (2010) sobre as metáforas avaliativas. De acordo com ela, há quatro maneiras para a metáfora promover uma avaliação: implicações geradas; cenários metafóricos evocados; domínios-fonte escolhidos; conotações exploradas. Do ponto de vista metodológico, mapearam-se usos de metáforas nos dois primeiros textos da série de reportagens Vaza Jato, lançada pelo *The Intercept* Brasil, para integrar uma análise de caráter qualitativo-interpretativo. Os resultados indicam que o discurso jornalístico utiliza criticamente metáforas avaliativas, bem como seus respectivos esquemas imagéticos e suas implicações, requisitando parcialmente as mesmas bases figurativas acionadas pelas fontes de informação, características as quais surgem dos dados vazados, sugerindo a perspectiva avaliativa dos jornalistas sobre essas mensagens. No contexto enunciativo das reportagens analisadas, a seleção dos domínios-fonte se revelou crucial para o caráter avaliativo das metáforas. Outro aspecto relevante é a apropriação, pelo discurso jornalístico, de metáforas avaliativas advindas das fontes de informação, para usá-las argumentativamente contra essas próprias fontes. Finalmente, em termos de produção textual, as reportagens recorrem aos mesmos processos



figurativos e avaliativos para se obterem coesão e coerência por meio de metáfora.

Palavras-chave: cognição; metáfora; avaliação; coesão metafórica; discurso jornalístico; língua em uso.

Abstract: Based on Cognitive Linguistics, this article analyzes figurative processes, predominantly metaphor, in the context of current journalistic reports in Brazilian Portuguese. Considering the theoretical contributions of Conceptual Metaphor, by Lakoff and Johnson (2002 [1980]), and the notion of fictivity, by Talmy (2019 [2000]), the most relevant foundation has to do with Deignan's (2010) understanding on evaluative metaphors. According to her, there are four ways for the metaphor to promote an evaluation: generated implications; evoked metaphorical scenarios; chosen source domains; explored connotations. From a methodological point of view, uses of metaphors were mapped in the first two texts of the series of reports Vaza Jato, launched by The Intercept Brasil, to integrate a qualitative-interpretative analysis. The results indicate that the journalistic discourse critically uses evaluative metaphors, as well as their respective imagery schemes and their implications, partially requesting the same figurative bases activated by the sources of information, characteristics which arise from the leaked data, suggesting the evaluative perspective of journalists on these messages. In the enunciative context of the analyzed reports, the selection of source domains proved to be crucial for the evaluative character of the metaphors. Another relevant aspect is the appropriation, by journalistic discourse, of evaluative metaphors arising from information sources, to use them argumentatively against these very sources. Finally, in terms of textual production, the reports resort to the same figurative and evaluative processes to obtain cohesion and coherence through metaphor.

Keywords: cognition; metaphor; assessment; metaphorical cohesion; journalistic discourse; language in use.

1 Introdução

Este artigo é motivado pelo interesse inicial de se compreenderem fenômenos pertinentes à fictividade no âmbito dos textos jornalísticos acerca da temática política, tendo em vista que o projeto de pesquisa “Interação fictiva como construção linguística e estratégia comunicativa”, desenvolvido por Rocha (2022), já abarcou o domínio discursivo jornalístico (Andrade, 2022), além do pedagógico (Magalhães, 2018; Silva, 2019), jurídico (Tavares, 2021), religioso (Silva, 2023), terapêutico (Dornelas, 2018), publicitário (Santos, 2022), entre outros. Outra razão envolve a relevância jornalística da série de reportagens – denominada Vaza Jato e publicada pelo jornal *The Intercept* Brasil a partir de julho de 2019, acerca da Operação Lava Jato –, na qual se denunciam magistrados por sua parcialidade política na condução das investigações sobre esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro. Por isso, as duas primeiras matérias da referida série constituem o banco de dados a ser analisado.

Entendendo-se a metáfora como categoria subordinada à fictividade (Talmy, 2019), ou como produto da fictividade (Langacker, 2008), e a devolutiva dos dados analisados, investiga-se o uso de metáforas avaliativas (Deignan, 2010) em contexto jornalístico. Nele, significantes figurativos são usados para construir o sentido textual, marcando os posicionamentos críticos tanto da perspectiva dos jornalistas, que denunciam a parcialidade dos magistrados nas reportagens, quanto da perspectiva desses magistrados denunciados, observável por meio das conversas vazadas. Embora as matérias que constituem o banco de dados sejam relevantes sob os prismas social e histórico, o enfoque deste artigo é a compreensão de fenômenos linguísticos figurativos em discurso jornalístico institucional. No entanto, a oposição dada entre denunciante e denunciado, algo bastante peculiar ao referido banco de dados, propiciou a observação da apropriação, pelo discurso jornalístico, das metáforas avaliativas que surgem primeiro no contexto enunciativo dos dados vazados para então serem usadas, nas reportagens, argumentativamente contra os magistrados denunciados.

Com isso, este trabalho promove o rastreamento, a descrição e a análise das ocorrências de expressões metafóricas, entendidas como avaliativas, ao longo de dois textos jornalísticos do *The Intercept* Brasil sobre a Operação Lava Jato. Além disso, arregimentam-se orientações metodológicas relacionadas aos mecanismos pelos quais a metáfora avalia, com base em Deignan (2010): (i) compreender quais são as implicações integradas pelas metáforas que surgem no banco de dados do *The Intercept* Brasil; (ii) identificar quais são os esquemas imagéticos acionados pelas metáforas para formar o chamado cenário metafórico; (iii) perceber a escolha dos domínios-fonte que são significativos para os leitores do referido jornal; (iv) realçar o contraste em relação ao significado literal das palavras usadas na construção das metáforas.

Diante do exposto, formulam-se as seguintes hipóteses depreendidas da associação entre os pressupostos teóricos e os achados analíticos circunscritos ao banco de dados: (i) o discurso jornalístico, nas reportagens estudadas, apropria-se de modo crítico das metáforas avaliativas, de seus respectivos esquemas imagéticos e de suas implicações, requisitando parcialmente as mesmas bases figurativas apresentadas pelas fontes de informação. Tais aspectos surgem dos dados vazados, sugerindo a perspectiva avaliativa dos jornalistas sobre essas mensagens; (ii) no âmbito das reportagens mencionadas, o discurso jornalístico faz uso das metáforas avaliativas das fontes de informação para empregá-las argumentativamente contra essas próprias fontes; e (iii) a seleção dos domínios-fonte é fundamental para o caráter

avaliativo das metáforas (Deignan, 2010), o que é também verificado no contexto enunciativo das reportagens em análise.

Este artigo se organiza conforme as seguintes seções: a primeira reúne os principais aspectos teóricos que trazem os fundamentos norteadores da análise; a segunda dispõe sobre a metodologia de pesquisa utilizada para estudo do banco de dados contextualizado; e a terceira diz respeito à análise do banco de dados. Por fim, nas considerações finais, apresentam-se as principais conclusões da pesquisa.

2 Pressupostos teóricos

As propriedades avaliativas e persuasivas da metáfora foram discutidas antes mesmo do surgimento da abordagem linguístico-cognitiva como corpo teórico bem delimitado. Deignan (2010) relembra que, já em 1962, Ullmann explicava a metáfora como fonte suprema de expressividade na linguagem, e que, em 1967, Waldron analisava expressões figuradas como “O homem é um lobo”, apontando o aspecto avaliativo da metáfora (Ullmann, 1962; Waldron, 1967 *apud* Deignan, 2010). Por sua vez, Lakoff e Johnson (2002) argumentaram que os políticos podem explorar as metáforas para persuadir. Além disso, as metáforas têm sido recentemente estudadas pela área da publicidade justamente por sua força persuasiva, como afirma Deignan (2010) ao citar o trabalho de McQuarrie e Phillips (2005). Entretanto, essa autora, no mesmo trabalho de 2010, afirma que grande parte dos estudos não explica de forma tão aprofundada como exatamente uma metáfora é capaz de comunicar uma avaliação.

O aspecto avaliativo da metáfora é compreendido do entendimento de que, para cruzar dois domínios na metáfora, é preciso, de antemão, fazer uma avaliação, ainda que seja uma espécie de avaliação prévia quase automática (Deignan, 2010). Assim, a referida autora estuda quatro mecanismos pelos quais a metáfora poderia, efetivamente, realizar uma avaliação: (i) uso da metáfora para criar implicações; (ii) uso de cenários metafóricos; (iii) a escolha dos domínios-fonte que são significativos para os usuários de uma linguagem particular; (iv) a exploração das conotações do significado literal das palavras. Nesse sentido, as metáforas teriam potencial narrativo, gerando implicações com base nas conotações avaliativas que passariam do domínio-fonte para o domínio-alvo. Além disso, a escolha de um domínio-fonte pelo enunciador visaria a atingir grupos sociais específicos para os quais esses domínios-fonte seriam mais significativos.

Um dos conceitos utilizados por Deignan (2010) diz respeito ao uso de cenários metafóricos pelos enunciadores de um discurso, em alusão ao modelo descrito por Musolff (2006). Ela menciona ainda os estudos feitos por Sopory e Dillard (2002), que afirmam que suas descobertas são consistentes com a hipótese da “organização superior”, isto é, que uma metáfora teria como função a organização dos fatos em uma história. Adicionalmente, esses conceitos relembram o que Lakoff e Johnson (2002) já haviam dito a respeito do funcionamento sistematizado das metáforas.

O conceito de implicações acionado por Deignan (2010) refere-se a Schön (1993), que argumenta que as metáforas podem integrar a historicidade juntamente com suas implicações, para apresentar uma interpretação particular de situações e eventos por parte do enunciador. As implicações dizem respeito a uma série de conclusões, cujas inferências são plausíveis com base no processamento linguístico-cognitivo da metáfora: o conceptu-

alizador acessa a historicidade do léxico acionado no domínio-fonte, incrementando sentidos ao domínio-alvo e gerando as implicações, que seriam os entendimentos conclusivos consequentes da metáfora. É um mecanismo interpretativo cuja plausibilidade é dada pela operação metafórica.

Deignan (2010) cita os exemplos de implicações metafóricas de Lakoff e Johnson (1980), como no caso da metáfora da “guerra”, que teria sido explorada na década de 1970, aplicada ao contexto da crise energética. Segundo esses autores, aludir à “guerra” poderia justificar o uso de meios militares para o fornecimento de energia, uma vez que as implicações incluiriam: (i) a pressuposição de existência de um inimigo exterior, que seria psicologicamente perfilado como hostil; (ii) a ideia de que a população precisaria fazer sacrifícios; e (iii) o apelo ao instinto de sobrevivência, segundo o qual as pessoas seriam encorajadas a enfrentar uma ameaça. Outra observação breve feita por Deignan (2010) ganha relevo nesta pesquisa, pois a metáfora se configuraria como um eficiente recurso para o locutor posicionar-se diante de uma situação, tendo em vista que seu interlocutor (no caso, os leitores do *The Intercept Brasil*) não teria a necessidade de ter uma explicitação da metáfora para tirar conclusões: seria suficiente acessar a historicidade do domínio-fonte da metáfora para ser capaz de compreender suas implicações por si mesmo.

A noção de cenários foi desenvolvida por Musolff como “uma categoria analítica intermediária entre o nível do domínio conceitual como um todo e seus elementos individuais” (Musolff, 2004 *apud* Deignan, 2010, p. 360-361). Para Musolff, uma mesma metáfora pode evocar diferentes modelos de cenário, os quais veiculam distintas perspectivas avaliativas, podendo haver conflito. Essa observação foi aproveitada por Deignan (2010) e é concernente às análises observadas neste artigo. Além disso, verificou-se um uso argumentativo da oposição entre implicações possibilitadas por uma metáfora. Deignan (2010) compreende que, por meio da noção de cenários, o pesquisador pode especular a respeito das implicações das metáforas que acionam o mesmo domínio-fonte, sendo necessário perceber um cenário e, então, identificar como o enunciador usa as metáforas produzidas pelo cenário. Assim, a noção de cenários de Musolff, bem como a utilização desse conceito por Deignan, são confirmadas pelo que se observa neste artigo.

De fato, por meio das metáforas, se expressa uma avaliação subjetiva. Algumas vezes demonstra-se concordância, mas é possível acionar a mesma metáfora com expressões linguísticas diferentes para manifestar discordância. Esse é o movimento identificado na análise do banco de dados: tanto as mensagens dos procuradores quanto as mensagens dos jornalistas acionam as mesmas metáforas por perspectivas diferentes, as quais são notadas pelos cenários, pelos traços selecionados do domínio-fonte de uma mesma metáfora ou mesmo do ponto de vista do conceptualizador na metáfora. É como se este último transferisse seu ponto de vista para o cenário metafórico acionado e de lá abordasse os fatos. Segundo Deignan (2010), a escolha do domínio-fonte indica o funcionamento avaliativo das metáforas, uma vez que considera os conhecimentos compartilhados entre os conceptualizadores. Assim, um escritor pode levar em conta os domínios-fonte que seriam os mais significativos para criar alinhamento linguístico-cognitivo com seus leitores.

Por último, Deignan (2010) discute a relevância da conotação, pois estudos anteriores à abordagem da Linguística Cognitiva apontavam que os efeitos persuasivos da metáfora guardariam relação com a esquematização das conotações dos domínios-fonte que seriam atribuídas aos domínios-alvo. Em outros termos: a conotação teria uma correspondência

direta com o efeito persuasivo. No entanto, seus resultados apontam certa fragilidade dessa hipótese, uma vez que os sentidos conotativos de palavras relacionadas a um mesmo domínio-fonte nem sempre são encontrados quando essas palavras são usadas figurativamente. Por exemplo, em “o menino engordou”, pode-se dizer que há uma conotação negativa vinculada ao verbo “engordar”, porém em “engordei a minha poupança” esse mesmo verbo assumiria conotação positiva. Colocam-se como outros exemplos desafiadores os casos em que as palavras têm uma etimologia complexa, apresentam ambiguidade semântica ou quando as conotações do domínio-fonte são empregadas em tom irônico. Apesar disso, para a autora e de acordo com seus dados, em alguns casos, os sentidos metafóricos são pertinentes aos significados literais das palavras, contribuindo com os aspectos avaliativos das metáforas. O referido estudo ilustra esse argumento com base, por exemplo, na palavra “inchado” em textos de relatórios financeiros, cuja conotação negativa é consistente com seu significado literal.

Os resultados alcançados por Deignan (2010) apontam para a relevância, quantitativa tanto em *types* (diferentes expressões) quanto em *tokens* (número de instâncias), de expressões figurativas. Assim, segundo ela, as metáforas conceituais subjacentes não prescrevem a forma da realização linguística das expressões metafóricas. A forma é variável, embora haja alguma fixidez, cuja explicação se daria por uma complexa relação entre propriedades formais, semânticas e avaliativas dessas expressões. Ela aponta ainda que a maior parte das expressões analisadas consistiria em representações de mapeamentos metafóricos específicos, possivelmente episódicos, cujas propriedades avaliativas são apreendidas com base no contexto de uso, ou seja, não são previsíveis. Para Deignan (2010), essas expressões poderiam ser tomadas como evidência de mapeamentos metafóricos subjacentes, indicando que as instâncias mais específicas e de ocorrências únicas sejam mais frequentes e, por isso, mais significativas conceitualmente do que as formas reiteradas.

3 Metodologia

Esta seção trata do percurso metodológico que culmina na análise linguístico-cognitiva do objeto de estudo, metáforas avaliativas emergentes, em um específico banco de dados de modalidade escrita: duas reportagens jornalísticas investigativas de teor político. A abordagem das instâncias do objeto segue uma orientação qualitativa interpretativa, segundo a qual se acolhe o olhar do pesquisador e, por conseguinte, suas práticas interpretativas (Bryman, 1996; Denzin & Lincoln, 2006).

Para além disso, são levadas em conta noções gerais que envolvem a metodologia baseada em *corpus*, o qual, nesse caso, é considerado um conjunto de exemplos ilustrativos de uma teoria ou de conceitos prévios; e movida a *corpus*, o qual, nesse caso, direciona a análise dos dados (Berber-Sardinha, 2004). Entende-se que as duas reportagens escolhidas para estudo configuram apenas banco de dados, devido à definição de *corpus* como um conjunto de dados linguísticos (orais e/ou escritos), organizados criteriosamente, extensos e representativos do uso, de forma a serem processados por computador para posterior descrição e análise (Sanchez; Cantos, 1996 *apud* Berber-Sardinha, 2004). Nesse sentido, a condução metodológica desta pesquisa abrange o entendimento de que existe um conceito prévio, porém

ele está sujeito àquilo que os dados efetivamente apresentam, podendo até ganhar ajustes, acréscimos e outros níveis de complexidade.

Especificamente, a contextualização do banco de dados envolve as seguintes informações. Entre 9 de junho de 2019 e 18 de janeiro de 2022, o jornal *The Intercept* Brasil publicou 111 reportagens sobre a Operação Lava Jato.¹ Totalizando aproximadamente 3 mil palavras (1.213 na primeira reportagem e 1.598 na segunda, excluindo-se as palavras contidas nas imagens), o banco de dados se constitui das duas reportagens iniciais desse conjunto de matérias, intitulado série Vaza Jato, com acesso livre e gratuito: a primeira parte, de 09/06/2019: “As mensagens secretas da Lava Jato - Como e por que o *Intercept* está publicando *chats* privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro”, por Glenn Greenwald, Betsy Reed e Leandro Demori; e a segunda parte, de 09/06/2019: “Mafiosos!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!” - Procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que ajudasse a ‘eleger o Haddad’”, por Glenn Greenwald e Victor Pougy.

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa iniciaram-se com a leitura reiterada das matérias em análise e, em seguida, o rastreamento e o estudo de todas as ocorrências de expressões metafóricas instanciadas nas duas reportagens. Ao se identificar cada expressão, foram exploradas interpretações sobre sua integração junto ao contexto comunicativo jornalístico. Observaram-se ainda os domínios-fonte, os esquemas imagéticos e as implicações, relativos a cada instância. Mesmo não sendo uma pesquisa de caráter quantitativo, optou-se ainda por quantificar os *types* e *tokens* de metáforas avaliativas para sustentar critérios de relevância acerca de recorte analítico em torno da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA.

As metáforas identificadas no banco de dados se dividem entre as que já são descritas na literatura linguística e as que são por nós postuladas. As primeiras contemplam os trabalhos desenvolvidos por: Lakoff e Johnson (2002), DISCUSSÃO É GUERRA, ENTENDER É VER, MAIS É PRA CIMA, TEORIAS SÃO CONSTRUÇÕES; Reddy ([1993 [1979]], METÁFORA DO CONDUTO; Ferrari e Pinheiro (2015), COMUNICAÇÃO VERBAL É ATIVIDADE TÊXTIL. Quando as metáforas encontradas nos dados não estavam descritas no arcabouço teórico utilizado neste artigo, optou-se por nomeá-las seguindo procedimentos de identificação similares aos realizados pelos autores logo acima citados, ou seja, com base em expressões linguísticas figurativas, rastream-se os domínios-fonte e os domínios-alvo.

Os *types* de metáfora por nós reconhecidos são dispostos a seguir, bem como seus exemplos: PROCESSO JURÍDICO É ESPETÁCULO (“a gente aqui fica só fazendo papel de palhaço com um Supremo desse”); CONDIÇÃO PSICOLÓGICA É AMBIENTE ATMOSFÉRICO (“O clima no stf deve ta ótimo”); PROCESSO JURÍDICO É VIAGEM (“toda solidariedade do mundo à você nesse episódio da Coger, estamos num trem desgovernado”); PROCESSO JURÍDICO É JOGO (“o juiz continuava a fingir ser o árbitro neutro neste jogo”); APROVAR É BATER PALMAS (“argumentação que levou boa parte da sociedade brasileira... a aplaudir a publicidade determinada pelo então juiz Moro”); ATENUAR É ACRESCENTAR LÍQUIDO (“diluir o foco da entrevista”); CONFIDENCIALIDADE É GRANDEZA ESCALAR (“o grau de sigilo com que eles operam”); ELEIÇÃO É PRÁTICA ESPORTIVA (“liderava a corrida eleitoral de 2018”); EXECUÇÃO É EXTREMIDADE (“ações de relevância levadas a cabo em segredo”); FUNÇÃO É PAPEL DRAMÁTICO (“O único papel do Intercept foi receber o material da fonte”); POLÍTICA É MATEMÁTICA (“esse tipo de cálculo político era rotineiro nas decisões da força-tarefa”); PROCESSO JURÍDICO É ENGRENAGEM (“Sua exclusão da

¹ Disponíveis em: <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>. Acessadas em: jul. 2022.

eleição, baseada na decisão de Moro, foi uma peça-chave"); REGIME POLÍTICO É CORPO ("uma democracia é mais saudável"); REPUTAÇÃO É ARTE PLÁSTICA ("a força-tarefa não é o grupo apolítico e apartidário de luta anticorrupção que os procuradores e seus aliados na mídia tentam pintar"); EVIDENCIAR É TIRAR A ROUPA ("e se forcarem - sic - antes, desnuda ainda mais o caráter eleitoreiro"); LICITUDE É LIMPEZA; ILICITUDE É SUJEIRA ("Operação Lava-Jato"); PERIGO É TRAÇO OU RISCO NO PAPEL ("pode existir eventual risco de rebelião").

4 Análise dos dados

A orientação analítica desta seção em torno da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA (Lakoff; Johnson, 2002) segue basicamente o que preconiza Deignan (2010) acerca dos mecanismos pelos quais as metáforas avaliam, tendo como foco principal a compreensão das implicações integradas pelas instâncias da referida metáfora, que surgem no banco de dados. Também é relevante a percepção da escolha do domínio-fonte GUERRA. Os demais mecanismos são observados de modo adicional. Há identificação de um único esquema imagético, FORÇA (FORÇA CONTRÁRIA, BLOQUEIO, RESTRIÇÃO, HABILIDADE), para formar o cenário metafórico em todas as ocorrências analisadas. Além disso, o realce do contraste em relação ao significado literal das palavras usadas nas instâncias da referida metáfora se dá no momento em que se releva a dimensão concreta do referido domínio-fonte.

Por conseguinte, a análise dos dados jornalísticos estabelece, com o leitor deste artigo, um pacto argumentativo, que gira em torno de uma postulação localmente circunscrita. Trata-se de uma distinção entre o que se denomina Discurso Portado, como derivação da expressão canônica Discurso Reportado, e este último. Entende-se, então, o Discurso Portado como aquele que é estritamente redigido pelo punho dos próprios jornalistas, ao passo que Discurso Reportado remete tradicionalmente aos limites do discurso de outrem trazidos à baila pelas reportagens em destaque. Essa distinção evidentemente condiz com a noção figurativa expressa pela METÁFORA DO CONDUTO (Reddy, 1979), segundo a qual a linguagem porta o sentido. Desse modo, é plausível propor o par Discurso Portado e Discurso Reportado, forjado exclusivamente para propósitos argumentativos desta análise (*for the sake of argument*).

Para ilustrar a proposição desse par, tem-se como foco analítico, já mencionado, as ocorrências da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA (Lakoff; Johnson, 2002) no referido banco de dados. Alguns números justificam essa escolha. No todo das reportagens analisadas, são observadas 68 ocorrências de expressões que disparam metáforas, como *tokens* representativos delas, sendo 42 *tokens* relativos ao Discurso Reportado e 26 ao Discurso Portado. Por outro lado, são verificados 23 *types* superordenados de metáforas, sendo que algumas ocorrências abarcam mais de um.² A Tabela 1 apresenta esses *types* e os números totais encontrados, de acordo com o critério já exposto em nota de rodapé:

² Assim, adota-se um critério distributivo para se evitar que a mesma ocorrência seja contabilizada mais de uma vez, o que requereria maior complexidade no cálculo dos quantitativos. Segundo esse critério, cada ocorrência é contabilizada uma única vez conforme a metáfora mais abrangente. Por exemplo, se uma ocorrência está relacionada à metáfora DISCUSSÃO É GUERRA E À PROCESSO JURÍDICO É JOGO, ela é considerada no quantitativo apenas referente à primeira.

Quadro 1 – Quantitativos de types e tokens das Metáforas Avaliativas

Types de Metáforas		Tokens de Metáforas		
Nº	Metáforas	Discurso Reportado	Discurso Portado	Total
1	discussão é guerra	11	7	18
2	metáfora do conduto	11	4	15
3	entender é ver	1	3	4
4	processo jurídico é espetáculo	4	0	4
5	condição psicológica é ambiente atmosférico	1	2	3
6	processo jurídico é viagem	3	1	4
7	processo jurídico é jogo	0	2	2
8	comunicação verbal é atividade têxtil	1	1	2
9	mais é pra cima	1	1	2
10	aprovar é bater palmas	0	1	1
11	atenuar é acrescentar líquido	0	1	1
12	confidencialidade é grandeza escalar	0	1	1
13	eleição é prática esportiva	1	0	1
14	execução é extremidade	1	0	1
15	função é papel dramático	0	1	1
16	política é matemática	1	0	1
17	processo jurídico é engrenagem	0	1	1
18	regime político é corpo	1	0	1
19	reputação é arte plástica	1	0	1
20	evidenciar é tirar a roupa	1	0	1
21	licitude é limpeza; ilicitude é sujeira	1	0	1
22	perigo é traço ou risco no papel	1	0	1
23	teorias são construções	1	0	1
Total		42	26	68

Fonte: elaborada pelos autores

Como se viu na seção metodológica, as duas reportagens analisadas trazem um total de aproximadamente 3 mil palavras. Nesse montante, verifica-se que a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA é mais saliente em termos numéricos, sendo seguida pela METÁFORA DO CONDUTO. Embora sejam quantitativamente inexpressivas, as demais são qualitativamente interessantes do ponto de vista da análise linguístico-cognitiva. Por essas razões, daqui por diante, estabeleceu-se um recorte analítico em torno exclusivamente da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, cuja expressividade remete não apenas à questão numérica, mas sobretudo à sua proemi-

nência qualitativa em termos de construção textual das reportagens. A seguir, encontra-se a Tabela 2, que ilustra as ocorrências mais emblemáticas da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA no âmbito do Discurso Reportado, contendo as respectivas implicações gerais. Esta tabela é significativa para o contraste feito posteriormente em relação às ocorrências da referida metáfora, mas no âmbito do Discurso Portado (Tabela 3). Como se observa logo a seguir, a Tabela 2 se organiza de forma a destacar em negrito as instâncias de metáfora na coluna Ocorrência, ladeada por sua Implicação Geral.

Quadroz – Metáfora DISCUSSÃO É GUERRA no âmbito do Discurso Reportado

Nº	Vaza Jato	Fonte	Ocorrência	Implicação Geral da Metáfora
1	Parte 1	Parte do senso comum	“Moro e os procuradores da Lava Jato são figuras altamente controversas aqui e no mundo – tidos por muitos como heróis anticorrupção e acusados por tantos outros de ser ideólogos clandestinos de direita, disfarçados como homens da lei apolíticos.”	Atenuação do caráter positivo associado à imagem pública dos magistrados, cuja reputação é questionada pelas denúncias da Vaza Jato por meio do domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
2	Parte 1	Críticos da força-tarefa da Lava Jato	“Seus críticos têm insistido que eles exploraram e abusaram de seus poderes na justiça com o objetivo político de evitar que Lula retornasse à Presidência e destruir o PT .”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
3	Parte 1	Dados vazados: conversas dos procuradores	“As reportagens de hoje mostram, entre outros elementos, que os procuradores da Lava Jato falavam abertamente sobre seu desejo de impedir a vitória eleitoral do PT e tomaram atitudes para atingir esse objetivo; e que o juiz Sergio Moro colaborou de forma secreta e antiética com os procuradores da operação para ajudar a montar a acusação contra Lula.”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
4	Parte 1	Notícia citada pelo <i>The Intercept</i> Brasil	“O único papel do The Intercept Brasil na obtenção desse material foi seu recebimento por meio de nossa fonte, que nos contactou há diversas semanas (bem antes da notícia da invasão do celular do ministro Moro, divulgada nesta semana, na qual o ministro afirmou que não houve “captação de conteúdo”) e nos informou de que já havia obtido todas as informações e estava ansiosa para repassá-las a jornalistas.”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

5	Parte 2	Dados vazados	“Um extenso lote de arquivos secretos revele que os procuradores da Lava Jato, que passaram anos insistindo que são apolíticos, tramaram para impedir que o Partido dos Trabalhadores, o PT, ganhasse a eleição presidencial de 2018, bloqueando ou enfraquecendo uma entrevista pré-eleitoral com Lula com o objetivo explícito de afetar o resultado da eleição.”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
6	Parte 2	Manchete da <i>Folha</i> citada em <i>tweet</i> de Dallagnol	“A @folha apresentou a seguinte opinião após o julgamento de Lula no STJ: ‘não há como sustentar a ideia de que é alvo de um processo de exceção depois que três instâncias do Judiciário analisaram seus argumentos e chegaram ao mesmo entendimento’.”	Atenuação, por força da negativa, do caráter drástico do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
7	Parte 2	Dados vazados: mensagens de Paludo	“Januário Paludo, por exemplo, propôs as seguintes medidas: Plano a: tentar recurso no próprio stf, possibilidade Zero. Plano b: abrir para todos fazerem a entrevista no mesmo dia. Vai ser uma zona mas diminui a chance da entrevista ser direcionada .”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
8	Parte 2	Dados vazados: mensagens de Costa	“e se forcarem antes, desnuda ainda mais o caráter eleitoreiro”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
9	Parte 2	Dados vazados: mensagens de Paludo	“Januário Paludo – vai ser uma guerra de liminares... ”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
10	Parte 2	Dados vazados	“As discussões do dia 28 de setembro trazem indícios significativos de que a força-tarefa não é o grupo apolítico e partidário de luta anticorrupção que os procuradores e seus aliados na mídia tentam pintar.”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
11	Parte 2	Texto da nota da força-tarefa da Lava Jato	“Nelas, dedicou especial atenção à ‘ação criminosa de um hacker que praticou os mais graves ataques à atividade do Ministério Público, à vida privada e à segurança de seus integrantes ’ e disse que “entende que a prisão em regime fechado restringe a liberdade de comunicação dos presos, como já manifestado em autos de execução penal, o que não se trata de uma questão de liberdade de imprensa”.	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

Fonte: elaborada pelos autores

Observa-se, por meio da Tabela 2, que as instâncias da referida metáfora, no âmbito do Discurso Reportado, apresentam-se em onze ocorrências diferentes. Nenhuma delas foi estrita e exclusivamente redigida ou dita pelos jornalistas do *The Intercept* Brasil, embora eles as tenham reportado. Nesse sentido, a atribuição de responsabilidade sobre o que é dito ou é escrito recai, mesmo que parcialmente, sobre os sujeitos reportados, que são: senso comum; críticos; autores da notícia citada; *Folha de São Paulo*, citada por Dallagnol; Paludo; juízes e procuradores da operação Lava Jato. É possível notar que as metáforas avaliativas elencadas na Tabela 2 têm origens bem definidas, as quais recorrem ao domínio-fonte GUERRA, instaurando uma avaliação que envolve o aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico. Embora as ocorrências sejam oriundas de material que antecede à publicação das reportagens pelo *The Intercept* Brasil, com exceção da última, que a sucede, é importante ressaltar que tanto o domínio do texto reportado quanto o do portado lançam mão do mesmo processo figurativo, em que DISCUSSÃO é alvo da fonte GUERRA.

As implicações decorrentes tanto de um quanto de outro apresentam contornos distintos, dado o propósito comunicativo de cada um dos contextos de enunciação. Dessa forma, a Tabela 2 apresenta uma implicação geral para cada ocorrência – porém, cabe que sejam desdobradas suas especificidades logo a seguir. No que tange a ocorrência de número 1, o termo “heróis anticorrupção” sustenta metaforicamente a ideia de que o domínio-fonte GUERRA é aplicado, pelo senso comum, às ações da Operação Lava Jato. Esse termo tem o propósito de marcar o embate entre denunciados e denunciantes em polos absolutamente opostos. Dessa forma, a escolha lexical “heróis” fortalece o contraste entre as dimensões pública e privada por descrever um papel público, que seria o de “heróis anticorrupção”, em oposição à suspeita de um papel privado, correspondente a “ideólogos clandestinos de direita disfarçados de homens da lei”. Ao reportar o que “muitos” dizem a respeito dos denunciados, os jornalistas recorrem ao enquadre bélico posto por esses “muitos” para contrastar com a postura tendenciosa desses juízes e procuradores. Assim, há a atenuação do caráter positivo associado à imagem pública dos referidos magistrados, cuja reputação é questionada pelas denúncias da Vaza Jato por meio do domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

Em relação à ocorrência de número 2, a expressão “destruir o PT” também sustenta metaforicamente a ideia de que o domínio-fonte GUERRA é aplicado, pelos críticos, às ações da Operação Lava Jato, porque ilustra muito mais prototipicamente a metáfora DISCUSSÃOÉ-GUERRA do que as noções de clandestinidade e de disfarce, as quais são mais periféricas em relação ao domínio da guerra, como se vê no trecho da ocorrência de número 1. Assim, “destruir o PT” marca novamente a oposição entre denunciados e denunciantes em polos contrários. Ao retomarem a crítica feita aos juízes e procuradores, os jornalistas colocam em proeminência a referida metáfora, que avalia o conflito em termos bélicos, dando ênfase ao aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

No que diz respeito à de número 3, no contexto em que é empregada, a expressão “vitória eleitoral”, de modo semelhante, contribui metaforicamente com a ideia de que o domínio-fonte GUERRA se aplica às eleições, segundo os procuradores reportados, em suas conversas vazadas. Vitórias e derrotas fazem parte do domínio bélico, assim como do domínio JOGO, os quais se diferenciam pelo grau de violência e se aproximam por envolver disputa, adversário, vitória, derrota, treinamento, equipamento, hierarquia, estratégia e técnica. Por meio da referência à guerra, os procuradores reportados dão mostras de sua parcialidade

e, de modo complementar, acionam a noção de estratégia que o jogo também evoca, o que possibilita a expressão enfática da crítica feita pelos jornalistas. Considera-se que essa metáfora se encontra no âmbito do Discurso Reportado, tendo em vista que os jornalistas aludem aos dados vazados publicados nas próprias reportagens. Dentre o que elas mostram, está a expressão do desejo de impedimento da vitória eleitoral do PT. O entendimento de que se trata de algo reportado se dá, sobretudo, no trecho “os procuradores da Lava Jato falavam abertamente sobre...”, em molde indireto. Com isso, é correto afirmar que a expressão “vitória eleitoral” origina-se, pelo menos parcialmente, do conteúdo e da forma dos dados vazados, embora esteja no texto dos jornalistas do *The Intercept* Brasil. Segundo Sanders e Redeker (1996), no discurso indireto, tanto falante reportado quanto narrador têm responsabilidade pelo enunciado, e o falante reportado tem responsabilidade pelo conteúdo. Portanto, pode-se considerar que há ênfase, por parte dos procuradores, do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

Quanto à ocorrência de número 4, a expressão “invasão do celular” também colabora metaforicamente com a ideia de que o domínio-fonte GUERRA é aplicado, segundo a notícia citada pelo *The Intercept* Brasil, a ações de espionagem. Essa noção instancia o caráter bélico enquadrado pelo Discurso Reportado, que diz respeito ao conteúdo e à forma de outra notícia envolvendo o que se toma como sendo “invasão do celular do ministro Moro”. Então, é explícita a avaliação por meio da metáfora em um discurso que não é necessariamente de autoria dos jornalistas do *The Intercept* Brasil. Tal avaliação, feita pelos autores da referida notícia reportada, pontualmente, coloca Moro como vítima em um cenário de guerra, tendo seu espaço virtual invadido por um *hacker*. Assim, marca-se a distinção entre a notícia da invasão do celular do ministro, que havia sido divulgada e segundo a qual ele afirma que não houve captação de conteúdo, e o fato de que os próprios jornalistas do *The Intercept* Brasiltiveram acesso ao referido conteúdo, vazado por um *hacker*. Essa divergência entre as notícias é outro fator que auxilia na compreensão da “captação de conteúdo” como verídica no caso das reportagens da Vaza Jato, diferentemente do que foi dito pela outra notícia. Dessa forma, verifica-se ainda a ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

Sobre a ocorrência de número 5, há o entendimento de que se trata de um Discurso Reportado advindo da expressão *dicendi* indireta “um extenso lote de arquivos secretos revela que”, a qual abre espaço para a expressão metafórica destacada “bloqueando ou enfraquecendo uma entrevista”. Ao atribuir a ideia de força à entrevista, metaforicamente, o texto dos jornalistas está se referindo, de modo indireto, aos possíveis efeitos impactantes dela na sociedade naquela circunstância. Dessa forma, avalia-se a entrevista como sendo potencialmente “forte”, já que é passível de “enfraquecimento” ou mesmo “bloqueio”. Nota-se, portanto, a reiteração da implicação geral anterior.

Acerca da ocorrência de número 6, ao reportar a *Folha de São Paulo* em sua postagem no *Twitter*, Dallagnol endossa a opinião do referido jornal. Portanto, a implicação subsequente do texto vale tanto para um quanto para outro: embora considerem que Lula não seria “alvo de um processo de exceção”, a metáfora avaliativa está posta, evocando a ideia de haver uma guerra entre Lula e seus acusadores no processo jurídico. Essa evocação condiz com o modo expressivo pelo qual se opta por descrever o cenário político-jurídico de forma a explicitar seu contexto drástico. A *Folha de São Paulo* e Dallagnol não licenciariam a prerrogativa de que Lula

é alvo. Então, é como se supusessem que o próprio Lula se considerasse “alvo”. Dessa maneira, eles usam a metáfora para negar seu sentido. Assim, nota-se um efeito de atenuação, por força da negativa, do caráter drástico do contexto político-jurídico, fornecido pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

No que diz respeito à ocorrência de número 7, uma vez que se pode entender associativamente as metáforas avaliativas DISCUSSÃO É GUERRA e PROCESSO JURÍDICO É JOGO, sendo uma tomada pela outra, há a inferência de que as ações dos adversários, tanto em uma guerra quanto em um jogo, visam à vitória e podem ser compreendidas como estratégicas. Essas duas metáforas associadas também intensificam a implicação acerca da ênfase do aspecto drástico das ações estratégicas no contexto político-jurídico.

Quanto à ocorrência de número 8, o uso da expressão “se forcarem antes” conota de maneira mais específica o *subtype* de metáfora INSISTÊNCIA É FORÇA FÍSICA. Entretanto, tendo em vista que essa metáfora aborda a reiteração de um argumento, isto é, a insistência como um recurso de força em uma “luta verbal”, pode-se vincular INSISTÊNCIA É FORÇA FÍSICA ao *type* superordenado da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA. Dessa forma, a implicação genérica depreendida dessa instância também diz respeito à ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir. Por sua vez, a ocorrência de número 9 evoca exclusivamente o domínio-fonte GUERRA, por meio da expressão “guerra de liminares”, reforçando a referida implicação.

A ocorrência de número 10 contempla a expressão “luta anticorrupção” e instancia outra vez a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA. Tal expressão ratifica o cenário metafórico da guerra, que já vem sendo evocado, bem como a denúncia de parcialidade contra aqueles que eram tidos como “heróis” no combate aos supostos crimes de corrupção. É nítida a perspectiva avaliativa dos jornalistas, com base nos dados vazados, de que os integrantes da força-tarefa, na verdade, não formam um grupo apolítico e apartidário. O uso conotativo de “luta” intensifica a força do empreendimento anticorrupção, tornando o enunciado argumentativamente mais efetivo ao lançar mão do domínio-fonte GUERRA, aquele que apresenta elementos drásticos, como agressividade, opressão, abuso e coação, os quais ampliam a expressividade simbólica do domínio-alvo DISCUSSÃO. Assim, essa ocorrência é um exemplo em que também há ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir. O mesmo se dá com a ocorrência de número 11, a qual figura em nota emitida posteriormente ao anúncio da publicação dos dados vazados, a força-tarefa da Lava Jato enquadra o *hacker* como um adversário de guerra, do qual seus integrantes se consideram vítimas.

Com esses elementos significativos, pode-se perceber que os próprios textos reportados já trazem a dimensão bélica para o contexto das reportagens investigativas. Talvez um dos achados mais relevantes apresentados neste artigo seja o apropriação dessa dimensão avaliativa prévia para a posterior produção do texto elaborado pelo punho dos próprios jornalistas. Pode-se afirmar que o “filtro” linguístico-cognitivo desses profissionais de imprensa selecionou, por razões diversas de impacto noticioso, os textos reportados que culminaram em um material que coloca em proeminência DISCUSSÃO É GUERRA. O julgamento, por parte do *The Intercept* Brasil, daquilo que fora relevante para a publicação contribuiu decisivamente para a emergência da referida metáfora avaliativa nas reportagens. Como já se afirmou, entende-se que, sendo os jornalistas determinantes na escolha do material a ser divulgado, o

texto portado explora amplamente os contornos drásticos desse recurso figurativo na composição textual das reportagens, que denunciam as conversas vazadas dos juízes e procuradores.

Dessa maneira, para que se estabeleça um contraste entre implicações advindas de origens discursivas distintas, opta-se, em seguida, pela apresentação de outra tabela, na qual estão arregimentadas as ocorrências mais emblemáticas da metáfora avaliativa DISCUSSÃO É GUERRA, oriundas do Discurso Portado, aquele que se considera ser diretamente redigido pelos jornalistas. Com essa terceira tabela, pode-se vislumbrar como a apropriação mencionada acima se dá textualmente. Um aspecto relevante tem a ver com as Implicações Gerais da referida metáfora portada pelos próprios jornalistas, ladeadas pelas Ocorrências, a saber:

Quadro 3 – Metáfora DISCUSSÃO É GUERRA no âmbito do Discurso Portado

Nº	Vaza Jato	Fonte	Ocorrência	Implicação Geral da Metáfora
1	Parte 1	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	“Intercept Brasil publicou hoje três reportagens explosivas mostrando discussões internas e atitudes altamente controversas, politizadas e legalmente duvidosas da força-tarefa da Lava Jato, coordenada pelo procurador renomado Deltan Dallagnol, em colaboração com o atual ministro da Justiça, Sergio Moro, celebrado a nível mundial.”	Ênfase do caráter surpreendente, inédito e grave das denúncias de parcialidade dos juízes e procuradores na condução das investigações da operação Lava Jato por meio do domínio-fonte GUERRA.
2	Parte 1	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	“A divulgação dessas ligações privadas foi crucial para virar a opinião do público contra o PT, ajudando a preparar o terreno para o impeachment de Dilma em 2016 e a prisão de Lula em 2018. ”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
3	Parte 2	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	“Por isso, articularam estratégias para derrubar a decisão judicial de 28 de setembro de 2018, que a liberou – ou, caso ela fosse realizada, para garantir que fosse estruturada de forma a reduzir seu impacto político e, assim, os benefícios eleitorais ao candidato do PT.”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
4	Parte 2	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	“Por isso, articularam estratégias para derrubar a decisão judicial de 28 de setembro de 2018, que a liberou – ou, caso ela fosse realizada, para garantir que fosse estruturada de forma a reduzir seu impacto político e, assim, os benefícios eleitorais ao candidato do PT.”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

5	Parte 2	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	“Por isso, articularam estratégias para derrubar a decisão judicial de 28 de setembro de 2018, que a liberou – ou, caso ela fosse realizada, para garantir que fosse estruturada de forma a reduzir seu impacto político e, assim, os benefícios eleitorais ao candidato do PT.”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
6	Parte 2	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	“Toda a discussão, que se estendeu por várias horas, parece mais uma reunião entre estrategistas e operadores anti-PT do que uma conversa entre procuradores supostamente imparciais.”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.
7	Parte 2	Texto do <i>The Intercept</i> Brasil	“Um pedido do El País acatado por Lewandowski finalmente pôs o plano por terra ”	Ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

Fonte: elaborada pelos autores

Observa-se que a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, no âmbito do que neste artigo está se nomeando como Discurso Portado, apresenta-se em sete ocorrências distintas, mas todas se encontram no texto de próprio punho dos jornalistas do *The Intercept* Brasil. Em relação à ocorrência de número 1, a expressão “reportagens explosivas” mostra que a escolha do domínio-fonte aciona o cenário metafórico de guerra para dizer sobre o aspecto ameaçador das próprias reportagens e de seu potencial “destrutivo”, considerando as graves denúncias mencionadas nessa primeira matéria. Destaca-se a maneira pela qual a opinião pode ser metaforicamente veiculada no texto jornalístico. Há implicação de que os jornalistas do *The Intercept* Brasil se colocam em “guerra”, como soldados que portam “munição” discursiva. É como se a reportagem fosse enquadrada como “bomba”, artefato bélico típico capaz de mudar drasticamente o decorrer de uma situação determinada. Naquele momento, a força-tarefa da Lava Jato gozava de certo prestígio e reconhecimento por parte da opinião pública, tanto é que o jornal enquadra os principais operadores da força-tarefa, Dallagnol e Moro, como “renomado” e “celebrado”, respectivamente, mesmo que esses adjetivos possam ser tomados de modo irônico quando reportados pelo *The Intercept* Brasil. Além disso, o anúncio das “reportagens explosivas” do jornal dá início ao processo de desconstrução da boa reputação de ambos e dos demais integrantes da referida operação. Percebe-se que há ênfase do caráter surpreendente, inédito e grave das denúncias de parcialidade dos juízes e procuradores na condução das investigações da operação Lava Jato por meio do domínio-fonte GUERRA.

A ocorrência de número 2 traz a expressão metafórica “preparar o terreno”, que também alude à metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, tendo em vista que o terreno a ser preparado corresponde ao cenário de articulações políticas que antecedeu o *impeachment* da então presidenta Dilma Roussef em 2016 e a prisão de Lula em 2018. Pode-se, então, desdobrar a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA em POLÍTICA É GUERRA OU PROCESSO JURÍDICO É GUERRA. Esse trecho emblematiza, também, o quanto a política é um domínio fértil de estratégias, de bastidor ou não, para ações efetivas posteriores. Isso se configura como uma preparação, dizendo respeito

ao aspecto premeditado das decisões em um “terreno” de combate. Desse modo, observa-se a ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

Já na ocorrência de número 3, a expressão “articularam estratégias” não constitui um exemplo muito prototípico de uso figurativo para exprimir a tese jornalística acerca do desenvolvimento de estratégias políticas por parte dos magistrados da força-tarefa da Lava Jato. Apesar disso, é possível observar que a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA subsiste e é observável em outras expressões da situação comunicativa circunvizinha: “derrubar a decisão judicial” e “reduzir seu impacto político”. Tais expressões são relacionadas à elaboração metafórica devido ao contexto enunciativo, que recorre ao vocabulário bélico para abordar o debate/embate político. Dessa forma, a natureza metafórica desses usos pouco prototípicos é fundamentalmente dada pelo contexto discursivo em que as expressões se inserem.

A respeito da ocorrência de número 4, a expressão “derrubar a decisão judicial” instancia metaforicamente o domínio da guerra envolvendo o plano jurídico. A implicação, no caso, recai sobre a tentativa, por parte da força-tarefa da Lava Jato, de impedimento ou de redução do impacto político da entrevista de Lula, que supostamente traria benefícios eleitorais para o candidato à presidência pelo PT, Fernando Haddad, nas eleições de 2018. Por meio da expressão metafórica, os jornalistas avaliam os magistrados como parciais em suas ações. Nesse sentido, a expressão “derrubar a decisão judicial” também endossa o aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico.

A ocorrência de número 5 se encontra no mesmo contexto enunciativo das ocorrências de números 2 e 3, em que é possível observar a atribuição, metaforicamente reiterada, de força política à entrevista. O texto jornalístico afirma que ela poderia ser “enfraquecida” pelas ações dos procuradores. Então, o que antes era metaforicamente enunciado (“bloqueando ou enfraquecendo uma entrevista”, ocorrência 5 da Tabela 2) se torna mais expressivo em “reduzir seu impacto político”, sendo que “impacto” evoca, também, o domínio-fonte bélico. Apesar de haver uma gradação entre expressões menos ou mais metafóricas, as ocorrências de números 2, 3 e 4 compartilham o mesmo contexto enunciativo e, juntas, reiteram a metáfora que enfatiza o aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico.

A ocorrência de número 6 apresenta a expressão “estrategistas e operadores anti-PT” e também alude ao domínio-fonte GUERRA por meio da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA. Como analisado, a fórmula “anti-X” é comumente utilizada em nomes de operações táticas policiais e aciona cenários metafóricos em que há uma dinâmica de lados opostos, envolvendo confrontação, podendo, inclusive, aludir à concepção maniqueísta do bem contra o mal, endossando o ideário de polícia *versus* bandido. Por isso, também, nota-se nessa ocorrência a ênfase do aspecto drástico de ações estratégicas em função do contexto político-jurídico, fornecida pelo domínio-fonte GUERRA, que faz a avaliação metafórica emergir.

Na ocorrência de número 7, por fim, a expressão “pôs o plano por terra” dispara a referida metáfora por meio do domínio semântico da “guerra”, no qual queda significa derrota. Além da expressão em destaque, a voz passiva subfocaliza a ação do ministro, salientando “Um pedido do El País” como sujeito verbal. Tais recursos apresentam a perspectiva avaliativa do *The Intercept* Brasil de valorização do trabalho jornalístico do *El País* e, por conseguinte, do seu pedido ao STF. Pode-se considerar que é como se o *The Intercept* Brasil prestigiasse a peti-

ção bem-sucedida do *El País*, tomando-o como um aliado na guerra pelo direito de imprensa. Assim, a implicação geral anteriormente observada se reitera.

A metáfora *DISCUSSÃO É GUERRA* é acionada repetidas vezes ao longo das matérias em análise. Por isso, é possível observar como ela é disparada por diferentes expressões tanto no discurso criado pelos próprios jornalistas quanto nos fragmentos de Discurso Reportado advindos dos dados vazados e de outros. Tomando as informações expostas na Tabela 2 em contraponto com a Tabela 3, pode-se depreender o quanto elas estão bem articuladas na composição textual das reportagens. Isso tem a ver diretamente com o que se vem defendendo em termos de apropriação, por parte dos jornalistas, de metáforas avaliativas que primeiramente foram produzidas nos textos das fontes. Tendo em vista uma expressiva relação de antecedência entre o material vazado ou oriundo de notas e outras reportagens, pode-se postular uma interferência ou influência desses dados na estilística das partes que contemplam o texto jornalístico em si, tanto em termos de forma quanto de conteúdo. Por conta disso, há o entendimento de que os jornalistas do *The Intercept Brasil* lançam mão da mesma metáfora avaliativa utilizada pelo discurso de outrem para compor a própria textualidade. O enquadre metafórico subjacente à metáfora *DISCUSSÃO É GUERRA* é adotado para servir de “munição” contra aqueles que o acionaram antes da redação das matérias.

5 Considerações finais

Sabe-se que, por acionar domínios de experiência mais concretos, cognitivamente concebidos, as metáforas favorecem uma compreensão eficaz do que se tenta expressar abstratamente, tanto é que se torna complexa a explicação não metafórica da questão que envolve a apropriação da qual se está tratando. No entanto, é possível assinalar que as estratégias discursivas usadas por determinado grupo podem ser utilizadas para servir de contra-argumento a esse mesmo grupo. A forma do “ataque” pode ser a mesma do “contra-ataque”, podendo este até reverter os resultados daquele. Com isso, as implicações gerais podem sofrer alterações em função da perspectiva de quem se utiliza da metáfora avaliativa. Ou seja, o mesmo recurso figurativo pode estar a serviço de lados opostos em um debate, porém o que destoaria é a orientação profissional, política e ideológica de quem produz a metáfora avaliativa.

Quando se comparam as implicações gerais concernentes a cada tabela, pode-se verificar nitidamente que há pouca diferença, levando-se em conta a relação entre atenuação e ênfase, esta se sobrepondo numericamente à anterior. O que realmente as distinguiria tem a ver com a perspectiva de quem enuncia a metáfora avaliativa e, por consequência, sugere as implicações específicas. Nas tabelas anteriores, observam-se, como já foi dito, as implicações gerais da referida metáfora. No entanto, no corpo do texto subsequente a cada tabela, encontram-se as implicações mais específicas, que revelam as diferenças de cada uma das tabelas. Nesse sentido, é patente a distinção das inferências disparadas por Discurso Portado e Discurso Reportado, a qual revela a oposição entre denunciados e denunciantes. Essa diferenciação revela, inclusive, um profundo tratamento irônico dado pelo texto jornalístico de próprio punho ao conteúdo e à forma do discurso de outrem, também por meio da metáfora avaliativa *DISCUSSÃO É GUERRA*.

Cabe ressaltar que essa ironia tem como pano de fundo a incompatibilidade entre o discurso público dos magistrados denunciados e seu discurso privado, exposta pelos jor-

nalistas com base na factualidade dos dados vazados. Então, ao usarem a mesma “munição” metafórica, proveniente de prova documental, esses profissionais da comunicação fazem com que sua denúncia ganhe força argumentativa ainda mais expressiva, conseqüentemente tornando ainda mais clara a inexistência da imparcialidade muitas vezes atribuída à força-tarefa. No âmbito dessa polarização discursiva, o signo metafórico dado pelo argumento do outro pode ser aproveitado justamente para desconstruir, atacar e desqualificar esse mesmo argumento do outro. Para além da relevância jornalística relativa à materialidade dos dados vazados, em conformidade com a máxima “contra fatos não há argumentos”, ambas as reportagens se valem também da “palavra” do outro contra ele mesmo, o que incrementa o embate político-ideológico e corrobora a tese de parcialidade dos magistrados denunciados por meio da exposição das evidências documentais.

Por fim, estabelecendo-se uma associação, licenciada pelo arcabouço teórico da Linguística Cognitiva, entre o que concerne ao domínio-fonte GUERRA e ao domínio-alvo DISCUSSÃO, pode-se afirmar que: como os jornalistas do *The Intercept* Brasil (exército A) instanciam a referida metáfora avaliativa (arma), disparada pelos magistrados denunciados (exército B), demonstram reconhecer o valor e a potência da metáfora avaliativa (arma). Sendo essa metáfora avaliativa (arma) tomada, o que há de eficiente nela (potencial destrutivo) é transferido para quem a tomou. De algum modo, os magistrados denunciados (exército B) perdem o valor e a potência de sua metáfora avaliativa (arma) quando ela lhe é tomada, servindo esta posteriormente de argumento (artefato bélico) para os jornalistas (exército A). Então, os jornalistas (exército A) fazem uso da referida metáfora (arma), da qual os magistrados denunciados (exército B) se valiam ao interagirem secretamente (protegendo-se e atacando) no domínio privado das conversas no *Telegram* (búnquer do exército B). Nesse sentido, aquele que usa a mesma metáfora avaliativa (arma) do outro o enfraquece argumentativamente (belicamente), visto que a metáfora avaliativa (arma) que sustentava seus argumentos (ataque) não está mais sob seu controle.

Declaração de autoria

Nós, autores, declaramos que somos igualmente responsáveis por forma e conteúdo deste artigo.

Referências

ANDRADE, M. *Metáforas Avaliativas na série de reportagens Vaza Jato: o contra-ataque com a arma do outro na guerra discursiva*. 2022. 167 f. (Dissertação de Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022.

BERBER-SARDINHA, A. *Linguística de Corpus*. Barueri, SP: Manole, 2004.

BRYMAN, A. *Quantity and Quality in Social Research*. London: Routledge, 1996.

DEIGNAN, A. The evaluative properties of metaphor. In: LOW, G.; TODD, Z.; DEIGNAN, A.; CAMERON, L. *Researching and Applying Metaphor in the Real World*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2010. p. 357-373.

- DENZIN, N. K; LINCOLN, I. *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DORNELAS, A. B. *Interação Fictiva como estratégia comunicativa de crianças ecológicas com transtorno do espectro autista*. 2018. 181 f. (Tese de doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.
- FERRARI, L.; PINHEIRO, D. Tricotar, alfinetar, rasgar o verbo: a comunicação verbal para além da metáfora do conduto. *Revista Investigações*, Recife, v. 28, n. 2, 2015, p. 1-25.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002.
- LANGACKER, R. *Cognitive Grammar*. New York: Oxford University Press, 2008.
- MAGALHÃES, L. C.. *A Interação Fictiva e a dêixis: a emergência da fictividade em sala de aula*. 2018. 133 f. (Dissertação de mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.
- MCQUARRIE, E. F.; PHILLIPS, B. J. Indirect persuasion in advertising: How consumers process metaphors in pictures and words. *Journal of Advertising*, 34, 2005, p. 7–21.
- REDDY, M. The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, A. (ed.). *Metaphor and thought*, 2. Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993 [1979], p. 164-201.
- ROCHA, L. F. M. *Cá, com os meus botões: conversar comigo mesmo por que, para que e para quem*. 2022. 247 f. Tese (Promoção a Professor Titular). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022.
- SANDERS, J.; REDEKER, G. Perspective and the representation of speech and thought in narrative discourse. In: FAUCONNIER, G.; SWEETSER, E. (eds.). *Spaces, worlds and grammar*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1996, p. 290-317.
- SANTOS, D. *A emergência de casos de Interação Fictiva como estratégia comunicativa na publicidade*. Manuscrito. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022.
- SCHÖN, D. Generative metaphor: A perspective on problem setting in social policy. In A. Ortony (Ed.), *Metaphor and thought* (2nd edn). Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 137-162.
- SILVA, J. C. *Interação Fictiva no ensino/aprendizagem de Português como Língua Estrangeira*. 2019. 151 f. (Dissertação de mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.
- SILVA, J. U. *Interação Fictiva no discurso de líderes religiosos: uma abordagem sociocognitiva*. 2023. 146 f. (Tese de doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022.
- SOPORY, P.; DILLARD, J. P. The persuasive effects of metaphor: A meta-analysis. *Human Communication Research*, 28, 2002, p. 382–419. TALMY, L. Movimento fictivo na linguagem e “Cepção”. *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 2, n 23, 2019, p.194-255.
- TAVARES, L. G. O. *Interação Fictiva como estratégia de estruturação discursiva em audiências de Instrução e Julgamento na Justiça Federal* 2021. 383 f. (Tese de doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2021.

Discurso, poder e verdade: o jogo de palavras na polêmica sobre a regulação da mídia no Brasil

Discourse, Power and Truth: the Game of Words in the Controversy Over the Media Regulation in Brazil

Fernanda de Oliveira Valle Reis

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) | CAPES | Belo Horizonte | MG | BR
fernandavalle0908@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5330-6092>

Mayara Letícia Paiva

Magalhães

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) | Belo Horizonte | MG | BR
mayaraleticiabp@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0008-6302-3214>

Resumo: Este artigo examina a dimensão argumentativa de dez manchetes sobre regulação da mídia, publicadas no período de agosto de 2021 a dezembro de 2022, e como elas foram construídas de maneira a induzir a interpretação do leitor. A análise considera, em um primeiro momento, a perspectiva da semântica argumentativa, com seus índices de avaliação e indicadores atitudinais (Koch, 1995), e a perspectiva discursiva, visando a flagrar as estratégias de enquadramento, de orientação argumentativa indutora de raciocínios e as de apagamento enunciativo, propostas por Emediato (2013). Na sequência, a partir do conceito de enunciado e da noção de vontade de verdade (Foucault, 1972, 2014, respectivamente) e das reflexões de Charaudeau (2022) sobre manipulação da verdade, a análise foca os modos como o discurso da mídia direciona as pautas para a sociedade. A conclusão é que discutir projetos de regulação da mídia é uma necessidade urgente da sociedade brasileira, uma vez que as manchetes são tendenciosas e a maior parte delas promove uma campanha de oposição a projetos de regulação, associando-os a censura.

Palavras-chave: discurso midiático; discurso e poder; regulação de mídia.

Abstract: This article examines the argumentative dimension of ten headlines on media regulation, published between August 2021 and December 2022, and how they were constructed in order to induce the reader's interpretation. The analysis considers, at first, the perspective of argumentative semantics, with its evaluation indices and attitudinal indicators (Koch, 1995),



and the discursive perspective, aiming to capture the framing strategies, argumentative orientation that induce reasoning and enunciative erasure, proposed by Emediato (2013). Next, based on the concept of enunciation and the notion of the will to truth (Foucault, 1972, 2014, respectively), and Charaudeau's (2022) reflections on manipulation of the truth, the analysis focuses on the ways in which media discourse directs guidelines for society. The conclusion is that discussing media regulation projects is an urgent need for Brazilian society, since the headlines are biased and most of them promote a campaign of opposition to regulation projects, associating them with censorship.

Keywords: media discourse; speech and power; media regulation.

1 Introdução

O modelo de colonização português, caracterizado por uma prática econômica essencialmente exploratória, deixou marcas difíceis de serem apagadas da cultura brasileira. Até os dias de hoje, ainda vigem no imaginário nacional a megalomania dos latifúndios e a lógica das capitanias hereditárias. Embora essas denominações remetam-nos diretamente à forma como o território nacional foi dividido, ocupado e explorado (e as consequências sociais disso), elas se prestam muito bem para nos ajudar a compreender a importância do objeto deste artigo: os discursos sobre a regulação da mídia no Brasil.

Assim como as terras físicas, as concessões de rádio e TV representam um grande filão, uma torrente generosa de lucro – e poder – em um país com mais de 200 milhões de habitantes. Pois bem, poucos têm acesso a essa fonte intangível de ondas eletromagnéticas convertidas em sinais de rádio e TV. De modo análogo às capitanias do período colonial – em que poucas famílias detinham o direito de explorar grandes extensões de terra, concentrando a riqueza nas mãos de ínfima parcela da população –, atualmente, a concentração das concessões resulta em uma população refém do arbítrio de alguns no que concerne à temática dos debates públicos.

Alguns números dão a dimensão desse latifúndio virtual: mais de 70% da audiência nacional seguem a programação de apenas quatro grupos de TV aberta; 98,3% dos municípios brasileiros recebem o sinal da Rede Globo; 80% dos meios de comunicação estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul do País (Ferreira, 2021, p. 106). Ou seja, há um grupo bem restrito que decide sobre o que é informação e como o público deve ser informado. O resultado disso se faz perceber nos assuntos, na forma como são tratados e na avaliação que se faz

deles nas conversas entre amigos, em família, no trabalho, nas ruas. Em resumo, o efeito de tanto poder acumulado é o risco da formação de uma opinião pública cordata.

O enfrentamento à concentração de poder e riqueza no Brasil – seja no que diz respeito à demarcação de terras, seja no que se refere a uma distribuição mais ampla e plural de concessões de canais de comunicação – sempre foi motivo para muitas polêmicas, que redundaram em poucos avanços na solução dos problemas que as originaram. O Brasil já possui um conjunto de leis que procuram estabelecer as regras e os limites das concessões e do funcionamento da mídia. No entanto, são regramentos esparsos e sem regulamentação, isto é, a norma já existe, mas, sem o detalhamento de como deve ser aplicada e sem definição de alguns conceitos.

Exemplos dessa normatização são a Lei de Radiodifusão (1932); o Código Brasileiro de Telecomunicações (1962); e a lei do Serviço de Radiodifusão Comunitária (1998). Embora não sejam objeto deste artigo, vamos apenas lembrar aqui duas normas que dizem respeito a um outro lado igualmente importante dessa discussão: o da regulação das plataformas digitais. A lei que cobre princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil é o chamado Marco Civil da Internet (2014). Já a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Brasil, 2018) institui normas de coleta e tratamento de dados pessoais e informações sensíveis, como origem racial ou étnica e orientação política, que devem ser seguidas por empresas de tecnologia e governos. A parte polêmica, que aguarda entrar na pauta do plenário da Câmara dos Deputados, está concentrada no Projeto de Lei 2.630/2020 – Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet ou PL das Fake News.

Voltando à regulação da mídia, a importância do assunto é tanta que ele está contemplado na própria Constituição Federal. O artigo 220, parágrafo 5º, declara: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.” (Brasil, 1988). Logo, tratar de regulação da mídia não é nenhuma novidade, mas provoca muito barulho todas as vezes que entra na pauta. A mais recente foi durante a campanha à Presidência da República de 2022, trazida à tona pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que, ao defender a regulação, desencadeou uma série de críticas e a acusação de querer censurar a imprensa. O objeto deste estudo são justamente os discursos flagrados em dez manchetes referentes ao assunto.

A última tentativa de avanço no processo de regulação da mídia é o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica (2013), concebido a partir dos esforços de entidades da sociedade civil, reunidas em torno da campanha “Para expressar a liberdade – Uma nova lei para um novo tempo”, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Esse projeto de lei dispõe, entre outros, sobre a regulamentação de seis artigos da Constituição Federal que tratam da comunicação social eletrônica, mas já demanda atualização. Isso porque o texto do projeto não aborda a regulação das plataformas de streaming nem das distribuidoras de notícias, sendo que estas recebem, de acordo com levantamento do jornalista Camilo Vannuchi (2021), mais de 70% da verba publicitária que circula no país, mesmo tendo capital majoritariamente estrangeiro, o que é proibido por lei.

Em artigo publicado no jornal Brasil de Fato, em setembro de 2021, a jornalista Mariana Martins ilustra a dificuldade de fazer o processo caminhar. Segundo ela, durante os 14 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, nenhuma das propostas de regulação da mídia apresentadas foram analisadas pelo Congresso Nacional (Martins, 2021). Ao questionar a razão

desse entrave, a jornalista aponta que a resposta mais comum dos críticos da regulação a essa pergunta é que a proposta em debate equivaleria a censurar os meios de comunicação.

Afora os que acreditam de boa-fé nessa ameaça, o que parece mesmo tirar o sono da parcela desses críticos que possui ações nas empresas de radiodifusão é a possibilidade de verem diminuir seus lucros e seu poder de influência. Essa dedução se baseia no fato de que muitos deputados e senadores são proprietários de emissoras de rádio e televisão. Apesar de a Constituição, em seu artigo 54, proibir que tais detentores de mandato político sejam donos de empresas de comunicação, nas eleições de 2018, 34 candidatos às assembleias legislativas eram donos de tais empresas, sendo que, desses, 16 concorriam à reeleição, cinco possuíam outros cargos políticos eletivos e sete já haviam tido algum cargo eletivo (Intervozes, 2018).

Tendo em vista esse cenário de disputas e tensões, este artigo se propõe, primeiro, a examinar a dimensão argumentativa das manchetes sobre a regulação da mídia, de acordo com as estratégias de enquadramento, de orientação argumentativa indutora de raciocínios e as de apagamento enunciativo propostas por Emediato (2013) e os índices de avaliação e indicadores atitudinais, na perspectiva da semântica argumentativa (Koch, 1995). Na sequência, os conceitos de enunciado e da noção de vontade de verdade (Foucault, 1972, 2014, respectivamente) e as reflexões de Charaudeau (2022) sobre a manipulação da verdade ajudarão na reflexão sobre o papel das manchetes e a forma com que foram construídas, a fim de induzir o leitor a uma dada interpretação, direcionando as pautas da sociedade e contribuindo, assim, para a manutenção do *status quo*.

2 No discurso, os embates das relações de força e poder

Quando se ouve falar de regulação da mídia, para muitos o assunto em pauta é igualdade, liberdade de expressão e democratização. Para tantos outros, está-se falando de controle e censura. Independentemente do entendimento que se tem da proposta em questão, na parte a que nos propusemos aqui, conversar sobre regulação da mídia é tratar de um projeto que se arrasta há décadas no Brasil e tem a ver, sobretudo, com um jogo de discurso e de poder.

As interações sociais são marcadas por relações de força e isso se manifesta na linguagem. De acordo com Ingedore Koch (1995), o uso da linguagem é essencialmente argumentativo e caracterizado por objetivos comunicativos, relações a estabelecer e efeitos a causar – sendo este o ponto do nosso interesse. É pela linguagem que, segundo Koch, o sujeito pretende “*atuar sobre o(s) outro(s)*” de forma a obter dele determinadas reações, sejam elas verbais ou não verbais. Em suma, “procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa” (Koch, 1995, p. 29).

Wander Emediato (2013) reflete sobre a dimensão argumentativa dos enunciados e afirma que “a argumentação é atividade humana, dialógica e interacional” (Emediato, 2013, p. 75). De acordo com o autor, o discurso jornalístico apresenta uma “orientação argumentativa mais ou menos velada” e, para tal, se vale de recursos como a escolha lexical, a maneira de gerir a palavra e a enunciação do outro e os raciocínios típicos da informação midiática, como por exemplo a dedução, a indução e as analogias. Dentre as operações estratégicas do discurso midiático destacam-se o enquadramento, o apagamento enunciativo e as elipses.

O enquadramento refere-se ao modo como a informação é organizada e apresentada dentro de um texto ou discurso. É a estrutura que delimita o que é dito e como é dito,

influenciando a percepção e interpretação do receptor. Em termos simples, o enquadramento é como o “quadro” dentro do qual o discurso é situado, moldando o contexto e destacando certos aspectos, enquanto minimiza outros. Isso pode ser feito através da escolha de palavras, do tom, da ênfase em determinados pontos e da organização das informações.

Emediato (2013) destaca que o enquadramento é crucial porque pode direcionar a interpretação do leitor ou ouvinte, afetando a forma como a mensagem é recebida e compreendida. Desse modo, uma passeata pode chegar ao grande público como um ato legítimo de reivindicação de algo importante ou, caso seja dada ênfase a um problema localizado, esse mesmo evento pode ser entendido como algo que, embora legítimo, causa distúrbios na ordem pública e então deve ser revisto. Em vista dessas possibilidades, o autor sustenta que a compreensão desses enquadramentos é essencial para uma sociedade bem-informada.

Outra estratégia abordada pelo autor, o apagamento enunciativo, diz respeito à omissão ou silenciamento de certas vozes, perspectivas ou elementos dentro de um discurso. Emediato (2013) discute como esse apagamento pode ocorrer de várias formas, seja pela ausência de certos agentes no discurso, pela escolha de não mencionar certos fatos, ou pela marginalização de certos pontos de vista. O apagamento enunciativo pode servir para reforçar certas ideologias e manter relações de poder, ao silenciar vozes dissidentes ou minoritárias. É frequentemente analisado em contextos nos quais há uma tentativa de neutralizar a posição do enunciador, de modo a dar um ar de imparcialidade, objetividade ou impessoalidade ao discurso. O estudo do apagamento enunciativo é relevante em diversas áreas, incluindo a análise do discurso político, midiático, acadêmico e em outras práticas sociais onde a posição do locutor precisa ser neutralizada ou camuflada por razões estratégicas.

O apagamento enunciativo refere-se, então, à prática de ocultar ou minimizar a presença do enunciador no discurso. Isso pode ocorrer de várias maneiras, como o uso de estruturas passivas, a omissão de pronomes pessoais, ou a escolha de palavras que diluem a responsabilidade do enunciador pelo enunciado.

Emediato (2013) utiliza o conceito de eclipse para descrever uma técnica comum nos meios de comunicação. A eclipse, em termos literários e retóricos, refere-se à omissão de elementos de uma frase ou de uma narrativa, que podem ser palavras, frases ou até mesmo parágrafos inteiros. Essa omissão é feita de maneira que o sentido geral ainda seja compreensível, mas com a finalidade de influenciar a interpretação do leitor ou espectador.

O autor argumenta que a mídia frequentemente utiliza a eclipse para moldar a opinião pública. Ao omitir certas informações, os veículos de comunicação podem direcionar a atenção do público para aspectos específicos de uma história, enquanto minimizam ou ignoram outros que poderiam proporcionar uma visão mais completa e equilibrada dos fatos, podendo essa técnica ser utilizada, então, para reforçar certos pontos de vista, manipular a percepção dos eventos e influenciar a formação de opiniões.

No que diz respeito à eclipse, portanto, não é apenas uma questão de economia de palavras, mas uma ferramenta estratégica de construção de narrativas e controle da informação. Podemos tomar como exemplo uma reportagem sobre uma decisão governamental na qual seja noticiado: “O governo anunciou hoje novas medidas. Isso visa aumentar a segurança e a prosperidade”, em vez de: “O governo anunciou hoje novas medidas para aumentar a vigilância nas fronteiras e incentivar investimentos estrangeiros, visando aumentar a segurança nacional e a prosperidade econômica”. Como é possível perceber, o segundo exemplo possibilita uma ligação direta entre a ação do governo e o efeito visado e esperado pelo trabalho em curso, além de

clareza em relação ao objetivo governamental e as medidas tomadas. Já o primeiro exemplo desvincula as ações do governo com os resultados esperados, pois causa a impressão de que os possíveis frutos daquele feito não são parte da política pública em execução, mas foram identificados pelo próprio jornalista.

No entendimento de Emediato (2013), o estudo da argumentação no discurso implica se debruçar sobre os processos de persuasão ou de intenção persuasiva e, no âmbito da informação midiática, deve abranger uma “reflexão sobre a interação entre as atitudes projetiva (identificadora) e impositiva (transformadora), ambas voltadas, cada uma à sua maneira, para uma ação sobre as crenças e as representações do outro.” (Emediato, 2013, p. 77-78).

Mas, para o pesquisador, o exame do discurso midiático não deve se limitar à busca de elementos explicitamente argumentativos. Ele se ancora em Amossy (2006) para explicar que, além dos discursos que possuem essa visada argumentativa declarada, há os que se caracterizam por uma dimensão argumentativa, ou seja, neste último caso, o enunciador pretende agir sobre as crenças e representações do outro, mas sem assumir essa intenção. Isso pode ser observado em muitas notícias, a começar pelos títulos, que apresentam pontos de vista como se fossem evidências e conseguem esse efeito porque são mascaradas por “operações de apagamento enunciativo e de objetivação modal” (Emediato, 2013, p. 78-79).

No âmbito da comunicação social, esse “atuar sobre o outro”, de que falam Koch (1995) e Emediato (2013), atinge uma dimensão tal que pode chegar a persuadir pensamentos, opiniões e ações de milhões de pessoas. É claro que, sendo a linguagem constitutivamente dialógica (Volóchinov, 2017), a “influência” entre os interlocutores é recíproca. O dialogismo se confirma até mesmo nas situações comunicacionais em que o próprio meio limita um dos lados, ainda que temporariamente, à posição de ouvinte, como no caso do espectador de um telejornal, por exemplo. Na realidade, não se trata de impedimento, mas apenas do adiamento de uma reação explícita do espectador, pois, conforme frisa Bakhtin (2011), a compreensão ativamente responsiva – manifestada na resposta a um dado enunciado – pode ser de efeito retardado, ou seja, “cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente entendido responde nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte” (Bakhtin, 2011, p. 272).

Mas é certo também que a desigualdade das relações comumente se evidencia na falta de equidade do acesso ao conhecimento. Tal descompasso é grave, uma vez que o livre trânsito entre as várias formas e meios de difusão da informação, além das oportunidades de fala e de questionamentos, são essenciais para a compreensão dos fatos e das notícias, para o embasamento de opiniões e a construção de argumentos bem fundamentados.

De qualquer forma, todos são afetados pelas interações languageiras. Foucault (2019) vai mais longe e afirma que é nas relações sociais (e languageiras, portanto) que se exerce o poder. Sim, para Foucault, o poder não é algo que se detém, mas se exerce; é muito mais do que a força coercitiva do Estado e das instituições sobre a sociedade. Na verdade, é a própria sociedade que o mantém, uma vez que até mesmo a horizontalidade de suas relações é permeada por forças de saber e poder:

De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem. (Foucault, 2019, p. 255).

De volta à regulação da mídia, o discurso dominante em vários jornais, telejornais, *sites* e *blogs*, em resposta às declarações do então candidato Lula sobre a matéria, é de contestação quanto à necessidade da medida e de descrédito sobre as reais intenções da proposta. Os principais argumentos dos veículos são, respectivamente, que a autorregulação da mídia já é suficiente para prevenir possíveis excessos e que o projeto de regulação seria, na verdade, a brecha jurídica que garantiria ao Estado o poder de cercear a liberdade de imprensa.

Um exemplo desta desconfiança pode ser visto na seguinte chamada do canal CNN, em junho de 2022: “Eleições 2022 – Especialistas: regulação da mídia fere a Constituição – Proposta abre brecha para censura e controle de conteúdo”. Nesta reportagem, a avaliação expressa na chamada é analisada por comentaristas e respaldada por entrevistas com especialistas da área do Direito, que corroboram a opinião do veículo. Mas ao público é omitida a exibição de artigos que compõem o projeto, assim como a explicação do seu conteúdo.

Considerando que as relações sociais são marcadas por forças de saber e de poder e que a linguagem, essa atividade complexa de interação (Volóchinov, 2017), é essencialmente argumentativa e tem como um de seus objetivos e característica intrínseca provocar efeitos no outro, é possível entrever, conforme veremos adiante nos títulos selecionados, como o discurso da mídia reflete os interesses de um determinado enunciador. Bakhtin (2011) respalda nossa leitura das manchetes quando, ao tratar dos fios ideológicos que atravessam o discurso, afirma que o sentido de toda manifestação verbal está relacionado ao valor atribuído pelo falante ao objeto do seu enunciado. Ou seja, conforme explica Faraco (2009), a materialidade textual do enunciado é construída a partir das inter-relações axiológico-dialógicas do enunciador.

Mas a natural impossibilidade de um enunciado neutro pode se converter em subterfúgio. A artimanha do discurso midiático de difundir um determinado valor se encaixa no que Charaudeau (2022) denomina manipulação. Para ele, mais do que incitar as pessoas a fazer, dizer e pensar algo (atitude típica da persuasão), “o discurso manipulatório é caracterizado por uma *maquagem* intencional e um *efeito de impostura* [...] o manipulador não revela sua intenção; ele a disfarça com um discurso diferente daquele de seu pensamento, enquanto dá indícios, até promessas, de sinceridade” (Charaudeau, 2022, p. 91). Segundo o autor, como o manipulador não tem poder coercitivo, ele adota papéis (posturas), como um conselheiro ou um guia, na tentativa de convencer. Por exemplo, no caso dos veículos de comunicação que são contra a regulação das mídias, o discurso assumido é o de uma empresa defensora da liberdade de expressão, da Constituição e da democracia.

Charaudeau (2022) discute como a negação da verdade se tornou um fenômeno prevalente, incluindo a distorção de fatos e a rejeição de evidências objetivas em favor de narrativas que atendem a interesses específicos, seja no âmbito político, econômico ou social. O autor analisa o conceito de pós-verdade, em que as emoções e crenças pessoais se tornam mais influentes na formação da opinião pública do que os fatos objetivos.

Na era da pós-verdade, a percepção subjetiva da realidade ganha mais destaque do que a realidade em si. Nesse sentido, ele argumenta que os meios de comunicação desempenham um papel crucial na manipulação da verdade, pois eles podem selecionar, omitir ou distorcer informações para moldar a opinião pública de acordo com interesses particulares, seja para manter a audiência, agradar patrocinadores ou promover agendas políticas.

Destaca-se, então, o impacto das redes sociais, uma vez que estas são apontadas como amplificadoras da pós-verdade, devido à disseminação rápida e massiva de informações sem a devida verificação de fatos. Charaudeau (2022) destaca a importância de uma comunicação

responsável e ética, ao chamar atenção para o papel dos jornalistas, acadêmicos e demais formadores de opinião na defesa da verdade e na luta contra a desinformação e as *fake news*.

Segundo o autor, a manipulação da verdade é vista como uma ameaça significativa para a democracia, pois compromete a capacidade dos cidadãos de tomar decisões informadas. Dessa forma, o autor sugere que a educação e o fortalecimento do pensamento crítico são fundamentais para combater a manipulação da verdade. Ele defende a necessidade de capacitar os indivíduos a questionar, analisar e validar informações de maneira crítica.

Charaudeau (2022) aborda o conceito de “efeito de verdade” para explicar como certas informações são percebidas como verdadeiras independentemente de sua veracidade objetiva, argumentando que o “efeito de verdade” é um produto da construção discursiva e comunicacional. Isso significa que a verdade não é apenas uma questão de correspondência com a realidade objetiva, mas também de como essa realidade é representada e comunicada. A maneira como as informações são apresentadas pode influenciar a percepção das pessoas sobre o que é verdadeiro.

Segundo o autor, o “efeito de verdade” é um fenômeno complexo que resulta da interação entre a construção discursiva, a credibilidade das fontes, as emoções, o contexto sociocultural e a repetição das informações. Este efeito está ligado à credibilidade das fontes e ao contexto em que as informações são disseminadas. Assim, fontes consideradas confiáveis e contextos que favorecem a aceitação de certas narrativas desempenham um papel crucial na criação desse efeito. Um veículo de mídia respeitado, por exemplo, pode gerar um forte “efeito de verdade” nas suas comunicações. O autor enfatiza também o papel das emoções na formação do “efeito de verdade”, mostrando que a persuasão emocional é uma ferramenta poderosa na manipulação da verdade. Informações que apelam para as emoções das pessoas, como medo, esperança ou indignação, têm maior probabilidade de serem aceitas como verdadeiras.

O “efeito de verdade” também é influenciado pelo contexto sociocultural. As crenças, valores e normas de uma sociedade ou grupo social determinam o que é mais facilmente aceito como verdade. Charaudeau (2022) observa que, em diferentes contextos culturais, as mesmas informações podem ser recebidas de maneiras distintas. Outro aspecto importante faz referência à repetição de informações, visto que a repetição pode reforçar o “efeito de verdade”. A familiaridade gerada pela repetição faz com que as pessoas percebam a informação como mais verdadeira.

Vannuchi (2018) problematiza a questão da manipulação da imprensa trazendo as ponderações do professor Ciro Marcondes Filho, para quem a rotina da manipulação é inevitável, um “gesto automático” de quem precisa selecionar e valorar o que será veiculado. E reforça: a notícia não reproduz o mundo real. Mas o professor concorda que há, sim, uma manipulação intencional, a qual ele chama deturpação. Segundo Marcondes, “na prática, jornalismo é uma forma de se realizar a luta pelo poder” (*apud* Vannuchi, 2018, p. 23). Algumas das práticas que caracterizam essa deturpação, em função dos interesses da empresa, são “ocultação, fragmentação, seleção de aspectos, descontextualização, oficialismo, indução” (Abramo *apud* Vannuchi, 2018, p. 23).

No jogo de palavras e encenações do universo midiático, o prêmio visado é o poder do próprio discurso e os efeitos dele. Foucault falou sobre isso durante a aula inaugural no Collège de France, em 1970, quando afirmou que o discurso não é apenas o que manifesta ou esconde o desejo, mas é também o objeto do desejo: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as

lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2014, p. 10)

Nas interações via linguagem, a tentativa de provocar efeitos no outro acaba criando o que Foucault chama “vontade de verdade” (Foucault, 2015, p. 224). Para o filósofo, as verdades são “produzidas” e estão associadas aos mecanismos de poder. Sobre a mídia, ele escreveu:

[...] “afora as ciências, têm-se também os efeitos de verdade ligados ao sistema de informações: quando alguém, um locutor de rádio ou de televisão, lhe anuncia alguma coisa, o senhor acredita ou não acredita, mas isso se põe a funcionar na cabeça de milhares de pessoas como verdade, unicamente porque foi pronunciado daquela maneira, naquele tom, por aquela pessoa, naquela hora.” (Foucault, 2015, p. 228).

Foucault (2014) aborda a noção de vontade de verdade como um dos principais mecanismos de controle do discurso. Segundo o autor, essa vontade de verdade atua como um regulador do discurso, estabelecendo o que pode ser dito e o que deve ser silenciado, funcionando como uma espécie de filtro que determina quais discursos são permitidos e quais são marginalizados ou censurados.

A vontade de verdade não é estática, mas sim histórica e contingente, pois os critérios que definem a verdade e os mecanismos que a sustentam mudam ao longo do tempo, refletindo as transformações sociais, culturais e políticas. De acordo com o autor, ela está intimamente ligada ao poder, pois aqueles que têm o controle sobre a produção e disseminação da verdade possuem também o controle sobre a sociedade. Dessa maneira, instituições como a ciência, a educação, e a mídia desempenham um papel crucial na manutenção dessa vontade de verdade, funcionando como agentes de poder que legitimam certos conhecimentos enquanto excluem outros. O autor aponta também que a vontade de verdade afeta a maneira como os indivíduos se percebem e são percebidos, influenciando a construção da subjetividade e determinando os modos de ver e de ser, moldando as identidades e as práticas sociais.

Na visão do filósofo, portanto, a verdade é uma construção social e histórica, mantida e regulada por mecanismos de poder que operam através do discurso. Além disso, a vontade de verdade não é uma busca neutra pelo conhecimento, mas um exercício de poder que tem profundas implicações na forma como a sociedade é estruturada e em como o conhecimento é produzido e disseminado.

A “produção de verdades” se mostra como resultado de estratégias e práticas discursivas, determinadas pelo tempo, espaço e condições de produção (ou posições ideológicas), que são premissas constitutivas da função enunciativa (Foucault, 2019). Esses fatores fazem do enunciado e do discurso que deles emergem objetos sócio-históricos, e assim devem ser compreendidos para serem analisados. Afinal, a palavra é vazia de sentido. Ao ser materializada no ato da enunciação – acontecimento da fala, do dizer, que pressupõe a interação de, no mínimo, dois sujeitos e que abrange elementos linguísticos e extralinguísticos – a palavra torna-se enunciado e, então, a construção do sentido é possível. Podemos afirmar, portanto, que o enunciado só possui sentido nas relações discursivas.

Embora o enunciado seja um acontecimento que só adquire esse *status* a partir da ação (fala) do sujeito, Foucault sustenta que o analista não deve se deter nas relações entre esse sujeito e o que ele diz ou omite, mas, sim, em “determinar qual é a posição que se pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito.” (Foucault, 2008, p. 108). Ou seja, o autor

vê o sujeito do enunciado como uma categoria vazia, que pode ser ocupada por vários indivíduos. Dessa forma, ele nos convida a refletir sobre os papéis que cada ser pode assumir nas mais diversas situações enunciativas e em diferentes enunciados, ocupando neles a “função sujeito” (Foucault, 2008, p. 105).

Essa visão da função sujeito faz sentido se pensarmos, ainda com Foucault, que o enunciado, apesar de ser um acontecimento e, por isso mesmo, ser único, é passível de se repetir enquanto estrutura/forma linguística, mas nunca terá o mesmo sentido, uma vez que as situações enunciativas (acontecimentos) serão, essas sim, sempre diferentes. Segundo a interpretação de Cleudemar Fernandes sobre esse tópico, para Foucault, “o discurso é categoria fundante do sujeito” (Fernandes, 2014, p. 110), o que, levando em conta as diferenças epistemológicas, nos remeteu a Benveniste, quando este diz que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (Benveniste, 1991, p. 286).

3 Os paradoxos do sistema midiático

Os meios de comunicação são um sistema complexo que “opera fundamentalmente com mensagens verbais e não verbais, frequentemente multimodais, e seus setores são o mercado editorial (edição), a imprensa escrita, a radiodifusão e a televisão (audiovisual)” (Salgado; Oliva, 2018, p. 896). Do ponto de vista discursivo, o funcionamento da mídia pode ser entendido como um sistema de distribuição de discursos – e, portanto, de saber e poder – “composto por matrizes de *sociabilidade* (corporações de notícia, agências, blogosfera, jornalismo livre, etc.) que encarnam *vetores de sensibilidade* (gêneros do discurso inscritos em materialidades diversas, impressas, eletrônicas e digitais)” (Salgado; Oliva, 2018, p. 895). Logo, para um sistema com tal prerrogativa, falar em regulação pode, sim, ser um tabu. Mas, ressaltamos, isso se explica apenas em razão de desconhecimento da matéria ou por descompromisso com o interesse público.

Em meio à polêmica, há um termo recorrentemente utilizado como argumento para sustentar opiniões, seja por quem é a favor ou por quem é contra a regulação. De tão forte, ao ser pronunciado tem-se a impressão de que ele terá o condão de pôr fim aos embates. Talvez por servir a todos, aparenta *dizer tudo*. Mas, de tão batido, parece nada significar. O termo coringa desse imbróglio é liberdade de expressão. Não é à toa que o conceito é tão disputado, já que o próprio exercício da liberdade de expressão envolve contradições e conflitos éticos que fazem dele um dos grandes desafios das democracias contemporâneas.

O livro “A ironia da liberdade de expressão: Estado, regulação e diversidade na esfera pública” (Fiss, 2022) aborda justamente a exigência que se impõe para o equilíbrio entre a necessária autonomia dos meios de comunicação – uma das principais instituições para o “exercício de autogovernança coletiva” em regimes democráticos (Fiss, 2022, p. 71) – e a promoção da diversidade de vozes e de pensamentos. A questão é que a independência econômica e jurídica da mídia acaba deixando a balança muito desigual. Tanto que, na década de 1960, advogados norte-americanos começaram a se perguntar: “poderia o Estado ter um papel na promoção da missão democrática da imprensa?” (Fiss, 2022, p. 71-72).

O advento da internet (com destaque para as redes sociais) deixou ainda mais complexa a equação. Fiss (2022) pondera que, por um lado, a rede de computadores trouxe ao indivíduo comum a possibilidade de criar, opinar e publicar sem intermediários, mas, por outro, as plataformas virtuais continuam pressionadas pelo ambiente econômico, isto é, suas

decisões também são influenciadas pelo desejo do lucro, assim como os canais tradicionais de radiodifusão e o meio editorial. Por esse caminho, chegamos ao paradoxo da liberdade de expressão, em que a ampliação de interlocutores “pode vir a acelerar a erosão da função democrática dos meios de comunicação” (Fiss, 2022, p. 25), em um mundo repleto de notícias falsas e fontes nem sempre confiáveis, o que leva as pessoas a se fecharem em grupos polarizados, empobrecendo os debates (Fiss, 2022).

Salgado e Oliva (2018) contribuíram para a reflexão destacando as contradições do sistema pela perspectiva do direito público e privado, explorada por Ferry (1998). Desse ângulo, torna-se nítido que o sistema opera numa dimensão pública da vida política empregando uma liberdade privada, uma vez que suas escolhas sobre o que é relevante divulgar são discricionárias e que, regra geral, não há que se prestar contas delas. Em vista disso, fazemos coro ao questionamento dos autores: “Uma liberdade privada e uma autorregulação dão conta das expectativas públicas, legítimas, que se têm sobre o sistema midiático?” (Salgado; Oliva, 2018, p. 909).

Em artigo publicado no Uol, o jornalista Camilo Vannuchi (2021) explica alguns pontos que consideramos relevantes, pois são motivos de dúvidas para muitas pessoas. Em primeiro lugar, a regulação em pauta não atinge o funcionamento de jornais e revistas, mas apenas a comunicação eletrônica. Em segundo lugar, a opinião pública não enxerga a TV como concessionária de um serviço público, ou seja, dependente do governo para funcionar. Muitos a veem como empresas privadas que podem oferecer o serviço que quiserem.

No entanto, nada esquenta mais o debate do que dizer que “o PT” – sempre ele – quer regular conteúdo. E com razão. Afinal, esse é o ponto vital: sobre o que a sociedade discute, tendo o ambiente midiático como espaço de manifestação e interação? Mas a proposta em tela (feita em conjunto por várias entidades da sociedade civil e não pelo PT, é bom lembrar) não caracteriza censura, mas, usando a expressão de Vannuchi, “dispositivos civilizatórios”. Para ajudar a entender em que nível atuam tais dispositivos, o jornalista pergunta: “Não é estranho que as televisões não possam exibir propaganda de cigarro, mas estejam liberadas para exibir tiroteios ao vivo, e até execuções, em programas exibidos às cinco da tarde?” (Vannuchi, 2021).

Regular a mídia não pressupõe censura ou controle da imprensa, como também não implica restrições às liberdades de imprensa, de opinião ou de expressão. A palavra regular, como podemos encontrar no dicionário Silveira Bueno (2007), é definida como “sujeitar a regras, regulamentar; acertar”. Censurar, por sua vez, refere-se “a condenar, repreender, desaproveitar, impedir a exibição ou publicação”. Neste sentido, entendemos que regular é determinar como isso vai funcionar. Censurar é calar os veículos.

Vannuchi (2018b), ao se debruçar acerca do estudo do direito à comunicação e os desafios da regulação dos meios no Brasil, aponta que conceber o direito humano à comunicação implica entender os cidadãos que participam do sistema de comunicação como sujeitos de direitos. Segundo o autor,

É oportuno aprimorar o aparato de proteção, sobretudo em relação aos abusos cometidos pelas empresas de mídia: a violação do direito à privacidade, o crime de injúria ou difamação, a exploração da imagem de crianças e vulneráveis, entre outros. Ao mesmo tempo, é fundamental que instâncias jurídicas e sociedade civil estejam preparadas para lidar com o tema do direito à comunicação. (Vannuchi, 2018b, p. 179)

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, as leis que regulavam a imprensa ou a radiodifusão estavam dispersas na legislação ordinária. Como nos mostra Vannuchi (2018a),

As regras sobre o que pode e o que não pode ser transmitido em razão do horário, sobre quem pode e quem não pode ser dono de jornal ou sobre quem pode e quem não pode obter concessões de rádio ou TV mostravam-se anacrônicas diante da complexidade dos desafios que afluíam na aurora da Era da Informação, em meados do século XX. (Vannuchi, 2018a, p.24)

Este cenário pouco difere do atual no que diz respeito à ausência de instrumentos legais capazes de implementar as garantias constitucionais de 1988. Neste sentido, o autor enumera uma série de parágrafos e artigos da CF que nos fazem refletir acerca da ausência de regulação.

Se o parágrafo 5º do Artigo 220 da CF estabelece que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”, como admitir que quatro conglomerados de mídia detenham 85% das emissoras e retransmissoras de televisão no país e percentual semelhante de toda receita publicitária movimentada pela TV aberta no país? Se o artigo 54 da mesma CF determina que “os Deputados e Senadores não poderão, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público”, como justificar o grande número de parlamentares à frente de emissoras de rádio e TV, todas elas concessionárias de serviço público segundo a legislação brasileira? (Vannuchi, 2018a, p.25)

Algumas propostas no âmbito legislativo vêm sendo feitas para regulamentar os princípios constitucionais. Uma parte dessas propostas encontra-se hoje sistematizada no Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica, também conhecido como Projeto de Lei da Mídia Democrática, que começou a ser debatido em 2009, na Conferência Nacional de Comunicação, e foi consolidado em 2011, no âmbito do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

O projeto é amplo (são 297 artigos, 52 a mais que a Constituição Federal) e ambicioso. A meta é garantir multiplicidade de vozes, reduzindo a concentração econômica, combatendo os oligopólios e promovendo maior pulverização de emissoras, sobretudo as públicas, estimulando a participação popular, a representatividade regional, econômica, racial e de gênero (Vannuchi, 2020). A pluralidade de ideias é fator basilar do Estado democrático e o objetivo da regulação da mídia é favorecer a circulação da diversidade de opiniões, culturas, necessidades e interesses da população; estimular a produção local de conteúdo; e promover liberdade de informação e de expressão.

4 Da língua ao discurso

Para fins de análise, foram selecionadas dez manchetes referentes ao assunto, publicadas entre agosto de 2021 e dezembro de 2022, abrangendo, portanto, o período da campanha presidencial e o primeiro mês pós-eleição. Nossa justificativa pela escolha desses objetos se dá porque “os títulos de jornais podem também agir sobre os raciocínios dos leitores, con-

siderando que se encontra subjacente a esses enunciados uma orientação argumentativa.” (Emediato, 2013, p. 90).

Nosso olhar sobre as manchetes será conduzido, em um primeiro momento, pela perspectiva da semântica argumentativa, com seus índices de avaliação e indicadores atitudinais (Koch, 1995), e pela perspectiva discursiva, visando a flagrar as estratégias de enquadramento, de orientação argumentativa indutora de raciocínios e as de apagamento enunciativo, propostas por Emediato (2013). Exploradas a materialidades linguística e discursiva do nosso objeto, refletiremos, então, à luz dos conceitos de enunciado e de vontade de verdade de Foucault (1972 e 2014), sobre os modos como o discurso midiático direciona os temas e a interpretação deles para a sociedade, contribuindo, assim, para a manutenção do *status quo*. Frisamos que o percurso metodológico delineado não implica uma leitura fragmentada em cada etapa da proposta de análise, mas, sim, lentes a serem usadas, cada uma a seu tempo, a fim de iluminarmos as camadas que nos interessam para chegar ao discurso.

Os índices de avaliação e os indicadores de atitude nos darão pistas sobre a orientação da argumentação discursiva das manchetes, realçando a atitude subjetiva do seu enunciador. Mas eles também podem colocar em evidência aquilo sobre o qual se fala, na forma de uma avaliação do referente. Tais índices e indicadores serão identificados nos modalizadores por meio dos quais o enunciador se representa, e também nos operadores argumentativos, marcadores de pressuposição e conectores circunstanciais.

Sobre a construção específica do texto/discurso jornalístico, nossa atenção se voltará para três estratégias descritas por Emediato (2013, p. 79) e que adotaremos como categorias de análise. A primeira delas, enquadramento, se dá pela tematização (ocorre quando se direciona o raciocínio a partir de um dado aparentemente consensual); por designação (modalidade apreciativa que tende a generalizar, rotular pessoas e instituições, criando um laço de causalidade infundada com os fatos); pelos verbos de atitude (remetem ao comportamento psicológico do agente e decorre da interpretação do jornalista); e pelo questionamento (forma de incitar o leitor a desenvolver determinada problematização). A segunda categoria são as estratégias enunciativas, que consistem em divulgar opiniões como se fossem verdades estabelecidas. E a terceira é a orientação argumentativa indutora de raciocínios, que pode ser por causalidade (pontos de vista que se insinuam como causa de um acontecimento) e por tipos de raciocínio (o discurso induz a um tal entendimento que leva o leitor a se indignar; é uma estratégia que busca sensibilizar pela emoção).

5 A vontade de verdade que emerge das manchetes

(1) Brasil 247 – 27/08/21:

“Lula volta a defender regulamentação da mídia: ‘uma regulamentação que não seja censura’”

Nesta primeira manchete, verificamos o enquadramento por verbos de atitude “volta a defender” (*insiste*), remetendo ao comportamento psicológico do agente, a partir da avaliação do jornalista. A construção é identificada também como um marcador de pressuposi-

ção, pois deixa subentendido que o leitor já sabe que tal defesa já ocorreu. E, como que para não deixar dúvidas, o jornal eletrônico se antecipa aos possíveis questionamentos do leitor e, numa ação responsiva, lança mão do discurso relatado, na voz do próprio candidato Lula: “uma regulamentação que **não** seja censura”. Tal recurso funciona como um *mas* (mas **não** é censura), um operador de contraposição que, neste caso, é utilizado junto com a negativa com o objetivo não apenas dizer o que se pretende fazer como também de esclarecer o que não se pretende, refutando, assim, a visão disseminada por parte dos meios de comunicação de que regulamentar equivale a censurar. Identificamos também um enquadramento por tematização, pois indica um posicionamento implícito, uma opinião que o jornal deseja fazer circular como forma de “agir sobre as representações do outro ao lhe propor um debate inserido nos seus limites ou enquadres.” (Emediato, 2013, p. 82).

(2) Associação Brasileira de Agências de Publicidade – 31/08/2021:

“Por que a regulamentação da mídia no Brasil é inviável?”

Aqui há um enquadramento por questionamento, numa “visada incitativa” (Emediato, 2013, p. 84), quando o jornal instiga o leitor a desenvolver determinada problematização (no caso, sobre a *inviabilidade* da regulação), e, ao mesmo tempo, há uma estratégia enunciativa (Emediato, 2013, p. 86), quando a opinião do jornalista é assumida como verdade e é divulgada como se fosse uma informação, ou seja, uma manobra manipulativa.

(3) Folha – 19/09/2021:

“Lula pressiona PT a retomar debate sobre regulação da mídia”

O verbo *pressionar* tem uma dimensão argumentativa que leva o leitor a reagir de forma negativa ao enunciado (e ao agente Lula, em especial). Trata-se de enquadramento por verbos de atitude em que *pressiona* traz a ideia de um comportamento arrogante, violento, autoritário do agente (Lula), em função de um desejo intenso que dá a entender o verbo *retomar* (trazer de volta algo interrompido e sobre o qual se quer muito, pois é retomado). É uma “estratégia de enquadramento do dizer do outro que indica em qual perspectiva ele [o leitor] deve compreender esse dizer” (Emediato, 2013, p. 84). Identificamos também uma orientação argumentativa indutora de raciocínios (doravante indicada pela sigla OAIR) provocada pela emoção (Emediato, 2013, p. 93), em função do efeito/impacto do verbo *pressionar* e da interpretação que ele induz.

(4) Veja – Amarelas On Air – 11/10/21:

“Fábio Faria: ‘É uma pena falar em regulação da mídia em 2021’”

Nesta foi utilizada a estratégia enunciativa por asserção no discurso relatado (Emediato, 2013, p. 89), que, ao mesmo tempo em que introduz tensão ao debate, por geralmente ser uma declaração de impacto por demarcar um posicionamento, pode ser também uma forma de o informante (o veículo de comunicação) compartilhar e fazer circular uma opinião que lhe é própria. Nesta manchete temos a presença de OAIR pela emoção, em função do indicador atitudinal (Koch, 1995) “é uma pena” (*é lamentável*), que remete diretamente às

intenções, sentimentos ou atitudes do agente/locutor com relação ao seu discurso e indica o estado psicológico com que esse agente/locutor se representa diante do enunciado que produz. Em suma, a manchete é uma nítida demonstração do posicionamento valorativo do enunciador (Bakhtin, 2011).

(5) Veja – Radar – 22/02/22:

“Vingativo, Lula volta a defender a regulação da mídia”

Um discurso ostensivo no que se refere à explicitude do posicionamento. O adjetivo vingativo é altamente valorativo e revela uma nítida OAIR por causalidade (Emediato, 2013, p. 90) – quando o discurso induz a um tal raciocínio que, ao provocar um efeito de verdade (Foucault, 2015), leva o leitor a se indignar. A expressão “volta a defender” (*insiste*) denota o enquadramento por verbos de atitude (Emediato, 2013, p. 83) e remete ao comportamento psicológico do agente. Porém, diferentemente da manchete de Brasil 247 (1), que utiliza a mesma construção, aqui o termo adquire um tom negativo. Em resumo: induz ao entendimento de que Lula é vingativo e, por isso, ele insiste em defender a regulação da mídia, logo, a regulação é algo ruim.

(6) Metrôpoles – Justiça – Manoela Alcântara – 05/05/22:

“Fux critica regulação da mídia, proposta defendida por Lula”

Mesmo não havendo um discurso relatado, com as falas textuais dos dois personagens, nesta manchete é possível perceber que o enquadramento dado apresenta uma qualificação desfavorável em relação à posição defendida por Lula, em razão da credibilidade e do peso da opinião de um ministro do STF. Além disso, a construção da manchete produz tensão em torno do assunto ao realizar o enquadramento por verbos de atitude na forma de duas asserções antagônicas: *criticar x defender*.

(7) CNN – junho/2022:

Eleições 2022 – Especialistas: regulação da mídia fere a Constituição – Proposta abre brecha para censura e controle de conteúdo”

De todas as manchetes analisadas, esta chamada de um telejornal do canal CNN apresenta o posicionamento mais explícito, lançando mão de um conjunto de sintagmas de grande impacto em função de uma carga semântica que remete a corte, cisão (*ferir*) e a ameaça à liberdade (*censura e controle*). Além disso, a expressão “abre brecha” sugere algo como uma ameaça que se insinua por uma fresta que está prestes a ser aberta, mas que ainda pode ser contida com a discordância, com o repúdio ou o ataque. Tudo com o aval de autoridades no assunto, os *especialistas* (argumento de autoridade). Para atingir esse efeito, a manchete é construída a partir de estratégias enunciativas, a fim de tentar apagar a voz do enunciador (o veículo), dando voz aos especialistas e, assim, legitimar o título. É identificado também o enquadramento por tematização (para direcionar a opinião do espectador); por verbos de atitude, sendo que *abrir brecha* dá a entender manobras em torno de algo ilegítimo e que, por isso, é forçado, como quem precisa forçar uma porta para entrar. Por fim, há OAIR pela emo-

ção, graças, principalmente, ao uso do verbo *ferir*. Não haverá democratização da mídia, mas controle, é o que busca afirmar. Não haverá marco regulatório, mas destruição da liberdade de imprensa, remete a manchete.

(8) Estadão – 01/10/2022:

“Lula retomou defesa da regulação da mídia em acenos ao PT mais radical”

A escolha do qualificador *radical*, acrescido do intensificador *mais* indicam uma visão do jornalista e acabam sugerindo ao leitor uma associação direta entre o tema regulação da mídia e a existência de uma parte radical do Partido dos Trabalhadores, levando à interpretação de que regulação da mídia seja algo ruim, porque extremo e, portanto, não deve ser aceito, mas sim, combatido. A estratégia configura-se um enquadramento por designação (Emediato, 2013, p. 82), pois cria um laço de causalidade, sugerindo que o tema regulação da mídia tem como origem e incentivo os petistas radicais, o que se vê no trecho “acenos ao PT mais radical”.

(9) Carta Capital – 27/10/2022:

“Regulação da mídia x censura: um guia para não cair em pegadinhas”

Ao colocar os dois conceitos em oposição, a manchete se propõe a ser um guia: mostrar o caminho, orientar, conduzir e até “socorrer”, já que, na sequência, a manchete indica que o objetivo é evitar que o leitor caia em pegadinhas, isto é, envolva-se em situações embaraçosas e constrangedoras por desconhecimento, enfim, ser enganado, iludido. A tentativa, aqui, é de prestar um serviço de utilidade pública, explicando os conceitos e a atual proposta de regulação da mídia (*mostrar os caminhos*) para que o leitor conheça e decida. Importante ressaltar que, mesmo neste caso, em que um veículo de comunicação procura prestar um real serviço de utilidade pública, não há neutralidade, pois todas as escolhas são motivadas, guiadas por interesses editoriais e/ou econômicos, políticos e ideológicos. A diferença estará no nível de comprometimento econômico da empresa e, sobretudo, com o seu compromisso ético. Identificamos um enquadramento pela tematização (p. 80), que pode ser lida como um recado ao leitor: informe-se.

(10) Jovem Pan – 15/12/22:

“Regulação da imprensa e das mídias sociais não passa de desculpa para censurar”

A última manchete selecionada indica também um enquadramento pela tematização, mas lança mão de uma estratégia enunciativa que traz opinião como se fosse uma verdade estabelecida (regulação é censura), além de OAIR pela emoção (provocar indignação). A expressão “Não passa de” (que pode ser lida como *é evidente que*) é um modalizador reducionista que desfavorece e deslegitima o discurso do outro (*é só isso; nada além disso*), como se desvendasse um falsário. Induz a leitura de que *regular é censurar*. Em “desculpa para censurar”, o sintagma *desculpa*, neste caso, evoca o sentido de algo negativo, remete a engodo, fingimento; e *censurar* direciona a atos típicos de regimes autoritários, remetendo, em oposição, ao apanágio da liberdade de expressão, sempre a instigar arroubos de defesa de todos os lados.

6 O novo está no acontecimento

A análise enveredada pelas manchetes e chamadas de alguns dos principais jornais do país nos permitiu enxergar como o discurso dos meios de comunicação é atravessado por índices axiológicos, sendo construído com o propósito de desmerecer e até de incriminar a defesa da regulação da mídia, como se ela fosse uma proposta inconstitucional. As estratégias identificadas nos levaram, em suma, a divisar um discurso orquestrado na disputa pelo poder. O poder de criar a verdade.

Foucault (2015) entendia a verdade como “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema” (Foucault, 2015, p. 277). Dessa forma, o filósofo nos ajuda a compreender a tarefa inglória (e talvez impossível) da busca pela verdade, restando-nos então o desafio de deslindar os processos de construção dos efeitos de verdade. Generoso, nos dá o caminho das pedras que, segundo ele, se dá por meio do discurso:

Se quisermos, não digo apagar esse temor [pelo discurso], mas analisá-lo em suas condições, seu jogo e seus efeitos, é preciso, creio, optar por três decisões [...] questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante. (Foucault, 2014, p. 48).

As manchetes que compõem nosso objeto de análise só fazem sentido se as lemos em suas condições de produção. No nosso caso, as publicações se deram durante o período da campanha presidencial mais acirrada e polarizada da história recente do Brasil, não apenas devido à ascensão da extrema direita no país, mas também pelas possibilidades de retorno de um governo de esquerda e da diminuição dos privilégios – e do direito à voz, à influência, à dominação pelo discurso, ao tempo de programação, aos lucros com publicidade – da elite econômica. Dessa forma, as manchetes analisadas representam enfrentamentos de forças dessas relações de poder, seja para mantê-lo, seja para conquistá-lo. Como as relações de poder são reversíveis, há sempre a possibilidade de resistência e “o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia, quanto maior for a resistência” (Foucault, 2015, p. 227).

Embora façam parte de um longo, complexo e conhecido jogo de luta pelo poder, as palavras (discurso) inauguram o novo cada vez que são ditas ou escritas, pois o instante (o momento da enunciação) é irrepetível e isso deve ser levado em conta ao serem lidas e ouvidas. Afinal, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (Foucault, 2014, p.25).

A análise que acabamos de realizar nos possibilitou concluir que os jornais operaram uma campanha de oposição ao marco regulatório dos meios de comunicação. Observamos que a ironia foi um recurso utilizado sobretudo quando se incorporam elementos constitutivos do discurso favorável ao marco regulatório, mas com a evidente intenção de desconstruí-lo. Foi possível constatar que os discursos dos jornais sobre a regulação da mídia demonstram uma evidente intenção de influenciar, de convencer, muito mais do que de informar. O “efeito de verdade” é mais importante do que o “valor de verdade”, conforme Charaudeau:

É preciso soar verdadeiro, parecer verdadeiro. Para influenciar e obter os «efeitos esperados». Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdo-

dos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas.» (Charaudeau, 2012, p. 39)

Chama a atenção a ausência de reportagens explicativas que se disponham a apresentar de forma pedagógica o que diz a Constituição Federal, o que falta regulamentar e o que tem sido sugerido pela sociedade civil e pelos partidos políticos como proposta de um novo marco regulatório para o setor.

Como nos mostra Vannuchi (2018a), em uma análise acerca da regulação dos meios de comunicação no discurso dos jornais, o que quase sempre encontramos na “instância de produção”, conforme categoria discursiva proposta por Charaudeau (2012), é “um formulador que reivindica os papéis de defensor da liberdade de imprensa e de arauto da democracia para deflagrar um discurso anti-regulação que não necessariamente pode ser traduzido como democrático”. (Vannuchi, 2018a, p. 36). Seu *ethos* é o da empresa jornalística e não o do cidadão.

7 Considerações finais

Este artigo teve o objetivo de examinar a dimensão argumentativa de dez manchetes sobre regulação da mídia e como o discurso dos meios de comunicação direciona as pautas para a sociedade, em função dos interesses das empresas jornalísticas. Como categorias de análise foram escolhidas as estratégias enunciativas e de enquadramento propostas por Emediato (2013); os índices de avaliação e os indicadores atitudinais de Koch (1995); os conceitos de enunciado e de vontade de verdade desenvolvidos por Foucault (1972, 2014); e a noção de manipulação e efeito de verdade de Charaudeau (2022).

A polêmica em torno das propostas de regulação da mídia é alimentada, muitas vezes, pelos próprios veículos que, em vez de esclarecerem, acabam confundindo a população. Na verdade, os discursos examinados revelam uma campanha de oposição à medida, por meio de estratégias enunciativas que manipulam e induzem o leitor a uma dada interpretação. Com o argumento de que as propostas de regulação são formas de censura, muitos se arrogam à posição de defensores da democracia e da liberdade de expressão.

Tendo em vista esse cenário, discutir projetos de regulação da mídia é uma necessidade urgente. Muitas democracias consolidadas como os Estados Unidos e o Canadá, por exemplo, têm leis rigorosas sobre o funcionamento da mídia. Aos que rejeitam a regulação poderíamos perguntar: a total autonomia da mídia em relação ao Estado garantiria o pluralismo de ideias da mesma forma que o Estado mínimo garantiria uma economia saudável, inclusiva e dignificante para todas as camadas da sociedade? Na dúvida, é preciso nos questionar ainda: que sociedade queremos?

É claro que, como bem assinalou Fiss (2022), não podemos esquecer o potencial opressivo do Estado. No entanto, podemos trabalhar para que ele use sua força para fomentar e oportunizar a igualdade e a liberdade de expressão, pois promover os direitos discursivos das minorias e das populações vulneráveis faz parte das condições para a autogovernança global, essência da democracia. Nessa área, professores, pesquisadores e profissionais do texto têm muito a contribuir, a começar pelo desenvolvimento de pesquisas e projetos pedagógicos

apoiados na democratização e na socialização dos conhecimentos. Tais ações são essenciais para a formação de leitores cada vez mais indagadores, reflexivos, analíticos e responsivos, a fim de darem conta das leituras que o universo midiático, e o mundo, exigem deles.

Neste trabalho, optamos por fazer o percurso analítico a partir da língua, a fim de acompanhar o fio reflexivo que a concebe como interação para podermos chegar, enfim, ao discurso. Mas esta não é uma separação absoluta. Língua e discurso estão imbricados de tal forma que o sentido só pode ser construído pela conjunção de ambos, passando pela materialidade do texto e pelo sujeito, aquele que responde por um dado discurso ao ocupar o lugar de um determinado dizer, em um momento único e irrepetível da história.

Declaração de autoria

Fernanda Valle escreveu a Introdução e as seções *Os paradoxos do sistema midiático; A vontade de verdade que emerge das manchetes; O novo está no acontecimento* (este, em conjunto com Mayara Magalhães); e as *Considerações finais*. Mayara Magalhães escreveu o *Resumo* e as seções *No discurso, os embates das relações de força e poder; Da língua ao discurso; e O novo está no acontecimento* (este, em conjunto com Fernanda Valle).

Referências

ALCÂNTARA, M. Fux critica regulação da mídia, proposta defendida por Lula. *Metrópoles – Justiça*, 05 mai. 2022. Disponível em: <<https://www.metrosoles.com/brasil/justica/fux-critica-regulacao-da-midia-proposta-defendida-por-lula>>. Acesso em: 03 dez. 2022.

AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours*. Paris: Colin, 2006.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 6. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2011.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. 3. ed. Editora da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Pontes, 1991.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932*. Aprova o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html>>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. *Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962*. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4117-27-agosto-1962-353835-publicacaooriginal-22620-pl.html>>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. *Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998*. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <<https://www.camara.leg>>.

br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=444446&filename=LegislacaoCitada%20PL%20480/2007>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. *Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014*. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12965&ano=2014&ato=93eUTRE9ENVpWTdb6>>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13709-14-agosto-2018-787077-publicacaooriginal-156212-pl.html>>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BUENO, S. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: FTD, 2007.

CHARAUDEAU, P. *A manipulação da verdade: do triunfo da negação às sombras da pós-verdade*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

DALL'AGNOL, L. Vingativo, Lula volta a defender a regulação da mídia. *Veja – Radar*, 22 fev. 2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/vingativo-lula-volta-a-defender-a-regulacao-da-midia>>. Acesso em: 03 dez. 2022.

Eleições 2022 – Especialistas: regulação da mídia fere a Constituição – Proposta abre brecha para censura e controle de conteúdo. CNN, jun. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=S30Fyrt32g>>. Acesso em: 03 dez. 2022.

EMEDIATO, W. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: EMEDIATO, W. (org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso. 2013. p. 69-103.

FARACO, C. A. O problema do conteúdo, do material e da forma na arte verbal. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 95-111.

FERNANDES, C. A. Em Foucault, o sujeito submerso no discurso. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (orgs.). *Presenças de Foucault na Análise do Discurso*. São Carlos: EduFSCar, 2014. p. 107-124.

FERREIRA, E. S. Desinformação, desinfodemia e letramento midiático e informacional – um estudo do processo estruturado no Brasil sob o governo Jair Bolsonaro e as formas de enfrentamento. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 25, n. 54, p. 96-128, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2021v25n54p96-128>

FERRY, J-M. Culture et médias dans l'espace européen. Pour une Charte européenne de l'Audiovisuel. In: Dumont; Strowel. (dir.). *Politique culturelle et droit de la radio-télévision*. Bruxelles: Facultés Universitaires Saint-Louis, p. 43-64, 1998.

FISS, O. M. *A ironia da liberdade de expressão: Estado, regulação e diversidade na esfera pública*. Tradução e prefácio Gustavo Binenbojm, Caio Mário da Silva Pereira Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. São Paulo: Editora Vozes, 1972.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2008.

- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019, p. 255.
- FOUCAULT, M. Poder e saber. In: MOTTA, M.B. (org.) *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. 3. ed. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 218-235.
- INTERVOZES. *Políticos donos da mídia: levantamento do Intervozes em 10 estados denuncia prática ilegal de candidatos que são proprietários de canais de Rádio e TV*. Disponível em: <<https://intervozes.org.br/politicos-donos-da-midia->>. Acesso em: 3 dez. 2023
- KOCH, I. V. *A inter-Ação pela linguagem*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1995.
- Lula pressiona PT a retomar debate sobre regulação da mídia. *Folha de S. Paulo*, 19 set. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/lula-pressiona-pt-a-retomar-debate-sobre-regulacao-da-midia.shtml>>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- Lula retomou defesa da regulação da mídia em acenos ao PT mais radical. *Estadão - Política*, 01 out. 2022. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/lula-retomou-defesa-da-regulacao-da-midia-em-acenos-ao-pt-mais-radical/>>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- Lula volta a defender regulamentação da mídia: 'uma regulamentação que não seja censura'. *Brasil 247*, 27 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/midia/lula-volta-a-defender-regulacao-da-midia-uma-regulamentacao-que-nao-seja-censura>>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- MARQUES, R.; OLIVEIRA, A. A Regulação da mídia na América do Sul no período 2003-2015: análise comparada entre Brasil e Argentina. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: ESTADO E DEMOCRACIA EM MUDANÇA NO SÉCULO XXI –2015. Porto Alegre. *Anais...* Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/RodolfoMarquesAndr%C3%A9-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2023.
- MARTINS, M. Entenda por que a discussão sobre regulação da mídia sempre volta. *Brasil de Fato*. Opinião, 10 set. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/10/artigo-entenda-por-que-a-discussao-sobre-regulacao-da-midia-sempre-volta>>. Acesso em: 23 jan. 2023
- OLIVEIRA, C. Fábio Faria: 'É uma pena falar em regulação da mídia em 2021'. *Veja – Amarelas On Air*, 11 out. 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/clarissa-oliveira/fabio-faria-e-uma-pena-falar-em-regulacao-da-midia-em-2021>>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- Por que a regulamentação da mídia no Brasil é inviável? *Associação Brasileira de Agências de Publicidade*, 31 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.abap.com.br/por-que-a-regulamentacao-de-midia-no-brasil-e-inviavel/>>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica: Lei da Mídia Democrática (2013). Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Disponível em: <<https://cresspr.org.br/wp-content/uploads/2015/03/plip-versao-simplificada.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2023.
- Regulação da imprensa e das mídias sociais não passa de desculpa para censurar. *Jovem Pan*, 15 dez. 2022. Disponível em: <<https://jovempan.com.br/opiniao-jovem-pan/comentaristas/reinaldo-polito/regulacao-da-imprensa-e-das-midias-sociais-nao-passa-de-desculpa-para-censurar.html>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

Regulação da mídia x censura: um guia para não cair em pegadinhas. *Carta Capital*, 27 out. 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/regulacao-da-midia-x-censura-um-guia-para-nao-cair-em-pegadinhas/>>. Acesso em: 03 dez. 2022.

SALGADO, L. S.; OLIVA, J. T. O MAL-ESTAR NA COMUNICAÇÃO: a violação da opinião pública pelo sistema midiático brasileiro. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 57, n. 2, p. 894–921, maio 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ta/a/yC4MGcDJwpgkQxm34Whgc9c/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 5 jan. 2023.

UNESCO. *Many Voices One World*. Londres: Kogan Page, 1980. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pfo000040066>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

VANNUCHI, C. A regulação dos meios de comunicação no discurso dos jornais. *Revista ALTERJOR*, Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP), São Paulo, v. 17, n. 1, p. 21-38, 2018a. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/137227>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

VANNUCHI, C. O direito à comunicação e os desafios da regulação dos meios no Brasil. *Galaxia (online)*, São Paulo, n. 38, p. 167-180, 2018b. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554232145>

VANNUCHI, C. *Direito Humano à Comunicação: fundamentos para um novo paradigma na regulação dos meios no Brasil*. 2020. 488p. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-26022021-222743/>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

VANNUCHI, C. Confira aqui o projeto de regulação da mídia elaborado no governo Lula. *Uol Notícias – Opinião*. 02 set. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/camilo-vannuchi/2021/09/02/confira-aqui-o-projeto-de-regulacao-da-midia-elaborado-no-governo-lula.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução: notas e glossário: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

Tecnologia discursiva de arquivo: possíveis leituras da (anti)democracia

Discursive Archive Technology: Possible Readings of (anti) Democracy

Eduardo Alves Rodrigues

Laboratório de Estudos Urbanos
(LABEURB/UNICAMP) | São Paulo | SP
| BR
eduardoar76@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6818-6647>

**Cármem Lúcia Hernandes
Agustini**

Universidade Federal de Uberlândia
(UFU) | Uberlândia | MG | BR
carmen.agustini@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5504-3911>

Resumo: Apresentamos, da perspectiva da Análise de Discurso de filiação pecheuxtiana, o arquivo como tecnologia discursiva, que funciona como instrumento de (re)produção/transformação da prática discursiva, e, por conseguinte, da prática política. Dessa maneira, tratamos da tecnologia discursiva de arquivo da perspectiva do funcionamento sócio-histórico e político-ideológico da linguagem. Esse funcionamento é condição de produção de (re)configurações da dominância nas relações de força, de poder, de sentidos, no seio da luta de classes. Em análise, a partir de um arquivo estabelecido sobre a significação da (anti)democracia brasileira, recortamos montagens fotográficas que discursivizam, sobretudo, no espaço digital, as poses presidenciais brasileiras, com destaque para as duas últimas, ocorridas em 2019 e 2023. Para analisarmos essas montagens, colocamos em relação discursos (re)atualizáveis por meio das formulações materiais que constituem em presença-ausência as fotografias que compõem tais montagens. Dessa maneira, foi possível expor ao olhar leitor o processo discursivo que determina a (re)produção/transformação, em um espaço de disputa/polêmica discursiva, na/da significação da (anti)democracia no seio da sociedade brasileira.

Palavras-chave: arquivo; leitura; político; democracia; discurso.

Abstract: From the perspective of Pecheuxtian Discourse Analysis, we present the archive as a discursive technology, which is an instrument of (re)production/transformation of discursive practice, and, consequently, of political practice. In this way, we work with the dis-



cursive archive technology from the perspective of the socio-historical and political-ideological functioning of language. This functioning is a condition for the production of (re)configurations of dominance in relations of force, power, meanings, within the class struggle. From an established archive on the significance of Brazilian (anti)democracy, we isolate photographic compositions that discursivize in the digital space, above all, the Brazilian presidential inaugurations, with emphasis on the last two, which took place in 2019 and 2023. To analyze these photographic compositions, we establish a relationship between discourses that can be (re) updated through the material formulations that point to the presence-absence in the photographs that compose such compositions. In this way, it was possible to expose to the reader's eye the discursive process that determines the (re)production/transformation, in a space of discursive dispute/polemic, in/of the signification of (anti)democracy within Brazilian society.

Keywords: archive; reading; political; democracy; discourse.

Temos, agora, uma ideia suficientemente clara do que era para Pêcheux um instrumento científico [...]. Isto quer dizer, entre outras coisas, que esse instrumento não podia ser, do seu ponto de vista, concebido independentemente de uma teoria que o incluísse ou que pudesse conduzir a teoria deste mesmo instrumento. Isto quer dizer, também, que o que pudesse ser tornado de empréstimo para construir este instrumento precisava ser reinventado, devia poder ser “apropriado” pela teoria que ele tivesse em vista. [...].

(Henry, 1993, p. 18)

Uma homenagem à amiga Luiza Kátia A. Castello Branco, com quem partilhamos afeto e teoria, parceira de tantas reflexões e tantos outros escritos...

1 Introdução

O propósito deste texto é o de discutir, em análise, a concepção de arquivo no quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso de filiação pecheutiana. Dessa perspectiva, apresentamos a concepção de arquivo como instrumento de (re)produção/transformação da prática discursiva, o que significa compreender o arquivo como tecnologia discursiva, isto é, instrumento que instaura, no seio das relações sócio-históricas e político-ideológicas de força, de poder, de sentidos, “um espaço polêmico nas maneiras de ler” (Pêcheux, 1997, p. 57).

Dito de outro modo, o arquivo instrumentaliza o fato de a interpretação existir na relação com outras interpretações possíveis, ou seja, o arquivo permite a exposição da espessura semântica da matéria significante/histórica que o constitui¹. Nessa direção, o arquivo possibilita a experimentação de um trabalho de leitura no qual o movimento e a pluralidade dos sentidos possam ser marcados e reconhecidos. Ou seja, o arquivo pode abrir ao olhar leitor a “pluralidade dos gestos de leitura que possam ser marcados e reconhecidos no espaço polêmico das leituras de arquivos” (Pêcheux, 1997, p. 64).

Vale ressaltarmos que compreendemos “gesto de leitura” como ato no nível simbólico que dispõe o sujeito numa relação injuntiva incontornável com a interpretação. Esse ato acontece na medida em que, diante de um fato ou de uma textualidade² que reclama que lhe seja atribuído sentido(s), o sujeito de linguagem é injungido a interpretá-lo. Dessa maneira, um gesto de leitura (re)produz/transforma movimentos de interpretação. Ou seja, um gesto de ler consiste fundamentalmente de gestos de interpretação, em relação com antecipações, projeções, conhecimentos, saberes, entre outras relações de sentido.

Como tecnologia discursiva, o arquivo, embora reporte ao já-dito em sua dimensão representável, resultado dos processos de textualização do político³, não se confunde com ele. Ou seja, o arquivo, nessa perspectiva, não se confunde com o conjunto de materiais – documentos, textos, instituições, instalações, serviços etc. – ao qual pode se reportar/ser reportado em sua dimensão representável. Isso porque “não há arquivo em si, ou *a priori*, sem o gesto de leitura que o constituiu” (Mariani, 2016, p. 10). Expliquemos: o arquivo não existe a não ser que um leitor⁴ produza um gesto de leitura sobre uma dada prática discursiva.

¹ Com base em Barbosa Filho (2022), um arquivo concebido discursivamente possui uma espessura material que resulta de múltiplas determinações, diríamos nós, determinações sócio-históricas e político-ideológicas que o constituem, ou seja, resulta dos processos discursivos que determinam como as relações de sentido são significativamente (re)produzidas/transformadas no arquivo, (re)orientando a própria significação do/no arquivo.

² Compreendemos “textualidade” como o modo pelo qual um dado processo discursivo torna-se legível, ganha corpo. Esse modo pode convocar diferentes formas de linguagem, ou seja, diferentes materialidades significantes.

³ Com base em Courtine (1981) e Orlandi (2007), o processo de textualização do político corresponde ao processo de simbolização das relações de poder nas e pelas práticas discursivas; ou seja, corresponde ao processo de simbolização da divisão desigual do sentido, dissimulando-a. Por prática discursiva, compreendemos toda produção simbólica que movimenta interpretações. E toda prática discursiva comporta uma relação entre constituição, formulação e circulação de sentidos (Orlandi, 2001).

⁴ É importante ressaltarmos que este leitor, a depender da posição assumida no processo de produção da leitura de arquivo, pode corresponder ao pesquisador e/ou ao analista de discurso, por exemplo.

É nessa medida que a materialidade do arquivo se inscreve e é inscrita no processo de (re)produção/trans formação da interpretação. Dito de outro modo, no processo de (re)produção/trans formação do processo discursivo que constitui a interpretação.

É o gesto de leitura sobre uma dada relação ou sobre uma dada prática discursiva que instaura o arquivo, ao recortá-la, descrevê-la e interpretá-la. Uma relação ou uma prática discursiva que se (re)atualiza/textualiza a partir de um já-dito, sendo o já-dito compreendido como índice da historicidade material do sentido, ou seja, índice de uma relação com certa ausência significativa – o não-dito que significa em ausência/presença. Discursivamente, podemos dizer que o arquivo é sempre-já efeito dessa historicidade. Podemos dizer, ainda, com base em Mariani (2016), que o arquivo está sempre em movimento histórico, ou seja, sua construção – e, também, sua leitura – é sempre-já determinada, ao mesmo tempo, pela materialidade significativa e pela materialidade histórica que o constituem⁵.

Dizemos, dessa maneira, que o arquivo não existe fora de uma relação com o(s) sujeito(s) leitores e com os sentidos. Essa tomada de posição teórica inscreve o arquivo como instrumento no interior da Análise de Discurso, reinventando seu estatuto no campo da reflexão discursiva. Com base na leitura realizada por Henry (1993), em epígrafe, do processo de (re) produção teórico de Pêcheux, compreendemos que é assim que a teoria discursiva se apropria do instrumento arquivo, atribuindo-lhe uma especificidade conceptual-experimental. Sem essa apropriação-reinvenção, a possibilidade de o arquivo funcionar descritiva e interpretativamente não existe, no interior dessa teoria. Isso impõe que a concepção de arquivo deve ser alinhada necessariamente à determinada prática teórica. Em nosso caso, à prática teórica da Análise de Discurso.

Com efeito, a tecnologia discursiva de arquivo, ao abrir/remeter a leitura a um espaço polêmico nas/das maneiras de ler, constitui-se como um instrumento a partir do qual torna-se possível a análise crítica – não positivista, não fundamentalista, não idealista – do funcionamento do processo discursivo como “instrumento de transformação da prática política” (Herbert, 2011, p. 35). É Herbert, pseudônimo de Pêcheux, quem nos ensina ainda que é o discurso “como sistema articulado que remete à prática social complexa” (Herbert, 2011, p. 35) que funciona como “instrumento de transformação da prática política⁶” (Herbert, 2011, p. 35), o que permite a compreensão de que “a prática política tem por função transformar as relações sociais reformulando a demanda social [...], por meio de um discurso” (Herbert, 2011, p. 35). Daí podermos afirmar que a tecnologia discursiva de arquivo instrumentaliza os gestos de leitura de certa sensibilidade de capt(ur)ar indícios/vestígios do processo de (re)produção/trans formação da prática política e das relações sociais. Também a esse respeito, Nunes (2005) esclarece que, da perspectiva discursiva,

⁵ Em Análise do Discurso, podemos compreender “discurso” como o efeito da relação indissociável entre materialidade linguística e materialidade histórica. Ao nos referirmos à materialidade significativa reconhecemos a possibilidade de outras formas de linguagem poderem ser convocadas pelo processo discursivo como sua base material significativa, sobre a qual podem se (re)atualizar determinadas relações de sentido. Nessa direção, a materialidade significativa que comparece como base material do discurso é constitutiva da própria materialidade discursiva, que é constituída pelo efeito da inscrição da materialidade linguageira na materialidade histórica.

⁶ Para Herbert (Pêcheux) (2011, p. 24), *prática política* corresponde à “transformação de relações sociais dadas em novas relações sociais produzidas por meio de instrumentos políticos”.

o arquivo não é visto como um conjunto de “dados” objetivos dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas como uma materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos. O material de arquivo está sujeito à interpretação e, mais do que isso, à confrontação entre diferentes formas de interpretação e, portanto, não corresponde a um espaço de “comprovação”, onde se suporia uma interpretação unívoca (Nunes, 2005, s.p.).

Na perspectiva da Análise de Discurso, portanto, o arquivo, como instrumento de (re) produção/transformação dos gestos de leitura, é um espaço polêmico no qual a memória histórica encontra-se “em perpétuo confronto consigo mesma” (Pêcheux, 1997, p. 57), no processo histórico de divisão social do trabalho de leitura. Dito de outro modo, o arquivo é, por excelência, o espaço material em que se manifestam, simultaneamente, a contradição histórica, a incompletude da linguagem, a divisão do sujeito e a inexatidão do sentido. Isso porque o arquivo é integralmente constituído na e pela relação indissociável entre materialidade significativa e materialidade histórica. É assim que concebemos o arquivo como discurso, mais precisamente, como tecnologia discursiva, no qual o “confronto” se estabelece porque, na e pela leitura de arquivo, torna-se possível perscrutar o movimento segundo o qual sentido puxa/evoca/encontra/pega sentido (Rodrigues; Agustini; Branco; Barros, 2020; Rodrigues; Agustini, 2022b) e as relações entre sentidos mudam, segundo as posições ideológicas que determinam o sujeito leitor e seu dizer no processo sócio-histórico e político-ideológico em que são (re)produzidos/transformados (Pêcheux, 1995).

Fica marcado, diante do exposto, que a apropriação/reinvenção do conceito de arquivo produzida pela teoria discursiva nos afasta, por exemplo, da perspectiva segundo a qual o arquivo poderia ser concebido como “exterioridade de um lugar, operação topográfica de uma técnica de consignação, constituição de uma instância e de um lugar de autoridade” (Derrida, 2001, p. 8) ou mesmo como “penhor do futuro” (Derrida, 2001, p. 31). Esse afastamento se justifica pela própria natureza do arquivo visto como tecnologia discursiva cujo funcionamento não se instala a partir de um arquivo construído *a priori* por meio de alguma operação e/ou técnica.

No nosso modo de compreender, por um lado, o funcionamento de possíveis operações, técnicas ou instâncias de autoridade, ao contrário, decorreria do gesto de descrição e interpretação produzido na e pela leitura de arquivo. Não seria o arquivo em si, por outro lado, “penhor do futuro”. Ele só poderia assim funcionar por meio de um processo de manutenção das relações de poder, de forças e sentidos, no seio da luta de classes, que o significasse dessa forma.

Essa apropriação/reinvenção nos afasta também de uma concepção tão-somente empirista de arquivo, como repositório, sobretudo físico, de certo saber da história, capaz de oportunizar, por um lado, a construção de trilhas de acesso, seja aos fatos passados, seja a fontes primárias que pudessem sustentar determinado conhecimento (Salomon, 2011), e, por outro lado, um instrumento contornado por certo espectro absolutista (Derrida, 2001), gerido pela ideia segundo a qual seria possível tudo arquivar (Roudinesco, 2006).

É essa ideia, aliás, que parece sustentar, predominantemente, as quatro significações básicas de «arquivo» no campo arquivístico, quais sejam: (1) conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte; (2) instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso de documentos; (3) instalações onde funcionam arquivos; e (4) móvel destinado à guarda de documentos (Arquivo Nacional, 2005).

A tecnologia discursiva de arquivo se caracteriza, ao contrário, por indiciar processos discursivos em funcionamento, constituindo-se, por isso, como possibilidade de instrumentalização de observatórios de práticas discursivas, ou seja, práticas de memória que (re) inscrevem a encarnação/materialização/(re)atualização de tais funcionamentos. São, como dissemos, gestos de leitura que fundam o arquivo, descrevendo e interpretando sua constituição a partir da “tessitura de dizeres sobre e sob dizeres, de ordens de entroncamento e imbricação” (Romão; Galli; Patti, 2010, p. 125) ali (re)atualizadas discursivamente. Nessa direção, a leitura discursiva de arquivo procura compreender como um arquivo se constitui como tecido-espessura semântica ao “inscreve[r] tessituras em seu corpo” (Romão; Galli; Patti, p. 125), acrescentaríamos nós, virtual. Virtual porque esse corpo é possibilidade que se materializa no e pelo gesto discursivo de leitura. Essa compreensão se coaduna ao que Lacan também nos ensina sobre o que é próprio das relações entre sentidos: “nenhuma significação se sustenta a não ser na remissão a uma outra significação” (Lacan, 1998, p. 501).

Reconhecemos, nessa mesma direção, o modo como Guilhaumou, Maldidier e Robin (2016) consideram o arquivo como fato, em sua complexidade, isto é, em sua espessura sócio-histórica e político-ideológica. Para esses autores, é em função dessa complexidade que podemos afirmar, discursivamente, que um arquivo jamais é dado; além disso, seu regime de funcionamento é opaco, porque é constituído por regimes múltiplos de (re)produção/transformação, circulação e (re)leitura(s) de textualidades postas em relação. Nas palavras desses autores, o arquivo é “em sua própria materialidade e diversidade, organizado por seu campo social. O arquivo não é um simples documento do qual são retirados os referentes; ele permite uma leitura que revela dispositivos, configurações significantes” (Guilhaumou; Maldidier; Robin, 2016, p. 116).

É assim que (re)lemos o “poder do arquivo”, tal como formulado em Roudinesco (2006): “tanto mais forte quanto mais ausente for o arquivo” (Roudinesco, 2006, p. 7). O poder do arquivo, de nossa perspectiva, reside no fato de que ele significa, como veremos, (re)produzindo/transformando a relação do dizer com o interdiscurso⁷, isto é, a relação constitutiva entre o sentido que se torna efeito-presença estando ausente, por necessidade, no contorno sintático do dizer, mais amplamente, no contorno discursivo da formulação. Isso porque “só uma parte do dizível é acessível ao sujeito pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras” (Orlandi, 2007, p. 34).

Diante do exposto, podemos compreender o arquivo, concebido como tecnologia discursiva, como um corpo virtual cujas fronteiras são móveis e equívocas. Tendo essa natureza discursiva, não é possível acessá-lo diretamente. É preciso, por isso, o estabelecimento de um dispositivo de leitura de arquivo que possa restituir o processo discursivo que o constitui e o domina. É com esse dispositivo que o corpo virtual do arquivo pode ganhar uma dimensão representável ao ser recortado, descrito e interpretado.

É assim que, parafraseando Barbosa Filho (2022), um arquivo pode ser posto em montagem no rastro de certas discursividades⁸ em jogo dispostas em análise pelo olhar do

⁷ Com base em Pêcheux (1995), o interdiscurso é da ordem do irrepresentável e, nos seus modos de funcionamento, é constituído pelo todo complexo das relações de sentido e das regionalizações do dizer, dobrando-se sobre este, determinando, como efeito, o que pode e deve ser dito.

⁸ O termo “discursividade” parafraseia, em nossa compreensão, “movimentação própria ao processo discurso”, ou seja, discursividade pode ser compreendida como aquilo que é próprio ao discurso, ao processo de produção de relações de sentido.

analista de discurso. Na direção do que estamos defendendo neste trabalho, esse autor, a partir da noção de montagem, tomada à Robin (2016), como recurso que permite estremecer as temporalidades, argumenta em favor da compreensão de arquivo não como

um conjunto de informações dispostas cronológica ou tipologicamente, nem um conjunto de dados oferecidos de modo espontâneo ao pesquisador. Ou seja, o arquivo não é uma expressão textual da história que se apresentaria cronológica ou tipologicamente ao leitor interessado. Falar em montagem, portanto, supõe essa recusa de um arquivo que se daria a ver [em si/por si] (Barbosa Filho, 2022, p. 10).

Sendo assim, para explorarmos a apropriação-reinvenção discursiva da concepção de arquivo, realizamos uma experimentação teórico-analítica do funcionamento da tecnologia discursiva de arquivo sobre um arquivo estabelecido – *montado/posto em montagem* – a partir de indícios/vestígios da discursividade (anti)democrática postos em relação. Desse arquivo, recortamos⁹, para análise, textualidades fotográficas¹⁰ que, postas em relação na e pela leitura de arquivo, significam a prática discursiva das posses presidenciais brasileiras. Esse recorte temático-arquivístico se justifica porque, na conjuntura sócio-histórica mundial, em particular, da sociedade brasileira, desde sempre-já, a (re)produção/transformação da prática política e das relações sociais é fortemente afetada pelo modo como o jogo de poder (não) se assenta sobre como os Estados-Nações se (re)inscrevem na memória de regimes (anti)democráticos, o que determina, por sua vez, como se distribuem, como se hierarquizam, desigual e dissimetricamente, as próprias relações de força/poder/sentidos no seio da vida social.

Nessa direção, as textualidades fotográficas recortadas do arquivo são tomadas nessa leitura de arquivo como maneiras de ler – interpretar – as posses presidenciais brasileiras ocorridas em 01 de janeiro de 2023 e, retrospectivamente, em 01 de janeiro de 2019. A (re)leitura desses acontecimentos os (re)inscreve no jogo da repetição-diferença próprio ao funcionamento da memória discursiva, permitindo, assim, a compreensão do jogo da alternância de poderes no Brasil nos referidos períodos e seus efeitos sobre a vida social.

Na análise realizada, a leitura das textualidades fotográficas mostra que elas indiciam, por contraste, movimentos específicos de (re)inscrição da evidência da (anti)democracia brasileira no processo discursivo que a pode constituir. É sobre a repetição-diferença no movimento de (re)inscrição do discurso da (anti)democracia brasileira nessas textualidades fotográficas que trabalhamos analiticamente.

Para alcançar nosso objetivo, produzimos dois movimentos: um teórico e o outro teórico-analítico. O movimento teórico consistiu em inscrever o arquivo como tecnologia discursiva no quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso, de modo a trabalhar outras relações para além daquelas enunciadas nesta introdução. E o movimento teórico-analítico consistiu em expor o funcionamento dessa concepção de arquivo numa experimentação em

⁹ Segundo Orlandi (1984, p. 14), “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”. Recortar, portanto, é um gesto analítico que faz parte do dispositivo metodológico da leitura discursiva de arquivo. Recortar é um procedimento que pinça fragmentos que, na e pela leitura, indiciam o funcionamento de dado processo discursivo.

¹⁰ A partir da compreensão de “textualidade”, explicitada na nota 2, uma textualidade fotográfica refere um modo de tornar um dado processo discursivo legível por meio de uma materialidade visual que funciona como base material significante desse processo, no caso do arquivo trabalhado neste artigo, por meio de fotografias.

Análise de Discurso, tomando as referidas textualidades fotográficas e as relações significativas por elas/entre elas evocadas como objeto de leitura.

2 Tecnologia discursiva de arquivo: instrumento de leitura do (ir) representável

Só há arquivo porque há sentido(s) e sujeito(s). Em Análise de Discurso, já é sabido que sentido e sujeito se constituem indissociavelmente (Orlandi, 2001) e que o sujeito do discurso (aquele que resulta da relação entre significantes e historicidade) se constitui como efeito da injunção à interpretação (Orlandi, 2007). O arquivo, por sua vez, é constituído por gestos de leitura que se (re)atualizam sobre a materialidade significante histórica, ou seja, sobre a materialidade discursiva.

Os arquivos podem ter sua dimensão representável constituída, por exemplo, de textualidades escritas e/ou orais. No nosso caso, essa dimensão representável é recortada e a seleção resultante é constituída por um conjunto de textualidades fotográficas que, desde 01 de janeiro de 2023, circula(ra)m, compondo uma montagem discursiva, em diferentes mídias digitais, que também nos remetem, retrospectivamente, a 01 de janeiro de 2019. É a leitura dessa montagem discursiva, nesse modo de circulação específico, que nos reporta ao funcionamento discursivo que significa o referido arquivo.

Mais precisamente, mobilizamos analiticamente essa montagem discursiva tal como ela foi disposta e publicada em 02 de janeiro de 2023, no site <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/02/fotos-veja-comparacao-entre-a-poses-de-bolsonaro-e-de-lula.ghhtml>, que endereça uma das seções do assunto “política” do *Portal G1*. Essa montagem discursiva foi intitulada “FOTOS: Veja comparação entre as poses de Bolsonaro e de Lula”, com o subtítulo “Imagens destacam momentos específicos nas cerimônias de 2019 e de 2023”. Podemos compreender que essa seção (re)atualiza uma seleção discursiva, que visa à produção de um efeito interpretativo contrastivo, estabelecida a partir daquilo que uma visão consagrada poderia denominar como repositório arquivístico de fotos das poses presidenciais brasileiras, que o G1 (re)produz/transforma como “arquivo fotográfico do G1”. Por isso, não reconhecemos essa seção apenas como uma fotorreportagem.

Essa montagem discursiva é, portanto, constituída de fotografias, legendadas¹¹, que, lidas discursivamente, materializam processos de textualização do político, ou seja, textualizam algo do mo(vi)mento – sócio-histórico e político-ideológico – a partir do qual um sentido contrai relação com outro(s). Constituído, assim, por gestos de leitura em relação, o referido arquivo, indiciado por essa montagem discursiva, pode ter seu funcionamento compreendido como produto das relações de força/poder/sentidos na conjuntura da luta de

¹¹ Ressaltamos que, no site citado, as fotografias referem mo(vi)mentos constitutivos das poses de Bolsonaro, em 2019, e de Lula, em 2023, sendo dispostas em duplas, uma abaixo da outra. Nessas duplas, primeiro vemos uma fotografia da posse de Bolsonaro e, logo abaixo, uma fotografia correlata da posse de Lula, referindo, dessa maneira, mo(vi)mentos supostamente análogos que significa(ra)m ambas as poses, indiciando uma suposta alternância/mudança de poder. Cada dupla de fotos é publicada com uma legenda que se limita a indicar que a foto disposta “em cima” refere a posse de Bolsonaro, enquanto a foto disposta “embaixo” refere a posse de Lula. Essa disposição parece se justificar na cronologia que estabelece a posse de Bolsonaro antecedendo a terceira posse de Lula. Por isso, as legendas não foram incluídas nos recortes analíticos.

classes que estrutura a vida social e, por isso, produto das relações de (não) dominância entre forças/sentidos em disputa por significar. É, portanto, um espaço também de observação e leitura dessas relações/disputas.

Assim concebido, o arquivo pode ser compreendido como tecnologia discursiva porque instrumentaliza a leitura do jogo de interpretações, de relações e de disputas entre forças (sentidos, discursividades) que determina a luta de classes e, dessa maneira, a realidade social. É nessa medida que o arquivo instrumentaliza, no nível do representável, isto é, no nível do dizer, da formulação, de uma dada montagem discursiva que se apresenta à leitura (de arquivo), o funcionamento da memória discursiva *em perpétuo confronto consigo mesma*. Sentido que *pega – bate em –* sentido. Em outras palavras, o arquivo instrumentaliza, no nível do representável, o irrepresentável, isto é, o interdiscurso: o *todo complexo com dominante das formações discursivas* (Pêcheux, 1995). Em nosso modo de compreender, o arquivo instrumentaliza a leitura do irrepresentável (o todo complexo com dominante da possível movimentação histórica dos sentidos) no representável, na formulação. Por isso, dizemos que uma leitura de arquivo instrumentaliza a leitura discursiva do movimento da significação no seio da vida social, determinando-a.

Caminhamos mais um passo na explicitação da relação entre memória discursiva e interdiscurso instrumentalizada no arquivo: se o arquivo instrumentaliza, no nível do representável, o irrepresentável, é porque a memória discursiva funciona *em perpétuo confronto consigo mesma*. É precisamente no movimento desse confronto – sentido batendo em sentido, sentido deslizando para outro(s) sentido(s), sentido rompendo com outro(s) sentido(s), sentido dominando outro(s) sentido(s), sentido silenciando outro(s) sentido(s).... – que, na e pela leitura, o interdiscurso se faz perceptível por seu funcionamento constitutivo em relação à memória, portanto, ao dizer.

Daí termos afirmado, na introdução, que a tecnologia discursiva de arquivo instrumentaliza os gestos de leitura de certa sensibilidade de capt(ur)ar indícios/vestígios do processo de (re)produção/transformação da prática política e das relações sociais. Nessa medida, *ler o arquivo*, discursivamente, significa restituir, no e pelo batimento entre descrição e interpretação, entre memória discursiva e interdiscurso, a opacidade de gestos de leitura, de movimentos de interpretação, que fundam o arquivo como *espaço polêmico – não transparente e equívoco – nas/das maneiras de ler*.

É neste espaço, ou seja, é na e pela leitura discursiva de arquivo que a opacidade da interpretação, a incompletude da linguagem e do sujeito, a contradição histórica e a inexistência do sentido podem ganhar visibilidade, uma vez que, em análise, o arquivo é posto em relação com sua exterioridade constitutiva, ou seja, com as conjunturas sócio-históricas e político-ideológicas de produção do arquivo que nele se inscrevem. O modo como a visibilidade dessas relações se dará depende da identificação, descrição e interpretação das (ir)regularidades discursivas que indiciam o jogo da indissociabilidade entre a dispersão constitutiva e a unidade imaginária dos sentidos, que determinam o processo de textualização do político.

A seguir, avançamos na descrição e na teorização da tecnologia discursiva de arquivo, pautando a relação entre arquivo e legibilidade.

3 Arquivo e condição de legibilidade

Teorizar a questão do arquivo como tecnologia discursiva implica discutir o que chamamos de condição de legibilidade do arquivo, ou seja, como um arquivo é constituído por meio de um ou mais gestos de leitura que lhe conferem certa identidade. Essa condição de legibilidade diz respeito ao modo como restitui-se à dimensão representável de um arquivo o processo discursivo que o significa/domina, ou seja, ao modo como torna-se legível como um arquivo funciona ao significar, produzindo relações de sentido.

Um gesto de leitura instaura um arquivo quando o lê como jogo polêmico das relações de sentido, das relações de força/poder, no interior da luta de classes que constitui, por sua vez, as diferentes conjunturas sócio-históricas e político-ideológicas. Isso implica reconhecer que o arquivo (re)produz/transforma a própria luta de classes. Mais ainda: reconhecer que o arquivo admite pluralidade de leituras.

De forma retrospectiva, ao compreendermos que a tecnologia discursiva de arquivo instrumentaliza a leitura de gestos de interpretação, compreendemos, por conseguinte, que o arquivo instrumentaliza a produção da condição de legibilidade de tais gestos, isto é, abre-se à (re)produção/transformação de diferentes gestos de leitura. Nos termos de Pêcheux (1997), abre-se à “*plurivocidade do sentido* como condição mesma de um desenvolvimento interpretativo do pensamento” (Pêcheux, 1997, p. 59; *italico no original*). Assim, a condição de legibilidade do arquivo corresponde à condição de (re)inscrição no arquivo de diferentes programas de leitura possíveis.

Um arquivo funciona relativamente à leitura – ele se abre a diferentes programas de leitura possíveis – quando se (re)produz, na e pela leitura, o efeito de (re)inscrição de certa interpretação, presente-ausente no arquivo, na memória discursiva, “que, face a um texto [objeto simbólico] que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer [...] ([...] os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita” (Pêcheux, 1999, p. 52). Ao funcionar, a memória discursiva restabelece as próprias condições de leitura do dizer, da formulação, de determinado objeto simbólico, o que Pêcheux explica afirmando que a memória discursiva funciona como “condição do legível em relação ao próprio legível” (Pêcheux, 1999, p. 52).

Portanto, esse percurso de teorização sustenta a afirmação de que a tecnologia discursiva de arquivo funciona como força instrumentalizadora da inscrição da interpretação na memória discursiva, na memória do dizível, no jogo constitutivamente polêmico das relações de sentidos, de força/poder representáveis no e pelo dizer. Compreendemos assim que a condição de legibilidade do arquivo é a condição de restituição, no campo de funcionamento da leitura, das conjunturas sócio-históricas e político-ideológicas de (re)produção/transformação da interpretação: conjunturas que nele se (re)inscrevem constitutivamente como *polêmica histórica*, como contradição constitutiva.

É nessa direção que dizemos que na e pela leitura de arquivo pode se tornar visível o batimento entre processo e funcionamento discursivos, entre descrição e interpretação da materialidade discursiva, entre memória e acontecimento no dizer.

Se considerarmos o material que será analisado na próxima seção, esse percurso de teorização nos remete, ainda, a uma relação de distinção entre uma fotografia lida como mero registro inequívoco de um acontecimento (a denominada leitura atomística/conteudista,

que desconecta o acontecimento de sua conjuntura sócio-histórica e político-ideológica) e a mesma fotografia lida na e pela leitura discursiva de arquivo. No primeiro caso, a fotografia apenas mostra o acontecimento por ele mesmo, lendo-o a partir da literalidade, sintoma de sua aparente transparência. Nessa leitura, a fotografia é restrita aos seus contornos, apresentando-se sem bordos. Já na leitura de arquivo, a fotografia é tomada como discurso na relação significativa com outras fotografias e/ou outras formulações, portanto, em relação a outros discursos. A fotografia, nesse modo de ler diferente, é tomada como vestígio constituinte do arquivo, em nosso caso, de um arquivo que dá condição de legibilidade às maneiras possíveis de significar a discursividade da (anti)democracia em disputa/polêmica.

Em outras palavras e inspirados, também, no trabalho de Barbosa Filho (2022), realizamos a leitura de arquivo das referidas textualidades fotográficas recortadas, visando à compreensão do modo como os processos discursivos tensionam, no arquivo, a disputa/luta/polêmica em torno da evidência ideológica da (anti)democracia. É este modo diferente de ler que mostramos a seguir.

4 Leitura discursiva de arquivo: a (anti)democracia em fotografias

Nesta seção, apresentamos uma leitura discursiva de arquivo com dois objetivos: primeiro, realizar uma experimentação analítica da apropriação/reinvenção discursiva do conceito de arquivo; segundo, expor ao olhar leitor o espaço polêmico que a leitura discursiva de arquivo oportuniza em relação à discursividade da (anti)democracia. Essa discursividade (re)atualiza certa disputa/polêmica que tem se mostrado bastante acirrada tanto da perspectiva da sociedade brasileira quanto da perspectiva mundial, o que produz efeitos significativos sobre as relações sociais e sobre a vida social dos sujeitos. Por isso, apresenta-se como questão relevante a ser discutida/compreendida.

Trata-se de uma disputa/polêmica que é significada no arquivo estabelecido para essa experimentação, constituído, como já dito na introdução, por certa concorrência semântica por significar a relação entre formas de poder e processos de dominação/hierarquização socioeconômicos. Para a experimentação realizada, recortamos esse arquivo pelas formas discursivas que significam essa disputa/polêmica materializadas em fotografias, mais precisamente, fotografias produzidas em mo(vi)mentos sócio-históricos correlatos não simultâneos: duas posses presidenciais brasileiras – uma ocorrida em 01 de janeiro de 2019, em função da eleição do agora ex-presidente Jair M. Bolsonaro, e a outra em 01 de janeiro de 2023, em função da eleição, para o terceiro mandato, de Luiz Inácio Lula da Silva.

As fotografias analisadas significam as posses enquadrando, entre outras, as seguintes marcas discursivas: as equipes ministeriais de ambos os governos, a subida à rampa no cerimonial de posse, o cortejo em carro presidencial, na chegada à Praça dos Três Poderes, iniciando o cerimonial de posse, na capital federal brasileira. Essas fotos foram recortadas, em detrimento de outras, porque, em nossa pesquisa, foram identificadas como regularidades significativas reproduzidas para descrever-interpretar essas posses, marcando, inclusive, aquilo que supostamente as aproximaria e/ou distinguiria. Também sustentou esse recorte o fato de que tais fotografias (re)atualizam, de algum modo, a disputa/luta entre as discursividades da (anti)democracia.

Além disso, a opção por trabalharmos com textualidades fotográficas oportunizou colocarmos em xeque a evidência segundo a qual a fotografia, em relação de dominância em nossa sociedade, funcionaria como representação em si e por si mesma, isto é, como mero registro inequívoco dos acontecimentos. A leitura discursiva de arquivo, por sua vez, procura restituir a espessura semântica e a opacidade da materialidade discursiva do objeto simbólico que se apresenta à leitura – em nosso caso, esse objeto é constituído de recortes fotográficos produzidos sobre tais textualidades.

O procedimento de recortar o arquivo constitui, também, o trabalho de construção do arquivo, que, de acordo com Branco (2013, p. 51), “é um percurso atravessado pela dispersão de dizeres. Assim, esse arquivo, não está fechado nem completo, pelo simples fato de que o movimento em relação ao arquivo é aquele da (re)configuração, a partir dos gestos de leitura do analista”. É, portanto, em análise, que trajetos possíveis de leitura no e pelo arquivo podem ser (re)construídos, reconhecidos, aceitos e experimentados.

Os recortes fotográficos trazidos para análise são relacionados por contraste, uma vez que esses contrastes indiciam, na concorrência por significar, o jogo entre repetição e diferença, sustentando o processo parafrástico e polissêmico entre fotografias de uma posse e de outra. Vejamos o primeiro recorte fotográfico analisado.

4.1 (Anti)democracia entre texturizações e semblantes

Em uma primeira observação na superficialidade material do conjunto fotográfico da Fig. 1, que mostra as equipes ministeriais que iniciaram ambos os governos, contrastam o plano de fundo, a quantidade de ministros, a divisão de gênero e etnia dos ministros, a tonalidade e o tipo das roupas por eles usadas nas cerimônias de posse. Atravessando essa superficialidade, diferentes discursividades são (re)atualizadas sobre a materialidade dos diferentes planos de fundo que compõem as fotografias da Fig. 1.

Na foto da equipe de Bolsonaro, a memória nacionalista (conservadora) brasileira é reinscrita na paleta azul, verde e amarela do painel que orna o cenário fotográfico. Um painel, por sua vez, que presentifica, pela materialidade desse jogo discursivo de cores, o *slogan* ali ausente, porém, significativamente presente desse governo, “Pátria amada, Brasil”, que, inclusive, é uma apropriação/reprodução de um verso do hino nacional brasileiro.

Nessa direção, podemos (re)ler efeitos do jogo de (re)produção/trans formação de relações de sentido, instrumentalizado na e pela articulação metonímico-metafórica (Rodrigues; Agustini; Branco, 2021; Rodrigues; Agustini; Araújo, 2022a) entre o jogo de cores do painel, o *slogan* de governo e os símbolos nacionais: a apropriação/reinvenção desses símbolos (a bandeira nacional e suas cores, a camisa da seleção brasileira, a constituição brasileira e o próprio hino nacional) pela extrema direita produziu uma “mexida” nas relações entre diferentes regiões do interdiscurso (formações discursivas – FDs), de tal modo que esses símbolos passaram a evocar outros sentidos, como “estar identificado como bolsonarista (ou como bolsominion)”, “estar identificado como negacionista”, assim como “estar identificado como filiado à posição política da extrema direita”.

Nesse movimento de apropriação/reinvenção sócio-histórica e político-ideológica, certo sentido de “pátria” e de “Brasil” também são encapsulados nessa narratividade (Rodrigues; Agustini; Araújo, 2022a) dita bolsonarista. É assim que se tornou possível signifi-

car o assalto à “pátria” e ao “Brasil” em formulações como “a pátria é nossa”, “o Brasil é nosso”, nas quais “nosso” funciona partitivamente, deslizando do sentido “de todos nós” para “de todos nós bolsonaristas”, o que pôde também justificar, ideologicamente, morte, desinteresse, descaso, intolerância endereçados àqueles não identificados ao bolsonarismo.

Figura 1 – [Legenda original da foto:] Em cima, posse de Bolsonaro em 2019; embaixo, posse de Lula em 2023



Foto: Ueslei Marcelino/Reuters e Ricardo Moraes/Reuters. Fonte: *Portal G1/Política*¹², de 02/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/02/fotos-veja-comparacao-entre-a-posses-de-bolsonaro-e-de-lula.ghtml>. Acesso: 22 fev. 2023.

¹² Fotografia reproduzida, de forma adaptada, de “FOTOS: Veja comparação entre as posses de Bolsonaro e de Lula. Imagens destacam momentos específicos nas cerimônias de 2019 e de 2023”, disponível em *Portal G1, Política*, de 02/01/2023. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/02/fotos-veja-comparacao-entre-a-posses-de-bolsonaro-e-de-lula.ghtml>. Acesso: 22 fev. 2023.

Aliás, o ex-presidente e seus filhos vestiam, em muitas ocasiões, camisetas nas quais estampava-se: “meu partido é o Brasil”. Nessa formulação, é possível ler outro deslizamento, a partir do qual “Brasil” é significado como um partido que possui um comandante, um partido sob a posse de Bolsonaro e/ou dos bolsonaristas. Um ponto de inflexão nesse movimento pode ser lido quando o próprio ex-presidente afirmou: “Eu sou (realmente) a constituição”¹³.

Logo de saída, nesta análise, esclarecemos que a leitura discursiva desse arquivo hoje, atravessado por uma dispersão de dizeres, permite ler seu funcionamento como índice da rede de memória que se construiu durante o governo Bolsonaro. A leitura discursiva de arquivo, nessa medida, indicia movimentos de leitura tanto prospectivos quanto retrospectivos. Da perspectiva discursiva, vale lembrar, a (re)produção dos efeitos de sentidos é relacional, não linear, pois esse processo é determinado sócio-histórica e político-ideologicamente.

Por contraste, na foto da equipe ministerial de Lula, há também um painel no qual a cor vermelha foi acrescentada à paleta de cores azul, verde e amarela, que remete o leitor à bandeira/identidade brasileira. Trata-se do vermelho que significa ali, em relação de dominância a outros sentidos, o partido do presidente que acabara de ser empossado, o Partido dos Trabalhadores (PT). Com essa paleta de cores, reformula-se a escrita do nome da pátria, Brasil, a partir de uma diversidade de formas geométricas – retângulos, quadrados, triângulos, semi-círculos – que encontra ressonância significativa tanto no novo *slogan* de governo – “União e reconstrução” – quanto em certo índice de diversidade que ganha relevo a partir da seleção dos ministros, comparativamente, à seleção feita em janeiro de 2019. Vejamos como isso se produz.

A leitura das equipes ministeriais na Fig. 1 remete a certo índice de diversidade, que pode ser assim descrito: frente aos 22 ministros de Bolsonaro, de maioria absoluta constituída de homens brancos, o conjunto de 37 ministros de Lula, embora constituído de homens em maioria, tem quase $\frac{1}{3}$ de mulheres (11 no total), frente a menos de $\frac{1}{10}$ (2 no total) na equipe de Bolsonaro. Na equipe de Lula, há também negros e uma indígena. O contraste também significa a dominância da tonalidade escura (predominantemente, preta) nas roupas dos ministros de Bolsonaro. Quanto a esse aspecto, ganha destaque certa multiplicidade de cores disputando com cores mais escuras, na equipe de Lula. Essa multiplicidade também é significada pela variação de tipos de roupas, para além do tradicional terno, gravata e camisa branca: vestidos, saias, tecidos estampados, adereços e acessórios ganham visibilidade. As gravatas que compõem o visual dos homens também apresentam variação de cores, tonalidades e estampas. Os próprios ternos variam entre o branco, passando pelo azul riscado, até o preto, como a outra foto da posse (Fig. 2) permite descrever.

O contraste das fotos das equipes ministeriais de Lula, nas figuras 1 e 2, permite a descrição-interpretação, por um lado, de certa repetição (no nível da materialidade discursiva das fotos, trata-se do mesmo cenário e das mesmas pessoas sendo fotografadas, por exemplo), e, por outro lado, uma diferença que se marca, nessa materialidade, em função, sobretudo, das marcas discursivas relativas à iluminação e ao ângulo de enquadramento do objeto fotografado. Essa diferença oportunizou a produção de outra foto, com outras nuances significativas, como resultado. Na Fig. 2, outras nuances da/na texturização, que se formula

¹³ Afirmação recortada de CARVALHO, D. Eu sou a Constituição, diz Bolsonaro ao defender democracia e liberdade um dia após ato pró-golpe militar. *Folha de São Paulo* [online], Política, 20/04/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/democracia-e-liberdade-acima-de-tudo-diz-bolsonaro-apos-participar-de-ato-pro-golpe.shtml>. Acesso: 22 fev. 2023.

por meio da produção fotográfica da imagem que se apresenta à leitura, remetem o leitor a discursividades que podem significar a atribuição de certo sentido de diversidade à equipe de Lula. Essas discursividades ganham outra visibilidade na Fig. 2: tecidos, proporções, cores e harmonizações se distinguem de modo diferente daquele possível de ser lido na fotografia da equipe ministerial de Lula, na Fig. 1.

Ao colocarmos em perspectiva a materialidade discursiva das fotografias nas Figs. 1 e 2, assim como aquelas por elas remetidas no e pelo arquivo em análise, concebemos texturização como o processo por meio do qual um dado objeto simbólico é lido/interpretado por meio da atribuição de texturas, que são produzidas como efeitos de sentido (interpretações). Daí podermos nos referir a contrastes na e pela iluminação, no e pelo ângulo de enquadramento da câmera fotográfica, produzindo efeitos de sentido (re)lidos como texturas: nuanças de/entre cores, tonalidades, estampas, materiais, sombras, profundidades, (a)linha(mento)s etc.

Figura 2 – Frente ampla (Revista *Veja*)



FRENTE AMPLA – Lula ampliou para 37 o número de ministérios: os cargos foram divididos entre nove partidos políticos que apoiam o governo // Ricardo Stuckert/.

Fonte: Revista *Veja*/Política¹⁴, de 06/01/2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/ministerio-de-lula-comeca-com-falas-desencontradas-e-polemicas/>. Acesso: 22 jan. 2023.

Esses efeitos resultam da mediação de alguma tecnologia de linguagem, como a música ou a pintura, ou de alguma outra tecnologia na produção da interpretação, como câmeras de máquinas fotográficas e celulares. Podemos dizer, nessa direção, que a texturização ganha forma/corpo na e pela leitura; por isso, constitui um processo produzido discursivamente, isto é, determinado pelas condições sócio-históricas e político-ideológicas da divisão social da leitura, da interpretação. O efeito de texturização pode ser capt(ur)ado no e pelo

¹⁴ MATTOS, M.; CHAPOLA, R. Ministério de Lula começa com falas desencontradas e polêmicas. *Veja* [Política], 06/01/2023. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/ministerio-de-lula-comeca-com-falas-desencontradas-e-polemicas/>. Acesso: 22 jan. 2023.

dispositivo analítico ao remeter, como feito acima, uma materialidade discursiva (fotografia da posse de Lula na Fig. 1) a outra(s) (fotografia da posse de Lula na Fig. 2, por exemplo).

Na Fig. 2, essas nuances da/na texturização também concorrem por significar a diversidade na equipe ministerial de Lula ali fotografada. Trata-se de um efeito que faz sentido em contraste ao que foi possível de ser lido na fotografia da equipe ministerial de Bolsonaro em 2019 (Fig. 1). Nesta fotografia, essa texturização é, de certo modo, censurada/silenciada, como se todos os ministros ali estivessem identificados à mesma discursividade de *dress code* (“código de vestimenta”) e, também, como se estivessem aceitando, assumindo e experimentando “a mesma” interpretação ao protocolo cerimonial.

Na equipe de Lula, o efeito associado às nuances da/na texturização determinam certa perturbação no ciclo de repetição do cerimonial de posse presidencial (inclusive no que concerne à identificação à discursividade do *dress code* imaginário que o cerimonial estabeleceria como adequado). Trata-se, portanto, de um efeito de ruptura que abre o cerimonial para outros sentidos, em especial, para a discursividade da diversidade que poderia/deveria descrever-interpretar a equipe ministerial em 2023, produzindo uma tensão contrastiva com a equipe de 2019.

É assim que a equipe de Lula parece indiciar certa diversidade para, supostamente, reconstruir o Brasil. Essa é uma relação que se torna legível quando se relaciona a fotografia da equipe ministerial de Lula, com esse efeito de sentido em relevo, ao *slogan* de seu governo: “união e reconstrução”. Uma articulação discursiva possível derivada dessa relação seria: “unir a diversidade para a reconstrução do país”. Nessa direção, a formulação do *slogan*, embora não integralmente visível na fotografia, constitui significativamente o painel em frente ao qual toda equipe se posiciona para a foto, junto ao presidente e seu vice, também ministro de estado, recém-empossados.

Ainda em relação ao *slogan*, “união e reconstrução” é uma materialidade discursiva que se estabelece por meio da coordenação, por conjunção aditiva “e”, de dois sintagmas nominais constituídos apenas pelo próprio núcleo nominal (“união”, “reconstrução”). Com base no exposto, torna-se relevante perguntarmos: discursivamente, como essa coordenação se tornou possível? Como “união” se relaciona à “reconstrução” nessa conjuntura sócio-histórica e político-ideológica?

“União” e “reconstrução”, tomados em sua materialidade discursiva na coordenação que se (re)atualiza no *slogan*, dão forma/corpo a relações de sentidos que circula(va)m por oposição àquelas não oriundas da FD da extrema direita. Em relação a essa FD, “união” e “reconstrução” disputam/polemizam com evidências forjadas em seu interior: a divisão, *nós vs. eles*¹⁵, e o dismantelamento de valores e instituições democráticas. Nessa medida, o sintagma nominal “união”, no *slogan*, remete o leitor a certo estado de desunião, que teria sido causado, por exemplo, em função da polarização política que constitui uma condição de produção decisiva da atual conjuntura sócio-histórica e político-ideológica brasileira (e mundial).

Já o sintagma nominal “reconstrução” remete o leitor a certo estado de dismantelamento de políticas sociais (com seus programas). Esse sentido de dismantelamento de

¹⁵ Conforme Stanley (2019, p. 15), “o sintoma mais marcante da política fascista é a divisão”. A política fascista divide/distingue uma população entre “nós” e “eles”, apelando, por exemplo, para distinções étnicas, religiosas ou raciais, e usando essa divisão/distinção para moldar a prática política. No discurso fascista, é comum essa divisão/distinção ser significanda da seguinte forma: o “nós” como os virtuosos, os trabalhadores, os produtores e, por isso, os merecedores; e o “eles” como os preguiçosos e os parasitas e, por isso, dispensáveis/elimináveis.

políticas sociais, por sua vez, evoca uma série parafrástica a partir da qual é possível ler, por relação, o desmantelamento econômico, o ambiental, o cultural, o trabalhista, o dos povos indígenas, o da educação, o da saúde pública, entre outros. Além do sentido de reconstruir o que fora desmantelado pelo governo anterior, outro sentido de reconstrução se presentifica no *slogan*: o de construir de novo aquilo que nos governos Lula anteriores (2003-2006 e 2007-2010) já haveria sido construído. Dessa maneira, “reconstruir” evoca, como verbo, um já-dito como complemento possível, restituível a partir do *slogan* dos governos Lula 1 e Lula 2, qual seja, “Brasil, um país de todos”¹⁶.

Com base nessa leitura, “união” e “reconstrução” funcionam discursivamente a partir do modo como, no e pelo arquivo, a memória discursiva faz ressoar no/do interdiscurso a articulação discursiva segundo a qual um *slogan* de governo faz significar um comando que anuncia/convoca certas discursividades (certas evidências de sentido). Ou seja, anuncia e convoca certa narratividade (Rodrigues; Agustini, Araújo, 2022a), que visa ao efeito de estabilização sobre o que pode/deve, poderia/deveria, poderá/deverá ser o governo Lula 3.

É possível compreender que o governo atual, durante a posse, anuncia o plano de governar pela união e reconstrução do Brasil. E, para tanto, convoca os brasileiros a se unirem e a participarem do processo de reconstrução do Brasil que já havia sido significado como «um país de todos». Nessa perspectiva, o *slogan* do atual governo, ao pôr em relação de coordenação “união” e “reconstrução”, significa, em relação de dominância a outros sentidos, que o país só pode(rá)/deve(rá) voltar a ser “um país de todos” se (re)unir o que se encontra(va) dividido, como efeito (do efeito) da polarização política: (re)unir, assim, bolsonaristas e não-bolsonaristas.

Nessa direção interpretativa, a equipe ministerial de Lula, na Fig. 1, pode não apenas significar certa diversidade e certa pluralidade de sentidos, sujeitos, grupos sociais, vozes, posições, pautas e reivindicações, por exemplo, como também pode particularizar o acontecimento da posse de Lula, para seu terceiro mandato, em relação às posses tanto de Bolsonaro quanto de outros presidentes empossados no período da redemocratização brasileira. Isso faz ressoar interdiscursivamente que uma equipe tanto plural quanto unida se faria necessária para atender as necessidades plurais e complexas do país.

As relações de sentido que parecem produzir a evidência da diversidade/pluralidade são restituíveis, nessa leitura, por marcas discursivas que significam certa diferença de/entre sentidos, sujeitos, grupos sociais, vozes, posições, pautas e reivindicações. Diferença que é (re)produzida/transformada a partir da relação de contraste passível de ser estabelecida entre cada ministro presente na fotografia da posse de Lula.

Essa relação de contraste possível pode ser lida como índice de um todo, além de unido e coeso, também diverso e plural. Nesse caso, essa diversidade e pluralidade são indicadas pela presença, além das nuances significativas já descritas, de ministros de diferentes partidos e estados, de diferentes gêneros, de diferentes raças e etnias, de diferentes credos, de diferentes bandeiras, posições e pautas ideológicas etc.

Por contraste, a equipe ministerial na fotografia de 2019 pode ser significada como uma equipe supostamente uniforme, marcada e reconhecida pela indistinção, uníssona, portanto, não plural e não diversa, isto é, com sua diversidade e pluralidade silenciadas, censuradas. Embora aparentemente contraditório, na relação com o *slogan* “união e reconstrução”

¹⁶ Para uma análise deste *slogan*, recomendamos a leitura de Orlandi (2012, p.123-128).

ção”, essa equipe uniforme-uníssonas também pode ser significada tanto como unida quanto como segregacionista. Unida se justifica como interpretação atribuível a uma equipe identificada à política de extrema direita e seu *modus operandi*; segregacionista, por sua vez, se justifica como interpretação atribuível a uma equipe que, também por identificação à extrema direita, expurga a diversidade, o diferente, aquele que não se encontra alinhado/identificado à mesma FD. Essa interpretação, que atribui à equipe ministerial de Bolsonaro o sentido de segregacionista, evoca outros sentidos, por exemplo, o sentido de que tal equipe (e seu comandante) teria sido responsável por negligenciar muitas das necessidades, plurais e complexas, do país.

Outro índice do silenciamento da diversidade e da pluralidade, na fotografia da equipe ministerial de 2019, é o semblante contido que se marca na materialidade discursiva da maioria dos rostos, como certa constrição no sorrir/no sorriso. Já na equipe ministerial de 2023, o sorrir e o sorriso se apresentam com mais “liberdade”, “espontaneidade”, significando junto ao sentido de “posse” o sentido de “festa”, de “celebração”. Esse efeito de festa e de celebração particulariza o acontecimento da posse de 2023 em relação à leitura do arquivo de posses presidenciais brasileiras no período de redemocratização. Essa compreensão também traz a seguinte ressalva: um sorriso *não é (só)* um sorriso.

O semblante sorridente, majoritariamente, dos/nos ministros de Lula e do/no próprio Lula também indicia outros sentidos em disputa/polêmica, como o sentido da articulação política que fora necessária para a vitória eleitoral. São muitos interesses, muitas pautas e reivindicações, muitos compromissos ali significados e, aparentemente, celebrados. A equipe ministerial de Lula pode ser lida, na fotografia, a partir da configuração de uma aliança tática entre 16 partidos, que foi denominada “Frente Ampla pela Democracia”, em apoio à candidatura Lula-Alckmin, em segundo turno. Nessa direção, o semblante sorridente em relevo na maioria dos rostos dos ministros de Lula em 2023 também pode significar a vitória dessa aliança tática.

A denominação “Frente Ampla pela Democracia” evoca sentidos que fazem a conjuntura sócio-histórica e político-ideológica da democracia brasileira, naquele momento de disputa/polêmica eleitoral (em especial, de agosto a dezembro de 2022), significar como uma conjuntura de risco à democracia, em função do funcionamento de uma prática política significada como “antidemocrática”. Daí a emergência de sentidos que significam, em relação de dominância a outros sentidos, a necessidade de “lutar” pela, de “defender”, de “reconstruir” a democracia.

Dessa maneira, a leitura discursiva de arquivo das fotografias nas Figs. 1 e 2 faz ressoar, interdiscursivamente, uma relação de dominância pela repetibilidade de sentidos sobre como pode/deve ser o cerimonial de uma posse presidencial no Brasil redemocratizado. Se o leitor busca pelas fotografias ministeriais na ocasião das posses dos governos anteriores de Lula (2003 e 2007), poderá reconhecer, por contraste, equipes ministeriais que se apresentam, como fica marcado na texturização da materialidade discursiva dessas fotografias, tanto mais próximas visualmente à equipe ministerial de Bolsonaro em 2019 quanto mais distantes visualmente à equipe ministerial de Lula 2023. No entanto, as equipes ministeriais de Lula em 2003 e 2007 se afastam ideologicamente da equipe de Bolsonaro em 2019, quando se contrasta o efeito da exterioridade histórica que significa as fotografias como fotografias que significam posições político-ideológicas divergentes.

Ainda quando contrastamos a fotografia ministerial de Lula, nas Figs. 1 e 2, fica visível que, no interior do arquivo estabelecido, duas fotos que leem/interpretam/fotografam aquilo que seria um “mesmo” objeto não o leem/interpretam/fotografam da mesma maneira (o que também é válido quando as duas fotos são produzidas pelo mesmo conjunto fotógrafo-instrumento fotográfico). Essas diferenças na e pela interpretação são coerentes com marcas distintas (mais ou menos sutis) que compõem significativamente a texturização da materialidade discursiva das duas fotografias. Embora pareça contraditório, duas fotos que mostram o mesmo objeto, o mostram diferentemente. Ou seja, a relação entre essas duas fotos se dá no jogo da repetição-diferença, como pudemos mostrar.

Esse jogo entre repetição e diferença atravessa constitutivamente a leitura discursiva de arquivo, abrindo-o a gestos de leitura que (re)produzem/transformam o espaço de disputa/polêmica nas/das maneiras de ler que constituem o próprio arquivo. É assim que esse arquivo, da perspectiva da análise, se abre ao jogo interdiscursivo que fornece tanto sentidos de democracia quanto sentidos de antidemocracia funcionando e produzindo identificação, desidentificação e contra-identificação (Rodrigues; Agustini; Araújo, 2022a; Rodrigues; Agustini; Branco; Barros, 2020) no seio da vida social.

Avançamos, nessa análise, explorando outros aspectos da significação no e pelo arquivo, desse jogo de relações que evocam sentidos de (anti)democracia.

4.2 (Anti)democracia entre ecos de um já-dito

Como parte do cerimonial de posse da Presidência da República Brasileira, desde a redemocratização, há a tradicional subida da rampa do Palácio do Planalto. Nas posses, geralmente, sobem a rampa junto ao presidente eleito, o vice-presidente eleito e cônjuges. E, para recepcioná-los, com a incumbência por tradição de passar a faixa presidencial ao novo presidente eleito, posicionam-se, no topo da rampa, o presidente e seu cônjuge, quando houver, a serem substituídos.

Na posse de 2019, essa tradição se manteve, assim como nas posses de 2003 e 2007. Já na posse de 2023, como é possível ler na Fig. 3, a tradição foi quebrada. Primeiro porque o presidente derrotado nas urnas recusou-se a participar do cerimonial, não cumprindo a incumbência de passar a faixa ao sucessor. Em decorrência do primeiro motivo, a tradição foi quebrada também porque, pela primeira vez na história da redemocratização brasileira, o presidente eleito subiu a rampa acompanhado de 8 cidadãos e uma cadela, além do vice-presidente e dos cônjuges do presidente e do vice.

Figura 3 – [Legenda original da foto:] Em cima, posse de Bolsonaro em 2019; embaixo, posse de Lula em 2023



Foto: Ueslei Marcelino/Reuters e Ricardo Moraes/Reuters. Fonte: *Portal G1/Política*¹⁷, de 02/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/02/fotos-veja-comparacao-entre-a-posses-de-bolsonaro-e-de-lula.ghtml>. Acesso: 22 fev. 2023.

¹⁷ Fotografia reproduzida, de forma adaptada, de “FOTOS: Veja comparação entre as posses de Bolsonaro e de Lula. Imagens destacam momentos específicos nas cerimônias de 2019 e de 2023”, disponível em *Portal G1, Política*, de 02/01/2023. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/02/fotos-veja-comparacao-entre-a-posses-de-bolsonaro-e-de-lula.ghtml>. Acesso: 22 fev. 2023.

Essas 8 pessoas foram identificadas pela imprensa como sendo representantes de grupos sociais: o garoto Francisco, 10 anos, negro, morador da periferia de São Paulo; Aline Sousa, 33 anos, mãe de 6 filhos, ex-catadora de materiais recicláveis; o Cacique Raoni Metuktire, autoridade mundial na defesa da Amazônia e dos povos da floresta; o metalúrgico Wesley Viesba Rodrigues, 36 anos; o professor Murilo de Quadros Jesus, 28 anos; a cozinheira Jucimara Fausto dos Santos; o jovem Ivan Baron, 24 anos, com paralisia cerebral e ativista anticapacitista; o artesão Flávio Pereira, 50 anos. E a cadela Resistência, de 4 anos, que fora adotada por Janja, atual esposa de Lula, quando este esteve preso em Curitiba, em 2018.

Na Fig. 3, o contraste entre as fotografias permite ler certo deslocamento de sentidos evocados em relação ao protocolo de subida da rampa que integra o cerimonial de posse presidencial do Palácio do Planalto. Em relação à subida da rampa em 2019, que mantém a tradição, faz significar que o cerimonial seria um evento restrito à classe política, cabendo ao povo apenas assisti-lo. Em 2023, além de assisti-lo, o povo também pôde, pela primeira vez, participar dele por meio de uma articulação metonímico-metafórica

Dessa maneira, os 8 representantes dos grupos sociais suprarreferidos podem significar, por metonímia, a presença do povo brasileiro na subida da rampa; metaforicamente, o efeito de evidência que se pode produzir é o de que o povo participa do governo. Dito de outro modo, por metáfora, (re)atualiza-se a memória de que estaria tomando posse o governo para o/do povo. Essa (re)atualização, por sua vez, evoca, também, o *slogan* dos governos anteriores de Lula, “Brasil, um país de todos”.

Parece ser com certo eco desse *slogan* anterior, que o *slogan* atual – “união e reconstrução” – se constitui como uma espécie de paráfrase. Nesse movimento parafrástico entre os dois *slogans*, “unir” e “reconstruir” assumem – como objetos sobre os quais as ações por eles evocadas podem/devem ser executadas – a união e a reconstrução de um Brasil unido de todos/para todos. Dito de outro modo, a partir dessa relação parafrástica, articula-se como um saber já dado a ideia de que o governo, então recém-eleito, se une ao povo para, dessa maneira, reconstruir o Brasil como um país de todos (os brasileiros).

Essa relação parafrástica, ao evocar o já-dito, “Brasil, um país de todos”, evoca, também, outra paráfrase possível que se refere ao efeito de articulação que significa a democracia em risco, atribuível ao governo anterior. É assim que “unir” e “reconstruir” também assumem a união e a reconstrução da democracia brasileira atacada na e pela prática política fascista da extrema direita. Essa prática política é significada como uma prática que transforma a democracia em antidemocracia pelo instrumento discursivo do fascismo.

O contraste entre as fotografias das Figs. 1 e 3 evoca outra latitude discursiva que coloca em relação a equipe ministerial de Lula e o conjunto de brasileiros que subiram a rampa do Palácio, na posse de 2023. Tanto a fotografia da equipe ministerial quanto a da subida da rampa evocam, em relação de dominância a outros sentidos, o efeito de repetibilidade, por meio de diferentes gestos de interpretação (configuração da equipe ministerial, configuração do “povo” na subida da rampa), na (re)produção/transformação do efeito de evidência da diversidade/pluralidade. Com isso, ainda que pareça contraditório, produz-se o efeito de diversidade/pluralidade, mas tal sentido também se apresenta dividido. São diversidades/pluralidades diferentes, ainda que relacionáveis. Evocam tanto relações de sentido em convergência (aproximam-se, por exemplo, pela evidência do sentido de minoria(s)), como outras em divergência (distanciam-se, por exemplo, pelas posições no interior da luta de classes).

4.3 (Anti)democracia entre cortejos

O desfile em carro aberto na chegada para a posse presidencial também integra o cerimonial de posse da Presidência da República Brasileira. Em relação a esse mo(vi)mento do cerimonial, também é possível lermos, por contraste entre as fotografias da posse em 2019 e da posse em 2023, conforme Fig. 4, a (re)produção/transformação de diferenças em relação àquilo que se apresenta como regularidade no que se refere ao desfile, em especial, entre os desfiles de 2019 e 2023. Essa regularidade é lida na e pela montagem discursiva fotográfica disposta na Fig. 4.

Figura 4 – [Legenda original da foto:] Em cima, posse de Bolsonaro em 2019; embaixo, posse de Lula em 2023



Foto: Fábio Tito/G1 e Ueslei Marcelino/Reuters. *Portal G1/Política*¹⁸, de 02/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/02/fotos-veja-comparacao-entre-a-posses-de-bolsonaro-e-de-lula.ghtml>. Acesso: 22 fev. 2023.

¹⁸ Fotografia reproduzida, de forma adaptada, de “FOTOS: Veja comparação entre as posses de Bolsonaro e de Lula. Imagens destacam momentos específicos nas cerimônias de 2019 e de 2023”, disponível em *Portal G1, Política*, de 02/01/2023. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/02/fotos-veja-comparacao-entre-a-posses-de-bolsonaro-e-de-lula.ghtml>. Acesso: 22 fev. 2023.

Em 2019, participaram do cortejo, dentro do Rolls-Royce presidencial, Bolsonaro, a então primeira-dama e um dos filhos do ex-presidente. O vice-presidente e a segunda-dama, naquela ocasião, não desfilaram em carro aberto, estavam em um carro fechado que integrava a comitiva presidencial.

A regularidade sugere que, ora os presidentes estão acompanhados de cônjuges ou dos vice-presidentes, ora sozinhos, especialmente, em caso de posse por reeleição. No caso da posse da eleição e reeleição de Dilma Rousseff (2011 e 2015), quem a acompanhou no Rolls-Royce foi sua filha, já que a então presidente era divorciada e tinha uma única filha, que não exercia atividade política. É também uma regularidade os vice-presidentes e cônjuges participarem do cortejo ora em um segundo carro aberto ou em carros fechados, quando não acompanham o presidente no Rolls-Royce.

O contraste entre as duas fotografias permite a leitura de índices que apontam para o funcionamento de certas discursividades, que, por sua vez, significam distinções na perspectiva de governo que, em cada caso, se instala(va). Em 2023, o Rolls-Royce é ocupado por Lula, pelo vice e pelos respectivos cônjuges.

Essa presença indicia, também, a (re)produção/transformação da evidência de certo sentido de “união”, efeito que mostramos sendo (re)produzido/transformado tanto em relação à subida da rampa quanto em relação à equipe ministerial de Lula. Nesse caso particular, dois ex-adversários políticos se apresentam unidos em uma chapa eleitoral que saiu vitoriosa das urnas. Uma aliança a partir da qual foi possível estabelecer a “Frente Ampla pela Democracia”, já mencionada.

No carro em cortejo, Lula, presidente, e Alckmin, vice-presidente, sorriem e acenam ao público, mostrando certa consonância entre posições – político-partidárias e ideológicas – que historicamente se relacionavam por disputa/polêmica/confronto. Essa aliança acirra, portanto, o efeito da evidência de união, jamais imaginada, mas que foi produzida para combater uma marcada e reconhecida ameaça comum: o desmantelamento da democracia brasileira. Uma união que evoca, mais uma vez, a articulação discursiva que pode significar que o Brasil a ser reconstruído seria um Brasil que acolheria a todos, sem distinção, aparentemente, de filiação ideológica.

Esses efeitos também podem se (re)atualizar nos sorrisos e gestos das primeira e segunda damas (inclusive, podemos ler esses efeitos, também, nos rostos e sorrisos dos condutores do veículo). Pode significar-se, assim, a vitória da democracia sobre a antidemocracia. Sendo assim, os sorrisos, gestos, acenos de todos que ocupam o carro presidencial, tomados como índices discursivos, podem significar a vitória da democracia, a expectativa de mudanças e a possibilidade da reconstrução.

Já em 2019, o fato de o ex-presidente estar acompanhado, além da esposa, de um de seus filhos, faz significar, por contraste à posse de 2023, que aquele governo que se inaugurava, em 2019, seria um governo “de família”, isto é, um governo que atuaria para proteger/beneficiar a própria família assim como a família descrita e interpretada como “bolsonarista”, os ditos “homens e mulheres de bem”. Esses sentidos de família circulam na leitura de arquivo hoje, retrospectivamente, fazendo retornar interpretações atribuíveis ao governo de Bolsonaro ao longo de seu mandato, entre 2019 e 2022.

Nessa direção, a família, ainda que parcial, de Bolsonaro no Rolls-Royce presidencial, na posse de 2019, conforme Fig. 4, faz retornar, interdiscursivamente, via funcionamento da memória discursiva, que a própria eleição de Bolsonaro teve forte sustentação no trabalho realizado pelos filhos, especialmente aquele que o acompanha no carro, instrumentalizando redes e aplicativos sociais, por meio de programas-robôs (*bots*), a disseminarem *fake news*, difamações etc., sobretudo, contra os adversários políticos do bolsonarismo (Morais, 2022; Oliveira, 2021; Mello, 2020). Ressaltamos que esses sentidos, que ligam Bolsonaro e sua família à disseminação de *fake news* e difamações contra adversários (políticos ou não), são facilmente restituíveis por meio da busca e da leitura de vasta literatura já disponível sobre a questão.

Diante do exposto, a fotografia da família Bolsonaro em cortejo na posse de 2019 permite a (re)leitura de um conhecido *slogan* de Bolsonaro: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Metonímico-metaforicamente, se relacionarmos esse *slogan* com outro, “Bolsonaro, capitão do Brasil” ou “Bolsonaro, capitão do povo (brasileiro)”, podemos, por uma relação metonímica, ler um possível deslizamento dos sentidos, que pode ser capturado na paráfrase “Bolsonaro acima de tudo/de todos” ou, ainda, “Família Bolsonaro acima de tudo/de todos”.

A relação metonímica que sustenta esse deslizamento parafrástico está na articulação discursiva de saberes da memória discursiva que significam “capitão” como alguém que comanda um grupo de pessoas, neste caso, o capitão do Brasil comandaria os brasileiros e, em decorrência disso, o próprio Brasil. Já a relação metafórica que sustenta esse deslizamento aproxima Bolsonaro, o comandante, de Deus, tanto no sentido de quem tudo comanda/governa quanto no sentido de “pai de todos”, “pai da nação”, “pai do Brasil”. Daí podermos reler metonímica e metaforicamente o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” como “Bolsonaro/A família Bolsonaro acima de tudo/de todos”.

Essas relações de sentido que produzem confusão sobre como a função de governante de Estado é significada e se significa fazem parte do que Stanley (2019) descreve como política fascista. Por meio do funcionamento dessa política, produz-se o efeito de articulação segundo o qual “o líder da nação é análogo ao pai da família patriarcal tradicional” (Stanley, 2019, p. 22). Esse efeito pode ser lido por meio de sua (re)inscrição no programa de leitura decorrente do contraste entre as fotografias da Fig. 4, de modo a significar, retrospectivamente, a fotografia da família Bolsonaro no Rolls-Royce, durante a posse, como uma fotografia que significa um governo que se instalava no poder sustentado pela perspectiva fascista de poder aceita, assumida e experimentada pela posição discursiva do então governante e de sua família.

Essa rede de sentidos evocada no contraste entre essas fotografias, ao significar “Bolsonaro/A família Bolsonaro acima de tudo/de todos”, pode fazer significar, também, que Bolsonaro (e sua família) estaria(m) acima da justiça, do congresso, das leis, da constituição e de toda diversidade que constitui o espaço/o povo brasileiro. Por meio desse processo de significação, o governo Bolsonaro é/foi significado como antidemocrático; por isso, uma ameaça a ser enfrentada por meio da dita “Frente Ampla pela Democracia”, indiciada, na Fig. 4, pela fotografia que mostra Lula e seu ex-rival político juntos em cortejo na posse de 2023.

5 Considerações finais

O trabalho aqui apresentado teve, como dissemos, o objetivo de discutir, analiticamente, como é possível ler um dado objeto que se apresenta à leitura a partir de uma leitura de

arquivo operacionalizada pelo aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso de filiação pecheuxtiana. Propusemo-nos a alcançar esse objetivo por meio de um movimento teórico e outro teórico-analítico.

No movimento teórico, apresentamos como a teoria do discurso se apropria/reinventa a concepção de arquivo vertendo-a em uma concepção discursiva de arquivo, coerente com seus fundamentos, denominada por nós como tecnologia discursiva de arquivo. Mostramos que, nessa concepção, a tecnologia discursiva de arquivo produz em seu funcionamento a instrumentalização de um processo de leitura de arquivo que não toma sua existência de antemão. Nessa perspectiva, a construção do arquivo é estabelecida em função de um gesto de análise que endereça uma questão. Em nosso caso, a questão interrogava como o jogo discursivo da (anti)democracia se (re)inscrevia no arquivo. Qual arquivo?

O arquivo foi estabelecido por textualidades significativas da evidência da (anti)democracia. Desse arquivo, um conjunto de montagens discursivas fotográficas foi recortado de modo a reportar a análise e seu leitor a uma dimensão representável, entre outras possíveis, do arquivo. Foi a partir da análise discursiva desse conjunto que a questão da (re)produção/transformação da evidência da (anti)democracia pôde ser explorada e compreendida, o que nos levou ao movimento teórico-analítico empreendido tanto para estabelecer a dimensão representável do arquivo quanto para fazer sua leitura.

Nesse movimento, foi-se estabelecendo uma rede de relações discursivas na medida em que passamos a investigar a questão a partir de fotografias que poderiam significar as posses de governos no processo de redemocratização brasileiro. Fotografia (sentido) *puxando/evocando/encontrando/pegando/disputando com* fotografia (sentido). Este foi o movimento que se constituiu como movimento de restituição do processo discursivo em funcionamento no arquivo, determinando como a questão pode/deve ser interpretada.

Este é o funcionamento da tecnologia discursiva do arquivo: estabelece, discursivamente, um arquivo e instrumentaliza sua leitura discursiva, ou seja, instrumentaliza gestos de leitura sobre as relações discursivas que sustentam e significam o arquivo. Nessa medida, o arquivo não prescinde de sua materialidade histórica, tampouco de sua materialidade significativa, indissociáveis nas interpretações que o arquivo pode/deve comportar. Ler o arquivo discursivamente significa ler, no batimento analítico entre descrição e interpretação, como a relação dessas materialidades podem/devem significá-lo.

Com essa experimentação teórico-analítica, foi possível restituir ao arquivo sua espessura semântica e sua condição de legibilidade como constitutivas de seu movimento/funcionamento, sabendo que este se funda no e pelo movimento/funcionamento da interpretação. É pinçando (recortando) relações de interpretação que se pode *chegar* a um arquivo, isto é, que se pode restituir o modo como um arquivo pode significar. É por isso que um mesmo objeto que se apresenta à leitura pode dar lugar ao estabelecimento de diferentes arquivos, uma vez que sempre é possível pinçar/recortar outras relações de interpretação no processo de leitura discursiva de arquivo. Isso acontece porque tanto o objeto quanto o arquivo a ele associável se apresentam como “espaço polêmico nas maneiras de ler”. Logo, se as montagens fotográficas aqui analisadas fossem lidas, por exemplo, por um analista filiado ao bolsonarismo, o arquivo estabelecido poderia ser outro.

A leitura de arquivo das fotografias (Figs. 1 a 4), realizada na perspectiva da tecnologia discursiva de arquivo, permitiu mostrar que, no arquivo estabelecido para análise, a discursividade da (anti)democracia é um espaço de disputa/polêmica no qual relações de força,

poder, sentido concorrem por significar/dominar. As fotografias, dispostas tal como recortadas do/no arquivo, permitiram mostrar, por contraste, como essa disputa/polêmica ganha legibilidade no acontecimento das posses presidenciais de 2019 e 2023.

Por contraste, em toda movimentação analítica, foi possível compreendermos como o jogo da (anti)democracia divide sentidos e, ao mesmo tempo, reorienta, articula relações que projetam os governos empossados em 2019 e em 2023 em posições (aceitas, assumidas, experimentadas como se fossem) antagônicas. Dessa maneira, pudemos ler que essas posições não são integralmente antagônicas, assim como a relação entre elas poderiam ser lidas, aceitas e experimentadas de outras maneiras, a partir da assunção do sujeito leitor a outras posições discursivas.

Assim, foi possível compreender como se deu o jogo da suposta alternância de poderes no Brasil nos referidos períodos e seus efeitos sobre a vida social. Suposta, aqui, se deve às nuances que marcam essa alternância, indiciando tanto aproximações quanto afastamentos, rompimentos. Em 2023, o governo se posiciona na direção de reconstruir a democracia, uma vez que assume que ela se encontra desmantelada pelo governo anterior. Em 2019, por sua vez, o governo se posicionou numa relação de identificação com o fascismo, sobrepondo a própria família à democracia e à diversidade que ela evoca como pré-construído.

Por essa experimentação teórico-analítica, tornou-se possível deslocar a leitura das montagens fotográficas como mero registro do acontecimento para uma leitura discursiva de arquivo que as (re)inscreve em possíveis programas de leitura, nos quais funcionam/funcionarão como índices da discursividade da (anti)democracia em circulação no seio da luta de classes que determina nossa realidade social. Nessa perspectiva, as montagens fotográficas analisadas funcionam, também, como operadores de memória na medida em que (re)inscrevem relações significativas de arquivo como condição de visibilidade do funcionamento discursivo que disputa/concorre por dominar sua significação.

Finalmente, essa experimentação do processo de leitura de arquivo também coloca em perspectiva a possibilidade de tais fotografias de posse sofrerem deslocamentos significativos em relação ao próprio desenvolvimento dos mandatos. Esses deslocamentos indicam uma regularidade no período de redemocratização: as disputas entre as forças políticas e a concorrência por significar o projeto e os compromissos de governo vão se (re)alinhando durante o mandato. É, aliás, nesse processo de alinhamento-desalinhamento-realinhamento que a irregularidade significativa advém, o que pode fazer com que um governo de esquerda, por exemplo, se aproxime, em alguns efeitos, em alguns direcionamentos de sentidos, de um governo de extrema direita.

Declaração de autoria

Os autores Eduardo Alves Rodrigues e Cármen Lúcia Hernandes Agustini declaram ser os responsáveis pelo manuscrito em tela, contribuindo, igualmente, nos aspectos relativos à concepção, projeto, análise e interpretação dos fatos e funcionamentos linguístico-discursivos e teórico-metodológicos necessários ao tratamento do objeto/questão estudado(a); à redação e à revisão crítica do conteúdo intelectual; à aprovação final da versão publicada. Declaram os autores, por fim, responsabilidade por todos os aspectos do trabalho em tela na garantia da exatidão e integridade de qualquer parte dele.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações técnicas-AN, n. 51). Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf>. Acesso: 22 fev. 2023.
- BARBOSA FILHO, F. R. Ler o arquivo em análise de discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 64, n. 00, p. e022007, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v64i00.8664658>.
- BRANCO, L. K. A. C. *A língua em além-mar: sentidos à deriva* – o discurso da CPLP sobre língua portuguesa. 2013. 325f. Tese (Doutorado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- COURTINE, J.-J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, 15 année, Analyse du discours politique, n. 62, p. 9-128, 1981. DOI: <https://doi.org/10.3406/lgge.1981.1873>.
- DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. Efeitos do arquivo. In: GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. *Discurso e arquivo: experimentações em Análise do Discurso*. Trad. de Carolina P. Fedatto e Paula Chiaretti. Campinas: Ed. da Unicamp, 2016. p. 115-140.
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. de Bethania S. Mariani. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 13-38.
- HERBERT, T. (Michel Pêcheux). Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Trad. de Mariza Vieira da Silva e Laura A. Perrella Parisi. Campinas: Pontes, 2011. p. 21-54.
- LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, J. *Escritos*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 496-533.
- MARIANI, B. S. C. Da incompletude do arquivo: teorias e gestos nos percursos de leitura. *Resgate*, Campinas, v. 24, n. 1 [31], p. 9-26, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20396/resgate.v24i1.8647082>.
- MELLO, P. C. *A máquina do ódio*. Notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MORAIS, M. de. Governo Bolsonaro, um governo fundado em fake news? *Revista da APC*, São Paulo, v. 1, n. 1, janeiro-junho 2022. DOI: <https://doi.org/10.23925/2764-8389.2022v1i1p76-104>.
- NUNES, J. H. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: II SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2005, Porto Alegre. *Anais...* Disponível em <<https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/JoseHortaNunes.pdf>>. Acesso: 22 fev. 2023.
- OLIVEIRA, A. P. *No olho do furacão: a circulação das fake news do governo Jair Bolsonaro nas plataformas durante a pandemia da covid-19*. 2021. 184f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFSM, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/25696>>. Acesso: 22 fev. 2023.

- ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar? *Série Estudos* [Linguística: questões e controvérsias], n. 10. Uberaba: Fiube, 1984.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- ORLANDI, E. P. Propaganda política e língua de estado: “Brasil, um país de todos”. In: ORLANDI, E. P. *Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas: Pontes, 2012. p. 107-128.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni P. Orlandi et. al. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et. al. *Papel da memória*. Trad. de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.
- ROBIN, R. *A memória saturada*. Trad. de Cristiane Dias e Greciely Costa. Campinas: Ed. da Unicamp, 2016.
- RODRIGUES, E. A.; AGUSTINI, C. L. H.; ARAÚJO, É. D. de. (Des)fação discursiva em disputa: censura e resistência entre grafites e pichações – ‘Marielle, presente!’. *Discurso & Sociedad*, Alicante, Espanha, v. 16, n. 4, p. 886-916, 2022a. Disponível em <[http://www.dissoc.org/es/ediciones/v16n04/DS16\(4\)Alves%20et%20al.pdf](http://www.dissoc.org/es/ediciones/v16n04/DS16(4)Alves%20et%20al.pdf)>. Acesso: 22 fev. 2023.
- RODRIGUES, E. A.; AGUSTINI, C. Ler o silêncio entre franjas e frestas. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 25, n. esp, p. 85–111, 2022b. DOI: <https://doi.org/10.20396/lil.v25iesp.8671091>.
- RODRIGUES, E. A.; AGUSTINI, C. L. H.; BRANCO, L. K. A. C. O luto como funcionamento de linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 63, n. 00, p.1-20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v63i00.8665210>.
- RODRIGUES, E. A.; AGUSTINI, C.; BRANCO, L. C.; BARROS, R. C. B. de. “Isso é uma gripezinha” – o Brasil em diminutivo. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 310–330, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i3.1729>.
- ROMÃO, L. M. S.; GALLI, F. S. S.; PATTI, A. R. Arquivo em cena: “im-pressões” de leitura sobre o tema. *Desenredo*, Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 123-134, jan./jun. 2010. Disponível em <<https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/1377/855>>. Acesso: 22 fev. 2023.
- ROUDINESCO, E. *A análise e o arquivo*. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SALOMON, M. Saber dos arquivos. In: SALOMON, M. (Org.). *Saber dos arquivos*. Goiânia: Ricochete, 2011. pp. 5-17.
- STANLEY, J. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Trad. de Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2019.

O processamento do acento primário no português brasileiro à luz do Modelo de Dupla Rota em Cascata

The Processing of the Primary Stress in Brazilian Portuguese from the Dual Route Model

Aline de Lima Benevides

Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC) | CNPq | São Paulo | SP | BR
benevides.aline12@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1814-593X>

Resumo: Este trabalho contrasta o processamento do acento primário em pseudopalavras do português brasileiro a partir do Modelo de Dupla Rota em Cascata (Coltheart; Rastle, 1994; Rastle; Coltheart, 2000). O Modelo postula a existência de duas rotas de processamento conforme o tipo de palavra: palavras reais familiares são processadas pela rota lexical e palavras reais não familiares e pseudopalavras são processadas pela rota não lexical. Para verificar se o acento em português pode ser analisado sob tal ótica, foram realizados dois estudos experimentais que avaliam se os falantes, ao lerem uma pseudopalavra, aplicam a regra geral (Hipótese Métrica de Bisol, 1994) por meio da ativação da rota lexical; ou se se valem de informações lexicais, como a similaridade fonológica com uma palavra real, informações morfológicas e segmentos finais, por meio da ativação da rota não lexical. O experimento 1 avaliou a similaridade fonológica e o experimento 2 avaliou padrões morfológicos derivacionais ambos em relação à regra geral. Os resultados indicam que as pseudopalavras resgatam informações lexicais, segmentais e morfológicas ao serem processadas, colocando em questionamento o processamento a partir apenas da existência de duas rotas guiadas pelo tipo de palavra. Há evidências de que a ativação do padrão acentual pode ocorrer por diferentes mecanismos.

Palavras-Chave: processamento de palavras; acento; modelo de dupla rota; pseudopalavras; português brasileiro.



Abstract: This paper contrasts the processing of primary stress in Brazilian Portuguese pseudowords based on the Cascade Dual Route Model (Coltheart; Rastle, 1994; Rastle; Coltheart, 2000). The Model postulates the existence of two processing routes depending on the type of word: familiar real words are processed via the lexical route and unfamiliar real words and pseudowords are processed via the non-lexical route. To verify whether stress in Portuguese can be analyzed from this perspective, two experimental studies were carried out to evaluate whether speakers, when reading a pseudoword, apply the general rule (Bisol's Metric Hypothesis, 1994) through the activation of the lexical route; or if they make use of lexical information, such as phonological similarity with a real word, morphological information and final segments, through the activation of the non-lexical route. Experiment 1 evaluated phonological similarity and experiment 2 evaluated morphological derivational patterns, both in relation to the general rule. The results indicate that pseudowords retrieve lexical, segmental and morphological information when processed, calling into question processing based solely on the existence of two routes guided by the type of word. There is evidence that the activation of the stress pattern can occur through different mechanisms.

Keywords: word processing; stress; dual route model; pseudowords; brazilian portuguese.

1 Introdução

O presente trabalho trata-se de uma parte da tese de doutorado desta pesquisadora e se propõe a discutir o processamento do acento primário no português brasileiro ao contrastar o Modelo de Dupla Rota em Cascata (Coltheart; Rastle, 1994; Rastle; Coltheart, 2000) com dois estudos experimentais sobre o acento em pseudopalavras (Benevides, 2022) que testam a aplicabilidade do Modelo.

O Modelo de Dupla Via em Cascata sugere que o tipo de palavra determina a maneira ou a rota em que a pseudopalavra será processada, rota lexical ou não lexical. Especificamente para o acento, ele destaca-se como um dos primeiros modelos de processamento de palavras lidas que busca incorporar o processamento acentual a partir de um estudo com palavras dissílabas do inglês. As duas rotas propostas pelo modelo trazem diferentes predições em relação ao processamento: pela via lexical, é possível processar acentos irregulares ou pouco

frequentes; pela via não lexical, aplicam-se as regras acentuais gerais da língua, de modo regular. No caso das pseudopalavras, alvo desta investigação, o modelo postula que há um conjunto de regras que deriva o acento, aplicada indistintamente a todos os novos vocábulos da língua. No português, ainda não há, até onde se sabe, qualquer estudo que investiga o acento por meio de modelos de processamento, bem como não há ainda um consenso na literatura da área a respeito das regras ou dos fatores que determinam o acento primário em português. Na tentativa de testar o Modelo e verificar quais explicativas ele traz para o acento em português, este estudo adota como regra geral do acento em português uma das propostas mais difundidas, a Hipótese Métrica de Bisol (1994), segundo a qual a composição da sílaba final determina o local em que o acento incide.

Testamos, assim, se as pseudopalavras, por não existirem na língua, serão submetidas à aplicação da regra geral. Para tanto, investigamos se a composição segmental, morfológica e silábica da pseudopalavra pode influenciar a maneira com que ela é processada e, conseqüentemente, refletir no modo como o acento é atribuído. Em outros termos, objetivamos verificar se padrões fonológicos (similaridade fonológica) e morfológicos (morfologia derivacional) podem ser mecanismos desencadeadores do processamento lexical em pseudopalavras, as quais, segundo o Modelo de Dupla Via, devem ser processadas apenas por vias não lexicais, com a aplicação de regras gerais, que consideram a composição da sílaba final.

O presente artigo estrutura-se da seguinte maneira: na seção 2, apresentamos, de forma sintética, o Modelo de Dupla Rota e sua implementação aos estudos acentuais; na seção 3, expomos as duas propostas para o acento em português mais difundidas na literatura da área, a fim de justificar a seleção da Hipótese Métrica; na seção 4, sintetizamos ideias centrais que mostram os questionamentos realizados por esta pesquisa; nas seções 5 e 6, expomos, brevemente, a metodologia e os resultados dos dois estudos experimentais realizados com pseudopalavras; e, por fim, na seção 7, expõem-se as considerações finais e as discussões propostas neste artigo.

2 O Modelo de Dupla Rota (em Cascata)

O Modelo de Dupla Rota (ou Via), proposto por Coltheart em 1970, defende que o processamento das palavras lidas ocorre por meio de duas vias: a rota lexical e a não lexical (ou sublexical). A rota lexical seria responsável pelo processamento de palavras reais (aquelas conhecidas pelo falante) regulares e irregulares, ao passo que a rota não lexical seria responsável pelo processamento de palavras reais não familiares e pseudopalavras (Coltheart; Rastle, 1994; Rastle; Coltheart, 2000).

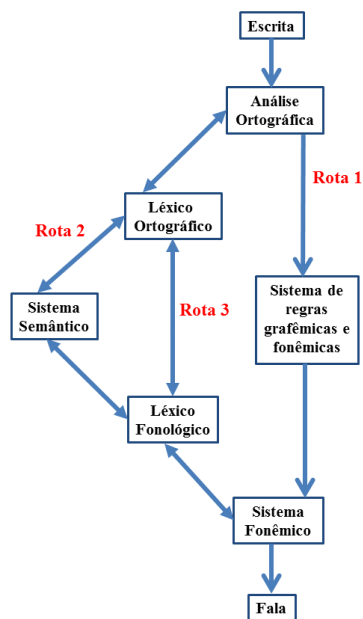
A proposta do modelo baseia-se em estudos que avaliam diferentes tempos de processamento das palavras conforme o seu tipo e a sua frequência, bem como em estudos de pacientes com transtornos de linguagem. No primeiro caso, observou-se que falantes tendem a gastar um maior tempo para processar palavras irregulares do que palavras regulares. Isso porque palavras irregulares, ao serem simultaneamente processadas pelas duas vias, apresentam leituras conflitantes, visto que elas são regularizadas pela via não lexical, que é responsável pela codificação-decodificação em letra-som. As palavras reais, por sua vez, têm leituras semelhantes geradas pelas duas vias. De modo análogo, palavras de baixa frequência são mais lentamente processadas do que palavras de alta frequência. Tal fato decorre do

maior acesso e da maior disponibilidade das palavras de alta frequência no componente lexical, o que faz com que sejam mais rapidamente reconhecidas e lidas.

Estudos relacionados a transtornos de leitura têm mostrado evidências a favor da existência dessas diferentes rotas. McCarthy e Warrington (1986) e Behrmann e Bub (1992), por exemplo, relatam casos de pacientes com lesões cerebrais que apresentam leitura adequada de palavras regulares e regularização das palavras irregulares. Neste caso, a via não lexical é preservada, mas a via lexical é comprometida - transtorno esse denominado de dislexia superficial (ou de superfície). O comportamento inverso é atestado em outros pacientes que demonstram comprometimento na via não lexical - neste caso, a dislexia é fonológica (Coltheart, 1996). Essas dificuldades com a leitura são atestadas tanto nas dislexias adquiridas como nas dislexias de desenvolvimento - isto é, indivíduos que tiveram dificuldades para aprender a ler e não obtiveram um nível considerado normal de proficiência em leitura (Coltheart, 2005). Esses estudos, portanto, advogam a favor da existência das duas rotas.

O processamento pela rota não lexical (ou sublexical) (rota 1) compreende um conjunto de regras de conversão de grafemas em fonemas, conforme demonstra a Figura 1. Vale ressaltar, aqui, que a correspondência entre grafema e fonema não necessariamente se limita à correspondência de uma letra para um som, mas sim envolve a relação entre uma sequência ortográfica e um som, como nos casos dos dígrafos em PB *-lh* [ʎ] e *-nh* [ɲ], da esquerda para a direita. O processamento pela rota lexical (rota 2), por sua vez, ocorre a partir da ativação do léxico semântico por meio do reconhecimento ortográfico da palavra, fazendo com que a palavra seja reconhecida e sua pronúncia seja resgatada no léxico fonológico. Uma terceira rota é proposta posteriormente, decorrente de estudos de transtorno de linguagem, como uma subdivisão da rota lexical. Neste caso, há acesso ao léxico ortográfico e fonológico, mas não há acesso ao léxico semântico - ou seja, o indivíduo é capaz de ler adequadamente palavras reais, regulares e irregulares, contudo, não compreende os seus significados¹ (Rastle; Coltheart, 2000).

Figura 1 – Modelo de Dupla Rota



Fonte: Benevides (2022 – adaptação de Eysenck; Keane, 2010)

¹ O paciente denominado de WB foi estudado por Funnell (1983 *apud* EYSENCK; KEANE, 2010).

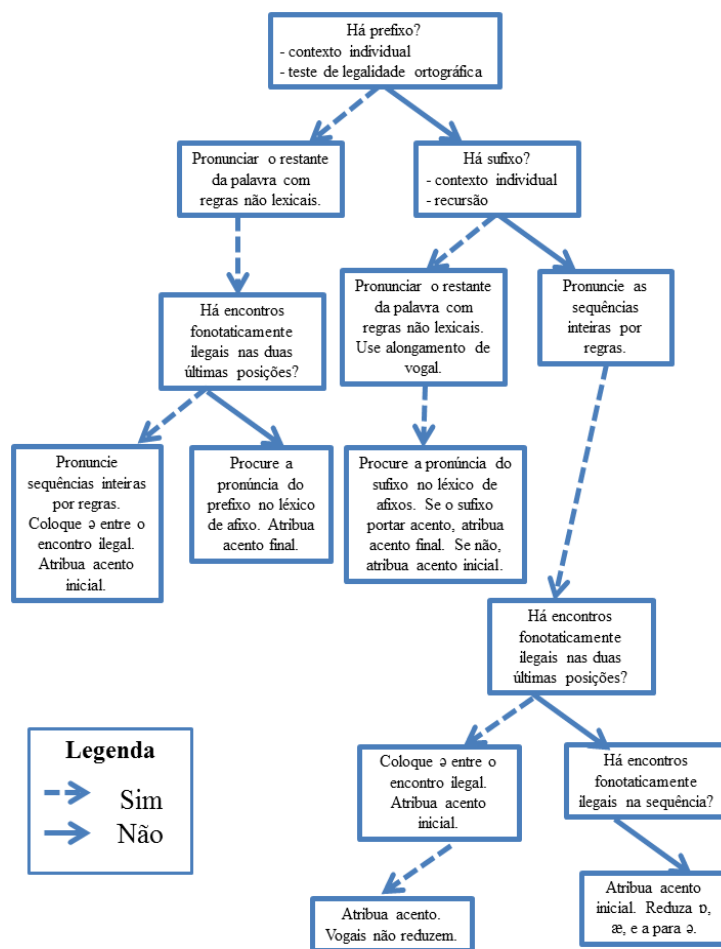
Para o Modelo, a rota não lexical caracteriza-se como a rota padrão de processamento de pseudopalavras, objeto do presente estudo, visto que, por não existirem na língua, seriam lidas a partir de um processo de codificação-decodificação de grafema em fonema. Elas só poderiam ser processadas pela via lexical, através da rota 3, no caso de serem associadas com uma palavra presente no léxico ortográfico, o que, segundo Coltheart (2005), não geraria uma produção adequada da pseudopalavra.

Devemos ressaltar que o modelo descrito bem como outros modelos do mesmo período ainda se limitavam à descrição do processamento de palavras monossílabas, na medida em que requeriam apenas a relação entre grafema e fonema (Marslen-Wilson; Tyler, 1980; McClelland; Rumelhart, 1981; Seidenberg; McClelland, 1989; Coltheart; Rastle, 1994; Rastle; Coltheart, 2000). Propõe-se, posteriormente, uma modelagem computacional que visa à incorporação de palavras dissílabas (a expandir para palavras polissílabas) do inglês, modelo esse que passa a ser denominado de Modelo de Dupla Rota em Cascata (DRC) (Coltheart et al., 1993; Rastle; Coltheart, 2000).

A implicação e a complexidade de tal incorporação decorrem de o modelo ter que expressar tanto as relações grafêmicas-fonêmicas como prever a tonicidade dos vocábulos e os processos fonológicos decorrentes dela. Para tanto, os autores recorreram à frequência dos padrões acentuais de palavras dissílabas na língua inglesa. Dados do CELEX Lexical Database, de Baayen, Piepenbrock e van Rijn (1993), demonstram que 83% das palavras dissílabas têm acento na primeira sílaba. Este padrão acentual, portanto, passou a ser considerado o padrão regular da língua, sendo que o acento na segunda sílaba passa a ser o irregular - algo semelhante ao que é proposto por Colombo (1992) para o italiano. Juntamente com essa regra geral é proposta também a incorporação de regras não lexicais, as quais consideram informações morfológicas, como a presença ou a ausência de afixos.

Conforme demonstra a Figura 2, o algoritmo do Modelo de Dupla Via em Cascata para o inglês começa o seu processamento a partir do mapeamento de prefixos e sufixos, para, em sequência, prever se haverá ou não a aplicação das regras não lexicais - isto é, acentue a primeira sílaba da palavra. O algoritmo obteve 89,7% de acertos de atribuição de tonicidade em palavras dissílabas; percentual esse que aumenta para 90,74% quando são incluídas informações a respeito da classe de palavras, distinguindo verbos de não verbos. Há, seja por meio da informação dos afixos, seja por meio da classe de palavras, a proposição do acesso a informações morfológicas em uma rota denominada de não lexical, como apontado pelos autores (Rastle; Coltheart, 2000).

Figura 2 – Modelo de Dupla Rota em Cascata para a acentuação de palavras dissílabas em inglês



Fonte: Benevides (2022 – adaptação de Rastle; Coltheart, 2000)

Apesar do Modelo de Dupla Rota em Cascata ser um primeiro passo para o estudo do processamento de palavras no que se refere ao acento, é preciso compreender duas limitações principais para os estudos acentuais. A primeira delas é a necessidade de estabelecer, na língua em estudo, um conjunto de regras que definam a sílaba proeminente da palavra. Tal problemática decorre do fato de que as regras que definem a sílaba tônica não são claras ainda em todas as línguas, como no caso do português (cf. Benevides, 2022). A segunda limitação é a proposição do acesso a informações lexicais também na rota não lexical, como a informação de afixos, o que traz restrições para o processamento de pseudopalavras, segundo esta proposta teórica.

3 O acento primário em português

Diferentes propostas fonológicas objetivam explicar quais são as regras e/ou os fatores envolvidos na atribuição do acento primário em português (Bisol, 1994; Lee, 1995; 2007; Massini-Cagliari, 1999; Magalhães, 2004; Wetzels, 2007; Cantoni, 2013; Benevides, 2022). Ao nosso ver,

como apontado por Benevides (2022), não é possível determinar um fator único e independente, visto que ele precisará incluir mecanismos de excepcionalidade. Entretanto, como os princípios do Modelo de Dupla Rota requerem a determinação de uma regra a partir da qual se possa derivar o padrão acentual dos vocábulos, sintetizamos, a seguir, as duas propostas mais difundidas na literatura da área, a saber, a Hipótese Métrica de Bisol (1994) e a Hipótese Morfológica de Lee (1995), a fim de definir a que melhor abrange os propósitos do modelo.

A Hipótese Métrica, proposta por Bisol (1994), determina que o acento em português é sensível ao peso silábico. Há, segundo a autora, uma regra geral que determina a atribuição do acento à última sílaba se ela for pesada (ou ramificada); do contrário, o acento recua para a penúltima sílaba, conforme exposto no item (1):

(1) Regra do Acento Primário

Domínio: a palavra

i. Atribua um asterisco (*) à sílaba pesada final, i.e., sílaba de rima ramificada.

ii. Nos demais casos, forme um constituinte binário (não iterativamente) com proeminência à esquerda, do tipo (* .), junto à borda direita da palavra.

(Bisol, 1994, p. 25)

A regra exposta aplica-se tanto a verbos como a não verbos, alterando-se apenas o domínio: nos não verbos, aplica-se no *radical + vogal temática* ou *marca de gênero*, ciclicamente; nos verbos, *radical + vogal temática + sufixo modo-temporal + sufixo número-pessoa*, no final da derivação. Essa regra geral consegue compreender os seguintes padrões acentuais: oxítonas terminadas em consoante (*anel, feliz, amor, cetim*) e as paroxítonas terminadas em vogal (*casa, tomate, menino*). É preciso, entretanto, postular dois mecanismos adicionais: a extrametricidade e a consoante final abstrata para que outros padrões acentuais sejam incluídos.

A extrametricidade consiste na invisibilidade de uma consoante ou de uma sílaba no final da palavra ao acento primário. Essa invisibilidade caracteriza-se como uma informação lexical, isto é, é marcada previamente no léxico do falante. Os padrões acentuais compreendidos por esse mecanismo são as proparoxítonas (*árvo<re>*, *médi<co>*)² e as paroxítonas terminadas em consoante (*úti<l>*, *caráte<r>*). A consoante final abstrata consiste em uma maneira de adequar as oxítonas terminadas em vogal à regra geral. Essa adequação se daria a partir de uma consoante abstrata que estaria presente nas representações lexicais e só se manifestaria em palavras derivadas (*caféC > cafeTeira*, *abacaxiC > abacaxiZeiro*).³

É preciso destacar que a proposição de Bisol (1994) a respeito da sensibilidade da língua ao peso silábico baseia-se, segundo ela, no fato de que 80% das palavras que terminam em consoante têm acento final. No entanto, aproximadamente, 18,5% dos vocábulos do português não são compreendidos nessa regra geral, segundo Benevides (2022). Há, assim como no Modelo de Dupla Rota em Cascata, um critério quantitativo que baseia uma regra geral.

A Hipótese Morfológica, de Lee (1995), por sua vez, postula que a língua é sensível à categoria lexical, e não mais ao peso silábico, de forma que se faz necessária a postulação de duas regras, uma para verbos e outra para não verbos. Para os não verbos, o acento aplica-se na última vogal do radical: *radical + (vogal temática)*, da direita para a esquerda (cabeça de proeminência do pé). A extrametricidade, aqui, é morfológica, da vogal temática. Nos verbos, o

² Os <> indicam a sílaba ou o segmento extramétrico.

³ C representa uma consoante qualquer abstrata, e não necessariamente o grafema C.

acento não marcado é paroxítono. Limitando-nos aos não verbos, a regra proposta pelo autor compreende as paroxítonas terminadas em vogal (*camp]o,menin]a*), as oxítonas terminadas em vogal (*café],caqui]*) e em consoante (*coronel],amor]*). Restam, neste caso, as proparoxítonas (*príncipe, último*) e as paroxítonas terminadas em consoante (*túnel, lápis*), as quais, segundo a regra de marcação proposta pelo autor, têm a cabeça de proeminência alterada, da esquerda para a direita, em decorrência de uma marcação prévia no léxico do falante.

Embora a hipótese para o acento primário em português de Lee (1995) consiga compreender em uma regra geral mais padrões acentuais do que a de Bisol (1994), sua aplicabilidade à luz do Modelo de Dupla Rota em Cascata mostra-se inviável, tendo em vista que requer marcações de informações morfológicas, tanto da distinção da classe da palavra, como da marcação da presença de vogal temática ou de afixos no vocábulo. A necessidade de acesso a informações morfológicas precisas e detalhadas dificulta a sua implementação em uma via não lexical, já que a interpretação a respeito da formação morfológica da palavra (se há afixos e vogais temáticas, por exemplo) deve ser dada previamente ao falante, para que ele, então, aplique as regras propostas pela Hipótese Morfológica.

Diante do fato de que o objetivo do presente trabalho é verificar se apenas informações não lexicais são acessadas pelos falantes ao processarem pseudopalavras, como proposto pelo Modelo de Dupla Rota em Cascata assumimos a proposta de Bisol (1994) como ponto de partida para a aplicação de uma regra geral. Tal decisão se deve ao fato de que apenas a pseudopalavra deve ser fornecida ao falante, visto que, a partir dela, é possível inferir a composição da sílaba final, se leve ou pesada. Contudo, para que seja possível investigar se informações lexicais são acessadas no processamento de pseudopalavras, duas variáveis lexicais foram selecionadas: similaridade fonológica e morfologia derivacional. Elas constituem a base de criação das pseudopalavras, respectivamente, nos experimentos 1 e 2.

4 Hipótese Métrica frente ao Modelo de Dupla Rota em Cascata

A proposição da Hipótese Métrica de uma regra geral para o acento primário em português mostra-se um ponto de partida importante para testarmos como se dá o processamento de pseudopalavras a partir do Modelo de Dupla Rota em Cascata. Retomamos, aqui, alguns pressupostos relevantes:

- (I) o Modelo propõe que há duas rotas, uma lexical e outra não lexical, sendo que esta é a responsável pelo processamento de pseudopalavras;
- (II) uma vez que as pseudopalavras não existem na língua, o seu processamento ocorre através de um processo de codificação-decodificação grafema-fonema, de forma que a regra geral do acento primário da língua deve ser aplicada, isto é, a sílaba final ramificada atrai o acento, do contrário, o acento recua para a penúltima sílaba;
- (III) por o acesso a pseudopalavras se dar somente pela via não lexical, não é previsto que informações lexicais estejam disponíveis, como informações morfológicas e os mecanismos de excepcionalidade (extrametricidade ou consoante abstrata);

Essa retomada mostra-se fundamental para que coloquemos uma questão central aos estudos da área: se há apenas duas vias de processamento (conforme o tipo de palavra), pseudopalavras devem ser submetidas às regras presentes na rota não lexical, recebendo acento, dessa forma, de acordo com a regra geral da língua. Há, entretanto, autores, como Protopapas et al. (2006), a partir de estudos realizados com a língua grega, que demonstram que informações lexicais podem ser acessadas pelos falantes em tarefas de leitura de pseudopalavras quando estas se assemelham a palavras reais. Neste caso, o processamento se daria pela rota lexical com a extensão do padrão acentual da palavra real para a pseudopalavra.

A fim de investigar se e como as pseudopalavras poderiam ser processadas por essas rotas no âmbito acentual, realizamos dois estudos experimentais a partir de tarefas de leitura de pseudopalavras com falantes nativos do português brasileiro, a partir do controle de duas variáveis: similaridade fonológica e morfologia derivacional. Sintetizamos, a seguir, a metodologia e os resultados do estudo (para mais detalhes conferir Benevides, 2022).

É preciso destacar, antes de tudo, que o protocolo desta pesquisa foi registrado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), sob o protocolo nº 3.332.409.

5 Experimento 1

O objetivo deste experimento é analisar se pseudopalavras com alta similaridade fonológica a palavras reais resgatam e ativam os padrões acentuais da palavra real no léxico do falante, de forma que o padrão acentual atribuído a pseudopalavra seja o mesmo padrão da palavra real. Neste caso, o falante faz uso da rota lexical para processar uma pseudopalavra, podendo ignorar o padrão esperado pela regra geral a ser processado na rota não lexical. Para ilustrar, testa-se se a pseudopalavra *carafêr*, ao ser associada com *caráter*, resgata o padrão acentual paroxítono da palavra à qual é similar, e não o padrão esperado pela regra geral, o oxítono.

5.1 Metodologia

À luz do estudo de Protopapas et al. (2006), as pseudopalavras foram criadas a partir de uma métrica de (dis)similaridade. Esta considera pseudopalavras similares aquelas que apresentam de 1 a 3 modificações de ponto, modo e/ou vozeamento da palavra real (palavra alvo) para a pseudopalavra, ao passo que as pseudopalavras dissimilares são aquelas que têm entre 5 e 10 modificações. Uma pseudopalavra como *carafêr* tem duas modificações, de ponto e modo de articulação, em relação à sua palavra alvo *caráter*, enquanto *gatafer* apresenta cinco modificações: de vozeamento de /k/ para /g/, de vozeamento e modo de /r/ para /t/ e de ponto e modo de /t/ para /f/, em relação à mesma palavra.

Para que todos os padrões acentuais pudessem emergir, todas as pseudopalavras tinham três sílabas, variando apenas a composição da sílaba final se pesada ou leve: CV-CV-CV ou CV-CV-CVC. A escolha dessa sequência silábica se deve a ser os *templates* mais recorrentes no português brasileiro (Benevides; Guide, 2017) e permitirem que a hipótese da regra geral fosse testada. Controlaram-se, ainda, alguns segmentos em posição de ataque, como consoantes palatais (/j/ e /ʎ/), a fricativa /x/ e as pós-alveolares (/ʃ/ e /ʒ/) em posição de ataque da

última e/ou da penúltima sílabas, pois, segundo Câmara Jr. (1953), Cristófaros-Silva (1995) e Wetzels (2000; 2007), elas podem inibir a emergência do acento proparoxítono.

Após a sua criação, as pseudopalavras foram submetidas a um teste que avaliava se as pseudopalavras eram, de fato, similares ou dissimilares às palavras reais a partir das quais elas foram criadas. O estudo conta com 10.393 dados.

5.2 Participantes

Participaram deste estudo 34 falantes nativos do português brasileiro, homens e mulheres, de 18 a 60 anos, com escolaridade de Ensino Médio completo a Mestrado, em diferentes áreas de formação. Nenhum falante relatou qualquer problema cognitivo, auditivo ou fonoarticulatório.

5.3 Tarefa Experimental

A tarefa experimental consistiu em leitura de pseudopalavras isoladas, apresentadas uma a uma na tela do computador ao falante. Nenhuma palavra ou pseudopalavra apresentava qualquer diacrítico, como cedilha, acento ou til. Em decorrência da pandemia de Covid-19, a tarefa foi realizada *on-line*.

5.4 Método de Análise dos Dados

Os dados foram transcritos apenas do ponto de vista acentual a partir de oitiva. Após a codificação, uma análise descritiva e inferencial foi realizada pelo *software* R (R Core Team, 2015) com o apoio de um estatístico. O modelo utilizado foi o modelo de regressão logística misto multinomial, que assumiu os falantes como variável mista.

5.5 Resultados

Os resultados gerais deste estudo apresentaram 4.569 (44%) produções oxítonas, 5.436 (52,3%) paroxítonas e 388 (3,7%) proparoxítonas, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 – Frequência e Proporção de tonicidade nos dados gerais

Tonicidade de Produção	n (%)
Oxítona	4.569 (44%)
Paroxítona	5.436 (52,3%)
Proparoxítona	388 (3,7%)
Total	10.393 (100%)

Fonte: Benevides (2022)

Embora a distribuição geral seja relevante para compreendermos o comportamento dos dados em contraste com a língua real, é preciso analisar os dados em relação à (dis)similaridade das pseudopalavras, a composição da sílaba final, a tonicidade de produção e a tonicidade da palavra alvo (palavra real), conforme demonstra a Tabela 2, para que possamos avaliar quais são os mecanismos envolvidos no processamento das pseudopalavras.

Tabela 2 – Frequência e proporção de tonicidade de produção por tonicidade da palavra alvo, por sílaba final da pseudopalavra e por nível de (dis)similaridade

Nível de (dis) similaridade	Sílaba Final da Palavra	Tonicidade Alvo	Tonicidade de Produção		
			Oxítone	Paroxítone	Proparoxítone
Pseudopalavras Similares	CV-CV-CV	Oxítone	122 (51,3%)	114 (47,9%)	2 (0,8%)
		Paroxítone	110 (12%)	783 (85,6%)	22 (2,4%)
		Proparoxítone	41 (5,1%)	617 (76,2%)	152 (18,8%)
	CV-CV-CVC	Oxítone	1057 (92%)	89 (7,8%)	2 (0,2%)
		Paroxítone	715 (62,7%)	411 (36%)	15 (1,3%)
		Proparoxítone	75 (37,1%)	54 (26,7%)	73 (36,1%)
Pseudopalavras Dissimilares	CV-CV-CV	Oxítone	169 (14%)	1.010 (83,9%)	25 (2,1%)
		Paroxítone	74 (6,9%)	983 (91,6%)	19 (1,8%)
		Proparoxítone	54 (4,9%)	1.011 (90,9%)	47 (4,2%)
	CV-CV-CVC	Oxítone	1.049 (89%)	118 (10%)	11 (0,9%)
		Paroxítone	964 (82,6%)	194 (16,6%)	9 (0,8%)
		Proparoxítone	139 (68,8%)	52 (25,7%)	11 (5,4%)

Fonte: adaptação de Benevides (2022)

Os dados quantitativos acima e análise inferencial evidenciam que há diferença significativa entre a atribuição de tonicidade no grupo de pseudopalavra dissimilar em relação ao similar ($p < 0.005$). Tal fato se deve a maior quantidade de produções acentuais semelhantes à palavra base no grupo similar. A título de exemplo, em CV-CV-CV, houve 51,3% de produções oxítonas quando a palavra alvo era oxítone nas pseudopalavras similares, ao passo que houve apenas 14% quando a pseudopalavra era dissimilar. Essa diferença traz indícios importantes de que as pseudopalavras similares possivelmente foram processadas pela via lexical,

resgatando o padrão acentual da palavra à qual foi associada, ou seja, a partir da extensão do padrão acentual da palavra real à pseudopalavra. Neste caso, o processamento deve ter ocorrido por meio da rota 3, sem acesso ao sistema semântico. Isso porque, se elas tivessem sido processadas pela via não lexical, a aplicação da regra geral deveria ter ocorrido igualmente nos dois grupos de pseudopalavras, o que não ocorreu. É questionável, entretanto, o porquê dos percentuais de pseudopalavras dissimilares com acento paroxítono serem maiores quando a palavra alvo é paroxítona do que o grupo similar. A atuação mais efetiva da regra geral explica tal fato, visto que, por não haver semelhança da pseudopalavra com uma palavra real, o processamento ocorre pela via não lexical com a aplicação da regra geral, sem qualquer fator confundidor.

Três aspectos são importantes de serem destacados sobre esses resultados: i. pseudopalavras podem ser processadas pela via lexical, resgatando o padrão acentual da palavra à qual se associam, conforme sugerido por Protopapas et al. (2006) para a língua grega; ii. o processamento de uma palavra no que tange ao seu padrão acentual envolve mais informações do que apenas o tipo de palavra (isto é, palavra real ou pseudopalavra) ou a composição da sílaba final (CV ou CVC); e iii. a semelhança fonológica entre vocábulos, a partir de um mapeamento segmental, pode ser um gatilho para o processamento do acento em português.

6 Experimento 2

O segundo experimento avalia se o processamento de pseudopalavras pode ativar e resgatar padrões morfológicos derivacionais a partir de sequências fonológicas que apresentam mapeamento fonológico com morfemas. A título de exemplo, testa-se se o falante reconhece a parte final da pseudopalavra *pelogo* como o sufixo *-logo*, estendendo o padrão acentual do morfema à pseudopalavra – neste caso, o morfema é átono. Para isso, espera-se que ele repila a tonicidade para a antepenúltima sílaba, produzindo uma proparoxítona, como em *monólogo*, *fonólogo* e *biólogo*. Se este for o padrão acentual preferido pelos falantes, teremos evidências de que o mapeamento morfológico foi ativado; do contrário, haverá, como é esperado pela regra geral, preferência pelo acento paroxítono. Ao reconhecer uma sequência fonológica como um morfema, o falante demonstra que faz uso de informações morfológicas presentes no seu léxico por meio do uso da rota 2 e, ainda, que o processamento não ocorre necessariamente de forma serial, da esquerda para a direita, já que a parte final da palavra está sendo acessada e considerada no processamento.

6.1 Metodologia

As pseudopalavras foram criadas a partir da seleção de 23 terminações fonológicas/morfológicas (*-logo*, *-lise*, *-oso*, *-ismo*, *-ugem*, *-al*, *-oz*, *-ez*, *-odo*, *-ero*, *-ima*, *-ito*, *-aro*, *-ara*, *-oca*, *-ida*, *-ima*, *-ulo*, *-ido*, *-omo*, *-ic-*, *-el/avel*, *-il*). Cada uma delas foi base para a composição de 5 pseudopalavras, com três sílabas de extensão, terminadas em CV ou CVC (CV-CV-CV e CV-CV-CVC). Além disso, criamos, a partir de *script word generator*, de Garcia (2014), 50 pseudopalavras totalmente aleatórias, obedecendo apenas a estrutura CV-CV-CV, CV-CV-CVC e a fonotática da língua. Com

isso, objetivamos neutralizar o controle segmental com o propósito de testar também a aplicação da regra geral.

A fim de garantir que as pseudopalavras criadas não se assemelham a nenhuma palavra real, para que pudéssemos cumprir com o propósito deste estudo, realizamos um teste de similaridade, no qual 10 indivíduos deveriam indicar uma palavra real semelhante à pseudopalavra criada. Caso mais de dois falantes indicassem a mesma palavra, uma nova pseudopalavra era criada e submetida a um novo julgamento de similaridade.

6.2 Participantes

Este estudo contou com a participação de 44 falantes nativos do português brasileiro, homens e mulheres, de 18 a 48 anos, com escolaridade de Ensino Médio completo a Pós-Graduação, em diferentes áreas de formação. Nenhum dos falantes relatou qualquer problema cognitivo, auditivo ou fonoarticulatório.

6.3 Tarefa Experimental

A tarefa experimental consistiu em leitura em voz alta de pseudopalavras apresentadas de forma isolada, em sentenças com função de substantivo e de adjetivo. A tarefa contou com 21.780 estímulos, que foram apresentados na tela do computador através de uma apresentação de slides, sem qualquer marcação de diacrítico. Toda a tarefa foi realizada *on-line* em decorrência da pandemia de Covid-19.

6.4 Método de análise dos dados

Todos os dados foram transcritos no que se refere ao padrão acentual da palavra por meio de oitiva. Quando havia dúvida, o *software* praat (Boersma; Weenink, 2018.) era utilizado para uma análise acústica da duração das vogais, que é o principal correlato acústico do acento em português (Massini-Cagliari, 1992). Após a transcrição, os dados foram submetidos a uma análise descritiva e inferencial no *software* R (R Core Team, 2015), com o auxílio de um estatístico. O modelo utilizado foi o modelo de regressão logística misto multinomial.

6.5 Resultados

Os resultados gerais deste estudo compreenderam 6.901 (31,9%) produções oxítonas, 13.906 (64,3%) paroxítonas e 809 (3,7%) proparoxítonas, conforme exposto na Tabela 3. Foram descartadas 164 (0,75%) produções decorrentes de erros, seja por troca de sílaba ou segmento, seja por ruídos externos.

Tabela 3 – Frequência e proporção de tonicidade de produção no experimento 2

Tonicidade de Produção	n (%)
Oxítona	6.901 (31,9%)
Paroxítona	13.906 (64,3%)
Proparoxítona	809 (3,7%)
Total	21.616 (100%)

Fonte: adaptação de Benevides (2022)

A distribuição encontrada no estudo experimental é compatível com a distribuição geral de tonicidade para essas estruturas de palavras no português brasileiro: 30,6% de oxítonas, 65% de paroxítonas e 4,4% de proparoxítonas (Benevides; Guide, 2017). É preciso, entretanto, analisar a distribuição de tonicidade a partir das terminações fonológicas/morfológicas testadas no estudo, conforme exposto na Tabela 4.

Tabela 4 – Frequência e proporção de tonicidade de produção por terminação no experimento 2

Terminação	Tonicidade de Produção		
	Oxítona	Paroxítona	Proparoxítona
-logo	0 (0%)	595 (90,8%)	60 (9,2%)
-lise	0 (0%)	622 (94,7%)	35 (5,3%)
-oso	1 (0,2%)	657 (99,9%)	0 (0%)
-ismo	1 (0,2%)	655 (99,4%)	3 (0,5%)
-ugem	11 (1,7%)	635 (98,2%)	1 (0,2%)
-al	642 (98,5%)	8 (1,2%)	2 (0,3%)
-oz	642 (97,6%)	10 (1,5%)	6 (0,9%)
-ez	645 (98,2%)	10 (1,5%)	2 (0,3%)
-odo	3 (0,5%)	612 (94,7%)	31 (4,8%)
-ero	0 (0%)	628 (95,9%)	27 (4,1%)
-ima	3 (0,5%)	597 (90,7%)	58 (8,8%)
-ito	1 (0,2%)	625 (95%)	32 (4,9%)
-aro	4 (0,6%)	642 (97,9%)	10 (1,5%)
-ara	5 (0,8%)	637 (97,9%)	9 (1,4%)
-oca	1 (0,2%)	655 (99,7%)	1 (0,2%)
-ida	1 (0,2%)	589 (89,8%)	66 (10,1%)
-imo	0 (0%)	537 (81,7%)	120 (18,3%)
-ulo	4 (0,6%)	590 (91,9%)	48 (7,5%)

-ido	1 (0,2%)	585 (88,6%)	74 (11,2%)
-omo	0 (0%)	613 (93,5%)	43 (6,6%)
-ic	4 (0,6%)	590 (89,4%)	66 (10%)
-avel/-el	554 (84,5%)	99 (15,1%)	3 (0,5%)
-il	608 (92,7%)	41 (6,3%)	7 (1,1%)
Aleatórias com CV-CV-CV	954 (29,2%)	2239 (68,5%)	76 (2,3%)
Aleatórias com CV-CV-CVC	2816 (85,9%)	435 (13,3%)	29 (0,9%)
Total	6.901 (31,9%)	13.906 (64,3%)	809 (3,7%)

Fonte: Benevides (2022)

Observe que o acento paroxítono é predominante em todas as pseudopalavras terminadas em CV e o oxítono, em CVC, como é previsto pela regra geral, seja as pseudopalavras com controle morfológico, seja as pseudopalavras criadas aleatoriamente pelo *script word generator*. Há, todavia, alguns fatos a serem destacados:

- (I) sufixos que apresentam um maior índice de produções paroxítonas com CV são aqueles que têm tanto o afixo tônico como o padrão previsto pela regra geral na mesma direção - por exemplo, *-oso* e *-aro* apresentam 99,9% e 97,9% de produções paroxítonas, respectivamente; ao passo que sufixos que repelem o acento (isto é, são átonos) e têm a regra geral determinando um padrão acentual diferente (isto é, acento paroxítono) apresentam percentuais um pouco mais baixos de acento paroxítono - por exemplo, *-logo* e *-ito* receberam 90,8% e 95% de acento paroxítono, respectivamente, o que indica que há fatores em competição ($p < 0.0001$);
- (II) os maiores índices de acento proparoxítono ocorreram justamente em pseudopalavras que tinham sequências fonológicas que apresentavam mapeamento morfológico proparoxítono, como *-logo* com 9,2%, *-imo* com 18,3% e *-ic-* com 10% - ou seja, há um resgate das informações morfológicas, que estas se mostraram significativas nas análises inferenciais ($p < 0.0001$);
- (III) embora tenha havido uma predileção pelo acento paroxítono nas pseudopalavras aleatoriamente criadas com CV final (68,5%) e acento oxítono com CVC final (85,9%), a aplicação da regra geral não ocorreu categoricamente, evidenciando, neste caso, que outras informações são acessadas no processamento de pseudopalavras;
- (IV) quando as pseudopalavras CV criadas aleatoriamente tinham os segmentos finais -i ou -u, o percentual de atribuição oxítona era próximo ou superior ao de paroxítona - por exemplo, a pseudopalavra *pizifu* obteve 63,6% de produções oxítonas, 34,1% de paroxítonas e 2,3% de proparoxítonas, ao passo que houve 29,2% de produções oxítonas em pseudopalavras CV, conforme demonstra a Tabela 4 – reforça-se, aqui, o acesso às informações segmentais.

Esses resultados chamam atenção para o fato de que as pseudopalavras, ao não serem associadas a uma palavra real, tendem a ser majoritariamente processadas pela via não lexi-

cal, com aplicação da regra geral. Contudo, alguns fatores parecem intervir nesse processo, como o reconhecimento de um possível sufixo e a presença de determinados segmentos específicos, como *-i* e *-u*, em final de palavra. Estes, quando ocorrem na língua, tendem a ser oxítonos: 74,3% dos não verbos que terminam em *-i* recebem acento oxítono, percentual que sobe para 99,4% se for *-u* (Benevides, 2022).

7 Considerações Finais

O Modelo de Dupla Rota em Cascata defende que o processamento das palavras ocorre por meio de duas vias (lexical e não lexical), de acordo com o tipo de palavra, real (familiar e não familiar) e pseudopalavra. O modelo prevê que pseudopalavras, por não existirem na língua, devem ser processadas pela via não lexical, restando à rota lexical o processamento apenas de palavras familiares/conhecidas pelo falante. Especificamente para o processamento acentual, é previsto um conjunto de regras que guiam a atribuição de tonicidade no inglês a partir do acesso a informações morfológicas, como de afixos e de classe de palavras.

Para a língua portuguesa, até onde se sabe, não há uma tentativa de implementação do modelo, seja computacional, seja experimentalmente. Diante disso, este estudo analisou, a partir de estudos experimentais, se é possível propor que o processamento acentual de pseudopalavras se dá apenas pela rota não lexical através da aplicação de uma regra geral. As tabelas expostas nas seções 5.5 e 6.5 sintetizam os principais resultados a respeito desses estudos experimentais.

O primeiro experimento testou se a rota lexical pode ser utilizada para processar pseudopalavras quando estas apresentam semelhanças fonológicas com uma palavra real. Neste caso, o acesso à rota lexical se daria através de um mapeamento segmental entre os vocábulos com a extensão do padrão acentual da palavra real para a pseudopalavra, através de processos analógicos. Os resultados mostraram, tal como constatado por Protopapas et al (2006) na língua grega, que os falantes atribuem mais tonicidade semelhante à palavra real (palavra base) em pseudopalavras similares do que em pseudopalavras dissimilares. Estas estão mais sujeitas à aplicação da regra geral, que, segundo Bisol (1994), consiste na sensibilidade ao peso silábico. Tal fato indica que pseudopalavras quando similares a uma palavra real podem ser processadas pela rota lexical, sem acesso ao léxico semântico, já que elas não possuem significado na língua. Além disso, tendo em vista que o acento é resgatado por similaridade segmental, a qual está associada a uma estrutura métrica, é possível inferir que os níveis segmentais e métricos estão relacionados nas representações lexicais, sendo ativados e utilizados no processamento de pseudopalavras.

O segundo experimento, por sua vez, testou se sequências fonológicas que apresentem mapeamento com sequências morfológicas afixais (sufixos) podem ser processadas como morfemas, de modo que o padrão acentual do morfema (tônico, átono ou neutro ao acento) é reproduzido na pseudopalavra, determinando a sílaba proeminente. Os resultados demonstraram que, neste caso, o acesso às informações morfológicas também foi um recurso empregado pelos falantes, como sugerido também por Lee (1995) e Cantoni (2013). Isso porque o processamento de pseudopalavras que tinham tanto a tonicidade do morfema como a da regra geral indicando a mesma pronúncia obtiveram maiores taxas de tonicidade nesta sílaba (*-oso*, por exemplo). Em contrapartida, pseudopalavras que poderiam ter diferen-

tes tonicidades, visto que o morfema indicava a tonicidade em uma sílaba e a regra geral em outra sílaba (-logo, por exemplo), tiveram percentuais altos de tonicidade seguindo a regra geral, mas houve uma influência significativa da tonicidade do morfema. As diferentes tonicidades decorrem do conflito gerado por dois possíveis processamentos: pela via lexical, resgate do acento do sufixo; pela via não lexical, aplicação da regra geral. Deve-se destacar que, por os diferentes processamentos serem perceptíveis no último grupo de pseudopalavras, é possível inferir que também o primeiro grupo de pseudopalavras foi submetido a duas rotas de processamento.

Testamos, ainda, um segundo grupo de pseudopalavras, as pseudopalavras criadas aleatoriamente. Elas, entretanto, ainda que tenham seguido a regra geral, não demonstraram altos percentuais, visto que as oxítonas com CV chegaram em 29,2%. Ao analisarmos os dados com minuciosidade, notou-se que este percentual era influenciado pela qualidade vocálica do último segmento da pseudopalavra. Pseudopalavras terminadas em -i e -u tendiam a ser oxítonas. Esse padrão acentual reflete um padrão fonológico-acentual da língua portuguesa, que possui 74,3% de não verbos terminados em -i oxítonos e 99,4% em -u oxítonos. Há, novamente, um processamento de uma pseudopalavra que não está submetido apenas a uma regra geral, mas a outras informações, como a segmental.

Os resultados do segundo experimento trazem ainda um questionamento importante a respeito da compatibilidade do Modelo de Dupla Via com a borda de proeminência acentual do português: se o processamento se dá de forma serial, da esquerda para a direita, a tonicidade já é atribuída ao longo do processo de codificação-decodificação dos grafemas em fonemas. Sabemos, entretanto, que a borda de atribuição acentual no português é da direita para esquerda e, sendo os sufixos portadores de (a)tonicidade, é possível que o processamento acentual ocorra de igual maneira? O processamento acentual parece requerer informações mais complexas, como a da palavra inteira ou de morfemas, para que, assim, haja a seleção de informações mais relevantes.

Frente a esses resultados, sugerimos, com este estudo, que o processamento do acento em pseudopalavras do português pode ocorrer por meio do engatilhamento de uma série de fatores, como similaridade fonológica entre palavras, reconhecimento de morfemas derivacionais, padrões segmentais-acentuais recorrentes na língua, composição da sílaba final etc. Em outros termos, estamos defendendo, aqui, que a postulação de duas rotas de processamento que são ativadas conforme o tipo de palavra não se mostra suficiente para explicar a complexidade do acento em português nem a complexidade de processamento das informações gramaticais. O fato de termos pseudopalavras que demonstram diferentes comportamentos de tonicidade em decorrência da semelhança ou não com outro vocábulo; ou de haver um menor índice de atribuições de tonicidade compatível com as predições da regra geral quando o morfema derivacional tem outro padrão acentual; ou da tonicidade ser determinada pelo segmento final são evidências importantes de que não é apenas o tipo de palavra que importa para o seu processamento. O modo com que as pseudopalavras são processadas varia, de forma que o acesso tem que ser múltiplo assim como os fatores que podem motivá-lo. Sugere-se, assim, que as informações presentes nas representações mentais não se mostram segmentadas e independentes, sendo repetidamente reproduzidas pelos falantes; ao contrário disso, as informações gramaticais parecem estar associadas e inter-relacio-

nadas, como proposto pelos modelos baseados no uso (Kemmer; Barlow, 1999; Langacker, 1999; 2008; 2013; Bybee, 2001; 2006; 2010; Pierrehumbert, 2001).

Esta pesquisa destaca, dessa forma, quatro fatores relevantes (a saber, similaridade fonológica, morfologia derivacional, segmento final, sílaba final - CV/CVC) para o processamento acentual, que podem se multiplicar em diversos outros. Cabe, em estudos futuros, investigarmos quais são outros fatores relevantes e seus diálogos com outros modelos de processamento de palavras.

Referências

- BAAYEN, R. H.; PIEPENBROCK, R.; van RIJN, H. (1993). *The CELEX lexical database (CD-ROM)*. Linguistic Data Consortium, University of Pennsylvania, Philadelphia, PA.
- BEHRMANN, M.; BUB, D. Surface dyslexia and dysgraphia: Dual routes, single lexicon. *Cognitive Neuropsychology*, v. 9, n. 3, 1992, p. 209–251. <https://doi.org/10.1080/02643299208252059>
- BENEVIDES, A. D. L. *O acento em pseudopalavras*. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. 317p.
- BENEVIDES, A. de L.; GUIDE, B. F. Corpus ABG. *Texto Livre: Linguagem e Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, 2017, p. 139-163.
- BISOL, Leda. O acento e o pé métrico. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 29, n. 4, 1994, p. 25-36.
- BOERSMA, P.; WEENINK, D. (2018). *Praat: doing phonetics by computer* [Computer Program]. Versão 6.0.37. Março de 2018. Disponível em <<http://www.praat.org/>>.
- BYBEE, J. *Phonology and Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. 238 p.
- BYBEE, J. From usage to grammar: the mind's response to repetition. *Project MUSE: Scholarly journals online*. 2006. p. 711-732.
- BYBEE, J. *Language, Usage and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. 252 p.
- CÂMARA JR., Joaquim. M. *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- CANTONI, M. M. *O acento no português brasileiro: uma abordagem experimental*. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva). Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- COLOMBO, L. Lexical stress effect and its interaction with frequency in word pronunciation. *J Exp Psychol Hum Percept Perform*, v. 18, n. 4, 1992, p. 987–1003.
- COLTHEART, M. Computational modeling and cognitive psychology. *Noetica*, Issue 1, 1996.
- COLTHEART, M. Modeling Reading: the dual-route approach. In: SNOWLING, M. J.; HULME, C. (eds.) *The science of reading: a handbook*. Oxford: Blackwell, 2005, p. 6-23.
- COLTHEART, M. et al. Models of reading aloud: Dual-route and parallel-distributed-processing approaches. *Psychological Review*, 1993, 100, p. 589–608.

- COLTHEART, M.; RASTLE, K. Serial Processing in Reading Aloud: Evidence for Dual-Route Models of Reading. *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance*, v. 20, n. 6, 1994, p. 1197-1211.
- CRISTÓFARO-SILVA, T. Intervocalic Palatal Glides in Brazilian Portuguese. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, ano 4, v. 2, 1995, p. 5-20.
- EYSENCK, M.I.W.; KEANE, M. T. *Cognitive Psychology: A Student's Handbook*. 6 ed. Nova Iorque: Psychology Press, 2010.
- GARCIA, G. D. *Word Generator: an R script for generating pseudo-random words*. GitHub repository disponível em https://github.com/guilhermegarcia/r/blob/master/word_generator.md, 2014.
- KEMMER, S.; BARLOW, M. Introduction: a usage-based conception of language. In: BARLOW, M.; KEMMER, S. *Usage based models of language*. Califórnia: CSLI Publications, 2000. p. vii-xxviii.
- LANGACKER, R. A Dynamic Usage-Based Model. In: BARLOW, M.; KEMMER, S. *Usage-based models of language*. CSLI: Califórnia, 1999, p. 1-63.
- LANGACKER, R. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. Nova Iorque: Oxford University Press. 2008. 562 p.
- LANGACKER, R. *Essentials of Cognitive Grammar*. Nova Iorque: Oxford University Press. 2013. 269 p.
- LEE, S. *Morfologia e Fonologia Lexical do Português do Brasil (1995)*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- LEE, S. O acento primário no português: uma análise unificada na teoria da otimalidade. In: ARAÚJO, G. A. (Org.). *O acento em português: abordagens fonológicas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 121-144.
- MAGALHÃES, J. S. de. *O plano multidimensional do acento na Teoria da Otimalidade*. (Doutorado em Letras). Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- MARSLEN-WILSON, W.; TYLER, L. K. The temporal structure of spoken language understanding. *Cognition*, v. 8, 1980, p. 1-71.
- MASSINI-CAGLIARI, G. *Acento e Ritmo*. Contexto, São Paulo, 1992.
- MASSINI-CAGLIARI, G. *Do poético ao linguístico no ritmo dos trovadores: três momentos da história do acento*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.
- MCCARTHY, R. A.; WARRINGTON, E. K. Phonological reading: Phenomena and paradoxes. *Cortex: A Journal Devoted to the Study of the Nervous System and Behavior*, v. 22, n. 3, 1986, p. 359-380. [https://doi.org/10.1016/S0010-9452\(86\)80002-8](https://doi.org/10.1016/S0010-9452(86)80002-8).
- McCLELLAND, J. L.; RUMELHART, D. E. An interactive activation model of context effects in letter perception: part 1. An account of basic findings. *Psychological Review*, v. 88, n. 5, 1981, p. 375-407.
- PIERREHUMBERT, J. B. Exemplar dynamics: word frequency, lenition and contrast. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (eds.) *Frequency effects and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 137-157.
- PROTOPAPAS, A. et al. Lexical and default stress assignment in reading Greek. *Journal of Research in Reading*, v. 29, n. 4, 2006, p. 418-432.
- RASTLE, K.; COLTHEART, M. Lexical and Nonlexical print-to-sound translation of disyllabic words and nonwords. *Journal of Memory and Language*, v. 42, 2000, p. 342-364.

R Core Team. *R: A Language and Environment for Statistical Computing*. R Foundation for Statistical Computing. Vienna, Austria. 2015. Disponível em <<http://www.R-project.org>>.

SEIDENBERG, M. S.; McCLELLAND, J. L. A distributed, developmental model of word recognition and naming. *Psychological Review*, v. 96, n. 4, 1989. p. 523-568.

WETZELS, W. L. Consoantes palatais como geminadas fonológicas no Português Brasileiro. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, jul./dez. 2000, p. 5-15.

WETZELS, W. L. Primary word stress in Brazilian Portuguese and the weight parameter. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 5, n. 2, 2007, p. 9-58.

Argument Coreference Between Content Verbs and Predicative Nouns in Brazilian Portuguese: A Pilot Corpus Study

Correferência entre argumentos de verbos plenos e nomes predicativos em português brasileiro: um estudo piloto baseado em corpus

Ryan Marçal Saldanha Magaña
Martinez

Universidade Federal de São Carlos
(UFSCAR) | São Carlos | SP | BR
ryan.saldanha.martinez@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2197-4352>

Abstract: The literature on complement clauses and support/light verb constructions provides most of the available information on coreference between arguments of matrix and subordinate syntactic predicates. However, this phenomenon is largely unexplored when it comes to verb phrases consisting of a content verb and a predicative noun in object position, such as *declarar paixão* (“declare passion”), *cumprir a promessa* (“fulfill the promise”), *responder perguntas* (“answer questions”), or *resistir à tentação* (“resist temptation”). The notions of obligatory and non-obligatory coreference do not fully explain this phenomenon, since non-coreferential usage of these phrases leads to different types of coercion, which are relevant properties to classify these phrases. This paper proposes a pilot study of verb phrases of this kind, extracting them from a Brazilian Portuguese newspaper corpus aiming at their syntactic-semantic classification. This procedure revealed a total of 75 such verb phrases. Based on semantic coercion and distributional properties, four major classes divided into seven subclasses are proposed to cover two-thirds of the data. There is also a fifth class with 17 items in which coreference appears to be a contextual property, i.e., unrelated to lexical semantics, and eight *hapax legomena*. The results provide a new perspective on this understudied topic, identifying also irregular aspects deserving further studies.

Keywords: predicative noun; coreference; support verb; light verb; coercion.



Resumo: A literatura sobre orações completivas e construções com verbo-suporte ou verbo leve provê a maior parte das informações disponíveis acerca da correferência entre argumentos de predicados sintáticos matriz e subordinados. Entretanto, esse fenômeno mantém-se amplamente inexplorado quando se trata de grupos verbais compostos de um verbo pleno e um nome predicativo em posição de objeto, como “declarar paixão”, “cumprir promessa”, “responder perguntas” ou “resistir à tentação”. As noções de correferência obrigatória ou não obrigatória não explicam completamente esses fenômenos, uma vez que o uso não correferencial desses grupos verbais leva a diferentes tipos de coerção, propriedades relevantes para classificá-los. Este artigo propõe um estudo piloto de tais grupos verbais, extraindo-os de um corpus jornalístico do português brasileiro com o objetivo de realizar sua classificação sintático-semântica. Tais procedimentos revelaram um total de 75 grupos verbais. Com base em coerção semântica e propriedades distribucionais, propõe-se que quatro grandes classes divisíveis em sete subclasses cobrem dois terços dos dados. Há ainda uma quinta subclasse de 17 itens que parece ter a correferência como uma propriedade contextual, isto é, não relacionada à semântica lexical, e oito *hapax legomena*. Esses resultados trazem uma nova perspectiva a um tópico pouco estudado, identificando também aspectos irregulares a serem explorados em maior profundidade em estudos subsequentes.

Palavras-chave: nome predicativo; correferência; verbo-suporte; verbo leve; coerção.

1 Introduction

Understanding how syntactic and/or semantic predicates interact in complex sentences has been challenging for linguistic investigations which seek to bridge lexical and phrase semantics. To what extent argument coreference, one of the most studied such phenomena, relates to semantics is a debated issue in the literature on complement clauses (e.g., Gross, 1975) and

support or light¹ verb constructions (Gross, 1981, 1998; Butt, 2010; Barros, 2014; Santos, 2015; Fotopoulou; Laporte; Nakamura, 2021; Calcia, 2022, Rassi, 2023, among others). The latter can be exemplified by constructions such as “give a kiss”, “take a look”, “have a dream”, etc., whose nouns are defined as “predicative nouns”. Aiming at further developing the understanding of the syntax-semantics of Brazilian Portuguese (BP) complex sentences, this paper focuses on the understudied phenomenon of phrases such as those underlined in (1):

- (1) a. *Ana (...) declara paixão por futebol*²
(Ana declares [her] passion for football)
b. *Ontem levou, no Rio, os dois filhos a uma visita de rotina ao pediatra.*
(Yesterday [he/she] took, in Rio, the two children to a routine visit to the pediatrician)

In sentence (1a), both the verb *declarar* (“declare”) and the noun *paixão* (“passion”) are autonomous predicates, i.e., they present full-fledged meaning. The former describes a communication, while the latter expresses a feeling. Consequently, their meanings can be separated into two different complete sentences: (i) Ana has a passion for football, and (ii) Ana said that Ana has a passion for football. Similarly, in example (1b), the verb *levar* (“take”) and the predicative noun *visita* (“visit”) represent different events. First, the omitted agent took the children to the visit and, after they arrived, the event of visiting started. In other words, this study focuses on constructions in which a content verb and a predicative noun in object position share a single argument, which can be either the subject or object of the main clause.

In the literature, these constructions have been treated as support verb constructions (Meyers; Reeves; Macleod, 2004) or as control into nominals (Albas-Salas, 2016; Mourounas, 2019), a category which includes support/light verb constructions (including their aspectual variants) in addition to content verb constructions.

Sources such as Meyers, Reeves, and Macleod (2004, p. 97) understand non-light coreferential verbs as (equi) support verbs. However, “support” is typically understood to denote light (i.e., semantically bleached) verbs; “support” and “light” are thus mostly used interchangeably. Similarly, the relation between a light verb and its nominal has been called “control” (Albas-Salas, 2006; Bruening, 2016), as has the relation between aspectual verbs and nominals (Albas-salas, 2006; Mourounas, 2019). Still, sentences like (1) are not comparable to light verb constructions or their aspectual variants. Firstly, because light verbs are not distributional, i.e., they do not select their own subjects (Gross, 1998). Also, light/support verb constructions are often considered to be multi-word expressions or collocations, since verb choice in these constructions often seems arbitrary (e.g. Mel’čuk, 1998; Sag et al., 2002;

¹ No distinction between these terms is made in this paper. “Support” will be used when discussing references which adopt this term and likewise for “light”. The study itself adopts the term “light”, since it is the most widely known.

² All examples in italics provided in this paper are from the Bosque newspaper corpus (AFONSO *et al.*, 2002), except where noted.

Petruck; Ellsworth, 2016; Savary et al., 2017). In contrast, the underlined verbs in (1) denote fully interpretable events and are the nucleus of a compositional phrase.

In turn, aspectual verbs like “begin”, “continue”, and “finish” do not represent predicates *per se*, but rather points in the duration of the noun or clause to which they are syntactically attached. Since they are neither distributional nor entirely compositional (Fotopoulou; Laporte; Nakamura, 2021, p. 8), authors such as Gross (1998) consider them to be support verb variants.

Two general syntactic-semantic accounts of coreference between arguments of both light and content verbs and predicative nouns are known, namely by Albas Salas (2006) and Mourounas (2019). However, a few gaps are observed when it comes to content verbs. The next paragraphs discuss these two proposals and the unaddressed phenomena.

Albas Salas’s (2006) analysis of Spanish, Catalan, and Italian argued for adopting nominal voluntariness and action as the relevant semantic factors for control into nominals:

In fact, the class of verbs that shows obligatory control into nominals (the COMENÇAR- and light FER-types) is only compatible with nouns designating voluntary actions (or potentially voluntary actions, as in the case of Italian *fare una caduta* ‘fall’). By contrast, those verbs that do not show obligatory control into nominals (the DESCRUIRE and PROMETRE class) do not select actional nouns (Alba-Salas, 2006, p. 36).

This generalization can be further discussed when it comes to the phrases under study in BP. Consider sentence (2):

- (2) *A patinadora (...), banida das competições por ter planejado atentado contra a rival (...), será o destaque de setembro da revista (...)*

(The skater, banned from the competitions due to having planned [an] attack against [her] rival, will be the September highlight of the magazine)

In (2), *atentado* (“attack”) is an actional noun and *planejar* (“plan”) is restricted to voluntary activities – it is not normally possible to plan for something to happen accidentally. Still, (2) can be altered into making the attacker and the planner different people, as shown in (3), even if this is a marked usage of this verb phrase.

- (3) O treinador planejou o ataque da patinadora contra a rival
(The coach planned the skater’s attack against her rival)

Paixão in (1a) is non-actional, but that sentence – at least as it is – does not allow for a non-coreferential reading. While this is not ruled out by Albas Salas’s proposal, it remains unexplained why “talk” and “describe” present non-obligatory coreference (p. 12 and 27) – which is also true of its BP counterparts *falar* and *descrever*, as shown in (4) – but *declarar* (“declare”) in (1a) presents a different behavior despite having similar semantics.

- (4) a. Ana (falou sobre + descreveu) a paixão pelo futebol
(Ana (talked about + described) the passion for football)
≠ b. Ana (falou sobre + descreveu) a paixão dela mesma pelo futebol
(Ana (talked about + described) her own passion for football)

In a different passage, Albas Salas equated light verb constructions to obligatory control into nominals and “heavy” (i.e., content) verb constructions to non-obligatory control (p. 16). It is true that, as in sentences (2–3), the attempt to change (1a) into non-coreferential leads to interpretable sentences. Sentence (5) means that Maria, for whatever reason, will not declare her passion herself, and Ana declared it for her, i.e., it has a benefactive interpretation.

- (5) Ana declarou a paixão de Maria pelo futebol
(Ana declared Maria’s passion for football)

Still, the only interpretation of (1a) if unchanged is that *declarar* (“declare”) shares its subject with the predicative noun *paixão* (“passion”). In fact, even light verb constructions can accept these marginal non-coreferential sentences, as noted not only by Albas Salas (p. 24, footnote), but also by recent work on BP support verbs (Rassi, 2023, p. 137). Sentence (6a) provides a light verb construction and (6b) is its non-coreferential version. The latter means that Ana’s passion for football is similar to or as strong as Maria’s.

- (6) a. Ana tem paixão por futebol
(Ana has [a] passion for football)
b. Ana tem a paixão de Maria por futebol
(Ana has Maria’s passion for football)

If *ter paixão* (to have passion) in (6a) counts as an obligatory coreference phrase despite (6b), the acceptability of sentence (5) cannot be used to argue that *declarar paixão* (“declare passion”) is a non-obligatory coreference phrase, and the same is true of the relation between (3) and (2). Instead, this paper will propose that (3), (5), and (6b) are coerced sentences whose unmarked counterparts (2), (1a), and (6a) are always coreferential. This distinction is not only intuitive but also supported by corpus observation since the coerced versions are extremely infrequent.

As an alternative proposal to the syntax-semantics of control into nominals, Mourounas (2019) suggests that obligatory or non-obligatory control into nominals can be explained by whether their complement clause counterparts show “exhaustive control” (EC) or “partial control” (PC). What sets them apart is the fact that PC allows for a collective reading of the subordinate clause even with a singular subject. In English, this can be tested by checking whether a verb with a singular subject takes a subordinate clause with “gather” or the modifier “together”.

- (7) a. *John gathered at 6
b. John wanted to gather at 6
c. John went to the cinema (*together)
d. John wanted to go to the cinema together
(Examples by Mourounas, 2019, p. 27)

Additionally, only PC predicates can have overt subjects in their complement clauses:

- (8) a. Mary hoped that Bill would leave the city
b. Mary hoped for Bill to leave the city
(Examples by Mourounas, 2019, p. 32)

Finally, PC predicates accept tense mismatch between the main verb and the subordinate verb, whereas EC predicates do not. So, in (9), “demand” is a PC verb (9a), since the demanding event can happen yesterday whereas the complement clause, “go to the gym”, takes place tomorrow; “manage” is an EC verb (9b), because “manage” and “go to the gym” cannot happen at different moments.

- (9) a. Yesterday, John demanded to go to the gym tomorrow
 b. *Yesterday, John managed to go to the gym tomorrow
 (Examples by Mourounas, 2019, p. 30)

It turns out, according to Mourounas (2019, p. 34-44), that EC verbs show obligatory control when governing nominals, whereas PC verbs display non-obligatory control under these circumstances. Compare the meanings of (10) and (11).

- (10) a. John (wanted + demanded + planned + hated + disliked) the inspection of the factory
 b. John (wanted + demanded + planned + hated + disliked) to inspect the factory
 (Sentences adapted from Mourounas, 2019, p. 34)

In (10), coreference is not obligatory when the verb selects a nominal (10a), but it is so when selecting an infinitive verb (10b). The matrix verbs of these sentences are PC verbs. This contrasts with the behavior of EC verbs:

- (11) a. John (began + managed) the inspection of the factory
 b. John (began + managed) to inspect the factory
 (Sentences adapted from Mourounas, 2019, p. 35)

The pair of sentences in (11) is paraphrastic; in both cases, it was necessarily John who inspected the factory.

These properties are argued to lead to a semantic clustering of control predicates: adapting other proposals, Mourounas (2019, p. 28–29) suggests that EC (understood as obligatory control into nominals) correlates with “implicative”, “aspectual”, “modal”, and “non-implicative” predicates, whereas PC (non-obligatory control into nominals) correlates with “factive”, “propositional”, “desiderative”, and “interrogative” predicates.

However, not all forms of coreference between arguments of verbs and nouns have a complement clause counterpart which can be assessed for EC or PC. Take, for instance, sentence (12):

- (12) *Os bancos devem responder à proposta do grupo até o dia 12*
 (The banks must respond to the group's proposal by the 12th)

The natural interpretation is that the group proposed something to the bank, i.e., the bank is assigned the recipient role by the predicative noun. However, there is no such possibility as an equivalent complement clause, be it an infinitive with the verbal correspondent of *proposta* (“proposal”), i.e., *propor* (“to propose”) (13a), a finite clause with a light verb construction (13b), or an infinitive clause with a light verb construction (13c):

- (13) a. *Os bancos devem responder a propor até o dia 12
 (*The banks must respond to proposing by the 12th)
 b. ≠ Os bancos devem responder que o grupo fez uma proposta até o dia 12
 (≠ The banks must respond that the group made a proposal by the 12th)
 c. * Os bancos devem responder fazer uma proposta até o dia 12
 (*The banks must respond to make a proposal by the 12th)

Additionally, the predicative noun does play a role, whose importance varies, in how coreference is interpreted. This aspect is not accounted for in a verb-centric classification of these phrases. Constructions with *recusar* (“decline”/ “deny”) are a noteworthy case illustrating how the noun changes semantic role attribution.

- (14) a. *Apesar de evitar dar um não definitivo, Marise deixou claro que deve recusar o convite de Brizola.*
 (Although [she] avoided saying a definitive “no”, Marise made it clear that [she] shall decline Brizola’s invitation)
 b. *A ONU admitiu que os sérvios não haviam cumprido as exigências, mas recusou autorização para bombardeio.*
 (The UN admitted that the Serbs had not complied with the requirements, but denied authorization for bombing)

In (14a), the subject of *recusar* is the recipient of *convite* (“invitation”); in the second, it is the agent of *autorização* (“authorization”). This is further complicated by the fact that both nouns assign both semantic roles and have strikingly similar argument structures³ (double object, one referring to a human being and the other referring to a proposition). These characteristics extend to their verbal counterparts (i.e., *convidar* “invite” and *autorizar* “authorize”). This paper will propose that alternations of this kind can be correlated to acceptance of paraphrases involving different light verb constructions. The noun in (14a) corresponds to a paraphrase with *receber* (“receive”), as in (15a), and (14b) corresponds to the paraphrase with *dar* (“give”) in (15b):

- (15) a. *Marise recusou o convite que recebeu de Brizola*
 (Marise declined the invitation that [she] received from Brizola)
 b. *A ONU recusou dar autorização para bombardeio*
 (The UN refused to give authorization for bombing)

Finally, in BP, the absence of any determiner with certain predicative nouns seems to require a coreferential interpretation (16a–b) which becomes more fluid when an article occurs before the noun (16c). In other words, for certain verb plus noun combinations, coreference seems to be more associated with bare nouns.

³ The prepositions introducing the clausal complements are nonetheless slightly different. *Convite* accepts both *a* and *para*, whereas *autorização* accepts only *para*.

- (16) a. *O Banco apresentou em 1993 um nível de alavancagem alto, demonstrando maior agressividade nas suas operações*
 (The Bank presented in 1993 a high level of leverage, showing higher aggressiveness in its operations)
- b. **O Banco demonstrou agressividade dos funcionários*
 (*The Bank showed aggressiveness of the workers)
- c. *O Banco demonstrou a agressividade dos funcionários*
 (The Bank showed the aggressiveness of the workers)

These empirical observations indicate the need to understand the data on this type of coreference through a wider lens than that of obligatory versus non-obligatory control, or even exhaustive versus partial control, associated with either verbs or nouns alone. This approach should account for how meaning changes under coreferential and non-coreferential uses of these phrases and identify the formal properties related to both readings.

This pilot study departs from previous proposals by adopting a corpus-based approach to argument-sharing content verb plus noun constructions in BP. It draws observations from newspaper corpus examples and pinpoints regularities for further exploration. The objective is to test the utility of the properties pointed out throughout this introduction for classifying these verb phrases and to describe how the nuances of coreference can be related to both verb and nominal semantics.

This introduction presented the singularities of argument-sharing between content verbs and predicative nouns, differentiating them from other types of similar phenomena and showing how current proposals of classification do not fully account for some of their properties. A corpus-based pilot study of this phenomenon was thus proposed. Section 2 discusses the corpus, the theoretical and methodological framework, and the properties selected for analysis. The observed examples and their properties are discussed and systematized in Section 3. Section 4 concludes the findings and proposes further studies on argument-sharing between content verbs and nouns in BP.

2 Method

Since the pilot study presented here stems from an effort to provide an annotation of nouns and their arguments for Natural Language Processing (NLP), the linguistic data were drawn from the Brazilian partition of *Bosque* version 7.5, a subset corpus of the *Floresta Sintá(c)tica* treebank (Afonso et al., 2002)⁴. The Brazilian segment of *Bosque* consists of articles published in the Brazilian newspaper *Folha de São Paulo* in 1994. It has 31,344 tokens, accounting for 8,687 types, distributed into 4,213 sentences.

While this corpus is admittedly small, only partially representative of BP, and not fully adequate for comprehensive corpus research, it was observed to contain data which might contribute to the current understanding of syntactic and semantic constraints of coreference between arguments of verbs and nouns. Considering this potential, the analysis focused on

⁴ Available at <<http://www.linguateca.pt/Floresta/>>, accessed on 01/11/2024.

the 75 verb phrases (VP) which were found to involve coreference of subjects or objects of content verbs with arguments of nouns regardless of whether coreference relied on context or not.

The analysis of corpus sentences and classification proposed in this paper were based on Lexicon-Grammar (Gross, 1975, 1981) as a theoretical and methodological framework. This approach proposes that classification of linguistic items should be founded on a careful registration of their properties on tables and a systematic comparison of their similarities and differences. This paper tests the acceptability of some properties hypothesized to be relevant for the identified VPs to separate them into classes. However, for conciseness, it provides no more than an abridged version of the tables typically employed in Lexicon-Grammar (Table 1). Following the current practices in this framework, the constructions that are acceptable for each lexical item were identified by resorting both to corpora and introspection in a complementary manner: while a given construction emerging in a corpus indicates its acceptability, its absence might just correspond to a gap in the corpus to be filled by introspection (Laporte, 2008). Lexicon-Grammar was employed in recent studies of Brazilian Portuguese, particularly for the description of support verb constructions. These provided a basis for the analysis proposed in this paper. Rodrigues and Picoli (2019, p. 890-895) should be consulted for an overview of these studies.

The semantic and syntactic properties hypothesized to be relevant for coreference – based both on the literature and preliminary observations – were tested for each of the VPs. These were: (1) the different types of semantic coercion which apply when a usually coreferential VP is forced into a non-coreferential reading; (2) the possibilities of substituting the noun with a subordinate clause containing this noun in a light verb construction; (3) how determiners affect coreference; and (4) the possibility of situating the verb and the noun at different moments in time. The following subsections discuss these properties in detail.

2.1 Acceptability of Non-Coreferential Complements and Coercion

While coreference applies for most instances of a given VP, occasional non-coreferential occurrences can be identified. Such infrequent sentences are interpretable only through semantic coercion, i.e., they have an extra meaning component not available in the original, uncoerced sentence.

Such changes in meaning are observed when a non-coreferential argument (either a PP or a possessive pronoun) is added to the original sentence for most of the data on content verbs plus nouns. These changes in meaning are not uniform across all VPs: three types of coercion were observed to apply to this data, in addition to VPs accepting none of them. The first and most recurrent type involves a representative and his or her representee. Consider (17):

- (17) *Os metalúrgicos (...) preparam greve*
(The metalworkers are preparing [for] strike action)

Sentence (17) conveys no other possible interpretation than that the metalworkers are preparing their own strike. However, the agents of *preparar* (“prepare”) and *greve* (“strike action”) might be attributed to different people; it just entails that the former is preparing

the strike for (or in benefit of) the latter. So, (18a) entails (18b). This is named “benefactive coercion” in this paper.

- (18) a. Lula prepara a greve dos metalúrgicos
(Lula prepares the metalworkers’ strike action)
b. => Lula prepara a greve dos metalúrgicos (para + por) eles
(Lula prepares the metalworkers’ strike action for them)

A second type of coercion involves a discrepancy between the real world and a reported scenario. It applies to certain predicates denoting transfer of information and, when coreference is broken, entails that such information is incorrect. For example, sentence (19) is neutral regarding whether the fisherpersons committed a crime or not.

- (19) *Os pescadores (...) serão acusados de crime contra fauna*
(The fisherpersons will be accused of crime against the fauna)

If *empresa* (company) is added as an agent for *crime* (20a), the sentence now entails that the fisherpersons did not commit the crime, that the company did, and that they are being accused unfairly (20b). This will be referred to as the “counterfactual coercion”.

- (20) a. *Os pescadores serão acusados do crime da empresa contra a fauna*
(The fisherpersons will be accused of the company’s crime against the fauna)
b. => *Quem cometeu o crime foi a empresa, não os pescadores*
(It was the company that committed the crime, not the fisherpersons)

A third type of coercion implies that the event denoted by the noun affects the main clause’s subject psychologically.

- (21) *Eddie (...) não resiste à tentação da atriz*
(Eddie doesn’t resist the actress’ temptation)

Inserting a different experiencer complement for *tentação* (“temptation”) in sentence (22a) suggests that the temptation is not directed at Eddie but affects him somehow (22b). In this paper this is referred to as “affective coercion”.

- (22) a. *Eddie não resiste à tentação da atriz contra o Paulo*
(Eddie does not resist the temptation of the actress against Paulo)
b. => *A tentação da atriz contra o Paulo afeta o Eddie psicologicamente*
(The temptation of the actress against Paulo affects Eddie psychologically)

Finally, there are verb plus noun combinations that allow an uncoerced interpretation of lack of coreference. This applies to (23); as it is phrased, it suggests that football (metonymically understood as people somehow involved in football) should present all the wrongdoings of football itself, just like the parliamentary inquiry commission presented its own wrongdoings.

- (23) *O futebol precisa seguir o exemplo da CPI do orçamento e apresentar todos os podres*
 (Football needs to follow the example of the budget parliamentary inquiry commission and present all the wrongdoings)

Changing background information and inserting an argument for *podres* (literally “rotten things”, interpreted here as “wrongdoings”) disrupts the coreferential interpretation.

- (24) *Os jornalistas precisam apresentar todos os podres da Ana*
 (The journalists must present all of Ana’s wrongdoings)

However, this syntactic similarity with the previous cases hides an important semantic distinction: from (24) it does not follow that the journalists are representing Ana in any way, or that Ana is the one who actually has flaws while people attribute them to journalists, or that Ana’s flaws affect the journalists psychologically. Thus, the interpretation of this type of sentence does not follow any of the pre-established patterns commonly observed for lack of coreference. This is a true non-obligatory coreference construction, in the sense that lack of coreference leads to an unmarked sentence. Coreference in these cases is possibly due to contextual factors and might be unrelated to verb or noun semantics.

2.2 Paraphrases with Light Verb Constructions

Gross (1981, 1998) proposed that predicative nouns are characterized by their relations with support verb constructions, even when they occur in other environments. In content verb constructions, the predicative NP (25d) can alternate between a complement clause with a light verb construction (25a) and an NP containing a relative clause with a light verb construction (25b-c).

- (25) a. *Luc apprécie que ce texte ait une certaine élégance*
 (Luc appreciates that this text has a certain elegance)
 b. *Luc apprécie l’élégance que ce texte a*
 (Luc appreciates the elegance that this text has)
 c. *Luc apprécie l’élégance de ce texte*
 (Luc appreciates the elegance of this text)
 (Examples adapted from Gross, 1998, p. 18)

Not all VPs correspond to all these paraphrases. This varies with the verb’s selection properties, which can be exemplified with the VPs *acatar a recomendação* (“accept the recommendation”) and *negar envolvimento* (“deny involvement”). In the former, the noun corresponds to its own version with a relative clause containing a light verb construction (26a-b), but not a complement clause (26c-d).

- (26) a. (...) *Mário (...) acatou as recomendações de assessores do presidente eleito (...)*
 (Mário accepted the recommendations of the president-elect’s advisors)
 b. *Mário acatou as recomendações que os assessores do presidente eleito fizeram*

- (Mário accepted the recommendations that the president-elect's advisors made)
- c. *Mário acatou que os assessores do presidente eleito tenham feito recomendações
(*Mário accepted that the president-elect's advisors have made recommendations)
- d. *Mário acatou os assessores do presidente eleito fazerem recomendações
(*Mário accepted the president-elect's advisors to make recommendations)

Negar envolvimento works the other way around: it accepts the substitution of the noun with a complement clause (27c-d), but not with the noun plus a relative clause (27b). While (27b) is acceptable, it entails the truth of the relative clause and therefore conveys more information than (27a), which makes no judgement on whether the group and the Iranian government are involved or not.

- (27) a. *O grupo e o governo iraniano negaram envolvimento*
(The group and the Iranian government denied involvement)
- b. ≠ *O grupo e o governo iraniano negaram o envolvimento que tinham*
(≠ The group and the Iranian government denied the involvement that they had)
- c. *O grupo e o governo iraniano negaram que tinham envolvimento*
(The group and the Iranian government denied that they had involvement)
- d. *O grupo e o governo iraniano negaram ter envolvimento*
(The group and the Iranian government denied having involvement)

The possibility of substituting nouns with (finite and non-finite⁵) light verb complement clauses or relative clauses was hypothesized to be correlated with different types of coreference. These were marked as either paraphrastic or non-paraphrastic for each of the VPs.

Six light verbs were found to account for possible paraphrases of these VPs: *fazer* (“to make/do”), *ter* (“to have”), *receber* (“to receive”), *sofrer* (“to suffer”), *cometer* (“to commit”), and *dar* (“to give”). Each of these verbs seems to have some correlation with semantic features. Butt (2010) suggested that cross-linguistically light verb choice cuts between agentive (“to make/do”, “to give”) and non-agentive (“to have”) subject semantic role. For BP, Barros’s (2014) work suggests that most nouns combining with *fazer* are actional – although certain nouns, such as names of exams and medical procedures, may present a patient subject (p. 160–161). Most of Rassi’s (2023, p. 157–158) classes of constructions with light verb *dar* also present agentive subjects. Other verbs (to receive, to suffer) have been described (G. Gross, 1989) as passive alternations of “to do/make” and “to give”, placing the patient of the noun as their subject. Calcia (2022) provides a further examination of these verbs in BP; *sofrer* tends to occur with nouns having a negative connotation. *Ter* has also been included as a converse construction for action nouns. Based on Santos’ (2015) list of nouns occurring with *ter*, non-actional nouns

⁵ An additional property was initially included based on the literature distinguishing partial and exhaustive control (Mourounas, 2019): the possibility of an overt subject in infinitive clauses, as briefly discussed in the Introduction. This was quickly shown to lead to sparse results, as very few phrases presented such property, making it difficult to discuss in depth for this pilot study’s purposes, and was thus dropped at a later stage. It is not fully ruled out that this property might be useful for a more comprehensive account of this phenomenon.

combining with this verb seem to usually include names of diseases, psychological states, and qualities. Finally, “to commit” is an agentive verb with negative connotations (Gross, 1998, p. 39–40). Light verb acceptability is thus a somewhat reliable formal indicator of certain semantic properties, which makes it of importance for the classifications of nouns if their irregularities are considered.

2.3 Determiners

During preliminary analyses, some VPs seemed to be more related to a coreferential interpretation when the noun lacked a determiner. This is exemplified in (28).

- (28) a. (...) *Caetano (...) manifestou desejo de assistir ao show (...)*
 (Caetano expressed [his] desire to watch the show)
 b. *Caetano manifestou (o + seu) desejo de assistir ao show*
 (Caetano expressed (the + his) desire to watch the show)

In the original sentence (28a), a coreferential interpretation of *manifestar desejo* (“manifest desire”) is obtained with no determiner before the noun. The same interpretation is possible with a definite article and/or coreferential possessive pronoun before the noun (28b). Coreference in cases like (28b) can be neutralized if the noun’s experiencer argument is filled with a PP (29a) or possessive pronoun (29b):

- (29) a. *Caetano manifestou o desejo de Gil de assistir ao show*
 (Caetano manifested the desire of Gil to watch the show)
 b. *Caetano manifestou o meu desejo de assistir ao show*
 (Caetano manifested my desire to watch the show)

However, VPs like (29a) do not easily accept determiner omission under this non-coreferential interpretation (30):

- (30) ?*Caetano manifestou desejo de Gil de assistir ao show*
 (Caetano manifested desire of Gil to watch the show)

A potential argument against including this property is that relying on introspection for subtle differences may introduce biased judgments. Objectivity can be enhanced by quantitatively comparing the frequency of VPs with and without determiners in larger corpora, considering both coreferential and non-coreferential readings. For example, in Corpus Brasileiro (SARDINHA, 2009)⁶, out of 373 instances of *manifestar o desejo* (“manifest the desire”), only two involve a clear experiencer NP complement for *desejo* (“desire”).

- (31) a. (...) *tive a singular oportunidade de manifestar o desejo do povo brasileiro da construção de um futuro melhor para todas as nações (...)*

⁶ Lemma frequency consulted with Linguateca’s AC/DC tool, available at <<https://www.linguateca.pt/>>. Last access: 06/14/2023.

(I had the singular opportunity of manifesting the desire of the Brazilian people for the construction of a better future for all nations)

- b. *Certamente, a iniciativa popular é a marca principal desse projeto, que veio para esta Casa, por meio da coleta de milhares de assinaturas, manifestando o desejo da população brasileira de ter melhores condições habitacionais.*

(Certainly the popular initiative is the main mark of this project, which came to this House through the collection of thousands of signatures, manifesting the desire of the Brazilian population for better housing conditions)

(Corpus Brasileiro)

The version without the article, *manifestar desejo* (“manifest desire”), has no instances with a clear experiencer NP complement in Corpus Brasileiro, although this VP occurs 140 times.

2.4 Tense Mismatch

Mourounas (2019, p. 38-39) considered tense mismatch to be a property of partial control predicates. According to this author, the sentence in (32a) cannot accept tense mismatch because it presents exhaustive control, whereas (32b) presents partial control.

- (32) a. *Yesterday, John (began + resumed + managed + tried) the inspection of the factory tomorrow
b. Yesterday, John (wanted + demanded + planned) the inspection of the factory tomorrow
(Examples adapted from Mourounas, 2019, p. 37-38)

Tense mismatch can be either future- or past-oriented. The former enables time modification of the nominal to a subsequent moment in relation to that of the verb, as in (32b). Past-oriented tense mismatch works the other way around, accepting only nominals interpreted as preceding the verb’s event (33a):

- (33) a. Today, John (hated + regretted + disliked) the inspection of the factory yesterday
b. *Today, John (hated + regretted + disliked) the inspection of the factory tomorrow
(Examples adapted from Mourounas, 2019, p. 39)

3 Classification

It has long been said that rarely two predicates present the same properties (e.g., Gross, 1975, p. 214). This is also true of the VPs under investigation in this paper: most present unique patterns in one way or another and can only be grouped together based on similarity, not

identity. The following subsections try to group the VPs under analysis into classes that seem syntactically and semantically coherent regarding the properties described in section 2. The classification criteria vary from one class to another, since some properties crucial for characterizing some VPs are irrelevant for others.

The names of the classes are phrased to provide clues on the semantics of the VPs as observed in the corpus and should not be taken as definitive. What truly characterizes the VPs are the formal properties discussed in each subsection, and the underlying notional semantics of these classes remains open for debate as further studies are conducted.

3.1 Intention and Fulfillment Verbs Plus Action Nouns

A major group of predicates was found to have similar behaviors regarding the properties discussed in section 2. These are noted to lead to the benefactive coercion when a non-coreferential interpretation is forced upon the sentence, e.g., (34b) entails (34c).

- (34) a. *Zanini diz que está preparando a fundação de um novo partido (...)*
(Zanini says that he is preparing the foundation of a new party)
b. ?*Zanini está preparando a fundação de um partido pela Ana*
(Zanini is preparing the foundation of a party by Ana)
c. = ?*Zanini está preparando a fundação de um partido pela Ana para ela*
(Zanini is preparing the foundation of a party by Ana for her)

They also accept tense mismatch between verb and noun:

- (35) *Zanini está preparando hoje a fundação de um partido amanhã*
(Zanini is preparing today the foundation of a party tomorrow)

The addition of a subordinate clause containing light verb *fazer* (“do/make”)⁷ is mostly possible, even when it results in an interpretation not inherent in the noun alone, as in (36).

- (36) *Zanini está preparando a fundação do partido que ele vai fazer*
(Zanini is preparing the foundation of the party that he will make)

Oferecer cursos (“offer courses”) has almost the same characteristics, except that instead of *fazer* it forms paraphrases with light verb *dar* (“to give”), which was shown to be a generally agentive light verb (Rassi, 2023, p. 157–158)⁸.

⁷ Some members of this class also accept *ter* (have) in addition to *fazer*, but this seems to be irrelevant for the classification.

⁸ This is not to say that *fazer* and *dar* are mere collocational variations of one another: *dar um curso* translates to “teach a course”, whereas *fazer um curso* corresponds to “take a course”. They denote different forms of agentivity, and *oferecer cursos* can only correspond to the former.

- (37) a. *Nos Estados Unidos, universidades e algumas empresas chegam a oferecer cursos de boas maneiras nos negócios*
 (In the United States, universities and some companies even offer courses on good manners in business)
- b. *As universidades oferecem os cursos que vão dar no próximo semestre*
 (The universities offer the courses they will give[=teach] next semester)

Nineteen VPs demonstrate coherence with these properties: *acertar dívida* (“pay the debt”), *buscar independência* (“search for independence”), *concordar com a transferência* (“agree with the transference”), *conclamar a uma jihad* (“call for a jihad”), *cumprir a promessa* (“fulfill the promise”), *encomendar o desenvolvimento* (“order the development”), *investir em inaugurações* (“invest in inaugurations”), *negociar compra* (“negotiate [a] purchase”), *negociar um tratado* (“negotiate an agreement”), *oferecer cursos* (“offer courses”), *optar pela locação* (“opt for the rental”), *planejar atentado* (“plan [an] attack”), *preparar a fundação* (“prepare the foundation”), *preparar greve* (“prepare [for] strike action”), *preparar o discurso* (“prepare the discourse”), *prometer um anúncio* (“promise an announcement”), *realizar essas metas* (“meet these goals”), *tentar a libertação* (“try the liberation”), *tentar contato* (“try contact”).

These VPs diverge in whether their tense mismatch is past- or future-oriented and whether their relative clause version serves as a paraphrase of the noun alone. Past-oriented tense mismatch is associated to a paraphrastic reading of the relative clause, whereas future-oriented tense mismatch corresponds to a non-paraphrastic reading of noun plus relative clause. This distinction divides this major class into the two classes discussed in the following subsections.

3.1.1 Intention Verbs Plus Action Nouns

This class includes VPs of the preceding discussion that accept future-oriented tense mismatch, as shown in (35), and reject past-oriented tense mismatch (38):

- (38) **Hoje Zanini está preparando a fundação de um partido ontem*
 (*Today Zanini is preparing the foundation of a party yesterday)

In addition, relative clauses with *fazer* (do/make) imply either a factive reading or that an event is believed by the speaker to happen in the future, which is not true of the sentence with the noun alone. For example, (34a) does not imply (36), since Zanini might end up not founding the party at all. Consequently, the inclusion of an adversative clause is pragmatically acceptable for (34a), but not so much for (36), as shown in (39):

- (39) a. *Zanini está preparando a fundação de um partido, mas ele não vai conseguir fundar esse partido*
 (Zanini is preparing the foundation of a party, but he won't be able to found this party)
- b. *#Zanini está preparando a fundação de um partido que ele vai fazer, mas ele não vai conseguir fundar esse partido*
 (#Zanini is preparing the foundation of a party that he will make[=establish], but he won't be able to found this party)

Sixteen VPs exhibit these two properties: *buscar independência* (“search for independence”), *concordar com a transferência* (“agree with the transference”), *conclamar a uma jihad* (“call for a jihad”), *encomendar o desenvolvimento* (“order the development”), *investir em inaugurações* (“invest in inaugurations”), *negociar compra* (“negotiate [a] purchase”), *negociar um tratado* (“negotiate an agreement”), *oferecer cursos* (“offer courses”), *optar pela locação* (“opt for the rental”), *planejar atentado* (“plan [an] attack”), *preparar a fundação* (“prepare the foundation”), *preparar greve* (“prepare [for] strike action”), *preparar o discurso* (“prepare the discourse”), *prometer um anúncio* (“promise an announcement”), *tentar a libertação* (“try the liberation”), and *tentar contato* (“try contact”).

3.1.2 Fulfillment Verbs Plus Action Nouns

These are the opposite of what characterized the previous class. They accept past-oriented (40b), but not future-oriented (40c) tense mismatch:

- (40) a. *Agricultor acerta dívida*
(Farmer pays debt)
b. *Hoje agricultor acerta dívida de ontem*
(Today farmer pays yesterday’s debt)
c. **Hoje agricultor acerta dívida de amanhã*
(*Today farmer pays tomorrow’s debt)

Both noun alone (41a) and noun plus relative light verb construction (41b) have factive readings, and are thus paraphrastic; denying that the farmer incurred debt leads to an infelicitous utterance in both cases:

- (41) a. #*O agricultor acertou a dívida dele, mas ele não fez essa dívida*
(#The farmer paid his debt, but he didn’t make[=incur] this debt)
b. #*O agricultor acertou a dívida que fez, mas ele não fez essa dívida*
(#The farmer paid the debt that [he] made[=incurred], but he didn’t make[=incur] this debt)

Only three VPs presented these properties: *acertar dívida* (“pay debt”), *cumprir a promessa* (“fulfill the promise”), and *realizar essas metas* (“meet these goals”).

3.2 Credit Verbs Plus Dysphoric Action Nouns

These VPs were found to have properties in common regarding type of coercion and paraphrases with subordinate light verb constructions. Firstly, they were the only VPs to accept the counterfactual coercion:

- (42) *Ele é acusado de vandalismo.*
(He is accused of vandalism)

Trying to insert the agent of *vandalismo* (“vandalism”) into the NP in (42) leads to the interpretation that “he” did not commit this vandalism, but this argument within NP did, as shown in (43).

- (43) a. Ele é acusado do vandalismo da Maria
(He is accused of Maria’s vandalism)
b. => Quem cometeu esse vandalismo foi a Maria, não ele
(It was Maria who committed this vandalism, not him)

Also, these nouns usually accept being paraphrased with a light verb clause containing *cometer* (“to commit”), although the type of subordinate clause varies among predicates.

- (44) Ele é acusado de ter cometido vandalismo
(He is accused of having committed vandalism)

Finally, past-oriented tense mismatch is applicable to all of them:

- (45) Amanhã Maria vai ser acusada do vandalismo de ontem
(Tomorrow Maria will be accused of yesterday’s vandalism)

Future-oriented tense mismatch is not available for any of these predicates:

- (46) *Ontem Maria foi acusada do vandalismo de amanhã
(Yesterday Maria was accused of tomorrow’s vandalism)

Only six VPs were found to present this behavior: *acusar de* (“accuse of”) *crime*, *estupro* (“rape”), *morte* (“death”), and *vandalismo* (“vandalism”), *atribuir o atentado* (“attribute the attack”), and *confessar o crime* (“confess the crime”).

3.3 Demand and Response Verbs Plus Nouns

A certain type of light verb alternation similar to the active-passive voice alternation was named “conversion” by G. Gross (1989). This work inspired analyses of these constructions in BP, such as Calcia’s (2022). The latter author proposes that these constructions can be divided into five different syntactic-semantic classes; the VPs observed herein seem to correspond mostly to Calcia’s *fazer-receber* (“do/make-receive”) and *fazer-sofrer* (“do/make-suffer”) classes. The examples in (47a-b) and (47c-d) illustrate the process of conversion that characterizes these two classes, respectively.

- (47) a. O laboratório fez uma proposta ao governo brasileiro
(The laboratory made a proposal to the Brazilian government)
b. => O governo brasileiro recebeu uma proposta do laboratório
(The Brazilian government received a proposal from the laboratory)
c. O conselho fez uma injustiça ao coronel
(The council made[=perpetrated] an injustice against the colonel)

- d. => O coronel sofreu uma injustiça do conselho
 (The colonel suffered an injustice from the council)
 (Sentences from Calcia, 2022, p. 582)

Eighteen VPs were verified to constitute a major class due to accepting paraphrases with converse constructions with *receber* (“to receive”) and/or *sofrer* (“to suffer”). These were *acatar a recomendação* (“accept the recommendation”), *atender encomenda* (“meet an order/request”), *cumprir as exigências* (“meet the requirements”), *ceder à pressão* (“give in to pressure”), *condenar à morte* (“condemn to death”), *esperar resposta* (“wait for [an] answer”), *merecer atenção* (“deserve attention”), *pedir ajuda* (“ask for help”), *pedir apoio* (“demand support”), *pedir folga* (“ask for time off”), *pedir uma indenização* (“demand a compensation”), *precisar de (a/uma) ajuda* (“need the/a help”), *recusar o convite* (“decline the invitation”), *responder perguntas* (“answer questions”), *responder à proposta* (“answer the proposal”), *resistir à tentação* (“resist the temptation”), *suportar a pressão* (“handle the pressure”), *usar a pressão* (“use the pressure”). The sentences in (48) exemplify the possibility of paraphrases in these VPs.

- (48) a. *O desembargador (...) vai pedir apoio do Exército para subir morros (...)*
 (The judge will ask for the army’s support to ascend [the] hills)
 b. *O desembargador vai pedir para receber apoio do Exército para subir morros*
 (The judge will ask to receive support from the army to ascend [the] hills)
 c. (...) *Marise deixou claro que deve recusar o convite de Brizola*
 (Marise made it clear that she shall decline Brizola’s invitation)
 d. *Marise deixou claro que deve recusar o convite que recebeu de Brizola*
 (Marise made it clear that she shall decline the invitation that she received from Brizola)

These VPs were found to form three groups with common syntactic and semantic properties plus a *hapax legomenon*. Each of the following subsections is dedicated to one of these groups.

3.3.1 Demand Verbs Plus Nouns

Demand constructions stand out from the other two due to accepting being paraphrased with an infinitive clause, as exemplified in (48b). They also accept relative clauses (49) with a factive reading imprinted on the noun, while the original sentence (48a) is vague in relation to whether the event denoted by the noun happened or not:

- (49) *O desembargador pediu o apoio que recebeu do exército*
 (The judge asked for the support that [he] received from the army)

Complementarily, attempts at creating non-coreferential sentences with these VPs lead to the benefactive coercion:

- (50) a. O desembargador pediu apoio do exército à Maria⁹
 (The judge asked for [the] army's support to Maria)
 b. => O desembargador pediu apoio do exército à Maria para ela
 (The judge asked for the army's support to Maria for her)

Only future-oriented tense mismatch is available for these VPs:

- (51) Hoje, o desembargador pediu apoio do exército mês (que vem + *passado)
 (Today, the judge asked for the army's support (next + *last) month)

The VPs matching these criteria amounted to seven: *esperar resposta* ("wait for [an] answer"), *merecer atenção* ("deserve attention"), *pedir ajuda* ("ask for help"), *pedir apoio* ("ask for support"), *pedir folga* ("ask for time off"), *pedir uma indenização* ("demand a compensation"), *precisar de a/uma ajuda* ("need the/a help").

3.3.2 Response Verbs Plus Request Nouns

Response to request VPs were observed to be remarkably similar to demand pairs, since both can be paraphrased with a construction with *receber* ("to receive") and present the benefactive coercion. These differ from the former, firstly, due to not taking infinitive clauses and because both the noun alone and its version with a relative clause present a factive reading. We see in (52) that (48c) cannot correspond to an infinitive clause; although the sentence itself is not completely unacceptable (though hard to contextualize), it does not correspond to the original, since it implies that Marise did not even receive the invitation.

- (52) ?Marise deixou claro que deve recusar receber o convite de Brizola
 (?Marise made clear that [she] shall decline to receive Brizola's invitation)

They further differ from demand plus noun VPs due to presenting only past-oriented tense mismatch:

- (53) Hoje Marise recusou o convite (de ontem + *de amanhã)
 (Today Marise declined (yesterday's + *tomorrow's) invitation)

This behavior was observed in six VPs: *acatar a recomendação* ("comply with the recommendation"), *atender encomenda* ("meet an order/request"), *cumprir as exigências* ("meet the requirements"), *recusar o convite* ("decline the invitation"), *responder à proposta* ("answer the proposal"), *responder perguntas* ("answer questions").

⁹ In this ambiguous sentence, *à Maria* ("to Maria") can be interpreted either as an argument of *pedir* ("request") or *apoio* ("support"). This analysis considers only the latter interpretation.

3.3.3 Reaction Verbs Plus Dysphoric Action Nouns

Four VPs were characterized by accepting paraphrasis with a relative clause containing light verb *sofrer* (“suffer”) in addition to *receber* (“receive”), maintaining a factive reading, as shown in (54b), but not with a complement clause (54c):

- (54) a. *Culpi, no entanto, acha que o time pode suportar a pressão (...)*
(Culpi, however, believes that the team can handle the pressure)
b. *Culpi acha que o time pode suportar a pressão que está sofrendo*
(Culpi believes that the team can handle the pressure that [it] is suffering)
c. **O time pode suportar que está sofrendo pressão*
(The team can handle that [it] is suffering pressure)

These VPs are also coherent in their acceptance of the affective coercion:

- (55) a. *Culpi suportou a pressão do rival contra o time*
(Culpi handled the pressure of the rival against the team)
b. => *A pressão do rival contra o time afeta Culpi psicologicamente*
(The rival’s pressure against the team affects Culpi psychologically)

Finally, tense mismatch leads to sentences with very low acceptability in this class:

- (56) ??*Hoje o time suporta a pressão de (ontem + amanhã)*
(Today the team handles (yesterday’s + tomorrow’s) pressure)

Four combinations were found to have these properties: *ceder à pressão* (“give in to the pressure”), *resistir à tentação* (“resist the temptation”), *suportar a pressão* (“handle the pressure”), and *usar a pressão* (“use the pressure”).

The properties of *condenar à morte* (“condemn to death”) are remarkably similar both to “demand verbs plus nouns” and “reaction verbs plus dysphoric action nouns”. It differs from the latter by also accepting light verb *ter* (“have”) in addition to *sofrer* and an infinitive complement clause paraphrase, which is what draws it closer to the former set:

- (57) a. *Miami condena [pessoa] a 5 mortes*
(Miami condemns person to 5 deaths)
b. *Miami condena pessoa a (sofrer + ter) uma morte (indolor + horrível)*
(Miami condemns person to (suffer + have) a (painless + horrible) death)

At the same time, *condenar à morte* is subject to affective coercion just like the latter class. Sentence (58) can only make sense if the mother is psychologically affected by her son’s death.

- (58) *Miami condena mãe à morte do filho*
(Miami condemns mother to death of [her] son)

3.4 Manifestation Verbs Plus Psychological Nouns

These VPs accept both complement clause (59b-c) and relative clause (59d) paraphrases with *ter* (“have”). The latter sometimes has a factive reading not inherent in the original:

- (59) a. *Não é permitido falar muito contra a monarquia no Parlamento porque supostamente você deve jurar fidelidade à rainha*
(It is not permitted to speak too much against the monarchy in the Parliament because supposedly you must swear loyalty to the queen)
- b. *Você deve jurar que tem fidelidade à rainha*
(You must swear that [you] have loyalty to the queen)
- c. *Você deve jurar ter fidelidade à rainha*
(You must swear to have loyalty to the queen)
- d. *Você deve jurar a fidelidade que tem à rainha*
(You must swear the loyalty that [you] have to the queen)

The coreferential reading seems to be associated with the bare noun, as sentences without coreference do not sound as natural without a determiner. This is the only class in which determiners, as discussed in 2.3., are shown to play a role in coreference.

- (60) a. ??*Você deve jurar fidelidade do seu filho à rainha*
(You must swear loyalty of your son to the queen)
- b. *Você deve jurar a fidelidade do seu filho à rainha*
(You must swear the loyalty of your son to the queen)

These are the only properties that hold these predicates together as a class. Some present the benefactive semantic coercion and some simply do not have a coerced interpretation. *Jurar fidelidade* (“swear loyalty”) falls into the first case, as evidenced by (60a) entailing (61):

- (61) *Você deve jurar a fidelidade do seu filho à rainha por ele*
(You must swear the loyalty of your son to the queen for him)

Demonstrar agressividade (“show aggressiveness”), in turn, is only non-coreferential in a sense involving someone or a situation providing evidence that someone else is aggressive without necessarily acting as its representative:

- (62) a. *O Banco apresentou em 1993 um nível de alavancagem alto, demonstrando maior agressividade nas suas operações*
(The bank presented in 1993 a high level of leverage, showing higher aggressiveness in its operations)
- b. *O palestrante demonstrou a agressividade do banco*
(The speaker showed the bank’s aggressiveness)

These VPs were not considered to be examples of true non-obligatory coreference because, when the article is missing, coreference seems to be obligatory (63), and lack of coreference only applies to the version with the article (62b).

- (63) * O palestrante demonstrou agressividade do banco
(The speaker showed bank's aggressiveness)

Tense mismatch under a coreferential reading leads to sentences ranging from clumsy to unacceptable:

- (64) a. Hoje Ana demonstrou paixão (??de ontem + *de amanhã) por futebol
(Today Ana showed (yesterday's + tomorrow's) passion for football)
b. *Hoje o banco demonstrou maior agressividade (ontem + amanhã)
(Today the bank showed higher aggressiveness (yesterday + tomorrow))

The class examined in this subsection includes seven VPs: *declarar paixão* ("declare passion"), *declarar simpatia* ("declare sympathy"), *demonstrar agressividade* ("show aggressiveness"), *manifestar desejo* ("manifest desire"), *manifestar preocupação* ("manifest preoccupation"), *mostrar disposição* ("show disposition"), *jurar fidelidade* ("swear loyalty").

As this subsection concludes the analysis of lexically motivated coreference in the VPs, Table 1 provides a synthesis of the classification presented so far.

Table 1 – Classes of Content Verb Plus Predicative Noun Phrases with a Preference for Coreferential Readings

Class	Coercion	Tense Mismatch	Paraphrastic Light Verb	N = Finite Clause	N = Infinitive Clause	N = Relative Clause	Bare Noun Triggers Coreference
Intention Verbs Plus Action Nouns	Benefactive	Future-oriented	<i>Fazer</i> ("make/do") or <i>fazer</i> and <i>ter</i> ("have") or <i>dar</i> ("give")	Varies	Varies	No	No
Fulfillment Verbs Plus Action Nouns	Benefactive	Past-oriented	<i>Fazer</i> ("make/do") or <i>fazer</i> and <i>ter</i> ("have")	Varies	Varies	Yes	No
Credit Verbs Plus Dysphoric Action Nouns	Counterfactual	Past-oriented	<i>Cometer</i> ("commit")	Varies	Varies	No	No
Demand Verbs Plus Nouns	Benefactive	Future-oriented	<i>Receber</i> ("receive")	Yes	Varies	No	No
Response Verbs Plus Request Nouns	Benefactive	Past-oriented	<i>Receber</i> ("receive")	No	No	Yes	No

Reaction Verbs Plus Dysphoric Action Nouns	Affective	Nearly unacceptable	<i>Sofrer</i> (“suffer”) and <i>receber</i> (“receive”)	No	No	Yes	No
Manifestation Verbs Plus Psychological Nouns	Benefactive or none	Nearly unacceptable	<i>Ter</i> (“have”)	Yes	Yes	Varies	Yes

Source: The author

3.5 True non-obligatory coreference

Lack of coreference did not lead to a coerced interpretation in the same way as for the previous VPs – even accounting for determiner variation – in VPs such as the following:

- (65) (...) *nem os grandes países souberam resolver o problema do desemprego*
 (Not even the big countries were able to solve the problem of unemployment)

If we try to build a sentence in which the problem of unemployment is not a characteristic of the big countries, we get sentence (66). This is arguably more acceptable than the coerced sentences seen so far, suggesting that it is not a coerced sentence (i.e., it is unmarked).

- (66) *Os grandes países resolveram o problema dos países menores*
 (The big countries solved the problem of the smaller countries)

The benefactive coercion might seem applicable to this specific case. However, this is not a necessary interpretation. Consider sentences with *resolver o problema* (“solve the problem”) with non-human subjects:

- (67) *A melhora na economia resolveu o problema dos países menores*
 (The improvement in the economy solved the problem of the smaller countries)

The phrase “the improvement in the economy” lacks agency, which makes sentence (68) odd:

- (68) ??*A melhora na economia resolveu o problema dos países menores para eles*
 (The improvement in the economy solved the problem of the smaller countries for them)

Out of 10,309 occurrences of *resolver o problema* (“solve the problem”) in Corpus Brasileiro, 4,944 are followed by a PP introduced with *de* (of), generally corresponding to nom-

inal complements. Therefore, both intuition and corpora tell us that the benefactive coercion is not applicable here, placing *resolver o problema* as a true non-obligatory coreference VP.

Most of these nouns can also be paraphrased with a relative clause containing a light verb. However, *vender a imagem* (“sell the image”) and *temer cansaço* (“fear tiredness”) differ from the rest because the relative clause will add a factive interpretation.

- (69) a. (...) *um jornal que vende a imagem de um dos mais cosmopolitas do mundo*
(A newspaper that sells the image of [being] one of the most cosmopolitan in the world)
- b. ≠ *O jornal vende a imagem de cosmopolita que ele tem*
(≠ The newspaper sells the image of cosmopolitan that it has)

Other than this, there is very little syntactic homogeneity among these pairs, which – if we are to accept that similar form is related to similar meaning – reinforces the idea that they do not form any type of coherent lexical group.

The 17 VPs matching these characteristics are *admitir a possibilidade* (“admit the possibility”), *afastar-se da pesquisa* (“move away from the research”), *anunciar sua candidatura* (“announce one’s candidacy”), *aproveitar a viagem para* (“take advantage of the trip to”), *atrair apoio* (“draw support”), *descartar a candidatura* (“discard the candidacy”), *encontrar um discurso* (“find a discourse”), *apresentar os podres* (“present the wrongdoings”), *irritar-se com uma pergunta* (“be irritated at a question”), *conformar-se com o papel* (“conform with the role”), *levar a uma visita* (“take to a visit”), *negar envolvimento* (“deny involvement”), *renunciar à candidatura* (“renounce the candidacy”), *resolver o problema* (“solve the problem”), *salvar da ignorância* (“save from ignorance”), *temer cansaço* (“fear tiredness”), and *vender a imagem* (“sell the image”).

3.6 Outliers

As is bound to happen in linguistic studies in general – particularly a pilot study – some of the observations did not seem to match any class. The next paragraphs present a summary discussion of these standalone cases.

Concentrar as críticas (“concentrate criticism”), *assinar o tratado* (“sign the treaty”), and *assinar o acordo* (“sign the deal”) do not accept tense mismatch and cannot be paraphrased with complement clauses. This makes them also somewhat similar to “response verbs plus dysphoric action noun”, although they cannot be categorized as such. These three combine both with light verbs *fazer* (“make/do”) and *ter* (“have”), similarly to certain nouns of the “intention and fulfillment” major class. *Avançar nas negociações* (“advance in the negotiations”) has a similar behavior, except that it cannot be paraphrased with *ter* and only accepts tense mismatch as long as the “advancing” event is included in the “negotiating” event, which prevents it from classification as “intention verb plus action noun”. These factors suggest that these might constitute a class, but no notional semantic coherence can be found for these four examples, two

of which have the same verb (*assinar*) and nouns that are very close in meaning (i.e., *tratado* and *acordo*). Also, *assinar* corresponds to non-distributional verbs (Gross, 1998, p. 15).

Confirmar a vantagem (“confirm the advantage”) almost fits into “manifestation verbs plus psychological nouns”: it accepts subordinate clauses with light verb *ter*. However, it deviates from the typical behavior of this class since the noun here is more acceptable with an article:

(70) *Culpi, no entanto, acha que o time pode suportar a pressão e “confirmar a vantagem” em São Paulo*¹⁰

(Culpi, however, thinks that the team can handle the pressure and “confirm the advantage” in São Paulo)

The version without the article is not uninterpretable or unattested, but it is overwhelmingly less common, as can be confirmed by a simple corpus query:

(71) ?O time pode confirmar vantagem
(?The team may confirm advantage)

Mudar de vida (“change [one’s own] life”) (72a) and *recusar uma postura* (“refuse an attitude”) (72c) lie in the scarcely populated end of the coreference spectrum: true obligatory coreference. Attempts at attributing distinct arguments to the verb and the noun will lead to neither coerced nor literal, but completely unacceptable sentences (72b and 72d):

- (72) a. *O governo promete à sociedade que, de agora em diante, vai mudar de vida* (...)
(The government promises society that, from now on, it will change [its] life)
b. **O presidente promete mudar de vida do governo*
(The president promises to change [its] life of the government)
c. (...) *recusando uma postura radical, a esmagadora maioria (77%) dos eleitores quer o PT participando do Governo* (...)
(Refusing a radical attitude, the overwhelming majority (77%) of voters wants the Worker’s Party to participate in the government)
d. ??*Os eleitores recusam a postura do governo*
(The voters refuse the government’s attitude)

¹⁰ This VP is homonymous with a different sense of *confirmar* having a reportative reading:

(i) Quando perguntado, João confirmou a vantagem
(When asked, João confirmed the advantage)

This is simply a true non-obligatory coreference VP, as reporting someone else’s advantage is perfectly acceptable and does not imply any of the coercive readings proposed in this paper:

(ii) Quando perguntado, João confirmou a vantagem do Pedro
(When asked, João confirmed Pedro’s advantage)

This homonymous VP should not be confused with the one analyzed here, in which *confirmar* (confirm) means roughly “to do something in order to maintain oneself in a certain status”.

However, the former accepts no subordinate clause paraphrases and no tense mismatch but the latter does, suggesting they are not part of the same class.

Recusar a autorização (“deny authorization”) works similarly, except that the polysemy of *recusar* (“deny”/“decline”) may lead to a different interpretation of this VP if we try to impose a non-coreferential reading. In this reading, *autorização* (“authorization”) can be understood as a document that was not accepted for a certain purpose (as in 73b). However, it cannot be understood as the act of authorizing *per se*, which is why this VP, as it appears in the original corpus sentence (14b, repeated here as 73a), can be considered a case of true obligatory coreference.

- (73) a. *A ONU admitiu que os sérvios não haviam cumprido as exigências, mas recusou autorização para bombardeio.*

(The UN admitted that Serbs had not complied with the requirements, but denied authorization for bombing)

- b. *O governo recusou a autorização da ONU para bombardeio*

(The government declined the UN’s authorization for bombing)

4 Final Remarks

This pilot study departed from a description of predicative nouns and their arguments in the Brazilian Portuguese part of the Bosque Corpus, zeroing in on 75 sentences which were observed to manifest coreference between content verbs and predicative nouns in object position. These verb phrases were classified based on four properties which literature and data observation have shown to be critical in the classification of coreferential content verb phrases: types of coercion upon imposition of a non-coreferential reading, paraphrasability with subordinate light verb constructions, tense mismatch between verb and noun, and determiners.

The results show that four broader semantic classes emerge from the distribution of these properties: intention and fulfillment verbs plus action nouns, credit verbs plus dysphoric action nouns, demand and response verbs plus nouns, manifestation verbs plus psychological nouns, some of them with further subdivisions. Together, these classes cover 50 verb phrases, which seem to have the coreferential reading as the preferred one due to their lexical semantics, amounting to circa two thirds of the observations. Other 17 were considered to be verb phrases in which coreference was a possible but non-preferred reading, and 8 were considered to be phrases with preferentially coreferential readings which did not seem to fit any class, including a rare subset of true obligatory coreference.

These results point out some additional directions in relation to previous work, suggesting different syntax-semantics relations to coreference in content verb plus noun constructions. They show that both verb and noun play crucial roles in establishing whether coreference is the usual reading of a phrase, while observing semantic coercion in these sen-

tences and showing its potential as a classificatory feature. The distributional features also proved to be distinctive of classes.

Also, this seems to be the first proposal of a study on coreference between arguments of content verbs and predicative nouns in Brazilian Portuguese and the first investigation on this issue to draw its data primarily from a corpus rather than intuition alone.

This pilot study, whose limitations regarding corpus representativity and size were set out from the beginning, did not intend to provide a complete description of its object, let alone to build a theoretical model of its syntax-semantics. Given the small number of examples, around 10.7% of the data could not be neatly organized into classes, and many *hapax legomena* remain unexplored. While a class of outliers is not necessarily a flaw of this study, since irregularity is as much a feature of language as regularity, some of these eight phrases show enough regularity to be assigned a classification in a larger corpus study.

Still, this study fulfills its role of presenting a small-scale empirical investigation of this understudied phenomenon, presenting a new perspective to inform both theoretical models and further, more extensive corpora investigations into this topic while adding insights to bridge the gap between lexical and phrase semantics.

References

- AFONSO, S.; BICK, E.; HABER, R.; SANTOS, D. Floresta sintá(c)tica: a treebank for Portuguese.
- RODRIGUES, M.; ARAUJO, C. (Org.) *Proceedings of the Third International Conference on Language Resources and Evaluation* (Las Palmas de Gran Canaria Espanha, 29-31 de Maio de 2002), Paris: ELRA, 2002.
- ALBA-SALAS, J. Subject control into nominals in Romance. *SKY journal of linguistics*, v. 19, p. 9-62, 2006.
- BARROS, C. *Descrição e classificação de predicados nominais com o verbo-suporte fazer no Português do Brasil*. Doctoral thesis. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-graduação em linguística, 2014.
- BRUENING, B. Light verbs are just regular verbs. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, v. 22, n. 1, p. 7, 2016.
- BUTT, M. The light verb jungle: Still hacking away. AMBERBER, M.; BAKER, B (Ed.), *Complex predicates in cross-linguistic perspective*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 48-78, 2010.
- CALCIA, N. “Este foi outro aspecto que sofreu uma avaliação positiva”: as construções conversas fazer-sofrer, *Estudos Linguísticos*, v. 52, n. 2, p. 579-594, 2022.
- FOTOPOULOU, A.; LAPORTE, E.; NAKAMURA, T. Where Do Aspectual Variants of Light Verb Constructions Belong? *Proceedings of the 17th Workshop on Multiword Expressions*, p. 2-12, 2021.
- GROSS, G. Les constructions converses du français. *Langue et cultures*, 22. Travaux du Laboratoire de Linguistique Informatique. Librairie Droz: Genève Paris, 1989.
- GROSS, M. *Méthodes en syntaxe: régime des constructions complétives*. Paris: Hermann, 1975.
- GROSS, M. Les bases empiriques de la notion de prédicat sémantique. *Langages*, n. 63, p. 7-52, 1981.
- GROSS, M. La fonction sémantique des verbes supports. *Travaux de Linguistique*, v. 37, n. 1, p. 25-46, 1998.

- LAPORTE, E. Exemplos atestados e exemplos construídos na prática do léxico-gramática. *Revista (Con)textos Lingüísticos*, v. 2, p. 26-51, 2008.
- MEL'ČUK, I. Collocations and lexical functions. COWIE, A. (Ed.), *Phraseology: Theory, analysis, and applications*, Oxford: Oxford University Press, p. 23-53, 1998.
- MEYERS, A; REEVES, R; MACLEOD, C. NP-external arguments: A study of argument sharing in English. *Proceedings of the Workshop on Multiword Expressions: Integrating Processing*, p. 96-103, 2004.
- MOUROUNAS, M. *Nominalisation and inherent control*. Doctoral thesis, University College London, 2019.
- PETRUCK, M.; ELLSWORTH, M. Representing support verbs in framenet. *Proceedings of the 12th Workshop on Multiword Expressions*, p. 72-77, 2016.
- RASSI, A. *O verbo dar em português brasileiro: descrição, classificação e processamento automático*. Araraquara, SP: Letraria, 2023.
- RODRIGUES, R.; PICOLI, L. O modelo do Léxico-Gramática no Brasil. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 27, n. 2, p. 885-910, 2019.
- SAG, I.; BALDWIN, T.; BOND, F.; COPESTAKE, A.; FLICKINGER, D. Multiword expressions: A pain in the neck for NLP. *International Conference on Intelligent Text Processing and Computational Linguistics*, Berlin: Springer, p. 1-15, 2002.
- SANTOS, M. *Descrição dos predicados nominais com o verbo-suporte 'ter'*. Doctoral thesis, São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-graduação em linguística, 2015.
- SARDINHA, T. The Brazilian Corpus. *AACL 2009 Abstract Book*, Alberta, p. 30, 2009.
- SAVARY, A. et al. The PARSEME shared task on automatic identification of verbal multiword expressions. *Proceedings of the 13th Workshop on Multiword Expressions (MWE 2017)*, Valência, p. 31-47, 2017.

A rede polissêmica do verbo *ficar* em português L1 (Brasil) e em português L2 (aprendizes de língua francesa): aquisição e didática

The Polysemic Network of the Verb Ficar in Portuguese L1 (Brazil) and Portuguese L2 (French language learners): Acquisition and Pedagogy

Kátia Bernardon de Oliveira
Université Grenoble Alpes (UGA) |
Grenoble | FR
katia.bernardon@univ-grenoble-alpes.fr
<https://orcid.org/0000-0001-7120-7699>

Luciane Boganika
Université Rennes 2 | Rennes | FR
luciane.boganika@univ-rennes2.fr
<https://orcid.org/0000-0003-2468-3507>

Lucía Gómez Vicente
Université Lumière Lyon2 | Lyon | FR
Lucia.gomez@univ-lyon2.fr
<https://orcid.org/0009-0005-0530-2627>

Resumo: Este artigo analisa como os sentidos do verbo *ficar* são utilizados em um teste de elicitación em português como primeira e segunda língua (L1/L2). O objetivo deste estudo é analisar a rede polissêmica desse verbo para dois grupos de participantes. Os significados mais prototípicos de uma palavra ou de uma construção têm sido operacionalizados em muitos estudos como os mais propostos em experiências de elicitación (Gries, 2015, p.473). Os participantes de português L1 foram instruídos a elicitar três frases com o verbo *ficar* em um tempo reduzido e com o pedido explícito de não refletirem demasiadamente. Em um outro momento, solicitamos aos aprendizes de português (L2) a fazerem esse mesmo exercício, e também a traduzirem suas frases para o francês. A tradução permitiu uma compreensão clara do significado que eles desejavam transmitir ao verbo *ficar* em L2, além de possibilitar uma análise dos verbos utilizados na tradução. Os resultados revelaram uma organização diferente da rede polissêmica do verbo *ficar* em L1 e L2, com uma presença mais marcada de significados concretos no grupo de L2 e uma presença mais proeminente de significados abstratos no grupo de L1. A análise também relevou uma pequena variação entre os resultados dos participantes com um nível inicial de português L2 e níveis mais avançados. Esse fato evidencia as dificuldades na aquisição de verbos frequentes e polissêmicos em L2 e corrobora as tendências observadas na literatura.

Palavras-chave: polissemia; aquisição de L2; PLE; verbo; teste experimental.



Abstract: This paper analyzes how the different senses of the verb *ficar* are used in an elicitation test in Portuguese as a first and a second language (L1/L2). The aim of this study is to analyze the organization and use of the polysemic network of *ficar* for two groups of participants. The most prototypical meanings of a word or a construction have been operationalized in many studies as the most mentioned ones in elicitation experiments (Gries, 2015, p.473). Portuguese L1 participants were instructed to elicit three sentences with the verb *ficar*. On the other hand, learners of Portuguese (L2) were asked to do the same test, and also to translate their sentences into French. The translation task aimed to understand what meaning the learners intended to convey when they used the verb *ficar*. It also served to analyze which verbs were used by the learners to translate this verb (equivalences). The results revealed a different organization of the polysemic network of the verb *ficar* in Portuguese L1 and L2. L2 group elicited concrete meanings more frequently than L1 group whereas L1 participants elicited abstract meanings more frequently than L2 participants. The analysis also revealed very little variation between the results of participants with an initial level of L2 Portuguese and more advanced levels. This fact shows that it is difficult to acquire frequent and polysemous verbs in L2 and corroborates the trends observed in literature.

Keywords: polysemy; L2 acquisition; PLE; verb; experimental test.

1 Introdução: polissemia e aquisição de uma segunda língua

Na *Gramática Descritiva do Português*, Perini (2005, p.251-252) afirma que a polissemia é uma propriedade fundamental das línguas humanas, sem a qual elas não poderiam funcionar eficazmente. O fenômeno pode ser descrito como a associação de dois ou mais significados relacionados a uma única forma linguística (Taylor, 2003). Neste estudo, consideramos os diferentes significados de um verbo como uma rede polissêmica na qual os diferentes membros estão relacionados, são entendidos como uma categoria e têm estatutos diferentes dentro dela (Langacker, 1987). Por exemplo, consideremos a palavra “cabeça”: um significado prototípico seria a parte superior do corpo humano onde se encontra o cérebro. Por outro lado, um significado mais periférico seria “animal” (gado) em expressões como “o fazendeiro

vendeu o gado por cinquenta dólares por *cabeça*". Esses significados seriam relacionados por meio de uma relação metonímica da parte (a cabeça) com o todo (o animal) (Ibarretxe-Antuñano;Valenzuela Manzanares, 2021).

No entanto, analisar e descrever a rede polissêmica de uma palavra não é uma tarefa simples. Conforme será discutido na seção 2, a rede polissêmica de uma palavra pode ser descrita com diferentes graus de detalhe (Soares da Silva, 2018) e a partir de diferentes abordagens metodológicas (Gries, 2015). Soares da Silva (2018, p.166) afirma que "o problema da diferenciação ou individuação de sentidos é provavelmente o mais duro e o de maiores implicações teóricas e metodológicas". A dificuldade surge do fato de as palavras não serem compostas por significados perfeitamente delimitados e fixos (Glynn, 2014; Gries, 2015 Langacker, 1987). Por exemplo, uma expressão como "ficou a ver navios" pode ser classificada como um significado locativo se interpretada literalmente (ficar em um lugar para ver/observar navios) ou como um significado de mudança de estado se usada como metáfora (ser enganado, ludibriado). Na seção 2, apresentaremos outro exemplo desta questão, dedicado ao verbo *ficar*. Essa seção também apresentará uma categorização dos diferentes significados desse verbo, considerando o seu potencial operacional para a pesquisa e o ensino das línguas.

A compreensão e o uso de verbos polissêmicos em uma língua também não são facilmente assimilados no processo de aquisição de uma língua estrangeira. Essa dificuldade de aquisição pode ser percebida mesmo no caso de verbos muito frequentes, que permitem aos aprendizes uma grande exposição ao input (Gomez Vicente, 2019; Källkvist, 1998; Lennon, 1996; Waara, 2004). Este é o caso mesmo para aprendizes de nível avançado de uma língua estrangeira. É importante ressaltar que, no caso de verbos frequentes, os aprendizes são expostos a um grande número de construções, nas quais esses verbos são usados, e a uma ampla gama de significados, o que torna sua aprendizagem bastante complexa. Além disso, o conhecimento de outras línguas pode representar problemas na aprendizagem de verbos polissêmicos. É comum os aprendizes equipararem os significados de um verbo na L2¹ aos significados de um verbo que já conhecem. Por exemplo, aprendizes de francês como língua estrangeira (FLE) tendem a assimilar os usos de *ficar* aos de *rester*. Isso acarreta dificuldades na aquisição, uma vez que as redes de significados polissêmicos não são equivalentes (Gomez Vicente, 2019; Redmond, 2017; Viberg, 2002, 2012)

Deste modo, este estudo articula três grandes áreas: linguística, didática das línguas e aquisição da linguagem. Essa articulação será apresentada da seguinte forma: primeiramente, apresentaremos uma descrição do verbo *ficar* com base nos significados desse verbo polissêmico e nas possíveis traduções para o francês. Em seguida, analisaremos a presença desse verbo nos métodos de ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE) e apresentaremos a metodologia do nosso teste experimental. Por fim, discutiremos os resultados obtidos através desse teste e como eles podem contribuir para o ensino do verbo *ficar*, explorando de que maneira esses resultados podem ser aplicados ao ensino de verbos frequentes e polissêmicos no contexto de PLE.

¹ Por L2 entende-se qualquer nova língua aprendida após a língua de primeira socialização (L1 ou língua materna).

2 O verbo *ficar*: significados de um verbo polissêmico e possíveis traduções para o francês

O verbo *ficar* em português é um verbo polissêmico, possuindo uma multiplicidade de significados, o que pode, muitas vezes, ser um elemento complexo no ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira. Um dos nossos objetivos principais foi, portanto, o de categorizar os diferentes sentidos possíveis desse verbo. De fato, consideramos essencial desenvolver uma abordagem pedagógica coerente dos verbos polissêmicos, levando em conta a progressão de nível dos aprendizes de PLE.

Para desenvolver uma abordagem sólida, decidimos utilizar o *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua portuguesa (versão 2.0)*. Esse dicionário lista 36 significados diferentes para o verbo *ficar*. No entanto, é evidente que o número de 36 significados não é operacional, seja para a realização de um projeto de pesquisa como o que estamos considerando (ver seção 4), seja para a concepção de uma abordagem didática pertinente para o curso de Língua Estrangeira (LE). Como seria possível prever 36 entradas diferentes para o mesmo verbo? Como os alunos conseguiriam adquirir tantos significados diferentes? Parece mais relevante propor explicações pedagógicas com um grau de granularidade relevante (Jiménez Calderón; Rufat, 2019) baseadas no postulado “tão pouca polissemia quanto possível e tão muita polissemia quanto necessário” (Soares da Silva, 2018, p.167). Para dar apenas um exemplo, agrupamos o significado 2 ‘alojar-se num local protegido’ (1) com o significado 1 ‘permanecer num lugar’ (2), uma vez que ambos se referem a ficar em um local específico. Esse significado seria o significado “básico” de *ficar*, ou seja, a “expressão é aquela que está na base (diacrônica) de todos os seus sentidos” (Lehmann, 2008, p.2).

(1) “Durante a noite, ficamos numa caverna”. (*Houaiss*)

(2) “Não posso ficar para o almoço”. (*Houaiss*)

Por conseguinte, decidimos criar uma nova categorização, que é apresentada abaixo (Quadro 1). O nosso quadro tem 4 colunas. A primeira é dedicada ao domínio geral (‘existência’, ‘localização’, ‘movimento’, ‘estado’, ‘posse’, ‘ponto de vista’ e ‘outros’). A segunda coluna apresenta uma definição do significado (ou significados) relacionado a esse domínio. A terceira coluna apresenta exemplos encontrados no dicionário *Houaiss*. A quarta coluna mostra o número de significados que aparecem nesse dicionário.

² Referimo-nos aqui dos significados consultados no dicionário *Houaiss*.

Quadro 1 – Rede polissêmica para o verbo ‘ficar’

DOMÍNIO	SIGNIFICADO	EXEMPLO	Referências no Houaiss
a. EXISTÊNCIA	Continuar a existir depois de uma determinada situação.	- a paixão voa, a amizade fica. (cf.7) -apesar do pesticida, muitos insetos ainda ficaram em meio às folhas (cf. 9) -após o acidente, ficou-lhe uma cicatriz no rosto (cf. 10) -esse foi o único registro que ficou daquele episódio (cf.11)	7, 9, 10, 11
b. LOCALIZAÇÃO	b.1 Ficar em algum lugar depois de uma determinada situação.	-Não posso ficar para o almoço (cf 1) -Durante a noite, ficamos numa caverna (cf 2)	1, 2
	b.2 Estar localizado em algum lugar	-A sua casa ficava perto da igreja (cf. 5)	5
c. MOVIMENTO	Deter-se, parar abruptamente	-o cavalo ficou(-se), e o vaqueiro estatelou-se no chão (cf. 32)	32
d. ESTADO	d.1 Continuar em um estado	-ficar de braços cruzados, ficou em suspenso, ficou congelada. (cf. 4) -toda a negociação ficou entre os sócios majoritários. (cf. 6) - e o grande projeto ficou por aquilo mesmo (cf. 15)	4, 6, 15
	d.2 Mudança de estado após uma determinada situação	-De repente, ela ficou alegre. (cf. 4) - mas o céu ficou triste e então choveu (cf. 4.2) -telefonou dizendo que o encontro ficará para amanhã (cf. 16) -essa obra não ficará nada barata, hem? - ‘vir a ser’ (cf. 24) - depois de tantos sofrimentos, ficou um homem justo e paciente (cf. 27) - depois de assado, o bolo ficou uma pedra (cf. 27.1) - quando ria, ficava com duas covinhas nas bochechas (cf. 28) - agora que ficou adulto, meu gato deu para arranhar desconhecidos. (cf. 30) - ficou com tosse e mal pôde discursar (cf. 31)	4.1, 4.2, 16, 27, 27.1, 28, 30, 31,
e. POSSE	e.1 Receber (algo); Entrar na posse de (algum bem)	- <i>ele ficou com o que havia de melhor</i> (cf.19) - <i>por esse preço, fico com o quadro</i> (cf. 20) - <i>fomos sorteados e ficamos com o prêmio</i> (cf. 21)	19, 20, 21
	e.2 Suceder	-a sua sorte foi ficar-lhe o filho na gerência dos negócios (cf. 8) -da crueldade dos exércitos de Átila, ficou-lhe o epíteto de Flagelo de Deus (cf. 12) - uma vez feita a partilha, viu que não lhe ficou grande coisa (cf. 17) - o Leão de Ouro ficou para o Brasil (cf. 18)	8, 12, 17, 18

f. PONTO DE VISTA	A ser considerado como	-Cristovão Colombo ficou como o descobridor... (cf. 13) -O papel de parede ficou perfeito naquele quarto (cf. 14) - a ordem foi para que ela ficasse como chefe de seção (cf. 29)	13, 14, 29
g. OUTROS	g.1 Relação amorosa informal	- encontrou-se com a Paula na danceteria e ficou com ela (cf. 34)	34
	g.2 Permanecer junto de (alguém)	- todos saíram, mas ela ficou comigo (cf. 3)	3
	g.3 Custar	- depois de pronta, a obra ficará em alguns milhões (cf. 22) - o que agora lhe dá fica pelo muito que já gastaram (cf. 23)	22, 23
	g.4 Defender-se	- O rei ficou-se como os seus escudeiros (cf. 33)	33
	g.5 Responsabilizar-se	- fico pela sua palavra (cf. 25)	25
	g.6 Afirmar/prometer	- ela ficou de vir sem falta (cf. 26)	26
	g.7 Expressão fixa	- sem exemplo. (cf. 35) - sem exemplo. (cf. 36)	35, 36

Fonte: as autoras

Neste estudo, propomos que o aspecto comum de todos os significados de *ficar* é a noção de resultado. Refere-se a um estado ou situação que é a consequência de outra situação não necessariamente especificada. Isso pode ser observado, por exemplo, na acepção *b.1* (ficar em algum lugar depois de uma dada situação), como no exemplo em (3), ou na acepção *g.2* (ficar com alguém).

- (3) “(...) é um quarto comum... vou descrever pra você... você pediu para eu descrever... né? é um quarto de pi::so ((riso)) antes era uma cama beliche... aí meu irmão mais velho casou... eu tirei a cama beliche... ficou com a cama de baixo...”

Palomanes Ribeiro (2004) explica a ocorrência de *ficou* no exemplo (3) da seguinte forma:

ao lado da noção de permanência, que se caracteriza pelo facto de o móvel permanecer no local, existe a ideia de que essa permanência é o resultado de o falante ter tirado a cama beliche. Em outras palavras, o verbo *ficar* parece absorver um sentido de consequência ou de resultado de uma atividade precedente, que nos contextos anteriores não apresentava (Palomanes Ribeiro, 2004)

Lehman (2008, p.3) também afirma que *ficar* nesse sentido significa a “falta de mudança de x”, mas com “uma expectativa de que x mudaria”. O nosso trabalho está alinhado com essas leituras.

O caso do significado *a*, em nosso quadro, ligado ao domínio da existência, compartilha estas características semânticas. O verbo *ficar* especifica o que continua a existir depois de

uma dada situação (não especificada), como no exemplo 4. Este provérbio explica que, como resultado de diferentes situações da vida, os anéis podem desaparecer, mas os dedos permanecem (apesar dos perigos que poderiam ter causado o seu desaparecimento).

(4) Vão-se os anéis, ficam os dedos. (*Houaiss*)

Os significados *d* ligados ao domínio do estado também apresentam um estado resultativo, ligado à noção de permanência em um estado apesar das expectativas de mudança (exemplo 5). No entanto, esse significado também pode expressar a noção de mudança (exemplo 6). O verbo *ficar* remete então para uma mudança de estado que é a consequência de uma situação dada e/ou imprecisa.

(5) ... já pensou se o mundo fosse” eh... “se... ficasse só as mulheres no mundo? (Palomanes Ribeiro, 2004).

(6) Fiquei feliz com a notícia. (*produção de um participante*)

Além disso, essa leitura também é possível com significados relacionados à posse *e*, que expressam uma mudança de posse após uma situação que não é especificada (exemplo 7).

(7) ele ficou com o que havia de melhor (*Houaiss*)

O significado *f* exprime um ponto de vista que surge após uma dada situação (por exemplo, a visão de Cristóvão Colombo, (exemplo 8). O predicado aqui não se refere ao estado do objeto, mas à opinião do falante.

(8) Cristóvão Colombo ficou como o descobridor da América. (*Houaiss*)

O verbo *ficar* é também usado com o gerúndio (exemplo 9), para expressar uma situação resultativa durativa, e o seu “emprego no Brasil é sete vezes mais alto do que em Portugal” (Lehman, 2008, p.8). Outros significados foram agrupados no significado *g*, intitulado ‘outros’ (ver Quadro 1).

(9) As meninas ficaram esperando (*produção de um participante*)

(10) Eu fico de pé / je suis debout (*produção de um participante*)

Quanto aos seus equivalentes em francês, o dicionário online *Priberam*³ da língua portuguesa, além dos 14 significados fornecidos para este verbo, fornece também a indicação da tradução do verbo *ficar* em espanhol, francês e inglês. Para além da tradução direta do verbo *ficar* com o sentido de *permanecer*, o site sugere vários verbos em francês, como *demeurer*, *séjourner* e *développer une maladie*.

Quadro 2 – Traduções do verbo ‘ficar’ (Priberam)

1. verbo faire; demeurer; garder; persister; rester; aller.	3. verbo demeurer; vivre; séjourner; rester.
2. verbo développer une maladie.	4. verbo demeurer; retenir.

Fonte: as autoras

³ <https://dicionario.priberam.org> (acesso em 14/10/2021)

Tendo em conta as informações fornecidas por essas duas referências lexicográficas, é possível identificar os múltiplos significados do verbo *ficar* utilizados pelos participantes no nosso estudo, bem como as traduções deste verbo em francês.

3 O verbo *ficar* nos manuais de PLE

Esta terceira seção apresenta uma análise do verbo *ficar* nos métodos de português língua estrangeira. Analisamos 19 métodos em formato impresso e 2 digitais (disponíveis online em acesso livre).

Listamos os métodos que fazem referência ao verbo *ficar* e os classificamos de acordo com o quadro anteriormente apresentado. O Quadro 3 ilustra esses métodos e os significados neles apresentados.

Quadro 3 – Significados do verbo ‘ficar’ nos métodos de PLE

DOMÍNIO	SIGNIFICADO	EXEMPLO + MÉTODO	Referências no Houaiss
a. EXISTÊNCIA	Continuar a existir depois de uma determinada situação.	Plural português pluricêntrico (p. 171) Mesmo em home office, a dedicação ficou na equipe. Só os trabalhadores essenciais ficaram no escritório.	7, 9, 10, 11
b. LOCALIZAÇÃO	b.1 Ficar em algum lugar depois de uma determinada situação.	Plural português pluricêntrico (p. 171) Em Nova Iorque, ela ficou na casa de uma amiga. Plural português pluricêntrico (p. 246) Ficamos mais dez minutos	1, 2
	b.2 Estar localizado em algum lugar	Avenida Brasil 1 (p. 26) Quando estou no Rio, eu fico em Ipanema. Muito Prazer (p. 139) Fica perto do Shopping Santa Cruz? Fica a alguns quarteirões. Onde fica a rua das Flores? Na Crista da Onda 1 (p. 126, 127 e 128) O Museu Nacional de Arte Antiga fica na rua das Janelas Verdes. Na Crista da Onda 2 (p. 20, 21 e 22) Fica junto ao Rio Tejo. Passaporte para Português 1 (p. 16 e 17) Moscou fica na Rússia. Português Ativo para o mundo profissional A1/A2 (p. 28) Esta empresa fica em Portugal. Pratique du Portugais de A à Z (p. 122) O Algarve é/fica no Sul de Portugal e o Minho é / fica no Norte Plural português pluricêntrico (p. 203) Em que ilha(s) ficam os eventos selecionados por vocês? Plural português pluricêntrico (p. 83) Fica bem pertinho da faculdade	5
c. MOVIMENTO	Deter-se, parar abruptamente		32

d. ESTADO	d.1 Continuar em um estado	Plural português pluricêntrico (p. 203) Vocês ficariam à vontade nos eventos selecionados? Plural português pluricêntrico (p. 171) Quanto tempo você vai ficar em home office?	4, 6, 15
	d.2 Mudança de estado após uma determinada situação	Muito Prazer (p. 190) Eu fico muito brava quando não estou bem (...) Não precisa ficar com medo, eu não mordo. Sempre que fico muito nervosa, eu tenho dores de cabeça horríveis. Passaporte para Português 2 (p. 63) Fica pra próxima vez. Português Ativo para o mundo profissional A1/A2 (p. 28) Ficamos contentes com a vossa presença. Pratique du Portugais de A à Z (p. 99) - traduction du verbe devenir - passer a ser/ a estar/ a ficar - vir a ser/ a estar / a ficar Pratique du Portugais de A à Z (p. 100) ficar a ser - fez bons negócios e ficou (a ser) rico Pratique du Portugais de A à Z (p. 121) às quintas-feiras tenho um dia muito cheio e depois fico cansada acabou o curso e ficou engenheiro pus o sumo no frigorífico e ficou gelado Plural português pluricêntrico (p. 171) A reunião ficou para a próxima semana. Plural português pluricêntrico (p. 171) Todos os funcionários ficaram doentes.	4.1, 4.2, 16, 27, 27.1, 28, 30, 31
e. POSSE	e.1 Receber (algo); Entrar na posse de (algun bem)	Passaporte para Português 2 (p. 63) Eu fico com a sandes de queijo!	19, 20, 21
	e.2 Suceder		8, 12, 17, 18
f. PONTO DE VISTA	A ser considerado como	Plural português pluricêntrico (p. 171) Essa luminária ficou ótima no seu home office.	13, 14, 29

g. OUTROS	g.1 Relação amorosa informal		34
	g.2 Permanecer junto de (alguém)	Plural português pluricêntrico (p. 171) A chefe ficou com os empregados durante a apresentação.	3
	g.3 Custar	Plural português pluricêntrico (p. 203) Em uma breve estimativa, quanto ficaria uma viagem de ida e volta para os Açores desde a cidade onde vocês estão?	22, 23
	g.4 Defender-se		33
	g.5 Responsabilizar-se		25
	g.6 Afirmar/prometer		26
	g.7 Expressão fixa	A cara do Brasil (p. 63) Você já pegou uma gripe a ponto de ficar de cama? Plural português pluricêntrico (p. 203) Vocês ficam de olhos em tarifas aéreas quando pretendem viajar? Plural português pluricêntrico (p. 246) Fica tipo o pá o inferno, pior que o inferno. Plural português pluricêntrico (p. 201) Ficar a ver navios	

Fonte: as autoras

Dos 21 métodos analisados, que incluem as variantes europeia e brasileira, 10 referem-se ao verbo *ficar* com uma ou mais acepções dos domínios *a*, *b*, *d*, *e*, *f* e *g*. É importante salientar que, entre todas as acepções do verbo *ficar*, muito poucas estão presentes nos materiais de PLE, tal como também é referido por Rebelo e Osório (2007). A apresentação parcial dos significados do verbo *ficar* em materiais de PLE pode ser vista como um dos fatores que dificulta a aquisição de verbos polissêmicos e frequentes em uma língua estrangeira. Trata-se de uma apresentação fragmentada que introduz certos usos no início da aprendizagem, deixando o restante da rede polissêmica para ser compreendida de forma não estruturada.

Oito métodos trabalham com os significados *b.1* e *b.2*. No nosso quadro, agrupamos esses diferentes significados no domínio 'localização'. O domínio 'estado' foi observado em quatro dos métodos analisados.

No que diz respeito ao domínio 'outros', em dois métodos podemos verificar pelo menos um destes três significados: *g.2*, *g.3* e *g.7*. Ressaltamos ainda que um significado presente no método *Plural* online, na página 246, é uma gíria. No entanto, optamos por classificá-la como uma expressão fixa.

A partir da análise destes diferentes métodos, podemos dizer que 'localização' (*b*) é o significado mais trabalhado e apresentado aos alunos de nível iniciante. Esse resultado está em consonância com a análise dos manuais escolares efetuada por Rebelo e Osório (2007). O domínio 'estado' (*d*) também se encontra no nível de iniciação, mas em menor número. Isso pode estar relacionado às áreas de competência relacionadas aos níveis A1 (domínio familiar) e A2 (necessidades imediatas), de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (QECL, 2003). Esses significados, que são concretos e ancorados no mundo

físico, provavelmente são mais acessíveis cognitivamente do que significados mais abstratos relacionados a outros domínios (estados, posse, etc.). Por outro lado, o domínio 'outros' (*g*) exige um conhecimento mais avançado da língua e de documentos autênticos, sendo por isso encontrado em apenas dois métodos.

Essa análise evidencia a falta de exploração dos diferentes usos do verbo *ficar*, pois muitas vezes ele é apresentado em frases sem qualquer contexto, ou, ao contrário, em um contexto específico. A única exceção é o método *Plural português pluricêntrico*, que apresenta os diferentes significados do verbo *ficar* em comparação com os demais. Isto pode ser justificado pelo fato de esse método não ter um único nível-alvo, e como indicado pelos autores e autoras, ir contra os métodos tradicionais e estruturalistas, utilizando uma abordagem pragmática da língua através de documentos autênticos.

4 Metodologia

Os dados necessários para este estudo foram coletados através de um teste de elicitación no ano de 2022. Os diferentes participantes foram solicitados a escrever três frases com o verbo *ficar*. O grupo de falantes de português L1 (norma brasileira) foi consultado através do *Messenger*. Trata-se de um grupo de pessoas conhecidas das autoras deste artigo (familiares, amigos, colegas de trabalho, alunos e respectivas redes). A instrução foi-lhes dada da seguinte forma:

Escreva 3 frases com o verbo ficar. É importante escrever as três primeiras frases que vêm à cabeça, sem pensar. Você tem 1 minuto, no máximo, para realizar essa atividade.

O teste com os grupos de aprendizes de português L2 foi efetuado através de um questionário online (*googleforms*). Foi pedido aos dois grupos que não pensassem demasiadamente e que escrevessem as primeiras frases que lhes viessem à cabeça, de forma a apelar aos significados que lhes fossem mais acessíveis. Como refere Gries (2015, p.473), os significados mais prototípicos de uma palavra ou construção têm sido operacionalizados em muitos estudos como sendo os mais propostos em experiências de elicitación. As instruções dadas a este grupo foram as seguintes (em francês, L1):

Merci d'écrire les trois premières phrases EN PORTUGAIS qui vous viennent à l'esprit avec le verbe FICAR, sans trop y réfléchir. Les phrases doivent être créées naturellement et sans l'aide de matériel de consultation (ne cherchez pas d'information sur internet). Vous avez 1 minute pour écrire les 3 phrases:⁴

Os grupos de aprendizes de L2 receberam o convite para traduzir as frases escritas em português para a sua língua materna (francês), a fim de verificar o sentido que desejavam expressar. Além disso, foram solicitados a analisar as correspondências estabelecidas entre

⁴ Por favor, escreva as três primeiras frases que lhe vêm à cabeça com o verbo *ficar* em português, sem refletir. As frases devem ser criadas naturalmente e sem ajuda de material de consulta (não procure informações na internet). Você tem 1 minuto para escrever as 3 frases. Tradução nossa.

o verbo *ficar* e os verbos utilizados em sua língua materna. As instruções fornecidas foram as seguintes: « *Maintenant, sans l'aide de matériel de consultation (ne cherchez pas d'information sur internet), traduisez vers le français les trois phrases que vous avez écrites auparavant.* »⁵

O grupo de português L1 é composto por 50 pessoas do Brasil. O grupo de aprendizes de PLE é constituído por 36 estudantes de português do *Service Des Langues* da Universidade de Grenoble Alpes, e do setor *Lansad (LANGues pour Spécialistes d'Autres Disciplines)* da Universidade de Rennes 2 e do Agrocampus. Tratam-se, portanto, de estudantes de diversas áreas, abrangendo não apenas as humanidades e as letras.

Dado o número reduzido de alunos de português L2 e o nosso interesse em manter apenas os trabalhos dos alunos cuja língua materna é o francês, não nos foi possível estabelecer um número maior de participantes. Este grupo é constituído por alunos com dois níveis diferentes de português, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECL, 2003). O primeiro grupo é constituído por 26 alunos com um nível de português A1-A2 e o segundo é constituído por 10 alunos com um nível de português superior a A2. Mais concretamente, há 9 alunos com o nível B1-B2 e um aluno com o nível C1. Esse grupo será doravante designado por B1+.

O método utilizado para a transcrição e análise das frases propostas pelos participantes foi a transcrição manual para o Excel. Esse documento foi utilizado para realizar as análises quantitativas e qualitativas. Em relação aos significados do verbo *ficar* utilizados pelos participantes, cada frase foi submetida à apreciação de três especialistas (as autoras deste artigo). Apenas as opiniões unânimes foram consideradas. Por exemplo, devido à dificuldade em fazer uma distinção clara entre os usos do verbo *ficar* para expressar uma mudança de estado ou a permanência em um estado (muitas vezes ambíguo, devido à ausência de contexto nas frases), decidimos criar uma única categoria 'estado' para analisar quantitativamente esse tipo de frases. Em seguida, realizamos uma análise qualitativa para obter mais informações sobre este aspecto.

A análise dos verbos utilizados pelos aprendizes francófonos para traduzir o verbo *ficar* em francês e o tipo de complementos verbais foram também objeto de categorização. Os resultados quantitativos foram submetidos a testes estatísticos para verificar se eram significativos.

5 Resultados

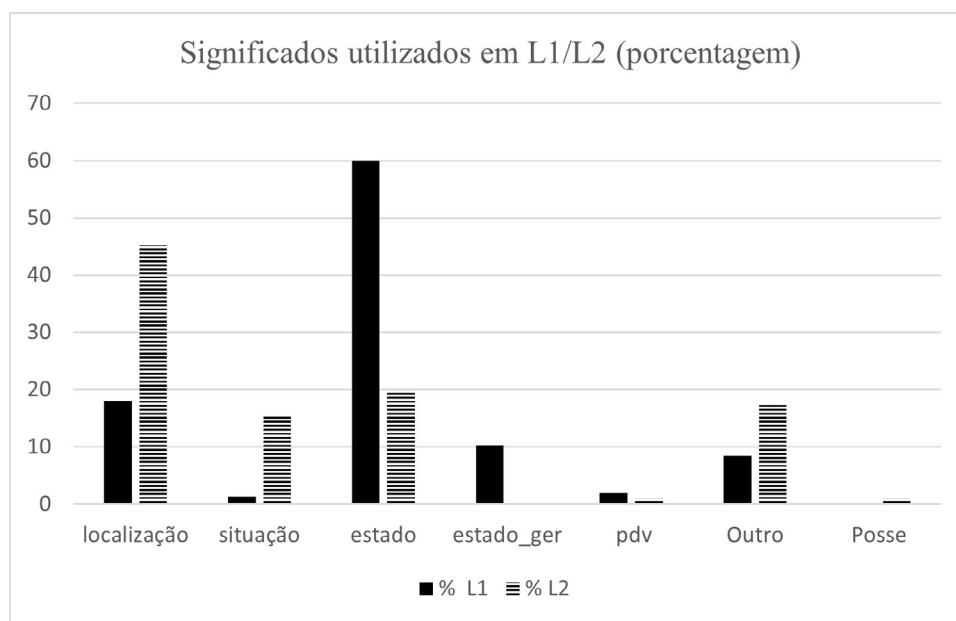
Levando em conta a categorização de significados proposta no Quadro 3, como podemos observar no Gráfico 1, os participantes (L1 e L2) elicitaram os significados do verbo *ficar* de maneiras diferentes. A Tabela 1 apresenta a porcentagem de uso de cada significado em relação ao total. Os significados relacionados à 'localização' (cf. 11) e ao 'estado' (cf. 12) foram muito utilizados, enquanto outros como 'existência' (cf. 13), 'ponto de vista' (cf. 14) ou 'posse' (cf. 15) foram mencionados em menor proporção (ou não foram mencionados). Isto demonstra que os diferentes significados do verbo *ficar* não possuem a mesma importância para os falantes de português (L1 e L2).

⁵ Agora, sem ajuda de material de consulta (não procure informações na internet), traduza para o francês as três frases que você escreveu anteriormente. Tradução nossa.

- (11) Eu não vou ficar aqui. (L2)
- (12) Ela ficou pasma como em algumas regiões se fala biscoito e em outras bolacha. (L1)
- (13) Fica um abacaxi a cozinhar (L2)
- (14) Está roupa fica ótima em você (L1)
- (15) Vou ficar com isto (L2)

Além disso, os significados do verbo *ficar* utilizados pelo grupo do português L1 e pelo grupo do português L2 são diferentes. Conforme apresentado na Tabela 1, o significado mais frequentemente utilizado em L1 é ‘estado’, enquanto o significado mais frequentemente utilizado em L2 é ‘localização’. Esse fato pode estar relacionado com a ordem em que os aprendizes são expostos aos diferentes significados do verbo *ficar*. O significado de ‘localização’ está presente a partir do nível iniciante, enquanto o significado de ‘estado’ (mudança ou permanência) é ensinado na maioria dos métodos a partir do nível intermediário. Outra explicação possível está relacionada ao fato de que os significados mais concretos de um verbo polissêmico, ou seja, aqueles que se referem a entidades tangíveis (por exemplo, “eu fico em casa hoje” = *não saio de casa hoje*) são adquiridos mais facilmente do que os significados mais abstratos (“eu fico muito feliz hoje” = *estou muito feliz hoje*). Essa constatação está em consonância com pesquisas anteriores (Gómez Vicente, 2019; Laufer, 1990; Redmond & Emirkanian, 2018; Verspoor & Lowie, 2003).

Gráfico 1 – Significados do verbo ‘ficar’ L1/L2 (porcentagens)



Fonte: as autoras

Para determinar se as diferenças entre os grupos de L1 e L2 eram estatisticamente significativas, foi realizado um teste de independência do qui-quadrado (X^2) de Pearson (ver Tabela 1). O teste revelou que a relação entre as duas variáveis era estatisticamente significativa ($p < 0.00001$). Isso indica que a distribuição dos significados elicitados do verbo *ficar* é, portanto,

diferente para estes dois grupos. Os falantes de português L1 têm uma representação diferente da rede polissêmica desse verbo em comparação com os aprendizes de português L2.

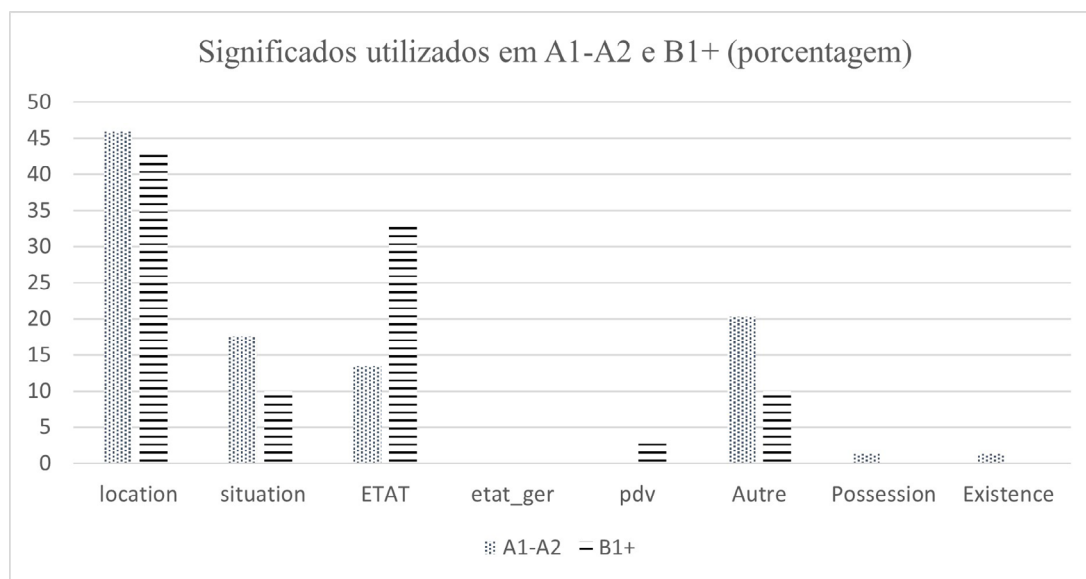
Tabela 1 – Teste de independência do qui-quadrado (significados mais eliciados do verbo ‘ficar’ em L1 e L2)

Resultado						
	localização	Situação	Estado	Estado_ger	Pdv	Total
L1	28 (46.92) [7.63]	2 (11.26) [7.62]	93 (70.69) [7.04]	16 (10.63) [2.71]	3 (2.50) [0.10]	142
L2	47 (28.08) [12.74]	16 (6.74) [12.72]	20 (42.31) [11.77]	1 (6.37) [4.52]	1 (1.50) [0.17]	85
Total	75	18	113	17	4	227

Fonte: as autoras

Por outro lado, de acordo com os estudos mencionados anteriormente, os significados mais concretos dos verbos frequentes tendem a permanecer mais proeminentes na rede polissêmica em L2, mesmo em níveis avançados de aprendizagem de língua estrangeira. O Gráfico 2 mostra a distribuição percentual dos significados elicitados pelos dois grupos de aprendizes de português L2. Observa-se que o significado de ‘localização’ é o mais elicitado em ambos os grupos, o que indica que os significados mais concretos continuam a ser mais proeminentes na rede polissêmica dos aprendizes de L2, mesmo em níveis mais avançados (B1+). No entanto, é importante destacar que o grupo B1+ elicitava mais o significado ‘estado’ do que o grupo A1-A2. Isso pode ser interpretado como uma maior presença de significados mais abstratos à medida que o nível de proficiência em L2 aumenta (sem, no entanto, apresentar uma representação da rede polissêmica semelhante àquela dos falantes de português L1). No caso do verbo *ficar*, o significado considerado ‘abstrato’ foi o mais elicitado pelos falantes de português L1 e pode, portanto, ser considerado o mais proeminente para este grupo.

Gráfico 2 – Significados do verbo ‘ficar’ L2, A1-A2/B1+ (porcentagens)



Fonte: as autoras

Um teste de independência do qui-quadrado (ver tabela 2) foi realizado para analisar a relação entre os significados mais evocados do verbo *ficar* de acordo com o nível de proficiência em português dos participantes (A1-A2 ou B1+). O teste revelou que a relação entre as duas variáveis não era significativa ($p = 0,08946$). Isso indica que o nível de proficiência em uma L2 não parece ser um fator totalmente determinante na reconstrução de redes de verbos polissêmicos, quando comparado com o que ocorre na L1. Esse resultado fornece pistas interessantes sobre a importância do nível do idioma na aquisição da rede polissêmica de verbos frequentes. Entretanto, dado o tamanho da amostra, seria necessário replicar o experimento com um número maior e equivalente de participantes em todos os níveis.

Tabela 2 – Teste de independência do qui-quadrado (significados mais eliciados do verbo ‘ficar’ em A1-A2 e B1+)

	localização	Situação	Estado	Outro	Total
A1-A2	34 (33.50) [0.01]	13 (11.41) [0.22]	10 (14.26) [1.27]	15 (12.83) [0.37]	72
B1+	13 (13.50) [0.02]	3 (4.59) [0.55]	10 (5.74) [3.16]	3 (5.17) [0.91]	29
Total	47	16	20	18	101

Fonte: as autoras.

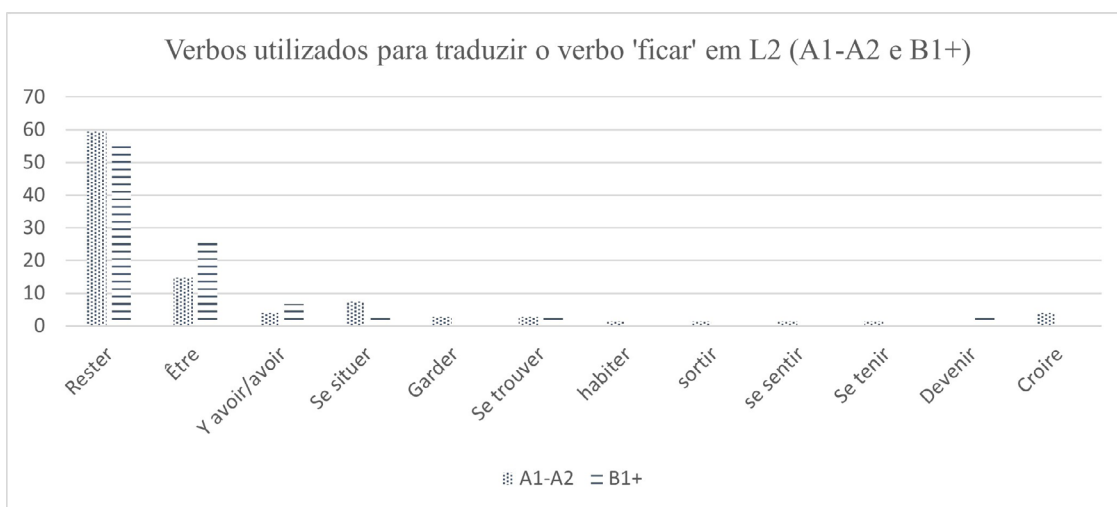
5.1 Verbos utilizados para traduzir o verbo *ficar* por alunos de português L2

Analisamos também os verbos utilizados pelos aprendizes de português L2 para traduzir o verbo *ficar* do português para o francês. Os resultados, expressos em porcentagem, encontram-se no Gráfico 3. Observa-se que os dois verbos mais utilizados são o verbo *rester* (cf. 16) e o verbo *être* (cf. 17). A distribuição é bastante semelhante nos dois níveis de proficiência em língua portuguesa. É interessante notar que, enquanto o verbo *rester* é proposto como uma possível tradução para o verbo *ficar* no dicionário *Priberam* (ver seção 2), o mesmo não acontece com o verbo *être*. No entanto, esse verbo parece ser muito relevante para a tradução de certos usos do verbo *ficar* (ver acepção 10 do dicionário *Houaiss*), portanto, deve ser considerado neste tipo de trabalho e também como ponto de ancoragem (ou fonte de erro) para o ensino deste verbo para aprendizes francófonos.

(16) Eu vou ficar na casa hoje / Je vais rester à la maison aujourd’hui

(17) A padaria fica nesta rua / La boulangerie est dans cette rue

Gráfico 3 – Verbos utilizados para traduzir o verbo 'ficar' para L2 (A1-A2 e B1+)



Fonte: as autoras

Como feito para as outras variáveis, um teste de independência do qui-quadrado (ver Tabela 3) foi realizado para analisar a relação entre os quatro verbos mais frequentes utilizados para traduzir o verbo *ficar* para o francês, de acordo com o nível de proficiência em português dos participantes (A1-A2 ou B1+). O teste revelou que a relação entre as duas variáveis não era significativa ($p=.542408$). Portanto, o nível de proficiência em L2 não parece ter um impacto significativo nos verbos utilizados para traduzir o verbo *ficar*.

Tabela 3 – Teste de independência do qui-quadrado (significados mais evocados do verbo 'ficar' em L2 (A1-A2, B1+))

	Resultado				Total
	Rester	Etre	Avoir	Se situer	
A1-A2	44 (42.23) [0.07]	11 (13.15) [0.35]	3 (3.46) [0.06]	5 (4.15) [0.17]	63
B1+	17 (18.77) [0.17]	8 (5.85) [0.79]	2 (1.54) [0.14]	1 (1.85) [0.39]	28
Total	61	19	5	6	91 (Total)

Fonte: as autoras

5.2 Complementos usados com o verbo *ficar*

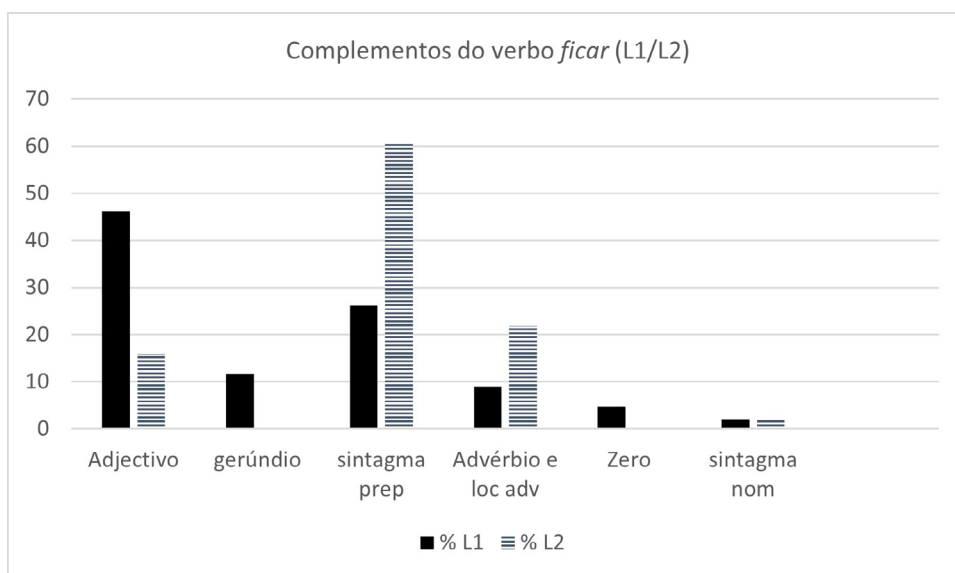
É possível observar algumas diferenças no uso de complementos em português L1/L2. Em primeiro lugar, nota-se que em L2 são usados menos adjetivos em comparação com L1. Isso pode

ser explicado pelo menor uso do significado de ‘estado’ em L2, o qual frequentemente requer um complemento adjetival (*ficar triste*, por exemplo).

Além disso, observa-se que o gerúndio é usado em L1, mas não em L2. Isso pode ser atribuído ao fato de os falantes de português L1 seguirem a norma brasileira, que emprega mais frequentemente essa estrutura. Pode-se levantar a questão das normas de português ensinadas na França e investigar se isso tem repercussões na aprendizagem de certas construções verbais. A ausência dessa estrutura em L2 pode também estar relacionada ao nível de proficiência dos aprendizes. Ademais, é possível ainda que essa ausência esteja ligada à falta de apresentação sistemática e abrangente dos diferentes significados e construções relacionados ao verbo *ficar* nos métodos. Nesse sentido, acreditamos que seria importante proporcionar uma progressão e uma visão mais abrangente e completa desse verbo nos métodos de ensino.

Por fim, verifica-se um maior uso de complementos compostos por frases preposicionais em L2 em comparação com L1. Isso pode ser atribuído ao maior uso do significado ‘localização’ em L2, o qual frequentemente requer este tipo de complemento.

Gráfico 4 – Complementos utilizados com o verbo ‘ficar’ em L1/L2



Fonte: as autoras

Foi realizado um teste de independência do qui-quadrado (ver tabela 4) para analisar a relação entre os 3 complementos mais comuns utilizados com *ficar*, de acordo com o perfil linguístico dos participantes (português L1 ou L2). O teste revelou que a relação entre as duas variáveis era significativa ($p=0,00001$). O perfil linguístico dos participantes parece implicar uma diferença significativa nos complementos usados com o verbo *ficar*.

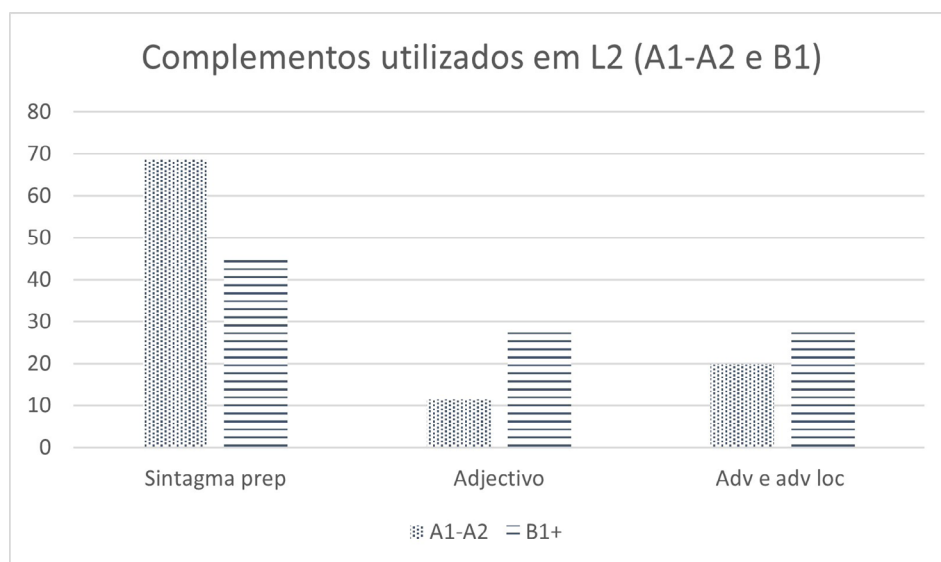
Tabela 4 – Teste de independência do qui-quadrado (complementos comuns mais frequentes em português L1 e L2)

	Adjetivo	Sintagma prep	Advérbio e loc adv	Total
L1	67 (45.13) [10.59]	38 (53.83) [4.66]	13 (19.03) [1.91]	118
L2	16 (37.87) [12.63]	61 (45.17) [5.55]	22 (15.97) [2.28]	99
Total	83	99	35	217 (Total)

Fonte: as autoras

Se analisarmos detalhadamente os dados relacionados aos complementos em L2, distinguindo entre os dois grupos dos níveis A1-A2 e B1+, observamos os resultados ilustrados no Gráfico 5. Verifica-se que os resultados são relativamente homogêneos e consistentes entre os grupos.

Gráfico 5 – Complementos utilizados com o verbo 'ficar' em L2 (A1-A2/ B1+)



Fonte: as autoras

Foi realizado um teste de independência do qui-quadrado (ver tabela 5) para analisar a relação entre os complementos mais frequentes que acompanham o verbo *ficar* em L2, de acordo com o nível de proficiência em português dos participantes (A1-A2 ou B1+). O teste revelou que a relação entre as duas variáveis não era significativa ($p=0.057283$). Portanto, o nível de proficiência em L2 não parece ter um impacto significativo nos complementos usados para acompanhar o verbo *ficar*.

Tabela 5 – Teste de independência do qui-quadrado (complementos comuns mais frequentes em português L2 A1-A2/B1+)

	Sintagma prep	Adjectivo	Advérbio e loc adv	Total
A1-A2	48 (43.13) [0.55]	8 (11.31) [0.97]	14 (15.56) [0.16]	70
B1+	13 (17.87) [1.33]	8 (4.69) [2.34]	8 (6.44) [0.38]	29
Total	61	16	22	99 (Total)

Fonte: as autoras

6 Conclusões

Com base nos resultados obtidos, parece-nos ser possível afirmar que:

- ◆ Dos diversos significados do verbo *ficar* presentes no dicionário *Houaiss*, apenas alguns foram evocados em nosso teste. Embora estudos anteriores tenham mostrado que alguns significados sejam mais frequentes do que outros nos corpora (Rebello; Osório, 2007); também notamos que alguns significados são mais proeminentes do que outros para os falantes de português L1 e L2.
- ◆ Há diferenças na estruturação da rede polissêmica do verbo *ficar* entre L1 e L2. Nossos resultados confirmam que os significados mais proeminentes do verbo *ficar* na L2 são os mais concretos (aqueles relacionados à ‘localização’ de um objeto ou ser vivo). No entanto, esse não é o caso em L1, onde o significado mais elicitado (e, portanto, considerado o mais proeminente) é aquele relacionado ao ‘estado’, muitas vezes emocional de uma pessoa, sendo assim, mais abstrato.
- ◆ Também foi possível observar que os resultados mais concretos continuam sendo os mais destacados na L2 mesmo em níveis de proficiência mais elevados (B1+), e mais precisamente no nível intermediário (principalmente B1-B2). Seria interessante analisar a organização da rede polissêmica do verbo *ficar* nos níveis superiores de aprendizagem (C1-C2 do QECRL) para verificar se, comparativamente, está mais próxima da L1 e se existem diferenças significativas face à fase inicial e níveis intermediários.
- ◆ Os complementos que acompanham o verbo *ficar* não são usados da mesma forma em L1 e L2. Na L1, o complemento mais solicitado é o adjetivo, enquanto na L2 é o complemento preposicional. Este fato está provavelmente relacionado com os significados mais frequentemente utilizados por cada grupo (‘estado’/ ‘localização’).
- ◆ Os aprendizes de português L2 apresentam uma distribuição semelhante da rede polissêmica do verbo, independentemente do nível de proficiência (A1-A2 ou B1+). Os significados mais proeminentes são estatisticamente os mesmos, indicando que o processo de reestruturação da rede polissêmica desses verbos frequentes é um

processo recalcitrante. Isso também pode explicar, em parte, as dificuldades na aquisição desses verbos, o que tem sido destacado em diversos estudos.

A partir desses resultados, torna-se claro que a aprendizagem de verbos polissêmicos, apesar de sua frequência (e, conseqüentemente, da possibilidade de encontrá-los e adquiri-los), ou talvez por causa de sua frequência (e da complexidade semântica e formal associada a eles), representa um desafio para os aprendizes em todos os níveis de proficiência.

Pudemos constatar que os métodos de língua de PLE não podem ser o único recurso em sala de aula, e é necessário realizar uma reflexão didática/pedagógica mais aprofundada de forma contínua ao longo dos anos e níveis de aprendizagem. Percebemos ainda que, com o público francês, a correspondência dos verbos *ficar/rester*, em uma perspectiva de didática comparativa entre a L1 e a L2, existe, e, na maioria dos casos, é eficaz. No entanto, é importante especificar que tais verbos não são equivalentes no sentido de ‘localização’ (*a biblioteca fica no centro/ la bibliothèque est/se situe au centre ville*), temática frequentemente trabalhada com os níveis iniciantes de língua. Além disso, apesar de terem o mesmo sentido, há uma tendência a utilizar o verbo *sobrar* em português quando o verbo *rester* expressa a ideia de ‘sobrar/ter ainda’. O trabalho sintático-semântico, onde diferentes estruturas sintáticas e blocos semânticos surgem, parece ser fundamental para a compreensão e aquisição de itens polissêmicos de uma língua. No entanto, ainda nos questionamos sobre como abordar essa questão quando o público não é especialista em letras. A noção de “construção”, conforme entendida na linguística cognitiva, pode ser interessante para a compreensão da interface sintático-semântica de tais estruturas. Um trabalho essencial nessa linha é o realizado por Iraide Ibarretxe-Antuñano e Fátima Cheikh-Khamis (2019) sobre verbos de mudança em espanhol (*ponerse, volverse, hacerse, quedar*), que desempenham funções semelhantes às do verbo *ficar*. Essa perspectiva seria de grande valia para futuros trabalhos.

Em conclusão, o processo de análise da utilização do verbo *ficar* por aprendizes inseridos no ambiente universitário francês confirma a importância de dar continuidade a esse estudo, que está inserido na análise do processo de aquisição linguística dentro de uma perspectiva comparativa, alinhando-se com o projeto CALMER (Bernardon De Oliveira; Gomez Vicente, 2020). Sabendo que os aprendizes inscritos em português têm geralmente o espanhol como língua estrangeira (cf. Gomez Vicente, 2019), seria interessante pensar a relação entre os verbos *ficar/rester/quedar*, já que esse último, também é polissêmico e expressa as ideias de mudança e de permanência em espanhol (cf. Gomez Vicente, 2011). Dessa forma, como perspectiva, observaremos como os alunos de PLE de níveis de proficiência mais avançados que têm o francês como L1, e com domínio linguístico em espanhol, expressam-se em português LE: esses três verbos seriam representados de maneira equivalente ou distinta.

Declaração de autoria

Confirmamos que cada uma das fases deste estudo foi realizada em conjunto pelas três autoras.

Referências

- ALMEIDA, A.; SANTOS, E. (eds.), *Linguística cognitiva*. Redes de conhecimento d'aquém e d'além mar. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2018. p. 161-18.
- BAYAN FERREIRA, A., José, BAYAN, H., *Na crista da onda 1, 2, 3 et 4*. [S. l.]: Lisboa: Lidel, 2018.
- BERNARDON DE OLIVEIRA, K; GÓMEZ VICENTE, L. CORPUS CALMER [Corpus]. ORTOLANG (Open Resources and TOols for LANGuage) - www.ortolang.fr, v1, 2020. <https://hdl.handle.net/11403/corpus-calmer/v1>.
- CARREIRA, M.; BOUDOY, M. *Pratique du Portugais de A à Z*. Paris: Hatier, 1993.
- COIMBRA, O.; COIMBRA, I. *Gramática Activa 1*. Lisboa: Lidel, 2011.
- COIMBRA, O.; COIMBRA, I. *Gramática Activa 2*. 3a. ed. Lisboa: Lidel, 2012.
- COIMBRA, O.; COIMBRA, I. *Português sem fronteiras 1*. Lisboa: Lidel, 2011.
- DE L'EUROPE, Conseil. *Cadre européen commun de référence pour les langues: apprendre, enseigner, évaluer*. Council of Europe, 2003.
- DIAS, A.; FROTA, S. *Nota 10 - português do Brasil*. Lisboa: Lidel, 2015.
- FERNANDES, G. *Muito prazer*. Barueri: Disal, 2010.
- FERNANDES, E.; DE OLIVEIRA SILVA, L.; ALMEIDA, C.; MELLO, T. *Plural: Português pluricêntrico*. Roosevelt, New Jersey: Boavista Press (Segunda edição), 2023.
- GLYNN, D. Polysemy and synonymy Cognitive theory and corpus method. In: GLYNN, D.; ROBINSON, J. (eds.), *Corpus methods for semantics: Quantitative studies in polysemy and synonymy*. Amsterdam: Benjamins, 2014. p. 7-38
- GÓMEZ VICENTE, L. Quedar: entre cambio y permanencia. In: BULAT SILVA, Z.; ADAM STEPIEN, M. (eds.) *Estudios Hispánicos*, Vol. XIX. Wrocław: Université de Wrocław, 2011. p. 51-60.
- GÓMEZ VICENTE, L. Description, acquisition and teaching of polysemous verbs: the case of quedar. *International Review of Applied Linguistics in Language Teaching*, Berlin/Boston, v. 57, n.1, p. 21-44, 2018. DOI: 10.1515/iral-2018-2005
- GRIES, S. Polysemy. In: DĄBROWSKA, E.; DIVJAK, D. (eds.), *Handbook of Cognitive Linguistics*. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton, 2015. p. 472-490.
- HOUAISS, A. et al. *Dicionário eletrônico houaiss da língua portuguesa*. CD-ROM. Versão monusuário 2.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- IBARRETXE-ANTUÑANO, I.; CHEIKH-KHAMIS, F. "How to become a woman without turning into a Barbie: Change-of-state verb constructions and their role in Spanish as a Foreign Language. *International Review of Applied Linguistics in Language Teaching*, Berlin/Boston, v. 57, n. 1, p. 97-120, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1515/iral-2018-2008>
- JIMÉNEZ CALDERÓN, F.; SÁNCHEZ RUFAT, A. La enseñanza de verbos frecuentes a partir de enfoques léxicos. *Verba Hispanica*, Liubliana, v. 27, n.1, p. 131-151, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.4312/vh.27.1.131-151>

- KÄLLKVIST, M. Lexical infelicity in English: the case of nouns and verbs. In: HAASTRUP, KIRSTEN, VIBERG, Å. (eds.) *Perspectives on Lexical Acquisition in a Second Language*. Lund, Suécia: Lund University Press, 1998. p. 149-174.
- KUZKA, R.; PASCOAL, J. *Passaporte para Português 1*. Lisboa: Lidel, 2014.
- KUZKA, R.; PASCOAL, J. *Passaporte para Português 2*. Lisboa: Lidel, 2016.
- LANGACKER, R. *Foundations of Cognitive Grammar: Theoretical Prerequisites* (vol. I). Stanford, Estados Unidos: Stanford University Press, 1987.
- LAUFER, B. Why are some words more difficult than others? Some intralexical factors that affect the learning of words. *International Review of Applied Linguistics*, Berlin/Boston, v. 28, n.4, p. 293-308, 1990. DOI: <https://doi.org/10.1515/iral.1990.28.4.293>
- LENNON, P. Getting 'easy' verbs wrong at the advanced level. *International Review of Applied Linguistics*, Berlin/Boston, v.34, n.1, p. 23-36, 1996.
- LEHMANN, C. A auxiliarização de 'ficar'. Linhas gerais. In: ALMEIDA, M.; BERND, S.; BERNARDO, A. (eds.). *Questions on language change*. Lisboa: Colibri, 2008. p. 9-26.
- LIMA, E.; LUNES, S. *Falar... ler... escrever...um curso para estrangeiros*. 2a. ed. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária - EPU, 2001.
- LIMA, E.; ROHRMANN, L.; ISHIHARA, T.; LUNES, S.; BERGWELER, C. *Novo avenida Brasil 1: Curso básico de português para estrangeiros*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária - EPU, 2009.
- MAGARREIRO, V.; CONCEIÇÃO, D.; CAÇADOR, R. *Português Ativo para o mundo profissional*. Lisboa: Lidel, 2022.
- MATA, O., COIMBRA, I. *Português sem fronteiras 1*. Lisboa: Lidel, 2011.
- MATA, O; COIMBRA, I. *Novo avenida Brasil 2: Curso básico de português para estrangeiros*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária - EPU, 2009.
- MATA, O; COIMBRA, I. *Novo avenida Brasil 3: Curso básico de português para estrangeiros*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária - EPU, 2009.
- PALOMANES RIBEIRO, R. (2004). A expansão de sentidos do verbo ficar e os mecanismos responsáveis pela organização cognitiva de suas significações. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, v. II, n. VIII, p.1-8, 2004.
- PERINI, M. *Gramática Descritiva do Português*. 4a. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- REDMOND, L. *Acquisition de la polysémie du verbe "prendre" par des apprenants du français L2*. 2017. (Tese de Doutorado em Linguística), Université Michel de Montaigne - Bordeaux III; Université du Québec à Montréal.
- REDMOND, L.; EMIRKIAN, L. *Analyse de la polysémie verbale: apports à la didactique du français L2*. SHS Web of Conferences 46, 07007, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1051/shsconf/20184607007>
- REBELO, I; OSÓRIO, P. Contribuições para uma descrição semântica do verbo "ficar": o que os manuais de Português Língua Estrangeira (PLE) não dizem. *DOMÍNIOS DE LINGU@GEM, Uberlândia*, v.1, n.1, p.1-20, 2007. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL1-v1n1a2007-6>

- SALES ARAÚJO, N.; PANIGASSI VICENTINI, M.; BOEING MARCELINO, A. *A cara do Brasil: português para estrangeiros – nível intermediário*. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão - EDUFMA, 2023.
- SENA-LINO, P.; MANSO BOLÉO, M. J., *Novas cidades do Mar B1*. Porto:Porta Editora, 2021.
- SOARES DA SILVA, A. Polissemia e contexto: o problema duro da diferenciação de sentidos. *Revista do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa*, Lisboa, v.5, p. 353-367, 2010.
- SOARES DA SILVA, A. Polissemia na mente, na cultura e no discurso para uma abordagem cognitiva mais dinâmica e contextualizada da individuação, relação e mudança de sentidos. *In:*
- TAYLOR, J. *Linguistic categorization*. Oxford: Oxford University Press. 2003
- TEYSSIER, P. *Manuel de langue portugaise*. Paris: Klincksieck, 2002.
- VIBERG, Å. Basic verbs in second language acquisition. *Revue française de linguistique appliquée*, v.VII, n.2, p. 61-79, 2002. DOI: <https://doi.org/10.3917/rfla.072.0061>.
- VIBERG, Å. Language-specific meanings in contrast: A corpus-based contrastive study of Swedish få 'get'. *Linguistics*, Berlin/Boston, v.50, n.6, p.1413-1461, 2012
- WAARA, R. Construal, Convention, and Constructions in L2 Speech. *In:* ACHARD, M.; NIEMEIER, S. (eds.), *Cognitive Linguistics, Second Language Acquisition and Foreign Language Teaching*, 2004. p. 51-75.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [digital], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/>
Acesso em 14 de agosto de 2021.

On Ronald Langacker’s Semanticocentrism

Sobre o semanticocentrismo de Ronald Langacker

Gustavo Augusto Fonseca Silva
Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
fonsecaugusto@hotmail.com
<http://orcid.org/0000-0001-7427-4504>

Abstract: Ray Jackendoff understands that Noam Chomsky’s linguistic models distort the nature of language due to its ‘syntactocentrism.’ Coined by Jackendoff, this term means Chomsky’s assumption that the syntactic component of language is central while the phonological and semantic components are merely interpretive. Jackendoff also states that since the 1970s many researchers have made a mistake opposite to Chomsky’s, by denying that syntax has a relevant role in grammar. Considering such a scenario, this paper analyzes Ronald Langacker’s cognitive grammar, in which syntax is replaced by semantics as the central linguistic component. The goal is to show how Langacker misrepresented language structure by doing so.

Keywords: Ronald Langacker’s semanticocentrism; Noam Chomsky’s syntactocentrism; Ray Jackendoff’s parallel architecture; Bilingualism.

Resumo: Ray Jackendoff entende que os modelos linguísticos de Noam Chomsky distorcem a natureza da linguagem devido ao seu “sintactocentrismo”. Cunhado por Jackendoff, este termo significa a suposição de Chomsky de que o componente sintático da linguagem é central, enquanto os componentes fonológicos e semânticos são meramente interpretativos. Jackendoff também afirma que, desde a década de 1970, muitos pesquisadores cometeram um erro oposto ao de Chomsky, negando que a sintaxe tenha um papel relevante na gramática. Considerando tal cenário, este artigo analisa a gramática cognitiva de Ronald Langacker, na qual a sintaxe é substituída pela semântica como componente linguístico central. O objetivo é mostrar como Langacker deturpou a estrutura da linguagem ao fazê-lo.



Palavras-chave: Semanticocentrismo de Ronald Langacker; Sintaticocentrismo de Noam Chomsky; Arquitetura Paralela de Ray Jackendoff; Biolinguística.

Introduction

[...] many of the old polemics which defined the cognitive linguistics enterprise in its earlier days are losing their actuality. As cognitive linguistics enters the mainstream [...] it will become increasingly anachronistic for cognitive linguistics to frame itself in terms of opposition to other approaches. Dialogue – and dare I suggest, integration – with other approaches may well become the order of the day.”

(John R. Taylor, 2007, p. 583)

In the 2014 paper “Some problems for biolinguistics,” Derek Bickerton revealed his skepticism with the so-called “biolinguistics” – that is, ‘the study of the biology of language’ (Jenkins, 2013, p. 4). To Bickerton, its relationship to Noam Chomsky’s (1995) Minimalist Program is ambiguous, creating doubts as to whether it is a genuine subdiscipline or merely another name for a particular linguistic theory – *i.e.*, Chomskyan minimalism. In fact, such questioning is appropriate, since Chomsky, who is the founding father of generative grammar and the main author of the theories that led to biolinguistics, declared that the Minimalist Program is ‘the natural next stage of biolinguistic inquiry’ (2007a, p. 2; 2007b, p. 14). However, this statement and its consequences are debatable. For instance, Pieter Seuren (2004), Talmy Givón (2002), and Ray Jackendoff (1997, 2003), among many other researchers, are severe opponents of Chomsky’s conception of biolinguistics as well as of the Minimalist Program. Jackendoff’s “parallel architecture,” in particular, seems to be a promising biolinguistic research program alternative to Chomsky’s Minimalism.

A former student of Chomsky, Jackendoff became a rigorous critic of mainstream generative grammar, first of all, due to its “syntactocentrism.” By this term, Jackendoff understands the premise adopted since the beginnings of generativism and maintained until the Minimalist Program that the syntactic component is prominent in relation to the phonological and semantic components, which would be only interpretative. Contrary to Chomsky’s syntactocentric architecture *of* language, in which the phonological and semantic formation rules are null, so everything in phonological and semantic structures is determined by their interfaces with syntax, Jackendoff elaborated his parallel architecture model of language. In this theoretical model, language is seen as a structure organized in semi-independent combinatorial systems – syntax, phonology, and semantics – each with its own organizational principles, which generate interfaces with each other, but without any syntactic, phonological, or semantic protagonism (Jackendoff, 2007, p. 64). ‘A syntactocentric architecture [...] shows

no resemblance to the rest of the mind/brain,' observed Jackendoff (2007, p. 66). 'There is no known parallel to a master "computational system" that generates syntactic structures, which in turn determines phonological structures and meanings.' Vision, Jackendoff exemplified, is a typical cognitive system: it is made up of many independent brain areas, each of which specialized in some visual aspect, such as shape, movement, color, and spatial relationships. All of these areas have interfaces with each other, without there being one area where everything is centered to form a complete representation of the visual field. 'This has precisely the flavor of the parallel architecture in linguistics, where the notion of a "sentence" or "phrase" is distributed among several structures, communicating with each via dedicated interfaces,' argued Jackendoff (2007, p. 65).

As a matter of fact, a parallel architecture model of language contradicts not just Chomsky's syntactocentric architecture of language but also "semanticocentric" models, in which syntax is replaced by semantics as the central component of language. Considering this, I aim in this paper to rediscuss Ronald Langacker's (1987, 1991a, 1991b, 2008, 2013, 2023) cognitive grammar in order to reaffirm the greater empirical adequacy of a parallel architecture model of language in comparison to a semanticocentric model such as Langacker's, which stands out due to its pioneering and its influence in linguistics and related disciplines for the last four decades.

1 The generative origins of cognitive grammar

In the late 1960s, an iron curtain descended across generative grammar. On one side, Chomsky and his followers were developing the Standard Theory. On the other side, a group of dissidents led by Paul Postal, James McCawley, John "Háj" Ross, and George Lakoff was proposing an alternative theoretical framework, the so-called generative semantics. Within this framework, some of the central pillars of generativism were challenged, including the autonomy of syntax hypothesis – *i.e.*, the understanding that syntax is an autonomous component of language that operates independently of meaning (semantics). In retaliation, Chomsky and his supporters attacked generative semantics' cornerstone: the hypothesis that deep structure is the sole input to the semantic rules. The discussions were so intense that they were later called 'the linguistics wars' (Harris, 1993; Newmeyer, 1996).

Notwithstanding the severity of those who took part in that debate, it was a relatively short conflict. By the late 1970s, it was clear that Chomsky and his followers had demolished the main ideas of the generative semanticists – in particular, their conception of the semantic component of language – and, therefore, had won the dispute. Nonetheless, the consequences of that harsh period would last for decades. Actually, even today the adverse effects of those battles can be detected in generative grammar as well as in cognitive linguistics – which, as a ramification of generative semantics, is fundamentally against generativism. In fact, as observed by Peter Harder (2007, p. 1248), from the start 'cognitive linguistics was [...] very much aware of being everything that generative grammar was not: nonformal, nonmodular, non-truth-conditional, and so on.' Taking into account this situation, it is important to disclose the generative roots of cognitive linguistics to better understand its foundations and limitations.

In the first place, it is necessary to stress that generative semantics was essentially against Chomsky's hypothesis of the autonomy of syntax concerning meaning and related deep structure to semantic representation. 'The kernel of generative semantics was an obliteration of the syntax-semantics boundary at the deepest level of grammar – the axiom that the true deep structure *was* the semantic representation, not a syntactic input to the semantic component,' stated Randy A. Harris (1993, 105). Paul Postal's (1972) theoretical model, entitled *Homogeneous I*, is perhaps the best synthesis of that idea. In a simplified way, one can say that, to Postal, instead of deep structure (in Chomsky's (2015 [1965]) sense), there is the semantic content of the sentence (its meaning), which is associated with non-linguistic thought. The result after the application of transformations (approximately in Chomsky's (2015 [1965]) sense) to meaning would be the sentence itself.

Thus, on the one hand, Chomsky insisted that syntax is independent of semantics, declaring for example that 'the relation between semantics and syntax [...] can only be studied after the syntactic structure has been determined on independent grounds' (Chomsky, 2002 [1957], p. 17). On the other hand, the generative semanticists argued that syntax can only be investigated considering its relation to semantics. Moreover, unlike Chomsky, who conceived semantics as a purely interpretive component of the grammar that relates a structure generated by the syntactic component to a certain semantic representation (Chomsky, 2015 [1965], p. 15), the generative semanticists defended the conception that, just like syntax, semantics is a generative component, not only an interpretive one. What led the generative semanticists to this position was a radicalization of a hypothesis assumed by Chomsky in the *Aspects of the theory of syntax*: the Katz–Postal hypothesis, according to which all semantic interpretation applies to deep structure, before the application of transformations (Katz and Postal, 1964). Pushed to the ultimate consequences by Postal, Lakoff, Ross, and McCawley, this hypothesis led to the idea that the true deep structure *is* the semantic representation.

In his interview with Mitsou Ronat in 1976, in which Ronat stated with good reason that generative semantics was 'virtually abandoned' at that time (Chomsky, 2007c [1979], p. 148), Chomsky summarized his disagreements with this framework and responded to the critiques launched by his rivals, especially regarding the semantic component of language. On that occasion, Chomsky stressed that since the 1950s his linguistics work accorded a central place to semantics, notwithstanding his skepticism about the general belief that syntax was based on semantic considerations (Chomsky, 2007c [1979], p. 138). 'I have always explicitly denied and rejected a totally different position which has often been attributed to me: namely, that the study of meaning and reference and of the use of language should be excluded from the field of linguistics,' said Chomsky (2007c [1979], p. 139). 'It would be absurd to suppose that this innate linguistic theory [i.e., Universal Grammar], which determines the general form and structure of language, should not be connected in the most intimate manner to the fundamental properties of meaning and language use' (Chomsky, 2007c [1979], p. 140). Considering the idea defended by generative semantics that the true deep structure *is* the semantic representation, Chomsky observed:

In fact, the Standard Theory, as presented in *Aspects*, for example, was questioned from the very beginning. On the one hand, it was noted in the book itself (which went to press in 1964), that at least some aspects of semantic representation, for example those related to topic and comment, seem to involve surface structure

rather than deep structure.¹ Subsequent research on the role of surface structure in determining the meaning of a sentence led to what has been called the Extended Standard Theory. (Chomsky, 2007c [1979], p. 150-151)

Actually, within the Standard Theory, Chomsky had already stated that surface structure possibly has a role in determining the meaning of a sentence (e.g., Chomsky and Halle, 1968, p. 6-7). In any case, according to Chomsky (2007c [1979], p. 151), the best critique of the Standard Theory was given by Ray Jackendoff in 1964 or 1965, not by the generative semanticists.² ‘He showed that surface structure played a much more important role in semantics interpretation than had been supposed,’ said Chomsky (2007c [1979], p. 151). ‘Then the Standard hypothesis, according to which it was the deep structure that completely determined this interpretation, is false.’

The evidence presented by Jackendoff to support this conclusion, which of course represented a serious problem for generative semantics, was based on the analysis of sentences with focus and presupposition and negative sentences with quantifiers. In the first case, Jackendoff observed that phonological phenomena – therefore, in surface structure – such as intonation, stress, and pitch, are related to the semantic component. See the sentences below, which were originally presented by Chomsky (1970) and taken up by Jackendoff (1972):

- (1) a. Is it JOHN who writes poetry?
- b. No, it is BILL who writes poetry.
- c. No, it is JOHN who writes short stories.

Sentence (1b), stated Jackendoff (1972, p. 229), is a “natural” response to sentence (1a), but sentence (1c) is not. Jackendoff (1972, p. 230) argued that this is the case because in sentence (1a) the presupposition is that someone writes poetry – that is, the speaker assumes that this information is shared by him and the hearer. “John” is the focus of the sentence – i.e., the speaker assumes that this information is not shared by him and the hearer. However, the presupposed information as well as the focus of the sentence are phonologically marked. So, these semantic contents are not assigned in deep structure. Consequently, the Katz–Postal hypothesis is disproved.³

In the second case, Jackendoff detailed how the semantic content of negative sentences with quantifiers can change due to transformational operations, disproving once again the Katz–Postal hypothesis. For example:

- (2) a. Not many of the arrows hit the target.
- b. Many of the arrows didn’t hit the target.
- c. The target wasn’t hit by many of the arrows.

¹ For a discussion on how the order of quantifiers in surface structures sometimes plays a role in semantic interpretation, see Chomsky (2015 [1965], p. 239-240). The sentences “everyone in the room knows at least two languages” and “at least two languages are known by everyone in the room” are not synonymous, Chomsky observed.

² According to Jackendoff (p.c.), he didn’t start critiquing the Standard Theory until 1968.

³ Jackendoff (p.c.) observed that the argument concerning the relation of focus to stress was due not to him but to the Dutch linguist A. Kraak, who was visiting MIT around 1967-68.

Based on the Katz–Postal hypothesis, asserted Jackendoff (1972, p. 326), passive sentence (2c) should be ambiguous but its only reading is synonymous with (2a) – except with an accent on “many.” Thus, sentences (2a), (2b), and (2c) prove that the Katz–Postal hypothesis is wrong – and so is the generative semantics’ axiom that the true deep structure is the semantic representation.

Reinforcing his position against generative semantics, Chomsky called Ronat’s attention to the then-new trace theory, declaring that ‘*all* of semantic representation, including thematic relations, can in a sense be derived from surface structure’ (Chomsky, 2007c [1979], p. 164) and that ‘under trace theory one can say that surface structure is associated directly with semantic representation’ (Chomsky, 2007c [1979], p. 171). It is worth mentioning that in Standard Theory it was assumed that thematic relations (agent, patient, instrument, etc.) were attributed to nouns, pronouns, and so on in deep structure. However, given trace theory, a thematic relation is attached to an element that has been displaced by a transformation. For example:

(3) *To whom* does Pierre teach Latin t?

In sentence (3), observed Chomsky (2007c [1979], p. 164), “to whom” receives its thematic relation (goal) by the intervention of its trace. ‘The trace is a sort of memory of deep structure recorded in the surface structure,’ synthesized Ronat (Chomsky, 2007c [1979], p. 164).

To the generative semantics’ discredit, none of these arguments against its hypothesis that deep structure is the sole input to the semantic rules were properly responded to. So, even though Lakoff had declared in the mid-seventies that generative semantics had won the war (Harris, 1993, p. 197), Givón was confident to say a few years later that the movement at that time was already ‘ancient history’ (Givón, 1979, p. 19). In line with Givón, Harris (1993, p. 215) stated that it was Chomsky’s positive proposals far more than his negative attacks on generative semantics that determined the winner of the debate. Nonetheless, it is important to highlight that under Lakoff’s leadership, generative semantics was already compromised in the 1970s due to its excesses. ‘With Lakoff at the helm, promoting his very wide conception of linguistic theory,’ said Harris (1993, p. 227-8), ‘the general perception came to be that generative semantics was theoretically promiscuous, incapable of saying no.’ In fact, with Lakoff at the helm, generative semantics, according to Lakoff himself, was going to accommodate

not just syntax-semantics, phonetics-phonology, historical linguistics, anthropological linguistics, etc., which form the core of most academic programs in this country, but also the role of language in social interaction, in literature, in ritual, and in propaganda, and as well the study of the relationship between language and thought, speech production and perception, linguistic disorders, etc. (Parret, 1974, p. 151 *apud* Harris, 1993, p. 228)

As observed by Harris (1993, p. 228), ‘one gets the impression that Lakoff stopped the list more because he ran out of breath than because he ran out of vision, carefully remembering to throw in that *etc.* before gulping some air.’ Thus, ‘generative semantics under Lakoff tried to do too much, this reasoning goes, and it burst at the seams’ (Harris, 1993, p. 228).

To Harris (1993, p. 230), two traits were perhaps the principal reasons the movement fell apart: ‘Its embrace of a wide range of interests and its self-definition primarily in the rhet-

oric of dissent, in saying no to Chomsky.' In both cases, Lakoff's voice was certainly the most strident of any of the generative semanticists. Besides, as stressed by Frederick Newmeyer (1996, p. 126), in that period Lakoff presented many theories that were soon abandoned and forgotten such as "fuzzy grammar" (1973), "global transderivational well-formedness grammar" (1974), "cognitive grammar" (1975), "dual-hierarchy grammar" (1975), "linguistic gestalt theory" (1977) and "experimental linguistics" (1977). Even though all these theories were proposed to demolish generative grammar, they have never become popular even among Chomsky's detractors – maybe because they were seen more as a compendium of observations than as a solid theoretical framework. However, this situation would change in 1980, when Lakoff and Mark Johnson's *Metaphors we live by* was published.

In this book, which became a landmark in cognitive linguistics, Lakoff and Johnson claimed that metaphors structure our language, our understanding of reality, our thoughts, and even our attitudes – in other words, according to Lakoff and Johnson (2003a, p. 273), 'we live our lives on the basis of inferences we derive via metaphor.' By defending such a position, Lakoff and Johnson gave new life to the generative semanticists' critique of the autonomy of syntax hypothesis. Moreover, like cognitive linguists as a whole, Lakoff and Johnson revitalized the constructivist view of learning, supporting the Piagetian conception that language is a product of general intelligence rather than a product of a linguistic mental module (a "language faculty"), as proposed by Chomsky. In line with Lakoff and Johnson, Langacker, who was 'a fairly peripheral' generative semanticist (Harris, 1993, p. 251), would become a leading figure in cognitive linguistics by proposing in his 1987 book *Foundations of cognitive grammar* a linguistic theory that likewise rejects the autonomy of syntax hypothesis as well as the existence in the human mind/brain of a language faculty.

2 From Chomsky's syntactocentrism to Langacker's semanticocentrism

As a matter of fact, with Lakoff and Langacker at the helm, cognitive linguistics, whose 'foundational point is simply that language is all about meaning' (Geeraerts, 2006, p. 3), was presented from the start as an antithesis to generative grammar. Actually, maintaining generative semantics' rejection of Chomsky's syntactocentrism, cognitive linguistics readily established itself as 'an outspoken attempt to give meaning a central position in the architecture of the grammar' (Geeraerts, 2006, p. 27). As a consequence of this antagonistic stance to generativism, however, cognitive linguistics ended up adopting theoretical assumptions that do not match the empirical evidence coming from linguistics itself and related sciences, such as psychology, biology and neurosciences. Its nonmodular view of language, in particular, seems indefensible in light of the scientific advances of the last decades. For instance, with a modular view of language – in generative terms, the hypothesis of the existence in the human mind/brain of a 'Universal Grammar,' understood as 'a characterization of [the] innate, biologically determined principles, which constitute [...] the language faculty' (Chomsky, 1986, p. 24) – it is possible to explain why young children develop complex language skills in a relatively short time, without effort or formal teaching (e.g., Crain, 1991, 2012; Crain and Nakayama, 1987; Crain and Pietroski, 2001; Crain and Thornton, 2012; Millotte et al., 2013;

Pinker, 1984, 1989), but not other cognitive abilities, such as those needed to infer other people's intentions, beliefs, and desires, which take much longer to reach an advanced stage, as shown by classical Theory of Mind tests (e.g., Baron-Cohen et al., 1985; Baron-Cohen, 1995). A modular view of language also makes it possible to explain more satisfactorily cases of neurological pathologies or disorders, such as aphasia, autism, Turner syndrome, and Williams syndrome, in which there are significant differences between damage to language and damage to other cognitive abilities – for example, individuals with acquired agrammatical aphasia have intact intelligence, people with Asperger Syndrome develop and maintain normal grammars, despite their poor pragmatic language skills, individuals with Turner syndrome have normal grammatical development and function, but impaired number reasoning and severely impaired visual and spatial cognition, and people with Williams syndrome have relatively strong language abilities despite mild to moderate intellectual disability – formerly known as mental retardation (e.g., Curtiss, 2013; Marshall, 1990; Marcus et al., 2013; Piattelli-Palmarini, 2013). A modular view of language is also more adequate to clarify cases of brain damage such as strokes, in which the effects may be very different depending on which of the regions of the brain the stroke occurs, resulting for instance in speech and language impairments, vision loss, lack of bowel and bladder control, and so on (e.g., Curtiss, 2013; De Aguiar *et al.*, 2015; Sinanović et al., 2011). Moreover, a modular view of language elucidates cases of children with Specific Language Impairment (SLI) who had only a phonological deficit, only a syntactic deficit, a selective lexical impairment, or a selective pragmatic deficit, which confirms that language, like other cognitive systems, is not all of a piece, and that different subsystems within language – lexicon, pragmatics, and the computational system (the grammar) – can be selectively impaired in development and breakdown (e.g., Bishop, 1992; Curtiss, 2013; Leonard, 2014).

Another negative consequence of the antagonistic stance of cognitivists towards generativists is the scarcity of dialogue between proponents of the two fields of research. An exception to this rule, Jackendoff makes critical use of the theoretical proposals of both sides, rejecting both the excesses of Chomsky's syntactocentrism and the excesses of cognitivist semanticocentrism. In fact, being aware of the harms arising from the polarization between generative grammar and cognitive linguistics, Jackendoff (2003, p. 269) pointed out that this situation has its roots precisely in the linguistics wars of the 1960s and 1970s. Revisiting that period, Jackendoff (2003, p. 269) stated that, in the wake of the generative semantics dispute, most mainstream generative grammarians turned away from the systematic study of meaning, leaving the field largely to practitioners of the newly emerging disciplines of formal semantics, computational linguistics, cognitive psychology/neuroscience, and, somewhat later, cognitive grammar. It is a well-known fact that many of the representatives of these fields of study have always vehemently rejected generative grammar because of its lack of attention to semantics. By rejecting it, Jackendoff lamented (2003, p. 269), several of these researchers ended up falling into the opposite error to that of generativism, denying syntax any relevant role in grammar. Thus, the theoretical approach of these authors, especially the cognitivists, 'minimizes or even eliminates the syntactic formation rules, so that syntax is determined entirely by meaning' (Jackendoff, 2007, p. 50). Put another way, in combating Chomsky's syntactocentrism, many of the cognitive linguists 'went to the other extreme and denied syntax *any* independent role' (Jackendoff, 2007, p. 43). So it is not surprising that generativists ignore cognitive linguists' works. In response, cognitive linguists disregard genera-

tivists' discussions. To complicate matters, cognitive linguistics, unlike generative grammar, is not 'very concerned to integrate its results with the rest of psychology,' being 'moreover skeptical about the need for an independent notion of syntax in the language capacity,' asserted Jackendoff (2007, p. 194). Contrary to this position, Jackendoff (2007, p. 52) emphasized that syntax has its place in the parallel architecture of language since it is this component that has to say where the verb goes, whether the verb agrees with the subject, how to form relative clauses and questions, and so on. The differences among languages in these syntactic respects, concluded Jackendoff (2007, p. 52) declining semanticocentric conceptions of language, are not predictable from semantics, and children have to learn all of them.

In agreement with Jackendoff, and contrary to Lakoff and Langacker, the third of the 'founding fathers' (Geeraerts and Cuyckens, 2007, p. 8) of cognitive linguistics, Leonard Talmy, not just stated that the semantic system is one of the cognitive systems (2000, I, p. 4) but also assumed an 'overlapping systems model' (2000, I, p. 15) of human cognition. According to this model, human cognition comprehends certain relatively distinct major cognitive systems, including language, perception, reasoning, affect, attention, memory, cultural structure, and motor control. Each cognitive system, asserted Talmy, has some structural properties that may be uniquely its own, some further structural properties that it shares with only one or a few other cognitive systems, and some fundamental structural properties that it has in common with all other cognitive systems. Considering scientific evidence such as those presented above, it is possible to affirm that Talmy's modular model is empirically more accurate than Lakoff and Johnson's nonmodular model as well as Langacker's.

3 Semantic opacity

According to Langacker (2007, p. 422; 2008, p. 7; 2010, p. 89), cognitive grammar belongs to cognitive linguistics, which in turn is part of functionalism – i.e., the tradition according to which the meaning and use of linguistic forms should be studied in communicative acts, thus opposing the abstract study of linguistic forms that is done in formalist theoretical approaches such as generative grammar. Among the central assumptions of cognitive grammar are the understanding that language is an integral facet of cognition rather than a separate module (2007, p. 422), the conception that grammatical and semantic analysis are inseparable (2007, p. 423), and the notion that there are no definite boundaries between "linguistic" and "extra-linguistic" structures (2007, p. 425; 1987, § 2.1.2). By recognizing the resemblances between cognitive grammar and other theoretical frameworks, Langacker (2007, p. 421) observed that cognitive grammar shares with generative semantics the general vision of treating semantics, lexicon, and grammar in a unified way, and that it shares with construction grammar (e.g., Fillmore, 1988; Goldberg, 1995, 1998, 2006; Croft, 1998, 2001) the ideas that constructions (not "rules") are the primary objects of description, that lexicon and grammar are not distinct, but a continuum of constructions (form-meaning pairings), and that constructions are linked in networks of inheritance (or categorization). Besides, expressing his semanticocentrism, Langacker (1987, p. 12) developed his cognitive grammar based on the assumptions that 'meaning is what language is all about' and 'grammar is simply the structuring and symbolization of semantic content.'

This semanticocentric view of language, however, faces obstacles apparently insuperable. First of all, treating semantics, lexicon, and grammar in a unified way leads to serious difficulties concerning the most basic aspects of language – for example, the long-observed differences between natural (or semantic) gender and grammatical gender (e.g., Arnaud and Lancelot, 1975 [1660], II, V; Paul 1888 [1880], p. 289-295). Indeed, if grammar were simply the structuring and symbolization of semantic content – that is, if grammar were determined entirely by meaning –, there would not be differences of grammatical gender among languages. Thus, under no circumstances could masculine nouns in one language be feminine nouns in another language. It is not difficult, however, to find occurrences of this discrepancy. For instance, in Portuguese, the nouns “number”, “newspaper”, and “rat” are masculine (“o número”, “o jornal”, and “o rato”), while the same nouns are feminine in German (“die Zahl”, “die Zeitung”, and “die Maus”). Another problem regarding the distinction between semantic gender and grammatical gender that imposes itself on cognitive grammar stems from the existence of the neuter gender in some languages, such as German, but not in others, such as Portuguese. So, if the nouns “the car”, “the book”, and “the flour” are neuter in German (“das Auto”, “das Buch”, and “das Mehl”), in Portuguese they necessarily need to be classified as masculine or feminine, even though they do not have, of course, a natural gender: the first ones are masculine (“o carro”, “o livro”) and the last one is feminine (“a farinha”). To complicate the picture, as is well known, the neuter gender is not employed only with inanimate nouns in the languages in which it exists, and not every inanimate noun is of the neuter gender in these languages. In German, the nouns “das Mädchen” (“the girl”), “das Kätzchen” (“the kitten”), “das Kamel” (“the camel”) and “das Pferd” (“the horse”), for example, are given the neuter gender, although they refer to living beings. In turn, the nouns “die Wahrheit” (“the truth”), “die Frage” (“the question”), “die Philosophie” (“the philosophy”), “der Sommer” (“the summer”), and “der Wein” (“the wine”), among many others, belong in this language either to the feminine or masculine gender, even if they are abstract or inanimate. All these examples, which of course could be multiplied (e.g., Corbett, 1991; Greenberg, 1978; Unterbeck et al., 2000), disprove Langacker’s conception that grammatical and semantic analysis are inseparable as well as his intention of treating semantics, lexicon, and grammar in a unified way. But the fact admitted by Langacker himself that ‘over a large portion of the lexicon is semantically opaque and must simply be learned as a matter of grammatical convention’ (Langacker, 1991b, p. 181) was not enough to convince him that his cognitive grammar is fundamentally wrong. Consequently, even though Langacker conceded that ‘it is easily demonstrated that the semantic characterizations are non-predictive, and that in actuality the classes are established on grounds of common grammatical behavior’ (Langacker, 1991b, p. 180), he tried to show how – ‘at least in principle’ (Langacker, 1991b, p. 180) – his approach can handle grammatical phenomena such as gender, number, and case marking.

To do so, Langacker proposed that lexical items that are semantically opaque and must simply be learned as a matter of grammatical convention are ‘conventional units’ (Langacker, 1991b, 183). First, Langacker (1991b, p. 181) observed that a typical noun-class system shows a kind of prototype organization and that each class has central members that instantiate a prototypical semantic value. In Spanish, said Langacker (1991b, p. 182) by way of example, the masculine nouns “el hombre” (“the man”), “el hijo” (“the son”), and “el perro” (“the dog”), as well as the feminine nouns “la mujer” (“the woman”), “la hija” (“the daughter”), and “la perra” (“the bitch”), represent a fragment of the vocabulary for which gender is semantically transparent.

So, to Langacker, they are central members of the classes of masculine nouns and feminine nouns, respectively. In turn, stated Langacker, the masculine nouns “el palo” (“the stick”), “el sudor” (“the sweat”), and “el cerro” (“the hill”), as well as the feminine nouns “la mesa” (“the table”), “la puerta” (“the door”), and “la mano” (“the hand”), ‘have no semantic rationale whatever’ and, therefore, must be learned as a matter of grammatical convention – that is, they are conventional units. ‘By assumption, these classes are grammatically rather than semantically defined,’ asserted Langacker (1991b, p. 183). ‘The behavior of a noun cannot be predicted from its meaning – speakers must learn specifically, for each individual noun, which article it occurs with.’ Because of this, it makes no sense to say that meaning is what language is all about and grammar is simply the structuring and symbolization of semantic content.

In the 2008 book *Cognitive grammar: a basic introduction*, Langacker revisited the question concerning lexical items that are semantically opaque arguing that ‘grammatical classes have varying degrees of semantic motivation’ (Langacker, 2008, p. 334). According to Langacker, at one extreme, there are fundamental and universal categories, such as nouns and verbs, which he claimed to have a fully consistent (albeit schematic) conceptual basis. At the opposite extreme, there are classes defined solely by occurrence in a particular grammatical construction with no possibility of semantic characterization – the ‘distributional classes’ (Langacker, 2008, p. 335) –, including elements that exhibit some morphological peculiarity, such as nouns where final *f* changes to *v* in the plural: wife/wives, leaf/leaves, etc. Most classes, stated Langacker (2008, p. 334), lie somewhere in between – i.e., they are ‘classes that are partially but not exclusively semantic,’ like gender classes (Langacker, 2008, p. 337). By trying to justify his position, Langacker (2008, p. 337-338) reaffirmed his idea that a typical noun-class system shows a kind of prototype organization and that each class has central members that instantiate a prototypical semantic value. So, first Langacker recognized that gender classes in German, for example, are posited not because their members exhibit any consistent meaning, but rather because they pattern alike grammatically, in terms of their inflectional endings and the forms of cooccurring elements (like articles, demonstratives, and adjectives). However, argued Langacker, the traditional labels were not chosen arbitrarily, since they are semantically appropriate for a substantial range of vocabulary, where they do reflect natural gender. “Mann” (“man”), observed Langacker, functions grammatically as a masculine noun, “Frau” (“woman”) is feminine, and “Kind” (“child”) is neuter since a child can be either male or female. In Spanish, pondered Langacker, nouns are clearly divided into two broad categories: nouns like “hombre” (“man”), “hijo” (“son”), and “tío” (“uncle”) are masculine, whereas “mujer” (“woman”), “hija” (“daughter”), and “tía” (“aunt”) are feminine. Nonetheless, asserted the author, this category distinction extends to all nouns in the lexicon, for most of which the notions “male” and “female” are irrelevant: “tenedor” (“fork”), “mes” (“month”), and “techo” (“roof”), for instance, are masculine, whereas “cuchara” (“spoon”), “semana” (“week”), and “casa” (“house”) are feminine. In general, therefore, the basis for categorization is grammatical rather than semantic, said Langacker. Nevertheless, he sustained, on the basis of expressions like “el hombre”, “el hijo”, and “el tío”, we can posit the constructional schema [el Nm], where Nm indicates a noun referring to a male. To Langacker, this schema represents an important generalization concerning the use of the article “el” and since it is further used with inanimate nouns like “tenedor”, “mes”, “techo”, and countless others, the highest-level schema specifies its occurrence with a noun: [el N]. Analogously, concluded Langacker, expressions like “la mujer”, “la hija”, and “la tía” give rise to the constructional schema [la Nf], where Nf is

a noun referring to a female, while the further use of the article “la” with “cuchara”, “semana”, “casa”, etc. supports the higher-level schema [la N].

The first weakness that can be pointed out to Langacker’s argument is its circularity. That is because, according to Langacker, a typical noun-class system shows a kind of prototype organization and each class has central members that instantiate a prototypical semantic value. But how can we identify central members of a noun class? To Langacker, they are semantically defined and their behavior can be predicted from its meaning. Moreover, Langacker’s argument itself is flawed and refutable. To corroborate this assertion, it is sufficient to return to the analysis of the neuter gender in the German language, in which theoretically prototypical examples of nouns do not have the gender semantically motivated. “Das Mädchen” (“the girl”), just to give an example that has already become a kind of commonplace in discussions about the incongruities between natural gender and grammatical gender, according to Langacker’s reasoning, should necessarily receive the feminine grammatical gender (“die”), but it is a neuter gender noun since “-chen”, a diminutive suffix to express that something is small, is always correlated with neuter gender in that language – i.e., the basis for its categorization is grammatical rather than semantic. Therefore, Langacker’s claim that gender, at least of prototypical nouns, is semantically motivated is empty. As a consequence of this situation, which becomes even more complicated considering the high productivity of inanimate nouns in the most diverse languages and the existence of “distributional classes,” the key idea of cognitive grammar that ‘meaning is what language is all about’ loses any foundation.

4 A statement of ideology

Extending the discussion to other aspects of cognitive grammar, it becomes clear that the same problem concerning gender classes runs through all of Langacker’s work. In investigating the elementary concepts of noun and verb, for example, Langacker (1991b, p. 13-14; 2008, p. 34-35, p. 104, p. 112) stated that prototypical nouns are ‘discrete physical objects’ and prototypical verbs are ‘energetic interactions’ of physical objects. To make Langacker’s point of view clearer, it is worth noting that he started from the assumption that we human beings think of the world as the ‘billiard-ball model’ (Langacker, 1991b, p. 13). According to this model, we think of our world as something populated by discrete physical objects. These objects can move through space and make contact with each other, their movement being given by their internal energy or by the energy they receive externally. ‘This archetypal folk model exerts a powerful influence on both everyday and scientific thought, and no doubt reflects fundamental aspects of cognitive organization,’ asserted Langacker (1991b, p. 13) without presenting any empirical evidence to support his claim. In any case, without stopping at the lack of scientific basis for the ‘billiard ball model,’ Langacker (1991b, p. 15) suggested that physical objects and ‘energetic interactions’ serve as the respective noun and verb prototypes. Thus, both categories would be semantically motivated, in accordance with the theoretical assumptions adopted in cognitive grammar.

However, it is elementary that many nouns and verbs do not share the characteristics of these supposed prototypes, as Langacker himself recognized (1991b, p. 15). Therefore, just as a multitude of nouns from languages such as Spanish do not have a semantically motivated gender, a multitude of nouns and verbs from the most diverse languages are not semantically

motivated either. In addition, it should be pointed out that again Langacker's argument is circular. After all, according to him, prototypical nouns are discrete physical objects, and prototypical verbs are energetic interactions of physical objects. But how can we identify prototypical (central) members of the grammatical classes of nouns and verbs? The first ones are discrete physical objects and the second ones are energetic interactions of physical objects, said Langacker. Apparently unaware of such problems in his theory, Langacker (1991b, p. 15) claimed that 'universal categories of such fundamental grammatical significance should be expected to have a conceptual basis' – that is, a semantic basis.

In the 1998 essay "Conceptualization, symbolization, and grammar," Langacker reaffirmed his cognitivist analysis of nouns and verbs but conceded: 'I have no definite proof for this conceptual characterization of nouns. [...] It is merely offered as a coherent proposal. [...] I personally find it hard to imagine that fundamental and universal categories like noun and verb would not have a conceptual basis' (Langacker, 1998, p. 19). In an appropriate comment to this assertion, Jackendoff (2003, p. 124) confessed: 'I think it safe to consider this simply a statement of ideology.' Indeed, given the precarious way in which Langacker defended the idea that nouns and verbs have a conceptual basis, his position sounds more like the result of an ideological view than a scientific one. This impression is reiterated by Langacker's own admission in the same essay of the broad limitations of his conceptualist theory of grammatical classes:

The claim that such classes are susceptible to schematic semantic descriptions valid for all members is specifically intended for basic and universal classes like noun and verb, for their major subclasses (e.g., count vs mass noun), and for certain other 'part-of-speech' type classes (such as adjectives, adpositions, and particular kinds of participles). It is definitely not asserted that every class a linguist might validly posit is definable in this manner. Such a claim would obviously be untenable for many distributional classes consisting of the lexical items conventionally allowed to participate in a given syntactic, morphological, or even phonological pattern. Even when a construction has a semantic basis, and the lexical items entering into it exhibit some degree of semantic coherence (as in the English passive), the exact inventory is often conventionally determined and less than fully predictable. The membership of some classes (e.g., the class of verbs taking a particular irregular past tense form) may be totally arbitrary. (Langacker, 1998, p. 23)

Contrary to Langacker's semanticocentric ideology, Jackendoff (2003, p. 124-125) emphasized that nouns have in common not a semantic basis, but syntactic properties, such as their ability to occur in noun positions in relation to verbs and prepositions, to govern number/gender agreement and take case endings (in languages that have such functions), to occur with certain kinds of quantificational expressions such as many, much, and all, and so forth. But unpersuaded by this line of argument, Langacker (e.g., 2013, 2015, 2023) continued to defend his 'central theoretical claim' that 'grammatical structure is inherently symbolic and that all valid grammatical constructions have some kind of conceptual import' (1991b, p. 282). However, given that Langacker never even managed to show that 'notions [...] fundamental to grammar' like nouns and verbs (1991b, p. 313) have a conceptual basis – not to mention the counterexamples to his theory such as those analyzed above –, it is safe to say that his central theoretical claim is just another statement of ideology.

5 A paradoxical situation

The perception that Langacker's central theoretical claim is a statement of ideology is reinforced by the analysis of the phonological component of language. After all, Langacker's theoretical approach minimizes or even eliminates the phonological formation rules, so that phonology is determined entirely by meaning. However, the differences among languages in phonological respects, as in syntactic respects, are not predictable from semantics. Nonetheless, to Langacker, meaning is what language is all about and grammar is simply the structuring and symbolization of semantic content. In fact, as observed by Jan Nuyts (2007, p. 550), cognitive linguistics is predominantly oriented to semantic phenomena. Considering this, it is no wonder that Langacker (2007, p. 443) recognized that his own theoretical discussion regarding phonology is 'at best programmatic,' that Margareth H. Freeman (2007, p. 1193) declared that cognitive phonology is 'in its infancy,' and that John R. Taylor (2003, p. 265) stated that 'cognitive linguistic treatments of phonological issues are still very thin on the ground.' Actually, according to Taylor (2007, p. 580), phonology has tended to be neglected by cognitive linguistics researchers, among other reasons, because 'phonological units such as phoneme, syllable, and foot have no conceptual content in themselves and cannot therefore be reduced to matters of conceptual structure and its symbolization.' So, it is not surprising that Geoffrey Nathan's essay on phonology published in the *Oxford handbook of cognitive linguistics* is basically a summary of the history of phonology in the 20th century that announced 'what a cognitive phonology will look like' (Nathan, 2007, p. 611). It is not surprising either that Nathan's 2008 book *Phonology: a cognitive grammar introduction* is essentially 'an introduction to most aspects of contemporary twenty-first century phonology,' as the author stated in the first line of the preface.

By being aware of 'the simple fact that phonology and morphology are underrepresented fields in cognitive linguistics' (Nesset, 2008, p. 1), Tore Nesset presented in his 2008 book *Abstract phonology in a concrete model* what seems to be the most consistent attempt until today to develop something like a cognitive phonology. In fact, cognitivists have been investigating for decades how phonological and morphosyntactic units are categorized (e.g., Aarts *et al.*, 2004; Nathan, 1986; Vihman and Croft, 2007). However, as stated by Nesset (2008, p. 2), there are several topics that any framework with the pretensions of being a model of phonology must be able to account for, such as the need to address phonological contrast and neutralization; the necessity to account for segments, features, natural classes, and segment systems; and the obligation to represent phonological rules and accommodate their interaction, including what is often referred to as "opaque" rule interaction. Nesset treats all these topics in his book, whose purpose is to show how "abstract phonology" – that is, Chomsky and Halle's (1968) approach to phonology – can be accounted for in a concrete model (Nesset, 2008, p. 3).

Since Nesset's analyses are based on Langacker's cognitive grammar (Nesset, 2008, p. 10), he assumed a non-modular approach to grammar, where phonology, morphology, and syntax are not relegated to different modules, but rather interact directly in category networks (Nesset, 2008, p. 4). First of all, it is necessary to highlight that, by investigating how the morphology-phonology interface can be accommodated in cognitive linguistics and if morphophonological alternations have a meaning, addressing these two questions based on an analysis of two sets of alternations in the Russian verbal stem, Nesset disproved

Langacker's claims that meaning is what language is all about and that grammar is simply the structuring and symbolization of semantic content. The phonological phenomena examined by Nessel, such as neutralization in (de)voicing, palatalization, and vowel reduction in Russian, are definitely not semantically motivated. Besides, contradictorily, Nessel identified right from the start the phonological, morphological, and syntactical properties of the linguistic elements under investigation. For instance, Nessel (2008, p. 11-12) observed that the words "bird", "ostrich", "sparrow", and "penguin" have the (morpho)syntactic properties "noun", "nominative" and "singular" in addition to their lexical meanings. Of course, these (morpho)syntactic properties are different from semantic features as well as phonological properties such as segments, stresses, syllable structures, and so on. Considering Nessel's non-modular view of language, it is really a paradoxical situation.

Overall, these observations concerning Nessel's book can be extended to cognitivism as a whole. In fact, despite its non-modular approach to grammar, cognitive linguistics not only underrepresents linguistic components like phonology and morphology but also deals with them in a non-cohesive manner. Furthermore, considering that most cognitivists reject the conception that language is a system composed of different interacting components (phonology, morphology, semantics, syntax), each of which with its specifications, cognitive linguistics should not be a 'conglomerate' of research without a 'well-defined theory,' as Dirk Geeraerts (2006, p. 2) characterized this framework.

6 Domains of language structure

True to the non-modular conception of language, but contrary to the perception that cognitive linguistics is not very concerned to integrate its results with the rest of psychology, Langacker (2007, p. 423) stated that cognitive grammar's claims about language should be broadly compatible with secure findings of related disciplines such as cognitive psychology, neuroscience, and evolutionary biology. Nevertheless, Langacker seems to deliberately ignore scientific evidence that disproves his conception of the human mind/brain as a whole and of language in particular. For instance, Langacker has never properly addressed Paul Broca's and Carl Wernicke's classic works on aphasia that apparently corroborate the modular view of language (e.g., Jackendoff, 1993, p. 146ff; Lenneberg, 1967, ch. 2). Likewise, he does not seem to consider more recent research that supports the foundations of generativism, including the innateness thesis and the autonomy of syntax hypothesis (e.g., Aronoff and Rees-Miller, 2006; Boeckx and Grohmann, 2013; Piattelli-Palmarini and Berwick, 2013; Traxler and Gernsbacher, 2006). In fact, since 1976, when Langacker started developing his cognitive grammar (Langacker, 2007, p. 421; 2008, p. vii), he seems to disregard empirical evidence contrary to his postulations.

The famous case of Genie, for example, which reinforces the hypothesis of the existence in the human mind/brain of a language faculty, came to light in 1970 (e.g., Curtiss *et al.*, 1974; Fromkin *et al.*, 1974). As is well known, Genie was a victim of severe child abuse, neglect, and social isolation. The extent of her isolation prevented her from being exposed to any significant amount of speech in her first years of life – that is, the so-called 'critical period' (Lenneberg, 1967, ch. 4), understood as a biologically determined stage of development in which an organism is optimally ready to acquire some competence that are part of typical

development. As a result of her abuse, Genie did not acquire a first language during her childhood. At 13 years old, she was rescued, and a group of psychologists and linguists, among other professionals, began to work with her, trying to facilitate her cognitive and social development. At around 15 years old, Genie was presenting a good amount of vocabulary and she could accurately name most objects she encountered. Nonetheless, she had great difficulty with learning and using basic grammar, mainly producing short sentences such as “Eat lunch on plate”, “Genie angry at teacher”, and “I want go school”. In contrast to her linguistic abilities, Genie’s nonverbal communication increased significantly. For instance, she invented a system of gestures and pantomimed certain words as she said them. Despite this, her conversational competence remained very low compared to normal people. Genie, in fact, had a severely limited grammar that lacked functional structure, alongside excellent vocabulary learning ability, good ability to initiate and sustain topics, excellent ability to apprehend complex hierarchical structure outside the realm of grammar, good ability to logically sequence pictures into stories, ability to count, ability to draw in silhouette and capture in drawing juxtapositions of objects and events that she could not communicate verbally, powerful non-verbal communicative ability, and superior visual and spatial cognition (Curtiss, 2013, p. 68).

In 1981, the same year that Langacker presented the first version of his cognitive grammar in the paper “The integration of grammar and grammatical change” (Langacker, 2007, p. 421), Susan Curtiss and Jeni Yamada described in the paper “Selectively intact grammatical development in a retarded child”⁴ the case of Antony, whose profile is quite the opposite of Genie’s. Antony was a child of 6-7 years old with an IQ estimated between 50 and 56 (the average IQ is 100). According to Curtiss and Yamada, his language was well-formed phonologically, morphologically, and syntactically. For instance, his grammar was fully elaborated with inflectional and derivational bound morphology. Besides, it included syntactic structures involving movement, embedding, and complementation. However, Antony’s language was semantically quite deficient. His lexical specifications were incomplete and sometimes inaccurate. For example, his errors with lexical substantives involved confusion or inadequate definitional differentiation between words within a particular semantic area, such as “birthday” for “cake”, and “cutting” for “pasting”. Moreover, propositional content, unless quite simple, was often confusing and incompletely expressed. Therefore, Antony frequently failed to grasp the intent or full meaning of his own and others’ utterances, causing consistent communication failures.

That same year, Curtiss also published the paper “Dissociations between language and cognition: cases and implications,” in which she presented data from case studies of children – including Genie and *Antony* – showing clear dissociations between language and nonlanguage cognitive abilities. Based on the case studies discussed in the paper, Curtiss concluded that apparently lexical and relational semantic abilities are deeply linked to broader conceptual development but morphological and syntactic abilities are not. Nonetheless, observed Curtiss, the development of a normal linguistic system, one in which grammar is systematically related to meaning, requires concurrent and concomitant linguistic and nonlinguistic cognitive development. In other terms, stated Curtiss, while the acquisition of syntax and morphology may to some extent proceed independently of other cognitive development,

⁴ The expression “mental retardation” has gradually been abandoned since the 1980s and the 1990s in favor of the expression “intellectual disability.”

normal language in which meaning is systematically related to the syntactic and morphological structure would seem to depend on the development of nonlinguistic cognitive knowledge alongside the acquisition of the grammar.

In the 1990 book *Laura: a case for the modularity of language*, Yamada described another case of a person whose language was remarkably preserved, even in the face of a relatively severe intellectual disability. According to Yamada, Laura presented a dramatic contrast between complex linguistic abilities and markedly depressed nonlinguistic cognitive abilities, with a testable IQ in the low 40s. For instance, at 16 years old, Laura could not read, tell time, give her age, count, or do simple problem-solving, but her language was rather well-developed (Yamada, 1990, p. 7). In fact, like Antony, Laura revealed an extensive knowledge of English syntax in her language production. Her linguistic sophistication was especially evident in her use of syntactically and morphologically rich structures that are relatively late acquisitions in normal development, including the use of passive sentences and subordinating conjunctions of time, causality, and so on (Yamada, 1990, p. 27-35). Nevertheless, like Antony's, Laura's language was semantically deficient (Yamada, 1990, p. 39-62). *She* seemed to grasp the meaning of many words she used, though she apparently understood others only partially and still others minimally, if at all. Besides, she had a limited understanding of the notion of a joke, for example. Considering these particularities, Yamada (1990, p. 6) observed that *Laura's case* supports a modularity model. 'Her profile refutes the contention that cognitive, socialinteractive, and perceptual factors can account for language acquisition and supports the notion that language is a highly evolved, specialized human ability driven at least in part by a set of principles seen in no other cognitive domain,' stated Yamada (1990, p. 6). 'In addition, this case shows that various aspects of language are separable and differentially related to nonlinguistic abilities.' Moreover, stressed Yamada (1990, p. 112), 'Laura's profile challenges the conceptualization of grammar as semantically based and the notion that syntax depends upon semantic.'

Many works that came to light after Yamada's research also challenged non-modular and semanticocentric linguistic theories such as Langacker's. In the 1995 book *The mind of a savant: language learning and modularity*, for example, Neil Smith and Ianthi-Maria Tsimpli presented ample evidence that supports Curtiss's and Yamada's conclusions. In this book, Smith and Tsimpli reported on the case of the autistic savant Christopher Taylor. At 29 years old, Taylor had a mental age of 9,2 years old and an IQ of 56. He could not, for instance, cross the road alone, do up his own buttons, shave, or dress himself. Nonetheless, besides English, his native language, Taylor had some knowledge (ranging from fluency to the bare elements) of 15 languages: Danish, Dutch, Finnish, German, Modern Greek, Hindi, Italian, Norwegian, Polish, Portuguese, Russian, Spanish, Swedish, Turkish and Welsh. 'Christopher's condition is correctly characterized in terms of an intact language module co-existing with an impaired central system,' observed Smith and Tsimpli (1995, p. 67). In fact, Taylor had considerable semantic and pragmatic problems (Smith and Tsimpli, 1995, p. 63ff), including autistic traits such as a poor Theory of Mind (Smith and Tsimpli, 1995, p. 183) – which refers to our ability to make accurate guesses about what people might be thinking or feeling or willing to do – and difficulties to understand jokes, irony, and metaphors (Smith and Tsimpli, 1995, p. 74ff). Based on Taylor's case study, and assuming Jerry Fodor's (1983) modular theory, Smith and Tsimpli not just defended the existence of a 'language module' in the human mind/brain but also hypothesized that the syntactic representation and the phonological representation belong

to the language module, while the pragmatic interpretation requires the language module as well as the central mental systems (not modular), in which general and encyclopedic knowledge are stored (Smith and Tsimpli, 1995, p. 30).

Notwithstanding the consistency of these works as well as many others (e.g., Baron-Cohen, 1988; Champagne-Lavau and Joannette, 2009; Lomlomdjian *et al.*, 2017), Langacker, like most cognitivist linguists, seems to ignore their conclusions in his cognitive grammar. Actually, by neglecting the investigations of researchers such as Curtiss, Yamada, Smith, and Tsimpli, Langacker, for example, asserted in his 2007 essay “Cognitive grammar” that ‘insofar as possible, language is seen as recruiting more general cognitive phenomena (e.g. attention, perception, categorization, memory) from which it cannot be dissociated’ (Langacker, 2007, p. 422). As a matter of fact, Chomsky himself has been stressing for decades that the mental organ of language interacts with other cognitive faculties despite being in principle independent of them (e.g., Cella-Conde and Marty, 1998, p. 31; Chomsky, 2007c [1979], p. 45-46, p. 49, p. 142, p. 153; Chomsky, 1980, p. 59, p. 188, p. 206, p. 244). Besides, Langacker restated in his 2008 book *Cognitive grammar: a basic introduction* his nonmodular conception of language (Langacker, 2008, p. 4, p. 8) and his attack on Chomsky’s hypothesis of the autonomy of syntax (Langacker, 2008, p. 5-6). Moreover, without even discussing in this book the scientific evidence of the existence in the human mind/brain of a language faculty and of the autonomy of syntax, Langacker opened the first chapter of the book by stating that cognitive grammar is ‘intuitively natural, psychologically plausible, and empirically viable’ (Langacker, 2008, p. 3).

In other texts, Langacker presented similar declarations. For instance, in his 1999 book *Grammar and conceptualization*, Langacker reaffirmed that ‘grammar and meaning are indissociable’ (Langacker, 1999, p. 1) and not only asserted that ‘language necessarily comprises semantic structures, phonological structures, and symbolic links between the two’ but also informed that ‘the central claim of CG [cognitive grammar] is that nothing else is needed’ (Langacker, 1999, p. 1). However, in the very same book, Langacker listed semantics, phonology, lexicon, morphology, and syntax as ‘all domains of language structure’ (Langacker, 1999, p. 121), implying that language needs other things besides semantic structures, phonological structures, and symbolic links between the two. By trying to clarify his perspective, Langacker argued:

CG itself offers conceptual unification. It posits only semantic, phonological, and symbolic structures. Lexicon, morphology, and syntax form a gradation claimed to be fully describable as assemblies of symbolic structures. The distinction between grammatical rules and symbolically complex expressions is only a matter of whether (or the degree to which) the symbolic assemblies constituting them are schematic rather than specific. While there is some tendency for morphological and syntactic rules to differ in terms of generality and productivity, the only consistent basis for distinguishing them is whether the phonological composition they specify takes place within a word or involves word sequences. Expressions constructed in accordance with grammatical schemas can also be of any size. With repeated use, an expression of any size or degree of compositionality can be entrenched and conventionalized. The lexicon of a language is then definable as the set of expressions with the status of conventional units. (Langacker, 1999, p. 122)

The following pages of *Grammar and Conceptualization*, as well as other texts written by Langacker, do not do much to help the reader to understand the central claim of cognitive

grammar. Be that as it may, it is notorious that syntax, morphology, and especially phonology are underrepresented in Langacker's theoretical framework.

7 Conclusion

Taking into account the generative origins of cognitive linguistics, as well as the fact that years before its creation generative grammar already had a cognitive approach in the study of language (Geeraerts, 2006, p. 2), it is possible to say that Jackendoff (2007, p. 35) did not exaggerate so much when he characterized cognitive linguistics as a non-Chomskyan tradition of generative grammar. Without going into detail about this assessment, it should be noted that most of the issues addressed by cognitivists are not new (Ungerer and Schmid, 1996, p. 280). Being aware of it, researchers such as Dirk Geeraerts (1988, 1999, 2002) and Brigitte Nerlich and David D. Clarke (2000, 2001, 2007) highlighted that cognitive linguistics, in fact, reclaims a good amount of problems previously discussed by many authors over the centuries. Thus, as Augusto Soares da Silva (1997, p. 63) pointed out, the 'cognitive' perspective of language is not new, contrary to what some cognitivists claim, notably Lakoff. What is new in the cognitivist perspective in relation to the perspective of its precursors is the misappropriation of the themes investigated by them to attack generative grammar – in particular, the hypothesis of the existence of a language faculty and the autonomy of syntax. Considering this situation, it seems possible, and even necessary, to reconcile generative grammar and cognitive linguistics. After all, as observed by David Adger (2015, p. 160), 'cognitive grammar [i.e. cognitive linguistics] has made empirical discoveries with cross-framework relevance and developed insightful theoretical accounts of aspects of language that generative grammar has little to say about. Both theoretical approaches make different contributions to the shared enterprise of understanding language.' Moreover, by perceiving and eliminating their syntactocentric and semanticocentric traits, we can indeed unite these two theoretical frameworks in a parallel architecture model of language such as Jackendoff's (Silva, forthcoming). In this case, the syntactic and phonological theories developed by the generativists would be allocated to the syntactic and phonological components of language, respectively, and the semantic theories proposed by the cognitive linguists, including Langacker's, would be assigned to the semantic component of language. At other times, this division justifiably would seem banal. In the current scenario, however, largely as a consequence of the linguistics wars of the 1960s and 1970s, it is a real challenge to support it.

Acknowledgments

I would like to thank the Editorial Coordinator of the review panel, Professor Janayna Carvalho, and the referees of this journal for their insightful criticisms and suggestions on an earlier version of this paper. This revised version owes a great deal to their input. I am also extremely grateful for the helpful comments by Professor John Goldsmith and Professor Ray Jackendoff. Any remaining errors or shortcomings are my own responsibility.

References

- AARTS, B.; DENISON, D.; KEIZER, E.; POPOVA, G. (eds.). *Fuzzy grammar: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- ADGER, D. More misrepresentation: a response to Behme and Evans 2015. *Lingua*, v. 162, p. 160-166, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.lingua.2015.05.005>
- ARNAUD, A.; LANCELOT, C. *The Port-Royal Grammar: General and Rational Grammar*. The Hague, Paris: Mouton, 1975.
- ARONOFF, M.; REES-MILLER, J. *The handbook of linguistics*. 3rd ed. Malden: Blackwell, 2006.
- BARON-COHEN, S. Social and pragmatic deficits in autism: cognitive or affective? *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 18, n.3, p. 379-402, 1988. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF02212194>
- BARON-COHEN, S. *Mindblindness: an essay on autism and theory of mind*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- BARON-COHEN, S.; LESLIE, A. M.; FRITH, U. Does the autistic child have a "theory of mind"? *Cognition*, v. 21, n. 1, p. 37-46, 1985. DOI: 10.1016/0010-0277(85)90022-8
- BICKERTON, D. Some problems for biolinguistics. *Biolinguistics*, v. 8, p. 73-96, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5964/bioling.8993>
- BISHOP, D. V. The underlying nature of specific language impairment. *Child Psychology & Psychiatry & Allied Disciplines*, v. 33, n. 1, p. 3-66, 1992. DOI: 10.1111/j.1469-7610.1992.tb00858.x.
- BOECKX, C.; GROHMANN, K. K. *The Cambridge handbook of biolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- CELA-CONDE, C.; MARTY, G. Noam Chomsky's Minimalist Program and the Philosophy of Mind. *Syntax*, v. 1, n. 1, p. 19-36, 1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/1467-9612.00002>
- CHAMPAGNE-LAVAU, M.; JOANETTE, Y. Pragmatics, theory of mind and executive functions after a right-hemisphere lesion: different patterns of deficits. *Journal of Neurolinguistics*, v. 22, n. 5, p. 413-426, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jneuroling.2009.02.002>
- CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*: 50th anniversary edition. Cambridge: MIT Press, 2015.
- CHOMSKY, N. Biolinguistic explorations: design, development, evolution. *International Journal of Philosophical Studies*, v. 15, n. 1, p. 1-21, 2007a. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/09672550601143078>
- CHOMSKY, N. Deep Structure, Surface Structure, and Semantic Interpretation. In: JAKOBSON, R.; KAWAMOTO, S. (Eds.). *Studies in General and Oriental Linguistics Presented to Shiro Hattori on the Occasion of his Sixtieth Birthday*. Tokyo: TEC Co. Ltd., 1970. p. 52-91.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of language: its nature, origin, and use*. Westport: Praeger Publishers, 1986.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, N. Of minds and language. *Biolinguistics*, v. 1, p. 9-27, 2007b. DOI: <https://doi.org/10.5964/bioling.8585>
- CHOMSKY, N. *On language: Chomsky's classic works Language and responsibility and Reflections on language*. New York, London: The New Press, 2007c.

- CHOMSKY, N. *Rules and representations*. New York: Columbia University Press, 1980.
- CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. 2nd ed. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2002.
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row, 1968.
- CORBETT, G. G. *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- CRAIN, S. Language acquisition in the absence of experience. *Behavioral and Brain Science*, v. 14, p. 597-650, 1991.
- CRAIN, S. *The emergence of meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- CRAIN, S.; NAKAYAMA, M. Structure dependence in grammar formation. *Language*, v. 63, n. 3, p. 522-543, 1987. DOI: <https://doi.org/10.2307/415004>
- CRAIN, S.; PIETROSKI, P. Nature, nurture and Universal Grammar. *Linguistics and Philosophy*, v. 24, n. 2, p. 139-185, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1005694100138>
- CRAIN, S.; THORNTON, R. *Investigations in universal grammar: a guide to experiments on the acquisition of syntax and semantics*. Cambridge: MIT Press, 2012.
- CROFT, W. The structure of events and the structure of language. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. Mahwah; London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1998. p. 67-92.
- CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CURTISS, S. Dissociations between language and cognition: cases and implications. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 2, n. 1, p. 15-30, 1981. DOI: 10.1007/BF01531338.
- CURTISS, S. Revisiting modularity: using language as a window to the mind. In: PIATELLI-PALMARINI, M.; BERWICK, R. C. (eds). *Rich languages from poor inputs*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 68-90.
- CURTISS, S.; YAMADA, J. Selectively intact grammatical development in a retarded child. *UCLA Working Papers in Cognitive Linguistics*, v. 3, p. 61-91, 1981.
- CURTISS, S.; FROMKIN, V.; KRASHEN, S.; RIGLER, D.; RIGLER, M. The linguistic development of Genie. *Language*, v. 50, n. 3, p. 528-554, 1974. DOI: <https://doi.org/10.2307/412222>.
- DE AGUIAR, V.; PAOLAZZI, C. L.; MICELI, G. Tdcs in post-stroke aphasia: the role of stimulation parameters, behavioral treatment and patient characteristics. *Cortex*, v. 63, p. 296-316, 2015. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.cortex.2014.08.015>
- FILLMORE, C. J. The mechanisms of "construction grammar". *Berkeley Linguistics Society*, v. 14, p. 35-55, 1988.
- FODOR, J. *The modularity of mind: an essay on faculty psychology*. Cambridge: MIT Press, 1983.
- FREEMAN, M. H. Cognitive linguistic approaches to literary studies. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (eds.). *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. New York; Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 1175-1202.

- FROMKIN, V.; KRASHEN, S.; CURTISS, S.; RIGLER, D.; RIGLER, M. The development of language in Genie: a case of language acquisition beyond "critical period". *Brain and Language*, v. 1, n. 1, p. 81-107, 1974. DOI: [https://doi.org/10.1016/0093-934X\(74\)90027-3](https://doi.org/10.1016/0093-934X(74)90027-3)
- GEERAERTS, D. Cognitive grammar and the history of lexical semantics. In: RUDZKA, B. (ed.). *Topics in cognitive linguistics*. Amsterdam: Benjamins, 1988. p. 647-677.
- GEERAERTS, D. Hundred years of lexical semantics. In: 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva. Atas... Porto, p. 123-154, 1999.
- GEERAERTS, D. Introduction: a rough guide to cognitive linguistics. In: GEERAERTS, D. (ed.). *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2006. p. 1-28.
- GEERAERTS, D. The theoretical and descriptive development of lexical semantics. In: BEHRENS, L.; ZAEFFERER, D. (eds.). *The lexicon in focus: competition and convergence in current lexicology*. Bern: Peter Lang Verlag, 2002. p. 23-42.
- GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. Introducing cognitive linguistics. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (eds.). *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. New York; Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 3-21.
- GIVÓN, T. *Bio-linguistics: The Santa Barbara Lectures*. Amsterdam: John Benjamins, 2002.
- GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York; San Francisco; London: Academic Press, 1979.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- GOLDBERG, A. E. Patterns of experience in patterns of language. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. Mahwah; London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1998. p. 203-219.
- GREENBERG, J. H. How does a language acquire gender markers? In: GREENBERG, J. H. (Ed.). *Universals of human language*. Vol. 3, Word Structure. Stanford: Stanford University Press, 1978. p. 47-82.
- HARDER, P. Cognitive linguistics and philosophy. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (eds.). *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. New York; Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 1241-1265.
- HARRIS, R. A. *The linguistics wars*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1993.
- JACKENDOFF, R. *Foundations of language: brain, meaning, grammar, evolution*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2003.
- JACKENDOFF, R. *Language, consciousness, culture: essays on mental structure*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2007.
- JACKENDOFF, R. *Patterns in the mind: language and human nature*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1993.
- JACKENDOFF, R. *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge: MIT Press, 1972.
- JACKENDOFF, R. *The architecture of the language faculty*. Cambridge: MIT Press, 1997.
- JENKINS, L. Biolinguistics: a historical perspective. In: BOECKY, C.; GROHMANN, K. K. *The Cambridge handbook of biolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. P. 4-11.

- KATZ, J.; POSTAL, P. *An integrated theory of linguistic descriptions*. Cambridge: MIT Press, 1964.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. Afterword. In: LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2003a. p. 243-274.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. London: The University of Chicago Press, 2003b.
- LANGACKER, R. W. (2007). Cognitive grammar. In: Geeraerts, Dirk; Cuyckens, Hubert (eds.). *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. Oxford: Oxford University Press. p. 421-462.
- LANGACKER, R. W. *Cognitive grammar: a basic introduction*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2008.
- LANGACKER, R. W. Cognitive grammar. In: HEINE, B.; NARROG, H. (eds.). *The Oxford handbook of linguistic analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 87-109.
- LANGACKER, R. W. *Concept, image, and symbol: the cognitive basis of grammar*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1991a.
- LANGACKER, R. W. Conceptualization, Symbolization, and Grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The New Psychology of Language*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1998. p. 1-39.
- LANGACKER, R. W. *Essentials of cognitive grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar*. Volume 1: Theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar*. Volume 2: Descriptive application. Stanford: Stanford University Press, 1991b.
- LANGACKER, R. W. *Grammar and Conceptualization*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1999.
- LANGACKER, R. W. Levels of reality. *Lublin Studies in Modern Languages and Literature*, v. 47, n. 1, p. 11-36, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.17951/lsmll.2023.47.1.11-36>
- LANGACKER, R. W. On grammatical categories. *Journal of Cognitive Linguistics*, v. 1, p. 44-79, 2015.
- LANGACKER, R. W. The integration of grammar and grammatical change. *Indian Linguistics*, v. 42, p. 82-135, 1981.
- LENNEBERG, E. H. *Biological foundations of language*. New York: Wiley & Sons, 1967.
- LEONARD, L. B. *Children with Specific Language Impairment*. 2nd ed. Cambridge: MIT Press, 2014.
- LOMLOMDJIAN, C.; MÚMERA, C. P.; LOW, D. M.; TERPILUK, V.; SOLÍS, P.; ABUSAMRA, V.; KOCHEN, S. *The right hemisphere's contribution to discourse processing: a study in temporal lobe epilepsy*. *Brain and Language*, v. 171, p. 31-41, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bandl.2017.04.001>
- MARCUS, G. F.; RABAGLIA, C. D.; RABAGLIATI, H. Modularity and descent-with-modification. In: BOECKX, C.; GROHMANN, K. K. (eds.). *The Cambridge handbook of biolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 326-340.
- MARSHALL, J. C. Foreword. In: YAMADA, J. E. *Laura: a case for the modularity of language*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1990. p. vii-xi.

- MILLOTTE, S.; CAUVET, E.; BRUSINI, P.; CHRISTOPHE, A. Discovering word forms and word meanings: the role of phrasal prosody and function words. In: BOECKX, C.; GROHMANN, K. K. (eds.). *The Cambridge handbook of biolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 86-93.
- NEWMAYER, F. J. *Generative linguistics: a historical perspective*. London; New York: Routledge, 1996.
- NATHAN, G. Phonemes as mental categories. In: TWELFTH ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, Berkeley, 1986. *Proceedings...* Berkeley, p. 212-223, 1986.
- NATHAN, G. Phonology. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (eds.). *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. New York; Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 611-631.
- NATHAN, G. *Phonology: a cognitive grammar introduction*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2008.
- NERLICH, B.; CLARKE, D. D. Cognitive linguistics and the history of linguistics. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (eds.). *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. New York; Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 589-607.
- NERLICH, B.; CLARKE, D. D. Mind, meaning, and metaphor: the philosophy and psychology of metaphor in nineteenth-century Germany. *History of the Human Sciences*, v. 14, p. 39-61, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1177/09526950122120952>
- NERLICH, B.; CLARKE, D. D. Semantic fields and frames: historical explorations of the interface between language, action and cognition. *Journal of Pragmatics*, v. 32, n. 2, p. 125-150, 2000. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/S0378-2166\(99\)00042-9](http://dx.doi.org/10.1016/S0378-2166(99)00042-9)
- NESSET, T. *Abstract phonology in a concrete model*. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 2008.
- NUYTS, J. Cognitive linguistics and functional linguistics. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (eds.). *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 543-565.
- PARRET, H. *Discussing language*. The Hague: Mouton, 1974.
- PAUL, H. *Principles of the History of Language*. London: Sonnenschein, 1888.
- PIATTELLI-PALMARINI, M. Biolinguistics yesterday, today, and tomorrow. In: BOECKX, C.; GROHMANN, K. K. (eds.). *The Cambridge handbook of biolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 12-21.
- PIATTELLI-PALMARINI, M.; BERWICK, R. C. (eds.). *Rich languages from poor inputs*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- PINKER, S. *Language learnability and language development*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- PINKER, S. *Learnability and cognition: the acquisition of verb-argument structure*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- POSTAL, P. The best theory. In: PETERS, S. (ed.). *Goals of linguistic theory*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1972. p. 131-170.
- SEUREN, P. A. M. *Chomsky's minimalism*. New York: Oxford University Press, 2004.
- SILVA, A. A linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 1, n. 1-2, p. 59-101, 1997.

- SILVA, G. (forthcoming). *Toward the union of generative grammar, cognitive linguistics and emergentism in biolinguistics*.
- SINANOVIC, Osman; MRKONNJIC, Z.; ZUKIC, S; VIDOVIC, M.; IMMAMOVIC, K. Post-stroke language disorders. *Acta Clinica Croatia*, v. 50, n. 1, p. 79-94, 2001.
- SMITH, N.; TSIMPLI, I.-M. *The mind of a savant: language learning and modularity*. Oxford; Cambridge, Mass: Blackwell, 1995.
- TALMY, L. *Toward a cognitive semantics*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2v, 2000.
- TAYLOR, J. R. Cognitive linguistics and autonomous linguistics. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (eds.). *The Oxford Handbook of cognitive linguistics*. New York; Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 566-588.
- TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization*. 3rd ed. Oxford; New York: Oxford University Press, 2003.
- TRAXLER, M. J.; GERNSBACHER, M. A. (eds.). *Handbook of psycholinguistics*. 2nd ed. Amsterdam; Boston: Elsevier/Academic Press, 2006.
- UNGERER, F.; SCHMID, H.-J. *An introduction to cognitive linguistics*. London; New York: Longman, 1996.
- UNTERBECK, B.; RISSANEN, M.; NEVALAINEN, T.; SAARI, M. (eds.). *Gender in grammar and cognition*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000.
- VIHMAN, M.; CROFT, W. Phonological development: toward a "radical" templatic phonology. *Linguistics*, v. 45, n. 4, p. 683-725, 2007. Doi: <https://doi.org/10.1515/LING.2007.021>
- WILLIAMS, C.; WRIGHT, B. *How to live with Autism and Asperger Syndrome: practical strategies for parents and professionals*. London, Philadelphia: Jessica Kingsley Publishers, 2004.
- YAMADA, J. E. *Laura: a case for the modularity of language*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1990.

Da regularidade discursiva nos encadeamentos midiáticos: casos “Zé Pilintra” e carretas pró-impeachment

On Discursive Regularity in Media Linkages: “Zé Pilintra” and Pro-impeachment Motorcade Episodes

Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) | FAPERJ | Rio de Janeiro | RJ | BR
brunodeusdara@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0003-0429-8580>

Estêvão Carvalho Freixo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) | Rio de Janeiro | RJ | BR
estevaofreixo@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-2910-0836>

Nathália Adelaide Figueiredo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) | FAPERJ | Rio de Janeiro | RJ | BR
nathaliafigueiredo22@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0003-1580-9358>

Resumo: Este trabalho realiza um exame comparativo de dois episódios de nossa história política que sugerem a existência de certa regularidade na forma como hoje se coordenam as instâncias midiáticas responsáveis pela circulação do discurso político. Diante da similaridade dos encadeamentos formados entre tais instâncias e das consequências geradas em cada um dos casos, foi estabelecido como objetivo de pesquisa a análise do circuito que as interliga, com o que parecem se coordenar uma série de respostas que terminam por estabilizar uma engrenagem comunicacional efetuada em cadeia. Para pavimentar o percurso de análise, foram conjugados os conceitos de *cadeia de gêneros* (Swales, 2004), que serve ao propósito de se investigar o modo como se associam os gêneros discursivos, e *encadeamento midiático* (Primo, 2008), com o qual se deve supor que os diferentes níveis de mídia hoje funcionam de forma articulada pela via de mecanismos intertextuais. Procedendo-se a uma análise das estratégias de retomada utilizadas em cada uma das instâncias comunicacionais, verificou-se que, na cadeia examinada, a TV exerce uma função centralizadora, na medida em que oferece o impulso inicial à formação do circuito no qual os gêneros vão aparecer justapostos, sempre retomando o conteúdo por ela transmitido. Com o estímulo inicial da difusão televisiva, os episódios são comentados de forma crítica nas redes sociais (notadamente no Twitter), do que decorre a representação dessa reper-



cussão nos jornais digitais, e, finalmente, atos e manifestações políticas no espaço das ruas.

Palavras-chave: cadeia de gêneros; encadeamento midiático; análise do discurso.

Abstract: This work performs a comparative analysis of two episodes of our political history that suggest the existence of a certain regularity in the way media instances responsible for the circulation of political discourse coordinate themselves today. Given the similarity of the linkages formed between such instances and the consequences generated in each case, the research aim was the analysis of the circuit that interconnects them, with which a series of responses seem to coordinate themselves and stabilize a sort of chain communication mechanism. To build our analytical path, the concepts of *genre chain* (Swales, 2004), which serves the purpose of investigating how discursive genres are associated, and *mediatic linkage* (Primo, 2008), with which one must assume that the different media levels function in an articulated way supported by intertextual mechanisms, were combined. Through the analysis of the resumption strategies used in each of the communicational instances, the analysis displayed that, in the examined chain, the TV exerts a centralizing role insofar as it provides the initial motion that generates the circuit in which genres appear juxtaposed, always recovering the television content. From this initial stimulus, episodes are critically commented on in social media (notably on Twitter), which leads to the representation of this repercussion in digital newspapers, and, finally, in political acts and manifestations in the streets.

Keywords: genre chain; media linkage; discourse analysis.

1 Introdução

Comparados os estilos de vida que entre a década de 1980 e os dias atuais foram experimentados nos grandes centros urbanos, não há dificuldade em se verificar que as modalidades de texto digital provenientes das tecnologias comunicacionais desenvolvidas ao final do século XX levaram a dinâmica das relações humanas a sofrer mudanças sensíveis e definitivas. Plataformas de comunicação multimodal viabilizadas com o aparecimento da *internet* multiplicaram os espaços virtuais destinados ao convívio, trabalho e demais atividades¹. Como resultado dessas transformações, parecemos estar hoje divididos entre dois mundos que, embora distintos, permanecem em constante relação: o habitual mundo presencial, do corpo a corpo, da experiência multissensorial, ao qual antes se atribuía a incontestável categoria do “real”; e a esfera da comunicação a distância, que permanentemente se expande com espaços e ferramentas cibernéticos de interatividade.

Uma viva ilustração da coexistência entre as experiências *on-line* e *off-line* se encontra, sem dúvida, na esfera do debate político. A exemplo disso, o amplo alcance das manifestações ocorridas em nosso país durante as chamadas “jornadas de junho”², ocorridas em 2013, parece ter se dado em razão do intenso intercâmbio que, à época, pôde se constituir entre o ambiente digital e o espaço das ruas, do que resultou uma espécie de circuito por meio do qual ambas as instâncias passaram a se alimentar reciprocamente.

Por ocasião das mobilizações populares em 2013, o ativismo na *web* serviu a diferentes objetivos práticos, como o planejamento de atos de protesto, o registro da evolução das passeatas, a captura da atividade policial e várias outras ocorrências situadas no mundo *off-line*. Iniciativas “ao vivo” eram capturadas *in locu* e depois retomadas no ambiente *on-line* para produção e difusão de narrativas. Buscava-se apreender a vida nas ruas, para propagar sua importância nas plataformas virtuais³.

Nesse contexto, promoviam-se novas leituras sobre a experiência do “real”, e as redes sociais começavam a ganhar vida própria, estabelecendo uma espécie de concorrência com a chamada mídia de massa. As narrativas coletivas se diversificavam enquanto os antigos conglomerados de telecomunicações perdiam parte considerável do monopólio que possuíam em relação à leitura da vida pública.

De outra parte, o ativismo virtual parece ter conquistado uma considerável autonomia nos últimos anos, passando os movimentos de protesto e as estratégias de intervenção a ser elaborados, processados e ativados no interior do próprio universo digital. A antiga sensibilidade que encarava as ruas como o lugar mais adequado à manifestação política foi se

¹ Sobre a utilização das plataformas virtuais nos ambientes de trabalho e sua função no modelo econômico pós-industrial, ver os trabalhos de Amorim, Cardoso e Bridi (2022) e Oliveira, Carelli e Grillo (2020).

² Em que pese a disputa de sentidos em torno das motivações ideológicas que lhe teriam dado causa, as “jornadas de junho”, ocorridas em 2013, talvez possam ser descritas como um conjunto de grandes levantes que, naquele ano, tomaram as ruas do país em manifestação contra o governo federal (Braga, 2015, Online).

³ A esse respeito, recomendamos a pesquisa de Morales, Souza e Rocha (2013), que em meio ao calor dos eventos, examinaram o papel da mídia alternativa na evolução das manifestações populares contra o poder público. O artigo dedica maior atenção à atuação do grupo “Mídia Ninja”, que fazia uso de tecnologias móveis e conexões sem fio para apurar, editar e transmitir no ambiente das redes as ocorrências registradas no mundo *off-line*.

substituindo pela percepção de que o mundo *off-line* e o ambiente das redes são igualmente apropriados ao confronto ideológico⁴.

Tendo como pano de fundo essas transformações desencadeadas pelo avanço tecnológico, desejaríamos neste trabalho comparar dois episódios de nossa história política que parecem sugerir a existência de uma regularidade na ação coordenada de instâncias comunicacionais que hoje articulam o espaço das ruas com as superfícies textuais disponibilizadas no mundo virtual.

Uma dessas ocasiões diz respeito ao debate televisionado no segundo turno das eleições para a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2020, cuja transmissão ficou especialmente marcada por um comentário no qual o candidato Marcelo Crivella caracterizava seu adversário Eduardo Paes comparando-o a uma entidade ligada a religiões de matriz africana (O Dia, 2020, *Online*; Kneipp, 2020, *Online*). Zé Pelintra, guia espiritual incorporado em terreiros de cultos afro-diaspóricos, é representado, especialmente na cultura da Umbanda, pela figura tipificada de um “malandro carioca” do início do século XX. A comparação sugerida entre Paes e “Seu Zé”, como se diz no uso corrente, foi indicada pelo pastor com menção ao chapéu utilizado pelo ex-prefeito carioca durante os desfiles de carnaval em que esteve presente, o mesmo chapéu que serve de adereço à imagem encarnada do nome afro-brasileiro.

O efeito que se seguiu à fala de Marcelo Crivella, que veio a ser tomada como a veiculação de um preconceito religioso e racial, foi uma prolífera produção de memes, charges e *posts* que criticamente respondiam o comentário do pastor, apresentando Zé Pelintra, em lugar de Eduardo Paes, como seu opositor. Ato contínuo à circulação de *posts* anônimos foi o destaque concedido pelos jornais digitais à repercussão da fala de Crivella nas redes sociais. Em último avanço, as ruas foram preenchidas por eleitores vestindo o característico chapéu panamá no dia da votação nas urnas.

A outra circunstância, que, com a primeira desejamos comparar, diz respeito ao colapso no sistema de saúde em Manaus durante a pandemia, dada a escassez de oxigênio nas redes hospitalares. A dificuldade do governo federal em manejar as condições sanitárias de enfrentamento ao vírus se traduziu, nesse momento, em clímax de inabilidade e negligência em relação à saúde tanto de pessoas potencialmente afetáveis pelo vírus quanto de outras já contaminadas que vieram a perder sua vida pela falta de cuidado e planejamento estatal (Gussen, 2021, *Online*; Rede Brasil Atual, 2021, *Online*).

O episódio, amplamente difundido na TV e nos jornais, produziu nos estrados virtuais intensa mobilização pelo *impeachment* (impugnação de mandato) do então presidente Bolsonaro. Suas repercussões foram, como no caso anterior, destacadas em manchetes e matérias jornalísticas, culminando na organização de atos de protesto em diferentes regiões do país.

Diante da similaridade dos encadeamentos formados entre as instâncias comunicacionais nos dois casos descritos, estabeleceremos como objetivo deste trabalho o exame do circuito que as interliga, coordenando uma série de respostas que, dada a sequência regular em que se atualizam, terminam por estabilizar um tipo de engrenagem comunicacional efe-

⁴ Uma importante referência nesse sentido é, sem dúvida, o trabalho de Earl e Kimport (2011), que estudando as transformações possibilitadas pela web na realização das atividades de protesto, distribuíram os formatos de mobilização acionados no ambiente virtual em três categorias: as e-mobilizações, que apenas utilizam a internet como meio de compartilhamento de informações; os e-movimentos, em que a organização e a participação nos protestos ocorrem de forma inteiramente on-line; e as e-táticas, que combinam elementos das esferas on-line e off-line.

tuado em cadeia. Nessa direção, supomos a existência de um acoplamento habitual entre as instâncias da TV, das redes sociais, do jornal digital e do espaço das ruas, que juntas parecem integrar um fluxo discursivo organizado em um arranjo particular e relativamente constante.

Para pavimentar nosso percurso de análise, conjugaremos a ampla noção bakhtiniana de *gênero de discurso*, essencialmente definida pela identidade da produção enunciativa com a esfera da atividade humana a qual ela responde (Bakthin, 1997, p. 279), com o conceito de *cadeia de gêneros* (Swales, 2004, p. 18), que introduz o problema de se investigar as formas por meio das quais os gêneros podem funcionar de modo associado. Nessa direção, em lugar de nos voltarmos para os funcionamentos genéricos em seus modelos individuais, verificaremos a possibilidade de existência de uma institucionalidade que possa estar entre eles estabelecendo funções ou posições especiais no circuito de produção discursiva que parecem integrar.

Selecionamos, para a composição do conjunto documental a ser examinado, um total de oito matérias produzidas em jornal digital, distribuídas quatro a quatro para cada um dos episódios considerados, além do material divulgado em TV, cujo conteúdo consultamos no portal de vídeos Youtube. Os materiais em *streaming* foram disponibilizados no mesmo dia das transmissões televisivas, à exceção do debate entre Crivella e Paes, que foi acrescentado ao acervo do canal no dia seguinte à data de sua exibição na TV.

Os textos que comentam a fala do candidato Crivella foram publicados entre 27/11/20 e 30/11/20, e cobrem o período compreendido entre a transmissão do debate e o dia seguinte ao resultado nas urnas. As matérias noticiam tanto a repercussão nas redes sociais do debate televisionado como os efeitos ulteriores da polêmica no ambiente *off-line*.

Já as reportagens sobre as mobilizações em favor do *impeachment* do presidente Bolsonaro incluem publicações realizadas entre 15/01/2021 e 22/01/2021, prolongando-se, assim, do dia subsequente à difusão televisiva da falta de oxigênio em Manaus até as manifestações contra o presidente em diferentes regiões do país. Esses textos comentam as repercussões da crise de saúde no Twitter e os atos de protesto que, em seguida, vieram a se organizar. Todo o material recolhido foi organizado em ordem cronológica para viabilizar o exame da sequência segundo a qual os gêneros envolvidos na produção de cada evento discursivo formam entre si um encadeamento aparentemente regular.

Daremos início à discussão com a retomada de algumas contribuições feitas ao campo da Comunicação Social sobre o advento da cultura midiática e o encadeamento que, nesse contexto, tornou-se possível entre as diferentes instâncias de comunicação. Em seguida, nos voltaremos ao material textual selecionado, para analisar as relações que a instância intermediária do jornal digital mantém com as esferas da TV, das redes sociais e o ambiente *off-line*, sobre os quais incidem seus comentários. Finalmente, verificaremos a possível existência de formas de hierarquia e ordenamento desde as quais as relações entre essas esferas podem estar sendo geridas.

2 A emergência da cultura midiática e o hibridismo das mídias

Uma importante observação feita pelos que se interessam por estudos comunicacionais ligados ao setor midiático diz respeito às articulações possibilitadas pelas novas tecnologias entre os diferentes meios de comunicação. Segundo pensam esses pesquisadores, essa mudança teria suscitado a tarefa de se compreender as transformações históricas responsáveis pela

substituição de um modelo de consumo essencialmente coletivo e passivo por outro mais individualizado e ativo, oportunizado pela inserção de novos equipamentos que demandam do consumidor a busca personalizada de conteúdos disponíveis nos variados dispositivos eletrônicos e digitais.

Tal leitura das atividades comunicacionais parece ter sido introduzida pela semiótica Lucia Santaella (2003, p. 52), para quem uma “cultura das mídias” teria se apresentado a partir da década de 1980 como cenário intermediário entre a velha cultura de massa e uma cultura digital, desenvolvida em decorrência da informatização das tecnologias de mídia. Para descrever esse processo de transição, a autora se refere a uma sequência de diferentes “formações culturais” desde as quais distintos níveis de uso da linguagem teriam gradativamente se constituído. Haveriam assim se formado as culturas oral, escrita, impressa, de massas, das mídias e digital (Santaella, 2003, p. 13). Tais formações, em lugar de asfixiarem cada uma delas seu nível cronologicamente anterior, haveriam surgido de modo a se sobreporem umas às outras, passando todas, no momento de sua emergência, a se relacionarem com as já existentes no seio da cultura – “uma nova formação comunicativa e cultural vai se integrando na anterior, provocando nela reajustamentos e refuncionalizações” (Santaella, 2003, p. 13). Com Kerckhove, Santaella (2003, p. 80) se refere os anos 1970 como início de

um processo progressivo de convivência da televisão com o ininterrupto surgimento de novas máquinas, equipamentos e produtos midiáticos que apresentam uma lógica distinta daquela que é exibida pelos meios de massa: máquinas de xerox, a distribuição universal de máquinas de fax, videocassete, videogames, segmentação das revistas e programas de rádio para públicos específicos, TV a cabo etc., enfim, novos processos comunicacionais a que chamo de cultura das mídias.

Acredita a autora que ao final dos anos 1980 o termo “mídia” teria sido introduzido no vocabulário corrente para significar a alta transitividade e os hibridismos que se davam entre os diferentes meios de comunicação. Nesse momento, teriam as diversas mídias passado a integrar grandes conjuntos como “redes que se interligam e nas quais cada mídia particular – livro, jornal, TV, rádio, revista etc. – tem uma função que lhe é específica” (Santaella, 2003, p. 53). A vida pública estaria então submetida a um processo de reorganização de seus fluxos comunicativos e informacionais.

Dentre outros fatores, Santaella (2003, p. 79) defendeu que fosse um traço fundamental da “cultura das mídias” sua capacidade de retirar o público da passividade antes naturalizada, especialmente pela centralidade das produções de TV: “A lógica da televisão é a de uma audiência recebendo informação sem responder. O único *feedback* possível se dá através de mediações, padrões de compra e estudos de mercado”. A possibilidade da “busca da informação e do entretenimento que desejamos encontrar” (Santaella, 2003, p. 16) concedida pela profusão dos novos meios midiáticos introduzidos no final do século passado teria tornado possível a mobilização ativa de conteúdos produzidos em diferentes suportes, fazendo aos poucos declinar a hegemonia da cultura de massas.

3 Do encadeamento entre as instâncias midiáticas

Da destituição do privilégio dos meios massivos e da informatização de um complexo midiático multifacetado, desdobraram-se ainda outras questões, como a abertura de espaços de participação e livre expressão coletiva e a organização de uma indústria comunicacional em que diferentes níveis de mídia mantêm entre si tipos especiais de inter-relação. Esse processo de imbricação dos extratos midiáticos foi comentado pelo jornalista gaúcho Alex Primo em uma época em que a produção de *blogs* se avultava, oferecendo-se como categoria que a um só tempo respondia e alimentava os meios massivos.

Veja-se por exemplo os blogs de reconhecidos articulistas em grandes portais jornalísticos. Os canais de TV aberta, por sua vez, aprenderam como utilizar sites, fóruns e salas de bate-papo para manter a atenção de seus espectadores/consumidores. (Primo, 2008, p. 5)

Os [blogueiros] entrevistados informaram relatar notícias recebidas alhures quando têm algo a comentar ou criticar. Ou seja, reverberam e debatem informações da mídia de massa e de nicho, que não oferecem espaços conversacionais. A relação inversa também é verdadeira. Veículos de massa e de nicho hoje prestam atenção em blogs para se pautar. A coluna “Toda Mídia” da Folha de São Paulo, por exemplo, relata o que vem sendo discutido na blogosfera. A blogueira Eva, entrevistada nesta pesquisa, lembrou que os veículos tradicionais acompanharam a cobertura que os blogs deram à polêmica publicação do vídeo da modelo Daniela Cicarelli no YouTube (Primo, 2008, p. 12).

No âmbito dos estudos discursivos, as pesquisas que se aplicam à análise das articulações existentes entre gêneros de discurso parecem se ajustar ao propósito de se investigar os aspectos linguístico-discursivos envolvidos na atividade comunicativa que interliga as diferentes instâncias midiáticas. Seja nos desdobramentos da sociorretórica do estadunidense John Swales (1990, 2004), seja nas derivações provenientes das pesquisas conduzidas por Norman Fairclough (2001), tais estudos têm por hábito privilegiar a premissa bakhtiniana do dialogismo como princípio geral da linguagem. Aplicam esse princípio, todavia, de modo a considerá-lo no contexto das relações em que se conjugam os diferentes gêneros de discurso. Seu argumento central vai no sentido de que a atividade languageira se distribui em variados gêneros que, a despeito de sua organização própria, operam associadamente⁵.

No contexto do qual ora nos ocupamos, interessa-nos aproveitar o que veio a ser chamado por John Swales de *cadeia de gêneros* (cadeia intertextual, nos termos de Fairclough) para conceder um tratamento discursivo à inter-relação entre instâncias midiáticas que, na linguagem de Alex Primo, restou identificada com a noção de *encadeamento midiático*. Operando essa

⁵ De certo modo, pode-se dizer que essa consideração às relações existentes entre diferentes gêneros de discurso tenha sido possibilitada pela introdução da noção de intertextualidade, oferecida por Julia Kristeva (2005, p. 71) aos estudos discursivos para indicar a necessidade de se conceber um caminho adequado ao estudo das ligações que todo texto invariavelmente possui com outros com os quais se comunica.

articulação conceitual, acreditamos poder avançar na consideração linguística à inter-relação das mídias que já em Primo se insinuava:

Esta interpenetração entre os níveis de massa, de nicho e micromídia será aqui chamada de “encadeamento midiático”. Através deste fenômeno é possível também observar uma *intertextualidade* entre os veículos dos diferentes níveis midiáticos. (Primo, 2008, p. 6, grifo nosso)

Na perspectiva de Swales, considerou-se importante destacar as regularidades que gerem os conjuntos de gêneros organizados em cadeia, o que garante certa previsibilidade na passagem de um gênero a outro (Nobre; Biasi-Rodrigues, 2012, p. 217). Além de se admitir a propensão que os gêneros possuem a responder aos que com eles mantêm relações habituais, cogitou-se dividir as diferentes cadeias em dois grandes grupos: (1) as que se organizam formalmente no interior de ambientes institucionais específicos, e (2) as que, de forma espontânea, coordenam gêneros de domínios institucionais distintos. Dois exemplos oferecidos por Norman Fairclough na obra *Discurso e Mudança Social* podem nos ajudar a ilustrar a diferença entre os dois modelos de encadeamento:

As cadeias intertextuais podem constituir relações transformacionais relativamente estabelecidas entre tipos de texto (como na relação entre consulta médica e registros médicos, ou as rotinas para transformar reportagens em artigos de jornal). (Fairclough, 2001, p. 169)

Um discurso importante do presidente Gorbachev será transformado em textos da mídia de vários tipos em cada país do mundo, em reportagens, análises e comentários por diplomatas, em livros e artigos acadêmicos, em outros discursos que o parafraseiam, o elaboram, respondem a ele e assim por diante. (Fairclough, 2001, p. 167)

As descrições acima recuperadas correspondem às cadeias admitidas na tipologia de Swales como simples e complexas, uma nomenclatura que, em nossa opinião, parece não sinalizar de modo suficiente o critério da diversidade institucional com o qual deveriam ser distinguidos os diferentes tipos de encadeamento⁶. Por outro lado, acreditamos que a indicação de um contraste a separar cadeias que poderiam ser classificadas como *híbridas* ou *não-híbridas* talvez contribuísse para uma caracterização mais efetiva desses dois grupos que, nos exemplos acima, representamos.

Outro importante fator na compreensão de Swales sobre o funcionamento das cadeias de gênero é a cronologia em que os textos encadeados se comunicam, configurando uma sequencialidade própria à sua rede intertextual. De nossa parte, pensamos ser mais constante a ordem em que os gêneros se distribuem em uma cadeia do que o intervalo de tempo que efetivamente os separa.

⁶ A essa altura, avançamos com o uso intercambiado das expressões “cadeia” e “encadeamento” para fortalecer a articulação que antes propomos entre as noções de *cadeia de gêneros* e *encadeamento midiático*.

Dois exemplos extraídos da experiência comum poderiam bem demonstrar essa diferença entre sequência e disposição intervalar em uma cadeia de gêneros. O primeiro diz respeito à sucessão de textos e interlocuções envolvidos no processo de publicação de um artigo em um periódico científico, que costumam seguir uma ordem relativamente fixa, enquanto o prazo implicado na aceitação e divulgação do material remetido à revista pode variar de poucos meses a alguns anos. No segundo, temos o espaço de tempo compreendido entre o atendimento na recepção de uma clínica e a posterior consulta com o médico especialista, que é certamente mais variável que a própria sequência em que esses gêneros se organizam. Entre o atendimento e a consulta, de poucos minutos a algumas horas. Mas sempre o atendimento primeiro, a consulta depois.

Apesar da prevalência da ordem sequencial sobre a estrutura temporal das cadeias, o contato com nosso objeto de pesquisa nos levou à percepção de que o ritmo de comunicação entre as instâncias midiáticas envolvidas no encadeamento pelo qual nos interessamos é especialmente acelerado e, segundo nos parece, consideravelmente regular. É provável que o ritmo que se imprime no circuito aqui analisado deva a velocidade de seu passo ao critério da atualidade com que as notícias devem circular. Em ambos os casos, as cadeias chegam a seu termo em um espaço de aproximadamente quatro dias, o que percebemos como um ritmo consideravelmente apressado, dado o trabalho necessário às instâncias envolvidas para produzirem seu conteúdo na linha sucessiva em que se combinam. Além disso, as produções textuais que compõem os encadeamentos guardam entre si o pequeno intervalo de aproximadamente um dia, o que ainda mais evidencia o frenesi com que os circuitos se desenvolvem. Com maior probabilidade, o pulso espontâneo e imediato da rede social é o que em maior medida contribui para marcar a rápida velocidade com que os gêneros se cadenciam nessas redes comunicacionais. Por essas razões, preservaremos como um objetivo acessório neste trabalho a descrição da forma como a evolução de nosso encadeamento transcorre no tempo, em que pese as considerações anteriores sobre a alta variabilidade dos intervalos temporais nas cadeias de gênero.

Finalmente, serão ainda de nosso interesse as modalidades intertextuais com as quais os gêneros de nossa cadeia se vinculam em sua ordem sequencial, já que as estratégias de recuperação enunciativa são habitualmente tomadas como um componente definidor não apenas do funcionamento genérico, como também da operacionalidade com a qual as cadeias de gênero alcançam sua estabilidade.

Gêneros particulares são associados com 'modos de intertextualidade' (manifesta) particulares. Por exemplo, a frequência, os modos e as funções de representação do discurso são bastante diferentes em uma reportagem do noticiário, em uma conversa ou em um artigo científico. [...] não se espera que um relato literal de uma conversa ou mesmo de um tribunal seja necessariamente perfeito em palavras, enquanto uma citação de um artigo científico em um outro deveria ser. Ou ainda, enquanto as representações da fala de outros numa conversa frequentemente tentam capturar aspectos do estilo, no qual as coisas foram ditas, isso é raramente assim nas reportagens do noticiário. Em termos mais gerais, a extensão em que outros textos figuram em um texto depende do gênero, assim como ocorre com as formas de intertextualidade manifesta que são usadas e com os modos nos quais outros textos funcionam dentro de um texto. (Fairclough, 2001, p. 164-165)

No segmento abaixo, Nobre e Biasi-Rodrigues (2012, p. 214) ressaltam a especificidade que a noção de dialogismo toma quando aplicada ao funcionamento das cadeias de gênero, que operam a relação entre um conjunto de gêneros dando preferência a modalidades intertextuais particulares.

Nas cadeias de gêneros – uma forma específica de relação dialógica –, as relações que se estabelecem entre os gêneros que as constituem são tomadas como dadas antes mesmo de sua real produção (materialização textual), diferentemente do dialogismo que, embora constitutivo da linguagem, nos põe diante de uma infinidade de possibilidades que nos leva a generalizações um tanto vagas e imprecisas quanto ao vínculo que determinados gêneros têm entre si. Em suma, a concepção de cadeia dá conta das relações preestabelecidas entre determinados gêneros discursivos, de modo que sua realização textual ratifica esse estado de predisposição; ao passo que a concepção dialógica dos enunciados dá conta das potenciais (e portanto imprevisíveis) relações que textos específicos possam manter, de modo que é preciso verificar cada exemplo em sua singularidade na materialização textual.

Para examinar as estratégias de recuperação textual, privilegiaremos o que eventualmente veio a ser nomeado como *representação do discurso*, ainda que por enquanto não se lhe tenha concedido, até onde sabemos, tanta ênfase na reflexão teórica. O debate em torno da representação discursiva está ligado à necessidade de se avançar nas investigações sobre o princípio dialógico.

De Montaigne a Benveniste passando por Bakhtin, ainda não terminamos de descobrir que a fala pressupõe uma pessoa a quem não apenas se dirige, mas que é constitutiva dela. [...] Partindo da ideia de que há necessariamente [ou “de que há pelo menos”, segundo nos parece mais conveniente dizer] dois personagens de discurso, de estatutos diferentes, observados de alguma forma de fora, outro passo a dar é o de se estudar a apreensão que eles têm um do outro. Assim, diversas obras de diversas origens se empenham em identificar o modo como o locutor apreende a pessoa do outro no diálogo. (Spinola, 2000, p. 9, tradução nossa)

Admitindo-se, assim, que os enunciados respondem e se antecipam uns aos outros, foi também preciso reconhecer que “todo discurso comporta uma parte de representação daquele que precede” (Spinola, 2000, p. 13, tradução nossa).

Já no trabalho de Norman Fairclough, enfatiza-se o uso da expressão “representação de discurso” em substituição à terminologia “discurso relatado”, utilizado na análise linguística para se referir ao modo como um texto pode se reportar a outro.

Uso o termo ‘representação de discurso’ em lugar do termo tradicional ‘discurso relatado’ porque (1) ele capta melhor a ideia de que, quando se ‘relata’ o discurso, necessariamente se escolhe representá-lo de um modo em vez de outro; e (2) o que está representado não é apenas a fala, mas também a escrita, e não somente seus aspectos gramaticais, mas também sua organização discursiva, assim como vários outros aspectos do evento discursivo - suas circunstâncias, o tom no qual as coisas foram ditas, etc. (Fairclough, 2001, p. 153)

Para nós, será mais conveniente nos referirmos à representação do discurso na acepção genérica que Spinola atribui à noção de “retomada”, antes sugerida por Robert Vion (1992, p. 2015 apud Spinola, 2000, p. 11) com o objetivo exclusivo de indicar a citação direta de um texto. A autora, mesmo reconhecendo sua estreita conexão com o que normalmente se entende por discurso relatado, preferiu assegurar ao termo um sentido mais dilatado: “Parece-nos mais adequado [...] alargar a noção geral de retomada: no que se segue, falaremos, pois, de vários tipos de retomadas como, por exemplo, a de um tema ou a de um ponto de vista subjacente ao discurso” (Spinola, 2000, p. 12, tradução nossa). Não estando, assim, limitados à análise da mecânica intertextual das citações, pretendemos garantir maior mobilidade na descrição da forma como cada gênero pode se ligar a um ou vários outros, organizando redes intertextuais de funcionamento relativamente estável.

4 Análise comparativa dos episódios

Concluída a discussão teórica, damos início agora à análise comparativa dos casos, considerando inicialmente o aspecto cronológico envolvido nos eventos para, em seguida, comentar as estratégias de representação discursiva utilizadas nos gêneros que articulam a cadeia híbrida aqui examinada.

4.1. Da cronologia dos eventos

Como já havíamos adiantado, será importante para nós considerar o espaço de tempo a separar as comunicações efetuadas por cada um dos gêneros que integram o encadeamento midiático objeto deste trabalho. Isso porque parece ser uma característica geral de seu funcionamento que a sequência de respostas produzidas na cadeia se realize em um ritmo particularmente acelerado e regular. Tomaremos então essa especificidade como um dos critérios por meio dos quais se poderá cogitar a existência de uma estabilidade no circuito textual que aqui analisamos.

Sendo este o caso, caberia então fazer uma separação inicial entre *sequência* e *cronologia* que parece não ter sido uma questão importante nas investigações de Swales sobre as cadeias de gêneros. No que se refere à aludida distinção, não há maiores dificuldades em se precisar que a ideia de sequência (temporal) estaria identificada à indicação de um dado conjunto de elementos que, no tempo, se apresentam organizados segundo uma ordem específica. Ao se falar em cronologia, por outro lado, seria preciso acrescentar que essa ordem deve ser registrada com o auxílio de certos índices de medida temporal (segundo, hora, dia, ano etc.). Nesse passo, uma coisa seria, por exemplo, descrever a série na qual se organizam os gêneros que juntos levam à apresentação de uma comunicação oral em congresso: (1) chamada para o evento, (2) envio de resumo, (3) carta de aceitação, (4) apresentação do trabalho; outra, em contraste, seria apontar o momento preciso em que os textos da cadeia vieram se juntar à sequência, o que adicionalmente permitiria ao investigador representar a estrutura temporal específica em que o encadeamento analisado pôde enfim se atualizar: chamada para o evento (21/09/22), envio de resumo (03/10/22), carta de aceitação (26/11/22), apresentação do trabalho (22/11/22).

Ainda no mesmo exemplo, se poderia dizer que o circuito cuja rede textual que termina com a apresentação do trabalho científico não tem por regra concluir-se em um período de tempo inferior a um mês. Por outro lado, não costuma exceder o limite de um ano. E o espaço entre as comunicações efetuadas ao longo de sua cadeia corresponde a intervalos aproximadamente mensais, mas, às vezes, menores. Diferentemente, os gêneros produzidos durante uma visita a um clínico especialista (atendimento com recepcionista, consulta médica, prescrição), seguem um padrão temporal seguramente muito mais exíguo.

Pode-se assim dizer que, em alguns casos, não apenas a ordem dos textos se configura como um traço distintivo de uma cadeia de gêneros, mas também a forma como os textos se situam e se separam uns dos outros ao longo do tempo, conferindo à cadeia uma estrutura temporal particular.

Isto posto, será agora importante que indiquemos os marcos temporais que registram a articulação de nossa cadeia de gêneros, desejando assim sustentar que a consistência de sua organização temporal é também um elemento que confirma a estabilidade de seu funcionamento. Nos dois casos examinados, retrataremos a sequência dos gêneros implicados no encadeamento, começando pela transmissão televisiva, passando pela informação de sua repercussão nas redes, e concluindo com a comunicação de seus efeitos nas ruas, o que faz de nosso encadeamento uma cadeia de tipo híbrida, como antes indicamos, dada a variedade institucional que a caracteriza.

Inicialmente, indicaremos ao leitor os links por meio dos quais se pode recuperar os conteúdos televisivos e digitais que compõem o conjunto documental aqui reunido. Os endereços digitais foram organizados segundo a ordem de seu aparecimento nos veículos de comunicação.

Tabela 1 – Caso Zé Pelintra

Conteúdo recuperado	Link de acesso
Debate televisivo	https://www.youtube.com/watch?v=Gtb7xolcTUU (comentário do candidato Marcelo Crivella aos 21:44 min)
Notícias da repercussão na internet	https://br.noticias.yahoo.com/debate-globo-prefeitura-rio-crivella-fala-em-chapeu-de-ze-pilintra-e-web-acusa-de-preconceito-e-intolerancia-religiosa-024357984.html https://odia.ig.com.br/eleicoes/2020/11/6036398-chapeuzinho-ze-pilintra-fala-de-crivella-e-criticada-na-internet.html
Notícias dos efeitos nas ruas	https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/eleitores-do-rio-usam-chapeu-de-ze-pilintra-contracrivella/ https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/30/apos-crivella-ironizar-chapeuzinho-de-ze-pelintra-acessorio-e-adotado-por-eleitores-e-aliados-de-paes.ghtml

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 – Caso *impeachment* Bolsonaro

Conteúdo recuperado	Link de acesso
Reportagens na TV	https://www.youtube.com/watch?v=9IJMPU9R9TY https://www.youtube.com/watch?v=CAw2wCns7x8
Notícias da repercussão na internet	https://www.redebrasilatual.com.br/politica/cresce-mobilizacao-nas-redes-sociais-por-impeachment-urgente-de-bolsonaro/ https://www.cartacapital.com.br/politica/em-24h-pedidos-de-impeachment-cresceram-432-nas-redes-sociais/
Notícias dos efeitos nas ruas	https://www.campograndenews.com.br/politica/carreata-na-afonso-pena-pede-vacina-ja-e-fora-bolsonaro https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/01/17/carreata-em-bh-neste-domingo-pede-impeachment-de-jair-bolsonaro.ghtml

Fonte: Elaboração própria

Em seguida, exibimos a disposição cronológica das notícias em cada um dos casos.

Tabela 3 – Caso Zé Pelintra

Debate televisivo	27/11/2020, às 22 h
Notícias repercussão na <i>internet</i>	27/11/2020, depois das 22 h
	28/11/2020, às 8:49 h
Notícias dos efeitos nas ruas	29/11/2020, às 13:07 h
	30/11/2020, às 5:01 h

Fonte: Elaboração própria

Tabela 4 – Caso *impeachment* Bolsonaro

Reportagens de TV	14/01/2021, às 17:55 h
	14/01/2021, às 19:31 h
Notícias repercussão na <i>internet</i>	15/01/2021, às 14:33 h
	15/01/2021, às 21:08 h
Notícias dos efeitos nas ruas	17/01/2021, às 11:36 h
	17/01/2021, às 12:15 h

Fonte: Elaboração própria

A proximidade entre os eventos comunicativos e a semelhança entre os dois episódios sugere que essa forma de encadeamento se organiza pela associação de gêneros discursivos coordenados por intervalos de um ou dois dias. Não apenas a ordem em que as esferas de

comunicação aparecem dispostas na cadeia – (1) TV, (2) rede social, (3) jornal, (4) via pública – como também o ritmo em que, nesses casos, se articulam suas textualidades parece indicar que, em certas ocasiões – momentos de clímax do debate político, aparentemente –, essas diferentes instâncias se afetam reciprocamente de modo a consolidar um encadeamento de caráter notadamente regular, o que talvez lhe confira certo grau de previsibilidade.

4.2 Das estratégias de representação discursiva

Já assinalamos que a sequência de gêneros desenvolvida em cada um dos episódios considerados toma impulso nos conteúdos difundidos pelas redes de televisão. Não será difícil para o leitor disso se convencer no caso da disputa entre Crivella e Paes, uma vez que os textos circulantes nas redes sociais e nos jornais digitais reverberam um debate produzido e veiculado por uma única emissora de TV. No caso da crise em Manaus, todavia, não nos vemos em condições de excluir a possibilidade de que os comentários dos internautas tenham sido provocados pela propagação inicial do fato em outras mídias que não a televisão. Podemos, no entanto, garantir que o assunto foi ao ar nos noticiários televisivos antes de ser repercutido na *web* e subsequentemente retomado nos jornais *on-line*, o que as datas e horários do material que reunimos para análise nos permitem confirmar.

Se consideramos o já mencionado processo histórico por meio do qual a centralidade das produções de TV veio a ser substituída por um cenário onde variados setores comunicacionais passaram a funcionar de forma sobreposta, poder-se-ia sugerir que essa função propulsora da televisão na coordenação dos complexos midiáticos estaria alinhada com a redução gradual de seu *status* em face à sucessiva emergência de novas formações culturais. Desse ângulo, não estando mais a TV no lugar de privilégio que antes lhe conferia um protagonismo quase isolado na esfera comunicacional, pode ter se tornado necessária a divisão do seu trabalho com outras instâncias que, nada obstante, lhe teriam ainda conservado um relativo destaque⁷. Se é assim, talvez se possa dizer que a prerrogativa hoje concedida à TV de acionar a engrenagem de um complexo encadeamento midiático está provavelmente ligada à existência na memória coletiva de resíduos de sua particular evidência durante o predomínio da cultura de massas.

Finalmente, se assumimos a tese de que, no encadeamento examinado, a TV ocupa uma posição de precedência, caberá então avaliar a modalidade de resposta por meio da qual os demais gêneros se combinam no funcionamento dessa rede textual.

Na sequência em que os gêneros se organizam em nossa cadeia híbrida, as primeiras retomadas do conteúdo televisivo aparecem no ambiente das redes sociais. São produzidas depois de um curto espaço de tempo, sobrevivendo como uma reação quase imediata expressa no calor dos acontecimentos. Em ambos os casos selecionados para este estudo, os noticiários evidenciaram a rede do Twitter como sendo o ambiente digital em que o conteúdo televisivo teria provocado maior repercussão. Por terem sido algumas das postagens integralmente replicadas no próprio corpo das matérias jornalísticas, disponibilizando-se ainda o *hiperlink*

⁷ Do ponto de vista de seu funcionamento genérico, talvez se pudesse dizer que os programas de TV, no circuito que ora examinamos, adquiriram o estatuto de *gênero irradiador*, categoria concebida por Maingueneau (2010, p. 105) para descrever os gêneros que têm “a capacidade de ativar a produção verbal de outros gêneros, de fazer falar dele, como ocorre hoje com os filmes, os vídeos na internet ou os programas de tevê”.

de acesso a sua localização na rede do Twitter, foi possível para nós acedê-las diretamente em seu ambiente original de produção e difusão.

4.2.1 Da representação discursiva nas redes

4.2.1.1 Caso Zé Pelintra

As respostas produzidas nos Tweets do caso Zé Pelintra, dividiremos em duas categorias de análise que assim classificamos: *crítica-informativa* (ou relato seguido de crítica) e *sátira*.

As críticas-informativas, postadas na mesma noite em que o debate eleitoral foi transmitido, são marcadas pelo cuidado que tiveram de informar o leitor sobre o comentário de Crivella para, apoiadas na informação difundida, criticarem a fala do pastor. Nesse episódio, a atualidade do acontecimento parece ter condicionado a produção de comentários mais didáticos, por não ser possível naquele momento pressupor que os leitores estivessem a par do ocorrido. Como, do ponto de vista pragmático, o ato de informar está na própria origem dos objetos discursivos sobre os quais poderão incidir eventuais críticas e comentários, admitiremos, para os fins desta análise, que o discurso relatado a informar a fala do Crivella é uma forma enunciativa que produz um objeto temático com a finalidade retórica de processá-lo criticamente. Os exemplos nesse sentido são os seguintes:

- (1) Para além da demonização falaciosa de uma festa que para além da cultura, gera emprego e renda, o Crivella ainda fez deboche com Seu Zé Pilintra. Estratégia para falar com sua massa neopetencostal. **Preconceito religioso. Racismo com as religiões afrobrasileiras.**
- (2) Crivella disse que Paes desfilava na Sapucaí com “chapeuzinho de Zé Pelintra”. O nome disso é **desqualificação, demonização, perseguição às religiões de matriz africana.**
- (3) Crivella usando o **preconceito evangélico** contra Crivella (sic) dizendo que ele usa chapéu de Zé Pilintra na Sapucaí. **Podre.**

Grifamos as seleções textuais, sinalizando as retomadas da voz de Crivella com sublinhado e marcando as qualificações críticas que sobre ela incidem com negrito. À exceção do Tweet (1), que, representando mais o tom e menos o conteúdo da fala do pastor, faz coincidir relato e crítica na predicação “fez deboche com Seu Zé Pilintra”, os Tweets (2) e (3) recorrem à aparente neutralidade do verbo ‘dizer’ para enquadrar a fala do candidato em uma estrutura informativa sobre a qual projetam algumas qualificações críticas. Desmembramos abaixo os fragmentos para um maior detalhamento dos efeitos comentados:

Estruturas informativas

Crivella *disse* que Paes desfilava na Sapucaí com “chapeuzinho de Zé Pelintra” – Tweet (2);

Crivella [...] *dizendo* que ele usa chapéu de Zé Pilintra na Sapucaí – Tweet (3);

Qualificações crítica

Preconceito religioso. Racismo com as religiões afro-brasileiras – Tweet (1);

desqualificação, demonização, perseguição às religiões de matriz africana – Tweet (2); preconceito evangélico. Podre – Tweet (3).

Os Tweets que incluímos na categoria *sátira* tiveram seu conteúdo postado no dia seguinte ao debate televisionado. Dado o fluxo de comentários que nas redes sociais se produzia desde o dia anterior, as novas postagens puderam nesse momento presumir a polêmica em torno da fala de Crivella como já conhecida. No plano enunciativo, essa implicitude está ligada ao fato de que as novas investidas contra o comentário do pastor puderam prescindir de sua prévia representação informativa.

De outro lado, as sátiras acrescentaram à discussão um ingrediente de humor que parece ter sinalizado a boa recepção e ampla difusão das provocações anteriores. Segundo cremos, a posição adversária à opinião de Crivella teria se visto em circunstância mais confortável quando diminuída a tensão inicial após o êxito das críticas-informativas. Por isso, talvez, os antagonistas do pastor tenham se valido de uma estratégia retórica menos hostil – ainda que igualmente combativa –, que, ao mesmo tempo, fê-los projetar o perfil de um enunciativo mais confiante.

O enquadramento humorístico dos novos Tweets foi inicialmente sinalizado nas matérias jornalísticas com a indicação das postagens de dois comediantes: Marcelo Adnet, que havia publicado um vídeo fazendo a imitação de Crivella e reproduzindo seu comentário sobre o “chapéu de Zé Pelintra”; e Yuri Marçal, com seu Tweet “Só queria uma aglomeração com meu Chapeuzinho de Zé Pilintra”.

Tendo-se ultrapassado os momentos da crítica informativa e das primeiras apreciações humorísticas do episódio, quando a comunidade adversária do candidato adquiria maior confiança, uma última etapa das repercussões nas redes consistiu na produção de enunciados que, ainda na linguagem do humor, quiseram, em relação ao próprio grupo dos enunciadores e leitores críticos, endereçar um convite à ação política, convocando-os a comparecer às urnas com o chapéu panamá de Zé Pelintra. A chamada militante se realizou com a parodização da estrutura enunciativa de *slogans* publicitários:

- (4) Coloque seu ‘chapeuzinho Zé Pilintra’ e vote certo. (Tweet)
- (5) Que tal votar “protegido” e cheio de estilo? A gente garante que vai dar aquela mídia!
(Post Instagram)

Ambas as postagens, uma no Twitter e a outra no Instagram, foram publicadas em perfis de Escolas de Samba da cidade do Rio, que aproveitaram para divulgar os chapéus com o nome da Escola. Nota-se nos dois textos a retomada do objeto produzido por ocasião das críticas-informativas, que agora aparece destacado em aspas simples e duplas. Na postagem do Instagram, como se vê, a retomada se dá por remissão ao campo semântico gerado pelo objeto, e não por sua citação direta – por isso, o uso em aspas de “protegido” ao invés de “chapeuzinho Zé Pilintra”.

4.2.1.2 Caso *impeachment* Bolsonaro

Se no primeiro caso observamos uma sequência de postagens que evoluíram da crítica-informativa à convocação militante, no episódio das manifestações pelo *impeachment* do presi-

dente Bolsonaro, tem-se a impressão de que os textos nas redes se apresentaram já de início na forma de um apelo à ação. Entretanto, somos levados a crer que essa uniformidade é um fenômeno apenas aparente. Isso porque, considerada a atividade intertextual em curso no interior de um intervalo temporal algo maior, seria preciso acrescentar o fato de que a imagem do presidente há longo tempo vinha sendo desgastada – especialmente no interior de sua comunidade opositora – em razão das estratégias por ele adotadas no enfrentamento da pandemia de covid-19.

Nesse sentido, a crise em Manaus parece ter sido recortada pelos grupos de oposição ao governo federal como clímax de uma política de saúde abertamente nefasta e há vários meses arrastada. Por essa razão, nos parece, a repercussão das redes, guardando a memória dos eventos anteriores e seus indesejáveis efeitos, pôde de imediato eclodir em palavras de ordem que pediam o afastamento do chefe de Estado.

No teor das postagens, que pressupõem um crescendo de episódios acumulados, as manifestações de protesto aparecem endereçadas ao então presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que, na ritualidade do *impeachment*, é o agente autorizado a receber e encaminhar o pedido de afastamento. De um lado, o marco temporal das enunciações se faz indicar pela inserção de índices textuais que implicitamente admitem a existência de ocorrências anteriores (“tá faltando o que?”, “O que mais você precisa, [...] quantos mais precisam morrer?”); de outro, a conversão das reivindicações em provocações diretamente endereçadas ao presidente da Câmara vai inscrever na linguagem algo como um ponto de tensão onde pôde se concentrar a energia que, durante a evolução do embate, vinha já se acumulando. De forma ainda mais evidente, a formulação de frases exclamativas e o acréscimo em *hashtag* da palavra “urgente” também sinalizam o alto nível de tensão que se fez projetar no episódio.

- (6) As pessoas estão se mobilizando pra resolver um problema de estado! @RodrigoMaia, *tá faltando o que?* **#ImpeachmentBolsonaroUrgente**
- (7) *O que mais você precisa*, @RodrigoMaia *quantos mais precisam morrer?* Impeachment já!
- (8) Avisem o Maia que o congresso pode voltar a trabalhar no sábado, não precisa esperar a próxima semana
- (9) @RodrigoMaia, Pode ser depois do café. Coragem! **#ImpeachmentBolsonaroUrgente**
- (10) O Brasil precisa voltar a respirar. **#ImpeachmentBolsonaroUrgente**
- (11) A maior urgência de todas está em jogo: a vida das(os) brasileiras(os)!!! **#ImpeachmentBolsonaroUrgente**
- (12) Cade o impeachment do presidente da república incapaz de cuidar do seu povo? **CHEGA DESSE PESADELO** @RodrigoMaia

Nos Tweets acima, utilizamos itálico nos fragmentos que pressupõem a existência prévia de episódios semelhantes, o sublinhado para sinalizar o endereçamento das postagens ao presidente da Câmara – o que adicionalmente denota a concentração de energia envolvida no evento, como antes sugerimos –, e o negrito para realçar a fórmula por meio da qual as palavras de ordem, neste caso, vieram a ser traduzidas em *hashtag* (**#ImpeachmentBolsonaroUrgente**), que é um dispositivo linguístico típico das plataformas virtuais.

4.2.2 Da representação nos jornais digitais

A instância que, em nossa cadeia de gêneros, segue imediatamente ao domínio da *web* são os jornais digitais. Uma vez refletido nas redes sociais o conteúdo transmitido pelas emissoras de televisão, os noticiários *on-line* são o espaço em que esse material é mais uma vez reverberado. O objeto de suas publicações parece ser um trabalho de transcrição comentada da repercussão da TV nas comunidades virtuais.

Sobre a orientação comunicacional na esfera jornalística, não se costuma contestar que a habitualidade nesse domínio seja recorrer a instrumentos linguísticos que produzam no texto um efeito de isenção ou imparcialidade. Desse ponto de vista, o estatuto de fala do jornalista impõe aos profissionais desse ramo que se mantenham continuamente afastados da posição enunciativa que pretendem apenas veicular. Há, naturalmente, a opinião de que a neutralidade típica da enunciação jornalística seja apenas aparente e a direção política pela qual ela se orienta seja, na prática, dissimulada pelo próprio conteúdo publicizado: “Pode-se considerar que a mídia de notícias efetiva o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta” (Fairclough, 2001, p. 144).

Sem objetar, consentiríamos com o fato de que a inscrição política dos textos e das enunciações seja um fenômeno próprio ao funcionamento discursivo, já que as produções textuais estão sempre condicionadas a sistemas interativos organizados na superfície de uma formação social historicamente situada e politicamente distensa. Por outro lado, entendemos que a consideração da esfera jornalística como dispositivo ideológico atuando em benefício de um campo político supostamente hegemônico pode resultar em conclusões bastante imprecisas. Especialmente porque o tensionamento das forças em um campo democrático resulta de uma intensa e constante disputa por influência, e a identificação deste ou daquele grupo como força ideológica prevalente frequentemente se oferece como instrumento retórico em favor da própria posição que assim argumenta.

Em todo caso, para nos cingirmos à finalidade deste trabalho, dispensaremos a necessária elaboração histórica que nos concederia avançar na análise da imprensa como suposto dispositivo político-governamental, para, em lugar disso, considerar tão somente que a orientação comunicacional informativa pode ser tomada como um traço fundamental do discurso jornalístico. A isso, porém, acrescentaríamos que, se a participação dos periódicos na cadeia híbrida de gêneros eventualmente resulta na produção de efeitos políticos-discursivos – o que nos parece seguro afirmar –, os projetos ideológicos que à sua atividade dão suporte se insinuam no texto de forma frequentemente ambígua, sendo em muitos casos difícil apontar de forma mais decisiva o posicionamento assumido nos noticiários.

Do ponto de vista do contato com o material linguístico, concentraremos nossa análise no exame das manchetes que encabeçam as páginas das notícias selecionadas, servindo-nos, quando necessário, do texto produzido no primeiro parágrafo das matérias, onde o jornalista tem por hábito condensar seu conteúdo para oferecer ao leitor um resumo antecipado do que ao longo do texto se compreenderá em maior detalhe.

4.2.2.1 Caso Zé Pelintra

De início, desejaríamos destacar os verbos (ou formas verbais nominalizadas) utilizados nas manchetes dos noticiários para representar a enunciação de Crivella e seu posterior processamento nas redes sociais.

- (13) Crivella **fala** em ‘chapéu de Zé Pilintra’ e web acusa de preconceito e intolerância religiosa.
- (14) ‘Chapeuzinho Zé Pilintra’: **fala** de Crivella é criticada na internet.

Em negrito, o verbo *dicendi* “falar”, de uso essencialmente neutro, e sua forma nominalizada no sintagma “fala de Crivella” operam em discurso relatado uma retomada inicial da referência feita pelo candidato ao chapéu de Zé Pelintra sem lhe acrescentar qualquer tom ou contextualização avaliativa. Obedecendo a sua orientação informativa, o discurso jornalista evita, assim, precipitar-se em emitir julgamentos na construção da manchete. Por essa via, a enunciação de Crivella é apresentada como simples pronunciamento, transferindo-se a função avaliativa a outro ponto de vista, que é também recuperado no noticiário. A outra posição, genericamente identificada sob os nomes “web” e “internet” tem seu juízo de opinião representado nos verbos “acusar” e “criticar”, que, por outro lado, pressupõem um antagonismo às manifestações do pastor.

Vejamos agora como cada uma das notícias evolui a construção de seu posicionamento ao longo do primeiro parágrafo que introduz as matérias.

- (15) O atual prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) **fez ataques preconceituosos** ao tentar ofender Eduardo Paes (DEM) dizendo que seu adversário usa “chapeuzinho de Zé Pilintra” durante os desfiles do Carnaval do Rio de Janeiro. (primeiro parágrafo)
- (16) A internet se mobilizou, ontem, para criticar **fala considerada intolerância religiosa** do atual prefeito e candidato à reeleição, Marcelo Crivella (Republicanos), durante debate da TV Globo. (primeiro parágrafo)

Perceba-se que, na Notícia em (13) e (15), a crítica antes assimilada à voz da “web” é agora assumida pelo próprio enunciador jornalista⁸, que, retomando o objeto recortado nas redes sociais (“chapeuzinho de Zé Pilintra”), representa-o nesse primeiro parágrafo como um ataque preconceituoso desferido pelo candidato Marcelo Crivella. O desenvolvimento da enunciação se dá, assim, pela pronta adesão do jornal ao ponto de vista atribuído à “web”. Com essa manobra, o enunciador jornalista passa a fazer coro com a posição difundida nas redes, modalizando epistemicamente⁹ a manifestação dos internautas ao reconhecer como legítimas suas representações do conteúdo televisivo.

Nesse sentido, sugeriríamos que o periódico, ao abandonar no corpo do texto o tom isento da manchete, pôde manifestar sua posição por um procedimento em que o discurso relatado da *web* veio a ser convertido em uma asserção direta proferida na voz do próprio jornal. Algo como se a simples retomada do ponto de vista dos internautas autorizasse a presun-

⁸ Tomamos aqui a noção de enunciador, referindo-nos à instância que assume a responsabilidade pela enunciação, nela organizando, além de sua voz direta, diferentes pontos de vista aos quais às vezes se assimila ou dos quais, eventualmente, se afasta. Acreditamos assim construir alguma correspondência com a figura que, para Ducrot (1987, p. 180-183), exerce na enunciação a função de locutor (L), não se confundindo com seu autor efetivo nem com as posições que nela são eventualmente recuperadas.

⁹ Reproduzimos aqui uma estratégia de análise sugerida por Erivaldo Nascimento (2006, p 75-78), que combina as noções de modalização discursiva e polifonia para indicar a forma como na notícia jornalística o enunciador modaliza as vozes relatadas, adotando em relação a elas posturas que oscilam entre o comprometimento e o distanciamento.

ção de sua verdade, pelo que, com o trabalho de conversão, o enunciador jornalista lograsse imprimir seu posicionamento sem abrir mão de sua função informativa. Conferindo maior responsabilidade à voz da *web*, que no topo da matéria é relatada, o jornalista sustenta sua perspectiva como quem apenas repete o que de antemão já se sabe.

A Notícia repartida em (14) e (16), em compensação, parece preservar um maior afastamento em relação à opinião veiculada na *internet*. De um lado, porque a forma nominalizada do verbo falar em “*fala de Crivella*” menciona o comentário do pastor sem diretamente narrá-lo, como seria feito caso a estratégia da repercussão fosse o discurso relatado, que se arroga o estatuto de testemunha ou representante da voz que ele mesmo se autoriza a informar. De outro, porque a fonte da crítica endereçada ao candidato é submetida a um efeito de apagamento com o emprego de uma voz passiva (“*fala de Crivella é criticada na internet*”) que é omissa na indicação de seu agente (por quem?). Repetimos a seguir o conteúdo integral da manchete para melhor ilustrar o argumento: ‘*Chapeuzinho Zé Pilintra: fala de Crivella é criticada na internet*’.

Acrescentaríamos ainda o fato de que a segmentação da notícia em título e subtítulo, separando o objeto discursivo ‘Chapeuzinho Zé Pilintra’ do autor a ele associado nas redes (Marcelo Crivella) contribui para o enfraquecimento da associação – de outra forma, evidente – entre o candidato e a citação. Assim, parece-nos razoável supor que o rompimento da continuidade sintática entre a expressão e sua fonte enunciativa favorece a suspensão de uma leitura avaliativa do sintagma. Especialmente nesse caso, em que a expressão “chapéu de Zé Pilintra” aparece destacada da fala global do pastor, que, no debate televisivo, associa o objeto a Eduardo Paes e ao carnaval.

Também no primeiro parágrafo da notícia, o enunciador jornalista de outras formas se distancia do ataque dirigido ao comentário do candidato. De um lado, identifica o agente da crítica introduzindo um sujeito ativo na enunciação: “A **internet** se mobilizou, ontem, para criticar...”, e assim não se junta em coro à avaliação feita na *web*, como acontece na Notícia 1. De outro, escolhe representar a opinião difundida nas redes fazendo uso do verbo ‘considerar’, que atribui ao juízo relatado um caráter essencialmente interpretativo. Com isso, o diferencial do que, inversamente, poderia ser tomado como simples constatação. No fragmento examinado, chegou-se a seguinte estrutura, que ora repetimos: “A internet se mobilizou, ontem, para criticar fala **considerada** intolerância religiosa...”.

4.2.2.2 Caso impeachment Bolsonaro

Das manchetes que relatam o movimento das redes em torno da crise de saúde em Manaus, desejaríamos apontar três mecanismos que nas enunciações concorrem para um efeito de intensidade ou ampliação do fenômeno representado: (i) a localização da cronografia discursiva¹⁰ em um marco temporal quase simultâneo à publicação da notícia (“*Em 24h, pedidos de impeachment...*”), (ii) a citação da expressão “urgente”, utilizada na *web*, enfatizando o alto grau de energia com que a reivindicação dos internautas tinha sido encaminhada; (iii) a esco-

¹⁰ Recuperamos aqui o demarcador temporal introduzido por Maingueneau em *Novas tendências em análise do discurso*. Com esse dispositivo teórico, quis o autor traduzir no plano discursivo aquilo que, no sistema da língua, serve para representar o tempo em que o ato comunicativo se realiza. No discurso, esclarece, as definições de espaço e tempo implicadas no ato de enunciação cumprem a mesma função atribuída à dêixis no estudo da língua. Manifestam-se, porém, no nível “do universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação” (Maingueneau, 1997, p. 41).

lha do verbo “crescer” para representar o ritmo acentuado em que as redes sociais haviam respondido à chegada das informações sobre a falta de oxigênio nos hospitais de Manaus. Retomamos abaixo as marcas textuais mencionadas:

(17) **Cresce** mobilização nas redes sociais por impeachment ‘urgente’ de Bolsonaro

(18) Em 24h, pedidos de impeachment **criaram 432%** nas redes sociais

O que a utilização desses mecanismos evidencia é que os noticiários não apenas reproduzem o tom de urgência gravado no conteúdo das redes sociais, como ainda o incrementam, acrescentando-lhe outros índices de ampliação e intensidade. Se os internautas, preocupados, haviam antes se manifestado solicitando ao presidente da Câmara que finalmente encaminhasse o pedido de *impeachment* ao Senado Federal, as manchetes dos jornais parecem ter contribuído para elevar ainda mais o nível de tensão que já na *internet* se imprimia.

No primeiro parágrafo das reportagens, as notícias novamente assumem o tom crítico das redes, reafirmando a posição antes expressa pelos internautas. A primeira, avalia negativamente a postura adotada por Rodrigo Maia, representando em aposto sua atuação como insuficiente e limitada. A segunda, reforça o sentimento de indignação expresso nas redes, adjetivando as cenas nos hospitais como “lamentáveis”. Abaixo, os segmentos comentados:

(19) Em seus posts, internautas revelam revolta com a postura de Maia, que **se limita a** emitir “notas de repúdio” e manifestações críticas à conduta do governo frente à pandemia. (primeiro parágrafo)

(20) As **cenar lamentáveis** de pacientes com Covid asfixiando em leitos de Manaus, fizeram com que as menções ao termo “impeachment” crescessem 432% nas últimas 24 horas. (primeiro parágrafo)

Seja então pela forma como se compatibilizam com o ponto de vista da *web*, seja pela energia que acrescentam às enunciações veiculadas nas redes, as matérias publicadas nos jornais digitais parecem ter logrado incendiar o tom já inflamado dos internautas, que protestavam pelo impedimento do ex-presidente Bolsonaro.

4.2.3 Das consequências no ambiente off-line

Da cadeia de gêneros examinada neste artigo, o último espaço a receber o impulso proveniente das demais instâncias comunicacionais é o espaço público das ruas. Nessa última etapa, as produções textuais anteriores produzem desdobramentos no próprio ritual da votação nas urnas, que aqui caberá ser tomado como um dos gêneros de discurso ao longo da cadeia. É certo que estaremos em condições diferentes para uma análise das ocorrências *off-line*, já que os efeitos nesse ambiente só poderão ser acessados pela mediação de seus registros nas redes sociais e nos jornais digitais. Em todo caso, será importante para nós indicar que nosso encadeamento de gêneros produz suas consequências finais na esfera presencial.

Para adequadamente fazermos uso do material jornalístico com o qual pretendemos aceder às manifestações ocorridas nas ruas, precisaremos realizar uma aproximação de seu conteúdo com a qual nos seja possível atenuar a ação dos mecanismos que em sua dimensão

midiológica¹¹ transformam as cenas registradas em novos objetos discursivos. Para isso, concentraremos nosso interesse especialmente nas fotos veiculadas nas páginas dos noticiários, às quais, todavia, atribuiremos um estatuto particular. Às formulações textuais que as complementam, ainda que as consideremos para efeito de uma leitura geral, será reservado um valor apenas acessório.

Finalmente, acrescentamos que o efeito produzido por nossa cadeia de gêneros no espaço das ruas, e com o qual seu circuito discursivo derradeiramente se encerra, será aqui indicado pelo que as fotografias veiculadas nas matérias dos jornais digitais nos permitem supor. As fotos de pessoas nas ruas e em seus carros utilizando o chapéu Panamá de Zé Pilintra ((21), (22), (23) e (24)) ou a imagem da aglomeração de veículos nas carreatas em favor do *impeachment* do presidente Bolsonaro ((25), (26))¹² serão aqui tomadas por indícios da efetividade material desses objetos pela razão de que essas fotografias se encontram fisicamente ligadas à gênese desses acontecimentos. Sob certas condições, permitem-nos, assim, comentar a sua existência.

Não se deve, claro, desprezar o fato de que a escolha dos objetos registrados pelo repórter fotográfico e toda a aproximação técnica de sua imagem (ângulo, enquadramento, luz etc.) servem como condicionadores à leitura que deles pode ser feita. Além disso, a interpretação do conteúdo visual no noticiário é igualmente induzida pela linguagem verbal que na diagramação da página com ele se cruza para garantir à matéria jornalística o seu acabamento. Entretanto, por mais que os significados forjados na matriz semântica da visão jornalística se projetem sobre a materialidade semiótica da imagem captada, permanece na foto o resíduo renitente de outra materialidade da qual o fotógrafo não pode se esquivar completamente: a materialidade empírica do objeto físico ao qual o dispositivo técnico da máquina se associa em consequência do processo envolvido na produção fotográfica.

Apoiados então nesse raciocínio, consideraremos a materialidade (empírica) que atesta a presença das pessoas nas ruas com seus chapéus panamás ou em meio às carreatas pró-*impeachment*, para concluir que todo o movimento da cadeia híbrida que ora examinamos termina com o debate por ela introduzido sendo atualizado em práticas de ativismo conduzidas no espaço aberto do ambiente *off-line*.

Uma última palavra deve-se dizer sobre os textos e legendas que acompanham as imagens disponíveis na página do noticiário. Nesse aspecto, desejaremos aqui nos limitar a situá-los no efeito geral que produzem junto às fotos com as quais se comunicam, por não serem eles o nosso objeto de interesse principal. Assim, adotando complementarmente uma tipologia oferecida pela semiótica Regina Souza Gomes (2008, p. 72), tomaremos os textos e as legendas que se juntam as fotos na função que cumprem enquanto estratégias comunicacionais de *redundância*, se reiteram a “informação” do material visual para garantir sua coerência e enquadramento; ou *redimensionamento*, quando preenchem os silêncios da imagem para concretizar aquilo que nela está pressuposto ou sugerido.

A seguir, disponibilizamos as fotos constantes do material jornalístico selecionado, indicando abaixo das imagens suas respectivas legendas.

¹¹ Referimo-nos à inseparabilidade essencial entre o texto e seu modo material de existência, o que Maingueneau (2004, p. 68) concebe como sendo a dimensão midiológica dos enunciados.

¹² As imagens referentes ao caso Zé Pilintra estão disponíveis em Cartacapital (2020, Online) e Barreira (2020, Online). As relativas às carretas caso pró-*impeachment*, em Alves e Martini (2021, Online) e G1 Minas Gerais (2021, Online).

Caso Zé Pelintra

Imagem 1



Fonte: Carta Capital (2020, Online)

- (21) Separando meu “chapéu de Zé Pelintra” pra domingo tirar o pior prefeito que já passou pela minha cidade. Tchau, crivella! #paidamentira #foracrivella (Legenda no Twitter)

Imagem 2



Fonte: Kneipp (2020, Online)

(22) Hoje é Zé pilintra contra o Zé pilantra (Legenda no Twitter)

Imagem 3



Fonte: Kneipp (2020, Online)

(23) Se Seu Zé Pilintra mandou votar 25, quem sou eu pra contrariar entidade. FORA CRIVELLA! (Legenda no Twitter)

Imagem 4



Fonte: Barreira (2020, Online)

- (24) Iris Cordeiro, eleitora de Eduardo Paes, saiu de casa de chapéu para votar no candidato do DEM (Texto do jornal)

Caso *impeachment* Bolsonaro

Imagem 5



Fonte: Alves e Martini (2021, Online)

- (25) Entre buzinas favoráveis e contrárias, grupo se reuniu nos altos da avenida Afonso Pena, em Campo Grande neste domingo, em protesto contra o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). A concentração começou a partir das 10h e carreta seguiu após 11h deste domingo (17). (Texto do jornal)

Imagem 6



Fonte: G1 Minas Gerais (2021, Online)

- (26) Manifestantes contrários ao governo federal organizaram uma carreta na manhã deste domingo (17), em Belo Horizonte, pedindo o impeachment do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). (Texto do jornal)

Como nossa aproximação desse material quer estar circunscrita à leitura do estatuto ontológico das imagens veiculadas nos jornais e nas redes sociais – em que pese a breve consideração que acrescentamos sobre os textos que as acompanham –, disponibilizamos o conteúdo acima organizado para sinalizar que as discussões evoluídas no encadeamento analisado transvazam ao final de seu circuito no ambiente *off-line*. No essencial, nossa conclusão se extrai do valor indicial das imagens, que, em vista de seu parentesco físico com os acontecimentos, nos habilitam a “vê-los” sob certo ângulo. Adicionalmente, porém, os textos que as acompanham acrescentam-lhe o suficiente para nos autorizar a afirmação de que tais ocorrências se realizaram no espaço das ruas (ou com a promessa de se ir às ruas, como em (21)) e mantêm relações importantes com os debates instaurados nas instâncias anteriores de nosso encadeamento.

5 Considerações finais

Neste trabalho, buscamos examinar o funcionamento de uma cadeia de gêneros discursivos cuja existência nos pareceu defluir da articulação regular entre algumas instâncias midiáticas e o ambiente das ruas. Para fazê-lo, partimos da hipótese de que seu encadeamento fosse gerido conforme uma institucionalidade que lhe é própria. Essa institucionalidade, segundo nos pareceu, resultaria da sobreposição de diferentes esferas comunicacionais acrescentadas ao longo de sucessivos avanços tecnológicos no âmbito das telecomunicações. Em outros termos, tal regularidade se teria constituído como efeito da coexistência entre formações culturais que, em lugar de se subtraírem reciprocamente, teriam passado a funcionar de forma simultânea, integrando variados níveis de uso da linguagem. Para verificar nossa hipótese, procedemos a uma análise comparativa de dois episódios ligados à nossa história política cuja rede discursiva por eles acionada nos parecia guardar notável simetria.

Apoiados na tese de Lúcia Santaella sobre a passagem de uma cultura de massas para uma cultura das mídias ao final do século XX, quisemos justificar o fato de que a instância da TV possui em nossa cadeia uma posição privilegiada. Nessa direção, argumentamos que o antigo papel centralizador que a televisão exercia na cultura de massas parece hoje resistir na condição atenuada de uma instância propulsora dos encadeamentos que ela própria aciona quando propaga notícias de alto interesse político. Essa persistência estaria relacionada, assim sugerimos, aos resíduos na memória coletiva de sua antiga posição na cultura de massas, que apenas gradualmente poderia ceder à força emergente do cenário atual, em que os conglomerados comunicacionais se apresentam em forma múltipla e interativa, impedindo a sustentação de uma função comunicativa centralizadora.

Outro índice da transição entre as culturas de massa e de mídia que encontramos durante o exercício de análise foi a equivalência de *status* que nos jornais digitais analisados se concedeu a celebridades e anônimos quando da divulgação do reflexo no ambiente das redes dos acontecimentos antes propagados pela televisão. Nessa direção, postagens realizadas por artistas como Fábio Porchat, Yuri Marçal, Marcelo Adnet, Teresa Cristina, Lulu Santos foram noticiadas ao lado de manifestações publicizadas pelos demais usuários da *web*. As vozes retomadas nos noticiários se faziam representar tanto por agentes protagonistas dos fluxos de massa quanto por comunidades constituídas no seio da recém-formada cultura das mídias.

Durante a evolução de nossa discussão teórica, sugerimos uma alternativa à tipologia de Swales, para quem as cadeias devem ser separadas em simples ou complexas, conforme os gêneros nela articulados pertençam a um ou vários domínios institucionais. Assim o fizemos porque tanto as cadeias que se organizam no interior de um mesmo domínio como aquelas que dependem de um arranjo institucional heterogêneo podem consolidar seu funcionamento em circuitos menores ou maiores, lineares ou não-lineares, o que, já de início, justificaria uma discriminação entre arranjos simples e complexos. Preferimos sustentar que uma classificação em *híbridas* ou *não-híbridas* melhor atenderia à necessidade de se indicar a diversidade composicional das cadeias de gêneros, já que o aspecto definidor das modalidades de encadeamento mais corresponde ao grau de sua heterogeneidade que ao de seu intrincamento.

Em que pese a frequente maleabilidade dos intervalos de tempo que separam os gêneros reunidos nos encadeamentos, foi também importante considerar esse aspecto no circuito pelo qual nos interessamos, visto que a celeridade e a regularidade temporal se insinuaram nos casos examinados como um aspecto essencial de sua atividade. Verificamos que nossa cadeia de gêneros se desenvolve e finaliza seu percurso em um espaço de tempo que, nos registros das matérias selecionadas, corresponde a um total médio de 4 dias. Já os intervalos de tempo que separam seus gêneros entre si mostraram-se circunscritos a períodos exíguos de um a dois dias. Aqui novamente sublinhamos que a evolução da cadeia parece justificar a celeridade do seu passo no critério da atualidade segundo qual as notícias são produzidas. Deve-se ainda mencionar o caráter acontecimental das redes, que, conforme a análise nos sugere, em alguns momentos reagem aos jornais televisivos ou impressos na qualidade de seus comentadores.

Quanto ao funcionamento linguístico-discursivo da cadeia estudada, escolhemos avaliar as estratégias de representação discursiva utilizadas em cada uma das etapas do circuito quando da retomada do material produzido nas instâncias imediatamente anteriores. Por ocupar a televisão a posição de acionadora do circuito genérico, foi necessário iniciar nossa análise pela apreciação do conteúdo proveniente das redes sociais, etapa seguinte do encadeamento, onde o que se transmitia pela TV era subsequentemente recortado em novo objeto discursivo forjado na matriz semântica da própria comunidade virtual.

No primeiro caso examinado, referente à disputa eleitoral entre Crivella e Paes, o objeto produzido e tematizado nas redes foi submetido a um tratamento em três estágios. Inicialmente, os usuários da rede procederam de modo a informar aos demais internautas a fala do candidato Marcelo Crivella. Sob um enfoque pragmático, sustentamos que esse movimento teria resultado na construção do próprio objeto tematizado. Uma vez convertida a fala do candidato em novo objeto discursivo, os internautas avançaram com o trabalho de seu processamento crítico: inicialmente por antagonismo direto, depois submetendo-o aos efeitos discursivos da sátira. Como última etapa, as apreciações humorísticas modularam seu objetivo retórico, passando a insuflar os usuários da rede a se mobilizarem em protesto nos espaços comuns da via pública.

Já nas mobilizações *pró-impeachment* contra o presidente Bolsonaro, o conteúdo produzido nas redes apresentou-se como se presumisse a existência de ocorrências anteriores semelhantes. Tratando o conteúdo divulgado na TV como ápice de uma sequência de efeitos políticos desastrosos, os tweets puderam de imediato se converter em palavras de ordem que conclamavam o *impeachment* do presidente.

Das representações utilizadas nos jornais digitais, verificamos que o noticiário inscrevia sua própria posição no texto da matéria recorrendo a estratégias de adesão e afastamento em relação às vozes que ele mesmo representava. O resultado dessa dinâmica era a veiculação de posicionamentos mais ou menos definidos que, no entanto, se ofereciam ao público como perspectivas descomprometidas em relação às realidades que se limitavam a apenas descrever e comunicar.

Na última etapa de nossa cadeia, houve a necessidade de nos valermos de um expediente adicional para tratar os efeitos de nossa cadeia no ambiente off-line. Isso porque as ocorrências no espaço das ruas só puderam ser analisadas recorrendo-se a sua captura pela lente do repórter, que no jornal a um só tempo retrata e comenta a cena apurada à luz do dia.

Finalmente, sendo o fenômeno que aqui estudamos uma cadeia de gêneros de tipo híbrida, como preferimos categorizá-la, é mais provável que seu funcionamento demonstre uma estabilidade ainda mais relativa se comparada ao das cadeias que operam no interior de um mesmo domínio institucional, já que, nesse último caso, a regularidade do encadeamento é usualmente sustentada por uma normatividade organizacional que procura mantê-la sob controle.

Parece-nos, assim, que seria válido acompanhar movimentos semelhantes a este que apresentamos, registrando-se em análise a irrupção de inflexões que venham se impor ao sequenciamento aqui sugerido. Tais oscilações, se observadas, não seriam contrárias às nossas expectativas, já que o fenômeno aqui estudado é diretamente dependente do arranjo sócio-histórico que o acompanha. Com efeito, em função do passo acelerado em que a tecnologia se desenvolve, os encadeamentos midiáticos tendem a rapidamente evoluir para novas configurações no interior de uma periodização infrassecular.

Declaração de autoria

Quanto à participação dos autores na realização do trabalho, esclarecemos que a distribuição das atividades se deu da seguinte forma: Estêvão Freixo e Nathalia Figueiredo fizeram a seleção de material bibliográfico, o fichamento das leituras e a escrita do artigo. O prof. Bruno Deusdará contribuiu com a concepção inicial, supervisão e revisão final do trabalho.

Agradecimento

Cabe um agradecimento especial ao grupo de estudos em análise do discurso vinculado ao projeto PIBIC do Departamento de Letras da UERJ. A sugestão inicial do tema e a direção de pesquisa aqui desenvolvidas foram elaboradas durante os encontros das bolsistas e demais pesquisadores envolvidos nesse projeto, que é conduzido pelo professor Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues. Como resultado das discussões ali encaminhadas, outro trabalho, agora em fase de acabamento pela Editora Urutau, de São Paulo, será publicado na obra *Insurgências em tempos de pandemia* sob o título “*Com o chapeuzinho de Zé Pelintra*”: produção de um modo outro de habitar a disputa eleitoral conservadora no contexto da pandemia. Nosso artigo, fruto também dos debates realizados durante as reuniões desse grupo, agora ganha corpo neste trabalho que encaminhamos à Revista e Estudos da Linguagem, vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Referências

- ALVES, A.; MARTINI, G. Carreata na Afonso Pena pede “vacina já” e “fora Bolsonaro”. *Campo Grande News*, Campo Grande, 17 jan. 2021. Política. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/politica/carreata-na-afonso-pena-pede-vacina-ja-e-fora-bolsonaro>>. Acesso em: 01 mai. 2023.
- AMORIM, H.; CARDOSO, A. C. M.; BRIDI, M. A. Capitalismo industrial e plataforma: externalizações, sínteses e resistências. *Caderno CRH*, Salvador, v. 35, p. 1–16, 2022, DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.49956>.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARREIRA, G. Após Crivella ironizar ‘chapeuzinho de Zé Pelintra’, acessório é adotado por eleitores e aliados de Paes. *G1*, Rio de Janeiro, 30 nov. 2020. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/30/apos-crivella-ironizar-chapeuzinho-de-ze-pelintra-acessorio-e-adotado-por-eleitores-e-aliados-de-paes.ghtml>>. Acesso em: 01 mai. 2023.
- BRAGA, R. *Os sentidos de junho*. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/07/06/os-sentidos-de-junho/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- BRASIL. *DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 31 jan. 2023.
- “CHAPEUZINHO Zé Pelintra”: fala de Crivella é criticada na internet. *O Dia*, Rio de Janeiro, 28 nov. 2020. Eleições. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/eleicoes/2020/11/6036398-chapeuzinho-ze-pelintra-fala-de-crivella-e-criticada-na-internet.html>>. Acesso em: 11 mar 2023.
- CARTACAPITAL. Eleitores do Rio usam ‘chapéu de Zé Pelintra’ contra Crivella. *CartaCapital*, São Paulo, 29 nov. 2020. Cartaexpressa. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/eleitores-do-rio-usam-chapeu-de-ze-pelintra-contra-crivella>>. Acesso em: 01 mai. 2023.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- EARL, J.; KIMPORT, K. *Digitally Enabled Social Change: Activism in the Internet Age*. Cambridge: MIT Press, 2011.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- GOMES, R. S. *Relações entre linguagens no jornal: fotografia e narrativa verbal*. Niterói: EdUFF, 2008.
- G1 MINAS GERAIS. Carreata em BH pede impeachment de Jair Bolsonaro. *G1*, 17 jan. 2021. Minas Gerais. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/01/17/carreata-em-bh-neste-domingo-pede-impeachment-de-jair-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 01 mai. 2023.
- GUSSEN, A. F. Em 24h, pedidos de impeachment cresceram 432% nas redes sociais. *CartaCapital*, São Paulo, 15 jan 2021. Política. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/em-24h-pedidos-de-impeachment-cresceram-432-nas-redes-sociais>>. Acesso em: 11 mar 2023.
- KNEIPP, J. C. Debate Globo Prefeitura Rio: Crivella fala em “chapéu de Zé Pelintra” e web acusa de preconceito e intolerância religiosa. *Yahoo! Notícias*, Sunnyvale, 27 nov. 2020. Notícias. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/debate-globo-prefeitura-rio-crivella-fala-em-chapeu-de-ze-pelintra-e-web-acusa-de-preconceito-e-intolerancia-religiosa-024357984.html>>. Acesso em: 11 mar. 2023.
- KRISTEVA, J. *Introdução à semanálise*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de Textos em Comunicação*. 3ª ed. São Paulo: Cortês Editora, 2004.
- MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em análise do discurso*. Parábola Editorial, 2010.
- MORALES, O. E. T.; SOUZA, C. A. DE; ROCHA, P. M. Mídias Digitais e suas potencialidades nos tempos contemporâneos: estudo de caso “Mídia Ninja”. *Ação midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, Curitiba, v. 6, p. 1–15, 2013, DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/am.v1i6.33737>.
- NASCIMENTO, E. P. A modalização no gênero notícia jornalística. *Revista do Celne*, Natal, v. 8, n. 1/2, p. 71–86, 2006.
- NOBRE, K. C.; BIASI-RODRIGUES, B. Sobre cadeias de gêneros. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, v. 12, n. 1, p. 213–230, 2012.
- OLIVEIRA, M. C. S.; CARELLI, R. DE L.; GRILLO, S. Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 2609–2634, dez. 2020, DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/50080>.
- PRIMO, A. Interney blogs como micromídia digital: elementos para o estudo do encadeamento midiático. In: Encontro anual de associação nacional dos programas de pós-graduação em comunicação, 17, 2008, São Paulo. *Anais*, Porto Alegre: Limc, 2008. p. 1–17.
- REDE BRASIL ATUAL. Cresce mobilização nas redes sociais por impeachment ‘urgente’ de Bolsonaro. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 15/01/2021. Política. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/cresce-mobilizacao-nas-redes-sociais-por-impeachment-urgente-de-bolsonaro>>. Acesso em: 11 mar. 2023.
- SANTAELLA, L. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.
- SEARLE, J. R. *Expression and meaning: studies in the theory of speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- SOARES, N.; FERREIRA, G. M. Discurso e Imagem: possibilidades metodológicas para uma análise discursiva do fotojornalismo contemporâneo. *Intexto*, Porto Alegre, n. 39, p. 177–200, 23 maio 2017, DOI: <https://doi.org/10.19132/1807-8583201739.177-200>.
- SPINOLA, S. S. *La représentation critique du discours de l'autre: le questionnement oppositif*. Münster: Lit, 2000.
- SWALES, J. *Genre Analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- SWALES, J. *Research genres: exploration and applications*. New York: Cambridge University Press, 2004.
- VION, R. *La communication verbale: analyse des interactions*. Paris: Hachette, 1992.

Comissão científica

Aderlande Pereira Ferraz (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Alessandro Panunzi (Unifi, Florença, Itália)
Alina M. S. M. Villalva (ULisboa, Lisboa, Portugal)
Aline Alves Ferreira (UCSB, Santa Barbara/CA, Estados Unidos)
Ana Lúcia de Paula Müller (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Ana Maria Carvalho (UA, Tucson/AZ, Estados Unidos)
Ana Paula Scher (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Anabela Rato (U of T, Toronto/ON, Canadá)
Aparecida de Araújo Oliveira (UFV, Viçosa/MG, Brasil)
Aquiles Tescari Neto (UNICAMP, Campinas/SP, Brasil)
Augusto Soares da Silva (UCP, Braga, Portugal)
Beth Brait (PUC-SP/USP, São Paulo/SP, Brasil)
Bruno Neves Rati de Melo Rocha (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Carmen Lucia Barreto Matzenauer (UCPEL, Pelotas/RS, Brasil)
Celso Ferrarezi (UNIFAL, Alfenas/MG, Brasil)
César Nardelli Cambraia (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Cristina Name (UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil)
Charlotte C. Galves (UNICAMP, Campinas/SP, Brasil)
Deise Prina Dutra (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Diana Luz Pessoa de Barros (USP/UPM, São Paulo/SP, Brasil)
Edwiges Morato (UNICAMP, Campinas/SP, Brasil)
Emília Mendes Lopes (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Esmeralda V. Negrão (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Flávia Azeredo Cerqueira (JHU, Baltimore/MD, Estados Unidos)
Gabriel de Avila Othero (UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil)
Gerardo Augusto Lorenzino (TU, Filadélfia/PA, Estados Unidos)
Gláucia Muniz Proença de Lara (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Hanna Batoréo (UAb, Lisboa, Portugal)
Heliana Ribeiro de Mello (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Heronides Moura (UFSC, Florianópolis/SC, Brasil)
Hilario Bohn (UCPEL, Pelotas/RS, Brasil)
Hugo Mari (PUC-Minas, Belo Horizonte/MG, Brasil)

Ida Lucia Machado (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Ieda Maria Alves (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Ivã Carlos Lopes (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Jairo Nunes (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Jairo Venício Carvalhais Oliveira (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Jean Cristtus Portela (UNESP-Araraquara, Araraquara/SP, Brasil)
João Antônio de Moraes (UFRJ, Rio de Janeiro/ RJ, Brasil)
João Miguel Marques da Costa (Universidade Nova da Lisboa, Lisboa, Portugal)
João Queiroz (UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil)
José Magalhaes (UFU, Uberlândia/MG, Brasil)
João Saramago (Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal)
José Borges Neto (UFPR, Curitiba/PR, Brasil)
Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP, Campinas/SP, Brasil)
Laura Alvarez Lopez (Universidade de Estocolmo, Stockholm, Suécia)
Leo Wetzels (Free Univ. of Amsterdam, Amsterdã, Holanda)
Laurent Filliettaz (Université de Genève, Genebra, Suiça)
Leonel Figueiredo de Alencar (UFC, Fortaleza/CE, Brasil)
Livia Oushiro (UNICAMP, Campinas/SP, Brasil)
Lodenir Becker Karnopp (UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil)
Lorenzo Teixeira Vitral (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Luiz Amaral (UMass Amherst, Amherst/MA, Estados Unidos)
Luiz Carlos Cagliari (UNESP, São Paulo/SP, Brasil)
Marcelo Barra Ferreira (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Marcia Cançado (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Márcio Leitão (UFPB, João Pessoa/PB, Brasil)
Marcus Maia (UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil)
Maria Bernadete Marques Abaurre (UNICAMP, Campinas/SP, Brasil)
Maria Cecília Camargo Magalhães (PUC-SP, São Paulo/SP, Brasil)
Maria Cecília Magalhães Mollica (UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil)
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Maria Cristina Figueiredo Silva (UFPR, Curitiba/PR, Brasil)
Maria Luíza Braga (PUC/RJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil)
Maria Marta P. Scherre (UNB, Brasília/DF, Brasil)
Micheline Mattedi Tomazi (UFES, Vitória/ES, Brasil)
Miguel Oliveira, Jr. (UFAL, Maceió, Alagoas, Brasil)
Monica Santos de Souza Melo (UFV, Viçosa/MG, Brasil)
Patricia Matos Amaral (UI, Bloomington/IN, Estados Unidos)
Paulo Roberto Gonçalves Segundo (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Philippe Martin (Université Paris 7, Paris, França)
Rafael Nonato (Museu Nacional-UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil)
Raquel Meister Ko. Freitag (UFS, Aracaju/SE, Brasil)
Renato Miguel Basso (UFSCar, São Carlos, SP, Brasil).
Roberto de Almeida (Concordia University, Montreal/QC, Canadá)
Ronice Müller de Quadros (UFSC, Florianópolis/SC, Brasil)
Ronald Beline (USP, São Paulo/SP, Brasil)
Rove Chishman (UNISINOS, São Leopoldo/RS, Brasil)
Sanderléia Longhin-Thomazi (UNESP, São Paulo/SP, Brasil)
Sergio de Moura Menuzzi (UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil)
Seung- Hwa Lee (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)

Sírio Possenti (UNICAMP, Campinas/SP, Brasil)
Suzi Lima (U of T / UFRJ, Toronto/ON - Rio de Janeiro/RJ, Brasil)
Thais Cristofaro Alves da Silva (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Tommaso Raso (UFMG, Belo Horizonte/MG-Brasil)
Tony Berber Sardinha (PUC-SP, São Paulo/SP, Brasil)
Ubiratã Kickhöfel Alves (UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil)
Vander Viana (University of Stirling, Stirling/Sld, Reino Unido)
Vanise Gomes de Medeiros (UFF, Niterói/RJ, Brasil)
Vera Lucia Lopes Cristovao (UEL, Londrina/PR, Brasil)
Vera Menezes (UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil)
Wilson José Leffa (UCPel, Pelotas/RS, Brasil)